

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS



**GEOPOLÍTICA, UM MÉTODO AUXILIAR PARA
A COMPREENSÃO DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO.
A GEOPOLÍTICA DOS BALCÃS**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estratégia

Mestrando: CARLOS MANUEL CHAVES GONÇALVES

Orientador: Professor Doutor ANTÓNIO MARQUES GOMES BESSA

**Lisboa
2011**



Nota preambular

Por dever de justiça, desejo formalmente expressar profunda gratidão e o meu reconhecimento às Personalidades e Instituições abaixo relevadas, pelos directos ou indirectos mas sempre valiosos contributos que me proporcionaram para a elaboração deste trabalho de investigação, o qual materializa a Dissertação de Mestrado em Estratégia.

À minha Mãe que, desde muito cedo, me ensinou a importância de estar permanentemente disponível a ouvir, observar e considerar os ensinamentos de todos com quem interagisse, alertando-me para que, inclusive, o nosso conhecimento é incrementado com os exemplos que consideremos negativos. À minha Mulher e Filhos, a quem devo o seu permanente incentivo, mas que sofreram a minha desatenção, omissão e ausências devidas não só à minha profissão mas, concomitantemente, a este trabalho.

Aos meus Professores, sobretudo de Geopolítica e de Estratégia, no Instituto de Altos Estudos Militares, na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica do Brasil, bem como no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com relevo para a Professora Therezinha de Castro e o Professor Doutor Políbio Valente de Almeida, saudosos Mestres e Amigos pessoais.

Ao Corpo Docente, mas também e principalmente aos meus Alunos do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, os quais comigo reflectiram sobre a teoria geral das matérias em apreço.

Ao MGen Raúl François Martins, pela sua disponibilidade e relevantes e esclarecedoras reflexões que comigo partilhou, sobre as matérias em apreço.

Por fim, mas não devido a menor reconhecimento, ao Professor Doutor António Marques Gomes Bessa, meu orientador científico na Dissertação, pela total disponibilidade manifestada e forte incentivo para a elaboração deste trabalho, assim como pelas suas imprescindíveis orientações.

Apesar de todos os apoios referidos e com os quais pude verdadeiramente contar, por dever de consciência reivindico a minha completa responsabilidade pelas decisões que assumi, na feitura da Dissertação, e pelas consequentes imprecisões, omissões ou eventuais erros cometidos.



Resumo

A Geopolítica constitui um método de interpretação da fenomenologia política, vocacionado para a percepção e definição de objectivos, de interesses, de condicionantes e dos factores de Poder.

Foi com base no conceito acima expresso de geopolítica, que foi proposto e aceite o tema a tratar: "Geopolítica, um método auxiliar para a compreensão do mundo contemporâneo. A Geopolítica dos Balcãs". Compreensão designadamente dos fenómenos político-sociais, com origem no passado ou passíveis de serem perspectivados no futuro, os quais nos afectam ou poderão vir a afectar, quantas vezes sem ser entendida a génese e consequências dos mesmos, apesar do enorme interesse em serem entendidos e até prevenidos.

Assim, será utilizada a Geopolítica, porque método muito útil de análise, procurando organizar e simplificar o imenso e complexo número de factores em presença, dissecando primeiro o método e depois aplicando-o ao conflito da Jugoslávia, nas ligações de estruturas e comportamentos políticos, com os ambientes físicos e humanos dessa região.

Espera-se, com esta análise, contribuir para uma melhor compreensão dos problemas que afectam o mundo em que vivemos, particularmente no que se prende com a desintegração da Jugoslávia, clarificando as razões profundas para a reiterada conflitualidade ali existente, deduzir as consequências políticas dessa situação e perspectivar o futuro na região, demonstrando complementarmente a validade do método.

Palavras-chave: Geopolítica, Guerra, Balcãs, Jugoslávia, Bósnia, Kosovo.



Abstract

Geopolitics constitutes a method of politics phenomenology interpretation oriented towards the perception and definition of goals, interests, conditionings and power factors.

Based on the concept of geopolitics, expressed above, it was proposed and accepted the subject to be treated: "Geopolitics, a method for a better understanding of the contemporary world: Geopolitics in the Balkans". This includes, namely, the understanding of social and political phenomena, raised in the past or likely to be approached in the future, which affect or may affect us, often without the knowledge of their genesis and consequences, in spite of the existing great interest in their understanding and even prevention.

Therefore, Geopolitics will be used, since it is a very useful method for analysis, seeking to organize and simplify the huge and complex number of the existing factors, firstly dissecting the method itself and then applying it to the Yugoslavian conflict, connecting structures and political behaviours with the physical and human environments of that region.

With this analysis, it is expected to contribute for a better understanding of the problems affecting the world in which we live, particularly concerning Yugoslavia's disintegration, clarifying the deep reasons for the repeated conflicts therein existent, extracting the political consequences of that situation and foreseeing the future for that region, demonstrating therefore the validity of the method.

Keywords: Geopolitics, War, Balkans, Yugoslavia, Bosnia, Kosovo.



Lista de Figuras

Figura 1 - Representação esquemática do globo e da diversificação e articulação das fronteiras de um Estado	12
Figura 2 – Quadro da sistematização dos factores geopolíticos	30
Figura 3 – Esquema didáctico para análise geopolítica	34
Figura 4 – Mapa das Penínsulas do Sul da Europa	42
Figura 5 – Mapa da Península dos Balcãs – relevo e hidrografia	43
Figura 6 – Mapa do relevo e hidrografia da Península dos Balcãs	45
Figura 7 – Mapas parciais da Europa Central e das Penínsulas italiana e balcânica, com o curso do Rio Danúbio e afluentes	46
Figura 8 – Mapa comparativo das bacias dos principais rios europeus	48
Figura 9 – Mapas hidrográficos respectivamente das Repúblicas do Montenegro, Albânia e Macedónia	48
Figura 10 – Campo “ Bondsteel” / Kosovo	49
Figura 11 – Mapa das ligações rodoviárias (A) e ferroviárias (B) da Europa, Rede de Transportes europeus (C), Gasodutos (D) e Oleodutos (E)	51
Figura 12 – Mapas corográfico e altimétrico/hidrográfico da República Socialista Federativa da Jugoslávia	54
Figura 13 – Mapa corográfico e altimétrico da República Socialista Federativa da Jugoslávia	55
Figura 14 – Mapa do uso dos solos na ex-Jugoslavia	57
Figura 15 – Mapas da Eslovénia	59
Figura 16 – Mapas da Croácia	60
Figura 17 – Mapas da Bósnia-Herzegovina	62
Figura 18 – Mapas da Sérvia, sem e com as suas Províncias Autónomas	63
Figura 19 – Mapas da Província Autónoma da Voivodina	64
Figura 20 – Mapas da Província Autónoma do Kosovo	65
Figura 21 – Mapas da República do Montenegro	67
Figura 22 – Mapas da República da Macedónia	68
Figura 23 – Mapas indicativos da expansão dos eslavos desde a origem aos nossos dias	70
Figura 24 – Fronteira dos Impérios Romanos do Ocidente e Oriente, no território dos eslavos do Sul	71
Figura 25 – Agrupamento dos dialectos servo-croatas	76
Figura 26 – As fronteiras da expansão do Império Búlgaro nos séculos IX e X	78
Figura 27 – Algumas das reivindicações territoriais nos Balcãs	79
Figura 28 – A dinâmica da fronteira da soberania da Hungria e minorias resultantes noutros países	79
Figura 29 – Mapas da Província Autónoma da Voivodina com o traçado dinâmico da fronteira da soberania	80

Figura 30 – Monumento sérvio evocativo da Batalha de Kosovo-Polje (1389), levantado em 1953 e ainda existente no local onde a mesma foi travada, cuja epígrafe traduz o sempre actual sentir sérvio em relação ao Kosovo, o seu núcleo geohistórico.....	81
Figura 31 – Baixo-relevo com o esquema da Batalha de Kosovo-Polje, o qual encima o monumento evocativo da mesma	82
Figura 32 – A fronteira entre os Império Otomano e Habsburgo nos séc.XVI e XVIII.....	84
Figura 33 – Monumento funerário de homenagem ao sultão Murat I, vencedor da Batalha de Kosovo-Polje, em 1389, erigido no local onde esta foi travada e aquele assassinado	90
Figura 34 – Nota emitida pelo Banco da RFSJ – frente e verso.....	91
Figura 35 – Os primeiros Estados criados no território dos eslavos do Sul	92
Figura 36 – As fronteiras dos Actores em presença, em 1380	94
Figura 37 – A fronteira dos Impérios Austro-húngaro e Otomano até 1881	96
Figura 38 – As fronteiras da Bulgária em 1878, consequência do Tratado russo-otomano de S. Stefano.....	104
Figura 39 – Pretensão germânica (1911) da construção de um caminho-de-ferro Berlim-Bagdad-Bassorã, artéria estratégica de balanceamento de forças para Sul, para os mares quentes, e também para aprovisionamento de matérias-primas	106
Figura 40 – Evolução das fronteiras dos Estados Sérvio e Montenegro, desde a fundação até 1992	109
Figura 41 – As fronteiras ancestrais da Bulgária	110
Figura 42 – As potências oponentes na I GG	112
Figura 43 – A Grande-Sérvia.....	113
Figura 44 – O reino da Jugoslávia em 1918	116
Figura 45 – A banovina da Croácia (1939-1941) no reino da Jugoslávia.....	120
Figura 46 – A dinâmica da fronteira da soberania da Bulgária	122
Figura 47 – Anexações da Albânia/Itália durante a II GG, que se traduziram por um forte impulso na ideia da Grande-Albânia	123
Figura 48 – A partilha do ex-reino da Jugoslávia, após Abril de 1941.....	123
Figura 49 – O Estado Independente da Croácia, após Abril de 1941, e a linha de delimitação da ocupação alemã e italiana no interior do mesmo	126
Figura 50 – A Sérvia p.d. e as suas duas Províncias Autónomas	136
Figura 51 – As nacionalidades da Jugoslávia, com pelo menos 10.000 elementos e segundo o censo de 1981, em números totais e dentro de cada República ou Província Autónoma.....	137
Figura 52 – Poder percebido (A) relativo dos Estados e estimativa das equivalências em capacidades de combate, de forças não nucleares (B), em 1978.....	147
Figura 53 – A Província Autónoma do Kosovo-Metohija.....	149
Figura 54 – Localização de Prizen, a ancestral capital sérvia; de Pec, a sede do primeiro Patriarcado e dos mais célebres Mosteiros sérvios no Kosovo.....	150
Figura 55 – Fotos do campo da Batalha de Kosovo-Polje, realizadas a partir do topo do seu Monumento Comemorativo e esquema daquela	159



Figura 56 – As duas Regiões Autônomas Sérvias da Croácia – Krajina (1) e Eslavónia Oriental (2)	193
Figura 57 – Regiões da Croácia (Krajina e Eslavónia Oriental), de onde os sérvios desenvolveram operações militares ofensivas contra a BiH	202
Figura 58 – A linha da frente dos combates na BiH e Croácia em 01OUT94	204
Figura 59 – Duas vistas da célebre Ponte medieval de Mostar, sobre o Rio Neretva.....	206
Figura 61 - Milosevic, Tudjman e Izetbegovic rubricam o Acordo Geral de Paz de Dayton e depois ratificam o Plano de Paz de Paris	213
Figura 62 - Acordo de Dayton – Linha Limite Entre Entidades/IEBL da RBiH.....	214
Figura 63 – O Kosovo e a composição étnica recente da sua população.....	216
Figura 64 – A implantação territorial da RFJ e da RSFJ.....	217
Figura 65 – A limpeza étnica na primavera de 1999, no Kosovo, e a implantação na Albânia e Macedónia dos campos de refugiados	219
Figura 66 – A dinâmica da fronteira da soberania da Albânia e a presença de albaneses na região	227
Figura 67 – Tabela numérica comparada, tradutora do ambiente geopolítico balcânico	232



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

- BiH** – Bósnia e Herzegovina
- CE** – Comunidade Europeia
- CEB** – Cenário Estratégico Base
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CEI** – Comunidade de Estados Independentes
- CIA** – Central Intelligence Agency. Um dos Serviços de Informações dos EUA
- COMINFORM** – Órgão de coordenação de todos os Partidos Comunistas europeus
- COMINTERN** – III Internacional ou Internacional Comunista
- CNN** – Cable News Network (Canal americano de TV, por cabo)
- CNSCE** - Conselho Nacional de Sérvios, Croatas e Eslovenos
- CS/ONU** – Conselho de Segurança/Organização das Nações Unidas
- CSCE** – Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
- DAS/SDA** – Stranka Demokratsk Akcije (Partido da Acção Democrática da BiH - muçulmanos)
- DEMOS** – Coligação de seis Partidos eslovenos que se opuseram ao PMD (coligado com a LCE)
- DI** – Direito internacional
- EIC** – Estado Independente da Croácia
- EUA** – Estados Unidos da América
- FA** – Forças Armadas
- FIFA** – Associação Internacional das Federações de Futebol
- Gen** – General
- HDZ** – Hrvatska Demokratska Zajednika. União Democrática da Croácia (de Franjo Tudjman)
- HVO** – Exército da Croácia
- IAEM** – Instituto de Altos Estudos Militares
- IBM** – Empresa americana de informática
- IEBL** – Inter-Entities Boundary Line. Linha de Separação entre Entidades
- IFOR** – Implementation Forces. Forças militares da OTAN com a missão de implementação, para a BiH, dos aspectos militares do Plano de Paz de Paris (14DEZ95), na sequência do Acordo Geral de Paz de Dayton (21NOV95) e no quadro da resolução 1031 (16DEZ95) do CS/ONU.
- IIEE** – Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em Londres
- I GG** – Grande Guerra (a I entre 1914/1918 e a II entre 1939/1945)
- I GB** – Guerra Balcânica (a I em 1912 e, a segunda, em 1913)
- IMRO** – Partido Político da Macedónia
- JNA** – Jugoslovenska Narodna Armija. Exército do Povo da Jugoslávia
- LC** – Liga dos Comunistas, da Jugoslávia (LCJ), da Sérvia (LCS), do Kosovo (LCK), da Eslovénia (LCE), da Croácia (LCC), da Macedónia (LCM), etc...
- MDN** – Ministro da Defesa Nacional.
- MGen** – Major-general



MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
OCS – Órgãos de Comunicação Social
ONG – Organização Não Governamental
OPEP – Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN / NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PALOP – Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Primeiro-ministro
PMD – Partido das Mudanças Democráticas (do PM Markovic)
PR – Presidente da República
PV – Pacto de Varsóvia
QD – Questão derivada
QGR – Quadro Geopolítico de Referência
RAS – Regiões Autónomas Sérvias (da Krajina e da Eslavónia Oriental, na Croácia)
RASK – Região Autónoma Sérvia da Krajina
RBiH – República da Bósnia e Herzegovina
RJ – Reino da Jugoslávia (1929 a 1941)
RSCE – Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (1ª Jugoslávia – 1918 a 1929 e RJ até 1941)
RSFJ – República Socialista e Federativa da Jugoslávia (2ª Jugoslávia – de 1945 a 1991)
RU – Reino Unido
RFJ – República Federal da Jugoslávia (ou 3ª Jugoslávia – 1992 a 2003)
RS – República Srpska
SDS – Socijalisticka Partija Srbije. Partido Socialista Sérvio (de Slobodan Milosevic)
Sérvia p.d. – Sérvia propriamente dita, ou seja, sem as suas 2 Províncias Autónomas (Kosovo e Voivodina)
SFOR – Stabilization Forces. Forças militares com a missão de estabilização da situação de paz então já vivida na BiH
TCor – Tenente-coronel
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça
TPI – Tribunal Penal Internacional
UCK – Exército de Libertação do Kosovo
UE / EU – União Europeia
UNDP - Programa da ONU para o Desenvolvimento
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNPROFOR – Força de Protecção das Nações Unidas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VCEM/UNPF – Vice-chefe do Estado-Maior da Força de Protecção das Nações Unidas
VMRO – Partido Nacionalista da Macedónia



1º BIPáras – 1º Batalhão de Infantaria Páraquedista

14AGO10 – dia/mês/ano (ddMMMa)

(COSTA, 2010: 25) – Nome do autor da obra, cujo trecho é fielmente transcrito entre comas, e que está completamente identificada na bibliografia (,) seguido do ano de publicação da mesma (:) e número da página desta onde poderá ser encontrada a transcrição.

(COSTA, 2010) – Nome do autor e ano da publicação da obra relacionada na bibliografia, de onde foi retirada a ou as ideias aqui transcritas resumidamente, sem preocupações de exactidão na forma mas respeitando o conteúdo original.



Sumário

NOTA PREAMBULAR.....	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III
LISTA DE FIGURAS.....	IV
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	VII
SUMÁRIO.....	X
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ESCLARECIMENTO SOBRE A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO TEMA	1
1.2 OBJECTIVOS, METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	2
1.3 ESTRUTURA, QUESTÃO CENTRAL E QUESTÕES DERIVADAS.....	3
1.4 PANORÂMICA DO TRABALHO.....	5
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO.....	6
2.1 O ESTADO MODERNO	6
2.2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO.....	8
2.3 A DINÂMICA DO TRAÇADO DAS FRONTEIRAS DOS ESTADOS	9
2.4 TEORIA DA DIVERSIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS FRONTEIRAS	11
2.5 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS / ENQUADRANTES DAS TALASSOCRACIAS E EPIROCRACIAS	13
2.6 A DIFERENTE EXPRESSÃO DO PODER NO ÂMBITO DO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL E NO DO ESTADUAL	16
2.7 A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO-NAÇÃO.....	20
2.8 O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA.....	22
2.9 OS FACTORES GEOPOLÍTICOS	29
2.10 OS MÉTODOS DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA.....	30
2.11 MODELO DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA	33
CAPÍTULO 3 – A GEOPOLÍTICA DOS BALCÃS.....	35
3.1 QUADRO GEOPOLÍTICO DE REFERÊNCIA	35
3.2 CENÁRIO ESTRATÉGICO BASE.....	41
3.3 OS FACTORES GEOPOLÍTICOS – FÍSICO, HUMANO E DE CIRCULAÇÃO	42
3.3.1 <i>O Factor Físico da ex-Jugoslávia e a sua influência nas populações.....</i>	<i>53</i>
3.3.1.1 A Eslovénia.....	58
3.3.1.2 A Croácia.....	60
3.3.1.3 A Bósnia-Herzegovina.....	61



3.3.1.4	A Sérvia	63
3.3.1.5	O Montenegro.....	65
3.3.1.6	A Macedónia.....	67
3.3.2	<i>A Geohistória balcânica</i>	69
3.3.2.1	As origens eslavas nos Balcãs e influencias sofridas, sobretudo nas Idades Média (séc. V / XV d.C.) e Moderna (séc. XV / XVIII d.C.)	69
3.3.2.2	Os dialectos dos eslavos do Sul	75
3.3.2.3	A evolução inicial dos eslavos do Sul de religião ortodoxa	76
3.3.2.4	A invasão otomana dos Balcãs	80
3.3.2.5	A evolução inicial dos eslavos do Sul católicos	91
3.3.2.6	O domínio Habsburgo sobre os eslavos do Sul católicos, bem como sobre os refugiados de fé ortodoxa.....	92
3.3.2.7	A Idade Contemporânea nos Balcãs (séculos XIX e XX)	97
3.3.2.8	As Guerras Balcânicas	108
3.3.2.9	A I GG nos Balcãs e o período subsequente	111
3.3.2.10	O Início da II GG nos Balcãs	121
3.3.2.10.1	A ocupação do Estado Independente da Croácia	124
3.3.2.10.2	A Ocupação da Sérvia	127
3.3.2.10.3	A diferente acção de resistência ao invasor dos movimentos Tchetnik e Partizan.....	128
3.3.2.11	O tempo inicial da Jugoslávia de Tito e o compromisso imposto às nacionalidades.....	133
3.3.2.12	Breve caracterização das coordenadas políticas do regime de Tito	134
3.3.2.13	Características inovadoras da Jugoslávia de Tito e a transformação da importância desta, de regional em mundial	139
3.3.2.14	Os choques de interesses entre as Entidades Jugoslavas e a evolução do regime.....	140
3.3.2.15	O Poder potencial da RSFJ em 1978.....	147
3.3.3	A crise na Jugoslávia	148
3.3.3.1	O caminho final para a rotura da Federação	154
3.3.3.2	As eleições nas 6 Repúblicas	165
3.3.3.2.1	As eleições na Eslovénia e desenvolvimentos posteriores.....	165
3.3.3.2.2	As eleições na Croácia e as consequências	166
3.3.3.2.3	As eleições na Sérvia	172
3.3.3.2.4	As eleições no Montenegro	176
3.3.3.2.5	As eleições na Bósnia-Herzegovina.....	177
3.3.3.2.6	As eleições na Macedónia.....	179
3.3.3.3	A situação das Repúblicas em 1991	180
3.3.3.4	O fim da República Federal e Socialista da Jugoslávia	185



3.3.3.5	Os combates na Eslovénia e na Croácia posteriores às proclamações de independência	188
3.3.3.6	A guerra na Bósnia-Herzegovina	201
3.3.3.7	A guerra no Kosovo.....	215
3.3.3.8	O desmembramento da RSFJ e a postura subsequente de diferentes Estados	221
3.3.3.9	Síntese referente à Jugoslávia na Idade Contemporânea (séc. XIX e XX d.C.)	232
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		237
BIBLIOGRAFIA.....		257
- <u>LIVROS</u>		257
- <u>REVISTAS E ARTIGOS</u>		263
- <u>WEBGRAFIA (LINKS UTILIZADOS, DATAS E ASSUNTOS):</u>		266



Geopolítica, um método auxiliar para a compreensão do mundo contemporâneo. A Geopolítica dos Balcãs

“Plus de cent ans après sa naissance véritable, la géopolitique n'a pas encore su trouver une place unanimement reconnue au sein des sciences humaines et fait encore l'objet de critiques à la fois idéologiques et épistémologiques issues des matières dans lesquelles elle puise pour bâtir ses raisonnements : l'histoire, la géographie, la science politique, et à l'intérieur de cette dernière les relations internationales”.

(Chauprade, 2007 : 24).

Capítulo 1 – Introdução

1.1 Esclarecimento sobre a importância atribuída ao tema

Porque se situa no vasto âmbito do Estado e trata do apoio por especialistas aos decisores políticos de nível elevado, tendo em vista a tomada de decisões vitais, a presente dissertação será iniciada dissecando-se os conceitos gerais em que assenta, entre os quais se sublinha o de Geopolítica. O conceito desta pode expressar-se como *"o estudo diacrónico da Política, a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado principalmente, embora não exclusivamente, para as Relações Internacionais, dedicando especial atenção a tudo o que se relaciona com a geração, a aquisição e o emprego do Poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos. É, naturalmente, uma disciplina que se insere na corrente realista do estudo das Relações Internacionais e da Política em geral. Constitui um método de interpretação da fenomenologia política, vocacionado para a percepção e definição de objectivos, de interesses, de condicionantes e dos factores de Poder"* (Martins, 2006b: 22).

Logicamente que existe um mandato indeclinável para os decisores políticos dos Estados – a prossecução no caminho conducente aos objectivos últimos destes – o qual exige a manutenção de assessores especializados, realizando análises prospectivas nas suas diversas áreas de especialização. Nessas diversas áreas, inclui-se trabalhar a necessidade de permanente articulação entre os meios disponíveis e os necessários, face à diversidade e contradições entre os interesses/objectivos dos diversos Estados e respectivas fronteiras. Trabalho esse realizado de modo que possam ser definidos caminhos, em devido tempo ancorados em factos, tidos como concretos, logo analisados com a menor subjectividade possível, após individualizados na complexa teia dos fenómenos político-sociais. Deste modo, o analista geopolítico, para além de outras preocupações no que tange ao progresso e bem-estar social, deve também ter sempre em consideração a segurança, inclusive para salvar o meio ambiente, e para isso não pode deixar de procurar "servir" o Poder, no mínimo procurando informá-lo com as suas análises. Contudo, no plano ético essas análises devem

ser inatacáveis, as quais podem inclusive levantar vulnerabilidades no meio considerado, bem como as respectivas consequências, se aquelas não forem removidas ou neutralizadas em devido tempo. É certamente irrelevante e até irresponsável fazer análises geopolíticas descomprometidas, se nelas for levantada a necessidade de salvação do meio ou da preservação do homem e o autor bastar-se nessa realização diletante, não procurando informar e até influenciar o Poder político do seu Estado, bem como outros actores da cena política nacional e internacional, se tal considerar necessário. Esta obrigação, naturalmente, prefigura uma finalidade política inerente à condição humana, um papel social a desempenhar e a não rejeitar, uma obrigação moral de todos, um "serviço" a ser prestado aos que, como representantes do povo, têm a responsabilidade de assumir decisões e usar legalmente o Poder que lhes foi conferido e de quem alguns dos especialistas na matéria estão subordinados como assessores para o efeito.

Foi com base no conceito acima expresso de geopolítica, coincidente com as reflexões desde há muito tidas sobre os assuntos em análise, que foi proposto e aceite o tema a tratar: "Geopolítica, um método auxiliar para a compreensão do mundo contemporâneo. A Geopolítica dos Balcãs". Compreensão designadamente dos fenómenos político-sociais, com origem no passado ou passíveis de serem perspectivados no futuro, os quais nos afectam ou poderão vir a afectar, quantas vezes sem ser entendida a génese e consequências dos mesmos, apesar do enorme interesse em serem entendidos e até prevenidos. Para tal, enquanto método de análise será utilizada a Geopolítica, que procura organizar e simplificar o imenso e complexo número de factores em presença, dissecando-os primeiro e depois aplicando o método a um caso real, nas ligações de estruturas e comportamentos políticos, com os ambientes físicos e humanos das Unidades Políticas consideradas. Espera-se, com esta análise, contribuir para uma melhor compreensão dos problemas que afectam o mundo em que vivemos, particularmente no que se prende com os Balcãs, demonstrando complementarmente a validade do método.

1.2 Objectivos, metodologia e delimitação da investigação

A Europa beneficia, há cerca de cinquenta anos, do período de paz mais longo da sua história e, como excepção mais preocupante a essa situação de relativa estabilidade, verifica-se a endémica conflituosidade existente na região dos Balcãs. Em relação à península balcânica, há a convicção de que, na nossa sociedade, o conhecimento concreto das verdadeiras realidades locais é relativamente vago, devido à dificuldade de perceber a complexidade e interpenetração dos factores em presença. Face a esse desconhecimento, com o presente trabalho pretende-se atingir os seguintes **objectivos de investigação: clarificar as razões profundas para a reiterada conflitualidade existente nos Balcãs; deduzir as consequências políticas dessa situação; prospectar o futuro na região.**

Para a elaboração do trabalho, vai ser utilizada a metodologia de análise geopolítica, a qual em si mesma encerra vários métodos complementares e não mutuamente excluíveis, e a temática insere-se no contexto das relações internacionais, tendo como base conceptual a Política, mas com elementos de carácter multidisciplinar, nomeadamente da geografia, da história, da sociologia e

outras disciplinas. Para o efeito serão utilizados dados obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental, elementos colhidos em palestras e seminários e, ainda, de entrevistas prospectivas suscitadas a especialistas nas áreas de ensino e de informações (*intelligence*), para além da vivência que, por motivos profissionais, o autor pôde usufruir durante mais de um ano na Bósnia-Herzegovina e, posteriormente, no Kosovo. Sobre esta triangulação de dados, será feita uma cuidadosa análise, elaborada uma teorização que será convertida em hipóteses, a serem depois testadas. Usamos aqui a palavra testadas no sentido de controladas e não comprovadas, pois, de acordo com Karl Popper, "a ciência nunca pode chegar a demonstrações de verdade definitivas (comprovações) mas apenas a falsificações (refutações¹) das teorias alternativas" (Moreira, 2007: 74).

Para a análise do problema vai usar-se sobretudo o método histórico. Assim, pela observação cuidadosa dos factos, constroem-se hipóteses, deduzem-se as consequências observadas/documentadas e procura-se controlar as conjecturas, para então serem corroboradas as interrogações manifestadas nas questões à partida enunciadas.

Face à sua vastidão, vai ser **limitado o âmbito do tema ao espaço da ex-Jugoslávia**, ainda que, pontualmente e de forma breve, possa ser estendido ao seu exterior, mas somente quando considerado imprescindível para a compreensão.

1.3 Estrutura, questão central e questões derivadas

Quanto à estrutura e conteúdo do trabalho, consequência dos objectivos a atingir e da delimitação do objecto, após um enquadramento conceptual que o baliza, está articulado numa sequência lógica para responder à questão central, eleita como o farol-guia e objectivo geral a atingir.

Para serem alcançados os objectivos relevados, foi eleita a seguinte **questão central**, qual fio condutor do nosso trabalho de investigação: **Como atingir as verdadeiras origens e as consequências políticas, sobretudo regionais, resultantes da implosão da ex-Jugoslávia, de forma a podermos prospectivar o futuro nesse espaço, em termos de conflitualidade?**

Dos inúmeros autores consultados e que procuraram dissecar o conflito nos Balcãs, foram recolhidas quatro perspectivas interpretativas. Algumas das teses, conhecidas por essencialistas ou primordiais, fundamentam-se no carácter do temperamento balcânico e nos ressentimentos ancestrais, os quais emergiram com o colapso do sistema comunista. Outras teses relevam o papel das pressões internacionais, decorrentes das alterações geopolíticas havidas ao longo da história, nomeadamente após a queda do muro de Berlim, e as decorrentes adaptações do conceito estratégico da superpotência dominante, ao novo quadro internacional. Um terceiro grupo sublinha as causas instrumentais, justificando as ocorrências com a acção dos agentes políticos, sobretudo interessados em alargar a sua base de poder, tirando partido das divergências étnicas em proveito próprio e à custa do colapso das instituições políticas jugoslavas. Finalmente, um quarto grupo de teses que assentam as razões explicativas na crise das estruturas institucionais do Estado Jugoslavo, cuja solidez fora determinante na estabilidade anterior do Estado e que haviam enfraquecido, quer

¹ - De acordo com diversos autores, crê-se também dever ser usada a palavra refutações e não falsificações, por parecer a tradução mais próxima do contexto em que foi usada a palavra falsification, por Karl Popper.

pelas reformas internas introduzidas, quer pelos fenómenos de integração ao nível global. Ao longo do trabalho serão analisados os factores sublinhados pelas teses referidas, como responsáveis pela conflitualidade, de forma a ser atingido o objectivo de investigação com maior precisão.

Tendo por base o conhecimento pessoal de parte da região, irá proceder-se à pesquisa de elementos em diversas fontes e, depois da análise aos dados recolhidos, segue-se a importante fase da aferição da verosimilhança e veracidade dos mesmos, através do seu controlo com outras fontes. Posteriormente, esses dados serão associados à aplicação prática da metodologia geopolítica no trabalho, resultando diversas linhas de investigação, tidas como as mais adequadas, materializadas por igual número de questões derivadas/subsidiárias (QD) da questão central, a cada uma das quais foi ligada uma hipótese que se procurará controlar:

- QD1: **Em que medida a interacção, das diferentes etnias em presença, tem influenciado a endémica instabilidade balcânica?**

Hipótese 1 – Da comparação das idiossincrasias, das etnias em presença, irá ressaltar a razão justificativa para a interacção conflituosa, na região dos Balcãs.

- QD2: **Que causas institucionais e instrumentais estão na origem da continuação da instabilidade balcânica, após o Acordo Geral de Paz (ou de Dayton) / Protocolo de Paris?**

Hipótese 2 – O desalinhamento entre o acordado em Dayton e os objectivos estratégicos das três Entidades em presença (bósnios-sérvios, bósnios-croatas e bósnios-muçulmanos), conjugado com a análise das lideranças políticas das mesmas (respectivamente, Karadzic/Milosevic, Tudjman e Izetbegovic), justifica a continuação da instabilidade no espaço da Bósnia-Herzegovina?

- QD3: **Que influências externas têm contribuído para a conflitualidade regional?**

Hipótese 3 – Da análise cruzada dos interesses, na península balcânica, das Grandes Potências (Rússia, EUA, Alemanha), bem como de outros países da União Europeia e das Potências Regionais com minorias na ex-Jugoslávia, irão evidenciar-se as influências externas e a sua contribuição para a conflitualidade.

- QD4: **Que consequências políticas globais poderão resultar da actual conflitualidade balcânica?**

Hipótese 4 – Como resultado da conflitualidade balcânica, perfilam-se no horizonte maiores divisões e contradições no sistema político internacional, eventualmente com fracturas entre aliados.

- QD5: **A violência nos Balcãs torna o futuro regional previsível?**

Hipótese 5 – O futuro da estabilidade regional dependerá sobretudo da compatibilização dos interesses regionais, bem como dos das grandes potências.

- QD6 – **Tem a comunidade internacional sido coerente no apoio à escolha do melhor futuro para os Balcãs?**

Hipótese 6 – A comunidade internacional não tem sido coerente no apoio à escolha da melhor solução, face aos interesses em presença.



1.4 Panorâmica do trabalho

Assim, após este primeiro capítulo introdutório, o trabalho prosseguirá com um segundo capítulo, preenchido com uma contextualização teórica, na qual será caracterizado genericamente o Estado moderno, seguido de uma incursão na evolução do conceito do espaço acessível ao homem, hoje multidimensional, função do exponencial crescimento da interdependência e da globalização. É tratado de seguida, ainda que sucintamente, a natureza elástica da fronteira dos Estados, sendo enunciada a teoria da diversificação e articulação das fronteiras. Porque intimamente ligadas com estes conceitos, caracterizam-se de seguida as civilizações chamadas talassocracias (marítimas) e epirocracias (continentais). Depois é analisada a diferente expressão da aplicação do Poder no âmbito interno estadual e no sistema político internacional, bem como as implicações da globalização em curso no Estado-nação. Por fim, nesse segundo capítulo, são abordados os conceitos de geopolítica e os seus factores. Quanto ao terceiro capítulo, nele será concretizado o método referido, sendo subordinado ao tema expresso no subtítulo deste estudo: "A Geopolítica dos Balcãs". Por último, no quarto capítulo serão relevadas algumas conclusões e recomendações.

Finalmente, por dever de honestidade intelectual e de justiça para com os autores consultados, sublinha-se que foi eleita como principal referência, sobre o desenrolar da história nos Balcãs, a obra do professor Paul Garde, porque linguista e escritor, especialista em línguas eslavas, profundo conhecedor das fontes historiográficas e sobretudo do sentir dos povos em apreço, devido às suas reiteradas viagens pelos Balcãs. No entanto, de modo a prevenir qualquer parcialidade na sua versão dos acontecimentos, esta será controlada pelo confronto com a argumentação crítica à primeira edição da sua obra, feita por Pavle Ivic e outros autores, do Instituto Sérvio de Lausana. Acrescem, como fontes historiográfica seguidas de perto, com idêntico objectivo, as obras dos Doutores Milan Rados, Alex Dragnich, Noel Malcolm e outros, como for sendo indicado.

Capítulo 2 – Contextualização teórica do estudo

“Comme Pasteur qui, en entrant dans son laboratoire, affirmait qu'il *laissait Dieu au vestiaire*, le géopoliticien doit se faire l'analyste objectif de la réalité géopolitique”.
(Chauprade, 2007 : 12)

"A Geopolítica é, antes de mais, um método de análise da realidade política, para isso utilizando instrumentos conceptuais e processos que lhe são específicos, a par de outros que partilha com outras disciplinas das *ciências humanas*"
(François Martins, 1996b: 1145).

2.1 O Estado moderno

A palavra Política comporta uma acepção ambivalente, na medida em que traduz o facto de se tratar de uma ciência e ser também uma actividade. Como ciência, a qual com mais propriedade deveria ser referida como ciência política, no seu conceito mais amplo estuda “todos os conhecimentos, seja qual for o método empregado na sua obtenção, relativos à compreensão, explicação e fundamento racional dos factos políticos, ordenados e sistematizados em função do seu objecto” (Caetano, 1972; 12). Igualmente constitui, segundo o mesmo autor e duas páginas na mesma obra e após a citação anterior, “a actividade desenvolvida para a conquista e manutenção do Poder (político) segundo certos ideais que se pretende fazer aceitar e realizar na sociedade”. Os ideais referidos são aqueles que o grupo que conquistou o Poder² político definira como a sua visão do interesse geral da sociedade considerada. Nesse sentido, após a conquista luta para exercer e manter esse mesmo poder, baseando-se na sua ideologia e procurando trilhar o caminho necessário na sua prossecução, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem, atentos às tendências de evolução no cenário político internacional. Esta actividade não constitui uma simples técnica que se aplica cegamente, com base nos conhecimentos científicos que a ciência política levantou como os mais adequados, mas constitui uma arte, a arte de governar. Arte só acessível àqueles que, embora tendo os conhecimentos teoricamente mais adequados em consideração, decidem actuar tendo presente a situação concreta que se viva e as consequências dos seus actos, usando pragmatismo e o imprescindível talento criador de soluções, sem jamais desviarem o olhar do farol balizador da sua acção, os resultados pretendidos.

De tudo que foi citado, seja qual for o espaço politicamente organizado que se considere, consensualmente se extraem os objectivos teleológicos da Política, os fins do Estado, e a saber:

² - O Poder é, em si mesmo, ética e moralmente neutro e só “é considerado legítimo se o for na origem e no exercício e é legal, se houver concordância entre a origem, a conduta durante o exercício e as regras jurídicas em vigor” (Lara, 1990; 95/96).

Por outro lado, segundo os autores indicados para cada citação, são fontes do Poder “a personalidade (ou capacidade de liderança), a propriedade e a organização” (Galbraith, 2007; 14), ou “o meio ou espaço ocupado pela unidade política considerada, os recursos materiais e humanos disponíveis e a capacidade de acção colectiva no emprego desses meios” (Aron, 1962; 107) ou, ainda, “a detenção de riqueza, de conhecimento e da capacidade para exercer a violência” (Toffler, 1991; 25/26). Uma análise mais profunda deste tema poderá ser consultada numa obra de Bertrand (Russell, 1990).



“garantir a segurança na sociedade, manter a justiça nas relações sociais e olhar pelo bem-estar material e espiritual” (Caetano, 1972; 143).

Foi referido o Estado tal como o conhecemos, já *“uma forma histórica de organização jurídica do poder dotado de qualidades que o distinguem de outros poderes e organização do poder. Em primeiro lugar a qualidade do poder soberano (...) A soberania, em termos gerais e no sentido moderno, traduz-se num Poder supremo no plano interno e num Poder independente no plano internacional”* (Canotilho, 1999; 85/86).

Ainda quanto ao Estado moderno, tido como uma criação do Tratado de Vestefália (1648), terá começado a ser mais finamente talhado na França e durante a Renascença por Richelieu³, ao definir o conceito de fronteira natural, tida como a mais segura, bem como ao justificar que todos os meios usados por si na governação eram legítimos, com o argumento da “Razão de Estado”. Centralizou ainda o poder político no âmbito interno, instituindo o absolutismo real, para isso lutando pela apropriação, para a coroa, do poder detido pela nobreza, bem como destruindo o poder militar interno do partido protestante dos huguenotes. Declarou o Estado independente, dentro das suas fronteiras e face ao exterior, enredando nesse sentido a França na Guerra dos Trinta Anos e subsidiando, também para isso, os protestantes da Holanda, Dinamarca e Suécia na luta contra “a vontade de hegemonia e a ideia de império supranacional dos Habsburgos” (Sacchetti, 2002; 161), esta a Casa Real então reinante no Império austríaco e em Espanha.

Hoje, habitualmente, o Estado é definido pelos geógrafos como uma “população instalada num território sobre o qual exerce a sua própria soberania” (Raffestin, 1980; 17), daqui criando este autor a expressão “tríade do estado”, cujo conceito abarca a população, o território e a autoridade nele constituída. É importante ser sublinhado que o termo População *“abarca o conjunto de pessoas, residentes num território, quer se trate de nacionais, quer de estrangeiros (...) (e, nem sempre mas por vezes), é o Estado que, depois de fundado, vai pelo convívio dos indivíduos e pela unidade do governo, criando a comunidade nacional (a Nação) (...), e a palavra Povo designa a colectividade humana que, a fim de realizar um ideal próprio de justiça, segurança e bem-estar, reivindica a instituição de um poder político privativo que lhe garanta o direito adequado às suas necessidades e aspirações”* (Caetano, 1972; 123). Por isso, ainda que se verifique com frequência o uso indiscriminado das palavras população, nação e povo, é defendido ser mais adequado o uso desta última, apesar de ter sido usada a palavra população, porque consta no trecho do texto citado e por respeito ao autor da mesma.

Quanto ao território, estudado no âmbito não só da geografia, convirá ser apreciado o actual conceito desse espaço, face ao impacto que no mesmo a evolução tecnológica e a consequente actual globalização provocaram, o que será feito no parágrafo seguinte.

³ - Entre 1624 e 1642 governou a França, dirigindo o Conselho do rei Luís XIII.

2.2 A evolução do conceito de Espaço

Ao reflectir-se sobre o território de um Estado, ocorre de imediato a sua Geografia, ciência que começou por ter uma atitude desinteressada, do tipo contemplativo⁴, limitando-se em consequência a sistematizar o conhecimento do mesmo. Só no início do século XIX, com os geógrafos alemães Humboldt e Ritter⁵ (Gallois, 1990; 206), se iniciaram trabalhos geográficos explicativos e não só descritivos como até então. Com este progresso conceptual, procuraram-se levantar as causas da distribuição espacial dos fenómenos físicos, biológicos e humanos, ou pela procura das relações de causa-efeito, em realidades de fenómenos interdependentes, ou através da observação das condições em que esses fenómenos ocorriam noutras áreas. Consequentemente, evoluiu-se na percepção do que é e representa o espaço acessível ao homem, que noutro tempo se resumia à geografia física local, e que hoje se prende com o exponencial crescimento da interdependência e globalização⁶ dos fenómenos, os quais usualmente se caracterizavam pela fraca ressonância local, tendo passado, nos nossos dias, a originar intensa e rápida ressonância no Mundo, independentemente da sua origem.

Assim, a amplitude e dinamismo do actual entendimento de espaço, agora com um conceito multidimensional, que inclui uma “componente horizontal”, os aspectos físicos⁷ do espaço, uma “componente vertical”, constituída pelo homem e pela influência exercida por ele⁸ na primeira componente referida, as estruturas implantadas e as transformações operadas, e uma terceira “componente temporal”, criada pelo sentido dinâmico da variação e interacção do relacionamento realizado entre as duas primeiras componentes, em cada momento. Porque verdadeiramente importante, sublinha-se o facto da referida componente temporal ou dimensão do espaço, o tempo, o

⁴ - Por tipo contemplativo entende-se agir sem outra finalidade específica, para além de realizar desinteressadamente a sistematização do conhecimento, descrevendo simplesmente o espaço em apreço.

⁵ - "As primeiras contribuições de cada um apareceram respectivamente em 1799 e 1804" (Cohen.1980: 81).

⁶ - Apesar de hoje os grandes beneficiárias serem a China e a Índia, é essencial ter presente que a globalização, iniciada com os descobrimentos em 1500, é hoje sobretudo de matriz anglo-saxónica, graças ao progresso científico-tecnológico que estes lideram, sobretudo nos domínios do transporte e das comunicações. Como tal, a globalização insere-se nas finalidades da política externa americana, logo uma política de conquista, manutenção ou incremento do poder pela super potência, o que, só por si, gera oposição. Esta é também obtida devido a algumas das consequências da globalização, a qual, tendencialmente, conduz à homogeneização, sobretudo cultural, tida por alguns como um “assalto” às idiosincrasias étnicas / religiosas / ideológicas, o cimento das nacionalidades. A mudança levanta a dúvida onde havia certezas ancestrais, tidas como eternas, logo com a presença do receio daquela e da eventual perda de poder, pelo menos, por alguns dos seus detentores.

⁷ - Integrando os conceitos de extensão (dimensões e superfície), posição relativa, configuração (forma e fronteiras), morfologia (relevo e hidrografia), natureza geológica do solo, vegetação, clima, mar e vias navegáveis, meio aeroespacial e alterações provocadas pelo homem (ou seja, a geografia física).

⁸ - Inter-relacionamento dos factores económico, tecnológico, social, cultural e demográfico (geografia humana).

qual tem sofrido uma imensa contracção⁹, fruto do exponencial ritmo da evolução tecnológica. Contracção, quer em termos de comunicação de relação entre espaços diferenciados, permitindo hoje a difusão, em tempo real e para qualquer distância, de ideias e da transmissão de dados e informações imprescindíveis ao exercício da actividade política, quer de comunicações de transporte, possibilitando eficiência e eficácia dos sistemas administrativos e comerciais, da logística de produção e da capacidade de aplicação do Poder, logo elemento decisivo da Política. Surge então o conceito de circulação, enquanto signficante do sentido dinâmico das comunicações de relação e de transporte, como resposta a imperativos decorrentes da interacção dos elementos humano e físico do “habitat”, mas também como influenciadora, em retorno, da própria evolução do conceito de espaço (Geraldes, 1987/1982b). Sublinhando a sua importância no mundo em que vivemos, aponta-se a afirmação de que sendo decisiva, “a circulação é o elemento geopolítico fundamental, em especial nas suas vertentes, política e estratégica, visto que estas dizem respeito à projecção de poder” (Martins, 1996b; 1199).

Em consequência do actual entendimento de espaço, hoje tido como multidimensional, face ao reconhecimento das suas dimensões horizontal, vertical e temporal, e do sempre crescente dinamismo das actuais comunicações de relação e transporte, poderão os Estados continuar a confiar que se mantém o valor das fronteiras naturais em que procuraram apoiar a sua segurança? No parágrafo seguinte será procurada a resposta para tal questão.

2.3 A dinâmica do traçado das fronteiras dos Estados

No que concerne à delimitação e respeito das fronteiras dos Estados, convirá não ser esquecida uma verdade usualmente trágica para estes, quando desprovidos do poder necessário para a sua defesa, como citado, por Abraham Rothberg, a propósito do pensamento que assaltou um escritor checo que “ao ver a entrada dos carros de combate alemães nas ruas de Praga, notava amargamente, lembrando-se certamente dos tratados de garantia assinados em 1918 pelos Grandes, que os artigos eram para ser cumpridos apenas pelos poderes mais fracos” (Bessa, Dias, 2007: 100). Após uma página de permeio, estes autores citam igualmente Políbio de Almeida, o qual, com as suas proverbiais lucidez e clareza, relaciona os conceitos de fronteira e de Poder, afirmando que “*não há fronteiras caracterizadas pela eternidade, territórios garantidos para uma comunidade de humilíssimos da terra, riquezas com copyright. A natureza elástica da fronteira fá-la avançar e recuar segundo o poder que acolhe o seu interland e, é por isso que, também, nunca ninguém pôde dizer que ela era contínua, permanente e rígida*”. Como referiu Vicens (Vives, 1956: 155/179), “a história demonstra que os acidentes morfológicos não constituem fronteiras naturais, pois os rios são sempre elo de ligação e não de separação, bem como as montanhas foram povoadas por elementos que fizeram a comunicação entre as vertentes”. Há outros autores que consideram que só os desertos

⁹ - Provocando uma progressiva modificação da percepção do que é o espaço, para um sistema de circulação integrado e contínuo, “não implicando necessariamente a total perda do significado das distâncias e dos obstáculos, os quais mantêm a sua importância relativa em termos económicos, de usura e de tempo, embora já somente quando considerados em termos globais” (Geraldes, 1987; 1).

constituíam fronteiras naturais, sejam eles na sua variedade branca (calotes polares), azuis (os oceanos), verde (florestas densas e largas) e amarelos (desertos propriamente ditos). No caso particular das fronteiras resultantes da descolonização, porque não respeitaram por regra a implantação étnica, resultaram poucos Estados-nação e elas são por isso mais permeáveis que outras, inclusive pela existência de minorias¹⁰ na generalidade desses Estados. Devido a essa razão e não excluindo totalmente as tidas ainda hoje como naturais, as fronteiras genericamente representam periferias de tensão, motivadoras de conflitos e usadas como sofisma expansionista por quem tem poder efectivo para tal.

Outra vertente a não descurar, no que se prende com a análise do valor das fronteiras naturais, anteriormente tidas como mais seguras, está relacionada com o posicionamento geográfico e relativo dos Estados, seja de insularidade ou de encravados entre outros (sem saída directa para o mar), o que muito condiciona a sua política, o seu comportamento e a própria imagem desses povos. Porém, a posição não é o único factor geográfico a ter em conta, pois ela está ligada à natureza do território habitado pelo povo considerado, ao relevo e mesmo à vegetação existente, os quais contribuem para moldar a realidade que localmente se vive, bem como na construção do imaginário dos povos. A topologia de um território, em geopolítica, é o estudo das lógicas geopolíticas, em função das características próprias dos espaços, em especial as ligadas à forma e descontinuidade do espaço terrestre, porque se repercutem no relacionamento humano e em rupturas geopolíticas. Contudo, “o progresso, no que se refere a vias de comunicação entre os homens, vem conduzindo à diminuição da função separadora de certos espaços, com carácter hostil ou vazio, que outrora serviu de fronteira natural entre Estados” (Chauprade, 2007: 169). Tudo isto demonstra o carácter evolutivo do valor das chamadas fronteiras naturais dos Estados, outrora tidas como seguras. Como factores geopolíticos, os obstáculos naturais vêm sendo desvalorizados, pois os desertos e os mares já não separam os homens como noutros tempos. Os espaços vazios e os mares são hoje devassados e ultrapassados, sem dificuldade, utilizando satélites, submarinos e outros meios de que alguns Estados dispõem. Na análise certa de um autor desconhecido, a montanha, esse outrora refúgio de heréticos, santuário de rebeliões, barreira/fronteira natural e origem de água, é hoje muito mais fácil de atravessar do que de controlar, não sendo mais intransponível como noutro tempo. Hoje, a classificação como fronteira natural está, portanto, dependente da época histórica que se considere, face à tecnologia então existente em cada uma delas, bem como ao estágio de desenvolvimento relativo das unidades espaciais consideradas.

Como referido por (Chauprade, 2007: 73), *“para Jacques Ancel, as verdadeiras fronteiras naturais são o produto das realizações humanas, como a disseminação linguística por exemplo; com efeito, são as relações humanas que determinam, por contrastes ou por afinidades, as mais sólidas ligações. Assim, à imagem de Lucien Febre que escrevia que o quadro importa menos que o coração,*

¹⁰ - Vivendo no interior de um Estado, as minorias usualmente constituem focos de tensão deste com outro ou outros Estados, sobretudo se são conjuntos humanos compactos (agrupados numa parte de um território), mas também se dispersos (disseminados sobre um território), que se integram num conjunto maioritário mais vasto. A sua presença, no seio de um Estado, torna heterogenia a população deste e aumenta o sentimento de diferença entre os cidadãos do mesmo. Para caracterizar esse conjunto humano como minoria, há que analisar a situação, em relação à maioria, nas suas diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e socioeconómicas, de acordo com (Chauprade, 2007: 511/518).

Jacques Ancel fez da geopolítica francesa uma Geopolítica humanizada, distanciada dos excessos da cientificidade alemã”. Depreende-se daqui, facilmente, a opção de Ancel pela visão de que são os grupos humanos que atingem o equilíbrio, ou seja, a fronteira modela-se logo depois da agitação de um e outro lado da mesma, sendo a mesma traçada pela força relativa do homem e não pela natureza. Esta concepção da origem do traçado da fronteira, opõe-se frontalmente àquela de cariz determinista que defende que a mesma resulta de o solo impor os seus limites, pois sendo o Estado habitado por uma população que fora, na sua expansão, parada pelos obstáculos físicos existentes, permitiria concluir que é a natureza que fixa a fronteira.

Baseado na sua reconhecida competência ao analisar o conceito de fronteira numa obra de referência, o geógrafo Michel (Foucher, 1988: 10/11) releva que “por definição, todas as fronteiras são artificiais, atendendo a que aqueles que as traçaram escolheram entre vários rios ou várias cristas possíveis”. Afirma de seguida que não é em função das suas características, em grande escala, que as podemos pré avaliar como fronteiras com qualidade, mas sim em função do relacionamento entre os conjuntos contíguos. Prossegue afirmando que na realidade não há boa fronteira em termos absolutos, ainda menos fronteira ideal, mas fronteiras reais quer sejam reconhecidas como legítimas bilateralmente, quer apresentem mais vantagens políticas, estratégicas ou económicas para uns que para outros, num dado momento histórico. Deixa assim claro que o traçado das fronteiras é função da força relativa do homem, no momento da sua génese, permitindo-nos concluir que se a relação de forças se alterar e aquele traçado não for bilateralmente tido como legítimo, poderá existir a demonstração de que o traçado daquelas não é imutável e sim de natureza elástica.

Aceitando que o traçado da fronteira é fruto sobretudo da força relativa dos Estados e não função única da natureza, porque não há determinismo, prosseguiremos no próximo parágrafo com a análise da progressiva desvalorização da fronteira da soberania e a resposta dos Estados a essa situação.

2.4 Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras

A fronteira clássica, ou seja, a fronteira da soberania, com a interdependência económica e a tecnologia actual, já não pode ser a referência na defesa dos interesses de cada Estado. Nesse sentido e face à necessidade sentida pelas Unidades Políticas de ser alargada a defesa, foi sendo construída uma teia complexa de solidariedades, baseadas na partilha de valores comuns, de vizinhança geográfica e de interesses económicos, levantando sistemas colectivos de segurança ou alianças alargadas. Desta forma, cada Estado ampliou o seu espaço de interesse, afastando concomitantemente de si as ameaças mais próximas e, ao tornar aquele espaço mais vasto, mas mais solidário entre todos que partilham quer a responsabilidade de o defender, quer os riscos inerentes, materializou uma nova fronteira, a que se chama de segurança. Mas, para além desta, deve-se conceber uma outra, a fronteira dos interesses, estes muitas vezes divergentes e provocando até colisões entre Estados pertencentes aos mesmos sistemas colectivos de segurança que, em função dos interesses específicos de cada um, se expandem para áreas de maior interesse.

Crê-se dever situar-se nesta fronteira bem articulada a linha do interesse cultural, em que a nossa língua, onde quer que ela seja falada ou, no mínimo, compreendida, porque representa um factor de Poder de capital importância, mormente no âmbito dos Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Uma outra linha de referência, de cuja existência se deve ter consciência, face às realidades do mundo em que vivemos, é a fronteira da vulnerabilidade, directamente ligada à segurança de pessoas e bens no interior da velha fronteira da soberania, exigindo um trabalho de previsão, de redução ou de evitar os prejuízos causados por grandes desastres industriais, ecológicos, calamidades e qualquer acto de violência organizada ou de explosão social. Como o homem sempre ambiciona ir mais além, procurando a última fronteira, hoje nunca para menos do que conter o globo na sua totalidade, chega-se à fronteira global, aquela que nos indica a necessidade de resolver globalmente questões que não podem ser amarradas às fronteiras da soberania, da segurança ou dos interesses. Por isso, as vulnerabilidades ultrapassam o funcionamento de cada Estado ou coligação e, para questões vitais, as fronteiras dos interesses e da segurança terão de coincidir com a fronteira global. Trespessando todas as fronteiras, existe o conceito de não fronteira ou da não fronteira da solidariedade, onde se situam determinados povos que, de tão abandonados e esquecidos, se podem transformar em ameaças à própria segurança colectiva. Isto obrigará a actuações específicas e missões diferenciadas, a serem desempenhadas por profissionais altamente qualificados em diversas áreas e sob mandato da ONU, porque do interesse de todos (Leandro, 1992a/b).



Figura 1 - Representação esquemática do globo e da diversificação e articulação das fronteiras de um Estado (modelo G. Leandro)

Após revistos os conceitos mais importantes no que concerne ao território, ou seja o espaço geográfico dos Estados, passaremos a outro dos três elementos da chamada *tríade do Estado*, ou seja, ao estudo de algumas das características distintivas do povo, em função das influências geográficas sofridas e do tempo considerado.

2.5 Considerações prévias / enquadrantes das Talassocracias e Epirocracias

Numa caracterização ímpar da evolução recente de Trás-os-Montes, pode ser lido que “longe do poder central pelas dificuldades de acesso e pelo descaso que este tinha pelas interioridades (...) (viviam) comunidades isoladas pelas montanhas, pela falta de acessos fáceis, pela praticamente inexistência de meios de comunicação social. (Porém), neste fim de milénio, as diferenças que marcam a evolução da província, sobretudo depois de 1974, são notáveis” (Moreira, 2008: 28/30).

De forma diversa mas com igual conteúdo aponta a expressão popular transmontana, “para cá do Marão, mandam os que cá estão!”, hoje com um significado já histórico mas ainda residual. Ela resultou da percepção pelos transmontanos, da existência da barreira que, no contexto nacional e num passado não muito distante, a região periférica e montanhosa de Trás-os-Montes representou em termos de circulação, no aspecto de comunicações de relação e de transporte, entre a citada Província e o restante território português. Neste desiderato, a serra do Marão materializava o limite geográfico para aqueles que, qual injusta punição, suportavam os custos da interioridade por nela terem nascido. Antigos constrangimentos na circulação, hoje ultrapassados sobretudo através da abertura de novas vias de comunicação, para além da melhoria das antigas e limitadas condições de vida noutro tempo e na região existentes, originaram motivos de queixa daqueles que com aquela expressão se manifestavam, traduzindo a sensação de abandono e distância a que, no pensamento dos transmontanos, o Poder central os votara. Trata-se de um exemplo, simples e conhecido, da influência da geografia no carácter do povo transmontano, em que sobressaíam a rusticidade necessária à difícil vivência local, o conseqüente forte espírito de união e solidariedade entre os que sofriam idênticas carências. Acresce ainda um certo orgulho dos transmontanos, associado ao sentimento de pertença ao grupo resistente à desigualdade e injustiça, associado a alguma hostilidade verbal para com o outro, aquele que era tido como não solidário, porque nem sequer procurava minorar as limitações então existentes e que os penalizavam. Estas radicavam quer no montanhoso, logo difícil de transpor e pobre terreno circundante, quer nos escassos recursos localmente disponíveis, bem como nas condições climáticas extremas existentes no Inverno e no Verão, então muito difíceis de ultrapassar, e que há muito verbalizavam com o aforismo “nesta região suportamos nove meses de Inverno e três de inferno”.

São aqui bem patentes, para além dos factores identitários clássicos e compartilhados com os restantes compatriotas, como sejam a etnia, a língua e a religião, outros factores diferenciadores, ditos dualidades sociológicas ou modos de vida fundamentais e aqui opostos, nós e os que o Estado apoia, cidade e campo, (nómadas e sedentários), chamados por Vidal de la Blache de géneros de vida.

Igualmente ilustrativo da influência do ambiente natural no ser humano, desta feita não na componente psíquica como no anterior exemplo, mas na componente fisiológica dos Incas, que habitam o altiplano andino¹¹, de um maior volume do tórax, dos pulmões e do coração, bem como da

¹¹ - Porque de assinalar, recorde-se que “o altiplano andino é um planalto com cota média tão elevada que ensombra a zona sul dos Andes e é uma depressão constituída por sedimentos, entre as cadeias ocidentais e orientais dos Andes, sendo o

quantidade e volume de glóbulos vermelhos¹², em relação aos povos vivendo a cotas próximas do nível do mar. O facto relevado é justificado porque vivendo esses incas na alta montanha, logo respirando o ar mais rarefeito em oxigénio, sofreram ao longo dos tempos essa adaptação física à vida naquelas paragens.

Certamente como resultado de inúmeras observações, como as precedentes, bem como do seu estudo, o geógrafo francês Jacques Pirenne teorizou, ainda que abusando da generalização, que “ *as civilizações marítimas – talassocracias – são estruturalmente diferentes das civilizações continentais – epirocracias – e, para as primeiras, apontou as seguintes características: São extrovertidas, vivem do contacto com outras civilizações; a sua cultura é um produto de sínteses sucessivas, permutando valores materiais e espirituais com outros povos; são sociedades constituídas por grupos sociais abertos, às vezes com prejuízo da solidariedade nacional, quer política quer religiosa; geram o individualismo e a concorrência que, embora gerando tensões, produzem riqueza; o poder é descentralizado tendendo para a democracia, o liberalismo e a tolerância; a sua riqueza reside na troca, no comércio e na posse de bens perecíveis que, por isso mesmo, permitem uma elevada mobilidade social; a sua expansão faz-se pelo contacto e dá lugar ao colonialismo, com vocação para a independência dos povos trazidos à convivência; as suas relações com outros povos puderam fazer-se de forma mais harmónica, a maior distância entre civilizações bastante desiguais, o que tudo contribuiu para um melhor e mais rápido conhecimento do mundo.*

Quanto às civilizações continentais, seriam marcadas por particularidades como: são introvertidas (...), criarem um conceito de superioridade, recusando as aculturações; são sociedades constituídas por grupos sociais fechados, com uma estrutura coesa, exclusivamente nacional; o indivíduo submete-se ao grupo e este pratica uma intolerância e disciplina fanáticas; por isso o poder é centralizado e autocrático, tendendo para o despotismo; a sua riqueza reside na terra, na posse de bens de raiz, transmitidos de forma rígida e, por isso, criando clãs dominantes; a sua expansão – i.e., a forma de criar mais riqueza – é por conquista e dá lugar ao satelitismo, com vocação para a incorporação final dos povos conquistados; a sua relação com outros povos faz-se de forma rígida e próxima provocando escassas mudanças culturais” (Almeida, 1990: 142/3).

Contudo, há que ser claramente expresso que a teoria de Pirenne, no que concerne à caracterização das talassocracias e epirocracias, não deve ser aceite de forma determinista e passivamente, mas sim como a possibilidade mais provável de acontecer, em situações e ambientes similares a outros já validados, analisando sempre as realidades sócio-culturais de forma crítica e caso a caso.

A propósito da teoria de Pirenne, não se pode deixar de sublinhar o pensamento de Horta Fernandes (ISCIA, 2007), o qual procurou, com argumentos lógicos, fazer a desconstrução da dicotomia entre continentalidade e maritimidade. Assim, no que concerne à aplicabilidade da teoria às

ponto mais baixo o lago Titicaca” (Bright, 2006: 248). O lago Titicaca situa-se a uma altitude de 3810 metros e cobre uma área de 8300 Km².

¹² - Como refere Michael Bright, "Lying across the border between Peru and Bolivia, under vast inland sea, this is Lake Titicaca, the largest lake in the south America (...). People here are adapted to life in this high region, with larger-than-usual hearts and lungs, and more red blood corpuscles in the blood..." (Bright, 2006: 246)

várias épocas e espaços, sublinha o facto de esta não estar fortemente blindada e nem sequer ser de aplicabilidade trans-histórica. Efectivamente, parece óbvio o excessivo generalismo da teoria em apreço, não dando a devida importância às diferenças históricas, nem às diferenças antropológicas no espaço.

Entre várias considerações que o autor citado fez, realça-se a que refere que Pirenne apresentou a sua teoria em 1948, quase a pedido de uma época que começou com a génese da bipolarização mundial, os preâmbulos da guerra-fria, mas traduz também o cataclismo que a França, o país natal do autor, acabara de atravessar às mãos de um agressor oriental, parecendo mais uma vez estar subjacente nesta teoria o perigo de Leste.

Por outro lado, tentou aplicar ao mundo grego, incluindo Atenas, a teorização e, face ao desprezo a que neste mundo o trabalho físico era votado, bem como a actividade económica em geral, o qual espelhava a capacidade empreendedora dos gregos no sentido das pilhagens por conquista militar e na subjugação do outro, compatível com a liberdade própria, concluiu pelo não verificacionismo / compatibilização com a cultura dita talassocrática, a qual se lhe devia ajustar. Contudo, acrescenta que a Grécia antiga tem, igualmente, uma longa história de aventura marítima e de frutíferas permutas culturais nela baseada, o que, somado com o anteriormente dito, parece aconselhar, no mínimo, um reequacionar da teorização ora posta em causa.

Afirma também ser muito duvidoso que qualquer cultura, sobretudo de entre as instaladas em eixos geográficos relativamente centrais, não seja um produto de sínteses sucessivas, de variegadas aculturações, como parece não caber na teorizada caracterização das civilizações epirocricas por Pirenne.

Apesar do citado, não deixa de referir que *"o problema não resulta da impossibilidade de aplicação em ocasião alguma da dicotomia maritimidade/continentalidade. Se ela foi ensimesmada e incorporada nos raciocínios dos mais altos decisores, não há outro remédio senão tê-la em conta para efeitos de investigação na geopolítica e geoestratégia dos factos contemporâneos, nem sequer está em causa que para períodos específicos e em circunstâncias do mesmo quilate, o seu uso não possa aclarar alguma coisa. Aquilo que parece verdadeiramente suspeito é a sua utilização illo tempore, sobretudo se fundamentada numa argumentação cerradamente nomotética e no limite arregimentada à volta de pontos ora demasiado generalistas, ora tendendo para o absurdo, porque totalmente descontextualizados"* (ISCIA, 2007:122).

Após o estudo do território e do povo, procurando neste aclarar alguns aspectos pelo reconhecimento de tendências comportamentais epirocricas ou talassocráticas, não esquecendo nunca o seu passado histórico e antropológico, no próximo parágrafo será abordado o terceiro elemento da tríade do Estado, a autoridade. Referir autoridade do Estado, significa estudar o poder político em funções neste, reflectindo com prioridade sobre os instrumentos fundamentais para o exercício da mesma, o Poder de que se poderá socorrer quando necessário, quer na ordem interna quer na externa.

2.6 A diferente expressão do Poder no âmbito do Sistema Político Internacional e no do Estadual

Ainda quanto ao conceito de Poder dos Estados, um atributo necessário para a consecução dos objectivos destes, a sua grandeza deriva das diferenças de anatomia e situação geográfica entre as unidades políticas que se considerem. Podemos definir “Poder, no campo das relações internacionais, como a capacidade de uma unidade política impor a sua vontade às demais” (Aron, 1962; 99), “mediante a suposição destas de sofrerem sanções eficazes, caso não aceitem a vontade daquela” (Couto, 1988; 40). Na política internacional, os Estados pretendem determinar livremente a sua conduta e, como tal, estão sempre presentes formas de coacção explícita ou implícita no seu inter-relacionamento, de acordo com a concepção da escola realista das relações internacionais. Esse Poder, além de outras características¹³, é putativo, porque só com a revelação da sua Força, numa determinada circunstância e face a um objectivo determinado, isto é, até se confrontar na realidade com outro, se poderá confirmar o valor que até então lhe fora atribuído por estimativa, como Raymon Aron na sequência da citação anterior bem teorizou. Quando empregue numa situação específica, a Força referida, também chamada de Potencial Estratégico¹⁴, é representada pelo somatório de todos “os meios, recursos ou capacidades de qualquer natureza (militares, económicas, humanas, organizacionais, psicológicas, etc.) de que um actor político pode lançar mão ou tirar partido para alcançar os seus objectivos” (Couto, 1988; 40/241-254).

A coercibilidade é uma das características mais distintivas do Direito. Nesse sentido, na mitologia grega a deusa Thémis, que simboliza a justiça, é representada empunhando a espada na dextra, o símbolo do poder. Tal simboliza a atribuição ao Direito do Poder, qual mandato indeclinável, de coagir os transgressores a cumprir normas e regras.

No interior dos Estados, os órgãos do governo têm Poder para impor a lei, porque de sociedades hierarquizadas¹⁵ se trata, nas quais o respeito pelos normativos legais constitui a regra, imposta coercivamente quando necessário, detendo aqueles e para esse efeito o monopólio do uso legítimo da Força, através do uso dos instrumentos que criaram para tal.

Contrariamente, no que concerne ao relacionamento inter estados, não é o primado do Direito Internacional que sempre impera, face à simples constatação de que, usualmente, “não existe polícia

¹³ - “Para se ter Poder é preciso ter Força, mas a condição, embora necessária, não é suficiente, devido às características do Poder, entre as quais se apontam as seguintes: relativo, situacional, subjectivo, personalizado, fungível e multidimensional, temporal, instrumental e não tem significado ético ou moral em si mesmo” (Couto, 88: 40/42). Sobre a anatomia operacional do Poder ver também José M. Freire (Nogueira, 2011). Quanto às geratrizes estruturais e conjunturais do poder, onde a cultura é apontada como a verdadeira essência do Poder, pois contém a vontade colectiva, ver Políbio de (Almeida, 1990).

¹⁴ - Entre vários autores que tentaram quantificá-lo, Ray Cline apresentou para essa finalidade a fórmula “ $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$ ”, em que Pp representa o Poder percebido ou Poder potencial, C a massa crítica (população + território), E a capacidade da economia, M a capacidade militar e é igual ao produto do somatório destas três parcelas, pela soma de S, a estratégia adoptada, com W, a vontade nacional de adoptar essa estratégia” (Cline, 1980; 22).

¹⁵ - Paul Chauchard refere que “a finalidade desta hierarquia é a de assegurar a manutenção da sociedade, regulando as relações sociais de tal modo que as ocasiões de conflito sejam reduzidas ao mínimo” (Lara, 1990;14).

internacional para impor a lei” (Nye Jr., 2002; 40). Desta forma, pela ausência de uma autoridade situada acima dos Estados e reconhecida por todos eles, a qual seria dissuasora para as agressões e deteria legitimidade para o uso da coação se necessário, bem como pela assimetria de capacidades entre os Estados e, ainda, pela existência de normas contraditórias no Direito Internacional (defesa concomitante dos princípios de não intervenção/soberania e dos direitos do homem), vive-se uma situação de “anarquia madura” na sociedade internacional. Por isso, cada Estado zela pelos seus interesses e destes principalmente pela sua segurança e, na procura da maximização dos seus interesses, pois ainda que com base no Direito Internacional possa ser apontado quem a norma apoia e quem a violou, não existe capacidade autónoma para fazer cumprir o que é tido por legal.

Hoje, perante situações de transferência voluntária da soberania pelos Estados, devido a fenómenos de interdependência (OTAN), de dependência (UE), de descentralização do poder político para o nível infra estadual (Autonomias de base territorial), bem como face à existência de *failed states* (Somália) onde não se sabe quem detém a soberania, o conceito tradicional desta foi pelo menos abalado. Por isso, Adriano Moreira propôs o conceito de *soberania de serviço*, traduzindo esta expressão a ideia de que o Estado deve entender o sistema em que se encontra inserido, participar utilmente no seu funcionamento e tornar-se indispensável porque confiável, adquirindo em autoridade o que a realidade obriga a dispensar em poder.

Outra vertente da desvalorização da soberania do Estado-Nação prende-se com a crescente importância da protecção dos direitos do homem na ordem internacional, bem como das implicações da defesa dessa protecção, que poderá implicar a violação da soberania. Nesse sentido, “*o principal desafio político, do fim do século passado, era a crise do Estado soberano, bem como o modelo a reinventar, o que obriga a rever os modelos políticos para responder simultaneamente a dois valores essenciais: o respeito pelas identidades nacionais, étnicas e culturais e a Declaração dos Direitos do Homem*” (Moreira, 1999: 336).

Ainda relativamente à mesma problemática, é manifestamente clara a consideração proferida por Jesse Helms, então Presidente do Comité do Senado dos EUA, a propósito de uma declaração feita em 2000 e no âmbito das suas funções por Kofi Annan, o qual manifestou “a preocupação dos povos de todo o mundo, pelas frequentes e maciças violações dos direitos humanos, levando-o a admitir que poderia existir uma excepção ao respeito que deve merecer a soberania das nações”, sendo implícita a ideia de que a ONU definiria as excepções. Nesse âmbito declarou aquele político americano que “*o povo americano nunca aceitará a afirmação do Secretário-Geral de que as Nações Unidas são a única fonte de legitimidade do uso da força, no mundo. É verdade que o Senado dos Estados Unidos ratificou a Carta das Nações Unidas há 50 anos. Mas, procedendo assim, a América não cedeu uma sílaba da sua soberania às Nações Unidas. De acordo com o sistema americano, quando os acordos internacionais são ratificados tornam-se, simplesmente, lei doméstica dos Estados Unidos. Como tal, eles não têm maior ou menor peso do que qualquer outra lei doméstica americana. As obrigações dos tratados podem ser suplantadas por um simples acto do Congresso*” (Sacchetti, 2002: 170). O autor conclui a segunda das declarações, que citou, afirmando que “é uma

forma clara de afirmar a soberania dos Estados Unidos, tal como a definiu Bodin¹⁶ no século XVI: *um poder sem igual na ordem interna e sem superior na ordem externa*. Hoje, muito poucos estados o poderão fazer”.

Apesar da declaração citada, parecendo dar razão a Kofi Annan, recentemente e cada vez mais, é aceite e reconhecido o direito de ingerência por motivos humanitários¹⁷, no interior de um por outro/s Estado/s, procurando estes agir sob mandato da ONU. Mas, para que, no sistema político internacional, a interação entre os Estados seja o mais harmónica possível, são reconhecidos pelo direito internacional os princípios da soberania, integridade territorial e igualdade legal dos Estados. Em situações de conflito de interesses, não há mecanismo supra estadual e imparcial, a que os lesados possam recorrer e que imponha a legalidade, de forma incontestada, como acontece na ordem interna¹⁸, com o recurso aos Tribunais e aos meios de coacção, os quais sancionam os transgressores, constituindo a sua simples existência uma dissuasão para estes, como é reconhecido. Os Estados no seu inter-relacionamento, conjugando a própria vontade aos meios necessários para tal, quando pretenderem e puderem sobrepor os seus interesses aos oponentes, usarão a desigualdade que *de facto* e não *de jure* os distingue – o Poder de que dispõem. Porém, na ordem externa e usualmente, porque não é do seu interesse, os Estados procuram evitar situações que exijam o uso de *hard power*, estas caracterizadas pelo uso ou a simples ameaça do uso da Força de que dispõem, não exercendo deliberadamente a coacção. A razão para tal encontra-se no valor do

¹⁶ - Jean Bodin (1530-1596), célebre moralista e rigoroso jurista, parlamentar e professor em Toulouse, escreveu o muito elogiado tratado *Da República*, em seis volumes, e foi o criador da palavra soberania, explicitando o conceito desta como assinalado na transcrição.

¹⁷ - Como referiu Kofi Annan, "somos confrontados com um dilema real. Poucos discordariam de que tanto a defesa da humanidade como a defesa da soberania são princípios que têm de ser apoiados. Infelizmente, isso não nos diz qual o princípio que deveria prevalecer quando ambos estão em conflito". Assim, R. Alexy referiu que "quando dois princípios entram em colisão ... um desses princípios tem de ceder face ao outro". Para além das duas citações, refere a autora assinalada no final desta nota que "*a Assembleia-Geral (ONU) adoptou a resolução 43/431 de 8 de Dezembro de 1988 (Nova Ordem Humanitária Mundial)*. Esta resolução consagra o princípio do livre acesso às vítimas e o papel das organizações não governamentais de carácter imparcial e humanitário ao lado dos Estados, e das organizações intergovernamentais, em casos em que a urgência reclame a necessidade de uma assistência humanitária. Isto acontecerá, não só em conflitos armados, mas também em situações de catástrofe natural e outras emergências da mesma ordem.

No dia 14 de Dezembro de 1990 foi adoptada a resolução 45/100, que prevê os corredores de assistência humanitária. Este direito de passagem humanitária (inspirado na passagem inofensiva pelo mar territorial) e posto em prática por uma acção que se caracteriza por ser limitada no tempo (reduzida à duração necessária às ajudas), limitada no objectivo (assegurar a sobrevivência das vítimas) e limitada no exercício inofensivo" (Guerreiro, 2002; 311/315). Também, porque clarificadoras da realidade no mundo hodierno, há ainda que "*distinguir intervenções humanitárias pós-guerra fria, autorizadas ou mesmo com mandato do Conselho de Segurança/ONU, com recurso à concordância prática de princípios, que lhe dá fundamento, e ao capítulo VII (da Carta) que lhe confere os meios, e as intervenções não autorizadas por aquele, nem com o consentimento das autoridades do País em causa (exemplo paradigmático é a recente intervenção da OTAN no Kosovo), que alguns justificam com base na necessidade de proteger um interesse colectivo (de toda a Comunidade Internacional) e ou com o argumento de que o CS se encontra bloqueado, para o que, no estado actual do direito internacional, é difícil encontrar base jurídica suficiente*" (Guerreiro, 2002; 316).

¹⁸ - Nos Estados e na ordem interna usualmente há relações de competição, sendo esta subordinada aos normativos legais, os quais, por outro lado, não admitem relações de poder.

objectivo a atingir não o justificar ou, nos nossos dias, em ser mais fácil, ter menos custos e ser socialmente mais aceitável usar o chamado *soft power*¹⁹. Contudo, o Poder de cada Estado acompanha-o em permanência, ainda que de forma discreta, limitando a plena liberdade de acção dos outros actores em presença, mediante o receio destes de sofrerem sanções, explícitas ou supostas. Face à presença da coacção na situação de conflito descrita, ela caracteriza "relações de poder" entre os Estados considerados.

As “situações de conflito”²⁰, entre Estados, surgem no devir normal das constantes interações na actual sociedade internacional, cada vez mais interdependente e globalizada, provocando a disfuncionalização do normal fluir do sistema internacional, quando os interesses das partes são antagónicos e irreconciliáveis, implicando o uso ou ameaça da coacção. Esses interesses são assim designados, porque se confrontam objectivos vitais²¹ ou importantes²² e nunca secundários. Quando se disputam objectivos secundários, não se justifica maior empenhamento, para além do uso da diplomacia e da negociação, logo sem apelo a medidas de coacção. Por outro lado, para além das já referidas como de conflito, entre Estados poderão existir “relações de cooperação” ou de “acomodação”, quando os interesses entre os mesmos forem afins ou complementares, respectivamente.

Os Estados na persecução dos já explicitados objectivos teleológicos, também chamados de fins últimos da política, porque genéricos e abstractos, conduzem os respectivos decisores políticos a definirem objectivos políticos concretos longínquos²³. Estes são definidos concretamente e em função da ideologia perfilhada pelo poder político vigente, a qual constitui a base para a definição do modelo de sociedade pretendida, moldado ainda pelos aspectos histórico-culturais prevaletentes no espaço político considerado e temperado pela resultante da interacção da situação interna, com o quadro das relações internacionais e sua evolução previsível. Os objectivos políticos concretos longínquos são como que faróis de permanente referencia na concepção, desenvolvimento e disponibilização, ou na adaptação dos meios necessários, respectivamente a criar ou existentes, para aqueles poderem ser atingidos. Naturalmente que para se atingirem estes objectivos políticos, há necessidade de serem

¹⁹ - Soft power é uma expressão do Professor (Nye, 2002: 72/73), já consagrada no âmbito das Relações Internacionais, tradutora da habilidade de um actor político influenciar, de forma suave ou indirecta, o comportamento ou interesses de outro ou outros, usando para isso meios culturais ou ideológicos (valores ou ideias). O primeiro actor pretende atrair o outro, de forma a este desejar o mesmo que ele, desta forma com menos custos. Nesta situação existem, entre as Unidades Políticas consideradas, “relações de influência” e não “relações de poder” (*hard power*), de acordo com o teorizado pela escola realista das Relações Internacionais (Morgenthau, 1985).

²⁰ - "Afrontamento intencional entre dois seres ou grupos (...) eventualmente pelo recurso a violência física, que pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico" (Freund. 1983:100).

²¹ - São os que têm obrigatoriamente de ser cumpridos, porque directamente ligados à sobrevivência nacional.

²² - São aqueles que estão directamente ligados aos fins últimos da política, ainda que não sendo vitais.

²³ - Não sendo conhecida doutrina nacional oficial, sobre o processo sequencial de análises para a definição dos objectivos políticos concretos longínquos e os de curto e médio prazo, passamos a explanar um modelo, para a definição do qual nos socorremos dos autores seguintes: (Couto, 1988: 305-346), Santos (1983: 269-290), ESG (2001: 161-182/192-235).

definidas etapas, no caminho para os mesmos, as quais constituem os objectivos concretos a curto e médio prazo. Estes são definidos, depois de serem analisados quer os objectivos dos outros Estados, quer os recursos (ou meios) disponíveis ou que se tenham de disponibilizar nos prazos convenientes, indo adaptando os fins a atingir aos meios necessários e existentes em cada momento. Ressaltam, da análise da interacção dos objectivos dos outros Estados e do potencial estratégico de que dispõem, face aos nossos, quais os objectivos políticos concretos actuais. Assim, são levantadas as nossas possibilidades a explorar ou desenvolver, vulnerabilidades a corrigir ou proteger, apoios a explorar, obstáculos ou crises a superar e ameaças actuais ou potenciais a vencer ou neutralizar. Esta verdadeira pirâmide de análises termina com uma análise final da coerência dos objectivos políticos, bem como com a hierarquização destes, sendo então estabelecido um conceito de acção política, o qual dá respostas às questões: como, quando e onde actuar para serem atingidos os objectivos pretendidos.

Depois do estudo da *tríade do Estado* (povo, território e autoridade constituída), será útil reflectir sobre o valor relativo do Estado-Nação, nos nossos dias e face à acção de novos e velhos actores não estatais, que escapam e actuam, sem o seu controlo, no cenário político internacional, o que faremos no próximo parágrafo.

2.7 A globalização e o Estado-Nação

A globalização em curso no sistema político internacional, caminho que estamos a trilhar e que conduzirá à *aldeia global*, na perfeita expressão que Marshall Luhan cunhou nos anos 60, não permite disfarçar a actual e profunda heterogeneidade do sistema. Na interpretação do cenário político internacional, o Professor Ray Hudson diz que falar em globalização é "*referir a uma mudança de escala em processos e actividades, que ocorreu durante o último quarto de século – um processo em que o Estado-nação está a ceder terreno, em muitas áreas, a organizações globais. Até há pouco, tinha-se a percepção de que os assuntos humanos e ambientais podiam e deviam ser conduzidos a nível nacional. Os Estados – Nação eram, pelo menos em princípio, unidades independentes e soberanas. É claro que os Estados – Nação tinham relações entre si, referidas como internacionais, como nas expressões comércio internacional, e relações internacionais. Nos anos 90, contudo, internacional e internacionalização foram sendo substituídas por palavras como global e globalização, à medida que as fronteiras nacionais começaram a parecer menos importantes em termos económicos, políticos, culturais e ambientais*" (Hudson, 2005: 84). De seguida releva, como actores responsáveis dessa mudança, as sociedades transnacionais, ou seja as empresas que operam num grande número de países, nos quais são os principais actores da moderna economia global, como a Exxon, a Shell, a McDonalds, a Nabisco, a Nestlé, a BMW, a Volkswagen, a GM, e a Mitsubishi. Precisa ainda o conceito do termo global, referindo que este é usado nos círculos financeiros, para designar um patamar de operações que muitas empresas esperam alcançar num futuro não muito distante. Por isso, a globalização das políticas resultou no declínio do Estado – Nação e no crescimento das organizações internacionais. Assim, os Estados – Nação, embora permaneçam os principais actores no cenário político internacional, parecem hoje menos independentes e menos

soberanos do que outrora. Como resposta a esta ordem de coisas, apostaram em organizações internacionais, como a ONU, para assumir algumas das funções tradicionais dos Estados. Acrescenta que a globalização produziu um mundo tão complexo e integrado, que não parece ser mais possível uma só Nação desempenhar o papel dominante que a Holanda, o Reino Unido e os Estados Unidos da América outrora tiveram. Daí, a ênfase crescente das organizações internacionais e a crescente alocação de poderes às mesmas, poderem ser interpretadas como uma tentativa de preencher esse vácuo de poder.

A propósito de um número crescente de pessoas estar envolvido na preservação da aldeia global, levanta uma série de questões. Uma delas relaciona-se com o conceito de globalização e se o mesmo inevitavelmente inclui a homogeneização cultural. As opiniões dividem-se nitidamente e nessa matéria são vários os exemplos que sustentam a ideia de que se está a criar uma cultura global. Contrariando essa constatação, poderosos movimentos de resistência à homogeneização cultural têm emergido – o islamismo militante, organizações hindus e sionistas, por exemplo. Neste âmbito, não deve ser tido como certo que da interdependência global resultará um ganho conjunto, como referem alguns analistas liberais, que *"cometem o erro de pensar que à medida que o mundo se torna mais interdependente, a cooperação irá substituindo a competição (...) (argumentando que a interdependência gera benefícios conjuntos e estes encorajarem a cooperação, pois) a interdependência económica pode ser usada como uma arma"* (Nye, 2002:227). Poderemos exemplificar, como prova, a aplicação de sanções económicas contra a Sérvia, o Iraque e a Líbia ou, em termos de interdependência ecológica, para o derrame de petróleo que, em 1991, o Iraque deliberadamente fez no Golfo Pérsico ou o fogo que provocou nos poços de petróleo no Kuwait. Efectivamente, *"a interdependência pode ser utilizada tanto ideológica como analiticamente e deveríamos estar atentos a essa diferença. Como verbo político, a interdependência conjuga-se: Eu dependo; tu dependes; nós dependemos; eles mandam. Como termo analítico, (...) interdependência significa dependência mútua"* (Nye, 2002: 234/235)

Neste contexto, a problemática do meio ambiente tornou todos mais cientes de que somos uma comunidade global. As comemorações do 1º dia da Terra, em 1970, marcaram o começo da consciencialização da importância do ambiente. Durante as três décadas seguintes, provas da extensão da degradação do ambiente da terra, causada pelo homem, não têm parado de se acumular. Governos e indivíduos foram forçados a examinar o seu impacto no mundo natural e a cooperação política foi reforçada a nível global para obter mudanças. Sublinha, para terminar, que *"apesar da disposição de muitas nações para verem discutidos estes assuntos globalmente, o seu desejo ou a capacidade de actuar localmente pode muito bem-estar ausente. O slogan pensa globalmente, age localmente, foi utilizado intensamente para expressar a mudança da escala que esta transformação na economia, política, cultura e natureza envolvia – o que eram conceitos locais ou nacionais e hoje se reconhece serem preocupações transnacionais, globais. A globalização pode vir a ser a mudança-chave no século XXI"* (Hudson, 2005: 85).

No mundo hodierno, a perigosa e bem vinculada, mas necessária, dialéctica entre globalização e fragmentação pontifical, apontando para a importância e diversidade das áreas civilizacionais. Apesar de tudo, a globalização parece ser um caminho inelutável e com Poder suficiente, não só para

evitar a travagem no seu progresso, por alguns desejada, mas sobretudo capaz de potenciar forças e dinâmicas responsáveis pela evolução acelerada que o mundo vive. Resultará assim, a prazo, uma verdadeira aldeia global, interactiva e massificada, disseminando e incrementando o conhecimento a todos os azimutes, o que será benéfico neste particular, apesar do ocaso a que inexoravelmente serão conduzidos alguns particularismos excelentes e existentes.

Sendo hoje a globalização inelutável, face aos avanços tecnológicos e à interdependência resultante, mas continuando o Estado-Nação a ser importante para os povos, crê-se ser vital a sua adaptação, de forma a continuar a sua missão e dar as respostas necessárias à mudança e às ameaças e riscos que, com a mesma, se poderá defrontar. Recorde-se que o poder económico não substitui a segurança militar, como o Kuwait descobriu quando foi invadido pelo Iraque, em 1990.

Assim, cada vez mais os decisores políticos necessitam de especialistas que antecipem os problemas, em diversas áreas, de forma a serem tomadas decisões políticas de alto nível e no tempo certo. Devido ao citado, de seguida será definido o conceito de geopolítica e dissecado o trabalho a realizar pelos especialistas desse ramo do conhecimento, as análises geopolíticas.

2.8 O conceito de Geopolítica

No complexo processo da tomada de decisões políticas, face às inúmeras variáveis em presença e ao tempo disponível para esse fim, fruto do actual e intenso desenvolvimento científico e tecnológico, de onde derivaram a contracção na dimensão do espaço, bem como a interdependência e a globalização dos fenómenos, os decisores têm de ser assessorados por especialistas em várias áreas. De entre estes, como informantes dos decisores, no que concerne à definição dos objectivos temporais acima referenciados, os quais sugerem o caminho a percorrer e conducente ao futuro que o poder político pretende construir, bem como indicam o resultado do levantamento da existência de obstáculos, de toda a ordem, que possam dificultar ou impedir a consecução destes, trabalham também analistas/investigadores nos ramos do conhecimento científico chamados Geopolítica e Geoestratégia. Estas são áreas do conhecimento interdisciplinares e àqueles que as trabalham “exige-se que exerçam um pensamento rigoroso cujas pontes e laços perdidos se encontram, essencialmente, em cinco áreas disciplinares: a História, a Geografia, a Ciência Política, a Economia e a Política Externa das potências” (Bessa, Dias, 2007: 22).

Numa outra abordagem esclarecedora sobre a problemática em apreço, a “*geopolítica proporciona a aquisição de instrumentos conceptuais que permitem organizar a multidão complexa dos factores, assim como das suas intrincadas relações mútuas, na ligação das estruturas e dos comportamentos políticos aos ambientes físico e humano em que se inserem. Essa organização dos factores e das inter-relações permite perceber e interpretar influências, nexos de causa e efeito, consequências, que por sua vez interessa ao decisor político conhecer, para evitar obstáculos, aproveitar tendências favoráveis, definir objectivos coerentes com as grandes linhas de formulação dos interesses nacionais, e ao analista para poder elaborar as suas análises de forma ajustada e fecunda.*

Dito de outra forma, o estudo da geopolítica fornece métodos, esquemas, modelos, que ajudam a perceber os acontecimentos na medida em que estes se relacionam com o ambiente físico, e também com o ambiente humano visto a partir daquele. Essa percepção que acaba por englobar a quase totalidade do inter-relacionamento dos grupos e dos indivíduos, dentro das Unidades Políticas, e destas umas com as outras, fornece ao analista e ao pesquisador orientações extremamente úteis aos seus trabalhos, e ao político conhecimento sobre as grandes linhas de força, as grandes condicionantes estruturais, que por serem persistentes, inviabilizam ou tornam perigosas as políticas que as não tenham na devida conta, potenciando, pelo contrário, as que as aproveitam. Trata-se, pois, simultaneamente, de um método de interpretação, e de um critério de eficácia” (Martins, 2006a; 15).

O termo Geopolítica²⁴ é relativamente recente, contrariamente ao seu objecto, já desde a antiguidade estudado²⁵, razão porque ainda não existe unanimidade no seu conceito, para além de um grave acidente de percurso que lhe incorporou uma conotação muito negativa, a sua recusa e o prolongado esquecimento a que foi votado. A razão para tal encontra-se no seu aproveitamento, ao arrepio da ética, para a justificação de uma política/doutrina e para a construção de hipóteses interpretativas (Geopolitik) pelo regime nacional-socialista alemão, bem como das nefastas consequências derivadas. Então, a chamada "escola de Munique e Heidelberg" (1926/1944), fundada pelo general e geógrafo alemão Haushofer, para quem *“a geopolítica será e deve ser a consciência geográfica do Estado (...) e o seu objectivo é o estudo das ligações vitais do homem de hoje com o espaço de hoje (...) e a sua finalidade é a inserção do indivíduo no seu meio natural e a coordenação dos fenómenos que ligam o Estado e o seu espaço”* (Gallois, 1999: 27/8). A Escola citada, apesar de meritória precursora na teorização de parte da Geopolítica de antes da II GG²⁶, foi

²⁴ - O jurista sueco Rudolf Kjellen foi o criador da palavra Geopolítica, segundo Vives (1956; 49), em 1898 segundo Gallois (1990;47), tradutora de um enorme acervo teórico-doutrinário então já existente e definiu-a como "o estudo do Estado considerado como um organismo geográfico, ou ainda como um fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou melhor ainda, um país" (Gallois, 1990; 26). Esta perspectiva organicista teve completa aceitação e posterior aproveitamento, sobretudo na Alemanha nazi, tendo o determinismo geográfico e racial sido incorporados intimamente nessa doutrina, justificando a política expansionista alemã.

²⁵ - Já na antiguidade clássica Aristóteles (384-322 a.C.) e na idade média Ibn Kaldoun (1332-1406 d.C.) a estudaram, como refere Pierre (Gallois, 1990;141/5) e Azevedo (Gerald, 1982a: 1/146) pormenorizadamente assinala.

²⁶ - Lembremos que a formulação, por Haushofer, da Teoria das Pan-regiões, identificou já nesse tempo a importância da cooperação dos Estados em organizações internacionais, por exemplo como hoje é tida a União Europeia, ainda que esta tenha resultado de um acto volitivo e não de uma imposição. Assim, enfatizou também a importância de uma aliança da Alemanha com a União Soviética, os dois Estados Directores, um em cada Pan-região, como forma única de ser atingida a hegemonia mundial. Defendia tal ideia, que aliás desagradava profundamente a Hitler, porque o imenso espaço resultante dessa Aliança, constituía "uma força por si própria e não um mero veículo de forças políticas, tal como tinha dito o seu antecessor, Ratzel" (Almeida, 1990: 132). Creio que se pode estabelecer um certo paralelismo entre as funções reservadas aos Estados Directores, na teoria das Pan-regiões, e o papel assumido pelas Grandes Potências, quer no seu peso relativo no CS/ONU com direito a veto, que assumiram e "aceite com a maior dificuldade pelas pequenas potências" (Almeida, 1990: 79/80), quer nas decisões em assuntos relevantes que tomam, no cenário político Internacional. Claro que salvaguardam, sempre que possível, o aspecto da brutalidade do poder que usam (Kosovo), com vistosas roupagens de que hoje o revestem, devendo a indicada análise comparativa ser sincrónica com os respectivos tempos do paralelo proposto.

instrumentalizada a partir de 1933 pelo nazismo, após a ascensão deste ao poder na Alemanha. Nesse sentido foi-lhe imposta a definição nacional-socialista de *Geopolitik*: “a ciência dos fundamentos territoriais e raciais que determinam o desenvolvimento dos povos e dos estados” o que é tão evidentemente pernicioso que dispensa comentários, como termina a citação de Políbio de Almeida (1990: 124). Nesse mesmo sentido e para ilustrar tal, Pereira (Neto, 1968/9, 97) citou Otto Maull, um dos discípulos de Haushoffer e que traduziu o pensamento da Escola, então já aprisionada pelo regime, afirmando que “ *a geografia política contenta-se com uma descrição estática do Estado que pode muito bem incluir uma visão do seu desenvolvimento dinâmico do passado. A geopolítica, pelo contrário, é a disciplina que sopesa e avalia uma determinada situação e que através das suas conclusões orienta a política prática*”. Segundo Gallois (1990: 28), Maull escreveu ainda que o homem “porque teve de viver por muito tempo numa natureza tantas vezes hostil, aprendeu a domesticá-la (...) e o geopolítico não pode conceber um mundo sem as marcas do domínio que hoje o homem nele imprime”. Reconheciam assim, os geógrafos alemães, que houvera uma fundamental modificação na relação entre a humanidade e o meio ambiente, então este já dominado por aquela. Com a *Géopolitik* houve como que uma renúncia ao seu original espírito científico, colocando-a na posição de guarda avançada da propaganda alemã, preparando, através do seu ensino, o espírito alemão para o assalto à ordem europeia, estabelecida pelos vencedores da I GG, no Tratado de Paz de Versalhes (1919), aliás exageradamente humilhante para os vencidos e, como tal, injusta e perigosa. Assim, com a subida ao poder do nacional-socialismo, os geopolíticos alemães associaram ao determinismo geográfico, fonte principal do Poder como tinham teorizado, o carácter decisivo dos factores humanos. A definição de tais objectivos conduziu e ainda, nalguns casos, conduz à recusa do uso da palavra Geopolítica, julga-se que indevidamente, pois não há confusão possível do objectivo e do âmbito da Geopolítica, entre as doutrinas do regime nacional-socialista alemão, com outras de onde a ética não tenha sido arredada. Naturalmente que ainda hoje a *Géopolitik* gera anticorpos, não sendo possível esquecer aqueles autores que defenderam, entre outras ideias, o determinismo geográfico e racial, bem como as terríveis consequências práticas destas. Mas, realmente, só há análises geopolíticas dignas desse nome, quer tenham finalidade só contemplativa, quer tenham intuítos de apoio aos decisores políticos, desde que balizadas pela ética, sendo ambas igualmente valiosas.

Não poderão ainda ser esquecidas as “regras de ouro” a observar na feitura de qualquer trabalho que se pretenda científico (Chauprade, 2007), de forma sintética mas claramente comentadas numa obra de referência (Bessa, Dias, 2007: 58/59), a saber:

- "Recusar a causa única (a complexidade de todos os fenómenos sociais exige que a procura da explicação de cada um seja realizada de diversos ângulos);
- Recusar, para o efeito, a ideologia (sobretudo se disfarçada de ciência);
- Integrar o papel da ideologia como força motivante (nas acções humanas ela é fortemente motivadora, pelo que deve ser mais um elemento de análise);
- Recusar a ingerência ideológica nas matérias científicas (defender os factos da ingerência ideológica);
- Admitir que nem tudo é Geopolítica (recusar abordagens ligeiras/jornalísticas deste termo);

- Distinguir os assuntos geopolíticos da sua utilização nacionalista (as opções políticas preconcebidas não podem balizar o trabalho geopolítico);
- Colocar a hipótese de múltiplos factores de explicação (admitir que a geopolítica nem sempre poderá explicar convenientemente determinada conjuntura em estudo, pois os factores originadores poderão ter sido de diversa ordem);
- Insistir na dualidade contínuo / descontínuo (procurar as grandes fracturas ou roturas geohistóricas, ou os grandes períodos de continuidade no Estado ou região em estudo);
- Escolher o Estado como referência de estudo (trata-se de uma opção de Chauprade mas, desde um grande espaço até ao próprio planeta poderão ser outras as opções a tomar legitimamente);
- Evidenciar, antes de tudo, as influências recebidas (a formação intelectual do autor e a sua própria ideologia influenciam-no) ”.

Naturalmente que se espera, de quem realizou com ética as complexas análises em apreço, abertura permanente de espírito para dar resposta cabal a possíveis contestações e até à negação das conclusões a que havia chegado, como Karl Popper relevou para ser seguido por quem queira seguir correctamente a metodologia de investigação científica.

E desde que observado o respeito pela ética²⁷, na feitura de qualquer trabalho e no âmbito da geopolítica, o que pressupõe a observância das regras de ouro assinaladas, aqueles que assim se quiserem empenhar têm toda a legitimidade para lutar na defesa das suas convicções, realizando análises geopolíticas que serão seguramente descomprometidas, bem como intervir politicamente.

Face às realidades do mundo em que vivemos, produto do desenvolvimento técnico-científico alcançado, são desejáveis análises geopolíticas sem uma aceção marcadamente determinista²⁸, nem organicista²⁹, nem normativista³⁰ e também não programática³¹, como foram no passado,

²⁷ - A ética deve estar sempre presente em todas as realizações humanas e o exercício do poder não foge à regra. Por isso, “o amor ao poder, no seu sentido mais amplo, é o desejo de ser capaz de produzir efeitos intencionais sobre o mundo exterior, quer humano, quer não humano. (...) Há uma grande diferença entre o poder desejado como um meio e o poder desejado como um fim em si mesmo. (...) Na política, por exemplo, um homem deseja ver decretadas certas medidas e é assim levado a tomar parte em assuntos públicos enquanto outro homem, ansiando apenas ter sucesso pessoal, adopta qualquer programa que pareça mais provável de conduzir a esse resultado. (...) (Assim, para se agir eticamente, há necessidade de obedecer permanentemente às três condições seguintes):

- O amor ao poder, se é desejado que seja benéfico, tem de estar ligado a algum fim que não o poder. (...)
- Não é suficiente que haja um propósito que não o poder; é necessário que este propósito deva ser tal que, se alcançado, ajudará a satisfazer os desejos de outros. (...)
- Os meios de realizar os nossos propósitos não devem ser tais que tenham incidentalmente maus efeitos, excedendo a excelência do fim a ser alcançado” (Russell, 93; 171/3).

²⁸ - O determinismo é uma corrente filosófica que defende que os comportamentos humanos são impostos pela acção do meio ambiente físico, ao menos parcialmente, e sujeitos a leis como as que explicam os fenómenos físicos, químicos ou biológicos.

²⁹ - Os defensores do organicismo, praticamente desaparecidos após a II GG, tinham uma visão *darwinista* do relacionamento entre os Estados, os quais, porque de natureza orgânica (nascem, vivem e morrem como o homem), estariam condenados a lutar pela sua sobrevivência, esta só acessível aos mais aptos, porque com maior a lutar pela sua sobrevivência, esta só

sobretudo durante o regime nacional-socialista alemão, porque sendo-o seriam rejeitadas, porque descredibilizadas pelo maléfico convívio referido que tiveram no passado.

Para uma aproximação à definição de Geopolítica, pode-se partir da análise dos conceitos de Geografia, Política e Estratégia, complementados pelas noções de Estado e Poder, e seremos conduzidos a uma perspectiva do seu inter-relacionamento e a uma proposta de projecção do conhecimento geográfico nas actividades políticas e estratégicas, respectivamente. Portanto, aceita-se a definição de Geopolítica, consagrada no IAEM, como "o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se em modelos de dinâmica do poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da Ciência política" (Matias, 1993; 9). Quanto à Geoestratégia, que com a geopolítica constitui o chamado "díptico homogéneo" (Célérier, 1961; 61), uma feliz expressão, tradutora de dois distintos mas íntimos ramos do conhecimento científico, que aliás alguns confundem, por vezes deliberadamente e com fortes razões para tal, como acontece com alguns dos autores americanos, tem por objecto o "estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou de ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico no conhecimento estratégico" (Matias, 1993; 11). É fundamental não confundir os conceitos expressos, bastando para tal não perder de vista as respectivas finalidades ou focos de análise, que aliás as definições relevam, uma a política, a segunda a estratégia. Quanto à primeira, o objecto deste estudo, ela interpreta a realidade geográfica, acima definida com mais precisão, enquanto contribuição, implícita ou explícita, para a definição da política a ser seguida.

acessível aos mais aptos, porque com maior poder. Daqui inferiam existir uma espécie de direito natural de alguns Estados a expandirem-se, à custa dos mais fracos. É importante referir que existiram e existem correntes de pensamento não organicistas (mecanicistas, funcionalistas e estruturalistas, entre outras) que defendem a expansão de alguns Estados à custa de outros, não como um direito natural que os organicistas perfilham, mas sim pela forma como concebem o sistema internacional, há muito teorizado por Hobbs (o qual afirmou que o estado de natureza, ou estado de guerra, retrata o usual relacionamento existente entre Estados, em que a política internacional é anárquica, colocando ênfase na insegurança reinante e na necessidade de força, vital para a sobrevivência do Estado), hoje dominadas por concepções sistémicas das comunidades humanas (Martins, 2006). Ainda quanto ao "estado natureza", Hobbs teorizou, contrariando Aristóteles, que "a natureza não colocou no homem o instinto de sociabilidade, o homem não procura companheiros senão por interesse, por necessidade; a sociedade política é o fruto artificial de um pacto voluntário, de um cálculo interesseiro" (Chevalier, Guchet, 2004: 67). No sec. XVI Hobbs, vivendo numa Inglaterra destroçada pela guerra civil, via a sociedade nacional como mais ou menos ordenada e a internacional sem ordem entre os Estados, o que então já não era totalmente verdade, face à acção moderadora do Poder temporal mas também espiritual da Igreja e, hoje, existe a ONU, ainda que não seja uma autoridade internacional eficaz, para impor o Direito Internacional. Apesar de tudo, crê-se que a semelhança entre a vivência no sistema internacional e a do estado de natureza é total, se se abstrair da única diferença entre eles, e que neste reside na capacidade sensivelmente igual de cada indivíduo, apesar de uns maiores ou mais inteligentes que outros, contrariamente à bem vincada assimetria de capacidades dos Estados.

³⁰ - Os normativistas têm uma visão da política sujeita a regras imperiosas, a que os políticos se têm de sujeitar.

³¹ -Os defensores da visão programática extremam as posições normativistas, afirmando que podem e devem elaborar programas de comportamento para os políticos.

Sendo a Geopolítica o interesse do trabalho em apreço, sublinha-se que "a sua essência é a relação entre o espaço (ambiente geográfico) e o poder político. A Geopolítica assinala a influência dos factores geográficos na política, constatando capacidades, limitações, possibilidades de acção, tendências, mas não fatalidade³². Não existe determinismo: a situação geográfica origina um potencial que só pode efectivar-se em Poder, por obra da vontade humana e perante a oposição, ou não, de outras vontades humanas". E prossegue o mesmo autor, alertando-nos para a realidade das análises em apreço, afirmando que "*a geopolítica é um utensílio para apreender a realidade: é um estudo actual, uma interpretação, uma visão duma área, região ou globalidade do planeta, consoante o nível a que se destina a apoiar. Dado o seu carácter de análise, é falível, contém subjectividade, e poderá inclusivamente, como todas as ciências humanas, sofrer degradações em consequência de ideologias, educação ou culturas específicas*" (Matias, 1993; 8).

Face a interpretações nem sempre convergentes de diversos autores, é de ser questionado se existirá hoje uma "nova" geopolítica, baseando-se alguns dos que defendem a resposta afirmativa para essa interrogação, na existência de novos factores derivados do actual progresso tecnológico, sublinhando a proximidade do esgotamento e da degradação dos recursos; também sublinham a ameaça de uma explosão social, face às gritantes desigualdades existentes e consequentes dependências. Nesse contexto são ainda de assinalar a aceleração da circulação, com a contracção e unificação do espaço e a globalização dos problemas, bem como o risco que o actual equilíbrio biológico corre, pela vivência em ambiente de proliferação incontrolada de armas nucleares, sendo assim representado o mundo como um caos. Tudo o citado leva alguns autores a afirmarem ser o homem obrigado a colocar-se, bem como a própria terra, como centro e objecto de decisão política e não mais o Poder político, como era hábito. Em consequência das razões apresentadas, pugnam pelas análises geopolíticas descomprometidas, em favor e para a salvação do meio, agora sob o paradigma da partilha e solidariedade, recomendando a recusa dos geopolíticos em servir o Poder. Assim e porque consideramos importante, sublinha-se o pensamento de personalidades insuspeitas e de reconhecido mérito, no que se prende com a existência ou não de uma nova Geopolítica, bem como com a sua finalidade. Referiram, os professores Harold e Margaret Sprout, que as análises geopolíticas "podem servir propósitos de pesquisa contemplativa ou de intervenção política (*policy-making*) e propaganda, e qualquer que seja o declarado interesse dos autores (...) (os seus escritos geopolíticos) têm servido ambas as espécies de propósitos". Nesse mesmo sentido aponta R. Aron, assinalando que será intrínseco ao pensamento geopolítico uma dimensão simultaneamente instrumental e instrumentável, bem como Josué de Castro ao referir que, "ainda que de forma implícita, a existência de três vertentes da utilidade da geopolítica, a de análise descomprometida, a de intervenção política e a da propaganda" (Martins, 1996a: 25). Josué de Castro definiu ainda Geopolítica como "*uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os*

³² - Existem sim condicionantes geográficas, ultrapassáveis pelo homem, dentro de determinados limites, devido à sua inteligência e vontade, e essa corrente de pensamento designa-se por possibilismo. Para La Blache "a natureza não determina nem as decisões nem os comportamentos do homem, mas simplesmente oferece-lhe uma gama de possibilidades, entre as quais ele livremente escolhe" e, para na visão do casal Sprout, "os factores geográficos não compelem, nem mesmo condicionam, directamente, os decisores políticos, mas sancionam as acções derivadas das suas decisões" (Martins, 1996: 44-47).



factores geográficos e os fenómenos políticos, a fim de mostrar que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (...e) o que chamamos geopolítica não é uma arte de acção política na luta entre os estados, nem tão pouco uma fórmula mágica de prever a História como queria Spengler. É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente” (Martins. 2006b: 13). Para Haushofer, geopolítica “é a ciência que trata da dependência dos factos políticos em relação ao solo. Apoiase na Geografia, em especial na Geografia Política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos (...) Aspira a proporcionar as armas para a acção política e os princípios que sirvam de guia na vida política” (Vives, 1956; 58). Por sua vez, Pierre Gallois releva que a Geopolítica “é o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de Poder no plano internacional, e o quadro geográfico em que se exerce”. Contudo, sublinha também que a geopolítica “marcada pelo determinismo estudou, inicialmente, a influência do ambiente sobre as sociedades, enquanto hoje tem de se tomar em conta a destruição do ambiente pelo homem” (Gallois, 1990: 37/23). Quanto ao americano Ladis Kristoff, “a única diferença entre Geografia Política e Geopolítica está na ênfase, no foco de atenção. A Geografia Política tende a focar a sua atenção nos fenómenos geográficos. A Geopolítica, pelo contrário, tende a focar-se nos fenómenos políticos, e tenta dar uma interpretação geográfica e estudar os aspectos geográficos desses fenómenos (...). Sem dúvida, podemos dizer que, na América, Geografia Política e Geopolítica se misturam” (Martins, 2006b;15).

Apesar dos diversos autores não convergirem e alguns terem inclusive perspectivas não conciliáveis sobre o conceito e até sobre o âmbito da geopolítica, face à natural evolução dos conhecimentos científicos, tecnológicos e suas consequências, não é crível que tenha havido uma radical alteração do método de análise e das suas finalidades, que tenham conduzido à criação de uma nova Geopolítica. Pode-se ainda acrescentar que “um método é sempre um caminho para levar a um fim científico; no fundo corresponderá a especificações de procedimento. Como se tem notado, os fins parecem conflitar. Todavia, isso apenas reflecte os campos particulares a que cada autor quer aplicar a geopolítica” (Bessa, Dias, 2007: 60). Acresce que, com a acelerada evolução do mundo, há um natural assumir das preocupações hodiernas em cada espaço considerado, as quais até implicam directamente com os objectivos teleológicos dos Estados, que unicamente para benefício dos respectivos povos foram criados. Como é sabido, as armas termonucleares e até a exploração de modalidades da guerra assimétrica pulverizaram o valor da fronteira territorial, outrora inviolável. Podemos constatar que “enquanto nas áreas mais desenvolvidas, o estado territorial nacional tende a desvalorizar-se – como aliás fez notar Raymon Aron (1962; 500/508) – nas áreas tropicais e meridionais de independências recentes acontece exactamente o contrário: o princípio de territorialidade é imprescindível para a implantação e desenvolvimento do projecto nacional” (Almeida, 1990; 11). Note-se que estes dois contraditórios caminhos são-no só na aparência, pois não se deve esquecer que o Estado territorial desvalorizou-se, também pela sua voluntária decisão de integração em estruturas supranacionais, como resposta à falta de segurança sentida e à procura da manutenção dos níveis desejados de justiça e do bem-estar material e espiritual para o seu povo, mais facilmente preservados e incrementados de forma cooperativa, perante as potenciais ameaças e riscos transnacionais no mundo de hoje. Acresce que se deve considerar no mundo contemporâneo,

tendo em vista a preservação da paz, a evolução havida no conceito de fronteira, a qual há muito resultou da "realidade principal que é a explosão populacional que impôs a ocupação cada vez mais densa da superfície do planeta, bem como da necessidade maior de estabelecer entre todos os estados modernos uma fronteira *de jure* que seja respeitada" (Matos, 1990; 16).

Porém, crê-se que não só é desejável mas também que será possível manter o respeito pela fronteira estadual, face à globalização em curso, necessitando os Estados de se adaptarem ao mundo actual, de forma a poderem colmatar vulnerabilidades e potenciar os seus factores de poder. Só com o levantamento cuidadoso e relativo dos mesmos, poderão ser dadas respostas às novas ameaças e riscos com que o estado se confronta. Naturalmente que os estudos geopolíticos, vitais para o Poder político poder tomar as melhores decisões em tempo, nunca poderão deixar de considerar os factores geopolíticos, pois são eles que permitem, de forma pragmática e realista, aferir dos aspectos que contribuem positiva ou negativamente, no âmbito do Estado considerado, para reforçar o poder ou para colmatar as suas vulnerabilidades. Como tal, serão de seguida levantados esses factores.

2.9 Os Factores Geopolíticos

"Os políticos passam, as tecnologias evoluem, os modismos atingem o seu termo, mas a Geografia continua lá a condicionar a Política".

Políbio Valente de Almeida

Já foi definido Poder político, indicadas as suas características e uma fórmula teórica de determinar o seu valor potencial. Igualmente foi abordada a sua importância, sobretudo mas não só no exercício de relações de poder entre Unidades Políticas, nestas com a coacção presente, através da ameaça explícita ou implícita de sanções. Foi também definida como essência da Geopolítica a relação entre o espaço (ambiente geográfico) e o Poder político, pretendendo a mesma chamar a atenção deste para a influência dos factores geográficos na política, pelo que se impõe uma breve sistematização dos factores geopolíticos (Figura 2). Estes são os elementos ou referências geográficas que contribuem para a definição do Poder dos Estados, ou seja, a revelação da Força de um Estado ou Coligação, perante um opositor e numa situação concreta, para a consecução de fins previamente estabelecidos.

Porque importante, é ainda de referir que, para além da dificuldade de o quantificar, o Poder só existe de forma potencial até à prova de força, pois depende da capacidade de o utilizar, sendo por isso vital saber usá-lo, querer usá-lo e saber controlá-lo. É neste quadro de condições que deverão ser analisados os factores geopolíticos, *“não como determinantes do valor absoluto do Poder de um Estado (ou coligação, ou Região), mas como um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia”* (Matias, 2007: 17).

FACTO FÍSICO		EXTENSÃO (Dimensões e Superfície)
		LOCALIZAÇÃO (Posição relativa)
		CONFIGURAÇÃO (Forma e fronteira)
		MORFOLOGIA (Relevo e Hidrografia)
		SOLO (Natureza geológica do solo)
		VEGETAÇÃO (Revestimento vegetal)
		CLIMA
		MAR E VIAS NAVEGÁVEIS
		MEIO AERO-ESPACIAL
		ACIDENTES CULTURAIS
FACTOR HUMANO (População)	DEMOGRAFIA (Aspectos quantitativos)	EFFECTIVOS POPULACIONAIS
		DISTRIBUIÇÃO E DENSIDADE
	TAXA DE CRESCIMENTO	
	COMPOSIÇÃO OU ESTRUTURA	
ETNOGRAFIA (Aspectos qualitativos)	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	
	INTELLECTUAIS E MORAIS	
	HOMOGENEIDADE OU HETEROGENEIDADE	
	NÍVEL CULTURAL E CIENTÍFICO	
FACTOR RECURSOS NATURAIS		ENERGÉTICOS
		MINERAIS
		ALIMENTARES
FACTOR CIRCULAÇÃO		COMUNICAÇÕES DE TRANSPORTES
FACTOR TECNOLÓGICO		COMUNICAÇÕES DE RELAÇÃO
FACTOR ESTRUTURAS		CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO
		POLÍTICAS
		ECONÓMICAS
		SOCIAIS
		MILITARES
		etc.
Nota: Por vezes articula-se o relevo, hidrografia, solo, clima e vegetação num único elemento: o ambiente natural		

Figura 2 – Quadro da sistematização dos factores geopolíticos (modelo IAEM)

Como descrito será feito o estudo dos aspectos relevantes dos diversos factores geopolíticos, a ferramenta-base para a análise geopolítica, assinalando a forma como cada um desses aspectos poderá contribuir positiva ou negativamente para a coesão e poder ou desagregação e vulnerabilidade da Unidade Política considerada.

Após o levantamento esquemático dos factores geopolíticos, a serem tomados em consideração nas análises geopolíticas, de forma comparativa vamos estudar os diversos métodos que poderão ser utilizados nestas.

2.10 Os Métodos de análise Geopolítica

Como afirmado, constituindo a Geopolítica um método de análise da fenomenologia política, convirá serem descritos, ainda que sumariamente, os métodos de utilização mais comum. Assim, os seis métodos passíveis de utilização nas análises geopolíticas, definidos e descritos por Saul (Cohen, 1980: 41/55), dos quais atribui os quatro primeiros a Richard Hartshorne e a que acrescenta os dois restantes, são:

I.O Método da Análise do Poder

Centra a análise no levantamento e estudo dos factores de poder, numa perspectiva do espaço territorial considerado, de modo a serem entendidas as relações entre as Unidades Políticas;

II.O Método Histórico

Foca-se no estudo da história, sobretudo na sua componente política, em função da geografia;

III.O Método Morfológico

Centra-se no estudo das formas e características estruturais, ou seja, nos tipos de associações a que pertence o Estado em causa, suas divisões administrativas internas, bem como no seu posicionamento relativo, dimensões e configurações, na economia, demografia e fronteiras, entre outras;

IV.O Método Funcional

Dirige as análises para zonas ou regiões como uma unidade política, em termos das suas funções internas e externas, procurando sinais de agregação ou fissuras no seu tecido, no seu relacionamento com o espaço;

V.O Método do Comportamento

Procura, através da observação dos comportamentos, obter percepções e valorizar as diferentes situações e relações espaciais;

VI.O Método Sistémico

Estuda o sistema em que interactuam globalmente o processo político (relações políticas, estruturas e forças sociais) e o espaço geográfico (lugar, região e ambiente), definindo-se assim diversas zonas de acção política e ideológica, caracterizadas por diferentes percepções.

No que se relaciona com o Método da Análise do Poder, ele permite uma caracterização demasiado estática, sendo insuficiente para estabelecer modelos dinâmicos de poder, ao não permitir ilações relativas às influencias das ideologias, motivações, políticas e objectivos. Usualmente usa-se nas análises geoestratégicas para avaliar o Potencial Estratégico de um Estado ou Coligação;

Quanto ao Método Histórico, trata-se de um auxiliar muito importante para a compreensão da sociedade no aspecto cultural, percepções, processos mentais e atitudes no presente, sendo muito usado no estudo da génese e desenvolvimento das regiões, procurando deduzir constantes históricas e tendências. No entanto, as suas análises são circunscritas em termos espaciais, não abarcando a visão global das relações internacionais Origina a saturação com dados históricos, irrelevantes para o problema, bem como a transposição daqueles e de generalizações para o presente, sem os relacionar com alterações havidas nos condicionalismos;

O Método Morfológico é muito útil para o estudo de uma região sob o ponto de vista dos seus elementos estruturais (de actores distintos comparam-se as fronteiras, as capitais, regiões diferenciadas, assimetrias, centros populacionais e económicos, entre outros), de organização e dos

quadros em que se inscrevem (os conjuntos resultantes de associações de Estados, Blocos Regionais, Alianças Globais, ou divisões administrativas duma grande região, como por exemplo um dos Estados integrados na União Europeia e do ponto de vista desta).

O Método Funcional permite determinar o grau de autonomia ou de dependência do governo e da economia, assim como das suas causas, permite prever conflitos territoriais com estados vizinhos e as origens dos mesmos, bem como levanta as forças de consolidação (centrípetas) do Estado e as desagregadoras (centrifugas). Por isso permite uma boa apreensão do significado duma região, sendo contudo necessária a sua complementação com outros, de forma a ser atingida a relação dinâmica entre os elementos físicos, culturais e relações políticas;

O Método do Comportamento poderá ser utilizado quando o espaço é uma variável independente. O comportamento é analisado em duas vertentes, uma a análise dos modelos espaciais que o comportamento assume e a que se refere aos sentimentos inatos que interessam à ocupação e defesa do espaço. Este método assume alta importância na Geopolítica, quando se pretender o estudo do espaço no âmbito das percepções, a conduta do confronto psicológico, a gestão de crises e o desenvolvimento de jogos de guerra;

Por último, o Método Sistémico procura a aproximação à globalidade da realidade, definindo o sistema geopolítico como um sistema aberto, dentro do qual o processo político, que é constituído pelas relações políticas, estruturas e forças sociais, reage reciprocamente com o espaço geográfico, ou seja, com o lugar, região e paisagem (Matias, 2007).

Da leitura da definição resumida de cada método, bem como da subsequente breve análise dos mesmos, acima expressas, verifica-se facilmente uma parcial sobreposição entre o objecto de cada uma delas e mesmo uma certa complementaridade. Efectivamente, os diversos métodos de análise do relacionamento entre os fenómenos políticos e os ambientes geográficos, com ênfase nos da geopolítica, não só não se auto-excluem, como são complementares. Por isso, nenhum autor segue integralmente um só deles, não dispensando o recurso a partes de outro/s, conforme lhes atribua maior valor relativo no sector em análise, dependendo da sua sensibilidade para o trabalho em apreço, bem como da sua perspectiva no encarar da realidade dos factos, bem como das suas orientações, indo apoiar-se no que subjectivamente valorizar mais em cada uma das metodologias descritas.

Resta, no caminho indicado até à feitura das análises geopolíticas, ser apresentado o modelo de análise geopolítica, o qual constitui a matéria do seguinte parágrafo.

2.11 Modelo de análise Geopolítica

"O Geopolítico deve ter a argúcia do Jornalista, a exactidão do Oficial de Estado-Maior e a simplicidade de discurso do Sábio"
(Haushofer cf. /Matias, 2007: 46)

Nunca deve ser esquecido, como já antes referido, que as análises geopolíticas são falíveis, contêm subjectividade e, como todas as ciências humanas, podem sofrer degradações em consequência da ideologia, da educação, ou da cultura específica do analista. Impõe-se, portanto, um "esforço de objectividade, frieza de raciocínio e uma permanente atitude crítica sobre a isenção, correcção e validade da análise feita. Merece ainda ser sublinhado que o modelo interpretativo da realidade, que se vai brevemente dissecar e depois utilizar, devido à natureza dinâmica desta, tem um valor limitado no tempo e no quadro síncrono dos relacionamentos, sendo condicionado à partida pela finalidade do próprio estudo.

O modelo de análise geopolítica/geoestratégica (Figura 3) procura traduzir o raciocínio a desenvolver para a efectivação desta. A análise inicia-se pelo levantamento do Quadro Geopolítico de Referência (QGR) indicado, pretendendo-se com ele identificar para a área ou problema, para os actores e para os interesses em presença, as relações de poder que se exercem nas suas ligações aos espaços em que cada uma radica. Já quanto ao assinalado Cenário Estratégico Base (CEB), a sua finalidade é identificar os actores e interesses estratégicos em presença, valorar os factores e identificar, se possível, tendências de evolução. Após a construção da chamada moldura de referência, formada pelos já referidos QGR e CEB, será decomposta a realidade nos seus aspectos parcelares, através do estudo dos Factores Geopolíticos (Figura 2), correlacionando-os, analisando a sua dinâmica previsível e também de forma prospectiva, de modo a serem levantados modelos interpretativos da realidade.

No que concerne aos Métodos a utilizar, já acima suficientemente caracterizados, resta sublinhar que o seu uso deverá ser de forma complementar e subjectiva, conforme o valor atribuído às partes pela sensibilidade do analista e a finalidade a ser atingida.

Após o estudo dos factores geopolíticos, usando o/s método/s como anteriormente referido, é altura do analista se debruçar sobre as influencias externas, já levantadas no estudo do QGR, do CEB e das ilações resultantes da aplicação dos métodos morfológico e funcional. Daqui resulta a definição dos principais actores e interesses em presença, a estruturação dos factores de poder e vulnerabilidades de maior realce, os quadros de relações políticas exteriores e os instrumentos de coação existentes. Tendo por base os elementos concluídos nos anteriores parágrafos, será possível deduzir a importância ou o significado da área ou problema no seu contexto regional ou global, para os diversos actores em presença. Dos factores na origem de instabilidade política interna e externa, geradores de conflitos, poderão ser levantados os possíveis cenários de evolução, para serem operados ao nível político e estratégico. Assim, são levantadas as possibilidades e limitações para que, por sua vez, ao nível político e estratégico sejam definidas as acções a serem tomadas.

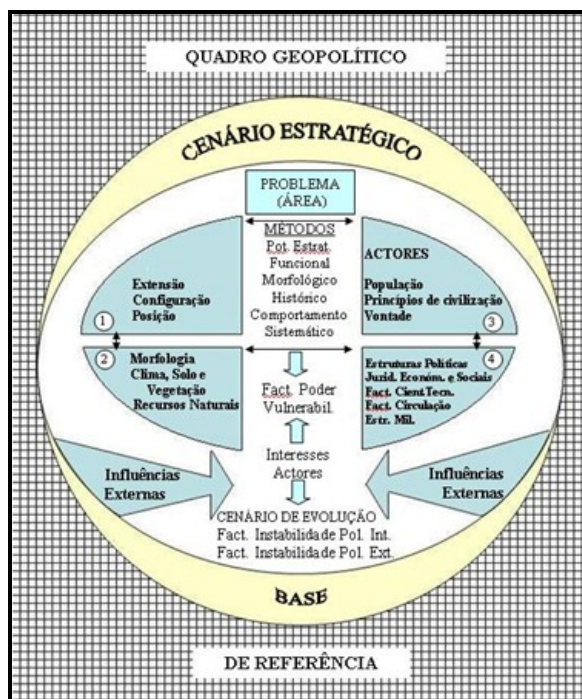


Figura 3 – Esquema didático para análise geopolítica (modelo IAEM³³)

³³ - Por decisão governamental, de 27SET05, foram concentrados nas instalações (Pedrouços/Lisboa) do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) os três Institutos de Estudos Superiores dos Ramos das Forças Armadas (Exército/IAEM - Marinha/ISNG - Força Aérea/IAEFA), designando-se a partir de então por Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Este passou da dependência do Exército para a do Estado-Maior General das Forças Armadas, sendo-lhe cometida a missão anteriormente atribuída aos seus antecessores.

Capítulo 3 – A Geopolítica dos Balcãs

"As guerras balcânicas do fim do século XX só serviram para confirmar a extrema dificuldade em ordenar em Estados viáveis aquela região dos eslavos do sul e provar que o maior poder local estava em Belgrado, era de matriz sérvia e de linha religiosa ortodoxa"

(Bessa, 1999: 19)

"As construções multiétnicas só são estáveis quando apreciáveis vantagens, perceptíveis pelas populações, estão disponíveis para cada uma delas. Se pertencer a um todo, com sacrifício de expressões próprias, não acarreta compensações adequadas imediatamente compreensíveis, para que servirá então essa subordinação?"

(Bessa, 1999: 41/42)

3.1 Quadro Geopolítico de referência

O sistema internacional, já idoso porque emergiu do Tratado de Vestefália assinado em 1648, tem princípios básicos que balizam as relações internacionais desde então e até aos nossos dias, ainda que hoje e cada vez mais estejam a ser postos em causa. O princípio da soberania dos Estados tem sido o regulador da sociedade política na ordem interna e, na ordem internacional, o regulador da igualdade legal dos Estados, ou seja, a independência estatal absoluta. Porém, desde sempre foi observado que a igualdade, formalmente existente entre os Estados, não é suficiente para se opor à desigualdade que na realidade a posse de maior ou menor Poder confere aos seus detentores. Para regular o sistema internacional, em 1945 foi criada a ONU que, nos seus estatutos consagra aqueles dois princípios mas, concomitantemente, consagram a desigualdade de facto existente entre os Estados, em nome do equilíbrio, dando poder de veto só aos membros do seu Conselho de Segurança. Ultrapassando os princípios e as regras da ONU, a regulação da ordem internacional passou a decorrer dos efeitos produzidos pelo confronto entre as duas superpotências, os EUA e a URSS. Daí a ordem internacional se ter transformado em bipolar. Depois, quando esses dois Estados, passada que era a situação de paridade nuclear, atingiram a dissuasão pela destruição mútua assegurada, "a bipolarização política mundial convivia, de facto, com a *guerra fria* e o equilíbrio do terror, deslocando a parte *quente* do confronto para áreas mais periféricas" (Tomé, 2004: 12).

Com o esboroamento da URSS, de que a queda do muro de Berlim em 1989 permanece como símbolo, o confronto EUA-URSS terminou e o sistema bipolar das relações internacionais desapareceu, passando a superpotência restante, os EUA, a actuar sem rival no cenário político internacional. Consequentemente a própria ordem vestefaliana foi colocada em questão, não sendo claros os contornos da sua substituta. Resultou que a soberania dos Estados está crescentemente a ser posta em causa, através de pressões internas e externas, devido ao incremento da relevância de novos actores internacionais no mundo globalizado em que vivemos, os quais erodiram progressivamente as tradicionais e privativas competências estatais. Ainda que por uma causa

legítima, também o princípio da ingerência humanitária permite hoje interferir nos assuntos internos dos Estados.

Por outro lado, incluindo a superpotência restante, todos os Estados hoje poderão ser confrontados com ameaças assimétricas, muitas vezes oriundas de Estados falhados ou de grupos terroristas, estes de difícil localização espacial dos seus santuários.

Desde o fim da II GG que a Europa usufruía do período mais longo de paz da sua história, como consequência da situação estratégica de confronto Este-Oeste que se vivia, durante a qual só nas periferias era possível serem desencadeados confrontos armados, como já antes referido. Com o fim da guerra-fria e praticamente na sua linha da frente, foi então possível eclodir a crise que conduziu ao desmembramento da Jugoslávia.

O dia 9 de Novembro de 1989 vai permanecer como data-símbolo da queda do muro de Berlim, a qual só foi possível face ao esboroamento da União Soviética e do consequente fim da situação de bipolaridade estratégica, iniciada após o fim da II GG. Assim, passou a registar-se no mundo uma situação menos estável, devido ao incremento conflitual havido, mas por outro lado mais segura, porque mais afastada a ameaça da escalada para o patamar termonuclear que, naquele tempo, pairara sobre o planeta.

“Rompida a disciplina estratégica da ordem bipolar, manifestam-se novos actores e novas dimensões políticas na cena planetária. Libertado enfim da disciplina estratégica imposta no confronto Leste-Oeste, o conceito de nação reassume o seu protagonismo. A lógica dos blocos esvai-se, as nações regressam à ribalta. Em certa medida são os arranjos políticos de 1918, surgidos numa conjuntura muito específica, e que a lógica bipolar congelou durante meio século, que entram em colapso” (Pereira et al, 2010: 42).

No citado período de bipolaridade estratégica, só nas periferias das suas zonas de influência as superpotências permitiram o eclodir de confrontos armados. Na linha da frente desse confronto situava-se a Jugoslávia que, de uma situação de totalmente alinhada com a então URSS, conseguiu libertar-se da tutela desta, continuando contudo a ser dirigida por um governo comunista mas na situação de não alinhada com qualquer dos blocos político-militares. Nessa situação de guerra-fria, as ajudas dos Estados Unidos da América suportaram a economia jugoslava durante muitos anos, devendo esse facto ser visto à luz do confronto dos dois blocos político-estratégicos. Nessa situação, o que fosse favorável a um dos lados era desfavorável ao outro e compatível com o desejo jugoslavo de agir no cenário político internacional de forma não alinhada.

Apesar do intenso confronto ideológico entre os dois blocos, como garante dessa estabilidade funcionou a posse de arsenais nucleares pelos EUA e URSS, ambos com capacidades destrutivas para as quais não havia mundo suficiente. Hoje, na comunidade internacional, onde a superpotência restante procura pontificar, vive-se num sistema profundamente heterogéneo, com uma forte dialéctica entre apoiantes e oponentes da interdependência e da globalização, enfrentando desafios à escala planetária, como resultante do desenvolvimento científico-tecnológico e da própria actividade.

Para além dos nacionalismos já acima referidos, surgem também outras expressões da nova realidade estratégica, mobilizadas para legitimação de projectos de poder, enfim libertos pela nova situação vivida na Europa do Centro e Leste e ao mesmo tempo órfãos de um quadro estratégico e

ideológico que os enquadrara. São elas “a reabilitação de símbolos e outras expressões de identidade comunitária, de especificidades culturais e religiosas, das estruturas familiares e solidariedades tradicionais, o que constitui, por um lado, um refúgio contra a globalização política e cultural”, na feliz observação de Carlos Santos (Pereira, 2010). Por outro lado, essas manifestações colidem frontalmente com o caminho da globalização em curso, originando resistências aparentemente inultrapassáveis, ao sabor de estratégias políticas e em nome de modelos de organização da sociedade em consonância com a história e culturas locais, ligadas ao islão, à Ásia e aos regionalismos, apesar de situadas na Europa. Certamente devido à situação então vivida no cenário político internacional, Ignacio Ramonet definiu o seu conceito de *geopolítica do caos* como a gestão dessa situação e, na procura da resposta à questão de quem é o inimigo do ocidente, escreveu que “*o inimigo principal deixou de ser unívoco; trata-se, daqui em diante, de um monstro de múltiplas cabeças que pode assumir, alternadamente, a aparência da bomba demográfica, da droga, das máfias, da proliferação nuclear, dos fanatismos étnicos, do Sida, do vírus Ébola, do crime organizado, do integrismo islâmico, do efeito estufa, da desertificação, das grandes migrações, da nuvem radioactiva, etc. Outras tantas ameaças sem fronteiras e de amplitude planetária que se propagam sobre o conjunto da Terra e não podem ser combatidas com as armas clássicas da guerra*” (Ramonet, 1999: 17/18).

A situação referida radica profundamente nas disparidades existentes no acesso ao progresso, à justiça e ao bem-estar social, bem como à segurança, com ressonância mundial e não mais local dos fenómenos político-sociais. A amplitude mundial da ressonância é consequência da imensa capacidade de circulação actual, em termos de comunicação de relação interpessoal e também de transporte, características da vivência na fase actual da globalização, esta porém há muito iniciada no século XV.

De entre outros, constituem exemplos dos desafios à escala planetária, a explosão demográfica e o negro quadro ambiental. A explosão demográfica tem uma esmagadora incidência em regiões de menor acesso ao bem-estar, concomitantemente com índices demográficos negativos nas regiões de economia mais desenvolvida. O negro quadro ambiental em que se vive, com escassez de água potável e para rega, bem como de terrenos aráveis e de combustíveis fósseis baratos e, ainda, de metais críticos para as sociedades mais desenvolvidas.

À lista anterior, há que acrescentar a séria ameaça da poluição, com agressões permanentes ao ambiente e, algumas destas, com consequências irreversíveis, bem como a desregulação climática que vivemos e cujos contornos futuros são desconhecidos. Acresce a acção nefasta de algumas das organizações transnacionais, entre outros actores não estaduais, que escapam ao controlo dos Estados.

Assim, torna-se vital, para a segurança internacional e para uma vivência com dignidade no planeta, a consciencialização de todos de que só com políticas de desenvolvimento sustentável e de combate à pobreza / à exclusão social, esses objectivos serão alcançados. Há ainda que ser acrescentado, ao já referido, a necessidade da tomada de acções concretas na defesa do ambiente, bem como de prevenção, gestão e controlo de conflitos, tudo aliado ao correcto funcionamento dos

Estados, de que o diálogo político entre estes, bem como no interior de cada um, constitui um dos elementos fundamentais.

Tendo em vista o papel social que lhes está reservado, as *elites do poder* não podem ignorar que devem ser pró-activas e não se refastelarem numa cómoda postura contemplativa, esperando para reagir ao comportamento dos restantes actores no cenário político internacional, visto que "sempre que a paz, concebida como a eliminação da guerra, foi objectivo primordial de uma potência ou de um grupo de potências, o sistema internacional esteve à mercê do membro mais feroz da comunidade internacional" (Bessa, 1999:48). Esta é uma verdade incontestada em tempo de paz ou guerra, só mudando os instrumentos utilizados na defesa dos interesses de cada Estado, conforme lhes for mais conveniente e, apesar de não haver grandes discordâncias em relação a esse diagnóstico, após o fim da chamada guerra-fria, as crises bem como os conflitos internacionais têm sido constantes.

Apregoados pelos mais altos responsáveis do poder político, são solene e periodicamente repetidos os supremos objectivos dos Estados, como sejam a salvaguarda da paz e a implementação do primado do direito no relacionamento internacional. Mas, a realidade deve estar sempre presente e, assim, não deve ser nunca esquecido que, no âmbito internacional, a política dos Estados³⁴ não é balizada por amizades e sim por interesses. Frequentemente alguns destes interesses estimulam os Estados a agir para além do razoável, devido às posturas simplesmente contemplativas de outros Estados. Por outro lado, não poderá ser ignorada a crescente importância da acção das Organizações Transnacionais, as quais agrupam actores não estatais, nos quais hoje se evidenciam algumas ONG, bem como organizações criminosas.

Como os Estados, as Organizações Transnacionais são também actores internacionais, mas ainda que não sendo sujeitos de direito internacional, têm efectivamente capacidade jurídica, porque exercem pressão na elaboração de normas jurídicas internacionais, face a terem-se constituído como poderes de opinião e ou grupos de pressão. Actuam por vezes contra o Estado, outras em parceria com o mesmo e outras vezes substituindo-o. Apesar de chamados novos actores não estatais, sobretudo as ONG e as transnacionais do crime, já há muito existem ainda que tendo sempre actuado mais discretamente, emergiram mais recentemente em força na cena política internacional, o que lhes dá um carácter de novidade. Na sociedade internacional vão-se consolidando, reduzindo concomitantemente a margem de manobra dos Estados e fugindo ao controlo destes, sendo apelidados de novos actores devido à sua crescente capacidade de actuação, hoje com maior

³⁴ - O Estado sempre pretendeu não reconhecer qualquer outra autoridade política como superior (princípio da independência) e exercer, com exclusividade, a autoridade no seu território (princípio da soberania). Porém, no cenário político internacional, para além do Estado, há outros actores que procuram escapar ao seu controlo, desde logo, outros actores territoriais sem serem Estados, os Movimentos de Libertação. Acrescem, como actores, as Organizações Internacionais, uma criação dos Estados baseada na tomada de consciência por estes da existência de interesses comuns, no que concerne à segurança, ao progresso e ao bem-estar social, sendo umas de âmbito universal (ONU), outras regional (UE) e de natureza económica (OPEP), política (OUA) e militar (OTAN). Existem ainda outros actores, as Organizações Transnacionais, constituídas por indivíduos e grupos humanos que se relacionam com um carácter prolongado no tempo, tendo em vista atingir objectivos próprios e de diversa natureza (política – as Internacionais Políticas, religiosa – as Igrejas, económica - IBM, desportiva – FIFA, cultural – algumas ONG, ecológica – Green Peace, criminosa – cartéis da droga, etc.), mas fora do quadro territorial de um qualquer Estado e em que os seus membros não são Estados e até se lhes opõem com frequência.

visibilidade e influência na elaboração e na aplicação de normas jurídicas internacionais, independentemente das suas fontes. São mais autónomos do que as organizações internacionais, porque não têm dever de reserva e não sofrem controlo, além de auto designarem os seus representantes sem qualquer escrutínio. Alguns destes actores transnacionais não possuem sede conhecida, não possuem personalidade jurídica, actuam em redes e são acobertados por alguns Estados, que nem sempre são os Estados Falhados - Somália, Líbano e Sudão - ou os Estados Pária - Afeganistão dos talibãs, Líbia, Irão e Síria. Nesse sentido fez notar Rohan Gunaratna que “segundo a CIA, um quinto de todas as organizações não governamentais islâmicas espalhadas pelo mundo estão infiltradas pela Al Qaeda e por outros grupos que apoiam o terrorismo”. Outra faceta do mesmo problema foi sublinhada pelo mesmo autor, agora citando o *International Crisis Group*, o qual num seu relatório revela que “o rápido progresso dos movimentos integristas na Somália desde 1990 está menos associado à sua popularidade do que ao acesso a um importante financiamento externo”, apontando para o apoio directo ou não das diásporas islâmicas e para os viveiros de terroristas que são os Estados autocráticos muçulmanos - Arábia Saudita, Egipto, Paquistão e Argélia (Tomé, 2004: 197).

Apesar de tudo, os Estados ainda se comportam e são tratados como os actores privilegiados no cenário político internacional, porque reconhecidos como sujeitos do direito internacional, juntamente com as organizações internacionais e regionais, pela Carta de S. Francisco, a qual fundamenta a existência e a acção da ONU.

Entre outras, adopta-se como correcta a perspectiva “*que atribui aos Estados os seus interesses e assume que o poder político os tenta levar a cabo de forma racional e ponderada nas conjunturas que vão passando. Não existe ordem internacional propriamente dita, mas relações preferenciais para benefício mútuo. A sociedade internacional está concebida como uma sociedade próxima do estado de natureza, de modo que cada actor busca maximizar os seus interesses. As relações entre os poderes são sobretudo relações de força*” (Bessa, 2001: 74). Essa a razão porque se considera ser mais próximo da realidade o uso da palavra sociedade e não comunidade internacional.

Em resumo, pode ser caracterizado o sistema internacional actual elencando alguns dos seus factores distintivos, a saber:

- Mundialização ou globalização dos fenómenos, sem resultar numa desejável homogeneização mundial, mas acentuando as assimetrias já existentes entre países desenvolvidos ou ricos e subdesenvolvidos ou pobres;
- Ressurgimento em força dos defensores do nacionalismo, em luta contra os transnacionalistas;
- Complexidade dos fenómenos político-sociais;
- Revolução tecnológica;
- Interdependência;
- Comunicação total;
- Vulnerabilidade dos Estados;
- Esmatimento das ideologias;

- Crescente importância dos chamados novos actores internacionais;
- Novos pólos e dimensões do Poder.

Assim e da mesma forma, podem ser referenciados os actuais perturbadores, como origens da conflitualidade existente, e que agem no cenário político internacional:

- A globalização e as assimetrias;
- A imposição da democracia liberal como modelo político e da economia de mercado, como modelo económico;
- A pressão demográfica e os movimentos migratórios;
- Os extremismos do desespero (económico, cultural, político, religioso, étnico, etc.);
- Menor disponibilidade de recursos vitais (água potável e para rega, crude, florestas, etc.);
- Proliferação de armas de destruição massiva;
- Desastres ecológicos;
- Controlo de áreas vitais e políticas expansionistas;
- Terrorismo e crime organizado;
- Acção de Estados desestruturados e Estados-pária;
- A acção da potência ainda hegemónica.

Daqui surgiu um novo quadro de ameaças à paz, sendo os mais perigosos:

- O terrorismo transnacional;
- A proliferação de armas de destruição massiva;
- O crime organizado – os tráficos.

Quanto à Península Balcânica, a região de aplicação do presente estudo, a sua importância reside na sua posição geográfica, materializando-se nela a linha divisória entre o mundo católico e o ortodoxo, bem como do ponto de encontro entre o Cristianismo e o Islão. Para as suas frágeis fronteiras, onde a fragmentação política e a heterogeneidade cultural e civilizacional pontificam, convergem ainda as grandes rotas comerciais que do Médio Oriente e da África se dirigem à Europa, bem como a multiplicidade de interesses estratégicos das diversas Potências. Devido ao citado, a Península dos Balcãs encontra-se na linha da frente daquilo que Edgar Morin definiu como o problema-chave dos próximos anos e que é *“a luta multiforme entre, por um lado, as forças de associação, federação ou confederação, tanto na Europa quanto no mundo, e, por outro, as forças de disjunção, fragmentação, ruptura e conflito. Parece que essas forças de disjunção têm sido, particularmente, estimuladas pelo renascimento da concepção étnica do Estado-nação”* (Ramonet, 1999: 19/20).

3.2 Cenário Estratégico Base

Após o fim da guerra-fria, esse espaço temporal de “guerra improvável e paz impossível” no dizer de Raymon Aron, e com o conseqüente desaparecimento da rígida fronteira entre os santuários dos blocos político-militares, a região balcânica passou a assumir novos contornos políticos. Assim, foi nela adquirindo maior importância a liberdade de acção agora permitida, passando a constituir uma linha fundamental nas comunicações da Europa Central com a Turquia, a Ásia Menor e o Suez. Porém, para além da sua posição geográfica, esse persistente factor de importância estratégica, os Balcãs são uma região desprovida de recursos estratégicos de valor, para além de uma significativa indústria extractiva de carvão, chumbo, zinco, cádmio e ouro, a Norte do Kosovo.

As já seculares tentativas exteriores de interferência e domínio, da região balcânica, encontram justificação no mais perene dos factores de poder, a relevada posição estratégica da mesma. Quem dominar a região, por um lado controla a navegação marítima entre os Mares Egeu, Mármara e Negro, através dos estreitos dos Dardanelos e do Bósforo, bem como a denega a outrem e, por outro, controla o escoamento de recursos estratégicos vitais, como o petróleo e o gás natural, do Cáucaso para a Europa Ocidental e Central.

Numa lógica de disputa com a Rússia e a China, pela posse destes vitais recursos citados, se inserem os gigantescos projectos, de biliões de euros, que a Europa encetou. Com esses projectos pretende trazê-los em oleodutos, gasodutos, auto-estradas e caminhos-de-ferro, a partir da região do Mar Cáspio, mais concretamente do território da Geórgia, através dos Balcãs e na direcção da Grécia, Itália e Europa Central.

Do cruzamento de interesses divergentes nestes velhos eixos Europa-Balcãs-Ásia, onde se sente agora maior liberdade de acção, vislumbram-se imediatamente razões para interferências do exterior e por parte das diversas potências interessadas. Destas, citam-se as principais que são os EUA, a Rússia e a UE, mas também outros actores transnacionais, somente com capacidade de travarem guerras assimétricas, mas que pretendem usar a arma do crude e gás natural, denegando o seu controlo ao Ocidente. Deve contudo ressaltar-se o facto, indelével, de a UE não agir a uma só voz, assistindo-se a tomadas de posição antagónicas entre algumas das suas Potências, sobretudo as detentoras de maior Poder, como a Alemanha, a França e o Reino Unido, mas também outras regionais de muito menor peso relativo e que pretendem reposicionar fronteiras, face ao desaparecimento da Jugoslávia.

Na equação em apreço e quanto aos europeus ocidentais, não deverá ser tida como de importância desprezível a sua dificuldade de entendimento da persistente e belicosa interacção humana na área focal do nosso estudo, a Jugoslávia. Nesta e há muito que diversas Forças internas e externas se têm empenhado, num caminho que conduziu à atomização desse espaço, aparentemente incompreensível porque em contra-ciclo com o empenho ocidental na construção da UE e contrária à necessária estabilidade de interacções e da convergência que a mesma exige. A referida dificuldade de entendimento, bem como os diversos e conflitantes interesses de outras potências na região, têm também como reflexo, o bem visível, descoordenado e contraditório apoio e até pressões políticas que na região as mesmas têm exercido.

“Três fenómenos históricos criaram uma dificuldade permanente no relacionamento entre os povos que formaram a Jugoslávia: a divisão do Império Romano, o cisma cristão e a permanência de cinco séculos do império Otomano nos Balcãs” (Rados, 1999: 9). Apesar da dificuldade referida, crê-se que esses três fenómenos, para além de não facilitarem o relacionamento, só por si não explicam a violência desencadeada durante e após a II GG.

Em síntese, ao longo da história dos Balcãs contribuíram enormemente para a diferenciação entre os povos que a habitam, a constante mobilidade das suas diversas populações, devido à recusa ou integração destas na órbita de vários Impérios com apetência de domínio regional; a posição geográfica da Península, como charneira entre diversos povos e áreas culturais; e, ainda, as próprias características morfológicas da região em apreço.

3.3 Os Factores geopolíticos – Físico, Humano e de Circulação

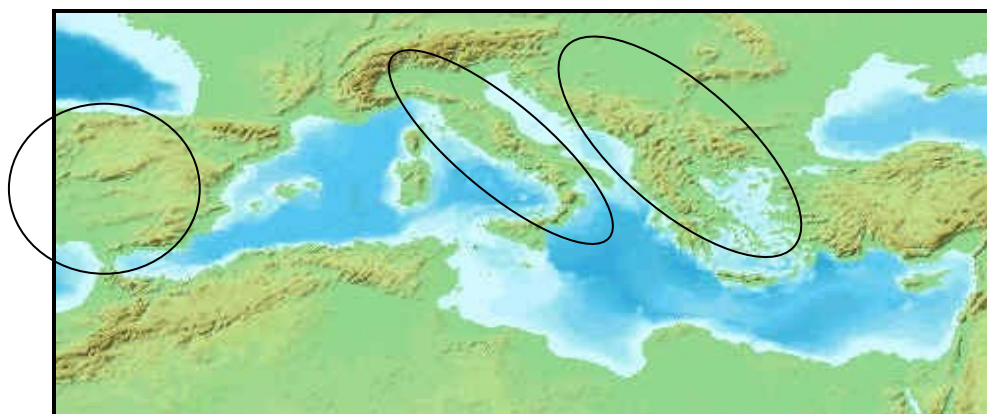


Figura 4 – Mapa das Penínsulas do Sul da Europa (Wikipedia)

Se olharmos num mapa para a região meridional da Europa, surgem-nos de Oeste para Leste as Penínsulas Ibérica, Italiana e a dos Balcãs. Esta, situada a Sul da Europa Central e contrariamente às outras duas, não tem um nítido limite de ordem geográfica a Norte, como são os Pirinéus e os Alpes Italianos. Por isso, considera-se a Península dos Balcãs situada a Sul de uma linha de referência e, para a mesma, foram escolhidos os cursos do rio Danúbio (desde Belgrado até à sua embocadura no Mar Negro) e do rio Sava, este afluente daquele na sua margem direita. A Ocidente e para completar o limite peninsular referido, deverá ser imaginada uma linha recta desde o alto Sava até à cidade de Rijeka, na Eslovénia. Esta demarcação a Norte da Península balcânica, ainda que um pouco arbitrária, está ligada à fronteira do Império Otomano com o Império Austro-húngaro, na Europa e do séc. XV ao XIX, tratando-se portanto de uma fronteira cultural e histórica.

Esta Península compreende uma área aproximada de 550.000Km²³⁵ e nela vivem cerca de 55 milhões de habitantes. A Península tem a forma triangular, com a base invertida e muito recortada

³⁵ - Representa quase o dobro da área da Península Italiana (301.262 Km² - 58 milhões de habitantes) e é menor do que a da Península Ibérica (596.767 Km² - 51 milhões de habitantes).

na sua costa marítima, acompanhada por milhares de ilhas, com especial abundância nas costas grega e croata, estendendo-se para Sul, através de uma estrutura muito montanhosa, até à subsidiária desta, a Península grega do Peloponeso. As suas costas são banhadas a Oeste pelos Mares Adriático e Jónico e, a Leste, pelos Mares Egeu, Mármara e Negro. Essa quase contínua estrutura montanhosa é constituída por três maciços principais, os quais compartimentam de forma muito vincada o terreno, dificultando mas não impedindo a circulação, em termos de comunicação terrestre de relação e de transporte.



Figura 5 – Mapa da Península dos Balcãs – relevo e hidrografia (Wikipedia)

Um dos maciços montanhosos, situado mais a ocidente, é constituído pelos Alpes Dináricos que correm muito próximo e ao longo da costa da Dalmácia, de Noroeste para Sudeste, ligando os Alpes Julianos (estendem-se do NE da Itália para a Eslovênia), assim como o extremo ocidental da planície húngara a Norte, às montanhas do Píndo que, a partir da Macedónia, cobrem a Península até à costa grega no Mar Egeu. Sensivelmente de forma perpendicular a estas montanhas e para Leste, estende-se o maciço dos Balcãs³⁶, desde o Leste da Sérvia até à costa búlgara do Mar Negro.

³⁶ - Referindo-se à Península Balcânica, Yves (Lacoste, 1995: 245) referiu que “os Balcãs são um espaço menos definido pela geografia (a cadeia dos Balcãs que se situa somente na Bulgária, não delimita um território e as fronteiras Norte da península são sempre difíceis de definir) que determinado pela história. O Império bizantino deixou lá uma religião, o dogma cristão ortodoxo, que o chefe supremo é sempre o patriarca de Constantinopla; depois o Império otomano propagou relativamente o

Quanto ao terceiro maciço referido, as montanhas dos anti Balcãs (maciço de Vitosha, cordilheiras de Rila e de Pirin e os Montes Ródope), localizam-se sensivelmente paralelas aos Balcãs e a Sul destes, separados pelo vale do rio Maritsa na Bulgária.

A Norte da linha de referência, arbitrada como definidora do limite Norte da Península dos Balcãs e materializada pelos Rios Sava e Danúbio (Donau em alemão), podem observar-se outras montanhas, os Cárpatos Meridionais. Estes prolongam-se para Norte, para além dos Alpes da Transilvânia, rodeando estes em arco e no sentido Sul-Nascente-Norte-Poente. Para Norte daquela linha podem ainda ser bem identificadas as planícies da Roménia³⁷ e Hungria³⁸.

Na maior parte do território dos Balcãs, a altitude média situa-se quinhentos metros acima do nível médio das águas do mar e os Picos mais altos são o Musalla (com 2.924 m e situado nos Montes Ródope/Bulgária), o Olimpo (com 2.918m e localizado nas Montanhas do Pindo/Grécia), o Triglav (com 2.863 m e integrado nos Alpes/Eslovénia) e o Dormitor (com 2.522 m e fazendo parte dos Alpes Dináricos/Montenegro).

Para Norte da linha de referência citada, as montanhas dos Cárpatos funcionam como uma barreira da grande planície húngara, impedindo a chegada e a correspondente influência, no Inverno, dos ventos polares que passam através das estepes russas. O clima na Península dos Balcãs é mais severo que nas outras duas Penínsulas do Sul da Europa e a temperatura tem variações bruscas. O Inverno ainda que curto é intensamente frio, sobretudo na planície do Danúbio e na Trácia. Ventos agrestes de Nordeste prevalecem na Primavera e a neve é comum, mesmo no Sul da Grécia. No Outono o clima é ameno e claro.

Como consequência da orientação geográfica das cadeias de montanhas, os principais rios correm genericamente para Leste ou Sudeste. Assim acontece com os Rios Drava e Sava, afluentes do Danúbio, o qual corre sensivelmente nesses sentidos e vai desaguar no Mar Negro, e os rios Maritsa e Vardar no Mar Egeu. Com dimensão já considerável, desaguan no Mar Adriático só os rios Neretva (203 km/BiH + 22 km/Croácia), Drin (282 km/Albânia) e o Vyossa (160 km/Albânia).

A maior parte dos Alpes Dináricos é constituída por rochas calcárias que absorvem as chuvas com facilidade, tornando o solo seco e árido para o cultivo, acumulando a água em canais subterrâneos, o que origina caudais perenes nos rios, os quais irrigam pastagens durante o Verão.

Islão mas constitui sobretudo uma barreira que cortou esta região durante cinco séculos do resto da Europa e da sua evolução. Os Balcãs, aos olhos do ocidente, são a Europa contaminada pelo Oriente”.

É ainda de realçar que, em turco, a palavra Balcãs significa colinas e, sendo esta a característica mais saliente do terreno da maior parte da Península, será essa a origem da designação à mesma atribuída, quando a maior parte da Península Balcânica pertenceu ao Império Otomano. A cordilheira dos Balcãs que se estende do leste da Sérvia até ao mar Negro, atravessando a Bulgária a Sul do Danúbio é, das três cordilheiras existentes, a de menor dimensão e, situando-se sensivelmente ao centro, não delimita a Península, parecendo certificar a precedente opinião de Lacoste.

³⁷ - Apesar da Roménia e Moldávia se situarem a Norte do Rio Danúbio, pertencem à Península dos Balcãs pois formam um todo histórico com os Países Balcânicos, atendendo à influência que neles exerceram e de que deles sofreram.

³⁸ - Genericamente considera-se que a Hungria pertence à Europa Central, mas a história liga-a também aos Balcãs, assim como a Turquia que maioritariamente se situa no Próximo Oriente e, do seu território, só a Trácia Oriental se situa nos Balcãs.



Figura 6 – Mapa do relevo e hidrografia da Península dos Balcãs (Lacoste, 1995)

Contudo, no sector Nordeste destes Alpes, abrangendo parte da Bósnia-Herzegovina (BiH) e Sérvia Ocidental, bem como toda a região do Maciço dos Balcãs, o solo é formado por rochas cristalinas, retendo em consequência as águas na sua superfície, com os inerentes benefícios para a agricultura, fixando populações, em particular nos planaltos e vales dos rios Sava e Morava.

Pela enorme importância não só regional que assume, particulariza-se o rio Danúbio que nasce na Floresta Negra, na Alemanha, e 2.850 km depois desagua sob a forma de delta no Mar Negro, com um dos braços em Kilia (Ucrânia) e o principal em Tulka (Roménia). Constitui com os seus afluentes uma imensa bacia hidrográfica, a maior da Europa Central e Ocidental, sendo de realçar que só este rio corta ou circunda nove países europeus, com uma população de 220 milhões de habitantes. Por isso, assume uma enorme importância como via de comunicação fluvial, face ao incremento de circulação de pessoas, bens e serviços que permite e facilita entre alguns dos países balcânicos, mas também destes com outros.



A



B



C

Figura 7 – Mapas parciais da Europa Central e das Penínsulas italiana e balcânica, com o curso do Rio Danúbio e afluentes

A e B (<http://de.wikipedia.org/wiki/Donau>) e C (National Geographic/MAR02)

O Danúbio representa uma verdadeira auto-estrada aquática, ligando a importante região do Mar Negro ao coração industrializado da Alemanha e França e mesmo para além dela. Este facto sempre despertou desejos de uso e controlo desta via aquática, bem como receios do seu encerramento e da conseqüente interrupção dos fluxos normais através da mesma³⁹.

Através dos canais construídos na Alemanha⁴⁰, foi estabelecida a ligação do Danúbio com o Rio Reno, através do Meno, possibilitando a navegação do Mar do Norte (Holanda) ao Mar Negro (Roménia). Os já citados receios e as preocupações geradas, sobretudo em situações de crise, devem-se ao facto de o Danúbio atravessar algumas regiões com episódios de instabilidade política, além de que parte das suas margens são muito encaixadas no terreno, logo com possibilidades de fácil comandamento sobre a circulação no rio e até o seu bloqueamento.

“No séc. XVIII, a prática ignorava completamente o princípio da liberdade de navegação nos rios internacionais. Os Estados podiam cobrar portagem pela passagem nos troços existentes no seu território (...) A ideia da liberdade de navegação foi expressa durante a Revolução francesa de 1789 (...) A liberdade de circulação, em todos os rios internacionais, foi proclamada pela acta final do Congresso de Viena, de 1815. Os princípios básicos do direito fluvial foram estabelecidos pela Convenção sobre o Danúbio de 1856 (...) Em 1936, a Alemanha nacional-socialista colocou em dúvida o princípio da liberdade de navegação. O período de tensão foi propício, nesse domínio, à reafirmação da soberania territorial. Os princípios da liberdade de navegação foram restaurados a partir de 1945” (Chauprade, 2007: 200).

Por um lado, o rio Danúbio separa duas cadeias montanhosas, a Norte os Cárpatos Meridionais e a Sul os Balcãs. Na sua bacia estão contidas as planícies da Hungria e da Moldávia, portas de entrada franqueadas para a Península montanhosa dos Balcãs, respectivamente a Norte e Nordeste.

Mas, por outro lado, a geografia balcânica porque montanhosa não é genericamente favorável para as comunidades que nela habitam, obrigando-as a dispersar-se para aproveitamento dos locais mais favoráveis aos seus sustento e vivência, conduzindo-os a adquirir o conhecimento pormenorizado do terreno, em termos da necessária circulação. Por isso, conferiu-lhes a vantagem de se oporem com maior facilidade e vantagem, porque podem acorrer muito rapidamente aos locais propícios e no tempo certo, no confronto com o possível invasor.

³⁹ - Ainda que representando só cerca de 4% do tráfego de mercadorias na Alemanha, transitam pelo Danúbio em cada sentido 14 grandes navios diariamente, correspondendo a dez mil embarcações por ano (Carsten Heinisch – wikipédia).

⁴⁰ - A importância deste projecto foi há muito reconhecida, tendo o mesmo sido iniciado por Carlos Magno, a partir do ano 793, tendo sido ocupadas dez mil pessoas na construção da então chamada *Vala de Carlos*, de forma a ligar através de afluentes o Danúbio e o Meno, porque então se reconheceu ser mais seguro, rápido e confortável viajar por estes rios, do que usar o transporte rodoviário para pessoas e mercadorias. Uma segunda tentativa foi desencadeada pelo rei bávaro Ludovico I, há cerca de mil anos e sem grandes avanços. Face ao custo astronómico do projecto, só à terceira tentativa, iniciada nos anos 20 do século passado, foram dados os passos decisivos. Assim, o Rio Meno foi completamente canalizado até Bamberg e, no Danúbio, construídas uma série de represas e comportas. Em 1960 começou a construção de um novo canal paralelo ao Ludwigskanal, tendo sido inundado, em 31 de Julho de 1992, o último trecho do canal ligando os Rios Reno / Meno / Danúbio, permitindo a passagem de navios de grande porte, como ligação fluvial contínua do Mar Negro ao Mar do Norte (Carsten Heinisch – wikipédia).



Figura 8 – Mapa comparativo das bacias dos principais rios europeus - DONAU = Danúbio
(<http://de.wikipedia.org/wiki/Donau>)

Quanto a lagos com alguma importância na Península, como reservas de água doce, existem três na fronteira da Albânia, um partilhado por esta com o Montenegro (Lago Scutari – 350 Km²), outro com a Macedónia (Lago Ohrid – 277 Km²) e um terceiro partilhado com a Macedónia e a Grécia (Lago Prespa – 190 Km²). No entanto, porque partilhados, poderão vir a constituir origem de conflitos entre estes Estados.



Figura 9 – Mapas hidrográficos respectivamente das Repúblicas do Montenegro, Albânia e Macedónia (www.cia.gov/library)

Porque relevante, sublinha-se de novo que a importância da Península dos Balcãs reside na sua posição geográfica, dificilmente contornável, de facilitadora ou não de circulação, entre regiões sociopolíticas muito diversas, algumas produtoras de crude e gás natural e outras sobretudo consumidoras, daí também a origem da conflitualidade endémica que nela se registou, ao longo da sua história. Por isso e ao longo desta sofreu inúmeras invasões, tradutoras de tentativas de

dominação por parte de sucessivos projectos imperiais e, nos nossos dias, continua a despertar vontades externas de dominação ou controlo, visando o médio-orient e os recursos energéticos nesta região explorados e que pelos Balcãs terão de transitar a caminho do Ocidente. Crê-se ser essa a razão para a recente construção pelos Estados Unidos do Campo Bondsteel, uma plataforma logística avançada no Sudeste do Kosovo (próxima de Ferizaj/Urosevac) e junto à fronteira com a Macedónia. Com possibilidade de ampliação, a sua actual dimensão é de 360.000 m² e, desde AGO99, possui cerca de 50 locais de aterragem de helicópteros, tendo sido alugada por 99 anos. A justificação para a sua efectivação poderá ser encontrada na necessidade de segurança, para a construção e exploração do oleoduto AMBO (Albanian-Macedonian-Bulgarian Oil pipeline), o qual será a continuação da ligação para ocidente, através do mar Negro, da bacia produtora e exportadora de crude e gás do mar Cáspio.



Figura 10 – Campo “Bondsteel” / Kosovo
(http://en.wikipedia.org/wiki/Camp_Bondsteel)

Face aos objectivos a atingir pelos EUA, seja no domínio regional ou no apoio logístico à projecção de Forças na defesa dos seus interesses, não poderá ser desligada do Campo de Bondsteel a existência da Base Aérea de Tuzla, na vizinha BiH, em funcionamento sob controlo também das FA americanas. Explica tal, o facto de já antes de 1999, ano em que foram realizados os bombardeamentos aéreos da NATO à Jugoslávia, num artigo de opinião inserido no Washington Post (www.uaff.info/bondsteel.htm), ter sido defendida a necessidade de ser rearticulado o dispositivo americano das suas Bases Aéreas na Europa. As razões para a rearticulação eram apontadas à nova realidade geopolítica que se vivia no espaço europeu e à crescente instabilidade no Médio-Oriente, originando a necessidade de sobrevoar os Balcãs para protecção do escoamento do petróleo e gás do Mar Cáspio, para os mercados europeus e americanos, isto é, para rapidamente ser possível atacar objectivos hostis, situados no Médio-Oriente e Ásia Central.

Nesse sentido, em 10OUT03 e numa conferência de imprensa no Pentágono, o comandante supremo aliado na Europa e das forças americanas neste continente, Gen James Jones, declarou que “*no âmbito da transformação em curso na aliança, esta estava em expansão para Leste e na Europa Central. Referiu ainda a redução de 112.000 para cerca de 50.000 militares americanos na*

Europa e a oportunidade que então se apresentava de estabelecer a presença estratégica, ou presença operacional se necessário, nessas áreas. Desse modo, a presença de forças americanas na Europa seria articulada em três tipos de bases. Em Bases de Operações Principais, com forças americanas em permanência atribuídas às mesmas (Ramstein Air Base /Alemanha e US Naval Station Rota / Espanha); em Campos Operacionais Avançados, sempre prontos a receber e apoiar forças durante o cumprimento de missões específicas (Camp Bondsteel /Kosovo, Camp Eagle / BiH, Incirlik Air Base / Turquia, em Marrocos, na Tunísia, Bulgária e Roménia); e em Campos de Segurança Cooperativa, desde simples locais para o reabastecimento de combustíveis, até alguns mais complexos e dirigidos por empresas subcontratadas americanas, mas prontos a serem controlados por forças americanas, tudo pré acordado e programada a possível acção com a nação hospedeira” (<http://www.globalsecurity.org/military/facility/eucom.htm>).

Crê-se não estar desligada desta problemática a recente postura da Turquia, que dá sinais de estar a redefinir os seus principais interesses geopolíticos, parecendo estar a distanciar-se da Europa Ocidental, bem como de Israel, e a aproximar-se do Irão e países islâmicos em geral. Os Estados Unidos possuem Bases Militares na Turquia, as quais não puderam usar durante a guerra no Iraque, por lhes ter sido negada autorização pelo anfitrião. Este, também e recentemente, contrariou os interesses ocidentais ao opor-se à imposição de sanções ao Irão, pretendidas como forma de o pressionar para evitar maior proliferação nuclear, devido ao seu alegado objectivo de se dotar de armamento desse tipo.

Nos nossos dias são também conhecidos os interesses económicos do Reino Unido (RU) e da Alemanha no Kosovo, face aos minérios existentes no seu subsolo.

As redes de comunicação transeuropeias, planeadas para a região balcânica, demonstram também o interesse da UE na região, visando a sua futura integração.

As fronteiras turco-soviética e greco-búlgara, traçadas com imensa violência durante e logo após a II GG, constituíram até 1989 uma das partes mais sensíveis da linha da frente, entre os blocos político-militares da OTAN e do Pacto de Varsóvia, este há muito extinto,

Devido ao relevo quase constante na Península dos Balcãs, no que concerne às vias de comunicação terrestre, as estradas e vias-férreas situam-se quase sempre ao longo dos vales e, depois do fim da guerra na Jugoslávia, já em 1996 e com apoio também das Forças Militares estrangeiras, foram reconstruídas as afectadas pela guerra na BiH.

Para além de outras, em todas as capitais dos Estados e Províncias Autónomas jugoslavas existem boas infra estruturas aeronáuticas.

A compartimentação muito vincada do terreno origina a existência de grupos humanos que, porque mais isolados pela geografia envolvente e pela conseqüente dureza das condições de vida, criaram dentro de cada um laços de união mais profundos, como reacção à adversidade e como medida de sobrevivência. Por outro lado, com a passagem do tempo e com o isolamento, foram esbatendo a ligação com outras comunidades, com quem tendencialmente passaram a não se identificar, sobretudo se estas evoluíram mais e ou noutra sentido.

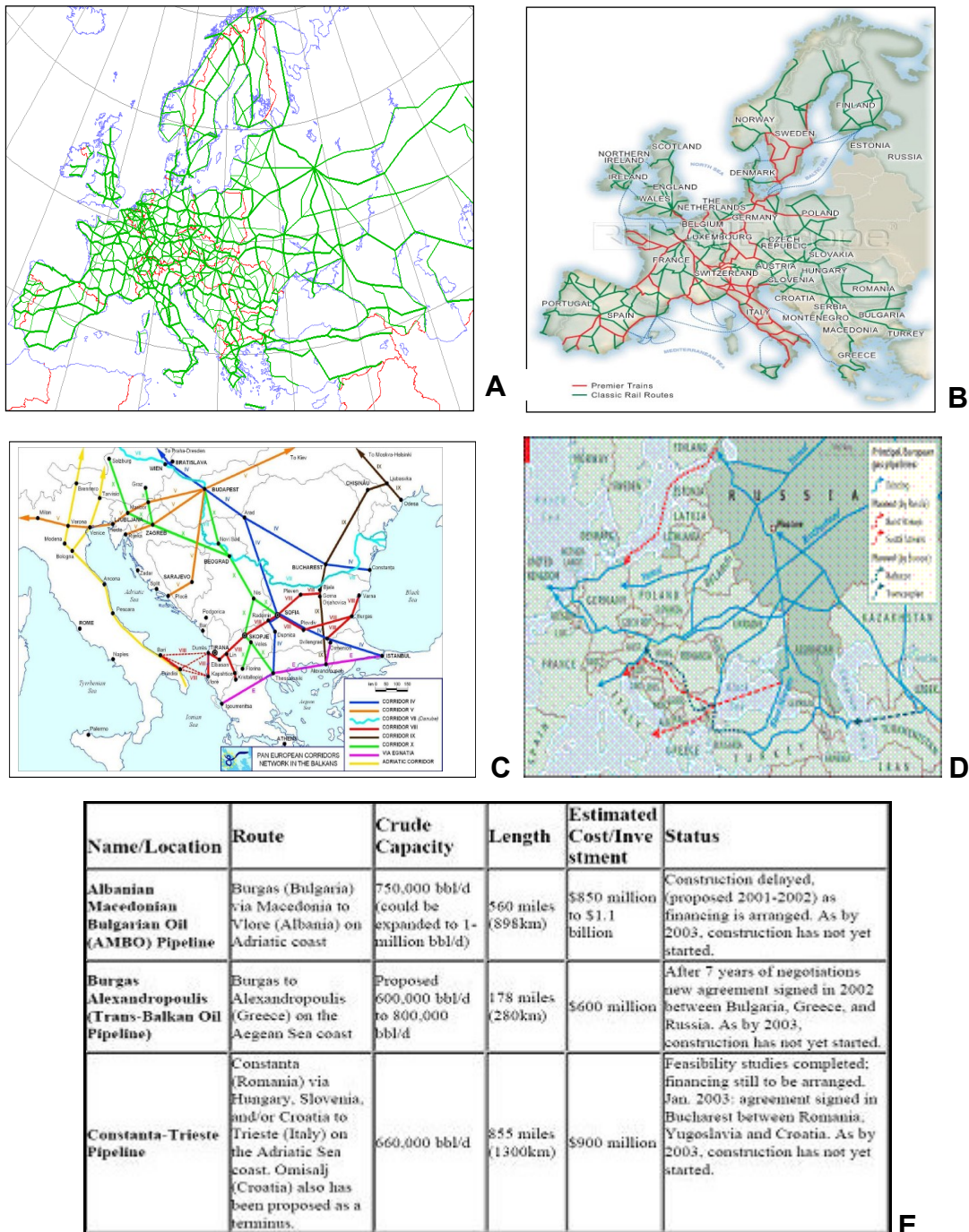


Figura 11 – Mapa das ligações rodoviárias (A) e ferroviárias (B) da Europa, Rede de Transportes europeus (C), Gasodutos (D) e Oleodutos (E)

(A - <http://upload.wikimedia.org>, B - www.raileurope.com, C / D / E – (Borges, 2007/8: 41/43)

Face ao conhecimento pessoal e às opiniões colhidas em diversas entrevistas realizadas, crê-se ser pacífico reconhecer, por força do meio físico envolvente e das vantagens relativas que o mesmo confere, a existência de fortes forças centrífugas em algumas das diversas etnias que habitam os Balcãs, com tendências comportamentais individualizadoras e não federadoras.

Crê-se que facilmente se distinguem, nos povos balcânicos mais isolados pelas montanhas, alguns aspectos comportamentais mais próximos dos definidos como dos povos das epirocracias,



tendencialmente tanto mais próximos destes quanto mais isolados têm vivido, sendo intenção no decorrer do presente estudo, controlar empiricamente esta hipótese. Assim, iremos certamente encontrar comportamentos tendencialmente próximos dos tidos pelos povos das epirocracias. Criaram uma matriz cultural que justifica a existência de ideologias de cariz mais autoritário e serem pouco permeáveis à mudança, por se desenvolverem longe do mar (no sentido de maior dificuldade de comunicação/aculturação com outros), serem povos mais fechados e introvertidos, constituídos por grupos etnográficos com mentalidades diferentes, possuírem poucos deuses mas despóticos e serem civilizações fechadas, herméticas, tristes e egocêntricas.

3.3.1 O Factor Físico da ex-Jugoslávia e a sua influência nas populações

“A Geografia influencia o carácter de um povo, condiciona os seus hábitos de vida, tornando-se um dos pilares da sua formação cultural. É na História que encontramos o registo destes factos. É na História que analisamos o modo como essa influência afectou o seu comportamento e o seu relacionamento com as populações de outras regiões geograficamente diferentes”.

Valm Ferraz Sacchetti (www.marinha.pt/extra/revista/ra_mar1999/pag6.html)

A ex-Jugoslávia, que até 1991 foi constituída por seis Repúblicas e duas Regiões Autónomas (Fig.12/13)⁴¹, está situada na sua quase totalidade sobre os Alpes Dináricos, confrontando-se a Norte com os Alpes Julianos, a planície húngara, a região montanhosa da Transilvânia e os Cárpatos Meridionais. A Sul situam-se as regiões montanhosas do Píndo (na Macedónia e na região do Épiro albanês e grego). A Oeste situa-se o Mar Adriático e, a Leste, as montanhas dos Balcãs e dos Antibalçãs, de Norte para Sul.

Entre os Balcãs/Antibalçãs e os Alpes Dináricos⁴² situam-se os vales bem encaixados dos Rios Morava e Vardar, assumindo estes rios grande importância, visto facilitarem as comunicações do Rio Danúbio ao Mar Egeu e, através de várias passagens para Norte nos Cárpatos, à planície polaca e ao Mar Báltico. O primeiro destes rios nasce a Norte de Skopje (Macedónia) e corre primeiro para Nascente, depois de Sudeste para Noroeste, atravessando a Sérvia, indo desaguar no Rio Danúbio, próximo e a Leste de Belgrado; o segundo, o Rio Vardar, nasce a Oeste de Skopje, banhando esta cidade capital, corre depois para SE até Salónica (Grécia), onde desagua.

Sublinha-se a importância do vale do Rio Morava, quase todo em território sérvio, fazendo a separação de três territórios distintos, dois muito montanhosos, um a Ocidente (Sandzac e Kosovo) e outro a Oriente (Montanhas dos Balcãs e Antibalçãs). Quanto ao terceiro território, mais plano, alarga-se conforme se caminha para Norte e o vale se estende até ao Danúbio, continuando ainda para além deste último rio, com a restante planura da Província sérvia da Voivodina.

Esta Província estende-se para Norte e Sul do Danúbio, ligando-se à planície húngara a Norte, à Eslavónia (Croácia) a Oeste, esta situada entre os leitos dos Rios Drava e Sava, não apresentando no seu todo grandes movimentações de terreno. Ainda quanto ao vale do Morava, no

⁴¹ - Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedónia e Sérvia, incluindo esta última duas Regiões Autónomas, a Voivodina e o Kosovo.

⁴² - Cerca de 70 a 80% das terras da ex-Jugoslávia são constituídas por montes e montanhas (Triglav, com 2863 m é o pico mais alto e situa-se na Eslovénia). As planícies situam-se ao Norte e ocupam cerca de 20% do território, incluindo a parte baixa e média do vale do Rio Drava, a média e alta do Sava, a baixa do Tisa e a média do Danúbio. As planícies são limitadas a Sul e Oeste pela região montanhosa e continuam para Norte na Hungria e Roménia. Esta área estende-se por cerca de 530 km de NW para SW e por 210 km de Norte a Sul, cultivando-se nelas trigo, milho, cevada, aveia e centeio.

A região montanhosa do interior totaliza cerca de 70% do total, estende-se por cerca de 970 km de NW / SE e por cerca de 550 km de Este para Oeste. A maior parte da República da BiH está situada na região montanhosa. No interior desta situam-se as maiores florestas e as de melhor qualidade situam-se na Eslovénia, Croácia e BiH, estando bastante degradadas no Sul da Sérvia, na Macedónia e no Montenegro (onde o mato e as árvores anãs predominam).

seu primeiro terço a Sul e na sua margem direita, situa-se a cidade de Nish, muito importante em termos estratégicos e comerciais, porque se localiza num ponto incontornável de convergência. Nela se cruzam a principal auto-estrada existente na ex-Jugoslávia (Zagreb-Belgrado-Nish) e outras estradas balcânicas, as quais materializam as ligações daquele vale, um excelente eixo natural, aos mares Negro e Egeu e à região dos estreitos dos Dardanelos e Bósforo, passando através da Bulgária, ou por Sófia ou pela bacia do rio Maritsa. É igualmente em Nish que diverge, para Salónica, a muito importante via-férrea entre Belgrado e Istambul. Quanto ao vale do citado Rio Vardar, a sua parte média e a superior situam-se na Macedónia que, face ao restante território montanhoso, nelas usufrui do enorme potencial relativo, representado pelas maiores facilidades de vida e de circulação que propiciam e que se prolongam pela Grécia até ao Mar Egeu.

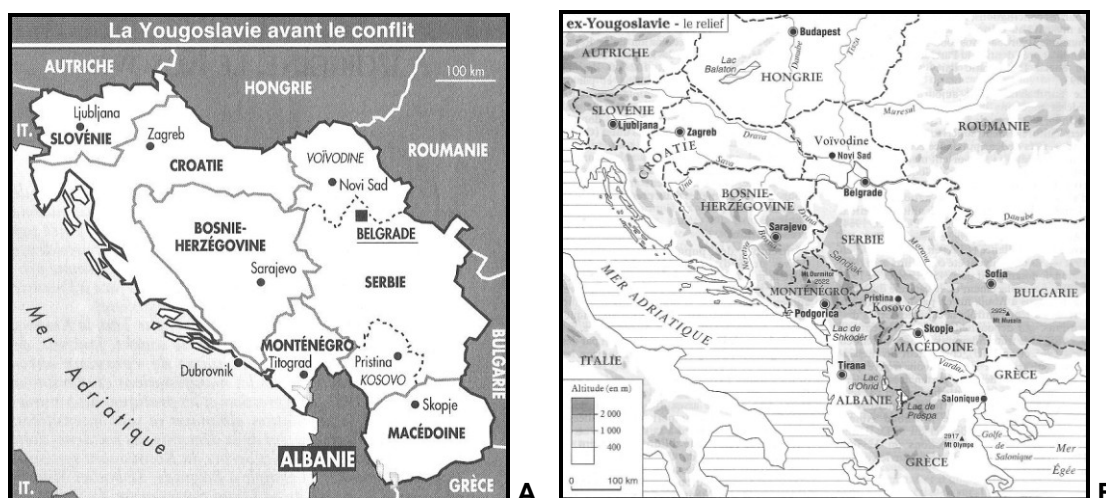


Figura 12 – Mapas corográfico e altimétrico/hidrográfico da República Socialista Federativa da Jugoslávia

A - Yves (Heller, 1997:14) e B – Yves (Lacoste, 1995:1606)

Limitadas entre o Mar Adriático e os Alpes Dináricos, situam-se as regiões da Ístria e da Dalmácia, constituindo uma estreita faixa costeira com alguns bons portos, acompanhadas por inúmeras ilhas, a maioria pertencente à Croácia. Estas serpenteiam a costa para Sul da estreita fronteira marítima da Eslovénia⁴³, a situada mais a Norte e que dispõe nela só do porto de Koper, passando pela exígua costa da hoje denominada Federação Croato-Muçulmana/República da Bósnia-Herzegovina⁴⁴. Esta exígua costa, porque nela encravada e por ela quase cercada, divide em

⁴³ - A fronteira marítima da Eslovénia, apesar da sua importância enquanto saída para o mar, possui fracas dimensões (cerca de 20 km e inclui o porto de Koper), mas essa realidade não afecta enquanto tal o país, face à perfeita integração deste com os países vizinhos a Norte e Oeste, sendo já hoje membro de pleno direito da União Europeia, o que lhe facilita a circulação.

⁴⁴ - A fronteira marítima da República da BiH, apesar de exígua, é de extrema importância psicológica e prática, atendendo à liberdade de circulação que permite, facilidade que os Estados encravados não possuem. Esta fronteira marítima, a chamada costa de Neum no Mar Adriático, tem cerca de 21Km de extensão e, em 1699 pelo Tratado de Karlowitz, foi cedida pela então República de Dubrovnik ao Império Otomano. Não possui infra-estruturas portuárias dignas desse nome e, em consequência, a BiH usa quando necessita o próximo e muito mais apetrechado porto croata de Ploce, 30 km a Norte, ou o aeroporto de Dubrovnik, cerca de 60 km a Sul, ambos na Croácia

duas a extensa costa croata, seguindo-se para Sul a orla marítima do montanhoso Montenegro, até à fronteira da igualmente montanhosa Albânia, esta situada a Sul deste e sem ilhas.

Os povos que habitam nas regiões costeiras da Ístria e Dalmácia (croatas sobretudo, mas também eslovenos), apesar de originários como os restantes Eslavos do Sul de regiões além Cárpatos, teoricamente com características originariamente do tipo epiocrático, provavelmente devido a terem vindo fixar-se também ao longo do Mar Adriático, onde possuem alguns bons portos e por estarem limitados na comunicação a Este pelos Alpes Dináricos, tendencialmente foram adquirindo maior mobilidade pelo mar. Em teoria e como consequência, a controlar mais à frente, tornaram-se mais permeáveis a novas ideias, no contacto frequente com outros povos, e privilegiam mais o processo democrático, como a história tendencialmente aponta nos comportamentos dos povos nas talassocracias. Estas civilizações desenvolvem-se normalmente junto ao mar, são usualmente mais abertas e extrovertidas e propensas à comunicação, devido a reconhecerem-lhe vantagens significativas; influenciam e são influenciadas pelo contacto com o exterior e fazem trocas comerciais com outros povos. Assim, obtêm riqueza com produtos de áreas costeiras, possuem deuses em grande profusão, tendo cada um a sua função, e são abertas às artes como a pintura e a escultura, conforme o enquadramento das talassocracias.

A Eslovénia situa-se a Noroeste da Península balcânica, onde os Alpes italianos e austríacos se ligam aos Alpes Dináricos, alargando-se estes a partir daí para Leste e Sul, ladeando a bacia do rio Sava. Entre este rio e o Rio Drava estende-se uma região com relevo moderado, na qual se situa a planície da Eslavónia, já na Croácia, constituindo este rio a fronteira, como de início arbitrado, como limite Norte e de separação da Península dos Balcãs, esta situada a Sul da planície húngara.

Quase toda esta região citada, bem como a costa da Dalmácia, pertencem à Croácia e formam como que uma tenaz que aperta por Norte e Oeste a Bósnia-Herzegovina (BiH), cuja característica mais marcante é ser montanhosa.



Figura 13 – Mapa corográfico e altimétrico da República Socialista Federativa da Jugoslávia
(www.lib.utexas)

A BiH, por sua vez, é limitada a Sul pela região também montanhosa do Montenegro e pela Sérvia, mais a Leste. A Sérvia, a Ocidente e a Oriente tem um perfil montanhoso, mas desenvolve-se em terrenos a cavaleiro da bacia do Rio Morava, alargando-se em planuras laterais ao curso deste, até desaguar no Danúbio. Realça-se que a Voivodina desenvolve-se em planície, é uma Província autónoma da República da Sérvia, a maior parte do seu território situa-se a Norte do rio Danúbio e a Sudeste da planície húngara, continuando para Sul deste rio o restante território, entre os seus afluentes Drava e Sava.

Foi assim sumariamente caracterizada a geografia da ex-Jugoslávia, ressaltando três elementos diferenciadores do terreno (montanha, linha de costa e vales fluviais), com diferentes mas igualmente importantes influências sobre a idiosincrasia das populações.

Assim, a montanha que caracteriza a maior parte da Península dos Balcãs, menos acentuada na Eslovénia e mais na BiH, no Montenegro, na província autónoma do Kosovo, bem como no Sandzac (situado no sudoeste da Servia e que compartilha com o Montenegro, situando-se nele a fronteira entre os dois) e ainda na Macedónia, provoca climas extremados em termos de temperatura, com neves durante mais de um trimestre por ano. Nessas épocas, quando estes territórios são flagelados por ventos, estes potenciam o efeito negativo das baixas temperaturas. Nestas regiões, os solos aráveis são escassos e de grande dificuldade de amanho, mas bastante florestados, e as comunicações de relação e de transporte processam-se com enorme grau de dificuldade, provocando diferenciações sócio-culturais, em populações muitas vezes vivendo a pouca distância, e os temperamentos humanos revelam-se pouco dúcteis, bem como a austeridade comportamental é a regra.

Quanto aos vales fluviais que constituem linhas naturais de comunicação, o clima manifesta-se mais suave e o solo arável é melhor em qualidade e quantidade, ligando os habitantes ao amanho da terra. Por isso é facilitada a circulação de pessoas, logo de ideias, bens e mercadorias, com consequências positivas no desenvolvimento sócio-cultural e na unificação política, contrariamente ao que acontece nas zonas montanhosas, como já referido. É de extrema importância sublinhar, para a compreensão comportamental diferenciada de sérvios, croatas e outros povos da ex-Jugoslávia, nos conflitos na região em apreço, que a Sérvia, a maior unidade política regional, se desenvolveu nesta área encaixada do terreno⁴⁵. Aqui, apesar da natural posterior expansão através do eixo de comunicações dos vales fluviais dos rios Vardar-Morava, se situa o núcleo géo-histórico sérvio, bem no interior do Kosovo, próximo à nascente deste último. Por seu lado, a Croácia antiga desenvolveu-se a partir da bacia média do rio Sava, para a costa da Dalmácia. Quanto à Bósnia-Herzegovina, ela foi unificada geograficamente pela ligação das bacias de alguns pequenos rios (Una, Vrbas, Bosna e Drina) que, das cristas dos Alpes Dináricos correm para Norte para o Sava, permitindo a ligação entre este e a costa da Dalmácia, ou através do Rio Neretva que, com a mesma origem, desagua nesta costa, a Norte da cidade de Ploce na Croácia, após atravessar a Herzegovina, no sentido geral Norte-Sul.

⁴⁵ - Os sérvios têm origem numa região para além das Montanhas dos Cárpatos, do Norte do Cáucaso de onde emigraram, como os croatas, os búlgaros e outros eslavos do Sul, e vieram fixar-se nos Balcãs no séc.VII d.C. (Malcolm, 1994: 7).

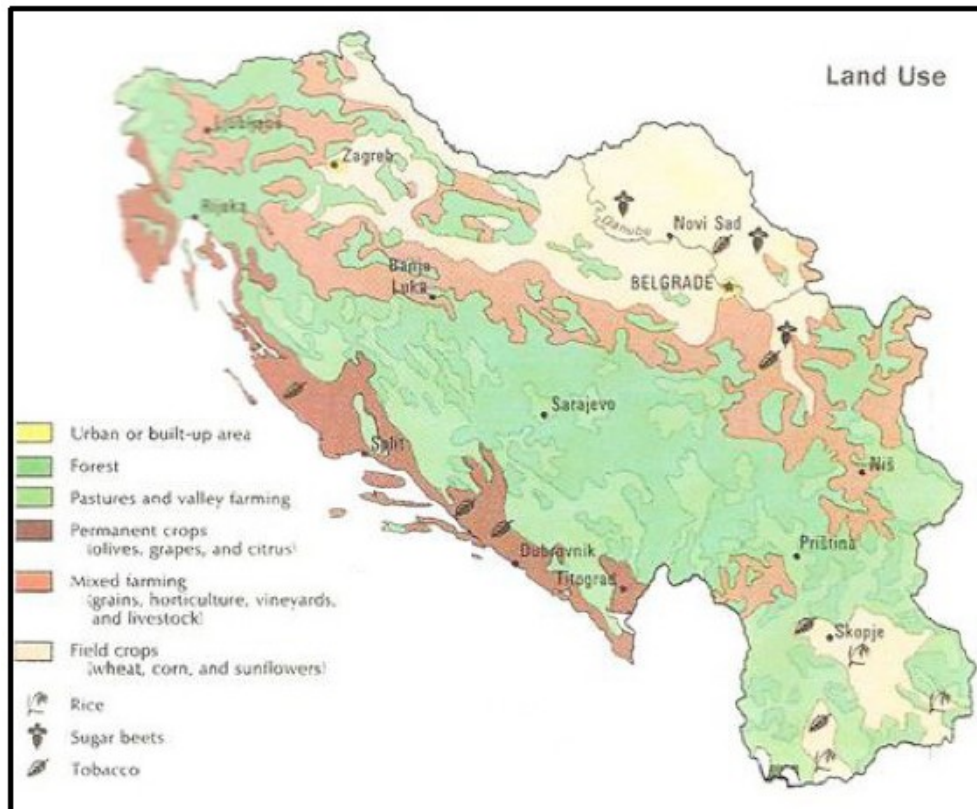


Figura 14 – Mapa do uso dos solos na ex-Jugoslavia (BOSNIA Country Handbook. 1996: 1-5)

Um terceiro elemento diferenciador é a linha de costa, a qual, apesar do pequeno significado que possui em termos de superfície, permite o acesso ao mar e ao comércio marítimo, já desde a antiguidade clássica perfeitamente documentado na região. A importância de fácil acesso à linha de costa é por demais evidente, no que se prende com a enorme facilidade de circulação que origina. Esta capacidade de circulação foi favorecida, também, porque através de um mar habitualmente propício, logo um caminho mais fácil para frequentes contactos com os mais diversos povos, que influenciam e por quem são influenciados, com maior impacto na economia e na idiossincrasia dos povos que dela usufruem, em comparação com os da montanha. Acresce ao referido, contrariamente ao que acontece com os povos das montanhas e vales interiores, em que foram geradas mentalidades mais fechadas e conservadoras, que não deve ser esquecida a influência exercida no carácter dos habitantes da costa da Dalmácia e Ístria, pelo mar e pelo clima mais ameno que propicia, bem como pela menor dureza da vida nestas paragens, tendencialmente originando mentes mais abertas e predispostas à inovação e assimilação de novas ideias e práticas de vida.

Deste modo, “do choque entre o meio e a sociedade surgem a adversidade e os estímulos criadores, sem que jamais possa formular-se uma lei concreta sobre o resultado de tal encontro, não só porque a natureza não é uniforme, mas também porque existe um factor imprevisível: o momento psicológico social, que é o factor mais importante na equação homem-terra. O desafio, que representa para as sociedades o meio ambiente geográfico e o contacto com outros grupos humanos, pode medir-se segundo a fórmula de que à maior dureza do estímulo adverso, corresponde maior reacção cultural” (Vives, 1956: 75). De seguida continua o autor citado o seu pensamento, baseando-

se na chamada lei de ouro de Toynbee, afirmando que a medida certa é considerar que o estímulo será tanto mais eficiente, quanto mais afastado se estiver da carência ou do excesso de adversidades ambientais. Porém, não deixa de sublinhar que numa análise geopolítica, ao serem analisados estes factores, deve considerar-se como base essa lei, mas afastando o determinismo racial ou geográfico, pois o homem ainda que afectado é sempre livre nas suas escolhas. Por vezes, a adversidade do meio ambiente geográfico e humano é tão intensa, que torna impossível o desenvolvimento do futuro de uma sociedade ou, como referiu Políbio de (Almeida, 1990: 90) “o excesso ou a carência de estímulos mataram as civilizações”. Assim, desde a sua instalação nos Balcãs, cada grupo dos mais tarde apelidados eslavos do Sul, face aos estímulos internos e externos que factores de ordem humana ou geográfica lhes foram colocando, naturalmente diferentes na montanha ou na planície em que se fixaram, reagiram aos mesmos de acordo com a capacidade do espírito social que cada grupo desenvolveu ao longo da história, e foram criando culturas diversas, como iremos constatar.

Sobressaiu também no território em apreço, de acordo com o teorizado por Vicens (Vives, 1956) e que se continuará a seguir, uma discrepância entre os modos de vida dos habitantes da montanha e os da planície, sobretudo em tempos mais recuados. Os primeiros habituaram-se a uma dieta, a uma ocupação técnica e a costumes que chocaram então com os das planícies. O papel histórico da montanha foi de obstáculo, logo de refúgio. Assim, a função geopolítica da montanha foi separar os grupos humanos, enquanto a função dos vales foi favorecer a união. Baseia-se tal observação no conhecimento empírico, de que não são as cordilheiras e os países montanhosos que determinam absolutamente o carácter conservador e independente das populações que a foram habitando, a não ser pela maior dificuldade que lhes criaram, em termos de circulação (comunicações de relação e de transporte). Por sua vez, os povos que vivem na planície usufruem das facilidades que esta lhes oferece quanto à defesa da sua ideologia, em situações de invasão. Em ambos os casos, resultaram grupos humanos condicionados nas suas escolhas. Uns condicionados pelo parcelamento do relevo e o cantonalismo nalgumas situações resultante, o qual neles deixou impresso um maior primitivismo, ou seja, uma maior desconfiança perante o outro e as ideias alheias, uma maior resistência à mudança. Quanto aos habitantes do vale e à influência deste naqueles, verificou-se que o vale sendo rio, é movimento, é inquietude dinâmica, é desejo de conhecer o seu fim, facilitando a penetração, os avanços, o intercâmbio, na definição feliz do precedente autor referido. Em suma, o vale sempre desempenhou a sua função geopolítica de facilitador de circulação, isto é, de promotor de comunicação de relação e de transporte, logo da troca, sobretudo de ideias que esbatem com maior facilidade a diferença, facilitando a união.

3.3.1.1 A Eslovénia

A actual República da Eslovénia (20.251 km²) faz fronteira a Oeste com a Itália, cujo traçado foi longamente disputado, a Norte com a Áustria, a Leste com a Hungria e a Sul com a Croácia, sendo um país de características alpinas. No NW da República, perto da confluência do rio Soca e na margem Sul do rio Sava, situa-se o monte Triglav com 2.863 m, o ponto mais alto da Jugoslávia.

Cerca de metade do território é densamente arborizado e, no seu total, inclui três vales entre montanhas, nos quais correm para o Danúbio os cursos superiores dos rios Sava, Drava e Mur.

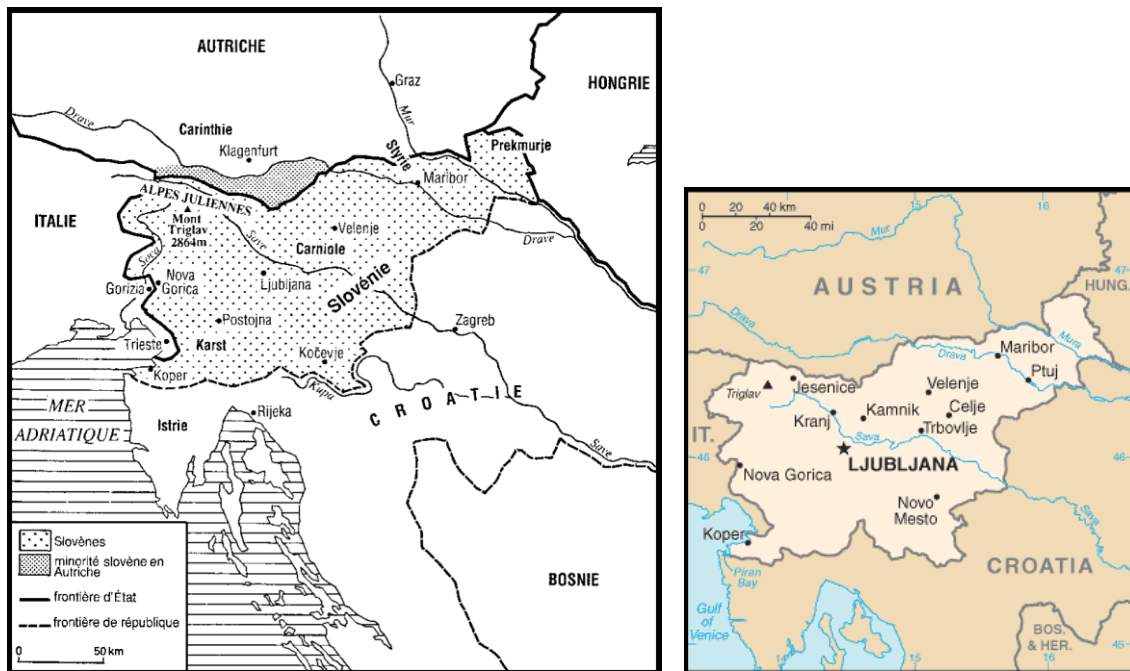


Figura 15 – Mapas da Eslovénia (Garde, 2000: 151) e (www.cia.gov/library)

Estes, de ocidente para oriente limitam as regiões respectivamente designadas por Carniola, Caríntia e Styria. Mais a Sul do Sava situa-se a região do Karst⁴⁶, um vasto planalto árido e calcário com muitas depressões e que separa os Alpes do Mar Adriático. Destas quatro regiões só a Carniola, onde se situa a capital Liubliana, pertence inteiramente à Eslovénia e é quase só habitada por eslovenos. As regiões designadas por Caríntia e Styria são maioritariamente austríacas e só em pequena parte eslovenas. Na região do Karst são maioritários os eslovenos, mas também nela vivem italianos. É um país próspero, com uma agricultura moderna, com forte implantação de indústria ligeira, ligada não só à produção rural mas também à montagem de automóveis e à electrónica. Na ex-Jugoslávia era a República mais rica e industrializada, ainda que pobre em matérias-primas, o que a obrigou a financiar, mais do que as restantes, o fundo federal de ajuda às regiões. Porém, numa Jugoslávia autogestionária, essa ajuda foi tida pelos eslovenos sobretudo como um desperdício, defendendo que a mesma deveria ser descentralizada e de empresa a empresa, processo não admitido pela Assembleia Federal, o que crescentemente conduziu os eslovenos a uma postura centrífuga.

⁴⁶ - Karst, o nome da região, passou a referir o tipo de relevo na mesma existente. Assim, relevo cársico começou por designar este planalto rochoso calcário, o qual se estende do NE da Itália, aos pés dos Alpes Julianos (Províncias de Gorizia e Trieste), até aos Alpes Dináricos, no extremo NW da Croácia, na Ístria, passando pela parte ocidental da Eslovénia. Este tipo de relevo geológico é caracterizado pela dissolução química (corrosão) das rochas calcárias aí existentes, face à sua enorme solubilidade, particularmente em ácido carbónico, presente na água das chuvas e que conduz aquele a uma série de características físicas, tais como numerosas e ramificadas grutas, estalagmites e estalactites nas mesmas, rios subterrâneos, etc.

3.3.1.2 A Croácia

A actual República da Croácia (56.538 km²) desenvolve-se num território em faixa, com o comprimento de cerca de 1.000 km e com a largura máxima de 100 km, ainda que em muitos locais com muito menos. Com a forma de V e com o vértice apontando para NW, essa faixa inicia-se a Leste no Danúbio, desenvolve-se para Ocidente passando pela capital Zagreb e inflecte para Sul, terminando em Dubrovnic. Esta forma de tenaz é sobretudo mas não só consequência da invasão otomana dos Balcãs, sendo materializado o limite de tal expansão pelo bordo interior do V.

O ramo mais a Norte do território em V, tem início na fronteira a NW, quase no final dos contrafortes dos Alpes da Eslovénia, desce depois até Zagreb, a partir de onde se estende depois para Leste e em planície. Esta é a parte do país jamais conquistado pelos otomanos e que sempre terá sido conhecida por Croácia, região de origem do Marechal Tito. Para Leste de Zagreb, entre-ouros Sava e Drava, estende-se a planície da Eslavonia, uma região fértil (vinha à volta de Zagreb e nas encostas montanhosas a Norte, milho, batata, trigo e floresta) e rica (exploração de minas de carvão, ferro e outros minerais, indústrias da madeira, celuloses e do petróleo, esta diminuta). Ao longo do Sava, que com o Una materializa a fronteira a Sul com a Bósnia, estende-se o caminho-de-ferro para Istambul, por onde circulou o expresso do oriente, bem como a importante estrada Zagreb/Belgrado, com aproximadamente 400 km e quase em linha recta. De forma oposta ao resto da Croácia, esta região foi ocupada pelos otomanos nos séculos XV e XVI d.C. Essa ocupação constitui a razão justificativa para nela viverem sérvios, em maioria relativa nos seus limites Este e Oeste, cuja presença na então fronteira militar fora acarinhada pelas autoridades austro-húngaras, sendo esse espaço, depois da reconquista e já no século XVIII, também colonizado por povos germânicos, que hoje ainda constituem uma das minorias locais. A componente da Croácia descrita faz, a NE, fronteira com a Hungria, a Leste com a Voivodina e a Sul situa-se a República da Bósnia-Herzegovina.

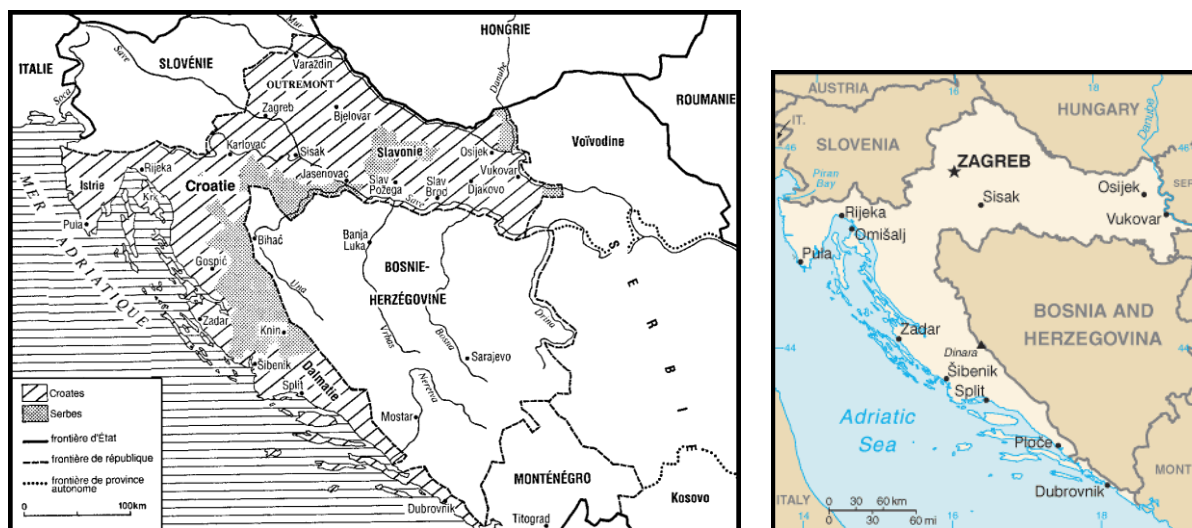


Figura 16 – Mapas da Croácia (Garde, 2.000: 164) e (www.cia.gov/library)

O ramo ocidental do território da Croácia, que inclui a maior parte da península da Ístria e a Dalmácia, estende-se a W da BiH e ao longo de quase 600 km de costa, no Mar Adriático,

interrompendo-se brevemente, na sua parte Sul, deixando uma pequena ponta de 20 km de acesso ao mar, a esta República sua vizinha.

A Istria desenvolve-se para o Adriático, entre os Golfos de Trieste e de Rijeka (rio em servo-croata). O interior foi sempre habitado por croatas, mas a costa foi-o maioritariamente por italianos que, após 1945, foram expulsos por Tito para o seu país, tendo para o seu lugar sido deslocados imigrantes de outros locais da Jugoslávia.

Nos limites da região croata da Ístria, em que habitam também eslovenos, sérvios e alguns italianos, situa-se Rijeka, o mais importante porto comercial da Jugoslávia, devido às boas vias de comunicação existentes a partir dele para o interior. Após Rijeka e para Sul inicia-se a Dalmácia, que se estende por cerca de 600 km de costa recortada e com uma grinalda de mais de 1.000 ilhas rochosas, excelente oferta turística e origem de divisas de que a Jugoslávia tirou proveito. Uma grande parte da costa é constituída por falésias que descem abruptamente para o mar, existindo vegetação mediterrânica (vinha, oliveiras pinheiros e amoreiras) e nas pequenas cidades costeiras, bem como nas ilhas são bem visíveis pequenas casas, bem como igrejas e fortalezas de origem veneziana. Sensivelmente a meio da costa da Dalmácia encontra-se a maior cidade nela existente, Split (em italiano Spálato, nome do palácio do imperador Diocleciano, desde o III século d.C. lá existente), e quase no final, mais a Sul, a bela e amuralhada cidade de Dubrovnik (Ragusa em italiano). Esta divide-se por duas colinas em escarpa, ligadas por uma praça pavimentada, outrora um braço de mar, rodeada nos seus cerca de 300 metros de comprimento por palácios renascentistas e igrejas e conventos barrocos. Essa praça serve de ligação entre a Ragusa latina, numa antiga ilha a Sul, com a eslava Dubrovnik no continente.

3.3.1.3 A Bósnia-Herzegovina

A actual República da Bósnia-Herzegovina (51.000 km²) é formada por duas regiões físicas, conforme o próprio nome indica. A BiH é limitada a Norte e Oeste pela Croácia e a Leste pela Sérvia e o Montenegro.

Ao Norte e tendo por capital Sarajevo⁴⁷, uma cidade com uma arquitectura resultante da dupla herança otomana e austríaca, a Bósnia apresenta um enorme contraste geográfico com as planícies da República da Croácia já anteriormente caracterizada, pois é muito montanhosa, muito arborizada e bem irrigada. Começa a desenvolver-se primeiro por vales largos que depois estreitam, subindo às altitudes a poente e até aos 2.000 m. As povoações situam-se nas bacias hidrográficas, que por definição estão cercadas por montanhas, e os rios correm em vales que por vezes se alargam e onde se encontram também inúmeros lagos. Os rios desenvolvem o seu percurso para as planícies situadas a Norte. É sobretudo nos vales que se desenvolvem as estradas, serpenteando pelo meio das montanhas e atravessando florestas e pastagens. Trata-se de uma região pobre, com acessos difíceis e que portanto é contornada no seu todo pelos grandes itinerários balcânicos, por

⁴⁷ - A palavra Sarajevo provém, de acordo com (Garde, 2000: 191), “do turco *Saray*, *palácio* (que cresceu com o harém...), discretamente completada com uma terminação eslava”.

estrada ou caminho-de-ferro. Quanto à paisagem humanizada, nota-se de imediato a presença constante do Islão, nela politicamente dominante através do império Otomano durante quatro séculos e até 1878, através dos inúmeros minaretes das mesquitas existentes, inclusive na mais pequena das povoações. Essa realidade resulta de que para o mesmo número de fiéis, os cristãos reúnem-se numa só igreja, enquanto os muçulmanos se distribuem por várias pequenas mesquitas, aumentando assim a sua visibilidade na paisagem.

Quanto à Herzegovina⁴⁸, com a sua capital em Mostar⁴⁹ e também muito montanhosa, situa-se a Sul da Bósnia e as suas águas escorrem sensivelmente para Sul, para o Mar Adriático, através do Rio Neretva que desagua em Ploce. Esta região não é verdejante, contrariamente à Bósnia, possuindo um clima mediterrânico, bem como as consequentes culturas.

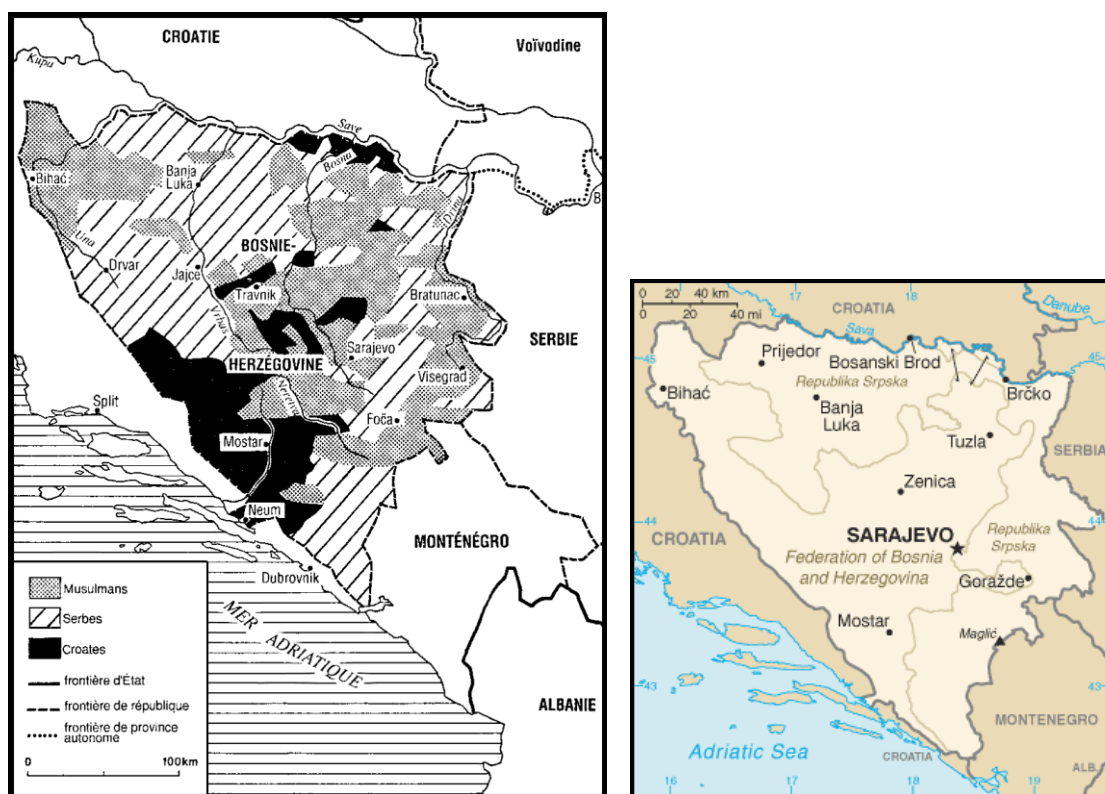


Figura 17 – Mapas da Bósnia-Herzegovina (Garde, 2.000: 184) e (www.cia.gov/library)

⁴⁸ - De acordo com Paul (Garde, 2000: 193), a palavra Herzegovina “lembra um passado sérvio, pois provém da palavra alemã *herzog* que significa duque, reminiscência do título de duque de S. Sava, o soberano do mais antigo Estado sérvio, fundado na metade Este da actual Herzegovina”, no séc. IX.

⁴⁹ - Escreveu (Garde, 2000: 193) que, na língua turca, “*Most* significa ponte, sendo célebre a que atravessa o rio Neretva nesta cidade (Mostar) e que permite aceder ao coração da velha cidade turca, erigida de minaretes que também ajudam a manter um aspecto oriental”.

3.3.1.4 A Sérvia

A actual República da Sérvia (55.968 Km²), desde o séc. XIX situou na margem direita do Danúbio a sua capital, Belgrado. Esta localização é excêntrica em relação ao conjunto do território da Sérvia, devido à necessidade de situar a sede do seu Poder político, o mais longe possível da fronteira do inimigo turco, mas sofrendo concomitantemente a proximidade ameaçadora da fronteira austro-húngara. Por outro lado, beneficiou da sua localização na margem do Danúbio, “porque ponto de contacto entre as duas partes do país, a danubiana e a balcânica da Jugoslávia, e no nó de todas as vias de comunicação da península, a meio caminho de Viena e Istambul”, como bem observou Paul (Garde, 2000: 206). À área indicada para a Sérvia acresce a das suas duas Províncias Autónomas, a Voivodina (21.506 Km²) e o Kosovo (10.887 Km²), tendo este declarado unilateralmente a independência em 17 de Fevereiro de 2008.

Porém, o coração do país no sentir dos sérvios situa-se mais a Sul, nas montanhas que vão sendo mais altas conforme se caminha nessa direcção, atingindo contudo menores alturas do que as da BiH, sendo os vales mais largos comparativamente aos desta. Nas regiões situadas nas vizinhanças de Belgrado e no início do caminho para Sul, encontra-se uma imensa zona de colinas, denominada Sumadija (significa país de florestas), cortada a meio pelo vale do rio Morava, uma excelente via de comunicações que, conjugado no seu prolongamento para Sul com o vale do rio Vardar, através da Macedónia e Grécia, constitui a melhor ligação do Danúbio ao Mar Egeu.

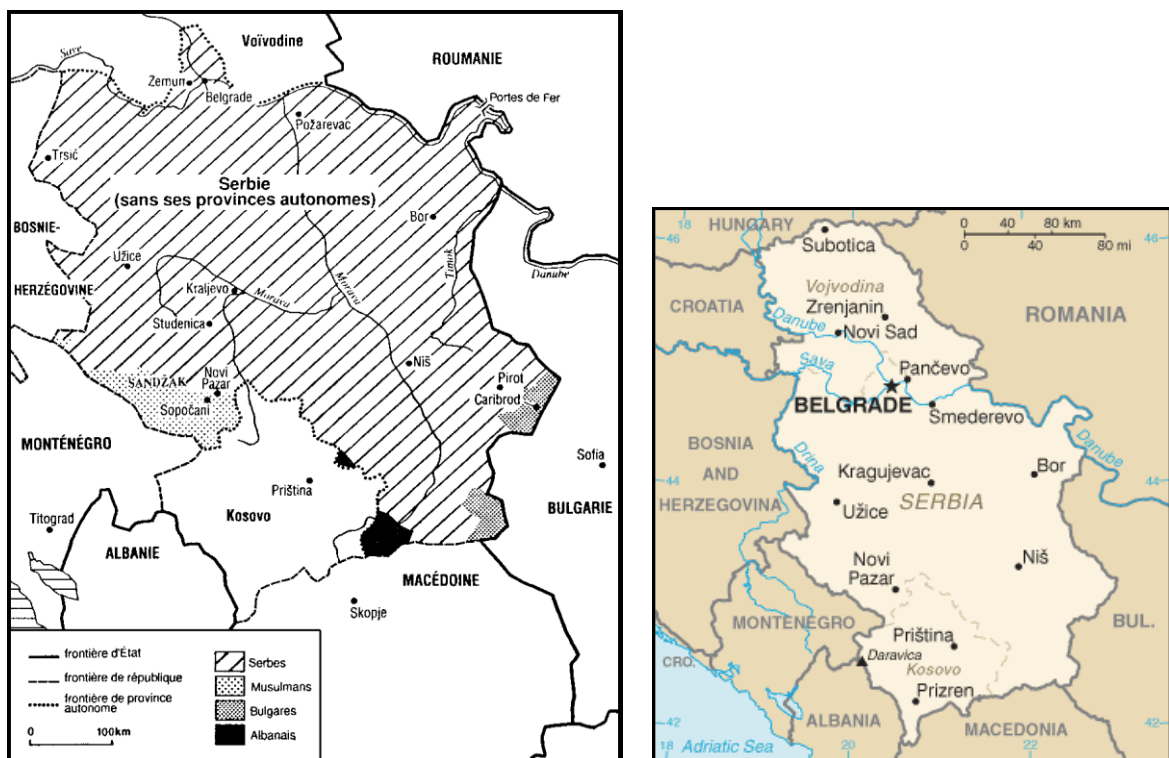


Figura 18 – Mapas da Sérvia, sem e com as suas Províncias Autónomas (Garde, 2.000: 205) e (www.cia.gov/library)

A plana Voivodina⁵⁰ situa-se a Sudeste e na continuação da grande planície húngara, a Ocidente da Roménia e a Norte da Sérvia, de que faz parte como uma das suas duas Províncias Autónomas, e foi atribuída pelos vencedores da I GG à Jugoslávia, pelo Tratado de Trianon (04JUL20), em detrimento da derrotada Hungria a cujo território até então pertencera. Trata-se de uma riquíssima região agrícola, irrigada abundantemente pelos rios Sava, Danúbio e Tisa. Devido à orografia local, que torna fácil a sua transposição, foi palco de invasões e de pertença a vários Estados, de que resultou a existência no seu território de minorias étnicas até aos nossos dias, com as inerentes consequências na estabilidade regional.



Figura 19 – Mapas da Província Autónoma da Voivodina
(Garde, 2.000: 198) e (Wikipedia)

O Kosovo situa-se a Nordeste da Albânia, a Norte da Macedónia, a Leste do Montenegro e a Sul e Oeste da Sérvia, de que constitui uma Província Autónoma. Trata-se de uma grande bacia hidrográfica de planícies enquadradas por montanhas, a cavaleiro de um eixo de comunicações ligando o mar Egeu ao rio Danúbio, alternativo ainda que menos importante que o dos rios Morava e Vardar. Através de outras estradas permite ainda ligações pelo Montenegro ao mar Adriático e a Sarajevo, na BiH, atravessando o Sandzac. Esta a razão porque esta última via foi importantíssima durante o domínio otomano e, depois, os alemães pretenderam construir uma via-férrea através dele, quer porque com o seu domínio se garante a circulação entre aquelas regiões, contornando a Sérvia, quer porque esse domínio enfraquece esta, cortando-lhe o acesso ao Adriático.

⁵⁰ - Voivodina significa Ducado, em servo-croata.

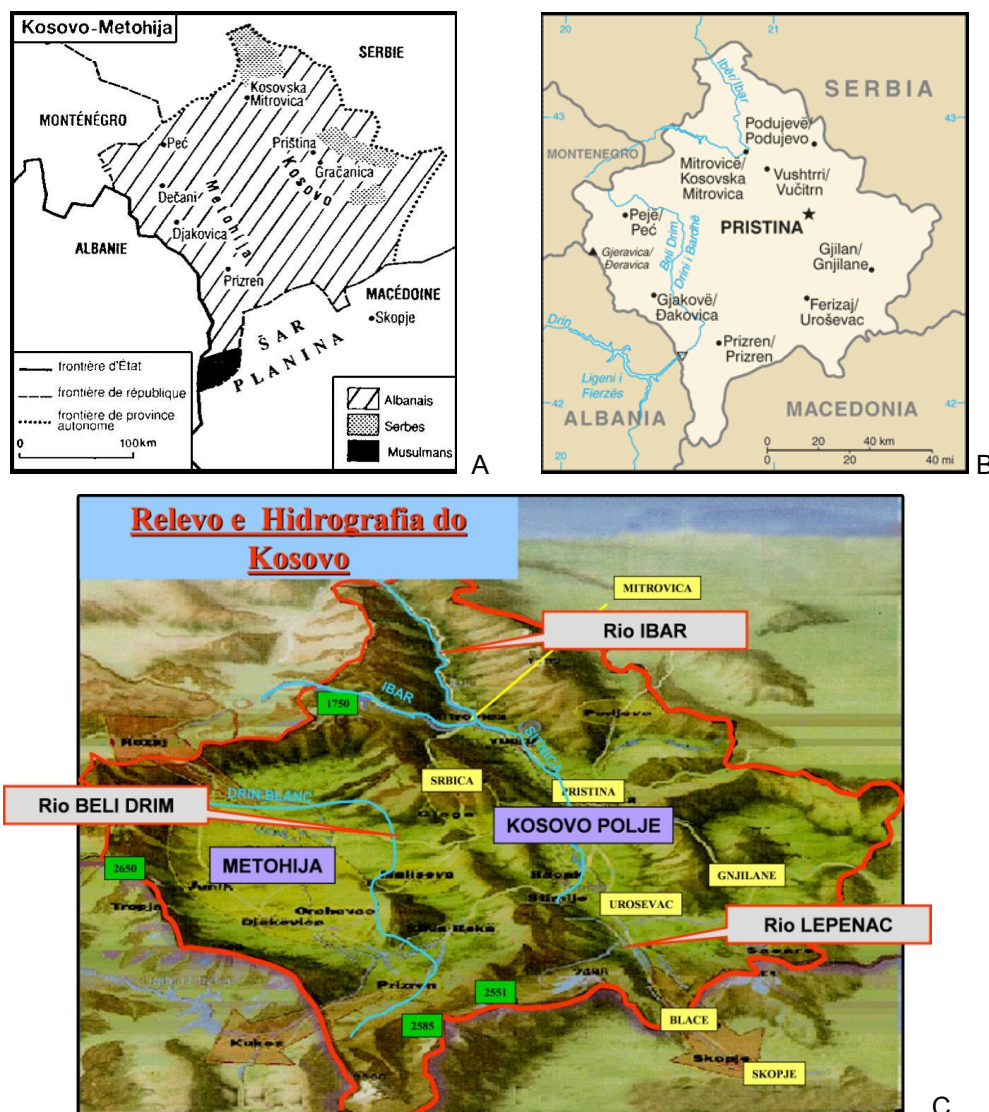


Figura 20 – Mapas da Província Autónoma do Kosovo
A - (Garde, 2.000: 224), B - (www.cia.gov) e C - (<http://www.google.pt/imgres?>)

3.3.1.5 O Montenegro

A República do Montenegro (13.812 Km²), a mais pequena entre as seis da Federação da Jugoslávia, situa-se ao Norte da Albânia, a SE da BiH e a Ocidente da Sérvia e Kosovo. Possui uma agricultura muito pobre e escassos recursos naturais. Porque no seu conjunto esta República é extremamente montanhosa⁵¹ e situando-se no coração de um complexo sistema orográfico, devido a essa sua linha de alturas domina a costa adriática. É uma região muito pobre, sem indústrias, com difíceis e poucas vias de comunicação, sendo relativamente recente o caminho-de-ferro que liga Bar,

⁵¹ - Nesta República, particularmente montanhosa, destaca-se o monte Dormitor com 2.522 metros de cota máxima, o 2º ponto mais alto da Jugoslávia.

na costa adriática, à capital sérvia Belgrado, possibilitando daqui a saída para o mar. Devido à configuração geográfica e durante séculos, as suas tribos de montanhese sérvios, habitando em vales profundos, encaixados e inacessíveis, resistiram ao invasor otomano, sob o governo de sucessivos príncipes-bispos ortodoxos, até 1851. Como na Albânia, foi no Montenegro particularmente visível o fenómeno do cantonalismo, na organização política das comunidades humanas, aqui de origem sérvia, como consequência das circunstâncias geográficas e históricas, sobretudo em séculos mais recuados, deixando marcas indeléveis na idiosincrasia dos habitantes locais. Esse fenómeno da cantonalização foi teorizado por Vicens (Vives, 1956), consistindo na pulverização política a partir de vários pequenos núcleos geohistóricos, mais ou menos próximos e afins, mas separados pela montanha.

Esses montanhese sérvios, porque profundamente conhecedores do terreno e tirando partido da maior facilidade relativa de circulação que esse conhecimento oferece, organizaram inúmeras e vitoriosas expedições punitivas do invasor e só nominalmente o Montenegro foi conquistada pelos otomanos.

O Montenegro que começou por existir somente confinado às montanhas e sem acesso ao mar, após a guerra russo-turca, em 1878, e nos termos do Congresso de Berlim anexou território, mas foi sobretudo com a primeira guerra balcânica, em 1912, novamente à custa da Turquia, que com nova anexação quase duplicou o mesmo. Com esta expandiu-se de novo para as também muito elevadas montanhas do Sandzac⁵² montenegrino, obtendo assim fronteira comum com os seus irmãos sérvios. Foi igualmente após a 1ª GG, em 1918, que obteve acesso à costa do Adriático, até então pertença da Dalmácia austríaca, e nesta de um importante “fiorde”, longo, estreito, tortuoso e rodeado de montanhas abruptas, as designadas Bocas de Kotor (designadas pelos italianos por *Bouches de Cattaro*), outrora a principal base naval austríaca.

A Sul de Kotor e até à Albânia estendem-se cerca de 100 km de belíssima costa, permitindo uma oferta turística muito interessante, e que fora anexada pelo Montenegro em 1878. Nesta costa situa-se o único e pequeno porto de Bar, o qual serve o interior do país, assinalando-se a sua enorme importância no contexto do relacionamento com a Sérvia, devido à preocupação desta com o acesso ao mar que directamente não possui.

⁵² - O Sandzac, palavra que em turco significa província, é uma região muito montanhosa e localiza-se no Sudoeste da Sérvia e a Norte e Leste do Montenegro, sendo descrita por Paul (Garde, 2000: 215) como “tendo o relevo mais inquietante e os vales mais tortuosos de todos os Balcãs (...) Sandzac que antes de ser muçulmano fora somente sérvio. Nos arredores de Novi Pazar (novo mercado) encontram-se as ruínas de Ras, que foi capital do reino sérvio de Rascie, no XI século, e um dos mais belos mosteiros da Sérvia, o de Sopocani, mandado construir pelo rei Uros I no século XIII. Esta região longínqua é para os sérvios, como o Kosovo, um dos fortes laços na sua história nacional”.

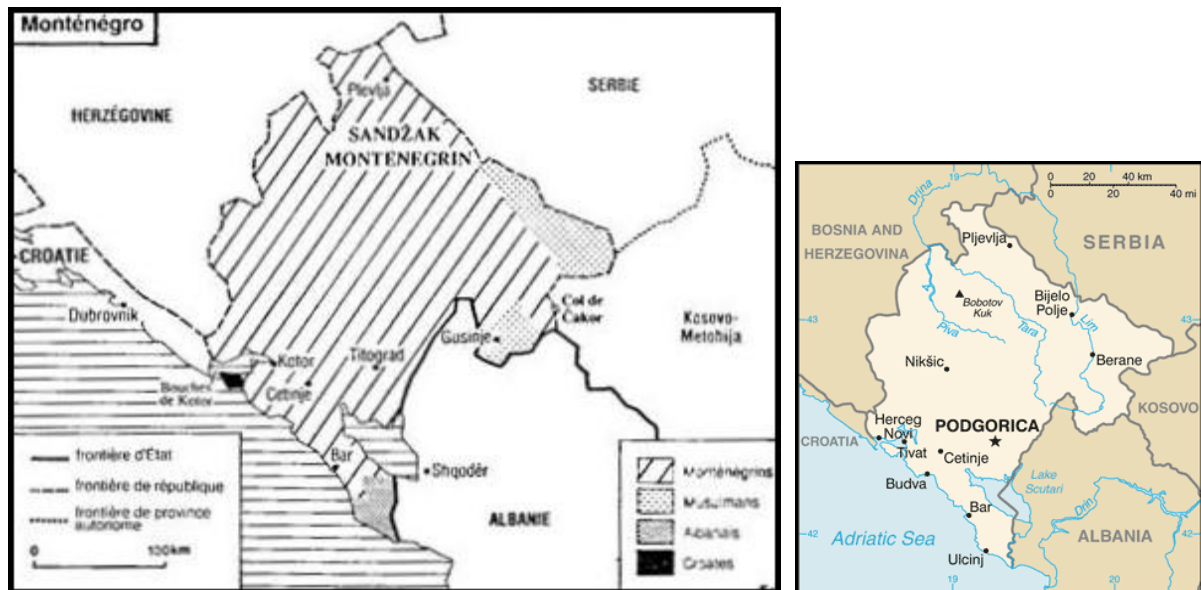


Figura 21 – Mapas da República do Montenegro (Garde, 2.000: 217) e (www.cia.gov)

3.3.1.6 A Macedónia

A actual República da Macedónia, um Estado encravado entre quatro povos hostis e indigente economicamente, está situada a Leste da Albânia, a Norte da Grécia e a Sul da Sérvia e do Kosovo, sendo separada das planícies deste pela alta e arborizada cadeia montanhosa Sar-Planina, alta de 2.700 m. Devido à inexistência de matérias-primas e à ausência de indústria, constitui o território mais pobre de entre os das seis Repúblicas da Jugoslávia. O território, com um clima mediterrânico, é constituído por sucessivas, planas e férteis bacias orográficas, ligadas por desfiladeiros entre montanhas, sensivelmente como na Grécia, constituindo este espaço uma grande bacia orográfica, com base no rio Vardar, descendente para Salónica e subsidiária do mar Egeu.

Ainda que situado no território da Bulgária, o rio Struma alia-se nessa função orientadora de águas para a foz no mesmo mar e com um percurso sensivelmente paralelo ao daquele rio, delimitando grosso modo a Macedónia histórica de Alexandre, o Grande. Esta, que pertencera ao Império Otomano até 1912, após as guerras balcânicas seria dividida por três Estados, a Macedónia do Vardar (Sérvia), a mais pequena e centrada no vale do Struma, a Macedónia do Pirin (Bulgária) e a Macedónia do Egeu (Grécia), radicanando na história dessa região problemas ainda hoje em suspenso. Estes prendem-se com as minorias existentes⁵³ e as reivindicações territoriais sobre partes ou a totalidade do território da República. O ainda que provisório nome de FYROM (Former Yugoslav Republic of Macedónia), pelo qual foi reconhecido pela ONU em 1993, demonstra tal e resultou das reticências colocadas pela Grécia à apropriação do nome de Macedónia por esta República, cuja

⁵³ - Dos cidadãos da República da Macedónia, cerca de 67,3 % são eslavos ortodoxos, hoje chamados macedónios, 19,8 % albaneses muçulmanos e católicos, sobretudo no Oeste, e 4,5 % não eslavos nem muçulmanos e sim verdadeiros turcos, além de ciganos.

propriedade reivindicam para si, no fundo traduzindo o receio de lhes vir a ser reivindicado pela FYROM o Norte do seu território.

Por outro lado e apesar do efectivo reconhecimento do Estado do Montenegro pela Bulgária, concomitantemente recusou o reconhecimento da existência de um povo macedónio (Lacoste, 1995: 935), porque consideram este como sendo simplesmente constituído por búlgaros. O irredentismo existe em ambos os lados desta fronteira, verificando-se curiosamente na Macedónia o desejo da independência e da sua expansão para Sudeste na Bulgária, no sopé das altas montanhas do Pirin, até aos vales do Rio Struma onde se falam dialectos macedónios.

A República da Macedónia (FYROM), ocupa cerca de 40% da Macedónia histórica de Alexandre Magno, é separada a Oeste da Albânia pelas Montanhas Sar-Planina / Pindo e na base destas, situam-se os lagos de água doce Ohrid e Prespa, compartilhado o primeiro com a Albânia e o segundo, com a Grécia e a Albânia.

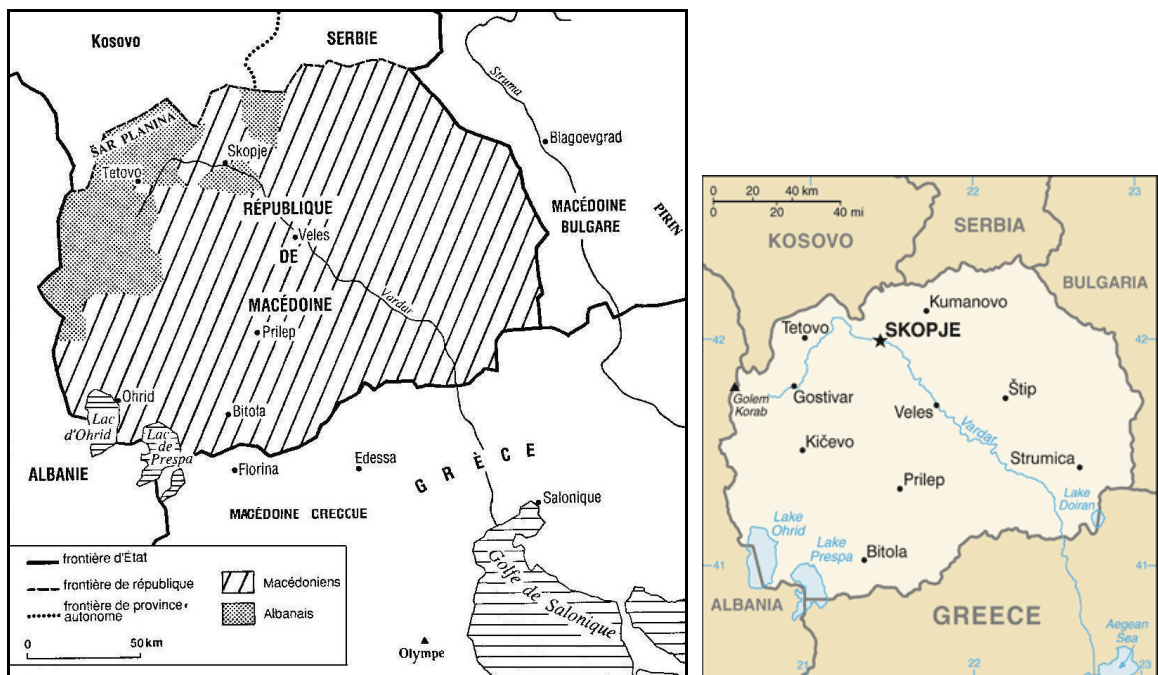


Figura 22 – Mapas da República da Macedónia
(Garde, 2.000: 239) e (www.cia.gov/library)

3.3.2 A Geohistória balcânica

3.3.2.1 As origens eslavas nos Balcãs e influências sofridas, sobretudo nas Idades Média (séc. V / XV d.C.) e Moderna (séc. XV / XVIII d.C.)

“Decorrente das grandes invasões da Europa, a partir do século VI d.C., a maioria dos eslavos depois chamados do Oeste, bem como os do Este, fixaram-se a Norte dos montes Cárpatos, sobretudo e respectivamente nos actuais territórios da Polónia e Rússia. Um dos grupos de povos invasores, mais tarde apelidado de eslavos do Sul, depois de transpor os Cárpatos, instalou-se a Sul do rio Danúbio, no território hoje conhecido como dos eslavos do sul, correspondendo à ex-Jugoslávia e à Bulgária, para além de algumas regiões vizinhas, nomeadamente no Norte da Grécia.

Antes da chegada e instalação dos eslavos do Sul⁵⁴, no território que na antiguidade era apelidado de Illyricum, os povos indígenas, de que há mais referências, foram os ilírios e os trácios, ambos de língua indo-europeia, a qual conservaram” (Garde, 2000: 21).

Não havendo total concordância entre historiadores, o mais provável é que os descendentes dos ilírios sejam os albaneses, bem como outras populações romanizadas que adoptaram a língua latina, constituindo os ancestrais dos actuais romenos. As populações eslavas disseminadas pelos Montes Balcãs, nos fins do século VI, foram invadidas por povos turco-tártaros, que acabariam por ser assimiladas, dando origem aos búlgaros. Como indígenas na península, acrescem ainda os gregos que habitavam nas costas dos Mares Egeu e Negro.

Grande parte do território em apreço pertencia ao Império Romano, razão pela qual, antes das invasões eslavas do séc. VI d.C., já o mesmo se encontrava dividido por uma fronteira político-administrativa, a qual persistiu nas suas consequências desagregadoras, ainda reconhecíveis nos nossos dias. Resultara a mesma de uma decisão política, tomada pelo imperador romano Teodósio I, em 395 d.C., de após a sua morte o império ser dividido pelos seus dois filhos. Um herdaria o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma e, o outro, o Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla.

⁵⁴ - Antes de invadirem a Europa, os eslavos estavam sedeados a Leste do maciço dos Cárpatos até ao século VI, tendo-se deslocado para Ocidente por pressão dos povos ávaros, vindos das estepes da Ásia Central.

Devido a sua localização geográfica, relativamente aos eslavos do Oeste (polacos, checos e eslovacos) e aos de Este (russos, ucranianos e bielorrussos), de 1918 a 1991 existiu na Europa um Estado, que viria mais tarde a ser denominado de Jugoslávia, o qual reuniu no seu seio diversos povos de origem eslava (sérvios, croatas e eslovenos), incluídos no grupo dos eslavos do Sul ou jugoslavos (nas línguas eslavas *youg* significa Sul). A Jugoslávia chamou-se, de 1918 a 1929, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (RSCE) e, de 1945 à sua atomização em 1991, República Socialista Federativa da Jugoslávia (RSFJ). No espaço geográfico desse estado nasceram, a partir de Março de 1992, diversos estados que se comportaram como inimigos em guerra, até estabelecerem o acordo de paz em Dayton, no ano de 1995.

Ainda que nunca tenham pertencido ao RSCE nem à RSFJ, os búlgaros incluem-se também no grupo dos eslavos do Sul, o que mostra que o termo Jugoslávia não representa todo o grupo étnico e, ao invés, inclui o povo albanês autóctone do Kosovo, pelo que tem um significado meramente político, ou seja, foi só o nome de um Estado.

“Os búlgaros são também eslavos do Sul mas continuaram com a sua identidade separada, em parte devido a ter havido disputas, antes da I GG, entre a Bulgária e os seus vizinhos. Em 1913, a Sérvia, o Montenegro, a Roménia e a Grécia tinham derrotado a Bulgária na Segunda Guerra Balcânica” (Dragnich, 1993: 21).

Com as exceções das Igrejas da Pérsia, Etiópia e Irlanda, a quase totalidade das Igrejas Cristãs situava-se no interior do Império, o qual não sendo confundido com a Igreja permitia aos cristãos a visão de um espaço uno.

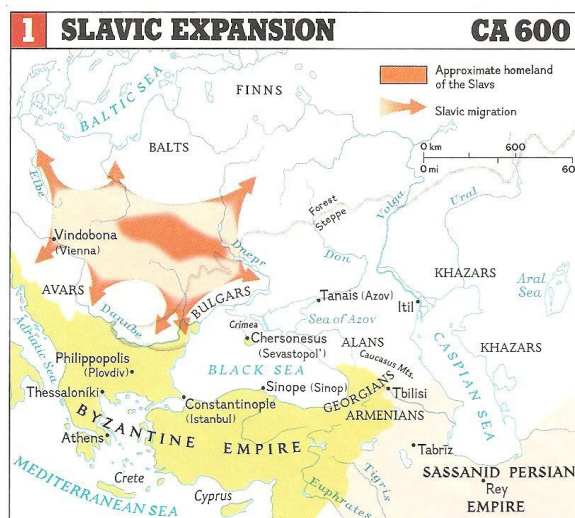


Figura 23 – Mapas indicativos da expansão dos eslavos desde a sua origem
(Penguin Atlas of World History, 1986) e (National Geographic Magazine – MAR90)

Neste espaço imperial que se estendia do Atlântico ao deserto sírio, do Reno e do Danúbio aos desertos de África, a cristianização no séc. IV prosseguia sem atritos internos. Assim, parecia aos cristãos poderem realizar o ideal comum e iam evangelizando no sentido da unidade espiritual, transcendendo todas as oposições étnicas e nacionais. Entretanto com as invasões germânicas e o estabelecimento dos reinos bárbaros na parte ocidental do Império, bem como com a consequente instabilidade político-social, as consequências não se limitaram somente a pôr fim a essa unidade na Europa. Em 476, com a deposição do imperador Rómulo Augusto e o fim do Império Romano do Ocidente, terminou a partilha administrativa do Império entre os dois co-imperadores, conforme fora instituído pelo Pai destes, o Imperador Teodósio. Dessa forma, o Ocidente passou a ficar sob a autoridade do Imperador então restante, o do Império Romano do Oriente e que residia em Constantinopla (cidade anteriormente denominada Bizâncio). Os bárbaros instalados no território do império, a título de federados neste, tinham reis que eram tanto chefes políticos dos seus povos como generais romanos, mas circulando na órbita deste.

A citada harmonia doutrinal conheceu um primeiro rombo com os ensinamentos de Santo Agostinho de Hipona (350-430 d.C.), o qual abriu novos caminhos ao pensamento cristão, os quais

marcaram profundamente a evolução da história do Ocidente, mas que ficaram completamente desconhecidos ou não aceites pelas igrejas não latinas, não dependentes do Papa de Roma. Aquele filósofo tido como um dos pais da Igreja romana, “*exaltou a capacidade da inteligência humana no que concerne ao conhecimento de Deus, elaborando uma nova teologia da Santíssima Trindade, origem da doutrina latina e diversa da tradição, segundo a qual o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (em latim Filioque), que os gregos nunca aceitaram*” (Géopolitique, 1994: 5/6), como escreveu Placide Deseille.

No território dos eslavos do Sul, o limite do Império Romano do Ocidente corria genericamente do Norte do Mar Adriático, sensivelmente pelo curso dos rios Drava, Danúbio e Drina, depois por uma linha Norte/Sul que partia deste para a Baía de Kotor, na costa montenegrina no Adriático. Este espaço constituía a Diocese d’*Illiricum*, a qual compreendia a Dalmácia e a Panónia (as actuais Eslovénia, Croácia e Bósnia).

Quanto ao Império Romano do Oriente, foi composto pela designada Prefeitura d’*Illiricum*, ou seja, a Albânia do Norte, o Montenegro, a Sérvia, Macedónia, Bulgária e Grécia.

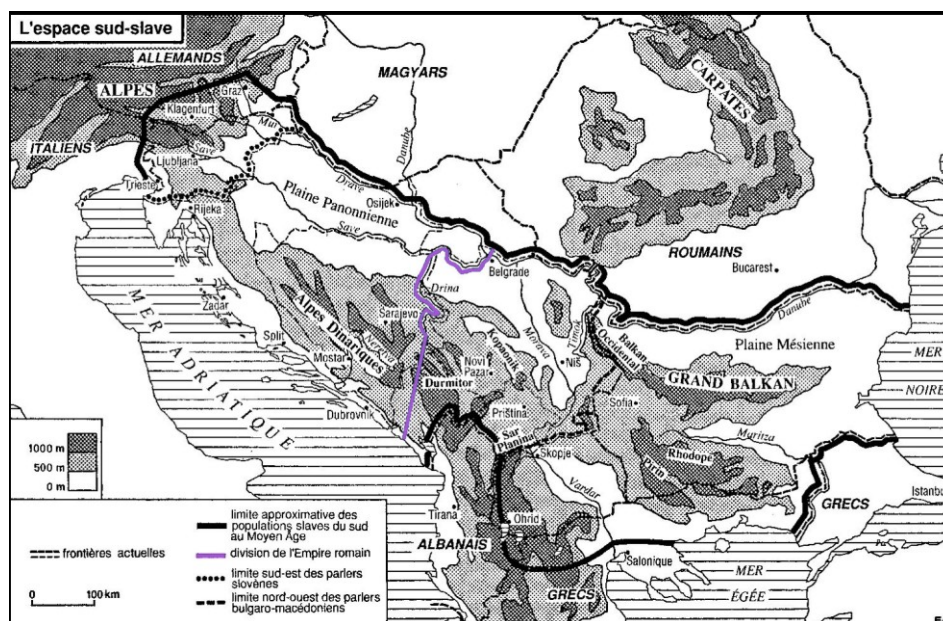


Figura 24 – Fronteira dos Impérios Romanos do Ocidente e Oriente, no território dos eslavos do Sul (Garde, 2000: 22)

Porém, não deve ser tomada como uma fronteira rígida a acima indicada, entre a Prefeitura e a Diocese, até porque atestando o contrário existem numerosos monumentos sérvios de cariz religioso, facilmente datados de “depois da baixa idade média na Herzegovina, na Bósnia e no interior da Dalmácia, nomeadamente em Ston, Mljet, na Krka e Krupa” (Ivic, 1992: 49). É crível que a enorme compartimentação do terreno, devido ao intenso acidentado do mesmo, ajude a explicar tal facto.

Com a dependência religiosa dos dois impérios, respectivamente do Bispo de Roma e do Patriarca de Constantinopla, a divisão político-religiosa existente foi sendo significativamente aprofundada, primeiro pelas diferenças de rito, hábitos e sensibilidades, as quais desde início foram sendo cultivadas pelas duas partes, depois com o agravamento do relacionamento havido, no início

do século X, até à total rotura religiosa e cultural havida na cristandade, com o cisma em 1054. Refira-se que a fronteira política dos dois Impérios, a qual viria a sofrer alguns ajustamentos ao longo dos tempos, nem sempre implicou uma rígida separação no que concerne à obediência religiosa, existindo, de ambos os lados da mesma, crentes da obediência oposta, ainda que muito minoritários. Apesar disto, a fronteira política, de uma simples divisão administrativa passou a delimitar rigidamente dois espaços até então do mesmo Império. Com o passar dos tempos e com o proselitismo religioso, crescentemente activo na procura de identidades próprias e distintivas, pretendendo cada uma ser o mais possível diferenciada da obediência religiosa contrária, chegou-se à existência de duas áreas políticas/culturais/religiosas distintas e bem demarcadas, em que o simples diálogo era inexistente, indiciando uma fractura quase intransponível entre as duas.

Tal situação foi baseada em divergências insanáveis nos âmbitos disciplinar, litúrgico e dogmático. A mútua excomunhão/anátema pronunciada em 1054, culminou no alargar do fosso que ambos os lados conscientemente vinham promovendo, tendo aquela sido levantada só em 1965, pelos Papa Paulo II e Patriarca Atenágoras, tendo as igrejas reatado o diálogo, muito recentemente, a fim de sanar o chamado cisma do oriente, que durava há 911 anos.

Porém, as divergências⁵⁵ e separação entre católicos e ortodoxos, um problema antigo de séculos, com as alterações políticas e sociais surgidas nos regimes totalitários da Europa de Leste após 1989, com a conseqüente liberdade, trouxeram à superfície velhas tensões adormecidas. Sobretudo após as diligências encetadas para a normalização das igrejas católicas orientais, interditas desde o período estalinista, com o reinício do restabelecimento da sua hierarquia, instituições pastorais, educativas e caritativas, com todo o apoio de Roma, motivaram um clima de acrescida tensão entre as mesmas igrejas. Para tal contribuiu, de forma significativa, a legalização das igrejas católicas de rito bizantino na Ucrânia Ocidental e Roménia, interditas e duramente perseguidas desde 1946 e 1948 respectivamente, que viram então os seus bens confiscados pelas autoridades civis e, em parte, em proveito das igrejas ortodoxas, bem como os seus fiéis constrangidos a converterem-se à fé ortodoxa. A questão da propriedade e da restituição dos locais de culto foram então levantados e, ainda hoje, esses problemas não foram completamente resolvidos. Pelas igrejas ortodoxas foram e são apontadas aos católicos orientais (reunidos à volta das chamadas, depreciativamente pelos ortodoxos, Igrejas Uniatas - unidas a Roma – e pelos católicos apelidadas de greco-católicos) propósitos expansionistas e uma atitude de proselitismo junto dos fiéis ortodoxos. Igualmente acusam Roma porque, na nova situação e numa atitude que poderá ser

⁵⁵ - As divergências foram progressivas, pois já em época anterior se distinguiam os padres das Igrejas Grega e Latina, as quais evoluíram em mundos intelectuais diferenciados, ainda que professando a mesma fé. As diferenças de sensibilidade, de rito, de usos e de organização entre gregos e latinos nunca deixaram de se acentuar ao longo dos séculos.

A disputa teológica entre católicos e ortodoxos sobre “o *Filioque*, que contrariamente ao passado não é hoje preocupação da actual sociedade civil, referindo-se aquela palavra à procedência do Espírito Santo, do Pai e do Filho como defendem os católicos, ou se procede do Pai como o Filho, como afirmam os ortodoxos, baseando-se estes na tradição anterior e expressa no Novo Testamento” como explica o Père Placide Deseille, na revista (*Géopolitique*, 1994: 4/13). Por sua vez (Garde, 2000: 146) afirma que “muito mais importantes no plano cultural e menos no religioso são as questões relativas à organização das Igrejas (descentralização das Igrejas orientais ou centralização à volta e na dependência do Papa), relações com o poder temporal (os ortodoxos são mais dependentes do poder político, mas menos empenhados na intervenção social/temporal), maior importância atribuída pelos ortodoxos ao rito, bem como o seu menor dirigismo e maior resistência à mudança/inação”.

interpretada como normal, nomeou bispos católicos para as novas Dioceses. Após imensas reuniões da Comissão Mista católica-ortodoxa, para o efeito nomeada, na reunião em Balamand, no Líbano e em Junho de 1993, foi possível chegar a um acordo expresso no documento “O Uniatismo, método de união do passado e procura actual da plena comunhão”. Foi então posto fim ao longo debate e encontrada uma porta de saída para o problema, através da formulação de princípios teológicos fundamentais, dando directivas práticas para regular a coexistência e o bom entendimento, num mesmo local, entre católicos e ortodoxos. Mais tarde, em 31 de Maio de 1991, o Papa João Paulo II numa carta aos bispos do continente europeu, sobre as relações entre católicos e ortodoxos na nova situação vivida na Europa Central e Oriental, *“definiu dois princípios de acção. O primeiro estabelecia que as hierarquias respectivas se devam reconhecer e respeitar, remetendo para o documento de Balamand onde ficara expresso que a procura da comunhão perfeita e total, não significava nem absorção nem fusão mas encontro na verdade e no amor. Quanto ao segundo, realçava a importância da rejeição de qualquer forma de expansionismo e de proselitismo, assim como toda a acção de violência psíquica, verbal e moral, devendo ser promovida a colaboração fecunda e desinteressada sem considerar a terra do outro como terra de apostolado missionário. Desta forma foram então criadas condições para um diálogo fraterno entre as duas Igrejas que haviam caminhado de costas voltadas durante mais de nove séculos e com algumas acções indignas de parte a parte”* (Géopolitique, 1994: 79/82), como testemunhou o Professor Dimitri Salachas.

Porém, a posição política ocidental, durante a guerra civil jugoslava, é de extrema importância para a compreensão dos desafios políticos e elementos de coesão no mundo ortodoxo. Justificando a luta contra o comunismo, o Vaticano deu então um forte apoio à secessão da Eslovénia e da Croácia, promovendo internacionalmente o reconhecimento e reconhecendo rapidamente as duas Repúblicas, provocando o descontentamento do mundo ortodoxo. Este interpretou aquelas decisões como um exemplo de uma política parcial que, no fundo, tinha uma dimensão religiosa. No mesmo sentido foi tido o apoio do Vaticano e do Ocidente à independência da BiH, sem atenderem à vontade sérvia de manter a Jugoslávia. Os ortodoxos viram também nesse apoio como que um relance sinistro do eixo católico-islâmico, considerado como familiar na história e dirigido contra a fé ortodoxa. Pelo citado, foi atribuída ao Papa João Paulo II a responsabilidade pelo abandono dos princípios ecuménicos dos seus predecessores, reforçando em consequência a convergência para a unidade entre os ortodoxos. Assim, não foi de estranhar o apelo feito pelo Patriarca de Belgrado, no sentido de ser apoiada a parte sérvia durante a guerra civil jugoslava. Com compreensão e de uma forma quase unânime, os dignitários ortodoxos solidarizaram-se com a direcção política sérvia, a qual argumentava com o facto de a secessão da Eslovénia e Croácia terem sido tomadas sem o acordo de todos os membros da Federação, nos termos da Constituição então em vigor. Na análise deste assunto, não se deve deixar de considerar o importante factor que é a ligação e dependência relativa da igreja ortodoxa do poder político.

Apesar do acima relevado, não deve ser esquecido que, no sínodo da Igreja ortodoxa sérvia, o Patriarca condenou reiteradamente os métodos comunistas do regime de Milosevic, solicitando a sua demissão, bem como o apoio à união da oposição democrática e à monarquia. Esse mesmo

Sínodo apoiou as reivindicações dos sérvios da BiH e Krajina, defendendo o seu direito à autodeterminação.

A desconfiança dos ortodoxos para com o Vaticano foi aberta e repetidamente demonstrada, sendo exemplo de tal o boicote dos Patriarcas Ortodoxos (ecuménico, russo, búlgaro, e romeno), com a excepção do Arcebispo grego, quando convidados a participar numa iniciativa ecuménica do Vaticano, de oração conjunta pela paz na Bósnia, solidarizando-se dessa forma com o Patriarca Sérvio. Também, quando foram destruídas cerca de 160 igrejas ortodoxas na Krajina e BiH, além de muitas outras danificadas, com ausência de eco quase total nos OCS ocidentais, contrariamente ao relatado pelo Patriarca de Belgrado e muito divulgado nos países ortodoxos, tal facto foi tido como mais uma prova da parcialidade dos Estados Unidos e da Europa Ocidental contra a ortodoxia.

Nas suas visitas a Belgrado, não se imiscuindo nos conflitos internos sérvios, os dignitários ortodoxos foram regularmente recebidos por Milosevic, como aconteceu com os Patriarcas Ecuménicos (1993), da Rússia (1994) e outros dignitários gregos e romenos, confirmando a solidariedade ortodoxa. Contudo, as rivalidades históricas regionais entre a Sérvia e a Bulgária, a propósito da Macedónia, ainda que esbatidas, são perceptíveis nas suas elites políticas e religiosas. A Macedónia fez a secessão da Jugoslávia habilmente, eximindo-se assim a participar na guerra civil, sendo a única República a ter conseguido tal. A hierarquia religiosa da Macedónia, autónoma desde 1958, separou-se em 1967 com o apoio decisivo do partido comunista e da Igreja ortodoxa sérvia. Esta autocefalia macedónia nunca foi reconhecida por nenhuma Igreja ortodoxa. Estes factos ampliaram as rivalidades já então existentes e ainda hoje visíveis entre a Sérvia e a Bulgária.

Como o historiador Dusan Batakovic referiu, a atitude do Ocidente durante a crise jugoslava *“motivou a realização de um movimento de intelectuais russos em favor da aproximação espiritual, cultural e político dos povos ortodoxos e, após reuniões preparatórias em Belgrado e na Crimeia, realizou-se uma Conferência em Belgrado em Julho de 1994, com o objectivo de discutir o futuro da ortodoxia. Três tendências emergiram então. Uma pretendendo a condenação do liberalismo ocidental pervertido, outra a condenação da utopia comunista, igualmente pervertida, outra pretendendo a procura de uma via de reaproximação dos ortodoxos. Porém o acento foi colocado no perigo que representa o proselitismo do Vaticano e dos seus jesuítas polacos na Rússia e na Ucrânia. Foi também abordada a ameaça islâmica face ao espaço da civilização ortodoxa, com a ajuda das potências ocidentais. Foi ainda proposta a criação de uma commonwealt ortodoxa, que constituiria uma modernização da velha ideia do pan-eslavismo, já em 1871 teorizada por Danilevski, numa confederação eslava do Adriático ao Pacífico. Porém tal confederação necessariamente funcionaria sob a liderança moral e política russa. Tal projecto revela, no fundo, a continuação dos interesses russos na região balcânica”* (Géopolitique, 1994: 68). Apesar do diálogo ecuménico e da real aproximação das Igrejas cristãs, as desconfianças não se esbateram totalmente, face ao posicionamento político do Vaticano e, em termos genéricos, do Ocidente, durante e após a crise balcânica ao apoiarem preferencialmente a Croácia e a Eslovénia.

Significativamente, como sublinhou Batakovic, “o Patriarca Bartolomeu I exprimiu um sentimento de orgulho totalmente disseminado no mundo ortodoxo, de que o povo sérvio foi eleito por Deus para proteger as fronteiras ocidentais do Oriente” (Géopolitique, 1994: 63/69). Nesse contexto,

seria ocioso relembrar a permanente resistência sérvia ao avanço do Império Otomano para a Europa, durante séculos, bem como do importantíssimo papel da Igreja Ortodoxa nesse objectivo.

É relevante ser referido que o Cardeal Pavle, recentemente falecido e até então chefe muito respeitado da Igreja Ortodoxa Sérvia, um ano após ser eleito o 44º Patriarca da Sérvia, fez um apelo em favor da paz, em 1991, numa altura em que sérvios e croatas disputavam pelas armas o controlo territorial na Croácia. Foi ignorado pelos líderes políticos e, um ano depois, pronunciou-se de novo, declarando que a guerra então em curso apenas servia a vontade do mal. Seriam necessários mais oito anos para que a Igreja sérvia abdicasse da sua neutralidade, definindo-se mais claramente contrária à orientação política sérvia então em vigor. Assim, em 2000, o respeitado teólogo e linguista reconhecido instou abertamente Milosevic a demitir-se, após a humilhação do regime às mãos da NATO, que então pôs termo à limpeza étnica dos separatistas albaneses no Kosovo, empreendida pelas forças sérvias. Foi de novo ignorado por Slobodan Milosevic, mas a sua voz acabou por dar força à revolta popular que levou este a abandonar a presidência, em Outubro de 2000. Antes de ser eleito Patriarca da Igreja em que 7,5 milhões de sérvios se revêem, o moderado Cardeal Pavle fora Bispo do Kosovo, o território que a Sérvia considera como a sua Província meridional e berço da sua cultura e história, daí que a Igreja tenha também tentado impedir a sua independência. O Patriarca Pavle chefiou espiritualmente os ortodoxos sérvios, durante os tumultuosos e sangrentos anos até à implosão da Jugoslávia e ao exacerbar dos nacionalismos. Nasceu com o nome de Gokjo Stojcevic, numa aldeia do então Império Austro-Húngaro, viveu entre 1914 e 2009, sendo-lhe genericamente reconhecido que lidou sempre de forma honesta e humilde com todos, tendo merecido do governo sérvio o decretar de três dias de luto nacional pela sua morte, bem como o repicar concomitante de todos os sinos das igrejas sérvias.

3.3.2.2 Os dialectos dos eslavos do Sul

Os invasores eslavos do Sul falavam, no século VI d.C., dialectos muito próximos entre si, o que lhes permitia comunicar verbal e perfeitamente uns com os outros. Porém, desde sempre foi possível distinguir três regiões, não rigidamente definidas como a figura 25 parece representar, em que os dialectos sempre foram reconhecidos como ainda mais aproximados entre si. A primeira situa-se na região de ligação dos Alpes Dináricos aos Alpes Italianos e às encostas para a planície da Panónia, mormente em vales alpinos muito encaixados, incluindo diversos dialectos eslovenos; outra região situada ao longo de todo o centro do que viria a ser o estado Jugoslavo, até ao vale do rio Timok⁵⁶, muito homogénea no que se prende com os dialectos usados e que hoje conhecemos por servo-croatas; e, por último, a região a leste do citado vale do Timok, onde se situam os falantes búlgaro-macedónios.

Os eslavos que se fixaram no espaço balcânico, rapidamente se fundiram nos modelos culturais e religiosos que encontraram na região. Assim, a partir dos séculos VIII e IX, converteram-se ao cristianismo.

⁵⁶ - O rio Timok corre no Leste da Sérvia, de NE da cidade de Nish para Norte, indo desaguar no Danúbio, servindo no seu curso final de fronteira com a Bulgária.

Por outro lado, como veremos, viriam a resultar consequências também ao nível da evolução da língua falada e escrita, em uso nos Estados que ainda continuam a emergir nos Balcãs de hoje, em função das diversas vicissitudes da história, mormente das invasões sofridas por parte dos dois impérios, otomano e austro-húngaro, duas áreas civilizacionais distintas.

Na análise e no âmbito em apreço, deverá estar sempre presente a importância da profunda compartimentação geográfica, resultante da complexa orografia regional, na progressiva diferenciação cultural dos diversos eslavos do Sul, sobretudo em épocas passadas em que a tecnologia das comunicações não facilitava as interações, deixando-lhes marcas identificadoras indeléveis nos seus modos de vida e que o relevo foi protegendo ao longo do tempo.

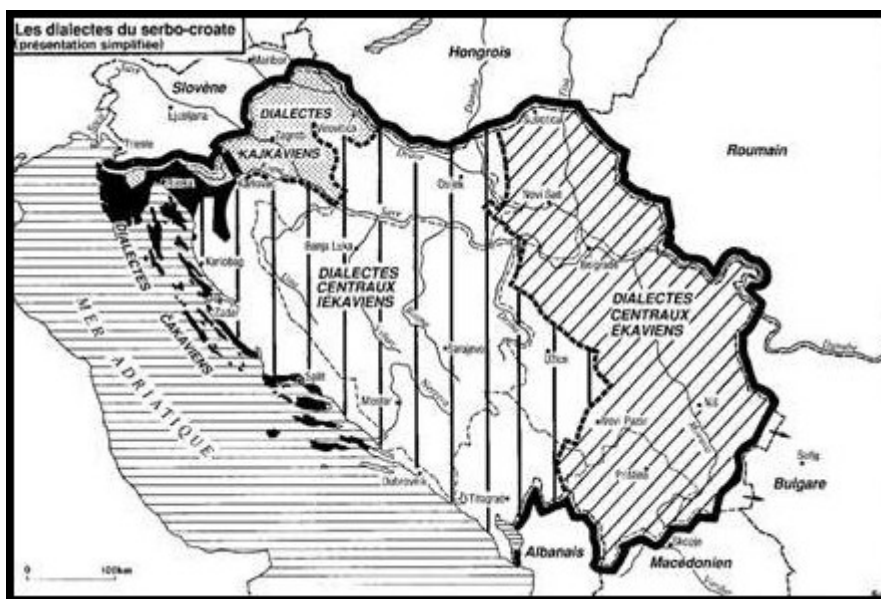


Figura 25 – Agrupamento dos dialectos servo-croatas (Garde, 2000: 128)

3.3.2.3 A evolução inicial dos eslavos do Sul de religião ortodoxa

Sobretudo mas não só a Leste do rio Drina, os sérvios, macedónios e os búlgaros foram cristianizados por missionários ortodoxos gregos de Salónica, com o rito e na dependência da igreja ortodoxa e, por períodos, do Imperador de Constantinopla, integrando-se no espaço cultural chamado bizantino. De entre os missionários ortodoxos referidos, destacaram-se os irmãos Cirilo e Metódio, de cuja acção resultou também terem, estes povos, passado a utilizar o alfabeto cirílico, inventado pelo primeiro destes dois monges e que se adaptava às línguas eslavas.

Os búlgaros viriam a impor-se em toda a região, ameaçando mesmo Constantinopla durante os séculos VIII e IX (rei Simeon / 829-927) e, apesar de terem temporariamente criado um império, foram de novo submetidos por Bizâncio. Entretanto foram criados diversos reinos quer pelos croatas (rei Tomislav / 916-928 e rei Zvonimir / 1076-1098), quer pelos sérvios (reino de Étienne Nemanja / 1159-1195) e ainda na Bósnia (de Tvrtko 1º / 1371-1399). Porém, no século XIII, búlgaros (rei Ivan II / 1218-1241) e sérvios (reino de Dusan, o grande, entre 1331-1355) conseguiram levantar estruturas políticas relativamente consolidadas, sob a forma de estados dinásticos muito centralizados e que

durariam até ao século XIV, época em que foram submersos pelo avanço do império otomano e incorporados neste.

Mais tarde, os búlgaros, beneficiando da derrota dos otomanos na guerra turco-russa de 1877/8, e porque lutaram nela em aliança com a Rússia, obtiveram a sua independência e territórios dos seus vizinhos, que já durante o seu Império e até ao século X lhes haviam pertencido. Este domínio territorial, apesar de temporário, deixaria contudo, para além de minorias nacionais dispersas por outros estados, sementes de reivindicação territorial para o futuro, perante outros eslavos do Sul.

Acresce que com a invasão eslava da Península Balcânica, os indígenas albaneses foram sendo coagidos pelos invasores a abandonar parte do seu território, acabando por ficar confinados ao extremo Sudoeste dos Alpes Dináricos, no território da actual Albânia. A maior parte dos restantes povos nativos romanizados foram sendo rechaçados para Norte do Danúbio, para o actual território da Roménia. Contudo, o remanescente destes povos que ficou a Sul deste rio, sobretudo na Sérvia, Montenegro e Grécia, facto esse a que as condições difíceis do terreno não serão alheias e que lhes terá permitido resistir, constitui uma minoria falante de um dialecto muito próximo do romeno, ainda que tendo sofrido uma natural eslavização ao longo dos séculos.

Por outro lado, os invasores eslavos muito rapidamente abandonaram aos húngaros a planície da Panónia, no território ao Norte do Drava, e aos alemães os vales mais setentrionais dos Alpes, no Sul da actual Áustria

Como conclusão parcial e de acordo com o já citado, ressaltam duas profundas divisões, uma que agrupa os eslavos do Sul, segundo a maior ou menor proximidade do seu dialecto, e outra segundo as diferenças de nível cultural. Sublinhe-se que esses factos começaram a verificar-se antes da criação de formas estatais nos Balcãs, por mais embrionárias que tivessem sido. Em consequência, podemos afirmar que desde o início da sua história, no território dito dos eslavos do sul, sempre existiram linhas de fractura, entre quatro conjuntos humanos e devido a três razões concorrentes, duas linguísticas e uma cultural/religiosa.

Por isso podemos individualizar, ainda que genericamente, localizando nos Alpes os eslovenos católicos; dos Alpes ao rio Drina os servo-croatas católicos, mais tarde reconhecidos como croatas; do rio Drina ao Timok identificam-se os servo-croatas ortodoxos, hoje sérvios; a Este do rio Timok habitam os búlgaro-macedónios ortodoxos e há muito chamados de búlgaros. Das alterações de fronteira em que a região foi e continua a ser fértil, resultaram minorias em pequenos núcleos nos diversos estados territoriais hoje existentes, com irredentistas lutando pelas suas convicções, com as armas possíveis. A somar aos factos citados, geradores de irredentismo, bem visível nos séculos seguintes e até aos nossos dias, hoje já mais esbatido mas não extinto, crescem as invasões sofridas, as deportações e ou fugas de populações, bem como as consequentes alterações das fronteiras nos Balcãs, como se continuará a sublinhar, cujo somatório conduziu ao exacerbamento desse extremismo.

Resultaram daqui reivindicações territoriais activas ou latentes, geradoras de intromissões abusivas do exterior nos Estados, desconfiança mútua e instabilidade político-social, baseadas na defesa das minorias deixadas em territórios outrora sua pertença. Trata-se dos chamados *Grandismos*, definidos como projectos políticos de reunião de todas as terras que num ou noutro

momento da história pertenceram a um povo, constituindo origem da instabilidade referida. Entre outros, são exemplos as ideias dos sonhadores da Grande-Sérvia, da Grande-Grécia, da Grande-Albânia, da Grande-Hungria e da Grande-Bulgária.

Por outro lado, na definição de Chauprade (2001: 37), “uma pan-ideia tem como objecto a defesa da unidade geográfica, étnica ou civilizacional de uma comunidade humana”. Assim, o conceito de pan-ideia permite compreender melhor os grandes confrontos geopolíticos no planeta.



Figura 26 – As fronteiras da expansão do Império Búlgaro nos séculos IX e X
(<http://en.wikipedia.org/wiki/Bulgaria>)

Para ilustrar a teoria das pan-regiões, lembra este último autor que, segundo Haushofer, o liberalismo mundial americano não poderia ser posto em cheque a não ser pelas potências do Eixo, a Alemanha e o Japão. Este actuaria nesse sentido, graças ao seu projecto da esfera de co-prosperidade asiática e, a Alemanha hitleriana, que foi a primeira potência a defender e apresentar em 1929 o projecto dos Estados Unidos da Europa, uma comunidade económica europeia, no seio da qual a grande Alemanha actuaria com o papel de estado-director.

Ainda, no que concerne ao tema do eslavismo, “o mito do pan-eslavismo pretende reunir num só Estado o conjunto da Nação, definida por critérios tanto religiosos, como linguísticos ou históricos, de maneira a englobar o maior número possível de indivíduos da mesma cultura no mais vasto espaço possível” (Lacoste, 1995: 1194).



Figura 27 – Algumas das reivindicações territoriais nos Balcãs – Grandismos
(<http://pt.wikipedia.org/>)



Figura 28 – A dinâmica da fronteira da soberania da Hungria e minorias⁵⁷ resultantes noutros países, origem dos sonhos do Grandismo húngaro (Chauprade, 2007: 249)

⁵⁷ - “O facto de, em 2001, o parlamento húngaro ter decidido apoiar a diáspora húngara comprova o sentimento de solidariedade dos Magiares. Os húngaros da diáspora passam a ter um passaporte de cidadão nacional que lhes confere o direito de trabalhar na Hungria três meses por ano e a receber benefícios materiais e sociais aquando da sua estada no seu país. Esta lei que entrou em vigor em 2002, foi energeticamente contestada, sobretudo pelo representante da Roménia e da Eslováquia, por dificultar a integração dos húngaros nas suas sociedades (...) Magiares são também os húngaros que não vivem na Hungria: 1,6 milhões na Transilvânia romena, bem como 100.000 no Sul da Eslováquia, na parte ocidental da Ucrânia, na Voivodina (Sérvia), na Croácia e na Eslovénia” (Wienecke-Janž, 2006: 205). Apesar de poder ser admissível não haver intenção encoberta, para além do simples apoio de solidariedade magiar, efectivamente a medida decretada permite postergar a tomada de outras decisões, como por exemplo apresentar reivindicações territoriais, talvez aguardando ocasião mais propícia mas. Independentemente da intenção húngara, a situação descrita dificulta ou impede a integração dos húngaros da diáspora no seio das nações onde vivem, alimentando por outro lado as desconfianças destas.

É ainda relevante o facto de ao longo da história dos diversos grupos étnicos dos eslavos do Sul, com particular relevo na Sérvia, se terem degladiado diversas concepções do Estado Nacional mas que, no essencial, decorrem de duas correntes. Uma que assenta num entendimento mais amplo, na comunidade da língua, que privilegia o carácter eslavo como factor aglutinante dos povos balcânicos, a qual está na base da ideia criadora da Jugoslávia. A corrente oposta e mais exclusivista, nacionalista e radical, que ciclicamente emerge, valoriza sobretudo a pertença à etnia sérvia, alimentando a ideia da Grande-Sérvia



Figura 29 – Mapas da Província Autónoma da Voivodina com o traçado dinâmico da fronteira da soberania
(www.lib.utexas.edu/maps)

3.3.2.4 A invasão otomana dos Balcãs

Os turcos, originalmente constituindo tribos nómadas convertidas ao islão, chegaram à Anatólia em 1240 d. C., vindos da Ásia Central. De entre as tribos turcas, destacaram-se os Osmanlis ou Otomanos, designação derivada do nome do seu líder Osman, tendo estes então sido contratados para serviços militares pelos Bizantinos, os quais, a partir de determinada altura, perderam o controlo daqueles.

Os turcos otomanos entraram na Europa, em 1352 d.C., como mercenários contratados para a defesa da cidade de Gallipoli, situada a Ocidente do Estreito dos Dardanelos, de onde nunca mais saíram e de onde se viriam a expandir pela conquista, tendo depois anexado a Trácia e a Bulgária.

Nos meados do século XIV, com a transposição dos estreitos dos Dardanelos e do Bósforo, o Império Otomano invadiu os Balcãs, apoderando-se da Grécia, Albânia, Bulgária e Sérvia, bem como da Bósnia e, mais tarde, da Roménia. Este assalto do império otomano a uma área cultural relativamente uniforme, apesar das suas profundas diferenças internas, como atrás relevado, juntamente com a posterior retracção turco-otomana já no século XX, constitui o evento histórico mais marcante na memória colectiva balcânica. Tal facto encontra-se bem documentado nos nomes dos mais populares heróis reconhecidos e celebrados na Sérvia (Milos Obilic), na Bósnia (Husein

Gradascevic), na Macedónia (Nikola Karev), na Albânia (Skanderbeg), ou na Bulgária (Vasil Levski), os quais se distinguiram na luta contra a ocupação otomana. Quanto à Sérvia, apesar de derrotada pelos otomanos em duas batalhas decisivas, a primeira travada na região do Maritsa em 1371 e a segunda, a batalha de Kosovo-Polje, em 1389, a partir do ano seguinte conservou autonomia dentro do império turco. Porém, logo em 1459 a mesma foi-lhe retirada, passando a ser mais uma das províncias turcas. Só em 1817 a sua independência seria recuperada.

Na campanha de invasão em apreço, os otomanos atingiram a região da capital do Kosovo, Pristina, atravessando a Trácia e o vale do Rio Vardar, travando a já citada batalha (1389) de Kosovo-Polje (significa campo dos melros), que se individualiza pelas dramáticas consequências que, sobretudo para os sérvios, ainda hoje a mesma representa. Apesar de ambos os comandantes dos exércitos opostos terem perecido na batalha, o Sultão turco Murad I e o Príncipe sérvio Lazar, as consequências foram fatais para a nação sérvia. Esta, para além de vencida na batalha, como consequência da derrota pereceu a maioria da sua nobreza, por decapitação, sendo esta a única força que poderia ter barrado a progressão otomana para Norte, bem como obstado à perda da liberdade e independência sérvia durante mais de quatro séculos



Figura 30 – Monumento sérvio evocativo da Batalha de Kosovo-Polje (1389), levantado em 1953 e ainda existente no local onde a mesma foi travada, e cuja epígrafe traduz o sempre actual sentir sérvio em relação ao Kosovo, o seu núcleo geohistórico (foto 1º BIPáras - 2008)

. Esse facto histórico traumático viria a perdurar e constitui uma marca indelével no temperamento colectivo depressivo dos sérvios, predispondo-os para o trágico e para a aceitação de sacrifícios, entendendo que Sérvia são os sérvios, os quais se orgulham de sempre terem resistido à

aculturação conservando os seus valores, valorizando portanto o *jus sanguinis*⁵⁸. Identifica-se a religião ortodoxa, que professam, como a principal arma usada na resistência à aculturação, a qual por outro lado constituiu factor de isolamento com o Ocidente. Assim, “o vínculo étnico mas sobretudo o religioso conduziram a Sérvia a um alinhamento constante com a Rússia, situando-a com frequência numa política excêntrica em relação à Europa Ocidental, bem como a reboque de interesses que lhe eram exógenos, tornando até difícil o entendimento e a interpretação dos complexos acontecimentos balcânicos” (Costa, 2002: 13).

Também, “uma outra importante consequência daquela derrota e sobretudo da literal decapitação da nobreza sérvia, traduz-se em certa medida na matriz camponesa deste povo, bem como na sua natureza democrática, populista e frequentemente grosseira dos políticos sérvios modernos” (Costa, 2002: 25).



Figura 31 – Baixo-relevo com o esquema da Batalha de Kosovo-Polje, o qual encima o monumento evocativo da mesma (foto 1º BIPáras - 2008)

No que tange à Bósnia-Herzegovina, onde diversos povos se fixaram no século XIII, foi parte do reino dos sérvios, tendo passado no início do século seguinte para o domínio húngaro e, em meados do mesmo, voltado a pertencer ao império sérvio (Czar Duchan), Viria em 1353 a tornar-se independente, para em 1463 vir a cair sob o domínio turco, de que só foi libertada para ficar a pertencer ao império austro-húngaro, nos termos da Conferência de Berlim de 1878. Hoje nela não se fala turco e sim o servo-croata, as populações não são de ascendência turca e sim eslava, que se converteram ao Islão após a conquista otomana.

⁵⁸ - Numa interpretação curiosa e sobretudo muito ajustada, Katherine Verdery escreveu que “foi o esqueleto do Príncipe Lazar, morto na Batalha do Kosovo Polje, que definiu as fronteiras da *Grande Sérvia*, estabelecendo o princípio de que o *território da Sérvia é onde jazem as ossadas dos Sérvios*” (Costa, 2000: 43).

Quanto ao Montenegro, uma região habitada por sérvios, fez parte do reino destes, vindo a cair, como estes, sob o domínio otomano. Porém, contrariamente ao restante reino sérvio, conseguiu manter um estatuto autonómico como principado, dentro do império turco-otomano, assim permanecendo até se ter separado da Sérvia em 1878 e se ter tornado independente.

Curiosamente, Constantinopla que fora torneada no avanço para Norte pelos Otomanos, só viria a ser conquistada por estes em 1453, cerca de meio século depois da batalha do Kosovo e de dominarem os Balcãs. A dominação do Império Otomano, no espaço dito dos eslavos do Sul, viria a durar entre quatro e cinco séculos, segundo as regiões, conforme a sua fronteira política foi sendo modificada em função das forças em presença. De início, o seu avanço foi imparável, tendo atingido o apogeu no século XVI sob o comando de Solimão, o magnífico. Em 1526 os otomanos atravessaram o Danúbio e o Sava, esmagaram os húngaros e conquistaram a maior parte da Hungria, ocupando-a cerca de um século e meio, até 1686.

Estiveram às portas de Viena que cercaram em 1529 e, de novo, em 1683. Assim, foram poucos os espaços balcânicos e no Danúbio em que os otomanos não exerceram o poder até ao século XIX. Conquistaram partes da Croácia, ocupando a Eslavónia a Este e, a Oeste, chegaram a muitos pontos da costa da Dalmácia, sem contudo conquistarem o coração da Croácia e Zagreb, nas mãos dos Habsburgos. Igualmente não conquistaram os principais portos adriáticos, como Split, porque incluído na costa da Dalmácia, pertença de Veneza que a defendeu, Dubrovnik, República independente mas que, para isso, pagava tributo ao sultão, e ainda o Montenegro. Este foi um reduto de populações sérvias que resistiram relativamente livres, graças ao factor terreno ser favorável para os seus defensores, bem como ao excelente empenhamento destes e, ainda, a inteligente liderança militar otomana, a qual não se empenhou para além do necessário e a torneou, face aos custos para obter o dispensável domínio local de forma total e permanente.

Todo o vasto território peninsular balcânico foi então partilhado pelas duas potências inimigas de então, os Impérios Otomano e Austríaco, respectivamente com os turcos e os austríacos, como as nações dominantes.

Entretanto, deve ser referido que *“a expansão turca se realizou com uma rapidez surpreendente nas planícies e, ao invés, com lentidão nas montanhas. A cavalaria turca submeteu rapidamente as populações na planície búlgara, nos largos vales dos rios Vardar, Maritsa, Morava (Sérvia) e Thessália (NW da Grécia), antes do fim do século XIV. Comparativamente, a implantação otomana nas montanhas revelar-se-á mais longa, pois só na segunda metade do século XV se assegurou da Morávia (na actual República Checa), da Bósnia e da Albânia”* (Chauprade, 2007: 184). De uma simples análise aos factores em presença, sobressaem desse calendário as diferenças da anatomia geográfica entre as regiões e, sobretudo, o carácter dos seus habitantes, logo a maior ou menor capacidade militar oponente aos otomanos.

No refluxo da invasão otomana e a partir de 1686, os austríacos reconquistaram a Hungria e a Eslavónia. Depois, graças a diversos tratados, o último dos quais assinado em 1739 e realizado em Belgrado, a fronteira austro-turca foi recuando até se fixar, de Leste para Ocidente, no Danúbio, no Sava, bem como nas cristas dos Alpes Dináricos dominantes do Adriático. Esta retracção da fronteira, a qual tomou a forma de V, com o vértice para Noroeste e que hoje constitui o limite entre as

Repúblicas da Bósnia e da Croácia, separou desde então o império otomano e os seus vizinhos cristãos, austríacos e venezianos, e será efectivo até 1878. Este limite constituirá mais um fosso separador, desta vez de cariz religioso e sobretudo cultural, no seio do território dos eslavos do Sul, representando o limite ocidental do mais longo domínio islâmico na Europa.



Figura 32 – A fronteira entre os Império Otomano e Habsburgo nos séc.XVI e XVIII
(Garde, 2000: 30)

Porque relevante no contexto em estudo, há que ser lembrado que à intolerância religiosa existente na cristandade medieval, o Império Otomano tolerou nos Balcãs, então sob o seu domínio, a liberdade religiosa, ainda que também por conveniência. Assim, muitos judeus expulsos da Península Ibérica ali se refugiaram e eram tolerados, bem como os cristãos locais, bastando submeter-se às novas autoridades e pagar impostos, podendo continuar a tratar a terra e praticar discretamente a respectiva religião. Não eram pressionados a converter-se ao Islão, porque politicamente não era interessante, pois os convertidos estavam isentos de pagar impostos, como os restantes árabes ou muçulmanos. Desta forma, o sistema otomano de *apartheid* contribuiu para reforçar o sentimento de identidade nacional de cada um dos povos dominados, não em relação a um território determinado e sim à religião dos mesmos.

Neste particular, é interessante recordar que os Sérvios ortodoxos se libertaram da tutela religiosa de Constantinopla, em 1557, criando o seu próprio Patriarcado em Pec, no actual Kosovo e perto da fronteira com a Albânia. Mesmo na eventual ausência do Estado sérvio, as medidas tomadas pelo ocupante otomano permitiram a continuidade da nação sérvia, com consciência da provação por que passavam, bem como da sua identidade. Esta pôde sempre contar com o apoio incondicional da sua estrutura religiosa, em certa medida livre para actuar na defesa dos interesses sérvios, apesar do seu quase nulo poder político, de que estavam arredados e era dominado completamente pelos otomanos. Recorde-se que é usual nos povos maioritariamente ortodoxos, a religião subordinar-se ao

Estado, após o advento deste, ligando-se intimamente com ele, contrariamente ao que acontece no seio dos povos cristãos ocidentais, onde, há muito tempo, Deus e César são tidos como dois distintos poderes. Em consequência, não sentiam os sérvios e também os búlgaros as suas nações em risco de sobrevivência, porque agregados pela sua estrutura religiosa, apesar de dominados politicamente pelos otomanos, contrariamente ao sentimento croata de correrem o risco da assimilação pelo Império Habsburgo, como já referido.

Como consequência ainda que indirecta das separadas evoluções históricas, “o problema do vocabulário técnico e científico não se colocava ainda muito em 1850. Depois tornou-se crucial. Os dois povos resolveram-no de maneira diversa, conforme às tradições divergentes. Os croatas partilhavam com os outros povos da Europa central, submetidos à Áustria, o receio de perderem a sua identidade nacional, e por esta razão, como os Checos, os Eslovacos e os Hungaros, eles tiveram a tendência de inventar palavras eslavas para os novos conceitos. Os Sérvios, como os outros povos ortodoxos, Russos e Búlgaros, não tinham esse receio e adoptaram em grande número palavras estrangeiras. Assim, história, geografia, universidade são ditas em sérvio *istorija, geografija e univerzitet*, e em croata *povijest, zemljopis e svenciliste*” (Garde, 2000: 132).

Uma outra vertente a sublinhar, na sociedade otomana, é que o reverso da tolerância religiosa consistia no não reconhecimento dos não árabe-muçulmanos como cidadãos, pois estes viviam numa realidade de verdadeiro segregacionismo, em termos jurídicos, fiscais e de privilégios. Qualquer “infie!” não era detentor de direitos, perante a arbitrariedade da administração pública otomana. O Estado detinha um poder absoluto sobre todo o território e só aos muçulmanos eram reconhecidos direitos, contrariamente aos restantes povos no Império, inclusive a palavra destes contra aqueles nada valia perante a justiça, estando por isso totalmente sujeitos à arbitrariedade. Acresce que os “infieis”, além do pagamento dos impostos propriamente ditos, eram sujeitos ao chamado tributo de sangue, ou *devshirme*, e que consistia na contribuição compulsiva de um quinto de todos os jovens filhos dos infieis para o serviço do Sultão, para virem a ocupar os diferentes órgãos da administração, em particular no Exército. Este tributo era cobrado por agentes do sultão nos territórios ocupados, de quatro em quatro anos, recrutando os jovens mais robustos e são, com idade entre os seis e os nove anos, para serem criados e educados longe das famílias e como muçulmanos, na dependência do sultão. Aos de maior talento era dada educação de nível superior, atingindo funções de topo na administração. Contudo, a maioria era destinada a ser instruída na arte da guerra, integrando a infantaria janízara (*jeni ceri*, ou seja, novos soldados), um corpo militar de 30.000 homens. “O corpo militar de janízaros actuava juntamente com a cavalaria feudal ou *timariots*, estes com proveniência das terras que o sultão entregava aos seus súbditos, em recompensa do mérito demonstrado no serviço mas sem direito à sua transmissão por herança, que era constituída com frequência por guerreiros *Ghazis*. Estes provinham da Ásia Central, motivados pela fé islâmica ou pelo desejo de apropriação do espólio de guerra, e constituíam a ponta de lança na conquista do Império Otomano, o qual, desta forma simples, além de se financiar a si mesmo, garantia o recrutamento. Esta prática da cobrança do tributo de sangue, que duraria cerca de dois séculos e meio e que viria a terminar em 1676, originaria entretanto tentativas desesperadas para se eximirem ao mesmo, por parte daqueles que lhe estavam sujeitos, materializadas em imensas emigrações para

Norte e para a Dalmácia, além de dispersão de famílias para as zonas mais montanhosas” (Cvijic, 1918: 20) e (Costa, 2002: 27/8).

A estrutura administrativa turca favoreceu, ainda que de forma indirecta, *“a organização social sérvia, uma vez que responsabilizava colectivamente as povoações pelo pagamento de impostos. Este aspecto requeria que as mesmas estivessem devidamente estruturadas, contando com um líder local eleito (Knezes) e assembleias locais (Skupstinas) e chegando mesmo em 1793, a obter permissão para a posse de armas. A anarquia decorrente da decadência do sistema de Janízaros e a insubordinação de alguns pachás, acabou por obrigar o Sultão a recorrer a milícias locais para a manutenção da ordem e, com frequência, tomavam parte nas campanhas Otomanas contra as situações de rebelião interna” (Costa, 20000: 32)*

Regista-se como excepção que, durante a ocupação otomana, *“a conversão ao Islão só se verifica numa parte muito reduzida da Sérvia, no território do Sandzac, que se tornou maioritariamente muçulmano. Isto aconteceu devido à organização administrativo-territorial do Império Otomano: esta região ficou sob a protecção do Paxá (o governador otomano) da Bósnia, onde a islamização foi bem mais forte” (Rados, 1999: 13).*

Outro factor importante, para a compreensão do futuro da região, prende-se com o facto de em várias partes dos Balcãs, após a sua conquista pelos otomanos, se ter ido instalar uma nova classe dominante, muçulmana e de língua turca, sobretudo na Bulgária, na Trácia, na Macedónia e no Kosovo, onde importantes minorias de língua turca hoje ainda vivem. Também na Grécia e na Sérvia aconteceu o mesmo, apesar de destas duas terem acabado por ser expulsas. Acresce que *“um significativo número de eslavos do Sul foi-se convertendo à fé muçulmana, muitas vezes sob pena de morrer, durante os longos anos da ocupação turca. Esses muçulmanos encontravam-se principalmente nas províncias da Bósnia e Herzegovina (...) (Por outro lado), muitos cristãos ortodoxos sérvios, que antigamente haviam sido uma força na Dalmácia, especialmente em Dubrovnik, tornaram-se católicos romanos, tal como croatas que se tinham convertido ao Islão durante os largos séculos da ocupação otomana. Deste modo, fronteiras confessionais tenderam a dividir os Eslavos do Sul, antes do crescimento da consciência nacional. Quando essa consciência chegou, a ideia eslava do sul teve que competir com ideias pan-sérvias e pan-croatas” (Dragnich, 1993: 24/25).*

Na sociedade otomana, judeus e cristãos não passavam de mão-de-obra barata e sem direitos mas, a liberdade de culto que lhes era garantida exercia uma certa atracção, até porque na época a intolerância religiosa era a regra em quase toda a Europa. Mas, após a retracção subsequente às conquistas otomanas, onde a pressão das necessidades em recursos humanos e materiais para lutar pelo império aumentou, para resistir ao avanço austro-húngaro foi premente efectuar mudanças. Nesse sentido e para garantir o alistamento no serviço militar com maior lealdade, dos cristãos e judeus que habitavam as regiões fronteiriças do império otomano, foram estes incentivados a converterem-se ao Islão, deixando por consequência de pagar impostos.

Ainda que com menores repercussões futuras, foi durante a ocupação otomana introduzido na região o alfabeto árabe, para substituir o servo-croata mas, em meados do século dezanove, deixou de ser usado.

Como síntese parcial, é de ser referido que veio a resultar da expansão do império turco-otomano nos Balcãs, onde permaneceu mais de quatro séculos em posição dominante, em termos políticos, sócio-culturais e religiosos, a potenciação de algumas das já existentes linhas de fractura referidas (quatro conjuntos humanos bem separados por três razões, duas linguísticas e uma cultural-religiosa). Assim, a potenciação de algumas das linhas de fractura referenciadas foi conseguida com a introdução da cultura turco-muçulmana, durante quase cinco séculos, ainda que de forma assimétrica na região, já habitada por povos pertencentes a duas outras áreas civilizacionais (cristã ocidental ou católico-protestante e cristã oriental ou ortodoxo-bizantina), bem como pelas consequências das massivas deslocações de populações resultantes.

Por outro lado, os sérvios refugiados no império austríaco, sem dependência do sistema feudal austríaco e dependendo directamente de Viena, logo com alguma autonomia, foram localizados nas fronteiras militares em comunidades próprias, as Zadrugas. Nestas, sob comando de chefes por si eleitos, detinham responsabilidades de defesa contra os otomanos, tendo-se mais tarde estendido para os territórios a estes conquistados e que mais tarde seriam território da Croácia, um factor de futura perturbação nesta.

Na Bósnia verificou-se uma enorme instabilidade religiosa, devida à rarefacção do clero católico já ali existente antes da conquista otomana em 1460, pelo que se poderá aí situar uma das razões para a extensa conversão ao Islão aí verificada. Como já abordado e em regra, o Estado turco não encorajava as conversões por uma questão financeira, atendendo a que só os infiéis pagavam impostos. Contudo, numa província tão distante como a Bósnia e situada na fronteira militar com o império inimigo, é crível que a necessidade de defensores empenhados tenha vindo facilitar e mesmo encorajar as conversões, até porque não passava de uma província rural, rarefeita de líderes espirituais e onde quase só a elite provincial muçulmana e cidadina era culta.

Face ao passado histórico brevemente descrito, podemos então caracterizar genericamente os eslovenos, um ramo dos eslavos do Sul, como católicos confinados aos Alpes, pertencendo à civilização cristã romana, logo com o uso do alfabeto latino, com fortes influências austríacas; os servo-croatas católicos, posteriormente identificados por croatas, com uma civilização idêntica aos eslovenos, ainda que influenciados pelos húngaros, situando-se na região dos Alpes ao Drina; os servo-croatas de influência bizantina, depois ditos sérvios, situados entre-os-rios Drina e Timok, denotando pertencerem à civilização cristã ortodoxa, logo usando o alfabeto cirílico; e, a Este deste ultimo rio, com características civilizacionais idênticas às dos sérvios, os búlgaro-macedónios ortodoxos, antes só conhecidos por búlgaros.

Como referido e de acordo com uma síntese de François Martins (1996c), desde o século VI d.C. três ramos distintos de eslavos (sérvios, croatas e eslovenos) distribuíram-se pela Península dos Balcãs, interagindo com populações autóctones diversas, acentuando as suas diferenças e criando particularismos no interior de cada ramo, em especial nos croatas e sérvios, devido à maior diversidade de contactos como outros povos. Os acasos da história vieram reforçar essas diferenças, conduzindo à fixação de croatas e eslovenos numa área sob influência cultural romana, incluindo-se assim na cultura cristã ocidental, enquanto os sérvios se fixaram na área sob influência bizantina, logo na área civilizacional cristã ortodoxa. Por sua vez, entre croatas e eslovenos, a ligação dos

primeiros aos húngaros e dos segundos aos austríacos, introduziu outras diferenciações. Quanto à ocupação turca, ela afectou diferentemente os três povos. Os sérvios, porque permaneceram submetidos mais de quatro séculos, e os croatas, porque instalados na fronteira com o império turco, alternaram períodos de submissão com outros de luta, tendo conseguido eximir-se à mesma na maior parte do tempo. Os eslovenos nunca foram objecto de ocupação pelos otomanos. Pese embora a relativa tolerância dos muçulmanos no que concerne às práticas sócio-culturais dos povos submetidos ao seu domínio, a sensibilidade anti-muçulmana por parte dos sérvios, face à longa ocupação, humilhações e repressões que sofreram, mantém-se até aos nossos dias. Por outro lado, a prolongada ocupação otomana, apesar de usualmente não incentivar tal, deu azo a conversões ao islamismo de parte dos sérvios, tidos pelos restantes e a partir de então como tendo cometido apostasia e, sobretudo, traições face ao invasor. Na fronteira da expansão, devido à necessidade sentida de maior enquadramento muçulmano com a consequente maior lealdade ao império, obrigou ao encorajamento das conversões ao Islão das populações autóctones, Por isso o povo albanês tornou-se na sua maioria muçulmano, restando uma minoria católica ao Norte e outra ortodoxa a Sul. Na Bósnia-Herzegovina, bem como no vizinho Sandzac, também as conversões foram em grande número. Estes conversos constituem hoje maiorias relativas nas regiões referidas. Igualmente resultou na fixação de inúmeros colonos turcos, em especial no território da actual Macedónia. Por último mas não menos importante, há que ser considerada a resultante de constantes alterações de fronteiras e de soberanias políticas, com as consequentes movimentações forçadas de populações. Mais de metade das populações servo-croatas foram vítimas de tal. Os croatas fugiram da proximidade da nova fronteira turca, indo refugiar-se mais para Norte e, particularmente o povo sérvio, sempre indomável, fugiu ao domínio turco bem como às represálias derivadas de frequentes sublevações, nos séculos XVII e XVIII, tendo parte dele ido fixar-se nas regiões fronteiriças do império dos Habsburgos (na Krajina⁵⁹ e na Eslavónia) terras tradicionalmente de croatas mas que haviam sido abandonadas pelos seus habitantes, bem como na Voivodina, região húngara. Ainda no que se relaciona com as consequências para os sérvios, “estes fugiram das perseguições de turcos e albaneses muçulmanos, fugiram das destruições deliberadamente realizadas pelo exército turco nas regiões de fronteira, fugiram das regiões inóspitas de montanha procurando as planícies mais férteis” (Garde, 2000: 33). Estas migrações no sentido Sul-Norte desertificaram regiões como o Kosovo, o seu núcleo geohistórico e berço do antigo reino sérvio, vindo nele a disseminar-se a pouco e pouco a população albanesa. Entre muitas outras, “a grande migração de 1689, subsequente a mais uma revolta sérvia que aproveitara a invasão para Sul e até ao Kosovo e Macedónia de tropas austríacas, foi de uma dimensão enorme, visto ter abrangido cerca de 35 a 40.000 famílias sérvias do Kosovo, juntamente com o seu Patriarca de Pec, além das que dispersaram pelas montanhas” (Civijic, 918: 20).

Mais tarde e em consequência da retirada das forças austríacas para Norte do Danúbio, as sangrentas retaliações otomanas, subseqüentes às revoltas, abateu-se sobre os sérvios, levando-os a tomarem a decisão de fugir. Essa decisão conduziu a uma drástica redução de sérvios no Kosovo, com a alteração percentual relativa, deixando de ser maioritários na região. Igualmente desertificaram

⁵⁹ - Em servo-croata, Krajina significa fronteira militar.

o Sul da Sérvia e a Herzegovina, preenchendo por sua vez a Bósnia, sobretudo a Oeste, e a Dalmácia, bem como o Norte da Voivodina. “O governo austríaco acolhia (na Voivodina que conquistara aos turcos no séc. XVII e que se encontrava vazia de população) os refugiados sérvios, em fuga do império otomano. Em 1690 e 1694, em virtude de um acordo assinado com o imperador Leopoldo I, 200.000 sérvios com o Patriarca Arsénio III emigraram para a Voivodina” (Garde, 2000: 34). Na Bósnia, a população sérvia já estava há muito presente no Sul e no Leste, devido às suas imigrações quase tão numerosas como as emigradas populações de croatas ou muçulmanos que ali haviam residido. Essa presença é particularmente compacta nas regiões do Noroeste, perto da fronteira austríaca, que fora devastada pela guerra.

Nos mais de catorze séculos que habitam nos Balcãs, os povos eslavos aproximaram-se a espaços mas, sobretudo, acentuaram as suas clivagens socioculturais em particular nas regiões fronteiriças como a Krajina e a Eslavónia e, num sentido mais geral, na Bósnia-Herzegovina.

Tendo em atenção a geografia que sempre condiciona as escolhas e a história que relata as consequências das mesmas, o sentimento sérvio em relação aos muçulmanos é ainda hoje profundamente negativo, bem como o destes em relação aos primeiros. Este sentimento mútuo é bem visível, quer na inscrição existente no monumento comemorativo da batalha do Kosovo-Polje (fig. 30), recentemente construído pelas autoridades sérvias (1953), quer porque o mesmo já foi objecto de diversas tentativas de destruição pelos kosovares/albaneses. Por sua vez, estes actualmente procedem à construção de outro monumento perto daquele, este comemorativo da vitória e de homenagem sobre o túmulo do sultão Murat I, vencedor da batalha de Kosovo-Polje.

De forma diametralmente oposta ao sentir dos eslavos que circularam na esfera austro-húngara, os quais se revêem com orgulho nesse antigo mundo, os eslavos que sofreram o domínio otomano consideram insultuoso se, na sua presença, referirmos semelhanças, para nós evidentes, existentes entre os povos do velho império otomano, como sejam os povos sérvio, búlgaro, grego e mesmo turco.

Para se procurar compreender as linhas de fractura social existentes no espaço em apreço, derivadas do uso de diferentes dialectos, agrupados geograficamente, e pela potenciação dessas mesmas linhas devido aos choques resultantes da interacção das diversas culturas referidas, não deve ser esquecido ainda como elas terão sido originadas e aprofundadas pela geografia. Esta, qual ditadora sempre presente e silenciosa, conduziu os diversos actores nela presentes a fazerem escolhas, como caracterizado anteriormente, e cujo somatório de interacções justifica que jamais tenha existido na terra dos eslavos do Sul uma só nação, como nas restantes regiões da Europa foi acontecendo.

Como refere Agostinho (Costa, 2.000), para a compreensão dos fenómenos políticos regionais, há que ter presente que as clivagens culturais intra-balcânicas e entre os povos desta Península e o Ocidente são mais vastos do que possamos imaginar. O quadro mental e a lógica de um qualquer ocidental são inaplicáveis de forma directa nos Balcãs, devido à diferente escala de valores e referências culturais serem aqui quase completamente diversas. Na base desse facto situa-se a localização dos Balcãs numa encruzilhada de civilizações, religiões, línguas e culturas, sendo esse um factor determinante para a desejada compreensão.

Com facilidade se identificam traços característicos nas idiossincrasias balcânicas, como resultado do domínio local que diversos Impérios exerceram, uma herança de contradições dificilmente sanáveis, de ressentimentos profundos pelo mal sofrido ou pela incompreensão e, ainda, crises de afirmação. Localmente, a identidade étnica é um valor supremo e a importância da divergência religiosa não pode ser descurada para a compreensão de católicos, ortodoxos e muçulmanos. No quadro mental regional imperam as relações de prevalência, os jogos são de soma nula, o ganho de um lado significa unicamente o prejuízo do outro, logo o compromisso é tido como sintoma de fraqueza.

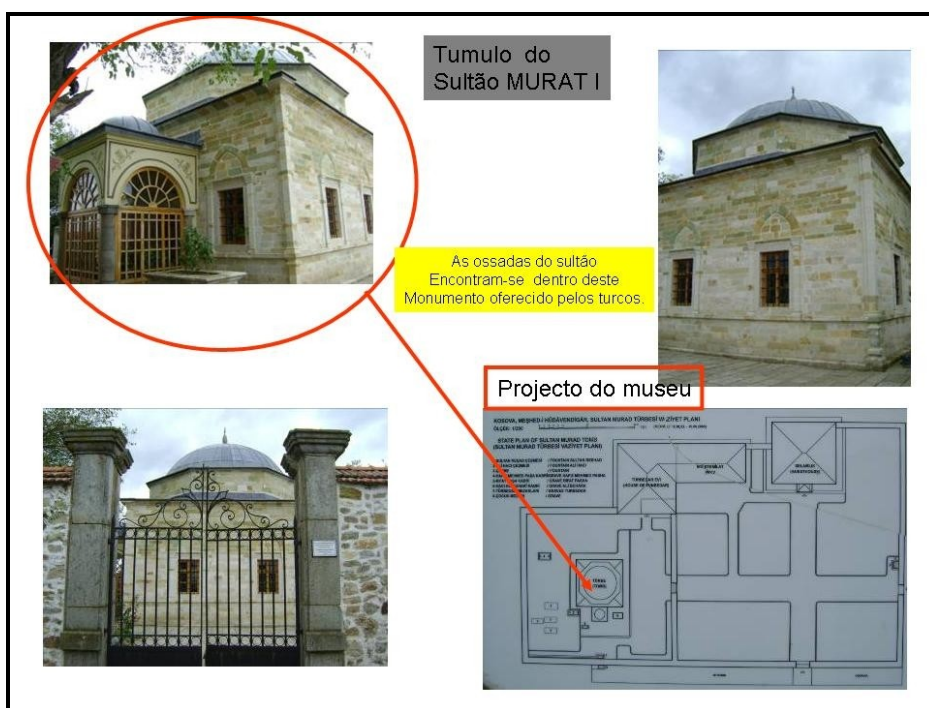


Figura 33 – Monumento funerário de homenagem ao sultão Murat I, vencedor da Batalha de Kosovo-Polje, em 1389, erigido no local onde esta foi travada e aquele assassinado (fotocomposição do 1º BIPáras - 2008)

Naquele que a partir de 1918 viria a ser o Estado jugoslavo, ainda que por necessidade prática, seriam bem documentadas estas diferenças, bastando observar uma simples nota do banco. Nelas eram legíveis quatro idiomas (esloveno e croata em alfabeto latino, sérvio e macedónio em alfabeto cirílico).

As quatro línguas usadas na RFSJ são o servo-croata (uma língua única no aspecto oral, apesar de usada na forma escrita em dois alfabetos), o esloveno, o macedónio e o albanês. No espaço considerado vivem dezasseis milhões de falantes do servo-croata e cerca de dois milhões que falam cada uma das outras três. Como curiosidade refere-se que o albanês é falado hoje

sobretudo no Kosovo, por cerca de 2 milhões⁶⁰, quase tantos falantes como a população da Albânia. Para além destas, são faladas no mesmo espaço geográfico outras línguas minoritárias e sem grande significado, resultantes da flutuação das fronteiras da soberania e que, sucessivamente, existiram na área ao longo da história



Figura 34 – Nota emitida pelo Banco da RFSJ – frente e verso
(numa nota, dois alfabetos, quatro idiomas)

3.3.2.5 A evolução inicial dos eslavos do Sul católicos

Quanto aos eslovenos, de início formaram uma comunidade independente, num território um pouco mais extenso do que o actual, governada pelos seus próprios duques e foram evangelizados por missionários católicos de Aquileia (Trieste). Adoptaram o alfabeto e o rito latinos e, como católicos, ficaram sob a dependência de Roma, através do bispo austríaco de Salzburgo. A partir do século X perderam a independência política, ficando sujeitos a senhores feudais austríacos e foram-se miscigenando com colonos germânicos imigrados, evoluindo até aos nossos dias sob a influência do império austríaco e depois austro-húngaro.

⁶⁰ - No espaço da ex-Jugoslávia, os falantes do albanês vivem sobretudo no Kosovo mas também na Macedónia, no Montenegro e na Sérvia p.d.

Os croatas começaram por se fixar em torno do curso médio-superior do rio Sava, onde se situa Zagreb, alastrando daí para a região da Eslavónia Oriental, entre os rios Drava, Sava e o Danúbio. Depois progrediram para a costa da Dalmácia, de onde expulsaram os ávaros, substituindo-os no controlo das cidades bizantinas aí situadas. Após a sua conversão ao catolicismo, organizaram-se em principados e, mais tarde, formaram o reino independente da Croácia, reconhecido pelo Papa.

Após o século XI este reino passou a integrar as cidades da Dalmácia, designando-se então como reino da Croácia-Dalmácia. No início do século seguinte, o exército croata foi esmagado pelos húngaros na batalha de Gvodz, onde morreu Petar, o seu último rei, passando, desde aí e até final da I GG, em 1918, a ter como suserano o rei da Hungria. Apesar de alguma autonomia, mantiveram-se nessa dependência, governados por um Ban (governador), nomeado pelo rei húngaro e muitas vezes oriundo da nobreza húngara. Por outro lado e desde início, os invasores eslavos dos Balcãs muito rapidamente abandonaram aos húngaros a planície da Panónia, no território ao Norte do Drava, e aos austríacos os vales mais setentrionais dos Alpes, no Sul da actual Áustria.

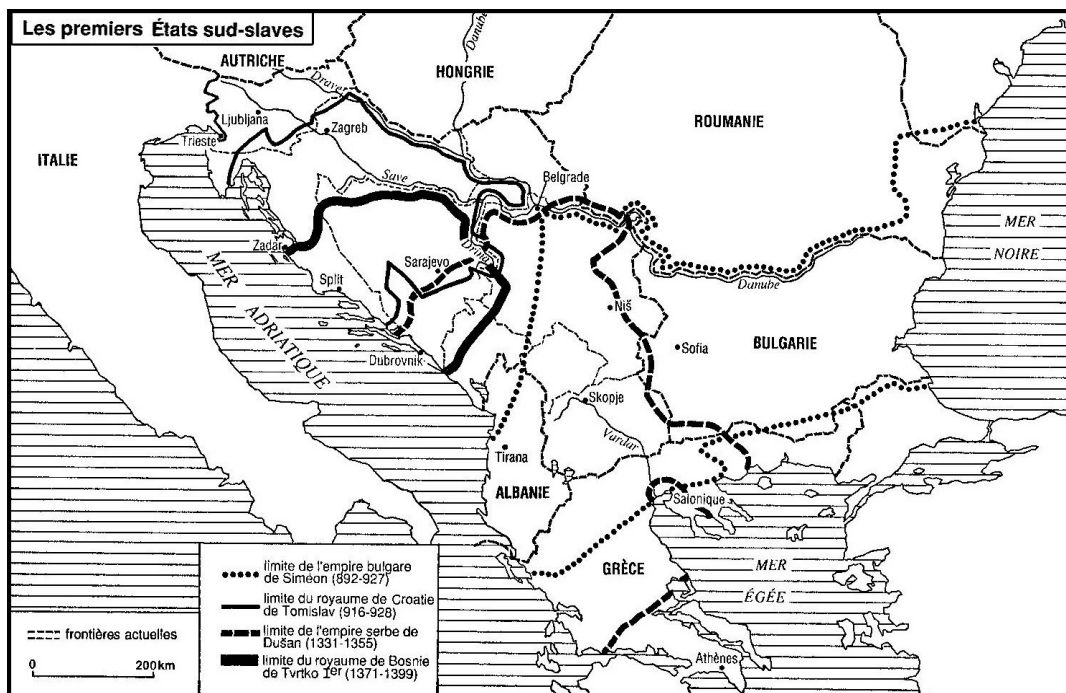


Figura 35 – Os primeiros Estados criados no território dos eslavos do Sul
(Garde, 2000: 25)

3.3.2.6 O domínio Habsburgo sobre os eslavos do Sul católicos, bem como sobre os refugiados de fé ortodoxa

Para a compreensão da actual idiossincrasia croata e eslovena, muito diferentes da dos restantes povos eslavos do Sul, há que relevar alguns pontos da sua história, no que se prende com a sua dependência, respectivamente da Hungria e da Áustria, durante cerca de oito séculos. Dentro deste Império, económico/culturalmente muito avançado para a época, com excepção do período do despotismo esclarecido do imperador José II no século XVIII, o sistema federal imperou e o estado de

direito sempre existiu. No Império em apreço, o sujeito (austríaco, croata, esloveno, húngaro, eslovaco, checo, etc.) não estava à mercê da arbitrariedade, apesar dos pesados impostos e do regime feudal existente. Neste, a nobreza detinha imensos privilégios e sendo a vida do camponês muito dura, não havia diferenças substanciais dentro de cada uma das três ordens⁶¹ sociais, independentemente da origem territorial do sujeito em apreço. Mas, para isso ser real, era fundamental o domínio individual escrito e falado do alemão ou do húngaro, para além da adopção dos costumes dos dois povos dominantes no Império. Em consequência, cada eslavo católico do império podia aspirar a qualquer cargo no mesmo. Porém, a prevalência da origem alemã ou húngara sobre as restantes origens territoriais, paulatinamente e com o passar dos séculos foi-se vincando. Apesar disso, ainda hoje quando se sublinham as semelhanças nos usos, costumes, arquitectura, entre muitas outras existentes entre os povos outrora pertencentes ao império austro-húngaro, estes sentem orgulho nesses factos. Não deixa de ser relevante nesse contexto, o facto do Império Austro-húngaro se ter formado não por conquistas como o Império Otomano e sim por aglutinações sucessivas de feudos, ducados ou reinos, de que resultou um conjunto heterogéneo de povos, línguas, costumes e religiões. Resistiu às convulsões de 1848 mas, em 1918, sucumbiu às tensões que resultaram da emergência dos nacionalismos e da exigência de alguns povos à autodeterminação.

Lembremos que em 1102 o reino da Croácia (então sob a ameaça da invasão turca) escolheu como soberano o rei Koloman da Hungria, mas o reino como entidade jurídica subsistiu com as suas instituições. Essa união pessoal húngaro-croata viria a durar oito séculos, até 1918. Deve ser contudo referido que, entretanto, a Dalmácia foi vendida pelo rei Ladislau da Hungria a Veneza, a Eslavónia foi conquistada pelos turcos e as fronteiras militares (Krajinas) passaram a ser administradas directamente por Viena.

Por outro lado, a ameaça que a assimilação representava, para os eslavos católicos do Império, foi sempre uma realidade a que se submeteram, face à lógica da aglutinação territorial acima referida e à atracção que representava ser parte do prestigiado Império austro-húngaro, bem como das benesses resultantes.

Ainda, o receio de perderem a identidade nacional ficou indelevelmente impresso no pensamento colectivo croata e, mais tarde, levou os croatas (bem como os checos, eslovacos e húngaros) a eslavizarem as palavras estrangeiras usadas, para expressarem novos conceitos que foram entretanto adquirindo.

Ainda que não partilhando da fé católica, os sérvios refugiados nos domínios Habsburgo e que haviam fugido da invasão otomana, foram colocados nas fronteiras militares do Império, em áreas que haviam sofrido ermamento devido à fuga dos croatas, até então habitantes das mesmas, quer pela política da terra queimada dos austríacos na fronteira militar, quer por esta ser objecto de habitual pilhagem pelos otomanos. Os sérvios imigrados foram depois instalados nessas fronteiras

⁶¹ - A sociedade de então estava estruturada em três ordens (clero, nobreza e povo), consoante o grupo social onde o indivíduo nascia ou onde se inseria, com os direitos e obrigações correspondentes e independentemente da maior ou menor posse de bens. Mais tarde, decorrente da revolução francesa de 1789, foi a sociedade organizada segundo o conceito então criado de classes sociais, baseado unicamente na posse de recursos materiais e não com a lógica até então vigente e atrás referida.

militares pelas autoridades do Império, não ficando sujeitos aos condicionamentos feudais austro-húngaros/croatas, mas sob as ordens dos chefes que elegiam no interior das suas próprias comunidades. Nestas fronteiras onde foram instalar-se, os sérvios cultivavam as terras que lhes haviam distribuído e estavam organizados para as defenderem. Ainda que ortodoxos, estes sérvios nunca foram discriminados, tendo atingido altos cargos militares (generais) em reconhecimento do seu valor. Sofreram uma certa opressão, no sentido da sua forçada integração, menor contudo do que a sofrida por todos os outros a ela sujeitos dentro do império. Do ponto de vista cultural, esta situação tida como privilegiada, influenciou também na oposição entre católicos e ortodoxos, a qual continuou também por isso a aprofundar-se.



Figura 36 – As fronteiras dos Actores em presença em 1380
(Wikimedia)

Por outro lado, a relativa autonomia usufruída pelos sérvios em território tradicionalmente croata, justificada pela situação militar nas zonas que ocupavam dentro do Império Austro-húngaro (Krajina), com o passar do tempo viria a constituir na sua mente um referencial de vida, no futuro em rota de colisão com o sentir de uma futura Croácia independente.

Em consequência, nessa época, os croatas e os eslovenos tinham consciência de pertencerem a uma das diversas unidades territoriais que compunham o mosaico imperial Habsbourg, não atribuindo grande importância às etnias existentes, e as autoridades centrais genericamente respeitavam as respectivas instituições territoriais. Para os sérvios em fuga e acolhidos no Império austríaco, a possibilidade de continuarem a professar a religião ortodoxa e estarem enquadrados pelo próprio clero era-lhes garantido, o que apesar de constituir uma barreira

entre eles e os povos dominantes do império, protegia-os da assimilação. Em 1639 e como público reconhecimento do apreço pelo trabalho desenvolvido, o imperador Ferdinando II viria a codificar os privilégios atribuídos durante mais de um século a estes sérvios, camponeses e soldados. Garantiu-lhes definitivamente a sua independência face à autoridade croata e húngara, apesar dos protestos destes últimos, e colocou-os na dependência directa do Imperador, através de um coronel-general. Constituía uma sociedade militarizada, organizada em colectividades (Zadrugas), com a propriedade da terra e que rapidamente pegava em armas para a defesa da fronteiras militar (Krajina) do Império, com custos reduzidos. Este eficaz sistema de defesa viria a ser abolido em 1881, quando a Áustria pôde dele prescindir porque, desde 1878, ocupava a Bósnia e não havia mais necessidade de defesa da anterior fronteira, integrando na Croácia a até então considerada fronteira militar.

Entretanto, pelo Tratado de Karlowitz de 1699, subsequente à reconquista pelo império austro-húngaro da Eslavónia e da Hungria, a fronteira com os turcos foi estabelecida mais a Sul na Eslavónia Leste e, de novo, refugiados sérvios são colocados na nova Krajina. Constituem as duas Krajinas o berço dos sérvios da Croácia, formando como que um V invertido onde, durante três séculos, lutaram na defesa do Império contra os otomanos, constituindo uma sociedade diferente da croata na qual contudo se insere. A sociedade croata era então caracterizada como de base feudal, muito hierarquizada, com um enorme conjunto de obrigações complexas e actividades económicas diversificadas, com uma classe média a despontar e, ainda, de intelectuais. Quanto à sociedade sérvia na Croácia de então, os seus traços mais distintivos eram a pouca cultura, ser igualitária e indiferenciada, sem conhecer outra actividade para além da actividade militar, agrícola e sem outras elites, para além da militar e da clerical. Com semelhantes características não admira, portanto, a oposição permanente que estas duas sociedades sempre ostentaram pois, apesar de com o passar dos séculos não se terem mantido confinadas a áreas específicas e se terem misturado, nunca contudo se deixarem confundir. *“Os croatas constituem então uma sociedade civil adaptada à vida económica e, os sérvios, originalmente constituintes de uma sociedade militar, permanecem apesar de tudo servidores do estado, então austríaco e depois jugoslavo. Estas tendências sociológicas perdurariam longamente após o fim das fronteiras militares. Hoje ainda (1992) os sérvios da Croácia são bons combatentes e gostam de exercer profissões em uniforme. Eles estavam na Croácia fortemente sobre representados na polícia e nos órgãos do Partido Comunista”* (Garde, 2000: 180).

Uma relativa secundarização dos sérvios da Krajina, bem como de outros sujeitos ao poder dos Habsburgos era natural, no tempo em apreço e num estado fortemente centralizado como foi o austro-húngaro. Contudo, não se comparava ao baixo valor social em que eram tidos os cristãos no império otomano, que embora os privasse dos seus direitos sociais, indirectamente conduziu-os à situação de continuarem a formar comunidades étnicas homogéneas e de base confessional. Estas não possuíam base territorial definida e os seus membros só por excepção podiam aceder a qualquer cargo no império otomano, pois viviam somente no quadro da sua comunidade nacional e religiosa. Situa-se o exposto na origem daquilo que podemos ainda hoje constatar, a existência de “um mundo danubiano e de um mundo balcânico, cada um bastante homogéneo por mil traços da vida quotidiana, ainda que heterogéneos linguística e politicamente. Estes dois universos perpetuam por assim dizer a lembrança dos dois velhos impérios: austro-húngaro e otomano” (Garde, 2000: 35).

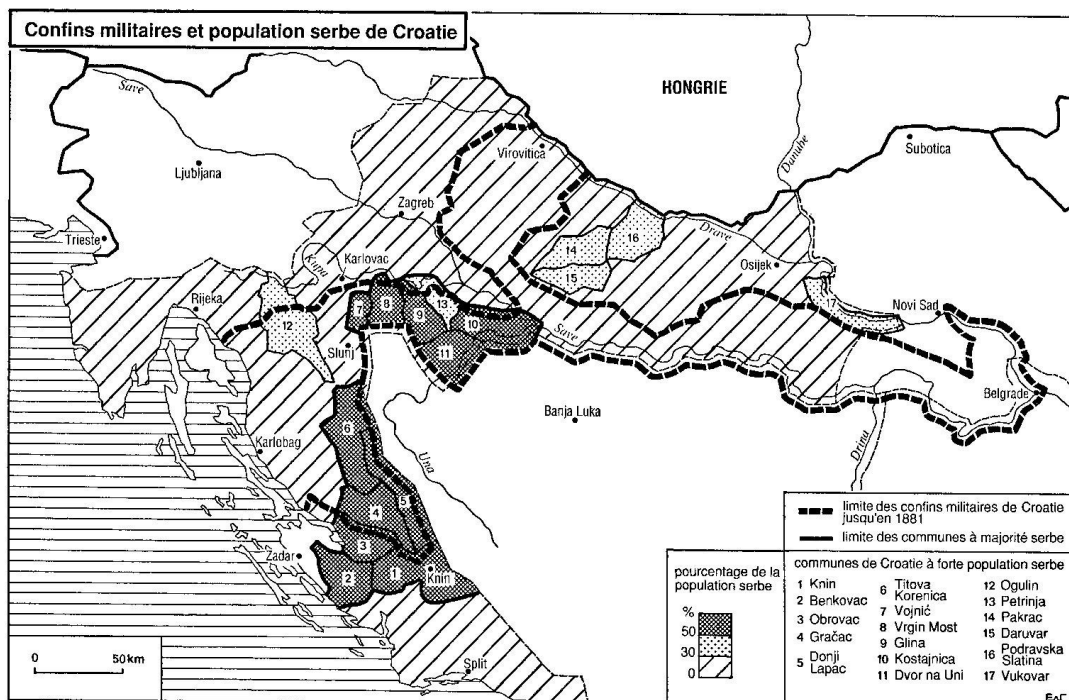


Figura 37 – A fronteira dos Impérios Austro-húngaro e Otomano até 1881 (Garde, 2000: 179)

Acresce que “a história dos povos eslavos nos Balcãs entre os séculos VII e XI foi muito confusa, e o seu entendimento tem de ser feito no contexto dos dois grandes poderes europeus da época. O mais antigo poder europeu nos Balcãs foi o Império Bizantino, que controlava um território que se estendia à Dalmácia, localizada na costa adriática. Por outro lado, Carlos Magno conseguiu dominar as terras do Ocidente e do Norte dos Balcãs, a actual Croácia e Bósnia. Esta foi a razão porque o sistema político-económico dos croatas e de uma parte das populações bósnias adoptou o sistema feudal da Europa Ocidental, enquanto o grande Zupan sérvio (o chefe da Zupa – esta o território da tribo) controlava muitas terras no oriente, continuando ligado ao sistema do Império Oriental. Estas divisões históricas, políticas, religiosas e culturais estão na origem da divisão entre os dois grandes povos que formaram a Jugoslávia: os sérvios são ortodoxos e os croatas são católicos – ambos absorveram todas as heranças que a divisão do Império Romano lhes deixou. A presença do Império otomano nos Balcãs, durante cinco séculos, além do legado que deixou, tornou estas divisões ainda mais complexas” (Rados, 1999: 12/13).

3.3.2.7 A Idade Contemporânea nos Balcãs (séculos XIX e XX)

A progressiva diferenciação social é um factor importante a ter em conta, para a compreensão dos fenómenos políticos na região. *"A sociedade sérvia era camponesa e patriarcal (mas sem uma super estrutura burocrática) e relativamente homogénea. Na sociedade croata, a estratificação das classes era muito pronunciada e permitia muito pouca mobilidade social. (Nesta), a voz dominante era a dos comerciantes citadinos que se tinham acomodado ou com Viena ou Budapeste. Estes promoviam o estudo da língua húngara, tornando-a uma disciplina obrigatória nas escolas croatas. A sociedade eslovena, mais industrializada que as outras duas, tinha também uma estrutura de classes diferenciada – na qual o clericalismo (católico romano) e a germanização haviam aberto grandes espaços. A língua alemã era a dominante para além da escola primária e cidadãos abastados eram frequentemente estrangeiros"* (Dragnich, 1993: 24/25). Continua o autor enfatizando o esforço deliberado que o sistema educacional da monarquia dual exercia no âmbito croata e no esloveno, moldando as suas atitudes políticas, e fazendo ressaltar a diferenciação de ambos em relação aos sérvios, o que traria impactos no futuro panorama político. Assim, podemos desde já identificar como de natureza geopolítica as clivagens culturais existentes entre croatas e sérvios, porque resultantes da história e da geografia.

Os Impérios Habsburgo e Otomano estenderam os seus domínios pelos Balcãs e, nos povos que neles habitavam, deixaram marcas indeléveis que os diferenciaram ainda mais entre si, como anteriormente já caracterizado. Naturalmente aconteceu que esse domínio viria a ser objecto da contestação dos eslavos do Sul, pois a sujeição a qualquer outro, só temporariamente poderá ser tolerada e enquanto tida como mutuamente vantajosa, tendo a contestação vindo a culminar na chamada época romântica, com o apoio que esse movimento promoveu ao nacionalismo.

Entretanto surgira na Europa um amplo movimento intelectual designado por iluminismo, de carácter cultural em sentido lato, que se estendera por todo o século XVIII, o qual seria cunhado como o século das luzes, pela exigência então imposta, pelos seus seguidores, de clarificação de todos os aspectos e dimensões da vida humana. Esse movimento de ideias surgiu e desenvolveu-se na época das revoluções liberais-burguesas, desde a inglesa à revolução francesa de 1789. De certa forma, as ideias defendidas vieram coadjuvar no processo contra o *ancien régime*, exprimindo uma ideologia crítica da ascendente classe média-burguesa e a defesa intransigente da concepção liberal e tolerante em todas as ordens sociais. O iluminismo surgiu a partir da filosofia inglesa e já na agonia do regime absolutista em França, foi subsequente à publicação da Enciclopedia de Diderot e D’Alambert e valorizou as noções de natureza, de sociedade, de espírito crítico e de progresso. Assim, para os iluministas a idade-média não podia deixar de representar a idade das trevas.

No contínuo ciclo evolutivo das ideias, surgiu na Alemanha e já nos finais do século XVIII, tendo-se desenvolvido e sobreposto até meados do século seguinte, uma corrente de pensamento, designada romantismo, como reacção ao culto da razão, perfilhado pelos iluministas. Os adeptos do romantismo advogaram a prevalência do sentimento sobre a razão, bem como da imaginação sobre o espírito crítico, exaltando o nacionalismo. Reconhece-se que já para alguns dos iluministas como Rousseau, a importância dos sentimentos era real e criticaram mesmo a insistência exclusiva na

razão. Muitos desses românticos viam-se como herdeiros de Kant, o qual abriu caminho ao romantismo.

O romantismo, como movimento de contestação, desenvolveu-se progressivamente e durante mais de um século e, com a exaltação do nacionalismo, veio a conduzir à destruição dos dois impérios em apreço, no final da I GG, em 1918. Porém, o fim dos dois impérios foi balizado por factos de natureza bem diferente. Enquanto o império Habsburgo, até ser desfeito, foi crescendo em tamanho, incorporando parcelas disponíveis para tal, e desfez-se num só momento, o Império Otomano já desde o início da sua expansão (século XIV) e sem interrupção até ao seu fim sofreu fortes contestações e, depois do seu apogeu (século XVI), sofreu fortes e sucessivas amputações.

Lembremos que em 1797 a República de Veneza fora abolida do concerto das Nações, por Napoleão, e cedido o seu território à Áustria e que aquela, a partir de 1409, incluía a Dalmácia que adquirira a Ladislau da Hungria. Assim, o Império Habsburgo que incorporara a Dalmácia, depois de um intervalo no exercício da sua soberania sobre esta, entre 1809 e 1815, retomou esse território, mais a Ístria e a Eslovénia, as quais, juntamente com Dubrovnik haviam formado a Província napoleónica da Ilíria⁶². Entretanto, "com a expansão francesa, o liberalismo de Napoleão abriu mentes, nos Balcãs, a ideias de liberdade (...) A presença francesa na região teve o seu fim em 1813, mas o despertar nacionalista que tinha fomentado, continuou mais vivo" (Dragnich, 1993: 18).

Progressivamente, os povos eslavos foram tomando consciência das suas individualidades bem como dos interesses próprios, desenvolvendo as suas línguas e cultura, tendo depois iniciado pacificamente, pela via negocial e político-parlamentar, a reivindicação dos seus direitos. O facto de a Eslovénia e a Dalmácia terem sido anexadas, entre 1809 e 1814, pela França de Napoleão, com o expresse reconhecimento e encorajamento do uso das línguas locais, contribuiu enormemente para o desenvolvimento destas e para a tomada da consciência referida. Mais tarde, em 1842, o governador austríaco interditiou o uso do termo Ilíria, o que motivou a sua substituição por Jugoslávia. Esses movimentos viriam a desembocar no desenvolvimento de um movimento unificador jugoslavo, impulsionado pelos valores do nacionalismo que o romantismo então relevava também no seio dos eslavos do Sul. Muito importante, nesse contexto, foi o acordado sob influência de Ljudevit Gaj entre os croatas, de renunciarem ao uso como língua escrita dos seus diversos dialectos, adoptando o mesmo dialecto central que havia sido escolhido para os sérvios, por Vuk Karadzic. Este acordo viria a ser formalmente assinado em Viena, em 1850, consagrando que jamais se deviam distinguir as duas línguas, sérvia e croata, a não ser pelo uso de dois alfabetos, o cirílico e o latino respectivamente.

Com a modernização do estado austríaco, a centralização foi sendo incrementada, o que despertou a consciência também dos eslavos do Sul para as limitações devidas à sua dependência política. Lutaram então politicamente, como já referido, contra a germanização dos eslovenos e contra a submersão magiar que ameaçava quer as instituições do reino croata, quer o próprio povo. A comunidade sérvia das Krajinas, bem como a de Novi Sad na Voivodina, esta mais rica e

⁶² - A Província da Ilíria, formada pela Dalmácia (antes pertença da República de Veneza), pela Ístria, pela Eslovénia e por Dubrovnik (até então independente), foi criada e incorporada na França por Napoleão em 1809, após a sua vitória em Wagram, retomando desta forma e até 1815 a Dalmácia, sua anterior dádiva aos Habsburgos.

desenvolvida que os seus compatriotas da Sérvia, na dependência igualmente dos Habsburgo, uniram-se à volta do movimento nacionalista ilírio, depois englobando o conceito de Jugoslávia, na procura do caminho para os seus novos interesses, para os quais haviam despertado.

Entre outras, *"no interior do Império Austro-Húngaro levantaram-se vozes (croatas, eslovenas, sérvias, austríacas, húngaras) sobre como se devia organizar a Monarquia Dual dum modo mais representativo. Alguns viam a solução num triunvirato – componentes alemã, húngara e eslava. Outros pensaram em termos de federalismo e centralismo"* (Dragnich, 1993: 28).

Em 1848, os revolucionários magiares procuravam criar um estado húngaro, independente da Áustria, não reconhecendo contudo qualquer autonomia às nações suas dependentes, como era a Croácia. Esta perspectiva que resumiria ainda mais a autonomia de que os croatas usufruíam no seio da Áustria, motivou-os a aliarem-se a esta, bem como à Rússia, e a baterem-se no campo de batalha contra a revolução magiar, derrotada completamente em 1849. Contrariamente ao esperado, o imperador Francisco José em nada beneficiou a Croácia pela sua leal tomada de posição e, ao contrário, suprimiu as instituições croatas e submeteu estes, de forma idêntica à exercida sobre os restantes povos subordinados da monarquia, a uma dura política de germanização, apesar de ter vindo, em 1860, a restabelecer o uso oficial da língua e das instituições croatas.

A situação descrita despertou ainda mais pensadores croatas, os quais passaram a valorizar crescentemente a ideia de que a solução para o problema da sua governação se encontrava no exterior da Áustria-Hungria, significando tal um maior papel para a Sérvia e talvez um Estado eslavo do Sul. *"A Sérvia, por seu turno, estava consciente que a sua recém-adquirida independência era frágil e alguns dos seus líderes acreditavam que deviam assegurar a sobrevivência nacional, por meio duma missão de unificação dos sérvios espalhados por diversas partes dos Impérios Habsburgo e Otomano"* (Dragonich, 1993: 28). De seguida este autor continua a análise, afirmando que em 1844 Illija Garasanin, um jovem e brilhante político sérvio, escreveu um documento conhecido por Nacertanije (esboço), no qual foram traçadas as linhas estratégicas do que viria a ser a política externa sérvia para o século XIX. Sobressaía no mesmo, a ideia de que a Sérvia devia estar consciente de que ainda era pequena e que só poderia alcançar o seu futuro, se aliada com outros povos vizinhos, além de que deveriam ser tomadas medidas para a unificação da Sérvia com todos os territórios sérvios do Império Otomano (BiH, Montenegro, Kosovo e Macedónia). Em 1867, Garasanin propôs ao Bispo croata Strossmayer a unificação das tribos ou clãs jugoslavas num Estado unido e disse que pensava dever-se depositar confiança na França e Inglaterra, pois não tinha nenhuma fé nas políticas da Áustria ou da Rússia, até porque estas duas tinham interesses directos nos Balcãs. Enorme esperança foi criada à volta de Garasanin, face ao seu brilhantismo e às adesões que suscitou às suas ideias, mas a sua acção quase se esfumou quando se demitiu de PM e Ministro dos Negócios Estrangeiros, seguida no mesmo ano de 1868 do assassinio do seu admirador e suporte, o príncipe Mihailo Obrenovic. Porém, apesar das muitas dificuldades, entre os eslavos do Sul havia sonhadores que não se deixavam dissuadir, sendo na maioria intelectuais sérvios e croatas, que tocavam uma corda sensível junto à juventude idealista. Contrariamente, os camponeses na sua generalidade não se envolviam no romântico sentimento da ideia da Jugoslávia, ressaltando assim a

relativa importância das lideranças políticas, sobretudo em épocas de crise ou mudança, em que esgrimiam argumentos de melhoria da vida, dificilmente rejeitáveis pelos que nada possuíam.

Adaptando-se à difícil situação vigente em 1867, o imperador austríaco partilhou o Império a que passou a chamar de Austro-húngaro, por estes dois estados que passavam a ter só em comum a sua pessoa, adicionando o de rei deste último ao seu título, forma essa de, cedendo às aspirações magiares de autonomia, melhor dominar o todo, sufocando as aspirações dos restantes povos sob o domínio. Este novo arranjo implicou a divisão dos eslavos do Sul, passando a pertencer à Áustria a Eslovénia, a Ístria e a Dalmácia. Por sua vez, à Hungria pertenciam a Croácia e a Eslavónia, bem como a Voivodina. Através de negociações com a Hungria, à Croácia e à Eslavónia viria a ser reconhecida alguma autonomia, com órgãos de governo próprios, bem como o uso da língua e de Forças Armadas próprias.

Enquanto a Áustria tratava de forma liberal os povos dominados, a Hungria não respeitou o acordado e usou de uma política centralizadora, dando primazia aos magiares. Daqui resultaram, entre 1868 e 1914, anos de lutas intensas, sobretudo mas não só no âmbito político-parlamentar, na defesa dos direitos dos eslavos do Sul dependentes da Hungria. É importante recordar que nessa época coexistiam integrados na Hungria, com idênticos problemas e anseios, croatas e sérvios, em número sensivelmente igual.

Será útil desde já fazer a distinção comportamental, no que se relaciona com o despertar do nacionalismo, entre os eslavos do Sul submetidos aos Habsburgos e os dependentes dos Otomanos. Assim, contrariamente à Sérvia que sempre procurou libertar-se dos otomanos de forma reiterada e pelas armas, “nas regiões submetidas à Áustria, o movimento dos Eslavos do Sul escolheu vias mais pacíficas que no Império Otomano: naquelas não há luta armada, mas transformação cultural, negociações, acção política e parlamentar” (Garde, 2.000: 43/44)

Duas linhas filosóficas e de acção então se identificam no povo croata na defesa dos seus direitos. Uma, apoiada sobretudo pelos líderes nacionalistas da Dalmácia e as gerações mais jovens, defendia que a nacionalidade era fundada no uso da língua comum a sérvios, croatas e eslovenos, pensando que, com o convívio e o tempo, se iriam esbater progressivamente as outras diferenças entre os mesmos. “*Esta linha de pensamento desejava a unificação de todos os eslavos do Sul dependentes dos austro-húngaros, formando um Estado jugoslavo, que poderia ficar ligado aos Habsburgos por uma união pessoal ou mesmo independente. O seu grande paladino foi o Bispo católico de Djakovo, um acérrimo e activo patriota croata, seguido pelo Partido Nacional. Este eclesiástico, de forma coerente e no concílio do Vaticano, em 1870, veementemente defendeu a não proclamação da infalibilidade papal, como forma de não distanciar ainda mais os católicos (croatas) e os ortodoxos (sérvios). Esta linha situava-se na tradição do velho movimento de união dos ilírios, depois alargado de forma a unir os jugoslavos, já no início do século XX*” (Garde, 2.000: 48).

Um outro movimento filosófico foi criado concomitantemente, este puramente croata, dirigido por Ante Starcevic e consubstanciado no Partido do Direito, reivindicando um Estado nacional croata, o qual fosse o continuador do antigo reino da Croácia (925/1102), completamente independente de húngaros e sérvios. Assim, “de forma contrária aos líderes croatas da Dalmácia, os líderes croatas da Eslavónia (...) e círculos clericais da Igreja Católica” (Costa, 2.000: 98/99) apoiavam sobretudo o

levantamento do Estado nacional croata, devido certamente à forte influência cultural centro-europeia sofrida ao longo da história. Nesse desiderato, existiam ainda croatas que colaboravam com as autoridades magiares e defendiam a situação então vigente.

No ambiente de divisionismo descrito e debaixo da imposição político-cultural húngara, foi publicado, num jornal sérvio de Zagreb, um artigo negando a existência da nação croata, o que acirrou os ânimos e provocou confrontos de rua entre croatas e sérvios. Contudo, a coligação servo-croata, agrupando, de entre os partidos croatas, os que defendiam a união jugoslava, e ainda os partidos sérvios, detinha a maioria no Parlamento em Zagreb, situação que se manteve desde 1906 até 1918.

Entretanto, recorde-se que, nos quarenta anos que antecederam a I GG, as rivalidades dos cinco Impérios (otomano, austro-húngaro, britânico, francês e russo) frustraram ou impediram as ambições nacionalistas dos eslavos do Sul tanto quanto puderam.

O Império Britânico não controlava nenhuma área nos Balcãs. Mas, para manter as suas rotas comerciais, através do Mediterrâneo e para o extremo Oriente, tendia a manter a situação existente de boa ligação com os otomanos, os quais controlavam uma parte dos Balcãs. Opunha-se pelo mesmo motivo à Rússia, para o que procurou manter um relativo equilíbrio da influência das grandes potências nos acessos pela região.

A Rússia, argumentando com a sua preocupação com os súbditos cristãos-ortodoxos dos otomanos, procurava na realidade hegemonia regional e a posse de uma passagem para o Mediterrâneo, opondo-se aos turcos. Nesse sentido procurou apoiar umas vezes a Bulgária e outras a Sérvia, mas sempre tendo em vista não permitir o surgimento de uma grande potência regional. Ainda que tendo acontecido muito mais tarde, essa política ilustra o acontecido numa Cimeira entre o Czar russo Alexandre II e o Imperador austro-húngaro Francisco José I, onde os MNE respectivos acordaram em nunca permitir a unificação da Bósnia à Sérvia e da Herzegovina ao Montenegro. Também o interesse alemão na construção da via-férrea Berlim/Bagdad, no caminho para Sul e Leste, preocupava os russos.

Os austro-húngaros, que já dominavam uma parte dos eslavos do Sul, procuravam manter a Sérvia com o menor poder possível, para assim mais facilmente se expandirem para Sul.

Com idênticos interesses que os britânicos na região, os franceses pretendiam que quer os austro-húngaros, quer os russos não fossem predominantes na região.

Os otomanos, já em declínio, foram recuando progressivamente as fronteiras do seu Império até à Iª GG, dentro do possível procurando opor-se às pretensões exteriores, as quais se cruzavam nos seus domínios. Nesse sentido, *“entre DEZ14 e OUT15, no período que mediou a expulsão das tropas austro-húngaras e uma nova ofensiva (...) verificou-se o desenvolvimento de uma actividade subversiva junto da fronteira da Albânia, que era conduzida por grupos de irregulares treinados por Oficiais Austro-húngaros e Turcos, com o objectivo de provocar uma insurreição dos Albaneses do Kosovo e da parte ocidental da Macedónia”* (Costa, 2.000: 100)

“Ironicamente, as grandes potências acusavam os povos locais de falta de capacidade para se unirem e de falta de compreensão do que constituía e mantinha um Estado. Justificavam assim a continuação da sua presença imperial e o seu domínio. Além disso, procuravam moldar a opinião

pública mundial sobre os acontecimentos nos Balcãs. Não obstante, os povos locais continuaram a sonhar com a independência e a liberdade” (Dragnich, 1993: 15/16).

Quanto à revolta das nações cristãs (Sérvia e Grécia), submetidas ao Império Otomano, esteve desde início latente e, esporadicamente, fez-se sentir através de golpes de mão desencadeados por camponeses armados contra os opressores, mas teve a maior expressão quando estes, pela força contrária dos Habsburgos, se retraíram para Sul do Rio Danúbio. Por outro lado, a revolta eclodiu com mais intensidade onde a opressão militar e fiscal turca se concentrou, abatendo-se com mais força nas regiões de fronteira. Em 1804 foi desencadeada uma revolta geral, conduzida por um camponês, de nome Djordje Petrovic, também designado devido à sua tez morena por Karageorge (Jorge o negro). A revolta resultou na libertação de parte do Norte da Sérvia, apesar de não haver então qualquer plano para derrubar a autoridade do Sultão.

As causas para o levantamento sérvio deveram-se à deterioração do sistema otomano e directamente “ao esvaziamento de tropas nos Balcãs, que o Sultão mandara retirar em consequência da invasão do Egipto por Napoleão, em 1798. Em consequência, o poder caiu na mão de um conjunto de Janizaros corruptos e sanguinários, que à revelia do Sultão encetaram uma campanha de terror, após terem eliminado o Pachá Hadji Mustafa que até então mantivera uma boa relação com os súbditos. O assassinato de setenta líderes locais e clérigos Sérvios, para impedir o Sultão de poder levantar as milícias locais contra eles, causou uma insurreição geral espontânea na qual uma força de 30 000 populares obrigaria as tropas janissaras a refugiarem-se nas fortificações de Belgrado.” (Costa, 2000: 34). Essa revolta durou até 1815 e foi evoluindo nos seus desígnios, desde uma simples reacção aos abusos dos Janissaros, até chegar ao da independência.

Em 1806 a França aliou-se à Turquia e a Rússia atacou este país, ajudando os sérvios a conquistar Belgrado, em 1807. Por pressão russa, os sérvios recusaram então a oferta de autonomia oferecida pelo Sultão, visando a independência e acreditando na perenidade da sua aliança. Porém, em 1807 o Czar Alexandre fez a paz com a Turquia, deixando os sérvios entregues a um cruel destino, tendo em consequência perdido Belgrado para os turcos, em 1808, e muitos tendo de se exilar, outros de recorrer à guerrilha. Depois, os russos ajudaram os sérvios, reiniciando as hostilidades com os turcos, apesar de com fraco empenho na luta, com receio de conflito com os franceses, o que aliás viria a acontecer com a invasão napoleónica da Rússia, em 1812.

Os otomanos com um poderoso exército esmagaram esta nova tentativa em 1813, resultando que cerca de 100.000 sérvios procurassem refúgio no Império Habsburgo. Logo em 1815, outra tentativa de rebelião se lhe seguiu, desta feita sob a direcção de um nobre sérvio, Milos Obrenovic. Este, mais tarde negociaria com o inimigo, como forma de ser reconhecido como príncipe hereditário da Sérvia, o que viria a conseguir em 1817, ano em que promoveu o assassinato de Karageorges. Depois, em 1830, viria a conseguir o reconhecimento da autonomia interna do principado sérvio, reduzido contudo às regiões Norte do país.

Os dois patriotas sérvios referidos seriam a origem das duas dinastias que ocupariam alternadamente o trono da Sérvia.

A situação internacional na Europa tornou-se então favorável para a Sérvia, com a derrota de Napoleão na Rússia, e com receio de que os russos pudessem de novo vir em auxílio dos sérvios, o Sultão deu o seu aval à autonomia sérvia, satisfazendo a generalidade das reivindicações desta.

Após a guerra russo-turca de 1829/30, um novo tratado viria a determinar a saída das tropas turcas da Sérvia, à excepção de uma presença simbólica, assumindo os sérvios a administração interna e o sistema judicial no seu território. Do mesmo acordo resultou também que os sérvios passaram a pagar anualmente um único tributo ao Sultão, em substituição dos anteriores impostos, além de que Milos Obrenovic adquiriu o estatuto de príncipe-herdeiro.

Em 1833, a Sérvia viria a expandir-se para Sul, anexando seis distritos e aumentando cerca de metade, quer a população, quer o território.

Após 1850, as duas grandes potências cristãs vizinhas dos Balcãs, a Rússia e a Áustria, apoiaram a libertação dos eslavos do Sul do jugo otomano, procurando assim estender para Sul a sua influência. A Rússia exerceu o seu esforço mais na direcção dos interesses búlgaros, ainda que sob a capa do pan-eslavismo mas procurando a hegemonia regional. Esse objectivo contrariava os interesses austríacos e, estes, visando a anexação da Bósnia, não declaradamente apoiaram os interesses da Sérvia de Obrenovic, cujo regime lhes era favorável. A este xadrez geopolítico acorreram os ingleses, procurando, com o apoio aos turcos, contrabalançar a aproximação dos russos aos Balcãs e, sobretudo, barrar-lhes a aproximação e passagem pelo estreito dos Dardanelos e o consequente acesso ao Mar Mediterrâneo.

Em 1867 as guarnições militares turcas, sedeadas na Sérvia, abandonaram esta como base permanente, possibilitando assim maior liberdade de acção aos sérvios.

Há também que ser tida em conta que, apesar da diferença entre os objectivos estratégicos que há muito se confrontavam na região, "líderes estrangeiros, tanto Habsburgos como otomanos, (foram actuando de forma independente mas com a finalidade convergente, pois já há muito) tinham semeado sementes de desconfiança entre os eslavos do Sul, dirigidas principalmente contra a Sérvia independente, que se perfilava como uma ameaça aos seus impérios" (Dragnich, 1993: 24).

Entre 1875 e 1878 na Bósnia e na Bulgária foram desencadeadas revoltas, com enorme amplitude, originando sangrentos massacres perpetrados nesta pelos otomanos. Durante essa crise, depois que a Sérvia se viu derrotada pela Turquia, a Rússia agindo como o anjo da guarda ortodoxo da Sérvia, mas querendo principalmente reforçar o seu prestígio nos Balcãs, em nome do pan-eslavismo atacou a Turquia em 1877.

Apesar de se ter aliado, nesta guerra contra a Turquia, com a Sérvia e o Montenegro, decorrente do Tratado de Paz de S. Stefano, em 1878, assistiu-se à traição russa aos seus aliados sérvios, criando à custa desta uma Bulgária maior.

Outra consequência foi a Rússia obrigar a Turquia a reconhecer pelo mesmo Tratado uma Grande Bulgária, com dimensões duplas das anteriores, englobando a Trácia e a Macedónia, bem como obrigou ao reconhecimento da independência do Montenegro, da Sérvia e da Roménia. A Inglaterra desagrada com a aproximação russa ao Mar Egeu, através da Bulgária, pressionou outras potências na defesa dos seus interesses estratégicos na região.



Figura 38 – As fronteiras da Bulgária em 1878, consequência do Tratado russo-otomano de S. Stefano (<http://en.wikipedia.org/wiki/Bulgaria>)

Com a arbitragem de Bismark e das outras potências participantes no Congresso de Berlim de 1878, resultou a redução do "grandismo" búlgaro, recém-criado pelo Tratado de Paz de S.Stefano, tendo como compensação a Bessarábia voltado à dependência da Rússia, que a perdera em 1856. Nos mesmos termos, a Sérvia cresceu para Sudeste, anexando inclusive a cidade de Nish, enquanto o Montenegro manteve a independência e se alargou. Ainda, nos termos do Congresso, a Bósnia foi ocupada militarmente pela Áustria, indignando a Sérvia, cujos nacionais eram então ali relativamente maioritários, realidade que lhe havia alimentado esperanças de a incorporarem no seu território.

Entretanto, em 1885 a Bulgária viria a anexar a Rumélia oriental, então formalmente pertença da Turquia. Em consequência, a Áustria pressionou o rei sérvio Milan Obrenovic e este desencadeou a guerra, que aliás perderia, contra a Bulgária.

Porque relevante, sublinha-se que da forma descrita surgiu a Bulgária, como mais um Estado de eslavos do Sul independente e, face à sua história recente de perda territorial, com ressentimentos geradores de apetites expansionistas, em situação de colisão com os dos sérvios, ainda que estes visassem principalmente a Bósnia, enquanto aqueles a Macedónia.

Na procura dos seus interesses, a Áustria-Hungria ganhou o controlo de vastas áreas abandonadas pelo então débil Império Otomano.

Vivia-se nesse tempo uma situação de conflito de interesses das grandes potências, com reflexos potencialmente perigosos para a paz entre as nações, a que acresciam os reflexos das decisões, tidas como injustas, recentemente tomadas na Conferência de S. Stefano, de que resultaram pressões de diversa origem e natureza. Com o objectivo expresso de evitar um conflito

mundial, o chanceler alemão Von Bismark juntou as cinco potências europeias (Rússia, Áustria, Grã-Bretanha, França e Alemanha), mais a Turquia e os países balcânicos no convocado Congresso de Berlim de 1878, como acima já abordado. Deste resultou que a Sérvia e o Montenegro cresceram muito em termos territoriais, esbatendo assim as injustiças do acordado em S. Stefano. Porém, a Sérvia perdeu muito mais, ao ver as grandes potências darem o seu acordo para a ocupação e administração da BiH pelo Império Austro-Húngaro, até então província do Império Otomano. Desta forma, em 1878, a Áustria estenderia ainda mais os seus domínios por ocupação da Bósnia.

Apesar de se tratar só da ocupação e não da anexação, o que ainda permitiu aos sérvios ter uma certa esperança para o futuro, estes não foram informados de que as grandes potências haviam acordado secretamente que, no futuro e com o prévio consentimento russo, a anexação seria consumada, como se veio a verificar em 1908. Resultou que cerca de metade da futura Jugoslávia (Eslovénia, Croácia, Voivodina e Bósnia) ficou sob o domínio Habsburgo.

“A política conhecida por Impulso para Leste tinha como base a Tripla Aliança entre a Alemanha, Itália e Áustria-Hungria, onde os interesses alemães, no sentido do acesso a fontes de matérias-primas e a novos mercados, acarretavam um esforço de desenvolvimento da rede de transportes e conduziram a uma progressiva extensão da influência alemã em direcção aos Balcãs. Consequentemente, na primeira década do século XX, os Balcãs tornaram-se um importante espaço económico adicional para a Alemanha, em virtude dos seus importantes recursos agrícolas” (Costa, 2.000: 83).

“Entre 1878 e 1912, o Sandzac turco⁶³, apertado entre os dois estados de sérvios, a Sérvia e o Montenegro, dava à Turquia uma fronteira comum com a Bósnia austríaca. Os austríacos tiveram

⁶³ - Ivo Andric, o escritor premiado com o Nobel da literatura em 1961, por nascimento bósnio-croata e por opção bósnio-sérvio, na obra que lhe valeu aquele, *A Ponte sobre o Drina*, deixou entrever a importância do Sandzac de então, como retaguarda segura para os muçulmanos da BiH, descrevendo que *“logo que a guerra entre a Turquia e a Sérvia findou, o povo foi de novo deixado em paz. Era, na realidade, um simulacro de paz (...) Falava-se cada vez mais abertamente da entrada do exército austríaco na Bósnia. Nos princípios do Verão de 1878, unidades do exército regular turco que se dirigiam de Sarajevo para Priboj atravessaram a cidade (Visegrad, situada na BiH e na margem do rio Drina, local onde a citada ponte existe). A ideia de que o sultão entregava a Bósnia sem resistência tomou corpo. Algumas famílias prepararam-se para emigrar para o Sandzac, entre elas muitas que já treze anos antes tinham abandonado Uzice, não querendo viver sob o domínio dos sérvios, e agora novamente procuravam fugir a uma outra autoridade cristã”* (Andric, 1962: 120). Por outro lado releva a convivência tranquila entre os chefes locais das *três religiões do livro*, nessa época conturbada na Bósnia, descrevendo uma situação em que o oficial que comandava o destacamento austríaco que na véspera penetrara na cidade de Visegrad, não retirou o sabre ao chefe da polícia e encarregou-o mesmo de continuar a exercer as funções e de manter a ordem na cidade. Assim, *“informaram-no de que o coronel chegaria no dia seguinte, às 11 horas, e que os notáveis, isto é, os representantes dos três cultos, deveriam recebê-lo à entrada da cidade. Sombrio e resignado, o chefe da polícia convocou imediatamente Mula Ibrahim (o hodja – sacerdote do culto muçulmano), Husseinaga, o mestre-escola, o pope Nicola e o rabino David Levi) (...) Muito antes da hora marcada os quatro representantes da fé reuniram-se na praça deserta e tomaram com lentidão o caminho da kapia (estrutura também em pedra, constituída a igual distância dos extremos da ponte, onde o tabuleiro da mesma se dilata de forma simétrica em dois terraços, um de cada lado da faixa de rodagem, um com assentos em pedra e, no outro, um aprendiz faz e serve café a quem o solicitar) (...) Como outrora, quando, jovens e sem preocupações, (os quatro) matavam o tempo na kapia, à semelhança dos outros jovens (...) Permaneceram ali uns bons momentos, solenes e silenciosos e não descortinando sinal algum do comandante, sentaram-se (...) Fumavam, falando de uma coisa e pensando noutras”* (Andric, 1962: 133/4).

em tempos o projecto de fazer passar por lá a via-férrea Viena-Constantinopla, evitando a Sérvia inimiga, na época onde as vias-férreas constituíam uma vantagem geopolítica importante. Estranha ideia de escolher para traçar uma grande via de comunicações nesta região, que tem o relevo mais tormentoso e os vales mais tortuosos dos Balcãs” (Garde, 2000: 215).

Nesse ano de 1908 foi tornado público o plano austro-húngaro de construir uma linha de caminho de ferro, através do Sandzak, ligando a BiH ao Kosovo. Apesar de não se ter efectivado tal projecto, o mesmo visava dar acesso do Império à Macedónia e ao porto de Salónica, na Grécia, bem como acesso directo à Bulgária, cercando a Sérvia e negando a esta o acesso ao Adriático, ao Montenegro e à Grécia.

Dessa forma, enfraquecendo a pequena Sérvia e, se as condições futuras fossem favoráveis, destruindo-a ou, no mínimo, mantendo-a numa posição de fraqueza, o Império Austro-húngaro além das vantagens estratégicas que passaria a usufruir, reduzia aquilo que considerava ameaçador para os seus interesses. Na realidade era bem real a perigosa e crescente atracção que os eslavos do Sul, pertencentes ao seu Império, sentiam pela Sérvia. Depois de consolidada esta fase, outra de maior alcance estratégico se seguiria na direcção Sul.



Figura 39 – Pretensão germânica (1911) da construção de um caminho-de-ferro Berlim-Bagdad-Bassorã, artéria estratégica de balanceamento de forças para Sul, para os mares quentes, e também para aprovisionamento de matérias-primas (Challiard, 1998: 31).

Esses projectos assustaram os restantes Impérios (otomano, russo, britânico e francês), pois alteravam as relações de força existentes localmente. Assim, o Império Britânico que não controlava nenhuma parte dos Balcãs, via nessa aproximação germânica para Sul uma certa ameaça às suas rotas comerciais que, através do Mediterrâneo, se dirigiam até ao extremo oriente. Essa a razão porque estivera sempre acomodado com o Império Otomano, visto este dominar ainda grande parte

da região balcânica. Por idêntico motivo se opunha à expansão russa para a região, sendo objectivo destes a obtenção de uma passagem para o Mediterrâneo, opondo-se para isso aos turcos otomanos, ainda que apresentando uma motivação virtuosa que era a protecção dos súbditos cristãos dos otomanos. Os franceses possuíam o mesmo interesse que os ingleses mas, sobretudo, pretendiam que nem ingleses nem russos obtivessem predominância na região.

As grandes potências de então acusavam os povos balcânicos de menoridade, pois não eram capazes de se unir e de se governarem mas, curiosamente, foram os responsáveis por frustrar as ambições nacionalistas dos diversos povos balcânicos, ignorando os seus interesses e ambições e, com mais implicações negativas ainda, apoiaram uns contra outros conforme conveio, na defesa dos seus interesses unicamente.

Em 1903, patriotas sérvios descontentes com a política tida pelo seu rei Alexandre Obrenovic, porque muito favorável aos desígnios austríacos, desencadearam uma revolução palaciana em Belgrado, assassinando o rei e a família mais próxima, substituindo-o por Pedro Karageorgevic, da dinastia sérvia rival. Este Pedro I, um monarca verdadeiramente constitucional, que viajara e estudara nos países mais ocidentais e que havia traduzido, de entre outros pensadores democratas ocidentais, o ensaio de John Stuart Mill, *Sobre a liberdade*. Mostrando uma qualidade de liderança política ímpar, aproveitou as qualidades guerreiras do seu povo e, em cerca de quinze anos, quadruplicou o seu território. Com o jogo das alianças da Sérvia com a Rússia por um lado e da Bulgária com a Áustria e a Alemanha por outro, ambas na procura da satisfação dos seus interesses, aliás divergentes, aumentou a instabilidade balcânica. Tal situação conduziu as potências europeias a ligarem-se ainda mais intimamente aos conflitos nesta região, sempre e sobretudo visando a satisfação dos seus interesses, facto que originaria a GG de 1914/8.

Entretanto, ainda em 1903 eclodiu uma insurreição popular na Macedónia, contra os turcos, os quais a sufocaram em sangue.

Em 1908 a Áustria anexou a Bósnia, atribuindo-lhe o estatuto de terras do Império, passando a ser administrada conjuntamente por Viena e Budapeste, provocando enorme desilusão nos eslavos do Sul. A Rússia apanhada de surpresa pela anexação, de cuja efectivação pensava ser antecipadamente informada, nos termos da sua leitura do acordado em Berlim pelas grandes potências, e enfraquecida pela derrota na guerra de 1904 contra o Japão, não teve condições de se opor à mesma.

As expectativas dos eslavos do Sul em relação à BiH, no que se refere aos croatas eram de ser permitida a sua expansão para a mesma, integrando-a e, quanto aos sérvios, até porque nesta detinham a maioria relativa, eram de reivindicação da mesma como espaço seu. Nesse mesmo ano de 1908, enquanto a Áustria anexou a Bósnia que até então só ocupara militarmente, a Bulgária autoproclamou a independência total.

Este ambiente de insatisfação generalizada, veio então a ser perturbado por um novo factor, a diminuição do poder de que os húngaros eram detentores no Império, tido por excessivo pelo príncipe herdeiro Francisco Fernando. Este pretendeu limitá-lo, reconhecendo a existência de uma entidade jugoslava no seio do Império austro-húngaro, querendo também assim mudar a opinião hostil e obter o apoio do movimento dos eslavos do Sul aos Habsburgos.

Com esta nova política, o Imperador concitou a hostilidade dos húngaros e sobretudo dos sérvios, vendo estes e na mesma um bloqueio ao seu natural desejo de expansão para Oeste. Contrariamente, os partidos croatas viram assim ultrapassadas as suas melhores expectativas. A repressão contra a maioria relativa na Bósnia foi então um facto, abatendo-se sobre os sérvios, como que pré anunciando o assassinato de Francisco Fernando em Sarajevo, no dia 28 de Junho de 1914, desencadeando o início da Iª GG. O autor deste acto foi o extremista sérvio Princip Gravilo, pertencente a um grupo nacionalista-extremista conhecido popularmente como Mão-negra. Este grupo tinha como lema "União ou Morte", traduzindo com precisão o objectivo de unificar todos os territórios onde habitassem sérvios, como eram os casos da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, quaisquer que fossem os meios necessários. Registe-se que nunca houve evidências de conluio dos executores do assassinato com o poder político sérvio. Pelo contrário, ainda que deixando circular livremente a oposição ao Império do Norte no seu território, preocupou-se com a visita anunciada e, através do seu embaixador em Viena, procurou alertar o poder político imperial, quando soube que o arquiduque Francisco Fernando, sucessor do Imperador austríaco, iria passar em revista tropas austríacas na Bósnia. Esse pormenor localmente era importante, porque em Sarajevo toda a população era eslava, cristã ou muçulmana, e ir realizar-se tal cerimónia no dia 28 de Junho, o dia da principal festa sérvia, teria uma leitura popular negativa. Este dia era considerado especial, porque reverenciado pelos sérvios, pois nele celebravam a trágica batalha de Kosovo-Polje, em 1389, dia de orgulho e de luto para todos os sérvios dispersos pelos Balcãs, dia a que chamam Vidovdan.

3.3.2.8 As Guerras Balcânicas

Com o já citado recuo territorial dos turcos, de que a Sérvia não beneficiou directamente, acrescido do bloqueio austro-húngaro desta contra a sua expansão para a Bósnia, a cujo território se achava com direito, devido à existência de uma maioria relativa da sua população naquela região, os sérvios procuraram o entendimento com os vizinhos regionais e expandiram-se para Sul. Nesse sentido, Nicola Pasic, que Pedro I escolhera para ministro, dá provas de grande habilidade política e, em 1912, é estabelecida a Liga Balcânica, aliando-se a Sérvia com a ex-inimiga Bulgária, com o Montenegro e com a Grécia. O objectivo dessa aliança visava retomar da Turquia os últimos territórios europeus que esta ainda detinha, dando assim início à I Guerra Balcânica (I GB), em 1912, da qual aliás saíam vencedores.

Na decorrência dessa I GB, mais do que os seus aliados, a Sérvia aumentou o seu território incorporando a parte Este do Sandzac⁶⁴, grande parte da Macedónia e retomou o Kosovo. Como referido, os sérvios anexaram a Macedónia, como compensação pelo não cumprimento do acordado antes desta guerra, a anexação da Albânia⁶⁵. Esta não se realizara, face à declarada oposição

⁶⁴ - Sandzak é uma palavra que, em turco, significa a Província.

⁶⁵ - “O resultado da batalha armada entre os sérvios e os albaneses foi o nascimento de uma forte animosidade nacional e religiosa, que culminou com a formação da Liga de Prizen (em 1878 e baseada no Kosovo, visando a autonomia cultural e política para a etnia albanesa, no quadro do Império Otomano). Trata-se de um movimento nacionalista albanês, cujo programa era a criação da Grande Albânia, na qual deveriam ser incluídos o Kosovo e mais alguns territórios da Croácia e da Macedónia,

austriaca e italiana a este aumento territorial sérvio. Há muito que constituía preocupação da Sérvia a inexistência de acesso directo ao mar e, se então tivesse sido ocupado o território albanês, teria sido resolvida essa limitação e deixado de ser um Estado encravado, além de que teria reforçado o seu poder, o que não era contudo do interesse sobretudo austro-húngaro.

Neste desfecho foi importante o facto de, na época, o Império Otomano ter as suas forças enfraquecidas, porque divididas pelo imenso território imperial e ser difícil e moroso o seu balanceamento entre Teatros de Operações. Até Setembro desse ano defrontara pelas armas a Itália, a qual havia invadido a Líbia e as ilhas do arquipélago Dodecanese, então parte do seu Império, iniciando-se poucos dias depois o conflito nos Balcãs. Por outro lado, a revolução dos *Jovens Turcos* e o golpe contra revolucionário que se lhe seguiu desorganizara o País e o seu Exército estava em fase de reorganização, com a ajuda alemã.

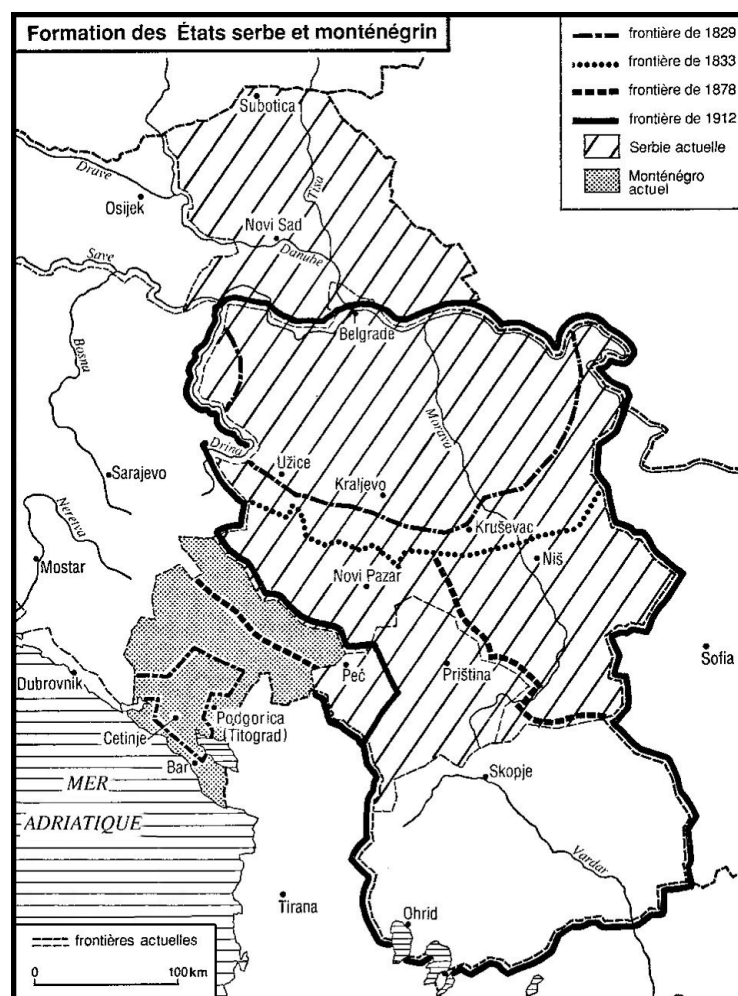


Figura 40 – Evolução das fronteiras dos Estados Sérvio e Montenegro desde a fundação até 1992
(Garde, 2000: 40)

numa época particularmente difícil para os sérvios no Kosovo, como foi o período entre o Congresso de Berlim (1878) e as Guerras Balcânicas (1911). Durante esses trinta anos, cerca de 400.000 sérvios foram obrigados a deixar o Kosovo, pressionados e perseguidos pelos albaneses e turcos sob a bandeira da Liga de Prizen” (Rados, 1999: 255).

A Albânia conseguiu então alcançar a sua independência, com o apoio austríaco, e o Montenegro incorporou uma pequena parte territorial no Oeste do Sandzac, passando assim a partilhar fronteira com os seus irmãos sérvios, de quem há muito estavam fisicamente separados. A Bulgária cresceu para Sudeste, para a Trácia, e a Grécia estendeu-se para Norte, juntando a parte costeira da Macedónia ao seu território.

De novo, a geografia e a história interagiram e a Bulgária contestou a anexação de parte da Macedónia pela Sérvia. Com efeito, os macedónios falam um dialecto próximo do búlgaro, como já foi relevado, e os macedónios, que então desencadearam a guerra contra os turcos, consideravam-se mais próximos dos búlgaros. Para além dessas razões, os búlgaros davam como adquirido que a Macedónia lhes fora prometida implicitamente pelo Tratado da aliança que lhes fora proposto e a que haviam aderido. Baseados em tal, sem declaração de guerra antecipada, os búlgaros iniciaram uma ofensiva armada contra os seus ex-aliados, para retomarem o que estimavam lhes pertencer. Tal evento ficou conhecido pela II Guerra Balcânica (II GB), em 1913, de que os búlgaros saíram vencidos, sendo confirmada a partilha territorial anteriormente descrita, com alguma perda territorial suplementar para os vencidos.

As fronteiras resultantes da II GB, tanto as da Sérvia como as da futura Jugoslávia, seriam mantidas desde então e até 1991.

Por sua vez, a derrota búlgara, com o recuo conseqüente da sua fronteira, viria a ter como conseqüência directa a escolha do seu alinhamento com a Alemanha em 1914.



Figura 41 – As fronteiras ancestrais da Bulgária (Chauprade, 2007: 238)

Com o fim do domínio otomano na Europa, emergiu “ a chamada *Questão do Oriente*, consubstanciada na disputa por parte de potências exteriores à região para ocupar o lugar dos Turcos nos Balcãs. Este fenómeno desenvolveu-se segundo dois eixos que se cruzam na península Balcânica, respectivamente no sentido NO-SE e NE-SO” (Costa, 2.000: 47). De NO manifestaram-se as pressões alemãs e austro-húngaras, de NE as da Rússia, de SE as da Turquia, de SO do Estado Pontifício e, a partir do flanco Sul do Mediterrâneo, a influência britânica e francesa surgiu, porque potências marítimas.

Como consequência, fenómenos idênticos passaram a ser conhecidos como balcanização, sinónimo da fragmentação política e geográfica, bem como de disputas e intolerância epidémica existente entre os povos dessa Península, induzidos ou, no mínimo, potenciados devido à dominação e interesses estrangeiros. Por isso, eivados de nacionalismo e cientes da sua história particular e do maior ou menor Poder relativo que detiveram, bem como da geografia sempre presente e que ajudou uns e outros em tempos diversos a expandir o seu território, os Estados balcânicos parecem querer justificar as reflexões avisadas de Políbio de Almeida, de que não há fronteiras caracterizadas pela eternidade e sim pela sua natureza elástica. Em consonância com tal pensamento, adoptaram objectivos estratégicos baseados na ideia de Grandes-Estados (ver Fig. 26/27/28/29/38/41/43/45/47/49/64/66), fonte adicional de tensão e conflito e que conduz a desconfianças, instabilidade e até reivindicações territoriais entre os países vizinhos balcânicos.

3.3.2.9 A I GG nos Balcãs e o período subsequente

É por demais conhecida a história da I GG, mas importa referir que de início a Sérvia surpreendentemente resistiu de forma vitoriosa, até que em 1915 o seu Exército teve de penosamente bater em retirada, durante o Inverno e através das montanhas cheias de neve da Albânia, indo refugiar-se na ilha de Corfu. Daqui foi juntar-se aos Exércitos franco-britânicos que haviam desembarcado em Salónica e, durante dois longos anos, suportou sacrifícios inultrapassáveis lutando na Macedónia contra a ocupação do seu país, restando traços indeléveis desse esforço, na memória colectiva do seu povo.

A vitória chegaria em 1918, com a capitulação da Áustria e da Alemanha, após as forças franco-sérvias terem reconquistado Belgrado e atingido Viena.

A unificação jugoslava, no período pós-guerra, era considerada para a nova ordem europeia de uma importância geopolítica fundamental, sobretudo para as potências vencedoras, a França e o RU. A Jugoslávia representaria uma barreira real contra a expansão da influência alemã e constituiria um dos elementos de um cordão sanitário, a construir para barrar o acesso da Rússia Soviética ao Mediterrâneo.

Por outro lado, porque se tratava de uma construção política multi-étnica e religiosa, eliminava os riscos do possível levantamento de uma Grande-Sérvia, a qual, porque eslava e ortodoxa fora tradicionalmente alinhada com a Rússia

Após a I GG seria formado o Reino de Sérvios, Croatas e Eslovenos (RSCE), passando o mesmo a denominar-se por Reino da Jugoslávia (RJ), após 1929, reunindo sob o mesmo poder político e pela primeira vez os eslavos do Sul, excepto os búlgaros.

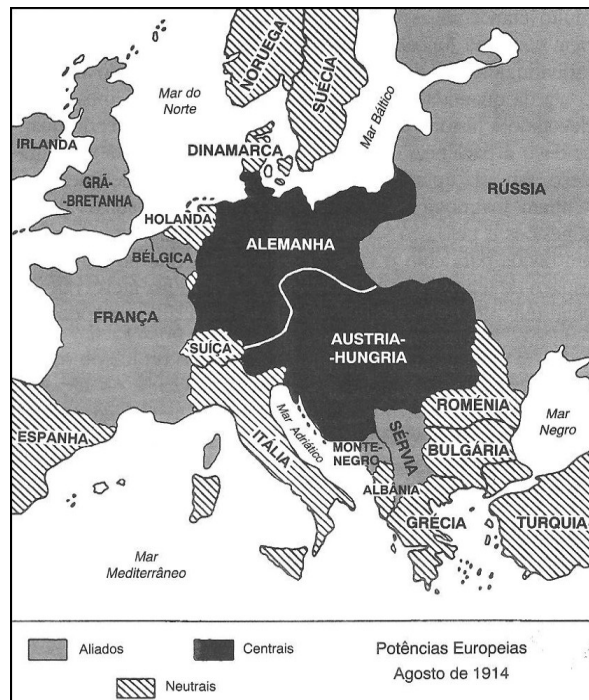


Figura 42 – As potências oponentes na I GG (Dragnich, 1993: 14)

Constituiu-se assim o Estado mais populoso dos Balcãs e, “como seus potenciais adversários externos, prefiguraram-se então a Itália, (a Áustria), a Hungria, a Bulgária, a Albânia, o Vaticano e o COMINTERN”, no dizer de Jovan Ilic (Costa, 2.000: 49).

Ainda que tenha estado sempre presente no espírito sérvio o objectivo da união dos eslavos do Sul, no tempo em tal foi possível e aconteceu representou uma vitória pírrica. Realmente, após o fim da I GG, “devido às enormes perdas populacionais durante o conflito, os territórios sérvios de antes da guerra tornaram-se então uma região passiva, para onde as populações ortodoxas dos territórios vizinhos foram afluindo, acarretando assim alterações demográficas na região e abrindo ainda caminho para a expansão da religião islâmica, quando anteriormente, à excepção do Kosovo, se verificava o seu declínio” (Costa, 2.000: 105). Justifica tal afirmação, o facto terrível e com repercussões em muitas décadas, de ser estimado que cerca de 1.900.000 pessoas terão perecido na região da Jugoslávia, durante a I GG, das quais 65,63 % foram sérvias (845.000 civis e 402.000 militares). Antes de 1912, a população sérvia fora de aproximadamente 2.900.000 habitantes, logo as perdas foram da ordem de 43 %. No Montenegro o número de mortos cifrou-se em 63.000, representando 25 % da sua população total. Na BiH verificaram-se 360.000 baixas, correspondendo a 19 % do total.

É relevante assinalar que os eslavos do Sul, na dependência da Áustria (eslovenos, croatas ou sérvios), combateram na I GG naturalmente sob uniforme austríaco. Particulariza Paul Garde, mostrando com dois exemplos que, por vezes, havia mudanças de campo por parte de prisioneiros. Assim, aquele que viria a ser o Marechal Tito, combatendo integrado nas forças austríacas, foi feito prisioneiro pelos russos e viria a converter-se à revolução e a integrar o Exército vermelho. Por sua vez e antes mesmo de receber ordens religiosas, o futuro Cardeal Stepinace, que viria a presidir e a

residir na Diocese de Zagreb, foi aprisionado pelos italianos e passou a militar no Exército sérvio, combatendo na frente de Salónica.

Durante o desenrolar da guerra foi-se sedimentando a ideia do posterior desmembramento da Áustria-Hungria, respeitando o princípio da independência das diversas nacionalidades que a integravam até então, quer no espírito dos membros destas, quer principalmente dos Aliados, na persecução dos seus objectivos estratégicos.

O governo sérvio sonhou criar um Estado-nação, a Grande-Sérvia, anexando todos os territórios do Império austríaco povoados por sérvios, com os limites que considerava mais favoráveis para si.

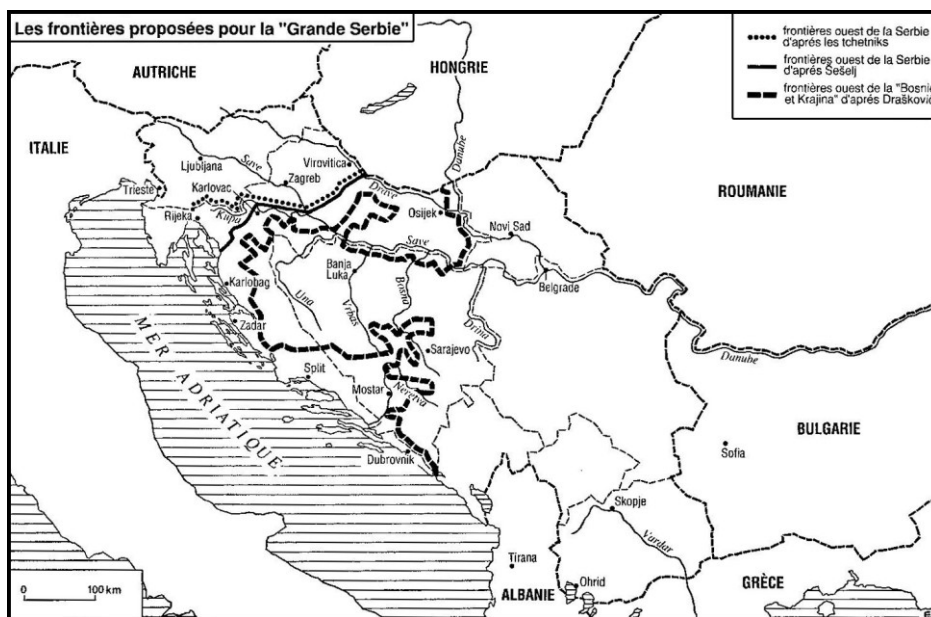


Figura 43 – A Grande-Sérvia (Garde, 2000: 340)

O sonho foi depois incrementado e passou a incluir uma solução ainda mais radical, a criação de uma Jugoslávia, unindo ao reino sérvio todos os eslavos do Sul do Império austríaco (sérvios, croatas e eslovenos).

Com a Revolução de Outubro na Rússia e com a entrada na guerra dos EUA, as condições para a formação da Jugoslávia tornaram-se mais propícias e assim, em 20JUL17, com a Declaração de Corfu, foram definidas as bases para a criação do novo reino livre, independente e unido num só território, o Estado dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

Os dois sonhos misturados, um de "grandismo" que assusta sempre os possuidores de menor poder relativo e, o outro, a associação de várias nações, haviam contudo germinando desde o início da guerra. Porém, um argumento de que a Grande-Sérvia não seria o objectivo maioritariamente apoiado pelos sérvios, radica em 1915, quando "a Sérvia recusou a promessa das Potências vencedoras, a Entente a que também pertencia, de que após a guerra obteria como compensação a Bósnia-Herzegovina, e outras áreas da Áustria-Hungria habitadas por sérvios, sendo criada uma Sérvia geograficamente muito maior (...) os líderes sérvios já tinham começado a trabalhar no seu objectivo, de muito maior alcance – a criação dum Estado dos eslavos do Sul – e

esperavam persuadir os seus aliados a apoiar esse objectivo” (Dragnich, 1993: 41). Porém, “o arquétipo da Grande Sérvia – ao contrário da Grande Croácia e da Grande Albânia – nunca se realizou – nem nunca correspondeu, a não ser na circunstanciada ambição de alguns líderes, a um projecto concreto. Certo que o conceito voltou a ser agitado, como reacção ao desmantelamento da Jugoslávia – e, momentaneamente, insista-se, como ambição política de Slobodan Milosevic” (Pereira, 1995: 159).

Na prossecução do projecto de formação da Jugoslávia, ainda durante a guerra a Sérvia entrou em negociações com refugiados no exterior que, sob a presidência do croata Ante Trumbic, presidente da câmara municipal de Split, formavam o Comité Jugoslavo, depois negociou também com os representantes dos eslavos do Sul integrados na Áustria. Viriam a assinar em 1917 a Declaração de Corfu, expressando na mesma que sérvios, croatas e eslovenos são partes do mesmo povo e deverem formar um só Estado monárquico, sob a dinastia dos Karageorgevic. Naturalmente que o Estado sérvio, então no exílio mas que dispunha de governo, exército e orçamento, estava em posição dominante perante emigrantes isolados e pertencentes ao Comité, o que lhes facilitou imenso dominar no sentido pretendido. Após a vitória sobre a Áustria, a Sérvia retomou as negociações, agora em Zagreb e com o Conselho Nacional de sérvios, croatas e eslovenos (CNSCE), presidido pelo padre esloveno Anton Korosec. Este era apoiado por um sérvio da Croácia, Svetozar Pribicevic e um croata, o dentista Pavelic, tendo o CNSCE representatividade superior em relação ao Comité, cujos membros viviam na situação de emigrados. Viria a resultar em Novembro de 1918 a assinatura, por ambas as partes, da declaração de Genebra. Nesta ficou definida uma união confederal, num plano de igualdade entre o Estado Sérvio e o Estado que agrupava sérvios, croatas e eslovenos, até há pouco cidadãos da Áustria, sendo este o figurino defendido sobretudo pela Croácia. No entanto, o príncipe-regente Alexandre recusou ratificar o acordo.

“Em 16DEZ18, dez dias antes do Parlamento eleito do Montenegro ter deposto a dinastia Petrovic-Njegos e proclamado a união com a Sérvia, a Dalmácia (o centro do movimento de unificação jugoslavo) ameaçou o Conselho Nacional de Zagreb com a sua união directa à Sérvia, se no prazo de cinco dias a Croácia não deixasse as hesitações sobre a adesão ao novo Estado” (Costa, 2.000: 104). Concomitantemente, a Voivodina e a Bósnia decidiram unir-se à Sérvia e as tropas sérvias atravessaram a sua fronteira, a pedido do Conselho Nacional, devido aos membros deste sentirem a Croácia ameaçada a Oeste pelos Italianos.

Segundo alguns autores, foi desta dinâmica política que resultou a ida a Belgrado deste Conselho, o qual aceitou depositar o poder político nas mãos do rei e numa Assembleia Constituinte, de onde deveria resultar a criação das Instituições do novo reino, tendo no final desse ano, 01DEZ18, sido proclamado o Reino de Sérvios, Croatas e Eslovenos pelo Príncipe-regente. Não poderá ser esquecida a razão justificativa para o facto de os croatas, que até então haviam militado com armas na mão e integrados nas forças austro-húngaras contra a Sérvia, após a derrota e consequente desmembramento do Império a que pertenciam, terem decidido mudar de campo. As razões profundas, que aliás são partilhadas por diversos autores, poderão ser encontradas nas vitais vantagens obtidas com essa atitude, além dos receios e da determinação na união dos croatas da Dalmácia.

Dessa decisão resultou que os croatas, além de terem evitado as habituais deportações, como era então costume acontecer em situações semelhantes de derrota, não foram também obrigados a pagar tributo aos vencedores, além de terem sido obsequiados com a quase totalidade da Península da Ístria e das cidades da Dalmácia, pertença até então da Itália, e ainda de algumas ilhas no Mar Adriático. Assim se *“eximiram naturalmente às sequelas dos vencidos, sejam as indenizações de guerra, seja o estabelecimento de novas fronteiras, que estariam ao alcance do livre arbítrio dos sérvios vencedores. Foi com o apoio diplomático e militar sérvios que os croatas se abstiveram da aplicação das decisões do Tratado de Londres de 1915, através do qual os aliados haviam prometido à Itália uma grande parte da Dalmácia”* (Ivic, 1992: 17) e que, no futuro, iria motivar uma Itália ressentida a realinhar-se no concerto das potências europeias, então aliando-se com a Alemanha nazi.

Não deve, contudo, ser esquecido que coexistiam duas correntes de opinião, entre os croatas, no que concerne à questão da Jugoslávia. Já na primeira metade do século XIX nos meios intelectuais croatas a ideia de um Estado que agrupasse os eslavos do sul era dominante, vindo a prevalecer em 1918. Opondo-se a essa corrente de pensamento, liderava o Movimento da Croácia Independente, o qual viria a materializar esse sonho durante a II GG, constituindo o Estado Independente da Croácia, sob o regime de Pavelic, e de novo se afirmou no início da última década de 1990. *“Em comparação com o nacionalismo esloveno, o nacionalismo croata é mais velho, mais militante e mais enraizado. Como a Eslovénia, a Croácia é largamente católica romana e culturalmente do centro da Europa na própria visão. O reino medieval croata é tão velho como o húngaro, mas a jovem independência dos croatas não resistiu ao assalto dos seus vizinhos mais poderosos. Ainda que a Croácia tenha mantido autonomia constitucional durante séculos, primeiro no Estado Húngaro, depois no Império Habsburgo e depois na monarquia dual. Este facto é importante para a compreensão do ressentimento dos croatas contra as políticas centralizadoras seguidas por Belgrado no período entre as guerras”* (Zametica, 1992: 16).

Por sua vez, “em 1918 a Eslovénia, que jamais fora independente, juntou-se alegremente ao novo Estado da Jugoslávia. O seu receio da Itália, Áustria e Hungria, e o facto de um terço do seu povo continuar a viver nestes países determinou a sua orientação” (Zametica, 1992: 12). É também relevante que a Eslovénia, ainda que mais tarde, “após o final da IIª GG, beneficiou substancialmente com a sua integração na Jugoslávia, desde que muitas partes de Itália não habitadas por eslovenos foram juntas ao seu território, inclusive uma tira na costa do Adriático. Na fase comunista do pós-guerra, sendo a república mais industrializada, a Eslovénia tirou vantagem por ter como privativo o mercado jugoslavo, para os seus produtos industriais” (Zametica, 1992: 13).

Como habitual em idênticas circunstâncias, a integração de croatas e eslovenos foi voluntária no reino sérvio, porque a urgência de solução para a situação que então viviam assim o exigiu, devido à iminente ameaça italiana à sua integridade territorial, decorrente do Tratado de Paz de 1915. Dessa forma eximiam-se também ao pagamento das indenizações de guerra e ao desmembramento. Também terá sido relevante a já velha contestação dos opositoristas croatas, ao até há pouco domínio austríaco, concomitantemente defensores da ideia de uma Jugoslávia que fortalecesse os eslavos do Sul. Para estes, básico era o conceito de união, sedimentado na

comunhão quase total das identidades linguística e religiosa, a qual ultrapassava as diferenças existentes e que estimavam não impediriam o trilhar de um caminho comum.

Mas os problemas emergiram desde início, progressivamente alterando o interesse recíproco na união, o único cimento agregador nessas circunstâncias.

No que tange aos croatas e eslovenos só tinham participado na guerra com os otomanos enquanto pertencentes ao Império Habsburgo, nunca como cidadãos empenhados na defesa da liberdade das suas nações, e possuíam sobretudo hábitos de luta política e de privilegiarem a negociação, na defesa dos seus direitos. Tinham também a opinião de que os sérvios, apesar dos enormes sucessos políticos anteriormente obtidos, não tinham automaticamente o direito de primazia e de dominarem os restantes eslavos do Sul, até porque achavam que a Croácia era mais instruída e evoluída técnica e economicamente.

Contrariamente, a velha nação sérvia forjara enquanto tal e na guerra o seu Estado, com imensos sacrifícios patrióticos, constituindo sua herança inalienável um imenso orgulho na tradição de um Estado fortemente centralizado e na religião ortodoxa. Esta, tolerada pelo ocupante otomano, fora o cimento que agregara e permitira salvar a Nação, sobretudo quando o Estado não existia ou não era livre. Como combatentes heróicos e dizimados, mas vencedores de uma guerra que exigira indelével sacrifícios, os sérvios pensavam ter direitos adquiridos como ninguém, além do mais incompatíveis com as especulações e combinações políticas dos croatas, que se satisfeitas desvalorizariam a sua vitória e, sobretudo, representariam uma injustiça terrível face aos seus sacrifícios e sofrimentos passados.

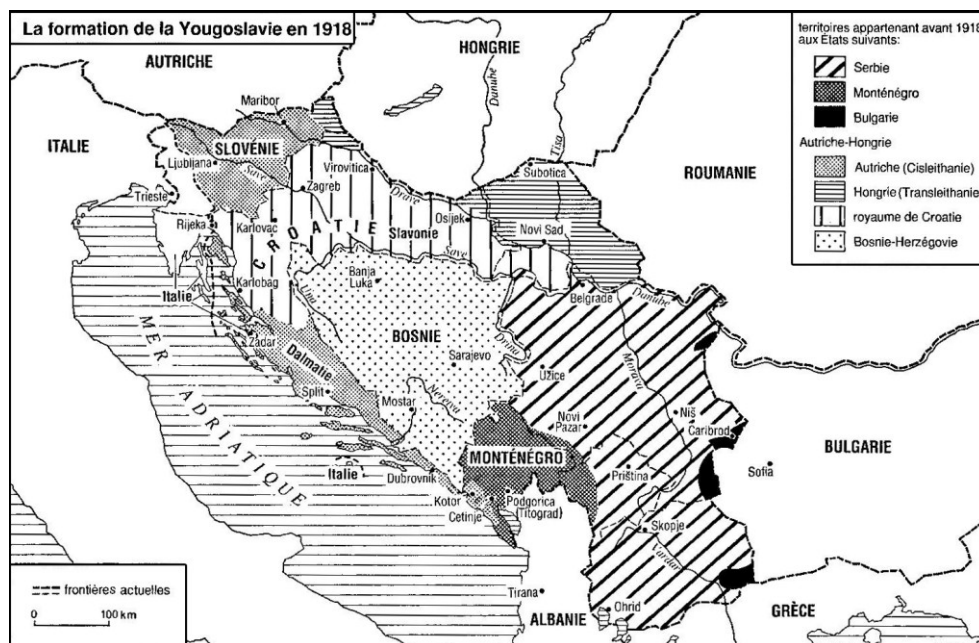


Figura 44 – O reino da Jugoslávia em 1918 (Garde, 2000: 46)

Entretanto, procurando transmitir "confiança e idealismo, o Presidente Wilson, em 1918, anunciou os seus catorze pontos como base para uma paz honrosa. Se bem que não tivesse utilizado a expressão autodeterminação, a sua referência aos direitos dos povos indígenas dentro da Turquia e

da Áustria-Hungria, tornou inequívoco o seu significado. Dos estados balcânicos mencionou apenas a Sérvia, o Montenegro e a Roménia, pelo seu nome (...) Autodeterminação, no entanto, era um conceito mais significativo para umas pessoas do que para outras. Seria difícil argumentar, por exemplo, que era tão significativo para os eslovacos ou para os Bósnios ou Eslovenos, como o era para os povos da Sérvia, Bulgária, Roménia e Montenegro. Os Eslovacos nunca tinham tido um Estado Independente, o mesmo acontecendo com os Eslovenos; e os Croatas tinham sido uma entidade livre definível, pela última vez, no século XI. Deve ter-se em mente, portanto, que alguns dos povos da Europa de Leste eram partes de nações historicamente identificáveis, enquanto outros ainda procuravam a sua identidade. Assim, alguns tinham experiência de auto governo e outros não tinham nenhuma” (Dragnich, 1993: 20/21).

No meio da dialéctica referida e existente no interior do recém-formado Reino de Sérvios, Croatas e Eslovenos, em que a maioria dos dirigentes civis e militares eram sérvios, emergiu naturalmente e logo desde início, a tendência centralizadora nas Instituições.

Na Assembleia Constituinte, o Partido Republicano dos Camponeses, o mais representativo entre os partidos croatas, sob a direcção de Stepan Radic, defendia uma solução federal mas, não tendo visto vingar a solução preconizada, resolveu com a ausência dos seus 50 delegados boicotar a votação. Este número somado aos 59 do partido comunista, entretanto interdito, resultou na aprovação da Constituição de 1921 pelos restantes 310 deputados, com a ausência de um quarto do total, retirando-lhe à partida um apoio significativo. Resultou a expressão, na lei fundamental do reino, de um regime unitário, com 33 regiões administrativas. Viria essa divisão a ser alterada em 1931 para outra com 9 "banovinas" (regiões), ligadas ao nome dos rios que continham, por exemplo banovina do Sava, do Danúbio, etc. Esta inteligente solução evitava relacionar as recentemente criadas regiões com qualquer das 3 nações, consequentemente procurava diminuir o peso relativo das etnias e o peso das suas diversas heranças históricas. Concomitantemente esbatia o poder das mesmas no reino, com a vantagem adicional de aproximar o poder político regional das populações que habitavam as banovinas.

Sobretudo para os croatas, as alterações acima expressas foram tidas como penalizantes, no que se prende com as suas tradições. De um só golpe fora como que pulverizada a continuidade histórica do seu Estado, cuja origem é medieval, e cuja manutenção da individualidade lhes havia custado muita luta política, na sua defesa no ambiente austro-húngaro em que haviam vivido. As objecções que haviam colocado em discussão, não haviam colhido o interesse que lhes atribuíam, e viram-se repentinamente dominados por um povo que, embora falasse a mesma língua, pensava e actuava de forma diferente, até porque não havia atribuído importância às suas preocupações. Ainda que relativa, a autonomia que os croatas usufruíam sob o domínio Habsburgo fora abolida, bem como desapareceram as suas instituições, o *Ban* (governador), a *Dieta* (assembleia) bem como a Milícia local, além do sufrágio passar a ser universal para os eleitores masculinos. Para cúmulo, a Jugoslávia que os pensadores croatas haviam idealizado, durante o século XIX e ainda que construída, virara-se contra o interesse croata, pelo que a esmagadora maioria destes não se revia neste Estado. Haviam sonhado e alimentado uma corrente cultural e política, desde a criação por Napoleão das províncias da Ilíria, com o objectivo expresso da união de todos os eslavos do Sul e, com a Constituição de

1918, surgiu a realidade da incompatibilidade da vivência em comum, nascendo e não cessando de crescer um movimento que de centrípeto se transformou em centrífugo. Não avaliaram suficientemente as perdas e ganhos no novo contexto, onde o peso relativo do reino, em que se integraram, havia sido incrementado e do qual podiam passar a usufruir no cenário político internacional. Porém, de 1921 a 1929, já reinando Alexandre I da dinastia Karageorgevic, a Jugoslávia viveu em regime parlamentar, com o partido croata de Radic participando de forma legal mas, na oposição. Este, respaldado na esmagadora maioria dos votantes croatas, juntou-se à monarquia e alterou o nome do partido, retirando-lhe a palavra republicano, chegando até a aceitar uma pasta ministerial entre 1925 e 1927. Entretanto e de forma pragmática sedimentou a sua base sociológica de apoio, procurando esbater o centralismo do governo central, criando e dinamizando uma corrente de cooperativas e associações croatas. O partido comunista que nas eleições de 1920, para a Constituinte, obtivera 12% dos votos, tornara-se o 3º partido em apoiantes mas acabaria por ser expulso, em 1921, face a atentados terroristas que lhe foram atribuídos. Passou a actuar na clandestinidade, ainda com mais vigor e liberdade. Refira-se que este partido, desde a formação da Jugoslávia, sempre denunciara o Reino como uma prisão dos povos e ser dominado pela alta burguesia sérvia.

No presente contexto há que ser valorizado o facto dos Partidos sérvios da Croácia, na defesa dos interesses da sua região muitas vezes se coligaram com o Partido dos Camponeses da Croácia, contrariamente à vontade de Belgrado. Isto revela sobretudo que seria um erro atribuir um carácter exclusivamente étnico às disputas entre sérvios e croatas.

Os eslovenos e os muçulmanos da Bósnia aceitaram melhor do que os croatas o regime jugoslavo, jogando os seus partidos, representados no Parlamento, o importante papel de fiel da balança, contribuindo para as maiorias sérvias. Inclusive, o principal representante esloveno, o abade Korosec, figurou quase em todos os governos.

No Sul do reino, nas províncias anteriormente otomanas e conquistadas em 1912, a situação político-social era então mais grave pois, no Kosovo não eram reconhecidos quaisquer direitos aos albaneses e, às suas revoltas, os massacres e a destruição das suas aldeias foi a resposta. Quanto aos macedónios, porque tidos como sérvios, não lhes era reconhecida identidade própria, resultando que um movimento de resistência, que já se manifestara anteriormente contra os otomanos, se virou contra as autoridades do Reino. Esse movimento de resistência, porque combatido com eficácia, teve de se refugiar na Bulgária, a partir de onde iniciou acções armadas contra os sérvios, até se abater sobre os mesmos uma duríssima repressão que os confinou só ao país de refúgio.

É relevante sublinhar que, nesse tempo, se consolidavam na Itália e na Alemanha respectivamente os regimes fascista e nacional-socialista, sendo ambos totalitários e com tendências expansionistas. Este último, na prossecução dos interesses nacionais que elegeu, procurou libertar-se do espartilho limitativo da soberania alemã, como consequência da sua derrota na I GG. Essas limitações de soberania consideram-se estrategicamente erradas, porque excessiva e desnecessariamente humilhantes, condições que lhe haviam sido impostas pelo Tratado de Paz assinado em Versailes, em 28JUN19. Quanto ao regime fascista, criado em 1919, na mesma linha de afirmação nacional e após a tomada do poder, a convite do rei Victor Emanuel em 1922, apoiou-se

também na forte humilhação sentida pelo povo italiano. Esta emergira em consequência do incumprimento, pelos aliados da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), da totalidade das promessas de compensações territoriais, a serem-lhe atribuídas após o final da I GG e à custa dos vencidos desta. Relembra-se que tal recompensa fora prometido à Itália, por ter abandonado na I GG a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-húngaro e Turquia).

O poder político jugoslavo defrontou-se na época com uma forte e diversificada oposição política e, apesar da sua maioria parlamentar que foi contudo decrescendo, não hesitou mesmo em recorrer a uma dura repressão, a que a democracia parlamentar pouco pôde resistir. O palácio foi em crescendo assumindo o verdadeiro poder político e o rei Alexandre aumentou o seu autoritarismo, detendo as rédeas do poder e o Parlamento deixou penetrar a corrupção no seu seio. Assim, o regime democrático parlamentar de antes da guerra desapareceu.

Entretanto, os radicais sérvios não apreciavam as diligências de Radic, no sentido de manter as especificidades croatas, ainda que através de vias pacíficas e democráticas e, em 20 de Junho de 1928, este e mais dois deputados croatas do Partido dos Camponeses foram assassinados a tiro, no Parlamento, por um deputado radical montenegrino. O sentir dos croatas, que já era hostil ao regime, balançou ainda mais para o lado dos que defendiam ser o regime uma prisão dos povos, a qual havia deixado que criminosamente assassinassem um democrata como Radic. O regime parlamentar não durou muito mais tempo e, em Janeiro de 1929, o rei Alexandre suspendeu a Constituição e proclamou a sua ditadura pessoal. Mais tarde, em 1931, outorgou uma nova Constituição, apesar de igualmente centralizadora. O sucessor de Radic, Vlatko Macek, continuou a agir legalmente juntamente com os moderados do Partido dos Camponeses. Por sua vez, Ante Pavelic, do Partido do Direito, emigrou em 1929 e com o apoio da Itália, Hungria e Bulgária, onde o fascismo imperava, organizou o movimento terrorista dos ustacha (insurrectos), ligando-se com o velho grupo terrorista macedónio VMRO. Viriam a ser macedónios os assassinos do rei Alexandre, em 1934 em Marselha e a soldo dos ustacha.

Com a morte do rei Alexandre Karageorgevic e face aos onze anos do seu filho e sucessor, o futuro Pedro II, o príncipe Paulo, seu primo, viria interinamente a assumir a regência, o qual porque muito mais conciliador, escolheria o economista Milan Stojadinovic para Primeiro-ministro, mas a Constituição de 1931 continuou contudo em vigor. Por outro lado, preparou uma concordata com o Vaticano, a qual viria a ser assinada em 1935, procurando assim estabelecer pontes mais sólidas com os croatas do reino, não só por estes serem católicos, mas acrescentando o facto não despreciando de representarem cerca de um terço do total do povo.

A Concordata foi então denunciada pelos sérvios, como uma traição à sua igreja ortodoxa, tendo esta igreja ameaçado de excomunhão os deputados que votassem o texto. Sendo a realidade social multinacional e multicultural, já desde o fim da I GG no denominado desde 1929 Reino da Jugoslávia, a referida posição sérvia, porque contrária aos seus interesses, hoje só é entendível numa análise sincrónica. Assim, encontra-se a motivação para tal na ausência de relacionamento e hostilidade existente entre as igrejas católica e ortodoxa, cujas excomunhão/anátema recíprocas só

em 1965 viriam a ser levantadas pelo Papa Paulo VI e pelo Patriarca Atenágoras I, após 911 anos de cisma⁶⁶ e acusações mútuas de heresia.

Na prossecução do interesse do reino e sob a ameaça de guerra na Europa, o príncipe Paulo, na procura da reconciliação com os croatas, após substituir o seu PM Stajadinovic por Dragisa Cvetkovic, assinou um compromisso com o líder do Partido dos Camponeses, Macek. Nesses termos, criou a Banovina da Croácia, composta por uma forte população croata.

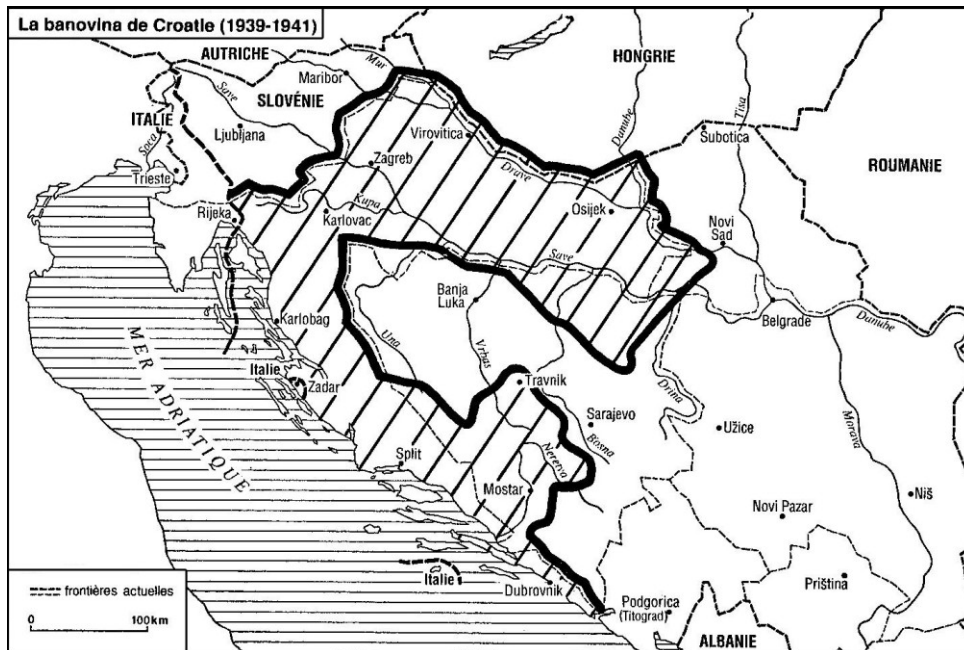


Figura 45 – A banovina da Croácia (1939-1941) no reino da Jugoslávia (Garde, 2000:59)

Permitiu ainda a criação, para esta Banovina autónoma, de uma Assembleia e a mesma ser, em seu nome, governada pelo tradicional *Ban* croata, passando Macek a ocupar o cargo de vice-presidente do governo jugoslavo.

A banovina da Croácia foi constituída pela actual Croácia (Eslavónia, Região de Zagreb e Dalmácia) e por mais uma parte da Bósnia central, habitada maioritariamente por croatas. Assim, para além de estabelecer um certo equilíbrio e a paz interna, o príncipe Paulo procurou reorientar a política externa, até então quase só alinhada com os seus aliados França e Inglaterra. Nesse sentido, ainda que com o objectivo de apaziguar os ânimos, após estes seus dois aliados terem concordado, na Conferência de Munique de 1938, com a anexação pela Alemanha dos Sudetas (região montanhosa da Checoslováquia) e da consequente amputação territorial imposta pela força a esta sua aliada, através de Stojadinovic procurou estreitar os contactos com a Alemanha e Itália, potências então com tendências expansionistas. Porém e apesar das pressões sofridas para

⁶⁶ - Realça Paul (Garde, 2000: 145) que “a noção ocidental de cisma, ou seja de separação, supõe um evento súbito e catastrófico de desunião, bem como a existência de um cismático, o culpado de quebrar a unidade. (Acrésceta que) existe um conceito diferente na tradição cultural ortodoxa, o qual reserva a palavra cisma à formação de seitas. Assim, particularmente para designar a rotura havida entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, referem os ortodoxos somente ter havido a “separação das igrejas”, o que supõe um processo progressivo e a partilha de responsabilidades”.

aderir ao Pacto Tripartido (Alemanha, Itália e Japão), quando a II GG foi desencadeada, a Jugoslávia proclamou a sua neutralidade.

Em 1940, já com um pacto de colaboração com o eixo assinado pela Hungria, Roménia e Bulgária, faltava à Alemanha garantir a colaboração da Jugoslávia, a fim de poder acabar com a resistência grega ao avanço da Itália e então poder virar-se para Leste, visto preparar-se para atacar a URSS. Para isso, Hitler pressionou fortemente o regente (príncipe Paulo) e prometeu à Jugoslávia o acesso ao Mar Egeu, através de Salónica, região que sofreria para isso a secessão da Grécia.

Após procurar ganhar tempo, o regente acabou por assinar o Pacto em 25 de Março de 1941. Este foi considerado como uma traição pelos sérvios, mormente pelo seu Exército, que dois dias depois se revoltou e apeou do poder o regente, substituindo-o pelo seu sobrinho Pedro II.

O general Dusan Simovic formou então novo governo, mantendo Macek como vice-presidente. Este golpe de Estado foi devido unicamente ao sentir dos sérvios, sem participação das outras nacionalidades do reino, o que em si é muito significativo. De novo, o fraco povo sérvio se colocou na posição, que parece constante, de afrontar corajosamente o forte inimigo.

Porém, de novo também, o governo procurou acalmar a Alemanha e ganhar tempo, declarando o Pacto assinado e em vigor, mas sem nada fazer nesse sentido. Hitler interpretou essa postura dos dirigentes sérvios como uma afronta pessoal e, dez dias mais tarde, em 6 de Abril de 1941 iniciou o bombardeamento de Belgrado e a invasão da Jugoslávia.

3.3.2.10 O Início da II GG nos Balcãs

Contrariamente ao acontecido em 1914, em que as forças sérvias tinham oposto resistência à invasão durante cerca de um ano e meio, o exército real jugoslavo resistiu à nova invasão somente onze dias e, em 17 de Abril de 1941, foi assinada a capitulação perante as forças invasoras, sobretudo as germano-italianas. Decorrente desse facto, foi o reino jugoslavo retalhado, tendo à Itália anexado o Sul da Eslovénia, incluindo a capital Liubliana, mais a Dalmácia e o Montenegro. A Albânia, porque na situação de protectorado italiano e com esse apoio, aproveitou a situação e anexou o Kosovo, o Sul do Montenegro e o Oeste da Macedónia, disseminando em consequência nesses territórios parte do seu povo. Mais concretamente, foram então expulsos do Kosovo cerca de 100.000 sérvios e substituídos por 75.000 colonos albaneses. Foi assim activada, pela ocupação italiana e para o futuro, a via irredentista dos albaneses que, a partir de MAI41 e até SET43, viriam a administrar uma vasta entidade territorial, a Grande Albânia.

Por sua vez, a Bulgária anexou o espaço restante da Macedónia e partes da Sérvia, junto à sua fronteira.

A Hungria assenhoreou-se de parte da Voivodina e de outros territórios da Croácia e da Eslovénia, justificando assim a actual diáspora húngara (Fig. 28).

Quanto à Alemanha, realizou a anexação do Norte da Eslovénia, bem como reservou para si a administração da Voivodina. Voivodina onde, assim como na Eslavónia, já no início do séc. XVIII haviam sido instalados colonos alemães, bem como na BiH após a anexação austríaca. “*O domínio do Donau fazia parte do Kulturbund e, depois, da ideologia nazi, e os colonos alemães forneciam-lhe pretexto cómodo. Hitler deu a Backa aos húngaros e o Srem aos croatas, mas o Banato devia ser a*

porta sul do III Reich. Os alemães eram só 120 mil dos 580 mil habitantes da área, mas eram senhores de todos os postos administrativos. A derrota nazi deitaria tudo por terra. A maior parte dos colonos, denunciados como «quinta coluna» dos nazis fugiriam para o Baden-Wurtemberg, o Hessen e outras áreas da Alemanha. Mas o facto é que os alemães nunca abandonaram o objectivo de controlar o Danúbio. Essa era uma das coisas que uma Croácia independente lhes podia oferecer. É curioso que, mal se desencadeou o conflito jugoslavo, na Alemanha voltaram a ouvir-se vozes tentando levantar de novo a questão dos colonos alemães. É esta história atribulada que está na origem de sentimentos sérvios em relação aos alemães. Resta acrescentar que esses sentimentos são complexos – como o são, por exemplo, os dos russos em relação aos mesmos alemães. A par do medo e do ódio, é inegável o fascínio – e mesmo um longo convívio cultural, económico e humano, sobretudo através da emigração jugoslava na Alemanha” (Pereira, 1995: 253/4).

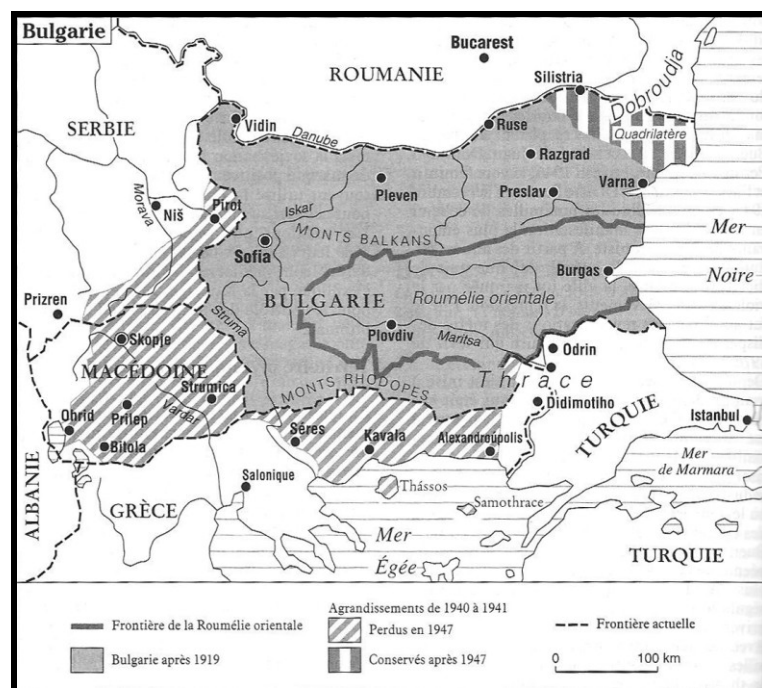


Figura 46 – A dinâmica da fronteira da soberania da Bulgária (Lacoste, 1995: 338)

No espaço restante do que fora o reino jugoslavo, foram então formados o Estado Independente da Croácia e a Sérvia. Em relação àquela, foi-lhe anexada a Bósnia, bem como parte da Voivodina e como já referido, perdeu a Dalmácia que foi anexada pela Itália; quanto à Sérvia, passou a sofrer a ocupação alemã e as suas fronteiras foram recuadas, retornando às de 1912.

Diversos espaços balcânicos ao longo da história foram objecto de anexação forçada e povos de outras regiões para os mesmos foram então deslocados e instalados, resultando consequentemente minorias étnicas, ainda hoje localmente existentes. Sublinham-se, como consequências actuais, a existência de irredentismos localmente existentes, bem como os actuais sonhos de "Grandismo" por parte de alguns povos balcânicos, embora só na aparência adormecidos, porque reprimidos.



Figura 47 – Anexações da Albânia/Itália durante a II GG, que se traduziram por um forte impulso na ideia da Grande-Albânia (Chauprade, 2007: 250)

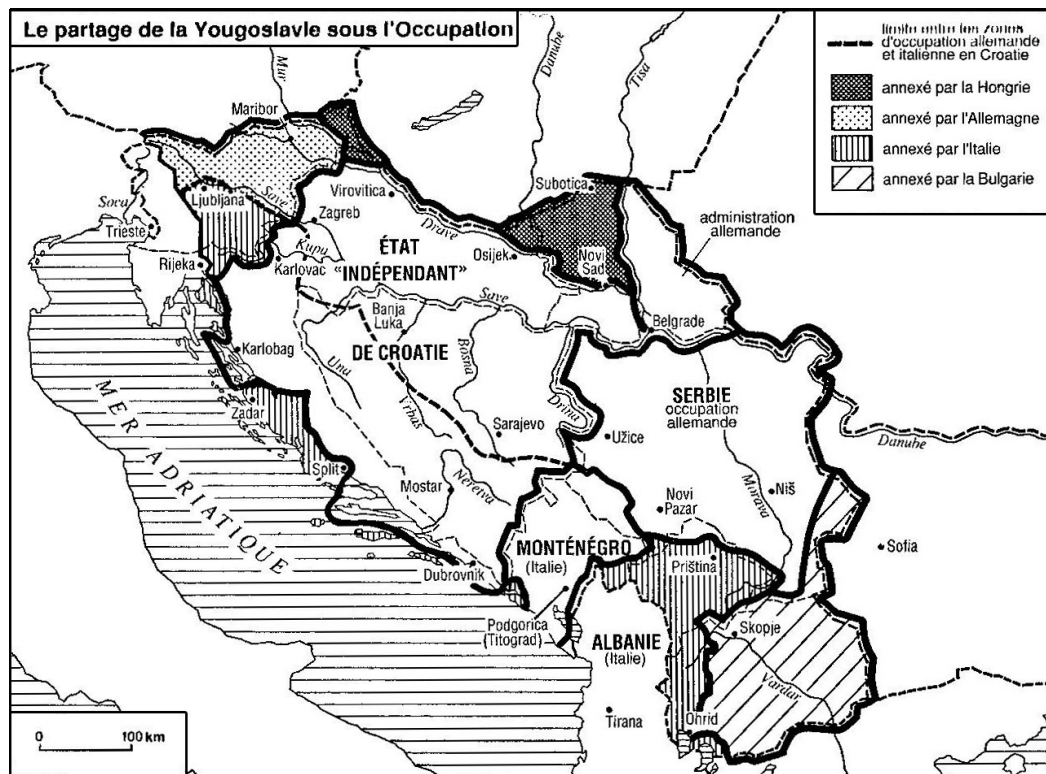


Figura 48 – A partilha do ex-reino da Jugoslávia após Abril de 1941
(Garde, 2000: 63)

3.3.2.10.1 A ocupação do Estado Independente da Croácia

Ainda quanto ao Estado Independente da Croácia (EIC), foi este proclamado no dia 10ABR41, em Zagreb e pelo coronel Slavko Kvaternik, em representação do chefe dos Ustacha⁶⁷, o advogado Ante Pavelic, ainda antes dos blindados alemães terem atingido esta cidade. Foi assim criado um Estado chefiado por Ante Pavelic, aliado da Alemanha de Hitler, “que nada ficou a dever em rigor ideológico, moral especial e brutalidade ao exemplo nazi” (Cutileiro, 2008: 39). Para além do facto dos Ustacha não possuírem grande representatividade social, o poder político fora oferecido antecipadamente pelos alemães a Macek, vice-presidente do governo real e chefe do Partido dos Camponeses, este maioritariamente representativo dos croatas, o qual recusou essa oferta, porque oriunda dos invasores e ocupantes alemães. Este político, face à ocupação alemã, decidiu não acompanhar o governo real jugoslavo no seu exílio em Londres, apesar de ter dado cobertura política a três ministros do seu Partido que no mesmo se mantiveram, tendo-o abandonado e regressado à Croácia, onde a partir de 10 de Abril apelou à população croata para apoiar o Estado Independente. Esta surpreendente sucessão de tomada de diversas e contraditória posturas políticas, em curto intervalo de tempo, radica segundo o Professor Paul (Garde, 2000: 64) “no exacerbado gosto de muitos políticos croatas para a conciliação a todo o custo, contrário ao preferido pelos sérvios, adeptos da escolha de soluções heróicas e extremas”.

No tempo e na situação em causa, uma certa distância do ocupante e o dever de lealdade e obediência devidos ao Estado que então governava os croatas, parecem terem sido os parâmetros do debate em consciência destes, inclusive da hierarquia católica. O croata que viria a ser arcebispo de Zagreb, Alojzije Stepinac, segundo a afirmação do último autor referido e após a citação sublinhada, durante o seu julgamento, em 1946, declarou que “*jamais fora persona grata dos Ustacha ou dos alemães, bem como nunca fora Ustacha ou lhes prestara juramento de fidelidade. Afirmou ainda que o povo croata se pronunciara, em plebiscito, adepto de um Estado croata e que ele como pessoa teria existido em vão, se não tivesse sentido, no pulso croata, um sentimento de escravidão enquanto integrado na velha Jugoslávia*”. Também “o dossier que este bispo endereçou a Roma, com 34 documentos da autoria do seu clero em que se manifestavam contra os massacres, parece dar-lhe razão, bem como o protesto que endereçou a Pavelic, opondo-se aos massacres” (Garde, 2000: 80). Contudo, “o papel do clero católico, e sobretudo do arcebispo Stepinac no fenómeno ustacha, ainda hoje é alvo de uma virulenta polémica entre historiadores de Belgrado, de Zagreb e do Vaticano. Os ângulos da questão são, naturalmente, inesgotáveis, mas os factos ilustrando a estreita colaboração entre a igreja e Pavelic são absolutamente esmagadores” (Pereira, 1995: 254).

Naturalmente não existem culpas colectivas e sim responsabilidades individuais, sobretudo dos chefes e dos praticantes de acções condenáveis. No caso da igreja católica, apesar de enquanto

⁶⁷ - Ustacha é a palavra que designou uma organização nacionalista croata, aliada do partido nacional-socialista alemão e que fora refundada em 1929 por Ante Pavelic, a qual se manteve muito activa até ao fim da II GG. Como seu fim último definiu a independência e a formação do Estado croata, utilizando para o efeito a violência terrorista. Defendeu a supremacia racial do povo croata e praticou a diferenciação racial e o proselitismo católico em alto grau. Anteriormente, como forma de pôr termo à ameaça da construção da Grande-Sérvia, os austro-húngaros anexaram a BiH em 05OUT1908 e deslocaram para lá algumas das suas Unidades Militares. Recrutaram ainda outras Unidades localmente, entre voluntários croatas e muçulmanos, muitos destes da extrema-direita e oriundos do Partido dos Direitos, ficando conhecidos como os rebeldes Ustacha.

tal não ter então denunciado os massacres de forma veemente, o apoio de alguns clérigos católicos ao regime e aos ustacha, através de conversões forçadas de ortodoxos, bem como da exortação de fiéis ao massacre de sérvios, como aliás foi reconhecido numa carta pastoral do episcopado croata, em 20 de Setembro de 1945, não a deve vincular no seu todo. Porém, esses factos de violento proselitismo católico, através dos quais foram ensaiadas tentativas de conversão forçada de ortodoxos, deixaram rancores virulentos no lado sérvio, levantando suspeições nestes quando se procura o caminho do ecumenismo.

Os números de massacrados sérvios que habitavam a Croácia e a Bósnia são sempre aterradores, apesar de díspares conforme a origem, sendo indicado por autores sérvios cerca de 800.000 mortos, enquanto do lado croata admitem cerca de 80.000. *“O assistente pessoal de Hitler para os Balcãs, Hermann Neubacher, admitiu que teriam sido cerca de 750.000 (...) Mais recentemente, dois historiadores que utilizaram idênticos métodos de análise, o sérvio Dragoljub Kocovic e o croata Vladimir Zerjavic, indicaram respectivamente 334.000 e 295.000”* (Garde, 2000: 77). Face à posição oficial perante as diversas nacionalidades existentes na Croácia e ao apoio estatal à acção dos Ustacha, pode-se considerar que os massacres de sérvios foram planeados e constituíram um verdadeiro genocídio, visando a limpeza étnica, sobretudo nas Krajinas mas também na Bósnia, onde os mesmos eram relativamente majoritários.

Os massacres que os Ustacha perpetraram começaram ainda em 1941, antes mesmo da "solução final" da Alemanha nazi em relação aos judeus se iniciar (Janeiro de 1942). Ainda que, no que concerne aos judeus e ciganos os Ustacha tenham imitado os alemães, em relação aos sérvios oficiosamente terão decidido que não deveriam restar ortodoxos no EIC. *“O nazismo croata tinha especificidade balcânica – além do extermínio de judeus e ciganos, pregava também o dos sérvios, com alguma nuance: em Julho de 1941, o ministro da Educação e dos Cultos anunciara que um terço destes seria morto, outro terço deportado e o terceiro convertido à força ao catolicismo. Na catedral de Zagrebe, muitos croatas veneram ainda o corpo embalsamado de Aloise Stepinac, arcebispo que baptizou sérvios no tempo de Pavelic, foi condenado por colaboracionismo a seguir à guerra, feito cardeal por Pio XII em 1952 e beatificado por João Paulo II em 1998”* (Cutileiro 2008: 39). Continua este autor, afirmando que “o tratamento de prisioneiros sérvios por carcereiros croatas durante esses anos indignou os próprios militares alemães, que advertiram Berlim dos excessos”. Assim, a violência atingiu um nível tão alto que o ocupante alemão procurou moderar a acção dos seus aliados Ustacha, visto terem tomado consciência de que com tais horrores a população se iria juntar à resistência à sua ocupação, o que era de todo indesejável. Quanto ao Exército italiano opôs-se com frequência na sua zona de ocupação aos massacres de sérvios, aliando-se para tal ao grupo de tchetniks do padre Djujic, oriundo de uma família de soldados da Krajina, os quais por sua vez massacravam os Ustacha.

Crê-se que o facto insólito, da existência da palavra independente na designação oficial do EIC, traduz a vontade colectiva croata de auto-governo, após a experiência da longa subordinação sobretudo ao Império Austro-húngaro, mas também ao Reino da Jugoslávia. Porém, porque dividido em duas zonas de ocupação, alemã e italiana, o Estado Independente Croata não usufruiu de liberdade total de acção e, para além dos aliados e satélites da Alemanha, não foi reconhecido pelos

países neutros, nem pelo Vaticano. Justificou tal, após a definição Ustacha de um regime nacionalista, copiado do fascismo italiano, a revelação de uma prática política diária arbitrária, onde até foi permitido que as milícias ustacha não se subordinassem à lei vigente e fossem comandadas por chefes próprios, não pertencentes ao Exército, acima de quem se situavam.

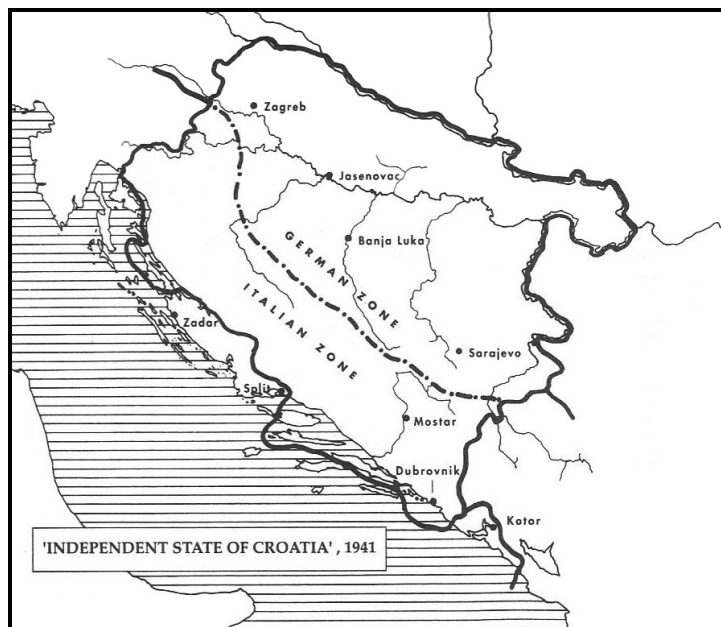


Figura 49 – O Estado Independente da Croácia, após Abril de 1941, e a linha de delimitação da ocupação alemã e italiana no interior do mesmo (Malcom, 1994: xvii)

O EIC de Pavelic, de cariz ditatorial e racista, que começara por abolir o Parlamento, incluía a Bósnia e reconhecia só como croatas os católicos e os muçulmanos. “A *identidade étnica dos Muçulmanos da BiH só foi instituída durante a II GG, sob pressão do Mufti de Jerusalém, (adepto da Alemanha nacional-socialista). Não obstante fossem considerados pelas autoridades do Estado Independente Croata como a mais preciosa parte do povo croata e de muitos muçulmanos terem servido nas forças Ustacha como medida de pressão para o seu reconhecimento nacional, tal só veio a concretizar-se após pressão Alemã sobre o líder croata Pavelic*” (Costa, 2.000: 56). Por outro lado, a liberdade de culto foi suprimida aos ortodoxos e judeus, os quais foram obrigados a usar braçais com a designação de sérvio ou judeu, respectivamente, não sendo ambos reconhecidos como nacionais. Este verdadeiro regime de *apartheid*, segundo alguns autores, afectou cerca de dois milhões de sérvios.

Durante o regime de Pavelic, as milícias do Partido dos Camponeses foram desarmadas e o Partido desintegrado, tendo o PM Macek sido preso, sendo perseguidos todos os potenciais opositores. Iniciaram-se então os massacres e foram abertos campos de concentração para opositores. Este Estado, alinhado totalmente com o Estado nacional-socialista alemão, declarou guerra à Inglaterra e à URSS, enviando a Legião Croata a combater junto dos aliados alemães na frente russa.

Para tentar explicar a política nacionalista dessa época, várias teorias referem que os croatas e os muçulmanos-bósnios são de origem germânica, o que colide com o facto de as tribos germânicas dos godos terem sido, no século III, rapidamente incorporadas na população local, como os factos históricos comprovam. *“A teoria da origem goda foi muito popular na Bósnia durante a II GG, pois foi propagada pelos líderes muçulmanos-bósnios para se distinguirem dos eslavos. Nesta linha e em 1942, um grupo de muçulmanos bósnios enviou a Hitler um Memorando onde exigia o estatuto de raça superior: Nós não somos eslavos, somos de origem goda, afirmava-se no mesmo. O objectivo deste documento era confirmar que os muçulmanos não eram eslavos, uma raça considerada inferior pela Alemanha hitleriana”* (Rados, 1999: 10/11).

Com mais evidência quando vislumbraram a Alemanha na iminência de perder a guerra, alguns políticos croatas afastaram-se da linha política oficial do seu Estado. Porém, alguns outros já desde 1941 haviam iniciado o combate ao ocupante alemão, bem como aos Ustacha de Pavelic, integrando-se nas forças Partizan.

3.3.2.10.2 A Ocupação da Sérvia

Contrariamente ao acontecido na Croácia, em que os alemães invasores foram genericamente recebidos como libertadores, na Sérvia estes foram tidos como os responsáveis pela maior catástrofe que poderia ter acontecido, o despedaçar do país, após o impiedoso bombardeamento da capital Belgrado. Contudo e surpreendentemente, a ocupação viu desabrochar também colaboradores sérvios dos alemães.

Foi formado o governo dito dos comissários, presidido por Milan Acimovic, um velho ministro do governo a que presidira Milan Stojadinovic, que só nominalmente detinha o poder, o qual efectivamente residia nas autoridades de ocupação. Em 1941 foi formado um novo governo, dito dos três generais, presidido pelo General Milan Nédic e por outros dois do Exército real.

Nédic, que comandara a frente Este contra os búlgaros, durante a I GG, desempenhava este novo trabalho cívico como um serviço aos seus compatriotas, de forma a melhor os proteger da destruição física e de salvar tudo que fosse possível. Para isso, face às ameaças alemãs de responder à resistência sérvia com o emprego de forças ustacha, húngaras e búlgaras, através da rádio dirigiu discursos inflamados aconselhando aos seus concidadãos um comportamento ordeiro, bem como a dedicarem-se ao trabalho, em paz e em fraternidade. Com igual motivação, ou seja a dissuasão do emprego pelo ocupante daquelas forças inimigas na Sérvia, aceitou criar a Gendarmeria e a Guarda Nacional da Sérvia, ainda que sob controlo alemão. Em 1942 viria a verificar-se uma acção ofensiva combinada destas, com forças alemãs e búlgaras, contra os partizans⁶⁸ e em ambos os lados da fronteira servo-búlgara.

⁶⁸ - A palavra Partizan designa um membro de uma tropa irregular, formada para se opor à ocupação e ao controlo estrangeiro de uma determinada área, operando atrás das linhas inimigas, com o objectivo de dificultar, ou impedir se possível, o uso das linhas de comunicação do inimigo, roubar-lhe recursos e sabotar a sua actividade por todas as formas. Durante a II GG o termo foi usado para designar determinados movimentos de resistência à dominação alemã e também aqueles que lutaram, durante o pós-guerra, contra o regime comunista da URSS. Quanto aos Partizans que durante a II GG se bateram na Jugoslávia contra

Por outro lado, o seu governo acolheu centenas de milhares de refugiados sérvios, vindos da Croácia e de outras regiões cedidas ao ocupante.

Existe a certeza de que foram realizadas inúmeras concertações entre Nédic e os seus subordinados e a resistência sérvia anticomunista dos Tchetniks⁶⁹, comandada pelo coronel monárquico Draza Mihailovic, visando a colaboração deste, o que se viria a verificar.

Merece ser sublinhado o facto de que de uma inicial colaboração, os Tchetniks e os Partizans passaram a opor-se e acabaram a confrontar-se pelas armas, sobretudo por motivos ideológicos, o que objectivamente favoreceu o invasor.

A par da colaboração moderada de Nédic com o ocupante, surgiram colaboradores entusiastas e muito activos com este. Foram chefiados por Dimitrije Ljotic, que havia sido ministro do rei Alexandre e que *“fundara, após o assassinato deste, o movimento Zbor (reunião), caracterizado como ultra-nacionalista sérvio, fanaticamente ortodoxo, centralizador, violentamente anti-comunista, anti-semita, defensor da extinção dos partidos, defendendo a ordem corporativa e a aproximação à Alemanha. O seu movimento comportava antes da guerra cerca de 30.000 membros”* (Garde, 2000: 69). Ljotic não aceitou integrar o governo na situação de ocupação mas, com o apoio alemão, fundou o Corpo de Voluntários Sérvios, rival e mais activo que a Guarda Nacional sérvia de Nédic, apoiando directamente os alemães na luta contra os Partizans, por convicção ideológica.

De novo, contrariamente à acção do governo croata de Pavelic, de colaboração activa e total com o ocupante alemão-italiano, o governo sérvio de Nédic colaborou com uma atitude de resignação com o ocupante alemão, tendo em vista reduzir e controlar, da melhor maneira para a nação sérvia, as exigências do ocupante. Entre outros factores, a ameaça alemã (levada a efeito só na Sérvia) de executar 100 sérvios por cada alemão morto pelas actividades da resistência, pesou sobremaneira na postura do PM Nédic, bem como na de Mihailovic e dos seus Tchetniks.

3.3.2.10.3 A diferente acção de resistência ao invasor dos movimentos Tchetnik e Partizan

Após a invasão da Sérvia, o coronel Mihailovic, acompanhado por oficiais do Exército real sérvio, organizou e comandou forças constituídas quase só por sérvios e que se mantiveram leais ao poder legítimo, então exilado em Londres. Assumiu sempre uma postura vincadamente anticomunista e, numa primeira fase, as suas forças foram apoiados pelos aliados ocidentais, bem como de início

os ocupantes italo-alemães, foram comandados pelo croata Josip Broz, mais tarde conhecido por Tito, organizados num movimento de resistência inspirado pelo Partido Comunista Jugoslavo, o qual iniciou as suas acções armadas após a invasão alemã da URSS, em 21 de Junho de 1941, cerca de um mês após o início da actividade dos Tchetniks. O movimento dos Partizans esteve sempre aberto a todos os povos da Jugoslávia e, como o Partido político de origem, sempre se opôs ao conceito de Jugoslávia, que identificava só como a grande-jugoslávia sonhada pelos sérvios, defendendo logicamente o internacionalismo. Actuou pelas armas em toda a Jugoslávia, recebendo no seu seio também os sérvios, particularmente os perseguidos pelos Ustacha, além dos não-sérvios que nele encontraram a única força para se baterem contra o invasor.

⁶⁹ - Tchetnik deriva da palavra sérvia *ceta*, ou seja, tropa irregular, ou significa bando armado, se oriunda da palavra turca *çete*, sendo a designação tradicional sérvia para os guerrilheiros que haviam já lutado contra os ocupantes otomanos. Durante a II GG caracterizou-se como uma organização comandada por Mihailovic, de cariz nacionalista, monárquica, profundamente anticomunista, paramilitar, leal ao governo sérvio no exílio e ao seu Rei.

pela URSS. Esta reconheceu o governo sérvio exilado em Londres, devido à necessidade de apoio dos seus aliados ocidentais.

É incontroverso que o movimento Tchetnik, puramente sérvio, de início só actuou em regiões habitadas por sérvios, de onde nunca terá saído para agir pelas armas, havendo informações de que, nas regiões vizinhas e habitadas por croatas, muçulmanos, albaneses ou macedónios, nunca foram tidos como ameaça para estas nacionalidades. Mais tarde, quando foram iniciados os massacres de sérvios pelos Ustacha, no Estado Independente da Croácia e mesmo no Kosovo, os Tchetniks agiram em defesa dos sérvios nessas áreas, perpetrando por sua vez massacres. Assim, passaram a tratar os povos que habitavam na vizinhança de sérvios como inimigos, devendo ser sublinhado que agiram dessa forma em resposta aos actos destes, não elegendo contudo uma nação em particular como inimiga. Procuraram agir com prudência contra o ocupante alemão, de forma a não haver represálias destes contra os seus compatriotas, gerindo as suas forças na esperança da vitória aliada e combatendo os Partizans, por motivos ideológicos e estratégicos. Na base de tal posicionamento estava o conhecimento de que *“os alemães praticavam uma política de terror, segundo o princípio: cem execuções de prisioneiros por cada alemão que fosse morto (...) Esta política só foi aplicada na Sérvia e ela contribuiu largamente para o assumir (pelos Tchetniks) de uma postura de espera passiva”* (Ivic, 1992: 19).

Quanto aos Partizans, “um movimento de resistência inspirado no Partido Comunista jugoslavo (...), iniciou a actividade somente após a invasão da URSS pelos alemães, a 21JUN41, um mês depois dos tchetniks” (Garde.2000: 70/71). Estes foram forças multinacionais que se bateram, contrariamente aos Tchetniks, em todo o território da Jugoslávia, onde pudessem e encontrassem alemães, sem preocupações de represálias contra as populações, estimando mesmo que elas reverteriam em desfavor do ocupante, reforçando a resistência. Usavam os princípios da guerrilha, furtando-se ao combate frontal, atacando onde e no momento mais conveniente, tirando partido da vantagem que o terreno, extremamente acidentado e por eles bem conhecido, confere a quem detem a iniciativa. Isso obrigou o inimigo a fixar na Jugoslávia forças militares numerosíssimas (cerca de 5 Divisões), que certamente faziam falta noutros TO.

Sobretudo na Sérvia, mas também onde habitavam sérvios, nos primeiros meses de ocupação foi onde se desenrolaram mais acções de resistência armada à mesma, certamente traduzindo uma característica bem vincada neste povo, a de possuir uma vontade superior de resistência ao invasor. Nesse mesmo sentido, em Dezembro de 1942, Tito disse *“ser seu dever sublinhar que desde o início, nas fileiras das forças de libertação nacional e nos destacamentos de partizans da Jugoslávia, existe uma imensa maioria de sérvios (...) O povo sérvio pagou e ainda paga o maior tributo de sangue na luta contra o ocupante e os traidores seus lacaios”* (Garde, 2000: 71/72).

Entretanto, em 1942/3, os Partizans, após terem sido escoraçados pelos alemães da Sérvia, centraram as suas acções de combate ao invasor na Bósnia. Concomitantemente, na região das Krajinas e na Bósnia, pertencentes ao Estado Independente da Croácia, mas de maioria relativa sérvia, são massacradas populações sérvias pelos Ustacha e seus aliados muçulmanos, provocando a intervenção com massacres perpetrados por sua vez pelos Tchetniks, em acções de retaliação contra croatas, católicos e muçulmanos. Também no Sandzac, pertencente à Sérvia e ao

Montenegro, os Tchetsniks massacraram sobretudo os muçulmanos. Crê-se que tal se ficou a dever ao ódio ancestral sérvio aos otomanos, para além da retaliação pelos massacres de Sérvios no EIC, sublinhando-se que esta República era composta por croatas e muçulmanos⁷⁰.

Na continuação da guerra ao invasor, os Partizans conseguiram libertar da tutela do poder Ustacha vastas zonas da metade Oeste da Jugoslávia, acabando por criar ainda que de forma rudimentar um Parlamento, o Conselho Antifascista, em Bihac e, no ano seguinte, em 1943 e com funções de governo, o Comité de Libertação Nacional, em Jajce.

Na prossecução da sua linha estratégica, os Tchetsniks cada vez incomodavam menos os alemães na Sérvia, batendo-se sobretudo contra os Partizans, tendo sido travada uma feroz batalha entre os dois movimentos, em Junho de 1943, na Herzegovina montanhosa e sobranceira ao Rio Neretva. Resultou a retirada de Mihailovic para a Sérvia, tendo sido entretanto simbolicamente promovido a ministro do governo em Londres. Continuaram contudo ferozes combates entre Tchetsniks e Partizans no Montenegro, tendo-se aqueles aliado para tal aos italianos, tendo-lhes estes igualmente prestado auxílio no confronto com os Ustacha. Assim, onde os Tchetsniks ameaçavam os croatas, estes aliaram-se aos Partizans, aumentando as adesões de croatas a este movimento.

Mihailovic no comando das suas Forças permaneceu sempre leal ao poder político legítimo do reino jugoslavo, aliás exilado então em Londres. Este general ainda comandou a sua resistência durante algum tempo mas, em Março de 1945, foi capturado pelos Partizans e fuzilado no ano seguinte.

Porque de justiça relativa, deverá ser referido que igualmente os Partizans cometeram massacres, que mais tarde viriam a reconhecer, em especial de albaneses no Montenegro, mas também de uma outra imensa mortandade de Ustachas. Esta acção, particularmente grave, aconteceu já fora de tempo e do calor da batalha, em Maio de 1945, quando os Ustachas de Pavelic se renderam às tropas inglesas de ocupação, perto de Zagreb e na cidade fronteira austríaca de Bleiburg. Foram juntos aos já aprisionados Guardas Brancos⁷¹ eslovenos, bem como aos Tchetsniks montenegrinos, em Kocevje. Todos estes prisioneiros foram então e pelos ingleses devolvidos ao

⁷⁰ - Depois do séc. XIX as nações Sérvia e Croácia afirmaram-se ainda mais claramente, identificando-se cada uma com uma tradição cultural e religiosa própria. Nesse contexto os muçulmanos não encontraram um lugar para si. Depois, o regime político croata dos Ustacha considerou os muçulmanos como "a flor da nação croata" e, reconhecendo o percurso conjunto que ambos fizeram, em termos de massacres que perpetraram contra os sérvios, parece ter colhido aceitação aquela união. Depois Tito considerou os muçulmanos como nação indeterminada, tendo-a reconhecido mais tarde, em 1968, como nação Muçulmana com M maiúsculo, em pé de igualdade com os restantes povos falantes do servo-croata, os Sérvios, os Croatas e os Montenegrinos, designando por muçulmana, com minúscula, uma religião. Em 1983 no conhecido e muito referido processo de Sarajevo, Alija Izetbegovic o futuro presidente da República da Bósnia, ao argumentar contra a acusação de actividades de nacionalismo, por ter escrito e difundido uma declaração islâmica, à Juíza que o interrogava referiu ser diferente o significado da palavra muçulmano, com sentido de pertença a uma religião, e Muçulmano com M maiúsculo, que em si encerra o significado de pertença ao povo da Bósnia. De certa forma foi uma palavra bastante usada ainda que ambígua, pelo que hoje alguns dos muçulmanos pretendem substituí-la por bósnio, o que parece justo, desde que o conceito de povo bósnio inclua os crentes locais de todas as religiões.

⁷¹ - O movimento dos Guardas Brancos foi criado na Eslovénia, paralelo ao dos Tchetsniks, apoiando o governo real jugoslavo no exílio em Londres.

Partizans de Tito, que acabaram por massacrá-los, quase na totalidade. Conforme os autores e como de costume não há acordo, mas estas vítimas de massacre dos Partizans terão oscilado entre 20.000 e 30.000, na opinião de Milovan Djilas, o general montenegrino então hierarquicamente próximo de Tito no movimento Partizan e, mais tarde, dissidente deste.

Em 1943, o PM inglês Churchil mandou infiltrar na Jugoslávia, por lançamento aéreo em páraquedas, o general Mac Lean⁷², com a finalidade de saber efectivamente quem causava mais baixas aos alemães e de que forma poderia mais eficazmente apoiar esse combate ao invasor. Tendo em vista o objectivo a atingir, de forma politicamente realista mas pouco justa, resultou a decisão do abandono de Mihailovic e dos seus Tchetrniks à sua sorte, bem como o apoio exclusivo dos aliados e desde então aos Partizans de Tito. Porém e para outros autores, numa interpretação dessa decisão considerada contraditória em si mesma, *“em 1943, as evidências de colaboracionismo por parte das forças de Mihailovic com os ocupantes, acarretou a retirada dos oficiais de ligação dos Aliados junto dos tchetniks, sendo o apoio militar dos Aliados canalizado em exclusivo para os partisans (...) A atitude de colaboracionismo de Mihailovic terá decorrido de um erro de avaliação. (Este), pressupondo que os alemães e os seus aliados seriam a prazo obrigados a retirar da região por força da acção dos Aliados, estabeleceu como seus principais adversários os comunistas de Tito, apoiados por Moscovo”* (Costa, 2002: 113).

Tito, então já com a exclusividade do apoio logístico dos aliados, comandava cerca de 300.000 partizans, de todas as nacionalidades jugoslavas e com as mais diversas orientações políticas, com os quais controlava vastas zonas libertadas por toda a Jugoslávia. Churchill pressionou então o governo real exilado, para que se entendesse com os Partizans, tendo o novo PM, o conde croata Ivan Subasic, que fora *Ban* da Croácia entre 1939 e 1941, ido encontrar-se com Tito na cidade de Vis. Estabeleceram diversos acordos, deixando a questão da monarquia para ser resolvida no futuro e condenaram o colaboracionismo com o ocupante, desautorizando assim Mihailovic. Em Londres esta decisão recolheu o desacordo dos sérvios do governo no exílio e, em 1944, o rei Pedro II lançou um apelo a Tito para a reunificação de todos. No verão desse ano o exército vermelho conquistou a Roménia e a Bulgária, seguindo-se a Hungria, na direcção da sua progressão através da Voivodina. Porém, foi respeitado o acordado e, como tal, os Partizans tiveram a honra de libertar Belgrado, o que aconteceu em 20 de Setembro de 1944. Com a bênção dos aliados, Tito tomou formalmente o poder político na Jugoslávia, substituindo o Rei que foi arredado do poder.

Os alemães ainda resistiram na Bósnia ocidental, Croácia e Eslovénia, tendo finalmente a Alemanha capitulado em Maio de 1945.

Um ano antes da Conferência de Paz em Yalta, em 09OUT44, Churchil fora a Moscovo para preparar o pós-guerra, em termos da defesa dos interesses britânicos, e “combinou uma partilha das zonas de influência nos Balcãs: mãos-livres para os Britânicos na Grécia, para os Soviéticos na

⁷² - “O fidalgo escocês Fitzroy MacLean, diplomata, militar, escritor e estalajadeiro, saltou em pára-quedas sobre a Jugoslávia em 1943 para depois informar Churchill se os aliados deviam apoiar os guerrilheiros de Tito ou os rebeldes do general monárquico Mihailovich que lutavam ambos contra o ocupante nazi. Qual dos dois matava mais alemães? Fitzroy aconselhou apoio a Tito mas acrescentou: Tenho de o prevenir, primeiro-ministro, que se nós ganharmos, Tito estabelecerá um regime comunista. O senhor MacLean tenciona ir viver para a Jugoslávia depois da guerra?, perguntou Churchill. Não primeiro-ministro. Eu também não, rematou Churchill” (Cutileiro, 2009: 40).

Roménia e na Bulgária; partes iguais na Hungria e na Jugoslávia” (Vidal-Naguet, 2008: 290). Esta acção política, realista e pragmática, revela o velho e sempre renovado interesse britânico e soviético/russo nos Balcãs, face à posição geográfica da região.

No final da guerra as forças de Tito, após libertarem toda a Jugoslávia, transpuseram a sua fronteira em dois locais. Assim, a Oeste da Eslavónia, ocuparam a Istria, incluindo a cidade de Rijeka, assim como a cidade de Zadar na Dalmácia e outras ilhas próximas. A Noroeste ocuparam as regiões eslovenas e croatas que haviam sido atribuídas no final da I GG à Itália. Mais tarde, pelo tratado de paz assinado em 1945, estas ocupações foram tornadas legítimas, ficando incorporadas na Jugoslávia. Ainda reivindicaram outros territórios como Trieste e Gorizia, na Itália, e parte da Caríntia na Áustria, não tendo tido para tal a cobertura dos aliados ocidentais, o que motivou um conflito político violento com os mesmos.

Como consequência, usual em situações idênticas, os vencedores ditaram as regras e houve, por ordem do novo poder jugoslavo, deportações em massa. Da Itália, até à italiana, emigraram compulsivamente populações para Itália e foram substituídas por croatas e outros jugoslavos. Cerca de meio milhão de alemães, que já desde o século XVIII constituíam uma minoria na Eslovénia, na Croácia e na Voivodina, foram expulsos para a Alemanha, após sofrerem inúmeras punições, tendo as suas casas sido ocupadas por jugoslavos, oriundos principalmente do Sul do país.

Entretanto, como os Partizans de Tito tinham formado e enquadrado grupos de comunistas albaneses, os quais libertaram o seu país, durante algum tempo puderam satelizar a Albânia. Nesse âmbito é interessante notar que, nos anos 1945/8, esteve iminente a união deste país quer à Federação Jugoslava, como solicitado pelo dirigente albanês Koci Xoxa em 1948, quer a uma Federação Balcânica. Se aquela união se tem verificado, “o Kosovo ter-se-ia tornado albanês numa Albânia jugoslava” (Garde, 1992: 236). Ainda é de ser referido que essa ideia, após considerada, foi abandonada por Belgrado, na sequência da postura política dominante na Albânia após 1948, tendo-se os dois países distanciados, tornando-se mesmo inimigos, pois Enver Hoxha assumiu o poder político, suplantando Xoxa, e escolheu a linha política de Estaline para a Albânia, contrária aos interesses de Tito.

Por outro lado, nos anos seguintes diversos dirigentes albaneses do Kosovo desejaram a união da Província com a Albânia, tendo Tito duramente reprimido esse movimento. Crê-se que não teria sido vantajoso para o Kosovo tal união pois, tendo este na época cerca de metade da população daquela (3,21 milhões / 1,58 milhões em 1991), são contudo menos pobres que os albaneses do outro lado da fronteira. Esta realidade terá pesado na decisão posterior dos dirigentes albaneses do Kosovo de reivindicarem só o estatuto de República para o Kosovo e não a integração na Albânia ou a independência. Também marca a diferença, a existência no Kosovo de minas de zinco e a agricultura ter algumas possibilidades, ainda que mal exploradas, para além de praticarem uma certa economia de mercado e usarem de uma relativa liberdade de expressão e religiosa, quando comparadas com as realidades da Albânia.

Porém, a postura dos albaneses do Kosovo, favorável à transformação da sua Província autónoma em República, era tida por sua vez por alguns sérvios como um primeiro passo, a partir do qual aspirariam a um estatuto com direito à secessão. Outra postura era a dos sérvios radicais,

situada no extremo oposto daquela, para quem a integração total do Kosovo na Sérvia era a solução desejada. Apesar do passado histórico, esta solução de matriz sérvia não parece aconselhável para a estabilidade regional, face às actuais percentagens populacionais em confronto no Kosovo (9/10 de albaneses, para 1/10 de sérvios), com tendência a aumentar a desproporção, sobretudo devido às respectivas taxas de natalidade, conduzindo-nos à percepção da relativa justeza da solução de compromisso imposta por Tito.

3.3.2.11 O tempo inicial da Jugoslávia de Tito e o compromisso imposto às nacionalidades

Tito, que governaria a Jugoslávia de forma absoluta, durante 35 anos e até à sua morte em 1980, nasceu em 1892 na região de Zagreb, filho de pai croata e mãe eslovena. Lutou na guerra de 1914/18, integrado no exército austríaco, contra os sérvios e aliados destes de então, tendo sido aprisionado pelo exército russo. Participou na revolução russa e aderiu ao Partido Comunista, tendo-se empenhado ainda na guerra de Espanha. Conseguiu ultrapassar as sucessivas purgas internas do COMINTERN⁷³ e foi por sua vez eliminando os rivais, tornando-se líder quase incontestado do Partido Comunista Jugoslavo. Começou a sua carreira política, apresentando-se como comunista de orientação estalinista e adepto do modelo soviético. Contudo, a libertação da Jugoslávia não fora realizada pelos russos e ele estivera sempre empenhado nesse objectivo, onde o fervor revolucionário imperara no seio dos seus Partizans. Assim, o regime que criou situou-se mais perto do da época da Rússia revolucionária, do que da estalinista. Aqui se situa a razão para o regime comunista jugoslavo ter sido, sobretudo no seu início, mais radical que o dos seus vizinhos, tendo querido e conseguido manter sempre uma independência de decisão, que mais tarde usaria até limites difíceis de imaginar de início. Os soviéticos procuraram entre 1946 e 1948 subordinar a Jugoslávia, sobretudo a partir de Junho de 1947 através do COMINFORM, um órgão que então haviam criado com a finalidade de coordenar a acção dos diversos partidos comunistas europeus e assim, com essa ferramenta controladora, fortalecer a sua política externa. Face à impossibilidade de dominar a linha política autónoma do PC Jugoslavo, Estaline acabaria por expulsar, em Junho de 1948, a Jugoslávia do COMINFORM, transferindo por isso a sede do mesmo de Belgrado para Bucareste. Desse facto resultou um maior fortalecimento do apoio do povo jugoslavo ao regime político de Tito, pois a vontade de independência agradava sobremaneira aos cidadãos jugoslavos. Crê-se ter tido uma enorme importância, neste particular, o apoio proporcionado pelo Reino Unido a Tito e ao seu regime político, certamente porque mais de acordo com os seus objectivos estratégicos.

Com a sua ruptura do mundo comunista, a Jugoslávia progressivamente evoluiu em sentido diverso dos restantes países comunistas, vindo o terror inicial a desaparecer no curso dos anos 50, tornando-se na década seguinte um país liberal e com fronteiras abertas. Também foi permitida

⁷³ - Em Março de 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, por Estaline foi criada a III Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda COMINTERN. O seu principal objectivo foi criar uma União Mundial de Repúblicas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia directrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, o COMINTERN foi dissolvido com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética (Bessa, 2001).

alguma liberdade de expressão, ainda que sempre sob o poder da Liga dos Comunistas Jugoslavos e de Tito, este no vértice superior desta. Porém as purgas continuaram, bem como os julgamentos por delito de opinião. Após a purga anti-estalinista de 1948, seguiu-se a realizada em 1954 contra Milovan Djilas, um dos companheiros desde início de Tito, preso sob a acusação de tendências anarco-liberais. Tal sanção adveio da publicação do livro “A Nova Classe”, entre outros da autoria de Djilas, onde denunciou os privilégios dos burocratas/dirigentes do Partido, vindo a ser amnistiado só em 1966. Estes fenómenos continuaram até mesmo depois da morte de Tito, tendo o regime paulatinamente evoluído de totalitário para autoritário.

O Estado jugoslavo de início seguiu o modelo federal da URSS de Estaline, onde as Repúblicas federadas, as Repúblicas Autónomas, as Regiões Autónomas, etc., usufruíam de uma larga independência, mas onde as suas instituições eram ultrapassadas em poder, a todos os níveis, pelas do Partido, o qual era muito centralizado e possuidor do verdadeiro poder político-militar. Na URSS a República mais importante não possuía como as outras um PC próprio, pois este não se distinguia do PC soviético. Ao contrário, na Jugoslávia de Tito e desde início, sempre existiu um PC em cada República. O PC federal, que depois viria a ser designado por Liga dos Comunistas Jugoslavos, não ia além de federador das Repúblicas. Com o desenvolvimento da autogestão, houve um acordo de transferência do poder real do Estado Federal e da autonomia de decisão para os diversos organismos das Repúblicas e para os seus PC, ainda que o Estado central não se tenha transformado numa ficção. Desse modo e a partir dos anos 60, as competências das Repúblicas foram sendo ampliadas e, concomitantemente, diminuídas as da Federação. Assim, o inicial monolitismo do regime foi-se transformando e cada uma das oito Entidades foi assumindo em crescendo um poder político e económico largamente autónomo. Tito reservou para si o poder federador e actuou como árbitro, sempre que achou necessário, deixando que as relações de força entre as Entidades ditassem as decisões.

3.3.2.12 Breve caracterização das coordenadas políticas do regime de Tito

A inicial postura radical, já identificada, explica a extrema violência do regime jugoslavo, o qual cometeu os maiores massacres de entre os cometidos na Europa comunista. Já referimos o massacre de Ustachas (croatas), de Tchetniks (sérvios) e de Guardas Brancos (eslovenos) em Bleiburg, tido como paradigmático, face à situação de paz que então já se vivia, ao imenso número de vítimas resultante e à extrema violência usada pelos Partizans de Tito. Registe-se porém que essa enorme violência não foi exclusiva da Jugoslávia, pois em todos os países de Leste houve execuções de nacionais, tidos por colaboracionistas com os regimes nacional-socialista alemão ou fascista italiano, então ocupantes dos Balcãs.

Igualmente simples adversários políticos do regime de Tito foram executados, como o já referido general Mihailovic, além de perseguições aos tidos como suspeitos de serem hostis ao regime, bem como encarceramentos arbitrários, perante simples denúncias, e ainda deportações para campos de concentração, ou até para fora do território jugoslavo, como também já referido. As perseguições religiosas contra todas as confissões (ortodoxos, católicos e muçulmanos) foram uma constante. O já citado arcebispo de Zagreb, Stépinac, foi condenado em 1946 a 16 anos de trabalhos

forçados e morreu em residência fixa, em 1960, sob a principal acusação de ter ordenado conversões forçadas de ortodoxos, entre outras acusações tidas como falsidades por alguns autores. Desta forma, a Jugoslávia "viveu, desde 1945, mais cedo e mais intensamente que os seus vizinhos húngaros e checos, o terror estalinista em pequena escala" (Garde, 2000: 87).

Na área económica, a nacionalização das empresas industriais ou comerciais, independentemente da sua dimensão, foi imediata e completa, bem como a posse da terra. Aos camponeses restou a associação em comunidades estatais agrícolas, as quais apesar de terem sido oficialmente chamadas de *Zadrugas*⁷⁴, eram organizadas segundo o modelo dos *Kolkoz*es soviéticos, logo integrados numa economia de planificação centralizada e com todos os meios de produção na posse do Estado. Porém, esta decisão política só duraria até 1953, tendo então sido abandonada, face ao não reconhecimento da bondade dessa solução, e a propriedade da terra foi de novo privatizada. Também desta forma ficou evidenciado como a geografia condiciona as escolhas do homem, ainda que não as possa impor.

Quanto à estrutura do Estado jugoslavo, desde muito cedo e de acordo com o modelo soviético, Tito e o Partido Comunista Jugoslavo tinham reconhecido, sem margem para dúvidas, as várias nacionalidades existentes, rejeitado o centralismo da Jugoslávia monárquica, porque tido como a expressão da opressão da burguesia sérvia sobre todos os outros povos jugoslavos. Assim, o Estado Jugoslavo era multinacional e era reconhecida oficialmente a distinção entre cidadania (jugoslava) e nacionalidade (sérvia, croata, húngara, albanesa, etc.). Para garantir direitos iguais a todas as nacionalidades e um território às principais destas, o Estado foi organizado da forma federal, compreendendo tantas Repúblicas como povos eslavos do Sul existiam no seu território (Eslovénia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Macedónia e Bósnia). A Bósnia foi então reconhecida como República, devido ao grande número de muçulmanos nela existentes, ainda que só em 1969 viessem a ser reconhecidos como nacionalidade⁷⁵. Por outro lado, as duas principais minorias não eslavas foram incorporadas em duas províncias autónomas, o Kosovo (de maioria albanesa) e a Voivodina (com uma forte minoria húngara, para além de outras). Estas duas províncias autónomas ficavam porém na dependência da Sérvia. Para garantir a igualdade, ou pelo menos o equilíbrio entre os povos, o sistema procurou abster-se de uma forte e clara preponderância da Sérvia, tida como a causa do desequilíbrio da monarquia. A política interna de Tito poderá ser resumida pela frase “Jugoslávia forte, Sérvia fraca” (Garde, 1992: 88), pois das oito entidades agora oficialmente reconhecidas (6 Repúblicas e duas Províncias Autónomas), cinco haviam sido tidas, no tempo da monarquia, como puramente sérvias. Nesse sentido, além da Sérvia e das suas duas Províncias Autónomas, também havia sido considerado sérvio o Montenegro, onde a população é efectivamente muito próxima dos sérvios, e a Macedónia, a quem jamais fora reconhecida uma especificidade própria, como agora passava a acontecer. No sentido de também florescer um sentimento nacional nesta nova República,

⁷⁴ - A estrutura rural da sociedade sérvia assentava tradicionalmente na comunidade familiar, a *Zadruga*, a qual garantia simultaneamente uma adequada capacidade de adaptação à vida nos Balcãs, bem como uma flexibilidade suficiente para a mobilidade social dos seus elementos.

⁷⁵ - “A decisão de reconhecer os muçulmanos, como uma nação separada, foi tomada em 1969 pelo Comité Central do PC da BiH. A Constituição Federal de 1974 sancionou tal decisão” (Zametica, 1992: 83).

fortalecendo a Jugoslávia, seria criado a partir de 1945 e com base nos dialectos locais, uma língua macedónia.

De tudo o citado, resultou que constituindo então a população sérvia cerca de um terço da população total jugoslava, a qual durante a monarquia representara cinco oitavos do conjunto e com um poder quase total, agora, sob o regime de Tito e por decisão política, passou a não representar mais do que um oitavo do povo jugoslavo. Isto traduzia o compromisso interno imposto na Jugoslávia por Tito, bem como a vontade teórica de garantir a plena igualdade de direitos a todos os povos, incluindo o ensino a cada um destes da sua língua materna, bem como o uso legal da mesma em actos públicos. Esta vontade de igualdade conduziu a uma situação que se pode considerar exagerada em termos de voto e poder correspondente, devido ao facto de na Voivodina, face às minorias ali existentes, serem oficialmente usadas seis línguas, o servo-croata nas suas duas variantes, o húngaro, o romeno, o esloveno e o ucraniano.



Figura 50 – A Sérvia p.d. e as suas duas Províncias Autónomas (Wikipédia)

Só muito lentamente os sérvios tomaram conhecimento da iniquidade que representou o facto de que “as fronteiras das Repúblicas comunistas foram traçadas de forma a deixar um número de sérvios, no exterior da Sérvia, muito maior do que não importa qual das outras comunidades separadas da sua república-mãe” (Ivic, 1992: 22/23). Dessa forma, deixando cerca de 40% dos sérvios no exterior da sua República, a Sérvia foi enfraquecida deliberadamente. Este facto foi agravado com a separação da Sérvia das Províncias Autónomas da Voivodina e Kosovo, decisão baseada na existência das duas minorias numerosas (húngaros e albaneses).

Por outro lado, nas duas Câmaras do Parlamento Federal, cada República valia o mesmo número de votos, sendo a Sérvia a mais prejudicada com o sistema imposto, face ao total relativo e absoluto da sua população. Acresce ainda ter sido a única República com duas Províncias Autónomas impostas, o que é de difícil compatibilização com o facto de, após a criação da Federação, haver mais sérvios na Croácia do que húngaros na Voivodina e albaneses no Kosovo.

Assim, pelo censo de 1981, existindo na Jugoslávia 8.104.000 de sérvios (Fig. 51), habitavam na Sérvia p.d. (sem as citadas províncias) só 4.865.000 destes e fora dela 3.239.000 (quase 40%). Há ainda que adicionar, a este número, parte dos que se consideravam só jugoslavos, não se

atribuindo pertença de uma das nacionalidades. Foram sobretudo os sérvios os que assim se consideravam, pois viviam no exterior da República que os representava, fosse na Croácia, na BiH e até na Voivodina, porque assim “era claramente mais cómodo para a vida quotidiana e a carreira profissional” (Ivic, 92: 23), além de valorizavam mais o colectivo do que a etnia própria.

Nationalités de la Yougoslavie (recensement de 1981)			
Nationalités	En milliers	%	Habitat
Population totale.....	22 424	100	
Peuples :			
Serbes.....	8 104	36,3	
Croates.....	4 428	19,7	
Musulmans.....	1 999	8,9	
Slovènes.....	1 753	7,8	
Macédoniens.....	1 339	5,9	
Monténégrins.....	579	2,5	
Minorités :			
Albanais.....	1 730	7,7	K, Ma, Mn, Se
Hongrois.....	426	1,8	V, Cr
Tsiganes.....	168	0,7	Se, Ma, K, V
Turcs.....	101	0,4	Ma, K
Slovaques.....	80	0,3	V
Roumains.....	54	0,2	V
Bulgares.....	36	0,1	Se
Valaques.....	32	0,1	Se
Ruthènes.....	23	0,1	V
Tchèques.....	19		Cr
Italiens.....	15		Cr
Ukrainiens.....	12		V
Non déterminés :			
Refus d'appartenance.....	46	0,2	
« Yougoslaves ».....	1 219	5,4	
Appartenance régionale.....	25	0,1	
Abbreviations :			
BH	Bosnie-Herzégovine	Mn	Monténégro
Cr	Croatie	Se	Serbie (étr.)
K	Kosovo	Sl	Slovénie
Ma	Macédoine	V	Voivodine

Les nationalités par entité fédérale					
Nationalité	Milliers	%	Nationalité	Milliers	%
Bosnie-H.....	4 124		Croatie.....	4 601	
Musulmans.....	1 630	39,5	Croates.....	3 454	75
Serbes.....	1 320	32	Serbes.....	531	11,5
Croates.....	758	18,3	« Yougoslaves ».....	379	8,2
« Yougoslaves ».....	326	7,9	Hongrois.....	25	0,5
Monténégrins.....	14	0,3	Slovènes.....	23	0,4
			Musulmans.....	15	0,3
			Tchèques.....	11	0,2
			Italiens.....		
Kosovo.....	1 584		Macédoine.....	1 900	
Albanais.....	1 226	77,3	Macédoniens.....	1 279	67,3
Serbes.....	209	13,1	Albanais.....	377	19,8
Musulmans.....	58	3,66	Turcs.....	86	4,5
Tsiganes.....	34	2,1	Serbes.....	44	2,3
Monténégrins.....	27	1,7	Tsiganes.....	43	2,3
Turcs.....	12	0,7	Musulmans.....	39	2,0
			« Yougoslaves ».....	14	0,7
Monténégro.....	584		Serbie (étr.).....	5 694	
Monténégrins.....	400	68	Serbes.....	4 865	85,4
Musulmans.....	78	13,3	« Yougoslaves ».....	272	4,7
Albanais.....	37	6,3	Musulmans.....	151	2,6
« Yougoslaves ».....	31	5,3	Albanais.....	72	1,2
Serbes.....	19	3,2	Tsiganes.....	57	1,0
			Croates.....	31	0,5
			Bulgares.....	30	0,5
			Macédoniens.....	29	0,5
			Valaques.....	25	0,4
Slovénie.....	1 891		Voivodine.....	2 034	
Slovènes.....	1 712	90,2	Serbes.....	1 107	54,4
Croates.....	55	3,2	Hongrois.....	385	18,9
Serbes.....	42	2,2	« Yougoslaves ».....	167	8,2
« Yougoslaves ».....	26	1,3	Croates.....	109	5,3
Musulmans.....	13		Slovaques.....	69	3,3
			Roumains.....	47	2,3
			Monténégrins.....	43	2,1
			Tsiganes.....	19	0,9
			Ruthènes.....	19	0,9
			Macédoniens.....	18	0,8

Figura 51 – As nacionalidades da Jugoslávia, com pelo menos 10.000 elementos e segundo o censo de 1981, em números totais e dentro de cada República ou Província Autónoma (Garde, 2000: 115/6)

Se for considerado o total de 1.219.000 dos que a si mesmo se consideravam jugoslavos, dos quais só os recenseados no exterior da Sérvia são cerca de 947 mil, a maioria destes é efectivamente de etnia sérvia. Se considerarmos ainda que deste número, só uma minoria é resultante de casamentos mistos e de descendentes destes, mas admitindo que só metade é de ascendência sérvia, obteremos a cifra de 3.712.500 sérvios no exterior da Sérvia p.d. Assim, esta cifra representa mais do que o número de eslovenos, de macedónios e de montenegrinos em toda a Jugoslávia, ficando desta forma provado que o objectivo, do traçado das fronteiras administrativas internas da Federação, visou enfraquecer deliberadamente a Sérvia, como conclui de seguida Pavle Ivic.

Tito rejeitou liminarmente as tímidas tentativas de acordar autonomia aos sérvios, logo de início e de novo em 1971, quando incrementou substancialmente os privilégios das Províncias Autónomas, em detrimento da Sérvia. Por outro lado, na Federação, as Repúblicas ricas deviam solidarizar-se com as menos desenvolvidas mas, curiosamente, a Sérvia todos os anos pagou muitos recursos financeiros em vez de receber tal ajuda, “porque se situava abaixo do nível de vida médio”, como justamente sublinhou Pavle (Ivic, 92: 23). Este, continuando a apoiar-se nos dados apresentados no Quadro das Desigualdades Regionais em 1986, inserido no livro de Paul (Garde, 2000), concluiu depois que essa realidade retardou muito o desenvolvimento das regiões interiores sérvias.

Não se pode considerar menos importante a interdição imposta ao povo sérvio, ao não lhe ser reconhecida existência no Montenegro e na Macedónia. Naquele, antes da II GG toda a população se considerava sérvia, enquanto neste, uma grande fatia da mesma era efectivamente sérvia. Porém, em nenhum dos casos se podiam publicamente declarar como tal. Os mesmos povos silenciados nunca puderam ter direito às suas escolas, publicações e representação política, como a todos os povos e minorias estava garantido na Jugoslávia marxista. Todos estes constrangimentos, impostos ao povo sérvio, foram dissimulados e impedidos de serem divulgados à opinião pública.

É muito relevante também o expresso na Constituição jugoslava de 1974, no que à Sérvia diz respeito. Nela foi definida a impossibilidade de ingerência do governo sérvio nas suas Províncias Autónomas, enquanto os representantes destas continuaram membros do Parlamento e do Governo sérvios, com todos os direitos inerentes. Nesta Constituição ficou ainda expresso que as Províncias Autónomas podiam proclamar e modificar as suas Constituições particulares, sem nenhuma ingerência da Sérvia, enquanto esta não poderia fazer alterações na sua lei fundamental sem o acordo explícito das duas Províncias. Realmente, com o simples conhecimento destas disposições constitucionais jugoslavas, pouco divulgadas no exterior, fica perfeitamente claro o cerco legal e a conseqüente crescente desvalorização da importância dos sérvios na Federação. Esta foi mais uma subtilidade na forma de implementar o pensamento de Tito, de que para haver uma Jugoslávia forte, só tornando a Sérvia fraca. Restou então aos sérvios aceitar que as suas opiniões passavam a valer, em termos federais de decisão, o mesmo que cada uma das suas Províncias Autónomas ou cada uma das outras Repúblicas da Federação.

O carácter multinacional formal do regime pode ser visto, de início, na composição da equipa dirigente ao mais alto nível, constituída para além de Tito de origem croata, pelo esloveno Edvard Kardelj, pelo sérvio Aleksander Rankovic e pelo montenegrino Milovan Djilas. Porém, em 1954 Djilas viria a ser afastado, bem como Rankovic em 1966. Kardelj continuaria perto de Tito, com Vladimir Bakaric, um outro croata para esse efeito designado, os quais, porque muito mais instruídos do que Tito, nele exerceram uma influência decisiva sobre a sua política, como referem sobretudo autores sérvios. Neste particular, não deve igualmente esquecer-se a opinião dos mesmos ao afirmarem que *“Tito não era favorável aos sérvios, devido à sua antipatia para com os mesmos, a qual remontaria já a 1914, quando participara como sargento do exército austro-húngaro na invasão do Noroeste da Sérvia, após o que se seguiu a debandada das tropas imperiais vencidas. Tito era contudo muitíssimo hábil para manifestar publicamente as suas inclinações servofobas”* (Ivic, 1992: 19).

Ilustra também a ideia de uma permanente e subtil vontade de Tito em reduzir o poder da Sérvia, ainda que apresentando sempre diferentes razões, o facto de que, *“após a rotura com o bloco de Leste, em 1948, e seguindo uma decisão do Comité Federal de Coordenação para a Defesa Nacional (presidido por Tito), uma grande parte das indústrias sérvias foi transferida para as Repúblicas mais a Ocidente, pretensamente para evitar que em caso de invasão pelos soviéticos, estes tomassem posse das mesmas. Foram assim deslocadas para fora da Sérvia as fábricas mais diversas, desde numerosos moinhos a vapor até maquinaria da indústria militar, que então estava bastante desenvolvida na República, existente já desde o tempo em que era objectivo libertar o povo sérvio, então sob o jugo austro-húngaro ou otomano”* (Ivic, 1992: 20). A razão apresentada para tal,

realmente não parece ter grande sustentação pois, deslocar fábricas no máximo até cem ou duzentos quilómetros para Ocidente, não sugere ter sido acrescentado um alto grau de dificuldade para a sua apropriação, face a um eventual avanço e vontade para tal do exército vermelho. Com a argumentação referida, foi por exemplo transferida da Sérvia (Rakovica/Belgrado) para a Eslovénia (Marbor) uma fábrica de autocarros. Curiosamente, as duas localizações distam sensivelmente a mesma distância respectivamente das fronteiras da Roménia e da Hungria, então aliadas da URSS.

Quanto à língua servo-croata, a sua unidade constituía um dogma do regime, estando interdita qualquer referência à origem étnica da mesma, tolerando-se somente alusões às suas variantes ocidental ou oriental. Igual orientação fora definida no que se prende com alusões às confissões religiosas, as quais deveriam ser parcimoniosas.

Com o passar do tempo, iriam surgir descontentamentos em todas as Repúblicas, face ao distanciamento da satisfação dos seus objectivos estratégicos, face ao caminho imposto pelo regime. Os sérvios viam cada vez mais distante a sua tão desejada unidade nacional. Os croatas viam negada a sua especificidade cultural e linguística. Os albaneses não viam ser-lhes reconhecido o estatuto de povo e de República. Potenciando os motivos de desagrado citados e outros, cada povo atribuía a origem da insatisfação daquilo a que pensava ser de justiça aspirar, ao conluio entre o regime titista e o povo vizinho. Nesse sentido, sendo Tito croata, os sérvios nele radicavam todo o mal de que se queixavam. Por sua vez, os croatas apontavam o dedo ao pessoal dirigente do Partido e do Exército, porque diziam serem ambos maioritariamente sérvios. Por via repressiva, estes descontentamentos foram sendo contidos, já que durante cerca de quarenta anos nunca desapareceram.

Não sendo possível negar o relevo político de Tito, ficou claro ter-lhe faltado equacionar, entre os factores fundamentais em presença na construção multiétnica a que se abalançou, a importância capital de que se reveste a criação e manutenção da estabilidade da mesma, só garantida quando apreciáveis vantagens são perceptíveis por todas as populações envolvidas, mesmo que enquadradas por regimes fortes, como foi o caso.

3.3.2.13 Características inovadoras da Jugoslávia de Tito e a transformação da importância desta, de regional em mundial

O regime de Tito, que escapara ao controlo dos blocos político-militares europeus (PV e OTAN) pós II GG, inovou e aliou-se ao grupo daqueles que, mais tarde, ficariam conhecidos como o bloco dos não alinhados ou terceiro mundo⁷⁶, então em luta pela descolonização. Nesse sentido, Tito viria a ser um dos promotores da Conferência de Bandung de 17 a 24 ABR 55, nesta cidade da

⁷⁶ - “Em 1952 A. Sanvy chamou *terceiro mundo* (por analogia como Terceiro Estado de 1789) aos novos países e populações que não se enquadram nem no Leste nem no Oeste. O termo é hoje usado muitas vezes no plural, sublinhando a heterogeneidade do conjunto. Às vezes até é rejeitado, com alegações de que o Terceiro Mundo não representa nem uma unidade, nem uma força, nem uma vontade política autónoma, ou seja, o terceiro mundismo não seria mais do que uma utopia. O terceiro mundismo afirmou-se em Bandung (1955), revelou-se anticolonialista e neutral. Quis reagrupar as populações e os países dominados para defender a sua integridade territorial e interesses políticos e inflectir as relações interestaduais e a acção dos organismos internacionais no sentido do seu desenvolvimento” (Vidal-Naguet, 2008: 306)

Indonésia, na qual países asiáticos e africanos se pronunciaram pela independência das colónias e contra os blocos militares, cunhando o que ficaria conhecido como o prenúncio dos novos “ventos da história”. Na mesma Conferencia participaram e distinguiram-se os líderes políticos da Índia (Nehru), da Jugoslávia (Tito), da Indonésia (Sukarno) e do Egipto (Nasser). Na sequência Tito promoveu de 1 a 06SET61 em Belgrado, na Jugoslávia, a primeira Conferência dos Países não Alinhados, fundando com Nehru e Nasser o movimento daqueles Países. Tito, com esta política prosseguida durante mais de 30 anos, incrementou para o seu país prestígio e influência, passando-lhe a ser reconhecido valor, não só no âmbito regional mas agora ao nível mundial.

Um outro aspecto inovador, do Titismo jugoslavo, prende-se com o sistema socio-económico implantado progressivamente na Jugoslávia, designado de autogestão, o qual se opunha à estatização soviética. Este sistema foi definido em detalhe na Constituição de 1974 e traduziu um enorme avanço, face à estatização da economia. Significava que as empresas eram geridas não pelo Estado, nem por um proprietário privado e sim por quem nela trabalhava, não estando sujeitas ao planeamento estatal.

Deste modo, *“por autogestão deve entender-se uma organização das actividades sociais mediante uma cooperação, onde as decisões são directamente tomadas pelos participantes através de colectividades como a empresa, a escola, o bairro (...) A autogestão é entendida como um modelo de sociedade socialista alternativa ao modelo estatal burocrático, praticado no sistema soviético da URSS (...) Na base do sistema de autogestão, a nível económico, está uma participação activa dos trabalhadores nas decisões da gestão da empresa”* (Rados, 1999: 72/73).

Porque não era garantido pelo Estado o pleno emprego, resultou uma imensa emigração. A situação vivida, sobretudo após o meio dos anos 70, traduzia uma enorme autonomia e um avanço no caminho da economia de mercado. Por outro lado, as empresas privadas, no quadro unifamiliar ou com um só assalariado, foram autorizadas. Resultou mais prosperidade e um melhor aprovisionamento do mercado interno e as exportações floresceram, face aos outros países então genericamente ditos de Leste. Contribuíram igualmente para tal, os resultados muito apreciáveis do turismo. Não deve ser esquecido o imenso contributo, para a florescente economia jugoslava, que os milhares de dólares de ajuda externa, doados principalmente pelos Estados Unidos, por motivos políticos e como forma de apoio, face ao exemplo jugoslavo de resistência ao imperialismo soviético. Contudo, o omnipresente Partido tudo controlava e assim, as eleições nas empresas eram formalmente livres mas o conformismo político era endémico e a designação partidária imperou. Por outro lado, o investimento do capital era feito de forma amadora e a construção de obras de prestígio e não a rentabilização daquele conduziram à construção de hotéis de luxo em zonas subdesenvolvidas e sem grande aptidão turística, como na Bósnia ou no Kosovo. Assim, quando a conjuntura internacional deixou de ser favorável, o sucesso económico desapareceu.

3.3.2.14 Os choques de interesses entre as Entidades Jugoslavas e a evolução do regime

Os conflitos entre as oito Entidades jugoslavas foram uma constante e desenvolveram-se no sentido Norte-Sul e do centro para a periferia, em função dos interesses em presença.

Assim, a Norte, a Eslovénia, a Croácia e a Voivodina, porque com uma matriz cultural mais desenvolvida, graças à histórica ligação com a Áustria e a Hungria, e também face à vantagem de que usufruíam em termos de riqueza, porque com território mais plano e em montanha alpina, sentiam-se superiores às restantes Entidades. Possuíam uma agricultura mais produtiva, melhores e mais fáceis vias de comunicação, eram mais industrializadas e urbanizadas, sendo a sua produtividade superior. Foram ainda criadas novas indústrias nos seus territórios, entre elas a montagem de viaturas e, na Croácia, a do turismo.

Quanto às regiões centro e Sul, outrora e durante cerca de quatro séculos sob o domínio otomano, eram menos prósperas, sendo o Kosovo a mais pobre, logo com menos poder relativo para lutar pelos seus interesses na Federação. Nestas Entidades, a falta de informação através da comunicação social era maior e a iliteracia dominava. Eram ainda menos prósperas, a indústria implantada era maior consumidora de capital e menos de mão-de-obra, logo o desemprego era maior, apresentando maiores índices de subdesenvolvimento.

Os desacordos na Federação eram constantes, no que concerne à partilha de recursos. Conforme os interesses em presença, uns defendiam dever ser favorecido o Sul, porque menos desenvolvido, enquanto outros elegiam para tal o Norte, porque mais produtivo. Também o desacordo era notório na definição, ao nível federal, da fracção dos recursos do Norte a ser consignado ao desenvolvimento do Sul. Em 1965 foi levantado um fundo, alimentado pela contribuição das Repúblicas mais ricas da Federação, para apoio às Repúblicas e Províncias do Sul, porque menos desenvolvidas, mas a sua acção não foi de molde a diminuir o diferencial, tendo curiosamente o desequilíbrio entre as Entidades aumentado.

Outra vertente de análise está relacionada com os conflitos do centro para a periferia. Sempre existiu um desacordo entre os que desejavam o poder centralizado (sobretudo os sérvios) e os que lutavam pela poder descentralizado nas Repúblicas e Províncias Autónomas. Para os primeiros o centralismo traduzia a garantia de igualdade e solidariedade entre as regiões. Para os que se opunham, o centralismo era a constante ameaça à identidade própria e a partilha dos recursos, porque representava a unificação e era contrário ao princípio da autogestão. A luta pela autonomia de decisão das Repúblicas, pretendia também garantir a liberalização da economia e da sociedade.

Dos desacordos Norte-Sul e dos do centro para a periferia resultaram acordos inesperados entre Entidades, quando casuisticamente interessavam. Deste modo e inúmeras vezes, foi possível o apoio das Repúblicas do Norte, as mais ricas, às do Sul, quando era necessário haver quórum para conseguirem a maioria na oposição ao centralismo sérvio.

Alexander Rankovic, sérvio já citado como o braço direito de Tito, desempenhou com aplicação e rigor o papel de vice-presidente e chefe da polícia política da República, o que lhe garantiu poder e ódio e, porque era um defensor relevante do centralismo, tornou-se incómodo quando procurou travar a autogestão e a descentralização, pelo que foi demitido em 1966 das suas funções, sob a acusação de “dogmatismo burocrático”. Para os croatas foi uma vitória, ampliada logo

no ano seguinte, no IX Congresso da Liga dos Comunistas Jugoslavos, onde foi aprovada a federalização do Partido.

Porém, as reformas não foram tão longe como os croatas haviam defendido e pretendiam. Assim, “as forças do velho centralismo: o exército, os veteranos de guerra, a polícia federal e a burocracia bancária permaneceram intactos e continuaram a resistir à descentralização. Belgrado permaneceu o centro do poder político e económico” (Zametica, 1992: 9).

Em 1968, a coligação anticeutralista conseguiu fazer aprovar uma importante emenda à Constituição, modificando o regime das Províncias Autónomas e garantindo as suas fronteiras, substituindo o seu simples Estatuto por Constituições próprias. Naturalmente desejando mais poder, os albaneses do Kosovo, que outrora haviam tido em Rankovic um forte adversário, viriam a exigir em 1968 o pleno estatuto de República, através de violentos levantamentos populares. As manifestações foram reprimidas pelo exército federal, mas algumas reivindicações foram satisfeitas. Para tal, entre 1968 e 1971 foram atribuídas às Províncias Autónomas competências semelhantes às das Repúblicas, enfraquecendo assim o poder relativo da Sérvia.

Em 1970, a Croácia conseguiu que as decisões do Partido e do governo central passassem a ser tomadas só por unanimidade, o que deu a cada uma das oito Entidades o direito de veto, abrindo brechas inultrapassáveis na unidade que a Federação representava.

Como habitualmente acontece em situações idênticas, as reivindicações das Repúblicas prosseguiram, no sentido da obtenção para si de maior quinhão dos recursos da Federação. A Croácia iniciou denúncias de que os Bancos da Sérvia, com a recente reforma económica, haviam aumentado o seu poder, monopolizando os créditos destinados ao turismo na Dalmácia. Por outro lado, os croatas começaram a inquietar-se com a evolução da sua demografia, pois tinham então o maior contingente de trabalhadores emigrados, sobretudo na Alemanha, o que diziam permitir que os sérvios, que aliás haviam nascido na sua República, ocupassem os postos de trabalho daqueles na Croácia. Também se queixavam da enorme percentagem de sérvios que ocupavam funções no Estado, quer ao nível federal, quer dentro da sua República. Sublinhavam que os sérvios da Croácia, sendo só 12,5% do total da população desta, ocupavam um número desproporcional no Partido, na Polícia e nos quadros dirigentes, aliás por razões já explicitadas e que lhes retira a razão, as quais se prendem com as idiosincrasias e história dos povos croata e sérvio. Na verdade “os conscritos do Exército Federal Jugoslavo (JNA) reflectiam genericamente a estrutura étnica jugoslava, porém existiam 60% de oficiais Sérvios, quando eram no total só cerca de 39,7% da população. Esta disparidade contrastava com os eslovenos que eram 8,2% da população e perfaziam 2,8% dos oficiais, ou dos croatas na proporção de 22,1% para 12,6% respectivamente. Seria difícil argumentar que existia uma deliberada política oficial de preferência no recrutamento de oficiais para o JNA. Promoções para os altos escalões, a partir de coronel para cima, eram deliberadamente feitas de acordo com a percentagem relativa das nacionalidades” (Zametica, 1992: 41).

O argumento crítico acima descrito, dos nacionalistas croatas, porque mistifica o problema, merece ser brevemente dissecado, referindo-se que “os soldados deste Exército (Federal Jugoslavo) eram maioritariamente sérvios, mas a verdade é que também estes eram o maior grupo étnico. É

verdade que a maioria dos oficiais subalternos era sérvia, cerca de 70%, mas também é verdade que na sua maioria eram sérvios da Croácia, da BiH e do Montenegro, o que era uma tradição da gente destas regiões (onde haviam sido também recrutados os jovens partizan). Ao mesmo tempo, grande parte dos oficiais subalternos era croata da região de Dinara, origem de muitos combatentes partizan. É certo ainda que, no Alto Comando do Exército Jugoslavo, 38% dos oficiais eram croatas, 33% sérvios, 8,3% eslovenos, 8,3% macedónios e 4,1% muçulmanos – o que mostra que o Exército Jugoslavo não era um Exército Sérvio (Rados, 1991: 126).

Um outro ponto de divergência, relacionado com os interesses das Repúblicas mais ricas e os da Federação, liga-se com o facto de que o “JNA de Tito foi uma organização acarinhada e tratada com indulgência, consumindo no mínimo metade do orçamento federal ou 5% do PIB, um ponto não esquecido pelo crescente nacionalismo dos políticos das Repúblicas da Eslovénia e Croácia, que suportavam uma larga proporção das despesas” (Zametica, 1992: 40/41).

Queixavam-se ainda os croatas da limitação existente no uso das particularidades da sua língua escrita, o croata, constituída pela existência oficial de uma língua única, sentindo-se ameaçados pelo uso do sérvio. “É certo que a opinião croata tinha adquirido um tal sentimento, não porque houvesse na realidade tal ameaça, mas porque tais ideias lhes haviam sido sugeridas por certos linguistas croatas de orientação separatista” (Ivic, 1992: 20/21). A lei, então vigente, obrigava a que pela administração federal, os escritos públicos fossem impressos nas versões croata e sérvia, bem como eslovena e macedónia. Acresce ainda, como regra para manter a igualdade entre os povos da Jugoslávia, que o dicionário servo-croata, então em preparação por comissões paritárias, uma de cada etnia, não podia ser impresso antes de cada parte examinar, com toda a minúcia, e aprovar o proposto pela outra. Em 1970, os elementos croatas da comissão paritária retiraram-se dos trabalhos em curso, alegando que no Dicionário em preparação, a língua croata não recebia a aceitação devida, prosseguindo na sua cruzada e ferindo a legalidade, ao redigirem um documento sobre ortografia croata, o qual foi impedido de ser impresso pelas autoridades. Esta acção culminou um movimento iniciado em 1967, com uma petição que numerosos intelectuais croatas haviam assinado, no sentido de poderem designar a sua própria língua materna de croata. Esse desejo opunha-se frontalmente às directivas federais, no que concerne à designação das línguas, as quais visavam a unidade, procurando também assim esbater os movimentos centrífugos existentes na Federação. Como consequência, os subscritores daquele foram expulsos do Partido. Entretanto, a luta política no seio da Croácia foi-se intensificando, entre adeptos croatas da unidade jugoslava e nacionalistas, sendo interditados numerosos jornais orientados por estes últimos.

Na prossecução do objectivo de fortalecer a Federação, ainda que para isso fosse necessário reduzir o potencial sérvio, Tito despediu, acusando-os de tecnocratas, vários milhares de directores e quadros superiores de empresas sérvias, prejudicando a economia sérvia e a modernização da República Sérvia. Por outro lado, constituiu um ponto alto na contestação ao regime, as célebres “manifestações estudantis de 1968, em Belgrado, Novi Sad, Podgorica / Titograd, mas curiosamente não realizadas em Zagreb, e que momentaneamente desequilibraram o regime político vigente” (Ivic, 1992: 21).



Em Janeiro de 1970, no X plenário do Comité Central da Liga Comunista da Croácia, os nacionalistas obtêm a maioria sob a direcção de Dabcevic-Kucar e Mika Tripalo. Nesse plenário, o principal representante dos centralistas foi condenado, sob a acusação de opiniões anti partido, devendo renunciar ao seu mandato. Dabcevic-Kucar sublinhou então que o Partido devia consagrar os seus esforços tanto na luta contra o unitarismo, como contra o nacionalismo. Assim, pela Croácia foi tomada uma decisão importante, sem o aval da direcção federal, mas com o apoio entusiástico da maioria dos croatas. Foi então reabilitada a memória dos condenados pelo Titismo, entre outras a de Radic, que fora chefe do Partido dos Camponeses Croatas, outrora apontado como um rico proprietário de terras, e que fora assassinado em 1928. Depois, em 1971, um artigo a ser publicado numa revista na Croácia, fortemente crítico do nacionalismo croata, foi interditado pelo Tribunal de Sisak, tendo contudo essa sentença sido anulada pelo Supremo Tribunal croata. Depois, no mês de Novembro, Dabcevic-Kucar num relatório preconizou novas medidas, no sentido da conservação na República das divisas obtidas com o turismo, bem como com a exportação de produtos, contrariando frontalmente o princípio da solidariedade inter-Repúblicas da Federação. Com idêntico objectivo, apareceram na imprensa artigos denunciando o que apelidavam de exploração económica da Croácia pela Federação, bem como defendendo a criação de uma moeda única croata, insurgindo-se ainda contra a sub-representação dos croatas na Bósnia-Herzegovina, ao nível dirigente. No mesmo sentido, Mica Tripalo declarou publicamente que para a política croata mudar, havia necessidade de substituir milhares de líderes políticos na Croácia. Assiste-se então ao incremento, sem precedentes, no número de aderentes à Sociedade de Eruditos croata, passando em pouco tempo de dois para quarenta e nove milhares, denotando também assim forte apoio e até pressão popular, no sentido em que os dirigentes políticos nacionalistas o induziam. Uma greve estudantil alastrou então por toda a República, apoiando também o movimento em curso e dito contra o centralismo, que aliás os normativos legais condenavam, mas sobretudo apoiando a soberania económica, cultural e política, enfim a caminho da independência da Croácia.

Os sérvios da Croácia inquietaram-se, então, com a orientação política que a Croácia seguia e com o futuro que lhes estava reservado. O objectivo político dos dirigentes croatas, com esmagador apoio popular, procurou forçar a Federação para além do limite admissível e Tito respondeu, em Dezembro de 1971, reunindo o Comité Central da Liga Comunista da Jugoslávia, na Voivodina, tendo igualmente convocado idêntico órgão da Liga Comunista da Croácia. Nessa reunião, os dirigentes croatas, com destaque para Tripalo e Dabcevic-Kucar, foram acusados de defenderem o nacionalismo, contrariando os normativos legais e em consequência compelidos a demitirem-se, o que fizeram.

Nessa situação e na procura do equilíbrio, a repressão abateu-se também sobre dirigentes sérvios e eslovenos, acusados de liberais e tecnocratas. Na continuação das medidas destinadas a redisciplinar a Federação, a repressão pela polícia abateu-se sobre os estudantes e a Sociedade de Eruditos croatas foi dissolvida e muitos jornais encerrados. Houve muitas centenas de membros

expulsões do Partido, assim como algumas centenas de prisões⁷⁷. É entre as vítimas desta repressão, vinte anos depois, que se encontra a classe política que então viria a emergir, muitos na Coligação da Frente Nacional, um movimento nacionalista moderado, mas também outros, como Franjo Tudjman, no Partido Nacionalista HDZ, este mais radical, que acederia ao poder em 1971 e que depois apoiaria este dirigente no acesso ao cargo de Presidente da Croácia.

Ressaltou então e de novo o papel de Tito, o árbitro e o regulador da autoridade suprema na República Socialista e Federativa da Jugoslávia, indicando com a sua decisão e visando os dirigentes mas também a opinião pública, sobretudo croata, qual a verdadeira orientação a seguir

Apesar da citada manifestação de poder político não ser facilmente compatível com outras decisões tomadas, ela assinalava iniludivelmente o local na RSFJ onde o poder supremo residia verdadeiramente, tendo Tito prosseguido a sua política de equilíbrio. Nesse sentido e de seguida satisfiz parte das reivindicações, de que são exemplo algumas medidas na área económica e favoráveis à Croácia, destacando-se a autorização para as empresas turísticas conservarem 45% das divisas estrangeiras que obtivessem, ao invés dos 12% até então autorizados. Igualmente, após se ter descartado dos líderes mais extremistas (purgas na Croácia em 1971 e na Sérvia em 1972), relançou o seu programa de devolução dos poderes políticos da Federação às Repúblicas.

Em 1974 reforçou com a nova Constituição, que então promulgou, o carácter autogestionário e federal do Estado. Ressaltou da mesma que o poder federal emanava das Repúblicas e Províncias Autónomas, bem como que o executivo passava a ser dirigido por uma presidência colegial de oito membros, um de cada Entidade, em cujo vértice se situava Tito, como presidente vitalício. Duas Câmaras passavam a exercer o poder legislativo, o Conselho Federal, formado por delegados das organizações de autogestão (30 de cada República e 20 de cada Província), e o Conselho das Repúblicas e Províncias, formado por delegados dos seus Conselhos (12 por República e 8 por Província). Com estas disposições foi ainda reforçada a personalidade dos dois tipos de Entidades, passando ambas a ser dotadas de uma presidência e de três Câmaras. Desta forma, a Voivodina e o Kosovo, ainda que continuando a ser Províncias Autónomas integradas na República da Sérvia, que sobre as mesmas com pouco poder ficou a partir de então, e face à Constituição que às mesmas foi outorgada, passavam a ter uma situação jurídica quase idêntica à das Repúblicas. Estas Províncias passaram a distinguir-se das Repúblicas simplesmente por uma menor representação no Parlamento Federal, bem como pela ausência do direito de secessão, assemelhando-se pela posse das mesmas instituições e, pouco a pouco, das mesmas competências. Esta situação relativa, das Províncias Autónomas no seio da República da Sérvia, provocou enorme descontentamento e iniciou um processo que viria a ter consequências terríveis.

Por outro lado, a nova Constituição federal remeteu para as Repúblicas as decisões sobre o problema das línguas, decidindo então a Croácia reconhecer oficialmente a existência da língua croata, enquanto a Sérvia, o Montenegro e a Bósnia mantiveram a designação de língua servo-croata.

⁷⁷ - O historiador oficial Branko Petranovic indica “741 membros excluídos do Partido e 411 demitidos das funções que exerciam, enquanto uma publicação de emigrantes croatas refere 17.000 demitidos, dos quais 11.800 aprisionados” (Garde, 2000: 102).



Como é normal, quando um poder repressivo alarga o nível de tolerância, o ressentimento mútuo aumentou na sua forma visível. Assim, as restantes aspirações dos croatas tornaram-se mais importantes para estes, até porque a repressão dos adeptos do movimento de 1971 continuou e as manifestações contrárias também. No Kosovo, a concessão de uma larga autonomia não satisfaz a população albanesa, continuando as reivindicações de um estatuto idêntico ao das Repúblicas.

Com a maior autonomia e poder das Repúblicas e Províncias Autónomas, as tendências centrífugas aumentaram em toda a Federação, ao mesmo tempo que a crise na economia mundial, a partir de 1973 com o reflexo do choque petrolífero, originou consequências trágicas na economia jugoslava, porque mais vulnerável do que a dos países mais ocidentais. Investimentos pouco racionais feitos, em especial nas Repúblicas menos desenvolvidas, tiveram consequências terríveis na economia do país, aumentando também o desemprego e diminuindo a solidariedade interna. Como a crise na economia também foi grande na Alemanha, tradicional destino da emigração jugoslava, os reflexos de tal aumentaram ainda mais o problema da Federação. Esta recorreu a enormes empréstimos no estrangeiro, endividando-se perigosamente e criando condições propícias à manifestação dos egoísmos nacionais, aos quais só a vontade forte e federadora de Tito obstava verdadeiramente. Os mecanismos do socialismo autogestionário não permitiram à RSFJ adaptar-se às consequências da crise da economia mundial e do 1º choque petrolífero, em 1973. As empresas autogeridas foram incitadas a expandir a sua actividade, através de investimentos maciços mas, sem preocupações de rentabilidade, estas foram conduzidas inexoravelmente a um endividamento enorme. Entretanto, já com a situação da economia jugoslava em estado deplorável, atingiu-se 1979 e deu-se o segundo choque petrolífero, instalando-se como consequência uma crise económica mundial, agravando ainda mais aquela.

3.3.2.15 O Poder potencial da RSFJ em 1978

No ano em que Tito faleceu (1980), apesar de com dados referidos a dois anos antes, Ray S. Cline publicou um estudo, considerado pioneiro e como a primeira tentativa séria de hierarquizar o Poder Putativo, Percebido ou Poder Potencial dos Estados, como já referido em 2.6. Para isso, ainda que de forma pouco objectiva, através da sua fórmula ($Pp = (C+E+M) \times (S+W)$) quantificou os meios, recursos ou capacidades de qualquer natureza, de que cada Estado poderia lançar mão ou tirar partido para alcançar os seus objectivos. Porém, essa tentativa evidencia algumas limitações e até erros, como profundamente analisou e sublinhou Políbio de (Almeida, 1990). Contudo, a referida ordenação evidencia uma ideia aproximada do Poder Percebido dos Estados e, assim, poderemos observar (Fig.52 A) a boa posição relativa (46ª) ocupada pela Jugoslávia de Tito, sobretudo no âmbito regional, bem como a que ocupava em termos do factor Poder militar (Fig. 52 B).

Final Assessment of Perceived Power, 1978					
Country	Perceived Power Weights (C+E+M)	Coefficient			Total
		Strategy (S)	Will (W)	Strategy and Will (S+W)	
1 URSS	362	0,7	0,5	1,2	458
2 United States	434	0,3	0,4	0,7	304
3 Brasil	98	0,6	0,8	1,4	137
4 Germany (FRG)	77	0,7	0,8	1,5	116
5 Japan	77	0,6	0,8	1,4	108
6 Australia	73	0,5	0,7	1,2	88
7 China (PRC)	139	0,4	0,2	0,6	80
8 France	82	0,4	0,5	0,9	74
9 United Kingdom	68	0,5	0,5	1,0	68
10 Canadá	87	0,3	0,4	0,7	61
11 Indonésia	61	0,5	0,4	0,9	55
12 China/Taiwan	29	0,6	0,9	1,5	49
13 Korea, South	33	0,7	0,7	1,4	46
14 Egypt	38	0,6	0,6	1,2	46
15 South Africa	36	0,7	0,4	1,1	40
16 Vietnam	29	0,8	0,2	1,0	39
17 Saudi Arabia	30	0,6	0,7	1,3	39
18 Israel	23	0,9	0,8	1,7	39
19 Spain	39	0,5	0,5	1,0	39
20 India	71	0,3	0,2	0,5	38
21 Italy	48	0,4	0,3	0,7	34
22 Argentina	40	0,5	0,3	0,8	32
23 Chile	19	0,5	0,7	1,2	25
24 Philippines	30	0,5	0,3	0,8	24
25 Netherlands	19	0,5	0,7	1,2	23
26 Pakistan	29	0,5	0,2	0,7	22
27 Nigéria	28	0,4	0,4	0,8	22
28 México	32	0,3	0,4	0,7	22
29 Norway	21	0,4	0,6	1,0	21
30 Zaire	21	0,5	0,5	1,0	21
31 Korea, North	16	0,8	0,6	1,4	21
32 Algeria	20	0,5	0,5	1,0	20
33 Polónia	28	0,2	0,2	0,4	20
34 Thailand	20	0,6	0,4	1,0	20
35 Turkey	36	0,2	0,3	0,5	18
36 Líbia	15	0,6	0,6	1,2	18
37 New Zealand	16	0,5	0,6	1,1	18
38 Denmark	15	0,5	0,6	1,1	17
39 Germany (GOR)	15	0,8	0,2	1,0	17
40 Iran	22	0,2	0,2	0,4	16
41 Syria	15	0,5	0,5	1,0	15
42 Sweden	14	0,5	0,6	1,1	15
43 Rumania	15	0,6	0,4	1,0	15
44 Iraq	17	0,4	0,4	0,8	14
45 Peru	13	0,5	0,5	1,0	13
46 Yugoslavia	16	0,5	0,2	0,7	13
47 Sudan	18	0,4	0,3	0,7	13
48 Colombia	12	0,5	0,5	1,0	12
49 Bangladesh	28	0,2	0,2	0,4	11
50 Checoslováquia	14	0,5	0,3	0,8	11
51 Switzerland	7	0,8	0,2	1,0	11
52 Morocco	10	0,5	0,5	1,0	10
53 Belgium-Luxemb.	8	0,5	0,5	1,0	9
54 Tanzania	9	0,5	0,5	1,0	9
55 Venezuela	11	0,4	0,4	0,8	9
56 Kenya	9	0,5	0,5	1,0	9
57 Zimbabwe-Rhod.	6	0,7	0,5	1,2	7
58 Ethiopia	14	0,3	0,2	0,5	7
59 Greece	8	0,4	0,4	0,8	7
60 Finland	6	0,4	0,4	0,8	6
51 Zambíia	7	0,4	0,3	0,7	6
52 Guínea	6	0,5	0,4	0,9	6
63 Austria	4	0,7	0,6	1,3	5
64 Bulgária	5	0,5	0,4	0,9	5
65 Malaysia	7	0,4	0,3	0,7	5
66 Kuwait	6	0,5	0,3	0,8	5
67 Burma	13	0,2	0,1	0,3	4
68 Sundam	6	0,2	0,2	0,4	4
69 Mungay	4	0,6	0,5	0,8	3
70 Cuba	2	0,7	0,5	0,2	3
71 Mongólia	3	0,2	0,1	0,3	3
72 Unit. Arab Emir.	4	0,3	0,2	0,5	3
73 Ilberia	2	0,4	0,5	0,8	2
74 Singapura	2	0,6	0,5	1,1	2
75 Jamaica	1	0,5	0,5	1,0	1
75 Albania	1	0,5	0,5	1,0	1
77 Portugal	1	0,4	0,5	0,9	1
Perceived Power (C+E+M)	2,745	Total Perceived Power (77 Nations)			2,625

Table 29. Nonnuclear Military Forces, 1978 (estimates of equivalent combat capabilities)							
Country	Manpower (in thousands)	Manpower Quality	Weapon Effectiveness	Infrastructure & Logistics	Organizational Quality	Coefficient Average	Equivalent Units of Combat Capability
A) Warsaw Pact							
1. USSR	4,335*	0,7	0,9	0,7	0,5	0,7	3,035
2. Poland	307	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	184
3. Germany (GDR)	249	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	174
4. Czechoslovakia	186	0,8	0,8	0,8	0,5	0,7	130
5. Rumania	181	0,5	0,6	0,6	0,4	0,5	91
6. Bulgária	150	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	90
7. Hungary	114	0,8	0,7	0,8	0,5	0,7	80
Total manpower: 5,522,000							Total equivalent units of combat capability: 3,784
B) United States and NATO							
1. United States	2,068	1	1	0,9	0,8	0,9	1,851
2. Germany (FRG)	450	1	0,9	0,9	0,7	0,9	441
3. France*	502	0,8	0,7	0,8	0,6	0,7	351
4. United Kingdom	313	1	0,8	0,8	0,7	0,8	250
5. Turkey	485	0,7	0,5	0,4	0,5	0,5	243
6. Italy	362	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5	181
7. Greece	190	0,7	0,5	0,4	0,5	0,5	95
8. Netherlands	110	0,9	0,8	0,8	0,6	0,8	86
9. Belgium	87	0,9	0,8	0,8	0,6	0,8	70
10. Canada	80	0,9	0,8	0,6	0,7	0,7	56
11. Norway	39	0,9	0,8	0,6	0,6	0,7	27
12. Portugal	64	0,6	0,2	0,2	0,6	0,4	26
13. Denmark	34	0,8	0,6	0,4	0,4	0,6	20
Total manpower: 4,824,000							Total equivalent units of combat capability: 3,709
C) European Neutrals							
1. Switzerland†	19	0,8	0,5	0,6	0,5	0,6	11
2. Sweden†	65	1	0,9	1	0,6	0,9	59
3. Spain	315	0,7	0,5	0,5	0,4	0,5	158
4. Yugoslavia	267	0,7	0,5	0,5	0,4	0,5	134
Total manpower: 666							Total equivalent units of combat capability: 362
D) Latin America							
1. Brazil	274	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	110
2. Cuba	159	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4	64
3. Argentina	133	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	53
4. Mexico	97	0,4	0,3	0,5	0,3	0,4	39
Total manpower: 663							Total equivalent units of combat capability: 266
E) Mideast and North Africa							
1. Israel	400††	0,9	0,8	0,8	1	0,9	360
2. Egypt	395	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	158
3. Syria	228	0,3	0,6	0,3	0,3	0,4	91
4. Iran	413	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	83
5. Iraq	212	0,2	0,5	0,2	0,2	0,3	64
Total manpower: 1,648							Total equivalent units of combat capability: 756
F) Sub-Saharan Africa							
1. South Africa	203††	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	122
2. Nigéria	231	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	23
3. Etiópia	94	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	9
Total manpower: 528							Total equivalent units of combat capability: 154
G) Asia							
1. China (PRC)	4,325†	0,4	0,2	0,2	0,3	0,3	1,298
2. Korea, South	642	0,6	0,4	0,6	0,6	0,6	385
3. India	1,096††	0,2	0,4	0,3	0,4	0,3	329
4. Vietnam	615	0,5	0,4	0,3	0,9	0,5	308
5. China/Taiwan	474	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	285
6. Korea, North ‡	512	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5	256
7. Japan	240	0,8	0,6	0,7	0,8	0,7	188
8. Pakistan	429	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	129
9. Thailand	212	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	64
10. Indonésia	247	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	49
11. Australia/New Zealand†††	83	0,8	0,3	0,5	0,3	0,5	42
12. Afeganistão	110	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	22
13. Filipinas	99	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	20
14. Burma	170	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	17
Total manpower: 9,254,000							Total equivalent units of combat capability: 3,372

Figura 52 – Poder percebido (A) relativo dos Estados e estimativa das equivalências em capacidades de combate, de forças não nucleares (B), em 1978, segundo Ray S. (Cline, 1980: 173/4 – 126/8)

3.3.3 A crise na Jugoslávia

Em 4 de Maio de 1980 Tito faleceu, não deixando um sucessor designado, apesar de constitucionalmente prevista a forma da sua substituição. Nos termos da Constituição de 1974, então em vigor, seria designado anualmente e para Presidente, um dos membros da Presidência Colegial, o qual concomitantemente seria o Chefe do Estado. Para tal estava instituído um sistema eleitoral, exercido pelos próprios pares e rotativo entre os oito membros da Presidência Colegial, cada um representando a sua República ou Província Autónoma. Surpreendentemente, este sistema viria a durar cerca de onze anos, até 1991, apesar de muitos sobressaltos como era simples de prever, na sequência de uma presidência carismática e sem substituto à altura. O desencadear desses sobressaltos dependeu do maior ou menor poder relativo detido pelo Presidente/árbitro, bem como da sua tendência para exercer o cargo de forma mais ou menos centralizadora ou descentralizadora.

Logo de início, a lógica apontaria para a eleição do vice-presidente de Tito, o macedónio Lazaer Kolisevski, o que não verificou, tendo sido designado o sérvio da Bósnia Cvijetin Mijatovic, prenúncio de um futuro pouco tranquilo, face aos interesses irreconciliáveis em presença.

As perseguições continuaram, contra as actividades tidas por nacionalistas em várias Repúblicas, por delito de opinião. Juntamente com outros dissidentes, Franjo Tudjman, já anteriormente referido como tendo sido preso, foi de novo condenado no final de 1980, após ter sido entrevistado por um jornalista alemão e ter ressaltado o facto estatístico da sobre representação dos sérvios no Partido e nas Forças Armadas. Tratou-se de dar voz a um argumento dos nacionalistas croatas, como já vimos pouco sério porque mistifica o problema, até porque no fundo, foi expressa devido à Instituição Militar (IM) não ser favorável aos seus desígnios partidários. Encontra-se a justificação para tal no papel social para que a IM fora criada e que esta continuou a respeitar após a morte de Tito. Assim, *“o Exército Jugoslavo foi muito pró-jugoslavo porque Tito preparou o seu Exército para ser uma escola de unidade e fraternidade e no garante da continuidade da Jugoslávia comunista. (Porém), a partir de 1991 transformou-se num Exército sem Estado e sem comandante. O Exército Jugoslavo pareceu, na maioria dos casos, durante a guerra na Jugoslávia, agir por conta própria para cumprir a vontade de Tito”* (Rados, 1991: 127).

Em Sarajevo, Alija Izetbegovic, entre outros intelectuais bósnios, foi acusado de associação tendo em vista actividades hostis, por ter feito uma declaração de cariz islâmico. Na verdade, no dizer de Pierre Maurer tratou-se de “um virulento apelo aos muçulmanos da Bósnia, visando a intolerância racial e cultural (...) um apelo à *jihad*, a guerra santa” (Ivic, 1992: 75). A outros cidadãos as acusações seriam relativos a viagens ao Irão de Komeni, acabando todos condenados a longas penas. Na mesma cidade, igualmente mas não por nacionalismo como Garde afirma e sim como refere Slobodan Despot, “o sérvio Vojislav Seselj foi condenado a oito anos de prisão por ter redigido uma crítica económica ao socialismo autogestionário” (Ivic, 1992: 99). Curiosamente, mais tarde, em 1990 Tudjman seria eleito Presidente da Croácia, Izetbegovic Presidente da Bósnia-Herzegovina e Seselj tornar-se-ia um dos principais chefes dos Tchetniks sérvios.

Porém os acontecimentos mais gravosos tiveram lugar no Kosovo, a região mais pobre da Jugoslávia e tido por toda a nação sérvia como o seu coração e berço, onde com a derrota do

Príncipe Lazar, na Batalha de Kosovo-Polje em 1389, haviam sido iniciados cerca de 500 anos de dependência otomana.

A Província Autónoma outrora chamada Kosovo-Metohija⁷⁸, integrada na República da Sérvia, é constituída por duas planícies cujas designações foram juntas, originando o nome da Província, e estão separadas por um renque de colinas, as quais se estendem de NO par SE e do sopé das altas montanhas que cobrem a Albânia, o Montenegro e o Sul da Sérvia.

Os sérvios lembram que apesar de os Ilírios terem habitado os Balcãs antes dos eslavos, foram substituídos por estes, desde o séc. VI e VII, em vastíssimas zonas de que se destaca o Kosovo. Neste e desde o séc. XI que a presença sérvia está documentada de forma contínua, tendo este espaço sido conquistado pelo Príncipe Stefan Nemanja, em 1180. “Os sérvios, ainda que menos numerosos (no Kosovo), opinam estar em sua casa. Eles estão lá desde sempre e esta região, no seu imaginário colectivo, é o berço da sua história e cultura, abrigando mesmo os seus mais venerados santuários” (Garde, 1992: 228). Essa é uma lembrança obsessiva do seu heroísmo e da trágica perda da sua liberdade colectiva, durante meio século. Estas diversas vertentes foram sendo construídas concomitante e indelevelmente a partir de Prizen no Kosovo, a cidade capital do mais antigo Estado sérvio (1282 - 1371).

No Kosovo encontram-se os seus mais venerados santuários ortodoxos, entre outros os situados em Decani e Gracanica, os quais encerram belíssimos frescos, além de Pec, lugar santo para os sérvios e onde existiu a sede do Patriarcado da Igreja ortodoxa sérvia, entre os séculos XIV e XVIII.

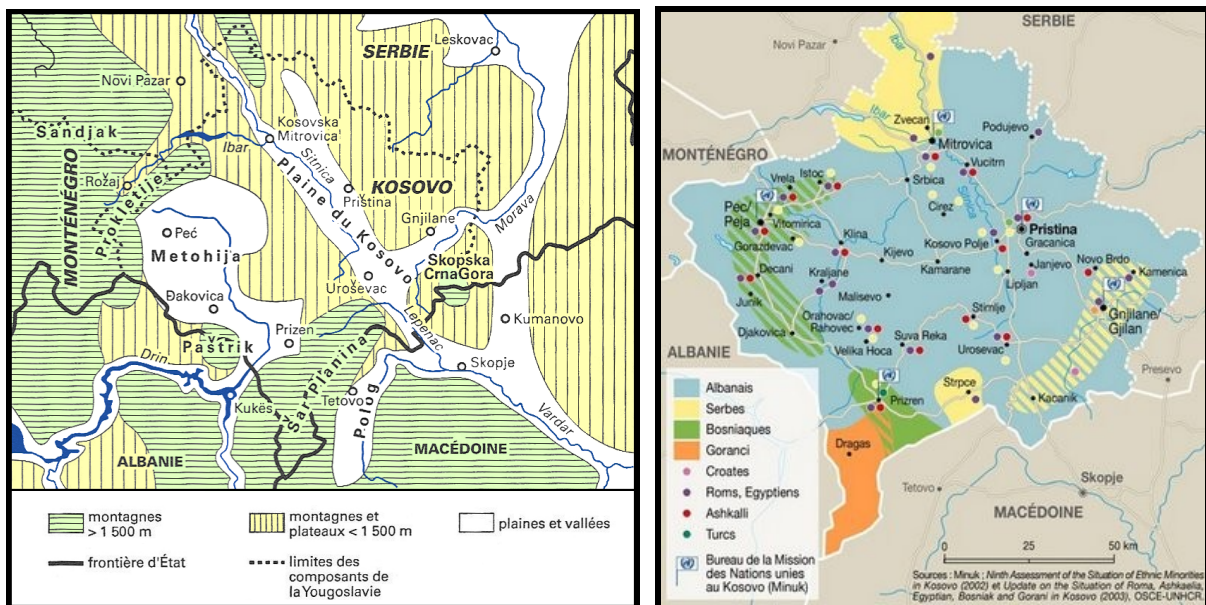


Figura 53 – A Província Autónoma do Kosovo-Metohija (Roux, 1999: 117) e (Borges, 2007/8)

⁷⁸ - Kosovo-Metohija alude aos nomes das duas planícies (Metohija a Ocidente e Kosovo a Oriente) que compõem o nome tradicional da Província Autónoma. Metohija é uma palavra de origem grega (metokhe) com o significado de comunidade religiosa, evocando os muitos santuários ortodoxos ali existentes. Este facto “desagradou aos albaneses/kosovares que conseguiram, em 1967 e após a saída do poder político de Rankovic, alterar o nome da sua Província só para Kosovo, bem como a sua designação étnica para albaneses, a qual durante muito tempo fora oficialmente de Siptar, querendo assim acentuar a sua diferença para com os sérvios” (Garde, 2000: 231).

Por sua vez, os albaneses do Kosovo reivindicam como seus ascendentes os Ilírios que povoaram o território mas, com precisão não é conhecida, ainda que seja admissível, a presença nele de uma população albanesa, no tempo dos reinos sérvios. Mas, ao longo dos séculos de dominação otomana, cresceu enormemente a população de origem albanesa, convertidos ao Islão na sua maioria, com uma taxa de natalidade incomparavelmente superior à dos sérvios. Estes albaneses, apoiados pelos invasores otomanos, foram oprimindo e expulsando os sérvios que, de forma massiva em 1690 emigraram para a Voivodina e, através de outros movimentos mais difusos no tempo e destino, foram abandonando a região, mas sempre caminhando para o Norte e Noroeste.

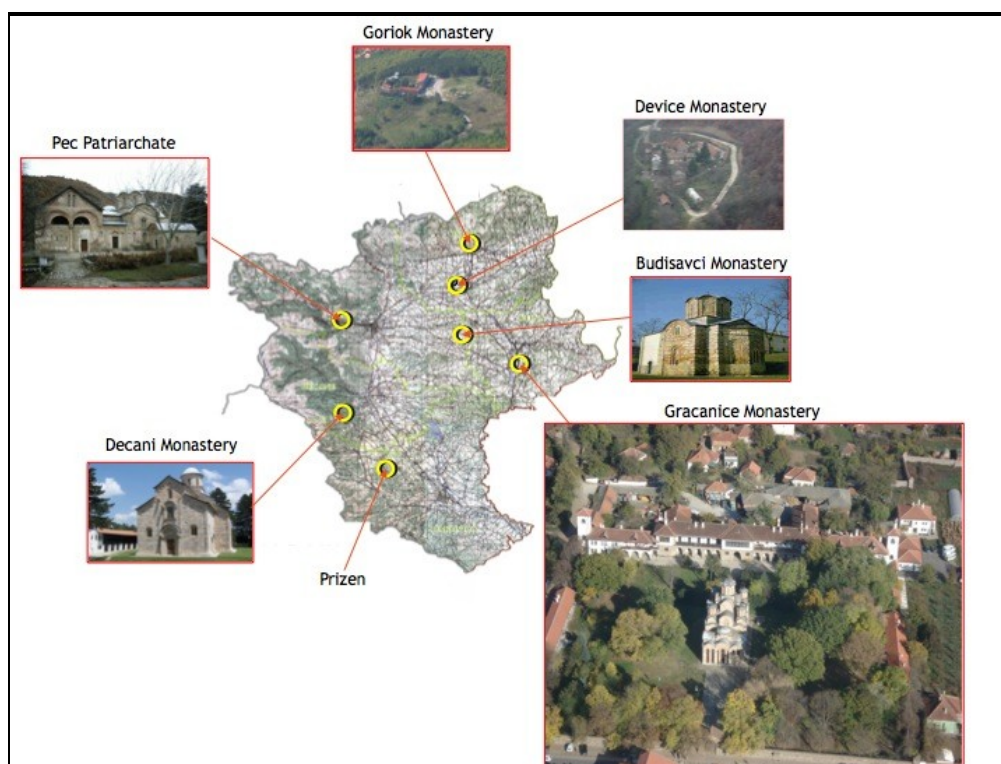


Figura 54 – Localização de Prizen, a ancestral capital sérvia, de Pec, a sede do primeiro Patriarcado e dos mais célebres Mosteiros sérvios no Kosovo (fotos 1º BIPáras)

Graças à superior taxa de natalidade referida, os albaneses do Kosovo acabariam por constituir, em 1981, cerca de 77% da população desta Província Autónoma, sendo hoje estimada em 90%. Sem duvida que noutro tempo os sérvios foram maioritários na região, sendo essa a razão para terem detido o poder político na mesma, até recentemente.

Naturalmente, o acentuado desequilíbrio percentual étnico, já antes referido, fez nascer o desejo da posse do poder político aos albaneses do Kosovo. Para atingirem tal desiderato, por todos os meios procuraram o fim da sua dominação pelos sérvios, bem como daquilo que consideravam a ocupação do Exército Jugoslavo, resultando uma forte animosidade entre as duas etnias. Esse sentimento fora potenciado pelo facto de a esta Província Autónoma, pela Constituição de 1974, ter sido outorgado um estatuto, uma Assembleia e um Governo, retirando à República Sérvia todo o direito de se intrometer nos assuntos internos daquela que continuava, apesar disso, a ser uma

Província na sua dependência. Acresce que nos períodos mais liberais do regime jugoslavo, os albaneses do Kosovo puderam desenvolver a sua língua e a sua cultura, bem como o relacionamento com a vizinha Albânia, apoiando-se nela e, conscientemente ou não, alimentando nestes sonhos expansionistas.

Entretanto, já há muitas dezenas de anos que vinham sendo exercidos actos dispersos mas continuados de elevada violência sobre os sérvios do Kosovo. Provavelmente essa terá sido uma manobra concertada entre os albaneses e os kosovares-albaneses, a etnia a partir de certa altura maioritária, com a finalidade de obterem um estatuto de igualdade com as 6 Repúblicas da Federação, libertando-se da dependência da Sérvia. Acresce que existindo hoje no Kosovo cerca de 2 milhões de albaneses, número sensivelmente idêntico ao da população da República da Eslovénia ou da República da Macedónia, achavam ser essa razão suficiente para terem idêntico direito à independência, no âmbito da Federação.

Efectivamente, os problemas mais gravosos foram sentidos no Kosovo, a Província Autónoma com fronteira com a Albânia, habitada maioritariamente por albaneses, em rápido crescimento demográfico, e constituindo cerca de 4/5 do total, além de uma minoria decrescente de sérvios (15%) e de montenegrinos. Lembremo-nos que a maioria dos dois milhões de albaneses do Kosovo é muçulmana, descendendo uns dos que o poder político otomano ali havia fixado quando dominou na região, bem como outros devido à política de Mussolini durante a II GG. É ainda importante ser acrescentado que possuem a maior taxa de natalidade da Europa, com a estrutura da população mais jovem da Jugoslávia, vivendo nas piores condições económicas e, provavelmente, com os mais profundos ressentimentos do poder político sérvio. Os sérvios, maioritários na Federação, onde formavam 40% da população e quase 75% dos oficiais das Forças Armadas, eram aqui objecto de discriminação por parte da população e das autoridades locais, visando a sua expulsão territorial como minoria. Essa pressão cresceu após a morte de Tito, por via do nacionalismo kosovar/albanês e do indirecto incentivo que a última Constituição trouxera. Acresce nesta equação que, na Província do Kosovo, tanto o poder judicial como o policial eram detidos por albaneses desta Província. Estes e nessas funções, devido a exercerem a sua actividade na dependência das autoridades locais que eram da sua etnia, mostraram pouco empenho na descoberta dos culpados das acções contra os sérvios e, muito menos, na sua punição. Contrariamente, o poder federal procurou contrariar e manter os sérvios no Kosovo. Desse modo, *“as chamadas do nacionalismo albanês, depois da morte de Tito, visaram pelo menos expulsar as minorias (no Kosovo - sérvios e montenegrinos), enquanto que o poder federal queria pelo contrário mantê-las localmente, criando para tal novos empregos na indústria, restaurando a ordem e tentando mesmo controlar os nascimentos de albaneses”* (Fouchet, 1988: 411). Porém, sentindo-se desprotegidos pelas autoridades locais e ameaçada a sua sobrevivência, naquela que todavia era também a sua Província, os sérvios do Kosovo foram-na deixando, agindo como era desejo dos Albaneses dos dois lados da fronteira internacional, mas contrariamente ao interesse do Estado sérvio.

O êxodo massivo de sérvios do Kosovo, na sua maioria para o território da Sérvia, foi uma realidade longamente vivida, mas só após o fim do regime de Tito foi possível, ainda que de forma progressiva, ser desvendado à opinião pública, pois tal fora matéria interdita nas conversas públicas.

“O êxodo massivo dos sérvios do Kosovo, confrontados com as mais diversas pressões exercidas pelos albaneses locais, durou decénios e tomou uma amplitude trágica (...) As dezenas de milhar de famílias desenraizadas afluíram para o que se chama a Sérvia restrita – amputada das suas províncias autónomas” (Ivic, 1992: 22). Esse êxodo, na maioria das vezes, foi sendo levado a cabo sem as pessoas terem podido levar consigo quaisquer bens, para reiniciar a vida, e sem liberdade legal para de tal falar. Esse trágico pacto de silêncio imposto por Tito, impedindo que pela discussão livre e aberta fossem aproximadas e conhecidas, em larga escala, as posições sobre a questão jugoslava, foi descrito magistralmente por um escritor sérvio da BiH, afirmando que “o maior paradoxo do nosso pós guerra, *combatendo pela amizade*, é que cada um dos povos da Jugoslávia, independentemente de quanto ganhou ou perdeu, sente que foi enganado pelos outros” (Zametica, 1992: 75).

Decorrente da incompatibilidade de interesses das duas principais etnias em presença no Kosovo, eclodiram tumultos na Universidade de Pristina, no segundo trimestre de 1981. A motivação desses tumultos, segundo as fontes, foi apontada quer à má qualidade da alimentação servida no refeitório, quer à nomeação de um sérvio como Presidente da Academia de Ciências, então recentemente criada em Pristina. A esse violento levantamento popular associaram-se os mineiros e os pedreiros, estendendo-se o mesmo rapidamente a todas as cidades do Kosovo. Resultaram pilhagens em fábricas e foram referenciados manifestantes armados, o que não admira na sociedade jugoslava, onde sempre existiram armas em enorme profusão e usadas, com frequência, de forma pública e tranquilamente, em substituição do fogo-de-artifício na celebração de datas festivas.

O Exército Jugoslavo foi então empregue para restabelecer a ordem, no Kosovo, e resultaram dos confrontos cerca de um milhar de mortos. Tratou-se de uma verdadeira rebelião da etnia albanesa e a repressão, cometida ao JNA, não só não resolveu o problema na Província, como ajudou a melhor instalar e a crescer o ódio entre as duas etnias. Os albaneses clamavam por justiça, bem como contra o regime militar e as prisões. Por sua vez, os sérvios exigiam o fim dos actos persistentes de violência contra si, sublinhando que as autoridades do Kosovo não os protegiam eficazmente.

Quanto ao Sandzac, este território constituiu então para a Sérvia outra fonte de problemas. O montanhoso território do Sandzac, o qual se liga a Sul ao NW do Kosovo, prolonga-se para Norte até ao SE da BiH de que durante muito tempo fez parte e, pelo Congresso de Berlim (1878) fora atribuído aos Habsburgos. Nessa época, esse domínio era muito importante porque constituía quer para os austríacos, quer também para os otomanos, um divisor interposto entre o Montenegro e a Sérvia. Desse modo, o seu domínio servia preventivamente para impedir a união entre estes dois Estados, assim como impedia o acesso da Sérvia ao mar. Porém, em 1909 os austríacos evacuaram o Sandzac e em 1912, como resultado da primeira guerra balcânica, a Sérvia conquistou-o aos turcos, dividindo-o com o Montenegro e estabelecendo com estes uma fronteira comum, a qual foi mantida desde 1945 até aos dias de hoje.

Devido à longa presença otomana na área, as marcas desse facto são ainda incontornáveis, sobretudo no aspecto religioso da sua população eslava. A esmagadora maioria da população do Sandzac, cerca de 80%, professam a religião muçulmana. Pelo censo realizado em 1971, os sérvios

perfaziam cerca de 40% mas essa percentagem entrou em rápido declínio, desde então e devido à alta taxa de natalidade dos muçulmanos (1,4% ao ano), bem como à emigração sérvia. De forma similar ao Kosovo, o Sandzac possui *“uma população sudsenvolvida e um solo pobre, com alta taxa de crescimento do grupo étnico já dominante, emigração em massa do menor grupo étnico, crescimento do nacionalismo no grupo dominante, acompanhado de pedidos de um estatuto de separação e mesmo com o espectro da secessão apontando, ultimamente, para a união com a mãe-pátria: a BiH”* (Zametica, 1992: 30). Esta posição baseou-se na ligação emocional e cultural que liga os muçulmanos do Sandzac aos da BiH, desejando aqueles falar a língua bósnia em vez do servo-croata, sendo crível que, no fundo, esse desejo se limite a aspectos religiosos. Crê-se que hoje estão excluídas quaisquer limitações ao exercício dos direitos pelos muçulmanos, mas aquele desejo traduziu sobretudo algum receio do nacionalismo sérvio, bem agitado então por Milosevic. Houve entretanto uma evolução no pensamento dos habitantes do Sandzac, desde o estatuto de República em que terão pensado, para a simples reivindicação de autonomia política dos sérvios. A Sérvia jamais tolerou o separatismo no Sandzac e, perante os acontecimentos no Kosovo, ganharam então credibilidade as suas acusações, ainda que nalguns meios só entendíveis no âmbito da propaganda política, de que *“o Sandzac é a ligação entre a BiH e o Kosovo, numa conspiração para estabelecer uma entidade Islâmica que deseja estender-se para a Macedónia Ocidental”* (Zametica, 1992: 31).

Depois da declaração feita pelos líderes políticos muçulmanos do Partido da Acção Democrática da BiH (SDA), defendendo a imutabilidade das fronteiras internas da Jugoslávia, será difícil que estes possam claramente ficar alinhados com essas acusações. As movimentações políticas dos muçulmanos do Sandzac, sobretudo após ter sido reconhecido por Tito a existência da nação muçulmana na BiH, e os seus repetidos avisos de que pretendem somente os mesmos direitos que os sérvios pretendiam na Croácia, são difíceis de rebater. Porém, com as experiências entretanto desenroladas na ex-Jugoslávia, pode afirmar-se que secessões sem negociações prévias são demasiado arriscadas, como aconteceu na Eslovénia, na Croácia, na BiH e no Kosovo, não sendo hoje visíveis movimentações conducentes a essa perigosa situação.

A Jugoslávia que até 1970 tivera um crescimento da sua economia relevante, com taxas de crescimento de 6% ao ano, ia-se transformando rapidamente de país agrícola em industrial. Convirá não ser esquecido que *“a ajuda estrangeira de milhões de dólares, sobretudo dos Estados Unidos, com motivações políticas devido à resistência jugoslava ao imperialismo soviético, inflacionou esse mais aparente que real crescimento”* (Ivic, 1992: 21/22). Este, nos anos 70, diminuiu acentuadamente essas taxas e, para obstar à desaceleração da economia, recorreu a fortes endividamentos com o exterior.

Para ilustrar a situação, um economista inglês estimou, em 1986, que *“um terço da dívida externa da Jugoslávia foi desperdiçada em investimentos inúteis e, como o emprego era garantido aos trabalhadores, não era possível recorrer aos despedimentos, nem alterar a política de salários a que a política de autogestão se opunha”* (Garde, 1992: 108). Continua a análise estimando que em 1986 havia 27% de empregos improdutos. Por outro lado e também como consequência dessa política, o desemprego atingiu só os trabalhadores à procura do primeiro emprego. No início dos anos 80, começaram a ser muito evidentes os sinais de penúria, como por exemplo as interrupções da

corrente eléctrica e a falta de combustíveis. Nessa situação, as disparidades regionais aumentaram e a solidariedade ainda existente das regiões mais ricas para com as mais pobres foi ineficaz, porque desperdiçada em investimentos caros e improdutos. Resultou o colapso da economia jugoslava, com uma dívida externa arrasadora e com uma inflação cada vez mais alta, tendo esta atingido a taxa de 2.685,4% ao ano, em 1989. Esse mesmo economista, o inglês Harold Lydall resumiu de seguida a situação afirmando que nesse ano, “o declínio do nível de vida foi tão grande que é difícil imaginar outro país que não tivesse reagido a esta situação senão com mudanças políticas radicais ou mesmo com uma revolução”.

Porém e no dizer algo admirado deste mesmo autor, em meados dos anos 80, de acordo com a Constituição de 1974, o sistema político herdado de Tito continuava a vigorar. Assim, continuaram a funcionar a Presidência Colegial rotativa, um Governo Federal com poderes limitados, bem como a Liga dos Comunistas. Esta, de forma muito descentralizada e dentro de cada uma das oito Entidades federais, ia actuando com o seu grupo dirigente local de forma profundamente conservadora, mantendo-se todos muito atentos e prontos a eliminar quem pretendesse alterar a situação vigente.

3.3.3.1 O caminho final para a rotura da Federação

A partir de 1985 e já na era da perestroika de Gorbachev, primeiro na URSS e depois nos seus satélites, houve uma abertura progressiva à democracia política, vindo a instalar-se a liberdade de expressão, bem como o pluralismo partidário. Mas, inadvertidamente, resultou o fim do regime político naquela União instalado, bem como a libertação dos países satélites. Para estes, essa caminhada teria somente um cariz irreversível em 1989, com a queda do muro de Berlim, se bem que na URSS só em 1991 essa mudança viria a ter verdadeira consistência, após uma fase de caos.

A RSFJ sendo um país comunista mas, porque por opção própria se situava equidistante dos dois blocos político-militares então existentes, respeitando assim a letra dos dez princípios da Conferência de Bandung (1955) em cuja construção activamente participara, não ficou todavia imune à evolução democrática descrita e iniciada nos países seus vizinhos. Assim, na Federação existiam no seu seio e já desde 1987 sinais dessa mudança, a qual viria a desabrochar completa e infelizmente só em 1990. Isto porque já em 1986 iniciara o seu percurso a chamada revolução cultural sérvia, a qual contudo se vinha desenvolvendo num sentido completamente divergente e mesmo oposto à evolução democrática em curso nos países satélites, bem como e sobretudo à das restantes Repúblicas da Federação, o que viria a ser determinante nos dolorosos eventos subsequentes.

Como interpretou o autor à frente citado, contrariamente ao método estalinista que para impor mudanças políticas e eliminar os seus adversários, após a tomada das decisões no nível político mais elevado, recorria à execução das mesmas de forma hierarquizada e ao terror, Mao Tsé Tung impôs em 1966 outro método, que ficou conhecido por revolução cultural chinesa. Para isso “suscitou um movimento de maciço entusiasmo numa grande parte da população, sobretudo nos chamados guardas vermelhos, os quais lançou ao assalto de todos os poderes que existiam, com excepção do seu, eliminando através deles e não pelo uso da polícia os seus adversários” (Garde, 2000: 253). Desta forma era criada a ilusão, na mente do povo, de se tratar de impor decisões tomadas pelas bases e não pela cúpula política. A revolução cultural sérvia foi um fenómeno político e social

semelhante, através do qual o presidente da Liga Comunista da República da Sérvia, Slobodan Milosevic, obteve as alterações políticas que desejava, bem como a eliminação dos seus adversários e a sua consolidação no poder. Para tal utilizou o entusiasmo popular que ele mesmo suscitara e de que se serviu, fazendo ressaltar para a opinião pública, tão deliberada quanto erradamente, a impressão de que a imposição daquelas medidas tivera origem na vontade popular.

Entretanto, em 1986 e principalmente nos meios políticos, circulou um texto da Academia de Ciências da Sérvia, a que deram a forma de Memorando e que por essa designação viria a ficar conhecido, levantando as causas do mau estado da economia e da sociedade da sua República. Começava tal texto por indicar que o insucesso da autogestão ficou a dever-se à atomização do poder, a que a Constituição de 1974 conduzira, preconizando o retorno ao centralismo do poder político. Com muito maior impacto público, a segunda parte do Memorando condenava vivamente a separação da Jugoslávia em Repúblicas e Províncias Autónomas a que Tito procedera, como uma injustiça para com os sérvios, denunciando depois as perseguições que vitimavam os sérvios no Kosovo, bem como as ameaças que pesavam sobre eles nas outras Repúblicas, particularmente na Croácia.

Não deve ser esquecido, que “os sérvios, que constituíam cerca de 3/8 da população jugoslava (durante o regime de Tito) dispunham de uma só voz entre as oito ao nível federal” (Ivic, 1992: 25), forma essa injusta mas que lhes fora imposta com o objectivo de reduzir o seu poder na Federação e equilibrar etnicamente o desta. Nesta ocasião propícia, os sérvios procuraram abolir o que consideravam, ao nível federal, o desequilíbrio representativo das nacionalidades.

Assim, aquele manifesto era declaradamente hostil à herança de Tito e revelador do profundo sentir dos nacionalistas sérvios, relativamente à injustiça a que haviam estado sujeitos até então. Por isso e nessa altura propícia, agiram segundo os seus interesses, ainda que em contra-ciclo com as mudanças em gestação, quer nos satélites da URSS, quer principalmente nas Repúblicas não sérvias e integradas no mesmo Estado Socialista Federal. Apesar de a opção tomada estar de acordo com a velha tradição sérvia, defendendo a democracia representativa como a via a ser trilhada, tendia a lançar uma nação contra as restantes, nada mais tendo em comum com os objectivos da *Perestroika* e Glasnost soviéticos. Porém, a maioria dos dirigentes do Partido recebeu mal o Memorando, pois o mesmo poderia constituir uma ameaça para a direcção comunista.

Milosevic, era filho de um montenegrino, nasceu na Sérvia e, enquanto estudante de direito, já fazia carreira no aparelho do Partido, como secretário da organização das Juventudes Comunistas, onde manifestou sempre uma postura de respeito escrupuloso pela ortodoxia comunista. Nesse sentido, enquanto a quase totalidade dos estudantes defendia a supressão dos cursos de marxismo-leninismo na Universidade, ele lutou para os manter e conseguiu mesmo que fossem aumentados em número. Em 1986 e na sombra do seu protector, Ivan Stambolic - o Presidente da Sérvia, Milosevic ocupava já o posto de Primeiro Secretário para a mesma República, com 45 anos e com reconhecido talento político, segundo opinião do penúltimo autor citado. Sem fazer referências explícitas ao mal recebido Memorando, o talento político de Milosevic levou-o a reconhecer que este espelhava o profundo sentir dos sérvios e, no respeito pelo espírito destes, a traçar um caminho alinhado com os

anseios populares. Para tal, levantou dois temas para a sua campanha, os quais iriam mobilizar o povo sérvio e garantir para si o poder político, face à imensa popularidade assim conquistada.

O primeiro tema, a revolução antiburocrática, uma expressão de uso na tradição comunista, através da qual eram atribuídos os males, não ao sistema enquanto tal, mas aos desvios ao mesmo, ou seja à burocracia. Desta forma a democratização, que o Memorando prescrevia, foi substituída pela palavra desburocratização, fazendo este slogan apelo à luta contra os privilégios da nomenclatura e contra o desperdício e a corrupção. Habilmente, ligava-se assim directamente aos anseios do povo, muito carente face aos poucos recursos disponíveis, mas que observava ao seu lado os privilégios usufruídos pela classe dirigente, a “nova classe” no dizer de Milovan Djilas. Porém, Milosevic não pretendeu a desregulação, aceitando as regras do mercado sem intervenção política, como comporta o conceito de desburocratizar. Em 1987 e no ano seguinte confirmou o seu pensamento, afirmando que não se tratava de uma reforma económica e sim social, além de que o conflito com a burocracia tinha o carácter de um conflito de classe. Dessa forma populista, logo bem aceite na maioria dos extractos populacionais, e como na revolução cultural chinesa também acontecera, o conceito de desburocratização comportou a eliminação dos dirigentes corruptos e incompetentes, “através do apelo do rei ao povo e contra os barões” (Garde, 2000: 255).

O outro tema, ainda mais apelativo à adesão popular sérvia, era um protesto contra o cruel destino, a que consideravam estarem sujeitos os seus irmãos sérvios do Kosovo.

Kosovo a que não podiam renunciar pois, como Nicola Samardzic sublinhou, “esta terra é para eles (sérvios) o que Potala é para os Tibetanos, Jerusalém para os Judeus, Meca para os Muçulmanos” (Ivic, 1992: 62). A situação de paz social nesta Província não melhorara, após a repressão às manifestações albanesas havidas em 1981, sendo as FA Federais, estacionadas na Província, tidas pelos albaneses do Kosovo como forças de ocupação. Por sua vez, para os sérvios do Kosovo, as autoridades provinciais eram vistas como não querendo ou não podendo defendê-los da violência que sobre si era exercida pelos albaneses, com o objectivo de os expulsar com violência do seu país.

Sob o regime de Tito, a política de informação pública impusera o silêncio total, sobre todos os temas que pudessem interferir negativamente com a fraternidade e unidade inter étnica. De forma oposta, sob a direcção de Milosevic as autoridades da Sérvia, por todos os meios possíveis, incentivavam a tomada de consciência da unidade e da solidariedade inter sérvia, bem como da sua responsabilidade de defesa de todos os sérvios, independentemente do local onde vivessem. As denúncias na comunicação social da República, do “genocídio” do povo sérvio no Kosovo, passaram a ser permanentes, excitando ao rubro as paixões nacionalistas. Como forma de incentivar a chama nacionalista sérvia, foram sendo organizados inúmeras manifestações públicas em favor de Milosevic, concomitantemente com purgas de outros dirigentes, “ordenadas espontaneamente” pelos manifestantes.

Estas acções traduzem o conhecimento de que os ingredientes de uma efectiva liderança, “ao nível mais superficial acredita-se incluírem factores como a voz, estatura e aparência, a omnisciência, o merecimento de confiança, sinceridade e bravura. Ao mais profundo e muito mais importante nível,

a liderança depende mais da correcta compreensão das necessidades e opiniões, dos que se espera liderar, e do contexto em que a liderança ocorre” (Dixon, 1994: 215).

As manifestações, ditas espontâneas, começaram logo em Abril de 1987, reunindo cerca de 15.000 pessoas em Kosovo-Polje, depois em Setembro em Belgrado com 20.000, seguindo-se outra em Outubro no Kosovo, esta das mulheres sérvias. Desta manifestação resultou, de entre outros dirigentes, a demissão e exclusão do Partido do dirigente albanês desta Província, Fazil Hodza, um dos históricos chefes dos partizans de Tito e ex-vice Presidente Federal, sob a acusação de ter publicamente gracejado com o tema das violações. Na Sérvia, no final ainda desse mesmo ano, altas personalidades foram destituídas dos seus cargos, entre eles Dragisa Pavlovic, Presidente do Partido na cidade de Belgrado, por haver criticado o nacionalismo sérvio e as promessas de um rápido sucesso, feitas pelos partidários de Milosevic. Devido à importância que os meios de comunicação social neste processo detinham, foram demitidos para além do Presidente da Câmara da capital, os directores da televisão e de inúmeros jornais. Também foi demitido o presidente da República da Servia e ex-protector de Milosevic, Ivan Strambolic. O Comité Central recomendou num documento que emanou com aplicação a todos os níveis, que se procedesse à “diferenciação” dos dirigentes, um eufemismo significante de perseguição aos opositores à política dominante, a velha “caça às bruxas”. Com a tomada total das direcções da televisão e jornais, em 1988 foi então mais fácil fazer propaganda política e acelerar a campanha através do aumento do número e locais das manifestações. Assistiu-se então a uma mudança radical nas relações de poder neste país de regime comunista, com as massas populares a exigir, ao Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, que fossem expulsos do Comité e da Liga todos os que nesses órgãos não deviam ter lugar, sendo assim comandado o Partido em vez deste comandar. Através de interpostos autores, os manifestantes, Milosevic passou a ditar a sua lei às instâncias federais do Partido, subvertendo a ordem existente até então.

Esta vaga de manifestações, com centenas de milhares de manifestantes, expandiu-se para o exterior da Sérvia, para onde quer que habitassem sérvios, resultando, em Outubro de 1988 e na Voivodina, a substituição da direcção da Província por homens de Milosevic. Em Janeiro de 1989, no Montenegro, o poder político passou a ser detido por políticos pró sérvios, após o afastamento compulsivo dos que se opunham ou não eram da confiança de Milosevic. No Kosovo, ainda em Novembro de 1988, o popular Presidente da LC Azem Vllasi e outro dirigente foram afastados.

Da forma descrita, quatro das oito Entidades Federais passaram a ser dirigidas por apoiantes de Milosevic, representando cerca de metade da Jugoslávia e metade dos lugares na Presidência Federal, equilibrando assim e na concepção sérvia o poder político federal.

Mais tarde, quer na Bósnia-Herzegovina, quer principalmente na Croácia, os sérvios que nelas viviam, replicaram a técnica das manifestações, incorporando com facilidade no seu pensamento a verdade oficial sérvia sobre o Kosovo, estabelecendo um paralelo da sua própria situação de minoria em que viviam, com a dos sérvios desta Província.

Desta revolução cultural sérvia, qual pandemia que rapidamente emergiu em todas as regiões da Jugoslávia onde habitavam sérvios, como seria de esperar e fora planeado, resultou o exacerbar das tensões étnicas em todas as Repúblicas, bem como o conseqüente e generalizado sentimento

de, em crescendo, se viver sob uma enorme ameaça. Recorde-se que essas tensões haviam sido abafadas por Tito, ainda que à custa de medidas que não excluam as repressivas e do grau tido por necessário, de forma conducente ao enfraquecimento da unidade dos sérvios.

Em 1989, após a fase anterior preparatória, Milosevic iniciou a reunificação das componentes da Sérvia, suprimindo quase completamente a autonomia das até então suas Províncias Autónomas. Essa decisão viria, como previsível face aos percentuais étnicos em presença, a esbarrar com uma forte resistência popular nas mesmas.

Contudo, *“as iniciativas tomadas pela Sérvia, entre 1987 e 1989, para se livrar da dependência das suas Províncias Autónomas e assegurar uma representação adequada do povo sérvio no escalão federal apareceram como uma manobra de último minuto, destinadas a evitar que a inelutável partilha da Federação não dividisse os sérvios, politicamente silenciados e impotentes”* (Ivic, 1992: 27/8). Continua este autor, explicando que essa acção justificável não cobre todas as acções tomadas pelo regime de Milosevic, condenando-lhe por exemplo as decisões de mandar fazer moeda falsa e o anúncio provocador de uma manifestação sérvia em Liubliana, de mandar boicotar a compra das mercadorias eslovenas na Sérvia e ainda a atitude intransigente tida no último congresso da LCJ, o que só deteriorou o clima político-social e deu argumentos aos adeptos da secessão

Nos dois meses seguintes foi desencadeada uma série imensa de greves de mineiros, de estudantes e por fim da generalidade da população albanesa no Kosovo. Naturalmente que houve choques violentos entre as duas etnias maioritárias da Província. Alguns “dirigentes albaneses do Kosovo demitiram-se (em solidariedade com Vllasi) e um pouco mais tarde, em Maio, foram demitidos da LCK cerca de 300 dirigentes e presos cerca de 700 albaneses da província” (Garde, 1992: 259). A alteração da ordem pública motivou uma nova intervenção militar no Kosovo (a terceira, após as de 1968 e 1981) e de que resultaram 24 mortos. A já citada resistência popular, contra a reunificação da Sérvia, veio então a ser potenciada pela exclusão de Azem Vllasi da LC da Jugoslávia, no início de Fevereiro, o qual foi preso porque acusado de ter organizado greves, o que constituía actividade contra-revolucionária.

Nova manifestação se realizou em Belgrado, com cerca de 700.000 sérvios, desta vez com a finalidade de ser denunciado o separatismo e o chauvinismo albanês, procurando assim esbater a forte resistência à revolução cultural sérvia. Foram então preparadas e votadas as alterações constitucionais no Parlamento sérvio, sendo nesta República integrado o Kosovo e a Voivodina, bem assim como a atribuição da autoridade política àquela para implementar as leis e regulamentos nestas. Complementarmente, a República Sérvia passava a poder invalidar legalmente as decisões provinciais, porque não conformes com a Constituição e outras leis republicanas, incluindo as decisões dos tribunais. Desta forma ficou garantida a prevalência das decisões dos juízes e tribunais sérvios no Kosovo, além do direito de controlo da Sérvia no que respeita às relações internacionais, de forma a supervisionar as relações Kosovo/Albânia. Assim, as há muito acalentadas expectativas dos albaneses do Kosovo foram sendo afastadas, resultando nestes frustração, enquanto a ligação da Sérvia com as Províncias foi fortalecida pela via legislativa. Acresce também que, já há alguns anos, estava em marcha um plano para inverter a realidade demográfica e assim, foram tomadas medidas para o retorno dos sérvios antes emigrados do Kosovo, complementadas com incentivos para a vinda

de outros, prometendo-lhes empregos e habitações. Foi ainda legislada a proibição de venda de terrenos aos albaneses, pelos sérvios e montenegrinos, bem como edificadas algumas fábricas destinadas a oferecer trabalho às populações, mas segregando desse local de trabalho os albaneses.

A revolução cultural sérvia culminou ao fim de três anos, em Junho de 1989, com uma gigantesca manifestação, na qual se reuniram cerca de 1 milhão de sérvios na planície onde há 600 anos se realizara a batalha de Kosovo-Polje, tendo Milosevic discursado em ambiente, com palavras e apoio triunfais, no entender da nação sérvia unida.

Assim, em 28JUN89 e na celebração da mítica Batalha de Kosovo-Polje, Milosevic afirmou no seu discurso que “seiscentos anos após a histórica Batalha do Kosovo estamos envolvidos em novas batalhas, e não são mesmo de excluir conflitos armados nos tempos que se seguirão” (Rados, 1999: 129).

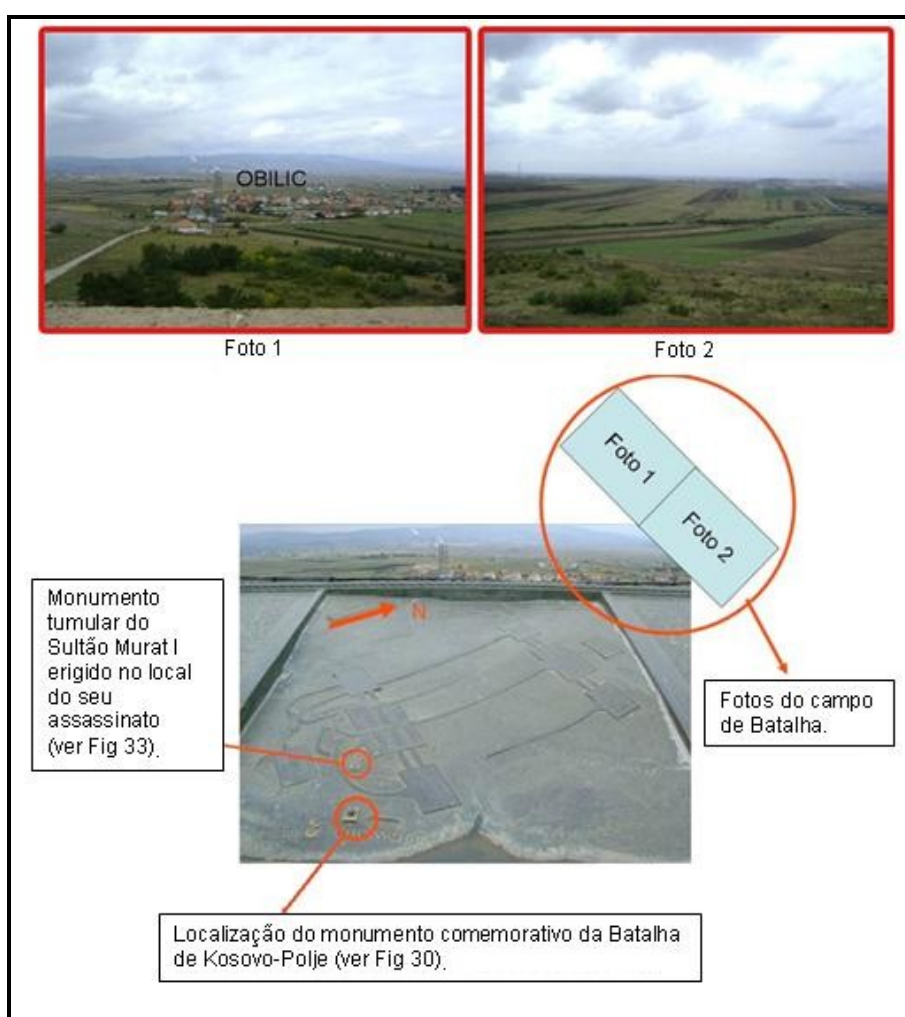


Figura 55 – Fotos do campo da Batalha de Kosovo-Polje, realizadas a partir do topo do seu Monumento Comemorativo e esquema daquela (fotos 1º BIPáras)

Merece ser sublinhado que Milosevic, nessa época, era o líder quase incontestado de um bloco sérvio homogêneo (Sérvia, Montenegro, Voivodina e Kosovo), polarizando ainda a atenção, admiração e seguimento da sua vontade pelos sérvios das restantes Repúblicas. Porventura, mais importante ainda, com Milosevic o povo sérvio ultrapassou um enorme e longo psicodrama que,

apesar de tal, o unira. Partilhando um forte sentimento nacional, bem como conhecedores da sua história, *“os sérvios sempre haviam estado conscientes da sua identidade, unidos em termos religiosos, pouco diferenciados socialmente e serem amantes da audácia, do heroísmo e das soluções extremas. O sentimento nacional, interdito de ser expressado durante o período titista, fora encorajado a manifestar-se com toda a força possível. As manifestações foram a ocasião para uma imensa e livre expressão do seu sentir. E a exaltação nacional e a solidariedade com os infelizes irmãos do Kosovo, enfim livres, cresceram a par do ódio ao inimigo, sempre o mesmo há cerca de 600 anos: o infiel muçulmano, ontem turco, hoje albanês”* (Garde, 2000: 261).

Facilmente se vê o alinhamento da descrição precedente, com a afirmação de que *“uma nação não pode sobreviver se ninguém acreditar no que o líder diz. Isto pode ser o que torna as pessoas dispostas, talvez desejosas, em oferecer a sua fidelidade a qualquer líder forte, cujas pretensões são ousadas o suficiente, bem como as suas acções suficientemente fortes, para reconquistar a confiança”* (Ekman, 1997: 103). Porém, deve também ser sublinhado que, normalmente, as grandes figuras históricas são mais consequência do que origem das circunstâncias vividas e que, em situações de crise, a sobrevivência das sociedades exige a unidade, bem como as ameaças reforçam a socialização. Não poderá ainda ser desprezado o facto incontroverso de que, sendo a sociedade sérvia esmagadoramente de matriz camponesa, *“quanto mais o indivíduo perdeu o sentido da independência, devido à sua educação (porque deficiente ou deformada), mais infantilmente manifesta a necessidade de apoio pela identificação emocional com o líder”* (Reich, 1998: 75).

A catarse étnica descrita, certamente programada e posta em execução sob a direcção do seu líder político, qual mistificação das massas pela propaganda política, garantia concomitantemente o poder político de forma incontestada a Milosevic, bem como a acusação automática de traidores à causa nacional, aos que ousaram ultrapassar certos limites de oposição àquele. Porém, os sérvios depressa se confrontaram e despertaram com a descoberta, talvez não esperada, da existência de defensores dos albaneses do Kosovo, na Eslovénia e na Croácia, bem como de novos inimigos.

Convirá ser relevado que o mundo sérvio progredia num caminho que excluía a economia de mercado e que ia aprisionando os opositores do regime político de Milosevic, ao mesmo tempo que quase totalmente unido à volta deste seu líder. Para isso, este garantia previamente a homogeneização da opinião pública, como descrito, trabalho esse que decorreria de forma relativamente fácil, até porque os objectivos políticos apresentados traduziam os profundos anseios do povo sérvio. Reconhece-se aqui que *“um líder não fará história, a não ser que a estrutura da sua personalidade coincida com as estruturas de amplos segmentos da população, na perspectiva da psicologia de massas”* (Reich, 1998: 54).

Porém, o caminho trilhado pelos sérvios desenvolvia-se de forma totalmente oposta à seguida nas restantes Repúblicas jugoslavas, bem como nos chamados países satélites. Nestes, o caminho para a economia de planeamento centralizado já não era tido como útil e a democracia representativa, bem como a luta multipartidária, haviam passado a constituir a matriz política escolhida e a prosseguir.

Por seu lado, na Eslovénia e na Croácia, ainda que com desfasamento no tempo, por convicção ou procurando manter-se no poder, os dirigentes comunistas não combateram e até incentivaram a evolução para a economia de mercado e a democracia representativa, apesar de contrárias à Constituição Federal. Com este novo paradigma, o multipartidarismo começou a ser construído, sendo significativo que no início de 1988 e nas páginas da revista oficial de uma das organizações de massa eslovena, “A Juventude”, tenha sido denunciada a onipotência, a corrupção e a incompetência dos dirigentes, reclamando ainda a economia de mercado, o pluripartidarismo e o fim do monopólio comunista. Curiosamente, essa acusação com origem numa imprensa então tida como independente do poder político e não na cúpula política, não divergia muito da que na Sérvia havia sido feita mas, defendia um caminho contrário ao daquela. Tal posicionamento baseava-se no facto de que *“os eslovenos tinham uma longa e milenar experiência de íntimo convívio com a tradição dos seus poderosos vizinhos italianos e em particular com os falantes da língua alemã. Ao longo desse convívio, os eslovenos tiveram sucesso na preservação da língua e da sua identidade eslava, mas o resultado global foi uma completa cultura política e social da Europa central e católica romana”* (Zametica, 1992: 12). Ainda nesse ano, a mesma revista denunciou um plano para o Exército Federal intervir, de forma a anular o processo democrático em curso na Eslovénia. Em Setembro de 1988, um membro da Presidência colegial eslovena denunciou a política sérvia para o Kosovo como uma loucura, sendo forçado a demitir-se. Seguiu-se uma manifestação de 20.000 pessoas em Liubliana, na defesa dos direitos do homem, nomeadamente no Kosovo. Janez Stanovnich, presidente esloveno, em visita a Washington condenou a política sérvia seguida por Milosevic, garantindo entretanto asilo político na Eslovénia aos albaneses do Kosovo, se ameaçados de prisão na sua Província. A Sérvia ripostou, boicotando as importações de produtos eslovenos e o diferendo tornou-se público.

Em Junho de 1989, o Parlamento esloveno começou a estudar uma mudança constitucional, no sentido de sobrepor as leis da sua República às da Federação, o que abria caminho, se necessário, à secessão. Após muitas discussões, foi votada e aprovada, em 27 de Setembro, essa declaração de soberania da República Eslovena. Logo de seguida e no uso dos poderes que se outorgara, o Parlamento esloveno legalizou a título excepcional o Partido dos Verdes, mas em Dezembro acabou por legalizar todos os Partidos Políticos, afrontando directamente a Constituição Federal que os proibia.

A Croácia, ainda que de uma forma mais tímida e lenta do que na Eslovénia, iniciou também a sua transformação política. Porém, só a partir de Maio de 1989 começaram a aparecer os primeiros partidos não comunistas, ainda que não legalmente. Os dirigentes da LC croata só em Dezembro aceitaram legalizar o princípio do pluripartidarismo, face ao consumado esboroamento do comunismo nos países vizinhos, vindo em Janeiro de 1990 a legislar no sentido de legalizar tal situação.

Milosevic denunciou então o que chamou de coligação anti-sérvia, a qual objectivamente não existiu com essa finalidade, face à existência dos dois diversos e diferidos processos políticos escolhidos pela Eslovénia e pela Croácia, apesar do objectivo final de ambas confluir, mas em sentido oposto ao desejado pelo bloco sérvio.

Apesar da evolução política em curso e pretendida por eslovenos e croatas, por um lado, e pelo bloco sérvio, pelo outro, tal situação não impediu todos de continuarem a pertencer à mesma Federação, com o Governo Federal em funções, bem como com Forças Armadas Federais com capacidade de actuação e ainda a Liga dos Comunistas jugoslavos em actividade.

Entretanto a situação da economia era catastrófica, com a dívida externa e o desemprego com cifras crescentemente inoportáveis, atingindo a inflação a cifra imensa de 2.600%. Naturalmente que a penúria instalou-se no povo e as greves e manifestações contra o alto custo de vida pressionaram o poder político no sentido das reformas. Em Novembro de 1988, a Assembleia Federal adoptou medidas de alteração constitucional, destinadas a introduzir a economia de mercado. No mês seguinte o orçamento federal foi recusado e, pela primeira vez na história jugoslava, o PM foi forçado a demitir-se, sendo substituído pelo croata Ante Markovic. Este, na apresentação do seu programa draconiano de governo, imputou a responsabilidade pela situação, então vivida, à crise do socialismo e à má definição das tarefas do Estado. Com a envolvente político-económica referida, *“a vida política ficou dominada pelo antagonismo que não parou de aumentar entre o bloco sérvio, monolítico, autoritário e centralista, e as Repúblicas ocidentais: eslovena e um pouco mais tarde da Croácia, diferentes, pluralistas e autonomistas. As segundas caminhando para a democratização e para uma maior soberania das Repúblicas, a primeira defendendo o centralismo em todos os domínios: manutenção da primazia do Partido e poder federal forte”* (Garde, 2000: 266).

O enorme sucesso da aplicação do plano para a economia jugoslava, gizado pelo PM Markovic, bósnio-croata de nascimento, o qual de 1989 para 1990 fez baixar os índices da inflação de 2.600% para 121%, não convinha à política da Sérvia. Estes resultados positivos da economia como que atestavam a veracidade da análise que há um ano Markovic fizera, na apresentação do seu programa de governo, quando afirmara que a crise estava ligada ao socialismo e à má definição das tarefas do Estado. Como político liberal, reformista e tido por próximo dos EUA, trabalhou para transformar a economia planificada em economia de mercado. Com os resultados positivos já apresentados, apesar de conseguidos à custa de um imenso desemprego que não lhe trouxe popularidade nem adesões, resultou também a hostilidade dos comunistas existentes, sobretudo no bloco sérvio. Em consequência, de forma secreta e sem autorização do governo federal, Milosevic fez imprimir dinares num total de 1.900 milhões de dólares, sabotando assim o plano que Marcovic implementara para ultrapassar a crise.

Apesar das clivagens enumeradas não serem novidade no Estado jugoslavo, atendendo a que quer durante a monarquia, quer durante o regime político titista elas tinham já emergido para a luz do dia, agora a substancial diferença situava-se na ausência de uma liderança suprema. Liderança que fora de um Rei ou do Marechal Tito como no passado, com o poder de arbitrar o diferendo, bem como na inexistência de Instituições com poder de coação e aceites por todos. Acresce que se vivia numa época de esboroamento do comunismo, bem como de uma efectiva reforma económica, as quais não eram de molde a contribuir positivamente para a ultrapassagem das divergências.

A solução teoricamente possível de democratização sem descentralização não era aceite por eslovenos e croatas, devido à desconfiança que nutriam pelo bloco sérvio. A razão para tal radicava

no peso relativo deste bloco na presidência do governo federal, o qual então equivalia a 50% do total, garantindo o bloqueio sérvio das medidas requeridas pelas reformas desejadas por eslovenos e croatas. Esta garantia, favorável à Sérvia, transmitiu principalmente a croatas e eslovenos um sentimento de desconfiança nessa solução, até porque ela colidia frontalmente com a liberdade de acção que desejavam para si.

Entretanto, na LCJ as discussões com acusações mútuas prosseguiram, tentando no entanto preparar uma reforma radical, pretendida e com o apoio dos movimentos democráticos que por todo o lado surgiram, incluindo na Sérvia.

Esses projectos opunham-se frontalmente ao pensamento de uma importante Instituição Federal, o JNA, porque previam a abolição do papel dirigente da LCJ, a legalização dos múltiplos partidos ao nível federal e a adopção do figurino de eleições livres. Tais medidas opunham-se porém ao estabelecido na Constituição então em vigor. Os principais chefes militares, o gen Veljko Kadijevic e o almirante Stane Brovet, tentaram no verão de 1989 parar esses movimentos, alertando para o inconveniente que representavam quer a multiplicidade de partidos políticos, quer a soberania das Repúblicas. Manifestaram ainda, em nome da sua Instituição e pela primeira vez, opinião contrária às alterações radicais em discussão e pretendidas por alguns para a Federação.

Na LCJ as discussões sobre o diferendo continuaram, com o esgrimir dos argumentos de cada lado, até que um Congresso, que se pretendeu viesse a ser clarificador, acabou por ser marcado para Janeiro de 1990.

Em Belgrado e no dia 29 de Janeiro de 1990 reuniu-se o Congresso da LCJ, tendo como lema, aceite pelas LC de todas as Repúblicas, “para um novo projecto de socialismo democrático para a Jugoslávia”. Previa-se, para o final dos trabalhos, o fim do socialismo autoritário, a liberdade de expressão e de associação, além de eleições livres onde a LCJ faria campanha em pé de igualdade com os partidos concorrentes. Anunciava-se ainda um tipo de economia mista, onde a propriedade privada teria os mesmos direitos da estatal.

Porém, esta plataforma mínima de consenso camuflava as profundas divergências existentes. O bloco sérvio, conforme expressou o seu aliado montenegrino Milan Pancevski, presidente do Congresso, não aceitou que o pluralismo político significasse somente a existência de um sistema clássico pluripartidário. Pretendeu impor ao mesmo tempo inúmeras restrições do passado, destacando-se nestas a recusa da independência total das LC das diversas Repúblicas, de modo a que a subordinação das mesmas à LCJ fosse mantida. Por sua vez os eslovenos, que já haviam legalizado na sua República o multipartidarismo total, não aceitavam renunciar a tal, nem subordinar o seu Partido a instâncias federais.

Após imensas discussões, quase por unanimidade foi abolido o papel dirigente da LCJ, tendo os eslovenos obtido ganho da causa pela qual se haviam batido. Mas, noutras votações, sobre disposições mais liberais contidas no projecto dos trabalhos do Congresso, o bloco sérvio impôs-se, acrescentando às mesmas restrições. Estão neste caso os textos muito precisos dos direitos do homem, porque poderiam limitar a Sérvia na sua acção no Kosovo.

Os eslovenos apresentaram ao Congresso um texto prevendo a reestruturação da LCJ, de modo a garantir a plena independência da LC em cada República, objectivo esse que consideravam o

cerne de toda a reforma, proposta essa que viria a ser rejeitada. Como consequência imediata, os eslovenos anunciaram a rotura de todos os laços com a LCJ e os seus delegados intransigentemente abandonaram o Congresso, seguidos pelos da Croácia. Então Milosevic propôs a continuação dos trabalhos, apesar da ausência daqueles, o que não foi aceite, e o Congresso em 23 de Janeiro foi adiado *sine die*.

Na Eslovénia estavam previstas eleições totalmente livres para Abril, sendo esta a razão profunda para a tomada de decisão relatada precedentemente, ou seja, do abandono do Congresso pelos dirigentes comunistas da República. Estes, dessa forma e perante os eleitores, apresentaram-se como seus defensores e adversários das teses de Milosevic, garantindo em consequência o apoio popular, para o que aliaram o seu interesse eleitoral e as próprias convicções. Como esperado e alguns meses depois, o líder comunista esloveno, Milan Kucan, foi eleito presidente da República eslovena. Pelo mesmo motivo, a LCJ foi extinta depois daquele Congresso, após haver detido o poder político durante 45 anos. Deixou assim de uma estrutura amortecedora de diferendos e instância com poder para arbitrar as divergências dos partidos comunistas de cada República, pressagiando o próximo fim da Jugoslávia. No entanto e de forma anémica, a Presidência e o Governo federais ainda tiveram existência durante 15 e 21 meses, respectivamente.

Fora atingido o ponto de não retorno na fuga ao apoio ao federalismo, pois as Repúblicas achavam que os seus interesses individuais não passavam mais pela manutenção do Estado Federal, teoricamente ainda possível com o paradigma multipartidário e com eleições livres, num modelo Federal ou só Confederal. Esta via, apesar de tudo era a última esperança na continuação da unidade para muitos jugoslavos, de que se destacava o PM Ante Markovic, um croata. Derrubando a esperança destes, instalara-se a total desconfiança entre as Repúblicas, não tendo então sido preparada a lei eleitoral, nem as eleições que tornassem possível aquela nova solução. Como referido, os eslovenos e os croatas não tinham confiança em hipotéticas eleições a levar a efeito na Sérvia e, ainda menos, no Kosovo, interpretando os apelos dos que ainda lutavam pela unidade, como manobras destinadas a perpetuar a dominação do bloco monolítico sérvio. Em consequência, era inultrapassável a sua determinação na escolha do caminho conducente à soberania das Repúblicas. No fundo, a rejeição dos equilíbrios que haviam sido impostos por Tito, nunca muito aceites e agora rejeitados liminarmente pela Sérvia, espoletaram a implosão da Federação.

Entretanto, logo após o fim do Congresso, uma nova onda de violência foi desencadeada no Kosovo. Para os albaneses do Kosovo, face às restrições colocadas pelos sérvios no Congresso, no que concerne à democratização e ao reconhecimento dos direitos do homem, bem como da impossibilidade futura de recurso para a instância federal, sentiram as suas aspirações desfeitas e completamente à mercê das autoridades sérvias. Como tal, desde 24 de Janeiro de 1990, 40.000 albaneses do Kosovo manifestaram-se na capital Pristina, reclamando eleições multipartidárias, igualdade de direitos, a libertação dos presos políticos e ainda o fim do estado de sítio. As manifestações foram-se estendendo, de início às outras cidades do Kosovo e depois, um pouco por todo o território, e da repressão às mesmas resultaram cerca de vinte mortos. A presidência colegial, influenciada pelo seu membro esloveno e pelo croata, recusou o envio e intervenção do JNA,

resultando desta decisão uma manifestação sérvia de desagrado, em Belgrado. Por fim, o Exército foi enviado para o Kosovo, para a sua quarta intervenção na Província, para restabelecer a ordem.

Entretanto, a reforma económica do PM Markovic, lançada em Janeiro de 1990, em seis meses deu frutos muito positivos, tendo a inflação passado de quatro a dois dígitos e, o dinar, que fora indexado ao marco alemão, não sofreu desvalorização. Paradoxalmente, enquanto a componente económica se robustecia, as dificuldades no campo político subiram aos píncaros.

Aproveitando o seu sucesso na economia, Markovic quis continuar a lutar na convicção de que a Jugoslávia continuava a ter futuro e, nesse sentido, fundou o Partido das Mudanças Democráticas (PMD). Era seu propósito apresentar-se com o PMD às eleições em todas as Repúblicas, admitido aos seus membros a pertença concomitante a outro Partido privativo de uma qualquer das Repúblicas. Curiosamente tal ideia, que pretendia a continuação do Estado Federal, foi mal acolhida na Sérvia, onde o seu autor foi acusado de pretender dividir a opinião pública sérvia e trair os interesses desta. Também e contra as expectativas, a ideia foi bem acolhida pelos comunistas na Croácia e na Eslovénia, os quais se aliaram a este novo Partido, mas ambos foram derrotados nas eleições e o PMD não teve futuro.

O sucesso eleitoral nas primeiras eleições livres atingiu somente os Partidos limitados a uma só nacionalidade, tendo sido criados cerca de 60. Cada República organizou as suas eleições e escolheu a data para as mesmas. Assim, em Abril foram realizadas eleições na Croácia e na Eslovénia, em Novembro na Bósnia e Macedónia e, em Dezembro, no Montenegro e Sérvia. Nesta República a realização das eleições demorou mais, de modo a que Milosevic tivesse tempo para, de novo, modificar a Constituição, apagando as últimas disposições autonómicas para a Voivodina e Kosovo. Nessas eleições, as seis Repúblicas comportaram-se já como Estados separados.

3.3.3.2 As eleições nas 6 Repúblicas

3.3.3.2.1 As eleições na Eslovénia e desenvolvimentos posteriores

Na Eslovénia foram realizadas eleições legislativas e presidenciais directas, em Abril de 1990 em duas voltas e antecedidas de uma preparação cuidada, devido à sua mais longa evolução democrática. Confrontaram-se então seis partidos coligados (coligação DEMOS) com a LC da Eslovénia, esta associada com o PMD de Markovic. Ambos se bateram por idênticas causas, ainda que com menor intensidade os comunistas, denunciando a ausência de democracia nas outras Repúblicas, as pressões das FA federais contra a democratização na Eslovénia, os atentados contra os direitos do homem no Kosovo. Naturalmente denunciaram também a excessiva contribuição eslovena para o fundo de ajuda às regiões subdesenvolvidas, bem como o mau uso da mesma. Como remédio para tais males defenderam uma menor dependência eslovena da Federação e, nos termos do programa da DEMOS, deixavam aberta a possibilidade de ser levado a efeito um referendo, visando a independência. A DEMOS ganhou as eleições com 55% dos sufrágios, contra 17% dos comunistas. Os eslovenos, de forma bem clara e demonstrando não se terem esquecido do apoio e empenho que, desde início, esse candidato dera ao processo de democratização esloveno, nas eleições presidenciais directas o candidato comunista Milan Kucan ganhou nas duas voltas, com

as votações de 44% e 58% respectivamente, contra o social-democrata Pucnik, este com 26% e 41%.

Em Julho de 1990 a Assembleia Nacional eslovena votou favoravelmente a declaração de soberania da República, passando a determinar totalmente a sua política interna e externa, instituindo também o próprio sistema legal e judiciário, além de prever a adopção de uma nova Constituição. Depois, em Dezembro, quase por unanimidade, aprovou um referendo visando a independência. Nos termos do mesmo, o Governo proclamaria a independência e a secessão⁷⁹ da Jugoslávia, se no prazo de seis meses e pelas seis Repúblicas não fosse realizado nenhum acordo para a reestruturação da Federação. Votaram 93,5% dos inscritos e a aprovação mereceu o apoio de 94,5% das respostas expressas. Usando o tempo necessário e de forma pensada e coerente, a República com mais recursos e com maior homogeneidade étnica, caminhou decididamente para a independência e a democracia, como era a vontade da esmagadora maioria do povo esloveno.

Entretanto, em MAR91 a Eslovénia deixara de enviar os seus conscritos para o Exército Federal.

Para chegar a essa nova postura política de desassociação e não de secessão, como lhe chamaram, argumentaram com a não aprovação da proposta que com a Croácia haviam apresentado ao nível federal, para a constituição de uma Confederação de Estados soberanos, baseada primariamente em interesses económicos. Consideraram que ao não ser aprovada tal proposta, se iniciara o desmembramento do Estado Federal, logo não podendo existir secessão. Assim, um longo caminho fora percorrido desde que *“em 1918 a Eslovénia, que nunca antes fora independente, de boa vontade se juntou ao novo estado jugoslavo. O seu receio da Itália, Áustria e Hungria, e o facto de um terço do seu povo continuar a viver nestes países, determinou (então) a orientação pró Jugoslávia. Ainda que desagradados enquanto conviveram com o centralismo sérvio, ao contrário dos croatas, nunca desenvolveram tendências separatistas no período entre as grandes guerras. Pelo contrário, frequentemente actuaram como influência moderadora nas políticas jugoslavas. Participaram no governo mais vezes do que na oposição, fornecendo o PM com regularidade. A situação desenvolvida na Eslovénia, nos finais da década de 80, foi completamente contrária à tendência geral histórica. Após a reorientação política sérvia em 1987/8, a Eslovénia de forma consistente foi a mais coerente e crítica adversária da estrutura jugoslava existente”* (Zametica, 1992: 13).

3.3.3.2.2 As eleições na Croácia e as consequências

Na Croácia vivia-se uma situação social mais conflituosa que na Eslovénia, porque os comunistas no poder foram menos lesto a admitir e apoiar o movimento das reformas políticas, bem como porque existiam profundas fracturas sociais. Estas haviam resultado de uma enorme purga política havida em 1971 e, sobretudo, devido à existência de uma importante minoria de 600.000

⁷⁹ - “O direito à separação das entidades da Federação jugoslava estava escrito no preâmbulo da Constituição de 1974, mas nesta também estava escrito que as fronteiras externas da federação não podiam ser alteradas sem um consenso entre todas as Repúblicas; além disso, o artigo 240 estipulava que o JNA devia defender as fronteiras externas” (Rados, 1999: 92).

sérvios que, constituindo só cerca de 12,5% do povo, era poderosa devido aos cargos desempenhados nas FA federais, na Polícia e na Administração, como já sublinhado. Devido à situação vivida, a evolução democrática foi iniciada mais tarde e houve por parte das forças políticas menor preparação. Apresentaram-se a escrutínio popular o velho Partido Comunista, agora chamado Liga Socialista, coligado com o PMD de Markovic, e liderado por Ivica Rakan; a Coligação de Partidos Democráticos, dirigida por Mika Tripalo, e Savka Dabcevic-Kucar; e um partido independente de coligações, a União Democrática da Croácia (HDZ) de Franjo Tudjman. Este último dirigente, que se batera na juventude integrado nas forças Partizan, era filho de um combatente antifascista que exercera o cargo de presidente do Comité de Libertação da sua aldeia, até ter sido assassinado em 1946, num presumível ajuste de contas no interior das forças de Tito. Franjo Tudjman, em 1961 saíra do Exército jugoslavo para se dedicar à pesquisa histórica, fundando o Instituto de História dos Trabalhadores. Era seu objectivo intimo demonstrar, através do estudo da história da Guerra de Libertação Nacional, em que participara, que os Partizans croatas e o povo croata não devem ser identificados com o regime ustacha, pois haviam lutado contra o fascismo, tanto ou mais que os outros povos. Para tal e na defesa da honra croata, pesquisou o número de vítimas dos ustacha, divergindo dos números oficiais que eram muito mais altos e, com esse trabalho, contrariou o que constituía um tabu do regime de Tito, sendo conseqüentemente preso. Neste Partido militavam também outros velhos prisioneiros de 1971, bem como outros mais jovens como Stipe Mesic, que viria a ser o último Presidente da Federação Jugoslava, entre Julho e Outubro de 1991. O HDZ distinguiu-se então pela forma mais forte de defender a convicção da generalidade dos croatas, de que não deviam ser tidos colectivamente como responsáveis pelas decisões e actos criminosos cometidos pelos dirigentes croatas de há cinquenta anos. Cumulativamente reivindicaram a herança da história croata, desde os velhos reinos até ao tempo dos dirigentes do tempo moderno, como Starcevic ou Radic. Para tal apoiaram-se na imensa força da diáspora croata, inclusive financeira e cultural, a qual por sua vez fez inflectir o Partido para um nacionalismo mais radical. *“A igreja católica da Croácia absteve-se abertamente de tomar partido nos debates eleitorais (enquanto que nas outras três repúblicas os bispos católicos eslovenos, os dirigentes muçulmanos na Bósnia e a Igreja ortodoxa sérvia se afirmaram publicamente contra os comunistas), mas a sua simpatia ia sem qualquer dúvida para o HDZ”* (Garde, 2000: 276/7).

“Na Croácia saída da dissolução sangrenta da Jugoslávia, o presidente Tudjman, apesar de ter lutado ao lado de Tito contra o Eixo, tomara-se um nacionalista exacerbado, anti-semita e anti-sérvio, para grande apreensão dos trezentos mil sérvios do seu país - que viriam a ser expulsos em 1995 na maior operação de limpeza étnica na ex-Jugoslávia até à dos albaneses do Kosovo, mas, ao contrário desta, nunca corrigida nem punida (Cutileiro, 2008: 39).

Mas, o *“HDZ foi arrastado para o poder numa vaga de nacionalismo e mesmo de revisionismo: o dr. Franjo Tudjman, o ex-líder comunista do Partido, sugeriu sem o expressar que a etnicamente mista BiH fosse incluída na Croácia. Isto talvez tivesse sido agitado na campanha eleitoral mas, do ponto de vista dos sérvios, estava relacionado com as negras imagens da Croácia do tempo da guerra, quando incluíra a BiH”* (Zametica, 1992: 17). Acresce que, apesar de os croatas terem justificado a escolha da bandeira nacional então escolhida, como a recuperação da bandeira

nacional primitiva da Croácia (1527), retirando simplesmente a estrela do tempo de Tito, sobreposta no histórico pano tricolor, e substituindo esta pelo também histórico brasão (com 25 quadrados brancos e vermelhos, encimados pela coroa), tal alteração assustou os sérvios da Croácia. Para estes, essa bandeira recordava os massacres de 1941, bem como aqueles a que haviam estado submetidos sob igual bandeira, durante os quatro anos do regime de Ante Pavelic, os Ustacha. O HDZ procurou acalmar os sérvios e trocou simplesmente a posição relativa dos quadrados vermelhos do xadrez por brancos e estes por aqueles. Outro ponto de extrema delicadeza é o texto da nova Constituição, onde deixaria de constar, contrariamente à de 1974, a definição da Croácia como o estado dos croatas, dos sérvios e de outros povos e nacionalidades que nela viviam. O HDZ suprimiu esse privilégio dos sérvios, que constituíam cerca de 11 % da população na Croácia, ao sublinhar que, para além da BiH nenhuma outra República pertencia a mais do que um povo. Deste modo, o texto constitucional passou a definir a Croácia como o Estado nacional do povo croata e dos que pertencendo a outras nações e minorias, eram seus cidadãos: sérvios, muçulmanos, eslovenos, checos, etc. Como refere Garde, na origem desta nova definição estava a velha questão, no mínimo de âmbito psicológico para os croatas, da alegada sobre representação sérvia na Croácia, em lugares na administração, nos postos de direcção e na polícia. Tudjman, de forma demagógica, denunciou publicamente que “os sérvios eram na Croácia 40% dos ministros, 60% dos dirigentes das empresas, bem como 6 em cada 7 redactores da imprensa” (Garde, 2000: 278). Isto originou que os sérvios, sobretudo os da Croácia e como observou Slobodan Despot, que “passassem a crer no próximo advento de uma nova política de discriminação negativa para com eles” (Ivic, 1992: 108). Apesar de genericamente se saber ter existido, até então, um certo desequilíbrio relativo, bem como as razões para o mesmo, os números com que Tudjman argumentou “nem sequer se aproximavam da realidade de então”, como é esclarecido por autores sérvios (Ivic, 1992: 35), não passando portanto de propaganda política.

O HDZ cuidadosamente não se apresentou na época como anti-sérvio, insistindo que os direitos do homem eram para respeitar, bem como o reconhecimento da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, mas os simpatizantes croatas do HDZ, por vezes, manifestaram-se de modo diverso e, não tendo havido correcção imediata desses comportamentos pelos dirigentes presentes nessas ocasiões, não diminuiu a agitação e o receio de que já estavam possuídos os sérvios. Estes, influenciados pelas inúmeras manifestações que se iam realizando na Sérvia, bem como pelos avisos que delas iam recebendo, no que se prende com a insegurança e ameaças de violência sobre os seus irmãos no Kosovo, extrapolaram de imediato para a própria situação, agitando-se em conformidade e começaram por sua vez a realizar manifestações. *“A questão das minorias está relacionada com aspectos da autodeterminação. Quando é que uma nação não o é? E quando é que uma minoria é uma nação? (...) Esta questão foi sumamente importante na guerra servo-croata e crucial no Kosovo e Sandzac (...) Quando os croatas excluíram os sérvios da sua constituição, em Dezembro de 1990, como uma nação constituinte da república, eles sabiam perfeitamente bem que desse modo estavam a criar um argumento para travar a secessão da minoria (...) Se a comunidade internacional não sabe (ou não se interessa), e portanto não tomar uma posição sobre o que é uma*

minoría e o que é uma nação, as suas intervenções em conflitos étnicos estão limitadas a acompanhar erros caros” (Zametica, 1992: 78/79).

É relevante ser sublinhado que, enquanto a campanha política de Milosevic, na Sérvia, se foi desenrolando metódica e coerentemente durante três anos, repetindo à exaustão as mesmas palavras de ordem de sentido xenófobo, na Croácia ela pouco ultrapassou os três meses da campanha eleitoral legal. Esta começou a partir de Janeiro de 1990 e, apesar da xenofobia que alguns croatas também cultivaram, beneficiou o HDZ, cujos dirigentes com moderação tentaram conter tal atitude, acabando por ser beneficiados por tal comportamento (Garde, 2000). Assim, Franjo Tudjman foi eleito Presidente da República pelo Parlamento, em 30 de Maio de 1990, bem como constituído um Governo homogéneo do HDZ, sob a chefia de Stipe Mesic.

Naturalmente que na visão dos sérvios da Croácia, juntavam-se à lembrança dos massacres sofridos sob o regime ustacha no passado, as notícias e apelos vindas da Sérvia e a similitude da sua situação de minoritários com a vivida pelos seus irmãos sérvios no Kosovo. A isto e no pensamento dos sérvios da Croácia acrescem todas as medidas atrás referidas, anunciadas ou já implementadas pelas novas autoridades políticas croatas, tidas como destinadas a prejudicá-los. As demissões de sérvios em empresas e na polícia, que então se estavam a verificar, pareciam justificar os seus receios pois, contrariamente, não se estavam a verificar demissões de croatas noutros serviços onde estavam igual e relativamente sobre representados.

Em Dezembro de 1990 foi votada a nova Constituição croata, assumindo a herança histórica croata, não se designando mais como Socialista, mas como República Unitária e Indivisível. Ficou também nela consignada a adopção da bandeira com o xadrez vermelho e branco, definida a língua oficial como o croata, ser usado para a expressão escrita o alfabeto latino, prevendo contudo o uso do alfabeto cirílico nas zonas maioritariamente sérvias. Regulou ainda outras questões das nacionalidades, garantindo o respeito pelos direitos do Homem e a igualdade dos cidadãos perante a lei, consagrando também um sistema semi-presidencial. Finalmente, ficaram constitucionalmente também expressos os procedimentos de associação e dissociação da Croácia com outros Estados. Nesses termos, permaneceria no quadro da RSFJ até que as Repúblicas estabelecessem um novo acordo, ou o Parlamento croata decidisse doutra forma, para o que seria necessário uma maioria parlamentar de dois terços. Em oito meses e não em três anos como a Eslovénia, a Croácia determinou o caminho a seguir, num âmbito de secessão, logo progressivo e com negociações, contrariamente à decisão eslovena dita de dissociação. Seguiram-se medidas de demissão dos dirigentes tidos opositoristas ou incompetentes, bem como dos dirigentes dos órgãos de comunicação social (OCS) contrários.

De acordo com autores sérvios actuais, “Tudjman tentou desmoralizar definitivamente os sérvios, já profundamente deprimidos devido à deterioração constante e irreprimível da sua situação durante o regime de Tito” (Ivic, 1992: 29). Isso começou após 1945, pela abolição do clube dos deputados sérvios no Parlamento croata, seguida de uma feroz purga dos seus líderes políticos do tempo da guerra e após a separação da Jugoslávia do bloco de Leste. Não podemos ainda deixar de ligar intimamente ao sentir dos sérvios da Croácia, além da recente perda de direitos individuais e da exclusão de postos de trabalho, um facto com imensa importância para os mesmos. Até então, ainda

que constituindo uma minoria nesta República, no âmbito constitucional jugoslavo os sérvios tinham usufruído da garantia de um estatuto digno e de segurança, sob todos os pontos de vista. A nova Croácia representava falta da protecção, face à iminência de se dissociar da Jugoslávia, conforme os reiterados avisos e pressões vindas do interior da Sérvia alertavam. No regime comunista moribundo, a velha lógica da atribuição dos postos de trabalho, em função da lealdade política iria manter-se mas, o regime mudara. Também a resposta de Tudjman, no início dos anos 90 ao líder sérvio Jovan Raskovic, ajudou a difundir mais receios que conduziram à revolta, quando este o interrogou sobre que garantias daria à minoria sérvia numa futura Croácia independente. Respondeu Tudjman que “os sérvios na Croácia tinham já demasiados direitos e que se trataria principalmente de os reduzir” (Ivic, 1992: 29).

Também e certamente sem medir as consequências de tal, na campanha eleitoral o HDZ definira que a Croácia deveria englobar as suas fronteiras étnicas e históricas, expressão muito ambígua e que recuperava a doutrina dos odiados ustacha. A palavra étnica pretendia traduzir o englobar da Herzegovina Ocidental / BiH, onde os croatas que então a habitavam eram esmagadoramente maioritários? E quanto à referência à história, significaria que era reivindicada a parte ocidental da Voivodina sérvia e denominada Sirmia, Kotor no Montenegro e mesmo a BiH na totalidade, porque num tempo ou noutro já haviam pertencido à Croácia? Hoje, o governo croata porque mais realista, face à maior experiência entretanto obtida, e sabendo da importância de só traçar objectivos políticos, para os quais exista a possibilidade de lançar mão dos recursos necessários para lutar por eles, defende o princípio da conservação das fronteiras actuais e não as étnicas e históricas. Essa inflexão na definição da fronteira, apesar da continuação das medidas simbólicas (contidas na Constituição, a bandeira, o alfabeto, etc.), traduz o reconhecimento de um enorme e trágico erro político, que conduziu os sérvios da Croácia ao sentimento de estarem a ser ameaçados pelas novas autoridades da novel República da Croácia.

Entretanto, o somatório de todas as medidas simbólicas que a nova Constituição croata continha, bem como a progressiva dissociação da Federação, cuja Lei Fundamental aos sérvios da Croácia garantia até então protecção contra o livre arbítrio da Croácia, somados à negra lembrança dos massacres de que haviam sido alvo no regime ustacha de Ante Pavelic, conduziram os mesmos à não adesão. Devido a esse somatório de razões, potenciadas pela recente exigência de alguns dirigentes aos trabalhadores sérvios, para assinarem declarações de lealdade ao governo croata, conduziram aqueles a serem ainda mais permeáveis à propaganda política de Milosevic. Contudo, essa vexatória medida estava igualmente a ser levada a efeito pelos sérvios no Kosovo, exigindo idêntica declaração aos albaneses da Província. Assim, concomitantemente com a progressiva secessão croata da Jugoslávia, os sérvios da Croácia recusaram-se a participar no caminho traçado pela maioria desta e, de forma paralela e progressivamente, a partir de SET90 foram-se dissociando da Croácia e dirigindo-se para o caminho da rebelião.

Desenrolaram-se negociações entre o governo croata e os sérvios da Croácia, mas os objectivos estratégicos das partes não eram conciliáveis. Os sérvios da Croácia só pretendiam a sua autonomia territorial, o que era incompatível com o objectivo dos croatas, visto que estes só admitiam a autonomia cultural para aqueles. Para isso, argumentaram que a perda da Eslavónia era para os

croatas inadmissível, porque maioritários na região e, quanto à Krajina, ainda que maioritariamente habitada por sérvios não a admitiam. Continuavam a sua argumentação, afirmando que esta região porque estendendo-se ao longo da Croácia de que dependia totalmente, face à falta de recursos do seu solo, a sua separação não iria resolver os problemas do conjunto dos sérvios da Croácia, devido ao facto de só cerca de um quarto destes nela habitarem. Depois das tentativas falhadas de acordo entre Tudjman e o líder dos sérvios da Croácia, o psiquiatra Jovan Raskovic, um grupo de treze comunas⁸⁰ à volta da cidade de Knin, proclamou a Região Autónoma Sérvia da Krajina (RASK). Este facto deu-se por ocasião de uma manifestação em que participaram cerca de 100.000 pessoas na vila de Srb, tendo os habitantes sido instados a pronunciarem-se sobre a autonomia do País, num referendo a efectuar em 02SET90. Apesar do carácter artesanal da sua realização, as respostas positivas cifraram-se em 99,2 %. O governo croata reagiu não desvalorizando esse acto e dizendo não o autorizar, o que foi incapaz de cumprir, diminuindo conseqüentemente a sua autoridade e permitindo o caminho da secessão da RASK da Croácia.

As populações sérvias, em revolta, retiraram armas das esquadras da Polícia e barraram as estradas na região de Knin. Em Setembro as autoridades croatas, para confiscarem esse armamento, decidiram enviar unidades de Polícia para o local. Isto levou, como consequência, os sérvios locais a sentirem-se ameaçados nos seus propósitos, a apelarem a todo o povo sérvio para resistir por todos os meios às autoridades croatas que então apelidaram de *ustachas*. Sob a presidência do Presidente da Câmara de Knin, foi criado o Conselho Nacional Sérvio, um arremedo de Parlamento da Krajina. A situação prolongou-se até final do ano, sem alterações significativas, e com os croatas locais a sofrerem violências.

Sabe-se que o medo induz as pessoas a apoiar a violência, mesmo quando isso possa envolver custos elevados. As opções podem resumir-se a ser ou não ser a vítima como resultou na RSK. Os resultados do conflito entre sérvios e croatas foram determinados pela inabilidade dos croatas em cooperar e pela tendência dos sérvios em procurarem uma resolução através de um confronto final (Branco, 2006).

Crê-se ser significativo que, de forma idêntica ao anteriormente acontecido na Eslovénia, o JNA era descrito pelos croatas como um Exército de ocupação. De facto, *“o JNA tinha pelo menos tentado cumprir um papel neutral na Croácia, actuando como amortecedor entre os croatas e os sérvios, mas crescentemente foi hostilizado por aqueles. O sentimento anti-Exército federal na Croácia assegurou que, quando Zagreb declarou a independência em 25JUN, os sérvios puderam contar com este como um aliado poderoso”* (Zametica, 1992: 18).

Na análise da conflitualidade jugoslava até agora realizada, ressalta que, *“onde deixaram de existir instituições responsáveis para impor a autoridade e prevaleça a anarquia, os grupos tendem a privilegiar a procura da segurança acima de qualquer outro objectivo, o que os conduz a tomarem medidas que tornam os outros grupos inseguros, os quais, por sua vez, vão tomar igualmente acções que os tornam uma ameaça. Nesse ambiente não é fácil distinguir, nos outros, a tomada de acções ofensivas ou defensivas. Em sociedades fragmentadas quando as instituições enfraquecem e perdem*

⁸⁰ - Nessas treze comunas, situadas na velha fronteira militar do império austro-húngaro, os sérvios eram maioritários em onze delas e muito numerosos nas restantes.

vitalidade, os activistas políticos mobilizam apoios ao redor das identidades culturais previamente legitimadas e transformam-nas em identidades políticas, recorrendo frequentemente à vitimização do grupo e ao exarcebamento de injustiças e privações de que terão eventualmente sido vítimas” (Crawford, 1998: 15).

3.3.3.2.3 As eleições na Sérvia

De acordo com a dinâmica de mudança então vivida, a Eslovénia e a Croácia realizaram logo em Abril de 1990 as suas eleições, como já referido, tendo esta República adoptado a nova Constituição em Dezembro.

Logo após as eleições na Eslovénia e Croácia, em 25JUN90, “*Milosevic avisou que qualquer tentativa de transformar a Jugoslávia em Confederação, tornaria as fronteiras do país uma questão política em aberto. A Sérvia deve claramente dizer que as suas presentes fronteiras administrativas estão ligadas só ao sistema federal jugoslavo (...) Inicialmente a Sérvia defendia a continuação da Jugoslávia, como um simples estado federal. Com o aumento das tendências separatistas, foi enfatizado que eram as nações, não as repúblicas, que eram soberanas; que a Jugoslávia não foi criada como uma associação de repúblicas mas de nações; que as fronteiras entre repúblicas eram mais administrativas do que fronteiras de estado; que a Confederação não era um estado mas uma aliança de estados; e que a nação sérvia desejava viver num único estado. O direito de secessão estava implicitamente consagrado. Mas agora a Sérvia levantou o objectivo da autodeterminação da nação, exactamente o mesmo objectivo implementado pela Eslovénia e Croácia, e a possibilidade de alterações de fronteira*” (Zametica, 1992: 22).

Contrariamente à Eslovénia e à Croácia, a Sérvia retardou ao máximo as eleições (DEC90), de forma a implementar as reformas constitucionais efectuadas e entretanto referendadas (02JUL90), com o objectivo de lhe permitir centralizar o poder político na República, em detrimento da autonomia até então existente nas suas Províncias. A nova Constituição, para além da centralização do poder político e judicial, como referido, previa um regime democrático, com garantia dos direitos humanos, liberdade de expressão, propriedade privada e continuava a referir a pertença da Sérvia à Federação Jugoslava. Esse texto satisfez o governo e a oposição, visto garantir as liberdades democráticas, além de suscitar a adesão genérica no que se prendia com a política de “reconquista” do Kosovo. O referendo sobre a mesma obteve a adesão de 96,8 dos votantes, com a participação na Sérvia propriamente dita de 86% e no Kosovo de 25%, onde os albaneses quase totalmente boicotaram a ida às urnas.

Entretanto, o Partido Comunista Sérvio preparou as eleições, alterando a sua designação mas sem mudar de política. Assim a LC da Sérvia fundiu-se com a Aliança Socialista, formando o Partido Socialista Sérvio. Formaram-se então diversos Partidos oposicionistas, todos liderados por universitários e, na opinião de Garde, de matriz nacionalista. Entre eles, o Partido Radical (liderado pelo sociólogo sérvio da Bósnia, Vojislav Sejelj, de 33 anos e que havia sido condenado em 1983,

porque nacionalista⁸¹ e o Movimento Sérvio de Renovação, dirigido por Vuk Drascovic, um político ultra nacionalista⁸². Formaram-se também partidos mais moderados, como o Partido Democrático, defensor da manutenção da Federação Jugoslava, da democracia e do multipartidarismo, bem como das liberdades, sendo acusado de não ser um fervoroso defensor da ideia do Kosovo, sob a liderança do filósofo e há muito dissidente Dragoljub Micunovic. Também se distinguiu o Partido Reformista da Sérvia, liderado por Ivan Djuric, um jovem historiador de Belgrado e que sempre procurou demarcar-se dos excessos nacionalistas. Os partidos albaneses no Kosovo foram interditados de concorrer às eleições mas, os Partidos das minorias húngara na Voivodina e muçulmana no Sandzac puderam agir na defesa das suas convicções.

Deve ser sublinhado o descontentamento de todos os Partidos oposicionistas na preparação das eleições, face ao pouco acesso relativo aos OCS e à recusa de autorização para participarem no apuramento dos resultados das eleições. A ameaça da oposição em boicotar as eleições, o governo à última hora atenuou o problema com alguma abertura às reivindicações.

As eleições realizadas em 9 e 23DEC90 foram um triunfo para Milosevic, pois os seus apoiantes (SDS) conquistaram 194 dos 250 lugares do Parlamento, 19 para o Partido da Renovação, 20 lugares para outros Partidos sérvios, sendo os restantes para os Partidos das minorias. Quanto à eleição presidencial, Milosevic ganhou com 65% dos votos, contra 20% de Drascovic, reforçando assim o seu poder. Os albaneses boicotaram as eleições e a oposição obteve os melhores resultados nas regiões mais desenvolvidas, isto é, em Belgrado e na Voivodina. O controlo apertado dos OCS pelo Partido Socialista Sérvio, de Milosevic, foi fundamental nos resultados eleitorais. Explicou tal, em 20DEC90 e de forma lapidar, o académico e membro do Partido Democrático, Ljubomir Tadic, afirmando que *“Drascovic, com a sua forma arcaica de nacionalismo ou de patriotismo, como quisesdes, não podia prevalecer contra o nacionalismo moderado que satisfaz todas as aspirações nacionais.... Aquilo que foi determinante, foi a convicção forte e tranquila da grande massa dos eleitores que Milosevic é o homem que satisfaz todas as aspirações nacionais dos sérvios, é aquele que os defende, que salvaguarda a sua honra nacional e os seus territórios”* (Garde, 2000: 291). Por isso e aos olhos dos sérvios, Milosevic encarnou a figura do líder político há muito desejado, *“inclusivamente alguns oponentes políticos internos de Milosevic deram-lhe crédito, porque ele restaurara o orgulho e a dignidade aos sérvios”* (Zametica, 1992: 21).

⁸¹ - Seselj liderou os Tchetnik por ter sido escolhido para tal pelo padre Djujic, anterior *Voivode dos Tchetnik*, então exilado nos EUA, assumindo-se como combatente sérvio anticomunista e nacionalista da II GG. Era violentamente anti Jugoslávia e anti Croácia, defendendo um Estado puramente de sérvios, englobando toda a Jugoslávia mas com a excepção da Eslovénia e de uma Croácia reduzida à região de Zagreb. Possuía boas relações com os neofascistas italianos do MSI, a quem desejava ceder a Dalmácia em vez de aos croatas. Os seus Tchetnik formavam uma milícia armada, ainda que de forma dita clandestina, operando quase abertamente com os sérvios da BiH e da Croácia. Devido aos métodos violentos que defendia e empregava, o seu Partido não foi autorizado a candidatar-se às eleições.

⁸² - Denunciou Tito e a sua política anti-sérvia, procurou reabilitar os Tchetnik e particularmente o seu chefe, o general Mihailovic, rejeitou a ideia de Jugoslávia mas reivindicando uma grande Sérvia, ainda que com limitações territoriais, atendendo a um princípio étnico de ocupação territorial, salvo no caso do Kosovo, e no geral advogando a exclusão da República dos outros povos. Defendeu ainda um referendo para o retorno à monarquia, porque tida como factor de equilíbrio.

A oposição sérvia a Milosevic sofreu uma enorme desilusão com os resultados eleitorais, sobretudo nos meios citadinos e em oposição aos meios rurais, tendo estes de forma massiva dado suporte eleitoral ao regime daquele, e procuraram por todos os meios desembaraçar-se de um regime comunista, como a Bulgária e a Roménia já em 1990 haviam feito.

Eram então cada vez mais evidentes as razões invocadas pela oposição, baseadas não no fim político de união de todos os sérvios num mesmo Estado, como Milosevic preconizava, mas sim os meios empregues por este para tal. Estes meios consistiam no recurso à força, pelo emprego do exército na vida política, ou o silenciar da liberdade de expressão, imposta à oposição pelo regime de Milosevic no acesso aos OCS. As razões, subjacentes para tal, eram baseadas no conflito realmente existente entre as Repúblicas e porque a Presidência Federal, ainda que continuando em funções, evidenciara fragilidades que, dois meses depois, a conduziram ao desaparecimento formal por vacatura do cargo (MAI91).

Face a uma manifestação da ordem de cem mil opositores, foi organizada uma outra de apoio com o triplo de apoiantes ao regime de Milosevic, trazidos de todo o país a Belgrado, e também com o apoio expresso dos sérvios da Krajina, através do seu chefe Milan Babic. Foram entretanto perpetrados actos de violência, com mortos, feridos e numerosas prisões de opositores, entre os quais e durante algum tempo do ultra nacionalista Vuk Drascovic.

Milosevic dirigiu à Presidência Colegial o pedido de transferência para o JNA do Poder Federal, como medida de urgência, o que foi recusado com votos contrários dos quatro membros não sérvios do mesmo. O representante sérvio na Presidência Colegial, Borisav Jovic (eleito em MAI90 para a Presidência Federal), declarou então não querer ser cúmplice de decisões que, manietando o Exército, conduziram à destruição da Federação, o País de todos, demitindo-se em 15MAR91. Foi acompanhado nessa decisão pelos três outros membros do bloco sérvio, voluntariamente os da Voivodina e Montenegro e, demitido pela Sérvia, o do Kosovo. Com a conseqüente paralisia da Presidência Colegial, Milosevic esperava que o Exército, a Instituição Federal restante, assumisse o Poder.

O governo sérvio tentou transferir para o Exército o poder federal mas, o gen Kadijevic, mais prudente e legalista que o seu aliado Milosevic, recusou por não julgar o momento oportuno para tal. Poderá ter tido peso importante na tomada dessa decisão, o então recente fim da Guerra do Golfo (03MAR91), visto genericamente como uma vitória esmagadora das FA ocidentais, bem como do avassalador poder tecnológico à disposição das mesmas. Adicionalmente, a então CEE havia dado sinais explícitos de que uma tomada do poder pelas armas, na Jugoslávia, arrastaria a imposição de sanções económicas.

Perante a recusa das FA de intervir na vida política do País, Borisav Jovic e os seus colegas retomaram funções, apesar dos seus contributos para a anterior e indelével manifestação de fragilidade da Presidência colegial, ao demitirem-se.

Quanto ao Kosovo, hoje a estrutura populacional *“é constituída na sua esmagadora maioria por cerca de dois milhões de albaneses, a maior parte muçulmanos. Têm a maior taxa de natalidade da Europa, com a população mais jovem da Jugoslávia, com as piores condições económicas e, provavelmente, com os maiores ressentimentos políticos. Muitos albaneses foram colocados no*

*Kosovo pelos seus senhores turcos, os quais possuíam a mesma religião, bem como por Mussolini (Fig. 47/48), durante a II GG” (Zametica, 1992: 25). De início e até aos anos 60, Tito impôs leis muito restritivas para exercer sobre eles um efectivo domínio mas, em 1974 e pela nova Constituição, os albaneses foram reconhecidos de facto como nação, sem possibilidade para os sérvios intervirem no crescente levantamento da Nação albanesa no Kosovo. Porém, com Milosevic e desde 26JUN90, o Parlamento dos sérvios assumiu poderes então ainda ilegais e suspendeu o Governo e o Parlamento desta sua Província, justificando com as circunstâncias especiais que se viviam. Através da nova Constituição servia de 1990, Milosevic aboliu o estatuto de autonomia do Kosovo, outorgado pela Constituição de 1974, durante o regime de Tito. A Sérvia argumentou para justificar as alterações de estatuto “ *que não havia razão para fundar no seu próprio território um segundo estado Albanês: O argumento dos albaneses é que o seu número justifica pretenderem a sua autodeterminação. Desejando a aprovação do Ocidente (europeu), Belgrado descreveu as aspirações albanesas como parte da conspiração islâmica nos Balcãs” (Zametica, 1992: 26/27).**

No dia do referendo da Constituição, em 02JUL90, 114 deputados albaneses do então suspenso Parlamento do Kosovo, em representação da maioria absoluta dos seus pares (180), proclamaram a independência da sua até aí Província, conferindo-lhe o estatuto de República no seio da Jugoslávia. O Parlamento sérvio retaliou, em 05JUL90, através da dissolução do Governo e do Parlamento da Província, destituindo ainda todos os assalariados deste último e as direcções da rádio e da televisão do Kosovo, interditando também um jornal de língua albanesa. Complementarmente, passou a ser exigido a todos os trabalhadores albaneses a assinatura de uma -declaração de lealdade à Sérvia, tendo em consequência sido demitidos cerca de 15.000, devido à sua recusa em satisfazer tal exigência. Na sequência e como protesto foi desencadeada uma greve geral em Setembro, por cerca de 200.000 trabalhadores albaneses, alguns dos quais foram demitidos de funções e outros presos.

De 26 a 30SET90 um referendo clandestino aprovou a independência desta República e, em 19OUT90, foi formado um Governo clandestino, o qual foi reconhecido pela Albânia. Fora dos limites do Kosovo e em 29FEV92, três comunas, de maioria albanesa e situadas no Sul da Sérvia p.d. (Presevo, Bujanovac e Medvedja), votaram pela sua autonomia e união ao Kosovo.

Depois, “*os deputados de 3 nacionalidades muçulmanas do Kosovo (albaneses, turcos e Muçulmanos eslavos) reuniram-se de forma clandestina numa povoação rural e proclamaram a Constituição do Kosovo. Alguns deles seriam presos e outros procuraram refúgio na Croácia e na Eslovénia” (Garde, 2000: 288). O somatório de tais factos, com outros já sublinhados, e que se prendem com a repressão das minorias por parte das forças policiais e do JNA no Kosovo, alguns deles observados directamente por um senador republicano americano, assumiram um enorme relevo na opinião pública mundial, até porque explorados nos OCS ocidentais, diga-se, em abono da verdade, de forma pouco isenta.*

Quanto à Voivodina, onde a multi-etnicidade (Fig. 19), como consequência da sua localização, da geografia e da história continua a ser a regra, pelo censo de 1981 e entre outras existia uma dezena de minorias nacionais, de que a húngara perfazia cerca de 20%, e uma absoluta maioria de 54% de sérvios.

No final da guerra, em 1918, a Hungria vencida teve de ceder a maior parte da Voivodina para a vencedora Sérvia e o Ocidente da região do Banato para a Roménia. Já durante os séculos XVIII e XIX existia na Voivodina uma Organização Cultural Sérvia (Matica Srpska), que em importância ultrapassava qualquer outra existente no reino sérvio sob domínio otomano, contudo sem o peso emocional do Kosovo.

Durante o regime político de Tito, as minorias e os direitos que lhes foram reconhecidos sempre foram respeitados, vivendo em harmonia, contrariamente ao que acontecia na vizinha Roménia, onde os húngaros eram há dezenas de anos objecto de perseguições. Após 1991 e sob o regime de Milosevic a situação foi alterada, os nomes das ruas passaram a ser escritos no alfabeto cirílico e em servo-croata, tendo sido afastado o plurilinguismo até então em vigor. As minorias étnicas da Voivodina passaram a queixar-se da sua nova situação, bem como a oposição dos sérvios da Voivodina, face à supressão da autonomia da Província, decretada pelo poder político da República da Sérvia. Já em DEC90, nas eleições presidenciais, o candidato moderado Ivan Djuric obtivera mais votos do que Milosevic. Nenad Canak, o líder do partido sérvio da Voivodina, a Liga Social-democrata, *“denunciou o regime nacional-socialista de Belgrado, ligando-o ao aniquilamento do espírito de oposição e cosmopolita da Voivodina, reclamando ou a autonomia da Província, no quadro de uma Sérvia Federal, ou a sua independência, caso a Sérvia se tornasse um Estado unitário”* (Garde, 2000: 377)

Pode assim ser identificada a Sérvia como *“a república com o maior território, a maior população e as maiores ambições. Estas ambições tinham como primeiro objectivo preservar a federação da Jugoslávia, mas foi posteriormente modificada para reflectir o interesse nacional básico: que os sérvios, onde estivessem na ex-Jugoslávia, deveriam continuar a viver num único estado. Com excepção da Eslovénia, há um número significativo de sérvios em todas as repúblicas. A diáspora sérvia dentro do espaço dos eslavos do sul tem sido a chave para compreender a postura sérvia do último século, prosseguida inexoravelmente. A falha da experiência da Jugoslávia, quer no período que mediou as grandes guerras, quer na sua reencarnação comunista, tem sido vista em muitos quartéis sérvios como uma monumental e onerosa diversão”* (Zametica, 1992: 20).

3.3.3.2.4 As eleições no Montenegro

A primeira organização política medieval, na região do Montenegro, foi criada pela Sérvia. Porém, ao longo dos séculos os montenegrinos desenvolveram uma identidade separada dos sérvios e, contrariamente à Sérvia, a região dos “montes negros” nunca foi inteiramente subjugada pelos otomanos. A geografia e a história incrementaram traços guerreiros no carácter dos habitantes locais, que durante os séculos XVIII e XIX infligiram sucessivas derrotas aos turcos e que ainda hoje justificam a apetência deste povo para servir nas FA e no serviço diplomático.

Ainda que pela Conferência de Berlim lhe tenha sido reconhecida a independência, em 1918 o Montenegro juntou-se ao RSCE. Depois de 1945 foi-lhe atribuído o estatuto de República e, apesar de os montenegrinos acreditarem na sua identidade nacional distinta, sempre permaneceram próximos da Sérvia. Lembremos que pelo senso de 1991 a população total era de cerca de 615.000 habitantes, 61,8% dos quais se declararam montenegrinos e 9,2% sérvios. Ficou famoso o

comentário de Milosevic ao referir que *“a Sérvia e o Montenegro eram dois olhos na mesma cabeça, transmitindo deste modo a mensagem de que havia uma profunda unidade de duas partes pertencentes ao mesmo povo. Branko Kostic, o representante montenegrino na Presidência Colectiva, declarou sem rodeios que as nações Montenegrina e Muçulmana tinham sido inventadas após a II GG”* (Zametica, 1992: 32), afirmando deste modo que montenegrinos e sérvios pertencem à mesma etnia. Mas não deve ser esquecido que, em 1991, os montenegrinos pretenderam restabelecer a Igreja Ortodoxa do Montenegro, enquanto se opunham à renovação das actividades da Igreja Ortodoxa Sérvia no seu território, expressando assim o seu sentimento nacional.

Devido à forte ligação com a Sérvia, no Montenegro as eleições foram realizadas concomitantemente e com idênticos resultados. Aqui, sem alterarem a sua anterior designação, os comunistas garantiram 83 dos 125 lugares no Parlamento, bem como o seu candidato à Presidência da República, na segunda volta, acabou por renovar o mandato com 77% dos votos. Registe-se que o seu derrotado opositor foi Dragisa Stankovic, defensor da opção de um Montenegro independente e continuador do pequeno, velho e independente reino montenegrino. Estes opositores e autonomistas foram hostilizados e apelidados de traidores e tidos como uma ameaça pois, até então, o Montenegro sempre fora um parceiro fiel do bloco sérvio. Em 29FEV92 foi organizado um referendo sobre a manutenção da República do Montenegro na Federação e, apesar do boicote da oposição (chamados de Verdes os autonomistas montenegrinos, muçulmanos e albaneses), dos 66% (ditos Brancos) dos votantes resultou uma quase unanimidade na aceitação da proposta. Os resultados de outros referendos conduziram à manutenção da República Federal da Jugoslávia (RFJ), como união das Repúblicas do Montenegro e da Sérvia e que perduraria de 1992 até 2003, data da separação pacífica das duas Repúblicas.

3.3.3.2.5 As eleições na Bósnia-Herzegovina

Alimentada pelos sérvios da BiH, há meses que nesta República a agitação era uma realidade, a qual tinha raízes na campanha orquestrada na Sérvia e na defesa dos interesses político-estratégicos desta, até porque opostos aos das Repúblicas da Croácia, Eslovénia e BiH.

Assim, os bósnios-sérvios armaram-se e, de forma similar aos seus irmãos da Croácia, justificaram essa atitude dizendo-se ameaçados pelos croatas, resultando num aumento da tensão já existente. Entretanto, como que lhes dando razão e com enorme impacto, receberam a notícia de que haviam sido demitidos cerca de uma centena de trabalhadores da sua etnia, de uma empresa de camionagem em Foca, no Leste da República. Daqui resultou a mobilização, aproximadamente de 3.000 bósnios-sérvios, para uma manifestação exigindo a demissão do director da empresa, um bósnio-muçulmano.

Nas circunstâncias então vividas na BiH, “a população sérvia procura organizar-se em conjunto com os sérvios da vizinha Croácia. Os sérvios das duas Krajinas – A Kninska (à volta de Knin) e a Bosanska (em torno de Banja Luka) – anunciam a unificação dos dois territórios na localidade bosniaca de Gorodho. Ao mesmo tempo, em Setembro de 1990, alguns líderes do HDZ, fiéis às velhas ambições croatas, avançam reivindicações territoriais sobre a Bósnia-herzegovina” (Pereira, 1995: 101)

Nessa época realizaram-se as primeiras eleições livres, a 1ª volta em 18NOV90 e a 2ª volta em 09DEC90. Nestas, o Partido Comunista, então no poder, foi defrontado por três partidos, cada um em representação de sua nacionalidade. Estes verdadeiramente não fizeram campanha uns contra os outros, até porque tinham eleitorados diversos, mas todos fizeram campanha contra os comunistas, estes aliados ao PMD de Markovic, como na Eslovénia e Croácia. Foram eleitos, para 235 lugares em disputa para o Parlamento, 86 deputados do Partido da Acção Democrática (DAS - muçulmanos), 72 para o Partido Socialista sérvio (SDS), 44 para a União Democrática Croata (HDZ), 20 para os comunistas e 13 para o PMD. Na sequência resultou uma coligação entre os três Partidos nacionalistas, apesar de nalgumas aldeias vizinhas, na Croácia, já se defrontarem de armas na mão elementos dos HDZ e SDS locais. Também veio a ser acordado, entre os mesmos três Partidos, que o Presidente da República fosse um Muçulmano, Alija Izetbegovic, o do Parlamento um Sérvio, Momcilo Krajisnik, e o Primeiro-ministro um Croata, Jure Pelivan. Deve ser relevado que este PR era, entre todos os das Repúblicas, o único que nunca fora membro do Partido, que fora aprisionado pelo regime de Tito em 1946 e 1983 e, face às suas características de jurista obstinado, constituía para alguns uma esperança de boa arbitragem pelos Muçulmanos, de forma a ser assegurado o equilíbrio entre sérvios e croatas nesta República.

Para melhor ser compreendida a situação então vivida, realça-se que *“nas eleições livres que tiveram lugar em Novembro de 1990, os partidos políticos com maior sucesso organizaram-se firmemente em torno dos grupos étnicos (...) Os resultados reflectiram a composição étnica da República. Mas isto não foi a história completa. O partido croata era realmente e só uma ramificação do HDZ de Tudjman (Croácia), o qual antes triunfara nas eleições croatas. O Partido Sérvio pertencia, como uma extensão, ao SDS da Croácia, mas posteriormente gravitou em torno de Belgrado, até ao ponto em que os seus líderes passaram a ser vistos como os executantes das decisões de Milosevic. Finalmente, o partido Muçulmano dirigido pelo ex-dissidente e posteriormente Presidente da República – Alija Izetbegovic, era constituído maioritariamente por eslavos muçulmanos que falavam o servo-croata e tinha uma matriz provavelmente muçulmana em mais do que um sentido, contendo uma forte linha clerical (...) Por outras palavras, os três principais protagonistas na cena bósnia agiam na persecução dos interesses nacionais do grupo étnico, para cuja representação haviam sido eleitos. Os Croatas olharam para Zagreb, os Sérvios para Belgrado e os Muçulmanos, se espiritualmente só para Meca, depois talvez para Ancara, Teerão e Tripoli”* (Zameteca, 1992: 37). Dessa forma, as agendas políticas, mal escondidas, direccionavam-se de forma divergente, logo não conciliável. A do SDS apontava para a união, primeiro com a RASK e depois com a RFJ; a do HDZ convergia para a unidade com a Croácia e a terceira, a do DAS, pretendia o reconhecimento internacional da BiH como uma República, única forma de garantir a unidade da BiH, evitando o pior cenário, a sua partilha e integração na Croácia e Sérvia ou só numa Grande Sérvia e evitar que os muçulmanos perdessem o estatuto de maioria na República e passassem a constituir uma minoria no meio das nações croata e ou sérvia.

3.3.3.2.6 As eleições na Macedónia

De forma semelhante ao Kosovo, a composição étnica do povo da República da Macedónia introduziu na mesma um factor de fragilidade, pois a Norte e Oeste habita a sua minoria albanesa, cerca de 19,8 % do total, e existiam então fortes tensões entre macedónios e albaneses. Essa fragilidade era ainda potenciada pelo não reconhecimento da identidade macedónia por parte dos Estados búlgaro e grego. Devido às fragilidades referidas, resultou a aproximação de macedónios e sérvios, favorecendo a vitória dos comunistas.

Coexistiam porém dois sentimentos nos macedónios. Um de satisfação com a anterior acção solidária do regime comunista de Tito para com a sua República e, o outro, de receio da ameaça representada pelo regime de Milosevic, na Sérvia. Acreditavam que a política expansionista deste, poderia conduzir à situação do tempo da monarquia, quando a Macedónia fora considerada como parte integrante do território da Sérvia. Este sentimento terá jogado em desfavor dos comunistas e beneficiado o Partido Nacionalista da Macedónia (VMRO), o qual arvorava o historicamente prestigiado nome do velho movimento de resistência anti-turco, de antes de 1912 e anti-sérvio de 1912/1941. Nesse contexto, as eleições realizadas entre 12NOV90 e 09DEC90, apesar das irregularidades atribuídas aos albaneses, deram a vitória ao VMRO com 37 deputados entre 119, 31 aos comunistas, 25 ao Partido albanês, 18 ao Partido da Mudança de Markovic e 8 a outros partidos. Sendo impossível a coligação com o Partido albanês, acabou por ser feito um acordo entre todos os Partidos de macedónios e, em finais de JAN91, o comunista Kiro Gligorov foi eleito Presidente, tendo como Vice-Presidente um cidadão do Partido Nacionalista. É de registar ter sido solução única, nos Países originários da ex-Jugoslávia, a coligação de comunistas com anti-comunistas.

Com o desenvolvimento da situação na Jugoslávia, foi decidido realizar em 08SET91 um referendo sobre a independência na Macedónia, resultando a definição da vontade popular de pertença a uma Jugoslávia a seis, mas não no seio de uma pequena Jugoslávia. Como consequência da enorme maioria na votação pela independência, apesar do boicote dos eleitores albaneses, foi iniciado o caminho para a independência, tendo sido deixado ao Parlamento a decisão sobre a data e as modalidades a implementar.

Foi entretanto solicitado o reconhecimento internacional, até porque a Comissão Badinter havia atestado que a Macedónia reunia as condições que definira como necessárias para tal, não tendo porém essa pretensão tido o acolhimento esperado, por parte da Europa Ocidental. Contudo, algumas surpresas nesse âmbito aconteceram nos seus vizinhos. Contrariamente à Bulgária intransigente do comunista Jivkov, o novo Presidente, o liberal Jeliou Jeleu declarou reconhecer o novo Estado mas não a nação macedónia. Tal surpresa agradou, apesar da subtilidade que traduzia a concepção búlgara de que se trata de um mesmo povo nos dois Estados. Igualmente surgiu o reconhecimento por parte do velho opressor, a Turquia. Por outro lado, a Grécia declarou não reconhecer um Estado que pretendia no seu nome transportar reivindicações territoriais, visto que desde Filipe e Alexandre da Macedónia, existia uma província grega com esse nome. Dessa forma procurou pressionar os Estados ocidentais ao não reconhecimento, os quais ao se submeterem, submeteram então um pequeno país, que nunca ameaçou alguém, a essa injusta situação.

Em FEV92 o JNA iniciou a evacuação da Macedónia, sendo mais tarde acusado, pelos macedónios, de ter desmontado e levado consigo algumas das instalações que ocupara e que faziam falta para à nova República.

Os verdadeiros problemas da Macedónia ligam-se ao facto da minoria albanesa constituir cerca de 19% em 1981 e estimar-se já em 25% em 1992. Também constitui um enorme problema ser a República mais pobre das que haviam feito parte da Jugoslávia e, com excepção da Albânia, ser a mais pobre da Europa.

Em 1992 a minoria albanesa organizou um referendo e 99% dos eleitores votaram pela autonomia da sua região, a Macedónia Ocidental, uma possível e perigosa linha de fractura, na qual contavam já com um enorme e favorável diferencial da taxa de natalidade.

Esta República periférica e a mais pobre da Jugoslávia, apesar da hostilidade inicial grega e das tensões entre a maioria macedónia e a minoria albanesa, desde a sua independência conseguiu a evacuação do seu território e sem incidentes do JNA, sendo assim poupada às destruições a que a guerra civil usualmente conduz. Com o apoio principalmente dos EUA, os quais reconheceram a importância de manter a Macedónia como um Estado tampão, tendo em vista a estabilidade balcânica, pressionaram a Grécia e, desde 1996, houve uma reconciliação entre os dois países. Por outro lado, o poder político macedónio no poder, apesar de alguns incidentes de percurso, conseguiu aliar-se a um Partido albanês salvaguardando o equilíbrio interno.

3.3.3.3 A situação das Repúblicas em 1991

É relevante pensar e *“admirar a força das velhas fronteiras culturais, estabelecendo um paralelo entre as mesmas e o resultado das eleições no espaço balcânico. Assim, os velhos regimes comunistas, agora com outra designação partidária, ganharam as eleições na Sérvia, como aconteceu nos países balcânicos de tradição oriental (Roménia, Bulgária e mais tarde na Albânia, mas sempre com a oposição entre cidadãos e camponeses), De forma oposta aconteceu na Croácia e na Eslovénia, onde os regimes comunistas foram dispensados do exercício do poder, similarmente ao que aconteceu nos países da Europa Central e de tradição ocidental: Hungria, Checoslováquia e Polónia”* (Garde, 2000: 291).

No início de 1991 ainda restavam algumas instituições federais jugoslavas, como a Presidência Colegial rotativa, sob a presidência do sérvio Borisav Jovic, o governo federal sob a presidência do PM, o croata Ante Markovic, as Forças Armadas Federais Jugoslavas, que continuaram a assumir o seu papel social e constitucional, considerando-se as guardiãs da estrutura federal contra o separatismo e, ainda, as Forças Populares de Defesa Territorial. Estas últimas haviam sido fundadas na dependência das Repúblicas e sob o princípio do povo em armas, prontas a actuar sob a forma de guerrilha e contra um qualquer invasor. *“O Exército Federal era ideologicamente titista e estava presente na vida política através da sua representação na Presidência colegial, no Parlamento Federal e na Aliança Socialista. A função do Exército Federal consistia na preservação da soberania e na integridade territorial, tornando-se a última força integradora da Jugoslávia que também não aceitava as mudanças políticas”* (Rados, 1999: 126). De forma mais detalhada pode ser afirmado que *“o Exército do Povo da Jugoslávia (JNA) desenvolveu-*

se no movimento de guerrilheiros comunistas de Tito durante a segunda Guerra Mundial. A sua legitimidade, completada com um alto grau de mitologia, foi firmemente enraizada com a experiência do tempo de guerra (...) No período do pós-guerra foi um muito obediente instrumento do Partido e talvez mais do próprio Tito, cujo culto da personalidade era assiduamente promovido. Como tal, contudo, ele foi implicitamente uma organização política. Constitucionalmente o JNA foi responsável pela manutenção da integridade territorial da Jugoslávia, mas Tito também o via como a última garantia da sua ditadura pessoal e do sistema política que criara (...) O JNA era um bastião do titismo, o que significa socialismo, o monopólio do poder residir no Partido e a continuada coexistência da Jugoslávia” (Zametica, 1992: 40). Porém, a Constituição de 1974, legalmente promulgada, continuava a cometer ao JNA a missão de garantir a continuidade da Jugoslávia e do socialismo mas, com o diferente cariz de organizar o Estado mais como Confederação do que como Federação, criou um terrível dilema. Se o Estado Federal jugoslavo desaparecesse, isso acarretaria o fim inexorável do JNA. Por isso e para o JNA, “o emergir de embriões de exércitos nacionais nas várias Repúblicas, representou um desenvolvimento que não podia ser visto com serenidade. Em resumo, o começo das políticas nacionalistas na Jugoslávia, agindo num sistema multipartidário, teve uma consequência irresistível para o JNA: a sua mais importante batalha estava a ser a batalha pela sua sobrevivência institucional” (Zametica, 1992: 40)

Com a morte em 1980 do líder incontestado e sem a sua substituição por alguém carismático e sim por uma rotativa e paralisada Presidência Colegial, após 1991 o JNA começou a agir autonomamente. Esse facto conjugou-se com outros também negativos no contexto, a ameaçadora introdução do pluralismo político e o crescente e mútuo afastamento das componentes da Federação. Acresce, nessa situação de orfandade, a concomitante redução da influência do Partido, bem como o consequente afastamento das Repúblicas, configurando a rotura da Federação. Nessa situação, o JNA não se adaptou à mudança e não teve capacidade para a influenciar, pelo que radica nessa complexa equação a sua tendência para então se rever em Milosevic, quer ideologicamente, quer no objectivo deste de lutar pela continuação da RSFJ. Primeiro procurou preservar a Jugoslávia no seu todo, depois na versão mais reduzida (RFJ), sendo porém rejeitado o nacionalismo sérvio pelo JNA, mas assumindo os dois serem aliados naturais, face aos interesses comuns, porque ambos forjados no sistema comunista.

De acordo com o princípio da nação-em-armas, as Forças de Defesa Territorial assentavam na estrutura local da LCJ e eram constituídas por mobilização, logo em alto grau descentralizadas e formadas não pelo Poder central, nem pelas Forças Armadas Federais, mas sim pela sociedade autogestionária, ou seja, pelas Comunas e Repúblicas, estas responsáveis pelas infraestruturas e apoio logístico necessários às mesmas. A Defesa Territorial, ainda que não fortemente armada como as FA Federais, viria mais tarde e contra estas, então tidas como invasoras, a defender as Repúblicas, na situação de esboroamento da Jugoslávia.

Certamente como precaução face ao futuro que ansiavam, já desde o final de 1990 que as Repúblicas da Eslovénia e da Croácia haviam tomado medidas, nos respectivos territórios, tendentes a colocar as Forças Populares de Defesa sob o seu controlo directo. A Croácia até criara uma polícia

paramilitar com idêntica finalidade, os *specijalci*, assim como criou as milícias do HDZ e as do Partido do Direito, sendo este um movimento político da extrema-direita e sem representação parlamentar.

Os recursos financeiros, necessários para o levantamento dessas Forças, tiveram origem na diáspora croata e permitiram traficar armas de onde foi possível, sobretudo do Líbano e através da Eslovénia. Na Krajina, os sérvios da Croácia criaram, por sua vez e sob o comando de Milan Martić, formações paramilitares designadas de *marticevci*. Por sua vez, na Sérvia foram repetidamente denunciados os movimentos separatistas eslovenos e croatas, assim como a oposição interna, bem como reiterados os apelos nos OCS ao Exército Federal para actuar, como era sua obrigação, na defesa da Federação e do socialismo, isto é, para entrar directamente na vida política.

Perante tais movimentações, o sérvio Borisav Jovic, Presidente da Presidência Colegial da Jugoslávia, em funções por um ano e desde Maio de 1990, repetidamente acusou as Repúblicas eslovena e croata de estarem a agir de forma não compatível com a Constituição Federal. Por sua vez, o Gen Kadijevic, Ministro da Defesa do Governo Federal e comandante-chefe, denunciou a criação de exércitos nas Repúblicas, ameaçando desarma-los com as suas forças. A Croácia reagiu ao aviso do MDN, reclamando a sua demissão, argumentando que o mesmo estava a preparar um golpe de estado contra a República. Emergiu neste ponto, sem margem para dúvidas, a vital necessidade de algo que no passado fora o árbitro dos diferendos, Tito ou o Partido. Como corolário viu-se então o Exército, uma Instituição fortemente centralizada, a confrontar-se com os diversos poderes civis que, não o sendo, ansiavam por ser independentes.

Em Janeiro de 1991 a presidência colegial ordenou que o Exército desarmasse todas as forças militares não autorizadas, recusando-se a Croácia e a Eslovénia a ceder. Contudo, foi ainda possível afastar a prova de força, através de um compromisso com as duas Repúblicas rebeldes, as quais aceitaram desmobilizar as novas formações militares, excepto as Forças Populares de Defesa. Registe-se porém que as Milícias sérvias da Krajina não foram desmobilizadas, tendo mesmo em 28FEV91 o governo da RASK proclamado a separação desta da Croácia, bem como o seu desejo de união com a Sérvia, o Montenegro e com os sérvios da BiH. O princípio, em que se apoiavam para tal, definia a separação da Krajina (74% de sérvios e 21% de croatas) da Croácia, concomitantemente com a separação desta da Jugoslávia e com procedimentos análogos. Essa rebelião estendeu-se à Eslavónia oriental, onde os sérvios eram muito numerosos (20%) mas não constituíam maioria relativa em nenhuma comuna, sendo os croatas cerca de 65% da população. Os incidentes, nas duas regiões em apreço, passaram a ser diários.

Em 02MAR91, na Eslavónia ocidental aconteceram incidentes graves e a polícia croata repôs a legalidade, tendo também o JNA realizado uma intervenção de imediato. Na rádio de Belgrado foram explorados esses incidentes e foram anunciados 11 mortos sérvios, dos quais um padre ortodoxo. A notícia era falsa mas, apesar disso, Raskovic afirmou que houvera uma declaração de guerra ao povo sérvio, bem como se iniciara um novo genocídio contra o seu povo. Por sua vez, Tudjman comentou a situação afirmando tratar-se de actos pertencentes a uma guerra psicológica contra a Croácia. Recorde-se que, nessa altura, “cerca de um terço do território croata estava ocupado pelo inimigo (sérvios da Croácia), bem como cerca de dois terços submetidos a actos de

guerra” (Garde, 2000: 360). Para essa ocupação, “os sérvios haviam muitas vezes sido apoiados pelo Exército federal” (Zametica, 1992: 19).

Nos últimos dias de MAR91, um destacamento de milicianos sérvios chegou ao Parque Nacional de Plitvice, a fim de tomar conta dos hotéis e da direcção do Parque. Um forte contingente policial croata chegou depois, com a finalidade de os desalojar. As armas foram usadas e resultaram 3 mortos, 2 sérvios e um croata, os primeiros desta crise. O JNA interveio na região, interpondo-se entre os combatentes dos dois lados, subtraindo assim os lugares contestados à autoridade do governo croata, tática essa que passaria a ser repetidamente usada. Em 28ABR91 o Exército ocupou Kijevo, uma aldeia croata perto de Knin e no centro de uma região de maioria sérvia, prendeu a polícia croata e impediu qualquer comunicação com o resto da Croácia. Em 06MAI, correspondendo ao apelo de Tudjman, algumas dezenas de milhar de croatas manifestam-se em Split contra o citado bloqueio, tendo um jovem soldado macedónio sido morto. Em Maio, um pouco por toda a Croácia multiplicaram-se as disputas, os atentados e as trocas de tiros. Em 02MAI, junto ao Danúbio na Eslavónia, sérvios organizaram barricadas e massacraram polícias croatas que ali acorreram, resultando treze mortos e dezenas de feridos croatas. O Exército interveio na região, bloqueando três pontes sobre o Danúbio. Entretanto, generais do Exército exigiram ao Governo Federal o aumento dos poderes da Instituição e foi proclamado o estado de emergência, mas os quatro membros não sérvios da Presidência Federal opuseram-se a tal. Finalmente, o Presidente Federal determinou a interdição de todos os movimentos de tropas, com excepção dos do Exército Federal, a desmobilização e o desarmamento dos reservistas croatas e a criação de um grupo de trabalho, integrado por representantes do Exército, da Croácia e das autoridades legítimas dos sérvios da Croácia, com a finalidade de ser encontrada uma solução. Tudjman, com o apoio de todos os Partidos croatas da oposição e em nome da Croácia recusou, pois aceitar tal significaria ficar sem tropas para agir, negociar com terroristas que se haviam posto à margem das autoridades legítimas da sua República e passar a depender totalmente do livre arbítrio do Exército Federal. Aceitar o proposto seria, em suma, a negação da soberania da Croácia.

Após o artesanal referendo realizado em SET90, face à continuada rebelião armada e na procura de tornar definitiva a separação da Croácia, os sérvios da região de Knin organizaram outro, agora com apoio de juristas. Este segundo referendo viria a ter lugar em 12MAI91 e a questão colocada referia se os eleitores pretendiam continuar a fazer parte da Jugoslávia com a Sérvia, o Montenegro e com todos que pretendessem preservar a Jugoslávia. O resultado foi de 92% de respostas afirmativas, tendo de seguida a Assembleia da Krajina solicitado a integração desta na República da Sérvia.

Entretanto, os serviços de informações do Exército sérvio descobriram que o governo croata havia comprado armas a uma firma húngara. Consequentemente, o Exército Federal exigiu a prisão do MDN croata e de outras quatro personalidades, o que foi rejeitado por aquele governo. Em Fevereiro, o Gen Spegelj acabaria por ser acusado de preparar uma insurreição armada na Croácia e julgado por contumácia, pelo Tribunal Militar de Zagreb, em Abril. Porém, esse processo viria a ser interrompido, face às massivas manifestações fronteiras ao Tribunal.

Então, o Exército Federal começou a ser projectado para diversas regiões da Croácia, abrindo um conflito nesta e provocando, de imediato, manifestações de croatas que o passaram a considerar como Exército de ocupação. Este conflito originou imediatamente repercussões em toda a Federação, resultando consultas entre os Presidentes das seis Repúblicas sobre o futuro constitucional da Federação. Em protesto pela presença na reunião de um representante do Exército, o Presidente croata retirou-se desse fórum. Apesar de legalmente a Croácia depender do governo da Federação, na realidade cada vez mais ia agindo de forma independente.

O já citado Gen Kadijevic viajou então secretamente para a URSS, em 13MAR91, reunindo-se de seguida em Moscovo com o Gen soviético Iazov, procurando comprar armamento, sublinhe-se que ambos agiam sem controlo dos respectivos governos. Na época, a situação política na URSS era tumultuosa, procurando o Poder Militar desafiar o Poder Político de Gorbachev⁸³, passando como que a existir uma “santa aliança das forças armadas comunistas, contra as forças democráticas dos dois países” (Garde, 2000: 300).

Após a entrada em vigor da Constituição de 1974, cada uma das Repúblicas iniciou um caminho cada vez mais independente e menos solidário com os outros, mas enquanto existiu Tito, o indiscutível factor de unidade dos eslavos do Sul, as situações de conflito foram sendo ultrapassadas. Após o desaparecimento deste líder, a LCJ, enquanto estrutura centralizada de poder de decisão, foi exercendo igualmente o papel de árbitro, incontestado enquanto durou a inércia do movimento do anterior poder do Partido único. Com os resultados das eleições nas Repúblicas, em 1990, uma nova dinâmica foi introduzida no sistema até aí vigente e esse poder único acabou por se esboroar. Assim, o pluripartidarismo passou a ser a regra, bem como as eleições livres, estas realizadas entusiasticamente nalgumas Repúblicas, ainda que noutras não tanto, tendo emergido seis Repúblicas que escolheram o seu próprio modelo político, alguns divergentes em relação a outros. Nelas, três grupos já em 1992 podiam facilmente ser visualizados. Assim, na época e por alguns observadores foi registado que *“as duas repúblicas do bloco sérvio (Sérvia e Montenegro), as quais conservaram governos comunistas, como também outros países balcânicos decidiram. Os seus dirigentes renegaram a herança de Tito, exaltando o nacionalismo que este condenara. Defendiam a reunião de todos os sérvios, ameaçando abertamente as Repúblicas vizinhas: Croácia, Bósnia e mesmo a Macedónia, enquanto oprimiam a sua minoria albanesa. Reclamavam a manutenção da federação jugoslava, não como elemento de equilíbrio, mas porque bem situados para serem instrumento de dominação.*

⁸³ - Em 19AGO91, com essa finalidade acabou por ser desencadeado um *putsch* em Moscovo, tendo sido afastado do poder o Presidente Gorbachov e enviado sob escolta para a Crimeia, mas com a chamada de tropas a Moscovo pretensamente para apoiar aquele golpe, estas acabaram por se aliar aos manifestantes contrários aos golpistas. Em consequência, o citado Presidente reassumiu o cargo e retomou o controlo político. Em 17DEZ91 os líderes políticos da Federação Russa, Ucrânia e Bielorrússia comunicaram a Gorbachov a decisão que haviam tomado de dissolver a URSS, levando este, em 21DEZ a reunir-se com onze dos quinze líderes das Repúblicas da URSS (excepto os 3 Estados Bálticos e a Ucrânia) para ratificarem essa decisão. Consequentemente, em 25DEZ91 Gorbachov declarou oficialmente o fim da URSS, a ser efectivo em 31DEZ91, tendo renunciado logo à Presidência. Quando da tomada da decisão em 17DEZ91, os três líderes relevados criaram uma Confederação, concomitantemente com a extinção da URSS, que denominaram Comunidade de Estados Independentes (incluiu 11 dos 15 Estados da URSS já referidos mas, desde 26AGO05, o Turquemenistão é apenas membro associado e não permanente).

As duas Repúblicas do NW da Jugoslávia (Eslovénia e Croácia), que são as mais ricas, rejeitaram o comunismo, como todos os seus vizinhos da bacia danubiana. Prosseguiram uma evolução democrática. Sentiram-se ameaçadas pelas ambições do bloco sérvio, visualizando nas instituições federais onde este último tinha uma posição preponderante, uma ameaça à sua liberdade de acção, esta a via para a sua existência. Um e outro iniciaram um processo de secessão ou de dissociação da Jugoslávia, a qual os poderia levar seja à transformação da Jugoslávia numa Confederação, na qual seriam mais ou menos livres, seja à independência completa. Apesar da sua comunidade de interesses e fiéis à tradição pluralista da Europa Central, estas duas Repúblicas preocuparam-se pouco em coordenar a sua acção, caminhando cada uma ao seu ritmo, não constituindo um bloco.

As duas Repúblicas mais pobres (Bósnia e Macedónia) são igualmente as mais frágeis, por causa da sua posição geográfica e da sua complexidade étnica. Muito ameaçadas também pelo bloco sérvio, elas agem com grande prudência e hesitação entre as formas federal e confederal. Ambas têm governos de coligação” (Garde, 1992: 295).

Adivinhava-se já nessa época que uma Jugoslávia Federal não tinha futuro pois, ainda que formalmente existente, estava já dissociada nos espíritos e na prática, pesem embora os reiterados esforços para a sua continuidade, por parte do PM Markovic e dos seus apoiantes. Este era curiosamente um croata nascido na BiH, a República mais miscigenada, era liberal e defensor da economia de mercado e, ainda, tido por aliado dos EUA. Devido a esse somatório de características, continuava a defender a Federação, colocando-se como defensor de interesses político-estratégicos contrários ao bloco sérvio, bem como das Repúblicas da Croácia e Eslovénia. Estas duas estavam sobretudo temerosas da hegemonia desse bloco e da falta de liberdade de acção para si, que significava a sua subordinação a uma Federação com este.

3.3.3.4 O fim da República Federal e Socialista da Jugoslávia

Entre 15MAI e 26JUN91, enquanto decorriam os confrontos sangrentos por toda a Croácia, já acima abordados, o Estado Federal Jugoslavo desfez-se. No dia 15MAI91, data da rotação anual da Presidência Colegial, expirou o mandato do sérvio Borisav Jovic, estando previsto, na ordem de sucessão, a sua substituição por um croata. O membro croata da Presidência Colegial era Stipe Mesic, do HDZ e próximo politicamente de Tudjman. Face às convicções e interesses sérvios, bem como à sua propaganda, esta iniciada então há cerca de um ano na procura de identificação do HDZ com os ustacha, a perspectiva de um tal Presidente era insuportável e insustentável, na análise de Garde.

A Croácia anunciou então que se Mésic, o seu representante, não fosse eleito pelos seus pares da Presidência Colegial, de imediato tomaria medidas para se separar da Jugoslávia. No dia 17MAI91 a votação realizou-se, conforme era regra, tendo os quatro membros do bloco sérvio votado contra Mésic, resultando um empate de quatro votos contra quatro, ficando o sistema bloqueado e a Federação sem Presidente. Deste modo, “o 17 de Maio de 1991 é verdadeiramente a data da morte da Jugoslávia. Até então as aparências estavam salvas, as instituições levantadas por Tito funcionavam mais ou menos. Mas a Presidência Colegial, ainda que rotativa e quase honorífica,

encimava a construção. Agora não havia mais sucessor de Tito, chefe do Estado a quem se subordinava o Governo; os diplomatas jugoslavos no mundo não mais representavam alguém. Mas sobretudo, sendo essa a situação pretendida pelo bloco sérvio, o Exército não tinha acima de si o Poder civil e não dependia de ninguém além de si próprio. Ele oficialmente não tomou o Poder, como num golpe de estado clássico, mas agora quando quiser jogará o seu próprio jogo. Era isso que Milosevic desejava” (Garde, 2000: 307).

Incluindo a Jugoslávia, os países da Europa acordaram e assinaram a Acta Final de Helsínquia (01AGO75), bem como ficou expresso na Carta de Paris o reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras então existentes. Assim, face à situação jugoslava, a OSCE lembrou aquele princípio e evocou o respeito devido aos direitos dos homens e das minorias. Mas, devido ao princípio da não-ingerência nos assuntos internos, que era o que verdadeiramente estava então em jogo, e também à regra da tomada de decisões por unanimidade, a OSCE ficou paralisada na sua possível acção. O Presidente dos EUA, no rescaldo da sua vitória na guerra do Golfo e porque temporalmente próximo das eleições legislativas americanas, declarou que se tratava de um assunto do âmbito dos europeus, o que deixou a ONU sem o possível e principal Poder para intervir no terreno. Perante esse quadro, a CE foi quem restou com capacidade de intervenção. Porém, em 1989 e logo após a queda do muro de Berlim, após acordar a sua posição com os EUA, a CE proclamou a sua unânime posição, perante a situação jugoslava, defendendo que o melhor futuro para a mesma passava pela manutenção da sua integridade territorial e a unidade do Estado, com um sistema político democrático e com uma economia de mercado. Essa posição foi certamente influenciada pela situação interna da URSS que, enquanto existisse, não deixava margem de manobra para alguém sensato poder defender o desmantelamento de uma Federação semelhante, a Jugoslávia. Se tal acontecesse, poderia induzir igual desfecho na URSS, com consequências imprevisíveis. Essa a razão para no período de 1989 / 1990 haver acordo dos EUA, CE e URSS para uma Jugoslávia unida e democrática.

Na defesa do interesse na paz, como via para possibilitar interacções estáveis nesse espaço, a opinião pública ocidental defendia a continuação da Federação jugoslava como a melhor solução. Porém, essa mesma opinião pública ocidental não se apercebeu, de imediato, do colapso irreversível da RSFJ. Nesse sentido, a CE declarou, em 20MAI91, que as suas relações futuras com a Federação jugoslava estariam condicionadas à manutenção da unidade da mesma, procurando condicionar as opções das Repúblicas da RSFJ ao interesse já sublinhado. Essa declaração da CE, visando a manutenção da paz na região, escondia o receio de a instabilidade alastrar pelos Balcãs e a outras partes da Europa, bem como a guerra poder perfilar-se no horizonte temporal próximo. Essa possibilidade era então bem real, até porque há pouco tempo se vivia sem os constrangimentos que a época do confronto Este-Oeste havia imposto, sobretudo na região, e serem bem conhecidos os apetites expansionistas de alguns dos países vizinhos da Jugoslávia. A nova situação estratégica era propícia a possíveis intervenções destes países no interior da instável, dividida e enfraquecida Jugoslávia, apesar de os mesmos se incluírem nos 35 Estados que haviam assinado a Acta Final da

Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, conhecida também como Acta Final de Helsínquia⁸⁴, em 01AGO75.

A 23JUN90 o Conselho de Ministros da CE publicou a sua posição oficial, de não reconhecer as declarações unilaterais de independência da Croácia e Eslovénia.

Agindo em consequência da paralisia da Presidência Colegial, surgida a 17MAI91, a Eslovénia, que já em DEC90 havia escolhido a independência por referendo, terminou o caminho nesse sentido, sem atropelos, votando as leis necessárias para transferir para si própria, as competências até então atribuídas da Federação.

A Croácia, a 19MAI91, colocou por referendo à consideração dos seus eleitores duas questões. Quanto à primeira questão, 92% dos eleitores aprovaram que a Croácia, enquanto país soberano e independente, garantisse a autonomia cultural e todos os direitos cívicos aos sérvios e aos membros de outras nacionalidades que nela vivessem; aprovaram ainda que pudesse, com outras Repúblicas, juntar-se a uma Confederação de Estados soberanos a criar. No que se refere à segunda questão, 92% rejeitaram que a Croácia continuasse a pertencer à Jugoslávia, enquanto Estado Federal.

A expressão dos resultados é por demais evidente da vontade dos croatas, em se tornarem independentes. No contexto em apreço, sublinha-se o facto de, na primeira questão colocada, ser garantido explicitamente aos sérvios da Croácia os seus direitos, contrariamente ao texto da Constituição croata há pouco tempo em vigor, desde DEZ90, que não os referia. Direitos esses que haviam estado garantidos na anterior Constituição, a qual fora aprovada ainda na vigência de Tito, em 1974.

Como referido, em *“19MAR91 a Croácia fez o seu referendo, no qual 92% dos croatas votaram a favor da independência. Os sérvios da Krajina realizaram separadamente o seu referendo (12MAI91), com o slogan: Se a Croácia continuar na Jugoslávia, queremos uma autonomia cultural; se a Croácia ficar fora da Jugoslávia, queremos a unificação com a Sérvia”* (Rados, 1999: 91). A votação dos sérvios da Croácia em bloco, aceitando a ideia que este slogan encerrava, funcionou como a rejeição da solução da Confederação, tendo significativamente e de seguida solicitado a sua integração na RS.

A recusa pelos sérvios da Croácia é relevante, pelo resultado esmagador de rejeição da solução Confederal, como relevante foi a votação esmagadora de aprovação da mesma solução pelos croatas, porém, era já tarde para esse caminho ser trilhado, face ao passado recente e ao extremar de posições tomadas pelas Repúblicas e pelos sérvios da Krajina, pois os diversos objetivos estratégicos em presença não eram já conciliáveis.

⁸⁴ - Excluindo a Albânia e Andorra, todos os países europeus, com os EUA, o Canadá e a União Soviética participaram nessa Conferência, entre 03JUL73 e a terceira e decisiva sessão, de 30JUL a 01AGO75, foi o ponto de partida para a fundação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Da Conferência resultou a chamada Acta Final, cujos pontos principais acordados foram: Igualdade soberana entre os Estados, quanto aos direitos inerentes à soberania; Abstenção do recurso à ameaça e ao uso da força; Inviolabilidade das fronteiras; Integridade territorial dos Estados; Resolução de diferendos por meios pacíficos; Não intervenção nos assuntos internos dos Estados; Respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; Igualdade de direitos e direito à autodeterminação dos povos; Cooperação entre Estados; Cumprimento de boa-fé das obrigações do direito internacional (http://www.osce.org/documents/html/pdf/tohtml/4044_pt.pdf.html).

Jacques Delors, então Presidente da Comissão da CEE, deslocou-se ainda a Belgrado para tentar persuadir os jugoslavos a permanecerem unidos, ameaçando com a perda dos apoios comunitários, porém fora do tempo certo para surtir efeito essa diligência.

Após o fim dos trabalhos legislativos a essa finalidade dedicados, a 26JUN91 a independência da Eslovénia e da Croácia foi proclamada, respectivamente em Liubliana e Zagreb, ao arrepio do quadro constitucional em vigor. Nos termos da Constituição de 1974, que redefiniu a organização do Estado federal, é expresso que “os direitos de soberania realizam-se nos Estados-república e a Federação existe só por vontade delas, sendo contudo a dissolução da federação possível somente por consenso de todas as repúblicas (Rados, 1999: 79).

Porém, a *real politik* impôs-se e o Conselho de Ministros da CE, em 30JUN91 votou uma nova declaração, onde proclamou que os povos da Jugoslávia podiam decidir sobre o seu futuro, não mencionando pela 1ª vez o princípio da preservação da unidade e integridade territorial da Jugoslávia.

A mudança de posição poderá ser em parte entendida, olhando para as diferentes princípios em vigor e que haviam sido acordados de forma datada. Assim, entre o texto da Acta Final de Helsínquia e o da Carta da ONU há diferenças. Naquele está definido que a alteração de fronteiras é protegida contra ataques externos, mas não expressa o mesmo contra os desencadeados por entidades internas. Esse texto fora motivado pela divisão então existente da Alemanha em duas Repúblicas. Na Carta da ONU está definido que a integridade e a unidade dos Estados são protegidas na totalidade. No princípio VIII da Acta está expresso que o direito à autodeterminação deve ser respeitado por todos os Estados, mas não atribui tal obrigação aos povos que são entidades internas. De forma realista, o MNE do RU, “Douglas Hurd explicou a ambiguidade do direito à autodeterminação da Acta Final: a integridade do Estado da Jugoslávia está protegida, mas não pelo uso da força” (Rados, 1999: 141).

3.3.3.5 Os combates na Eslovénia e na Croácia posteriores às proclamações de independência

Devido ao impasse na eleição do seu Presidente, a Presidência Colegial ficou paralisada e vago o cargo de Chefe do Estado e Comandante-supremo das Forças-Armadas Federais. Subordinava-se a esta entidade o Ministro Federal da defesa, o qual comandava o JNA da Jugoslávia. Nesta situação, não existia ninguém investido legalmente e com autoridade para determinar a intervenção militar na defesa da unidade do Estado Federal, perante a situação de rotura da Federação, a que as proclamações de independência (26JUN91) da Croácia e Eslovénia haviam conduzido. Porém, no dia seguinte, o Exército Federal interveio na Eslovénia, tendo para tal aceite a ordem do PM Ante Marcovic, o qual recebera essa incumbência do Parlamento Federal que, para o efeito, assim deliberara.

O objectivo da intervenção militar federal foi definido como de defesa das fronteiras da Federação na Eslovénia.

A Eslovénia entretanto já substituíra a bandeira federal, bem como os polícias de fronteira e os aduaneiros jugoslavos, por eslovenos, e já há alguns meses que retinha para si os direitos

alfandegários, relativos às inúmeras mercadorias que, da Europa Ocidental, pelas suas fronteiras transitavam. Estas decisões configuraram acções não solidárias com a Federação e até anticonstitucionais, sendo tidas como só de acordo com os seus interesses. Assim, no cumprimento das ordens recebidas e partindo dos aquartelamentos que possuíam na Eslovénia ou dos situados na Croácia, as tropas federais dirigiram-se para as fronteiras da Eslovénia com a Itália, Áustria e Hungria, para além dos aeroportos de Liubliana e Maribor, a fim de reporem a anterior legalidade. Sublinha-se o facto do grupo de tropas aquarteladas na Croácia, no seu deslocamento para a Eslovénia, não terem sido minimamente incomodadas pelos croatas que, com essa egoísta omissão de intervenção, não se mostraram solidários com os eslovenos.

Sob o comando do Gen Konrad Kolsek, um esloveno, as colunas militares federais dirigiram-se para aqueles objectivos, sem terem adoptado formações de combate e com ordens para não iniciarem acções de fogo. Eram constituídas por jovens recrutas de dezoito anos, escoltando polícias de fronteira e aduaneiros, tendo sido surpreendidas pelo fogo sem aviso que, das barricadas eslovenas, foi iniciado. *“Foi assim que os jovens recrutas estupefactos puderam contemplar a sua própria morte. Os que tinham sobrevivido ao massacre renderam-se, na maior parte. Do lado esloveno não excedeu os seis mortos, enquanto quase quarenta do lado federal tinham perecido. Esta acção estupidamente concebida (ou intencionalmente sabotada) causou um duplo prejuízo à imagem de marca das FA federais. A hábil propaganda eslovena tinha conseguido apresentá-la, ao mundo, como uma agressão contra a Eslovénia e, para mais, as FA tinham perdido a batalha contra um inimigo infinitamente mais fraco”* (Ivic, 1992: 30). Entretanto, o JNA atacou e tomou a maior parte dos objectivos que lhe haviam sido definidos, tendo para isso concentrado *“a sua acção sobre os postos fronteiriços com a Itália, Áustria e Hungria, bem como sobre os aeroportos. Partindo dos quartéis mesmo na Eslovénia ou vindo dos situados na Croácia, os comboios militares dirigiram-se para esses objectivos, que os aviões bombardeiam”* (Garde, 2000: 310).

Face a essa movimentação das Forças Armadas Federais, posterior à proclamação da sua independência, a Eslovénia reagiu como se tratasse de uma acção militar de conquista de todo o seu território. Foram levantadas barreiras nas estradas e o jovem e inexperiente Exército esloveno, levantado apressadamente e com origem nas Forças de Defesa Territorial, abriu fogo sobre as colunas militares, aviões e helicópteros federais. Nessa actuação exibiram combatividade inesperada, mas explicada pelo sentimento arrebatado de defesa da sua pátria, quando esta estava em vias de ficar sob ocupação de uma força que então já consideraram estrangeira. Resultou no total e de tais acções, segundo outros autores, cerca de uma centena de mortos, destes a maioria sérvios do Exército Federal. Houve numerosos casos de desobediência, de deserção ou de rendição entre os militares federais, explicáveis pela presença nestes de eslovenos, croatas, albaneses e muçulmanos, entre outros, sem vontade de se baterem na circunstância vivida. Os eslovenos deram-lhes guarida e enviaram-nos mais tarde e de autocarro para as regiões de origem.

Ainda que contrariados, os chefes militares federais actuaram na operação em apreço, no cumprimento da missão determinada pelo poder civil, mas acharam-na absurda e mal planeada, porque a consideraram uma parte ínfima da solução que advogavam e que, “nos meses seguintes,

quando tiveram finalmente as mãos livres, mostraram na Croácia como concebiam uma verdadeira guerra contra um dos povos da ex-Federação” (Garde, 2000: 311).

Ainda que tal passasse despercebido para o exterior da Federação, “o resto da Jugoslávia não tinha uma oposição fundamental à saída da Eslovénia (da Federação). Do ponto de vista sérvio, a Eslovénia situava-se geográfica e emocionalmente nas franjas da Jugoslávia. Havia-se tornado um mero aborrecimento, complicando o problema de impedir a Croácia de sair da Jugoslávia com todo o seu território (...) Assim, algumas vozes hostis de Belgrado directamente para Liubliana, pretendiam na realidade serem ouvidas em Zagreb (...) O facto é que lá não havia uma significativa minoria sérvia, o que explica largamente porque a guerra na Eslovénia foi de curta duração, a seguir à declaração de independência em 25JUN91” (Zametica, 1992: 15). Através desta explicação ficou clara a razão fundamental para a curta intervenção das FA federais na Eslovénia (dez dias), ligada intimamente ao facto de não existirem minorias significativas nesse excêntrico território em relação ao país dos eslavos. Por isso, nesses dez dias de intervenção militar houve um número anormalmente reduzido de baixas, para os padrões locais, tendo a Defesa Territorial e a Polícia eslovena sofrido 19 mortos e o Exército federal 45, segundo outros autores.

Porém, a intervenção militar federal na Eslovénia resumiu-se a alguns dias⁸⁵, para outros observadores, graças à pressão política da Comunidade Económica Europeia. Para tal contribuiu também o facto de, em todo o mundo, ser aceite a ideia então em voga de um Ocidente todopoderoso, no rescaldo da Guerra do Golfo, iniciada e vencida pelos americanos e aliados só há cerca de três meses, e onde haviam exibido uma esmagadora tecnologia só ao seu alcance. Os americanos, então ocupados no Iraque e com os problemas relativos ao petróleo, deixaram a Comunidade dos então doze Estados europeus agir só, no conflito europeu na Jugoslávia. Em consequência desvendou-se então publicamente, aquilo que só alguns suspeitavam, a existência de uma CE profundamente dividida pelo egoísmo dos interesses estatais individuais. Os Estados a ela pertencentes e outros em termos de geografia e cultura mais próximos da Eslovénia, como a Itália, a Áustria, a Alemanha e a Hungria olharam e agiram com simpatia para com as pretensões dela e contra o que consideraram a “agressão” de que fora alvo, desejando terminar rapidamente esta e reconhecer a sua independência, bem como a da Croácia. Os Estados da Comunidade mais distantes como a França e o Reino Unido, de tradição mais centralista, bem como Jacques Delors e outros dirigentes comunitários, mal informados da situação concreta no terreno e convictos de que a força da Comunidade residia na união dos Estados e não na sua separação, continuaram a defender como mais positivo para a Europa e para a Jugoslávia a manutenção dessa unida, acreditando que ainda era possível aplicar nela essa solução. Nesse sentido, em 28JUN92 deslocaram-se a Belgrado e Zagreb, em representação da CE, os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, Itália e Holanda, onde se reuniram com as autoridades locais. Impuzeram-lhes em nome da CE o compromisso do fim do que consideravam agressão à Eslovénia e a restauração da Federação. Nesses termos, o JNA deveria recolher imediatamente a quartéis e depois abandonar a Eslovénia. Acrescia que esta e a Croácia deveriam postergar a declaração de independência por três meses, na

⁸⁵ - A intervenção federal iniciou-se a 27JUN91, no dia seguinte à declaração da independência da Eslovénia e Croácia, tendo depois as forças do JNA evacuado aquela República, face ao acordo de Brioni (07JUL91) e sob mediação internacional.

esperança de que, nesse intervalo, fosse possível encontrar um acordo das mesmas com a Federação. Por último, Stipe Mesic deveria ser eleito Presidente da Presidência Colegial, pois fora a recusa dessa eleição a causa que espoletara a crise.

Dessa forma foi imposto o Acordo de Brioni, assinado em 07JUL91, data em que acabou finalmente por ser aceite pelas partes em confronto, perante a ameaça de sanções económicas, apesar da solução rubricada não satisfazer os interesses de ninguém. Nos termos do mesmo acordo, o território esloveno foi evacuado pelo JNA, não ficando garantida contudo a independência imediata e o reconhecimento internacional à Eslovénia e Croácia.

Assim, *“na Jugoslávia a UE apoiou as secessões eslovena e croata, as quais mudaram o mapa do SE europeu. Ainda e ao mesmo tempo, insistiu na inviolabilidade das fronteiras internas da Jugoslávia, obrigação essa que (no contexto da Jugoslávia) era uma condição sem sentido, visto que nessa altura essas fronteiras poderiam ter sido alteradas por um acordo. Ainda pior, a UE condenou o uso da força nas tentativas de redesenhar as fronteiras internas da Jugoslávia, mas aprovada retrospectivamente, ao oferecer a legitimação à Eslovénia e Croácia que usaram a força, empregue pelos secessionistas para acabar com o país (...) Contudo, tratou-se de um mero expediente para abandonar o princípio da inviolabilidade das fronteiras num contexto, ressuscitando-o noutro, especialmente quando, como na Croácia, as fronteiras estavam para ser disputadas pelo fogo (...) De novo, o método do plebiscito deveria ter sido usado, para determinar as linhas de demarcação das fronteiras entre as nações. Os plebiscitos são preferíveis certamente antes que depois da guerra, da qual pode resultar um largo número de deslocados das suas casas e medo do retorno. Sejam quais forem as circunstâncias, isso acabará por produzir uma nação insatisfeita, mas no fim a comunidade internacional deverá ter consciência e evitar as armadilhas, como as que a UE, por exemplo, criou tão inconscientemente para si na Jugoslávia”* (Zametica, 1992: 78).

A Eslovénia aproveitou da melhor maneira a liberdade de acção que detinha e procurou consolidar-se, instituindo para tal uma moeda própria⁸⁶ e levantando postos aduaneiros nas suas fronteiras, inclusive na que partilhava com a Croácia. Aglutinando o sentimento de uma identidade própria e sem minorias significativas no seu espaço, ao orgulho de terem travado uma guerra de libertação nacional, os eslovenos solidificaram a nação e tornaram mais irreversível a independência que já haviam proclamado e que fora retardada três meses por imposição incontornável.

É importante ser retido que em 18JUL91, quando a Presidência Federal em Belgrado unilateralmente decidiu dar ordem de retirada da Eslovénia ao JNA, a Jugoslávia foi ferida de morte, pois o princípio constitucional da unidade do Estado fora abandonado. Tal decisão encontra justificação no facto de que, *“contra o contexto de crise em rápida deterioração na Croácia, Belgrado não podia despender recursos nessa situação (na Eslovénia) onde claramente já havia perdido em termos políticos. O comandante do Exército tinha sugerido (ao poder político) o completo empenhamento do Exército na Eslovénia, mas tal fora rejeitado”* (Zametica, 1992: 15).

⁸⁶ - O Tolar, a nova unidade monetária da Eslovénia, foi posto a circular em 08OUT91, numa demonstração de real soberania.

Para uma melhor clareza da situação que então se viveu na Eslovénia, releva-se que quando a crise Jugoslava se agudizou, graças ao prestígio que Janez Drnovsek⁸⁷ granjeara e aos seus talentos de negociador, quer com políticos quer com militares, *“mais ainda que Milan Kucan, Presidente em Liubliana na altura, deveu-se-lhe o fim rápido da guerra contra Belgrado (durou dez dias e fez menos de cem mortos), em que separara habilmente o caso esloveno do caso croata - Tudjman, da Croácia, queria uma frente anti-sérvia unida e nunca perdoou a Liubliana o acordo com Milosevic”* (Cutileiro, 2008a: 39).

Para a compreensão da mudança de percepção dos interesses estratégicos por parte dos eslovenos, refere-se que, nos finais da década de 1980 e na base do genérico sentimento de separatismo dos eslovenos, situa-se o facto de *“terem assumido que o seu desenvolvimento tinha sido impedido pela sua pertença a uma Jugoslávia economicamente fraca e em crise. A Eslovénia vinha observando com entusiasmo o movimento de integração da Europa Ocidental. Há muito que tendia a comparar-se em termos económicos com a Áustria e Itália, mais do que com as repúblicas jugoslavas. Mais importante, já não lhe restava receio dos ex-revisionistas Estados da Itália, Áustria e Hungria”* (Zametica, 1992: 13).

Quanto à Croácia e logo após a votação das alterações constitucionais em JUL90, porque profundamente desagradados e receosos com as mesmas, os sérvios da Croácia iniciaram agitações tumultuosas no Sul, na região de Lika e ao redor da cidade de Knin. De seguida, as mesmas estenderam-se para Norte e em MAI91 já se verificaram incidentes graves na Eslavónia Oriental. Em Junho estes estenderam-se às regiões de Banija e Kordun, ao Sul de Zagreb, de onde passaram em Julho à Eslavónia Ocidental. Entretanto, a 28FEV91 fora proclamada a Região Autónoma Sérvia da Krajina (RASK), geograficamente separada da Eslavónia Oriental, mas ambas dentro da Croácia e em rebelião contra a mesma. Estas duas Regiões Autónomas Sérvias (RAS) amputaram, progressivamente, além das onze comunas onde os sérvios eram maioritários, também no todo ou partes de outras dezoito, onde correspondiam de 10 a 50% da população destas. Acresce ainda que os problemas, em apreço, alastraram a outras nove Comunas não englobadas nessas Regiões.

Das cento e quinze Comunas da Croácia, no final de AGO91, cerca de um terço ficou fora do controlo das autoridades croatas e o ambiente operacional nas mesmas era idêntico, com milícias sérvias assaltando as patrulhas da polícia croata e mesmo as esquadras destas. De alguma forma o JNA não hostilizava os sérvios, até porque a acção destes concorria para o desempenho do seu papel social, a manutenção do Estado Federal.

Tudjman, após quinze meses de governo monopartidário do seu HDZ (MAI90 a AGO91), e face à gravidade da situação formou um novo governo, agora de coligação e com representação de todos os Partidos, inclusive com um Ministro sem pasta, de etnia sérvia, com a tarefa de tratar dos assuntos respeitantes à população sérvia da Croácia.

⁸⁷ - Janez Drnovsek fora em 1989 presidente da presidência colectiva da Jugoslávia e mais tarde, em DEC07, viria a terminar os cinco anos de presidente da então já independente República da Eslovénia.

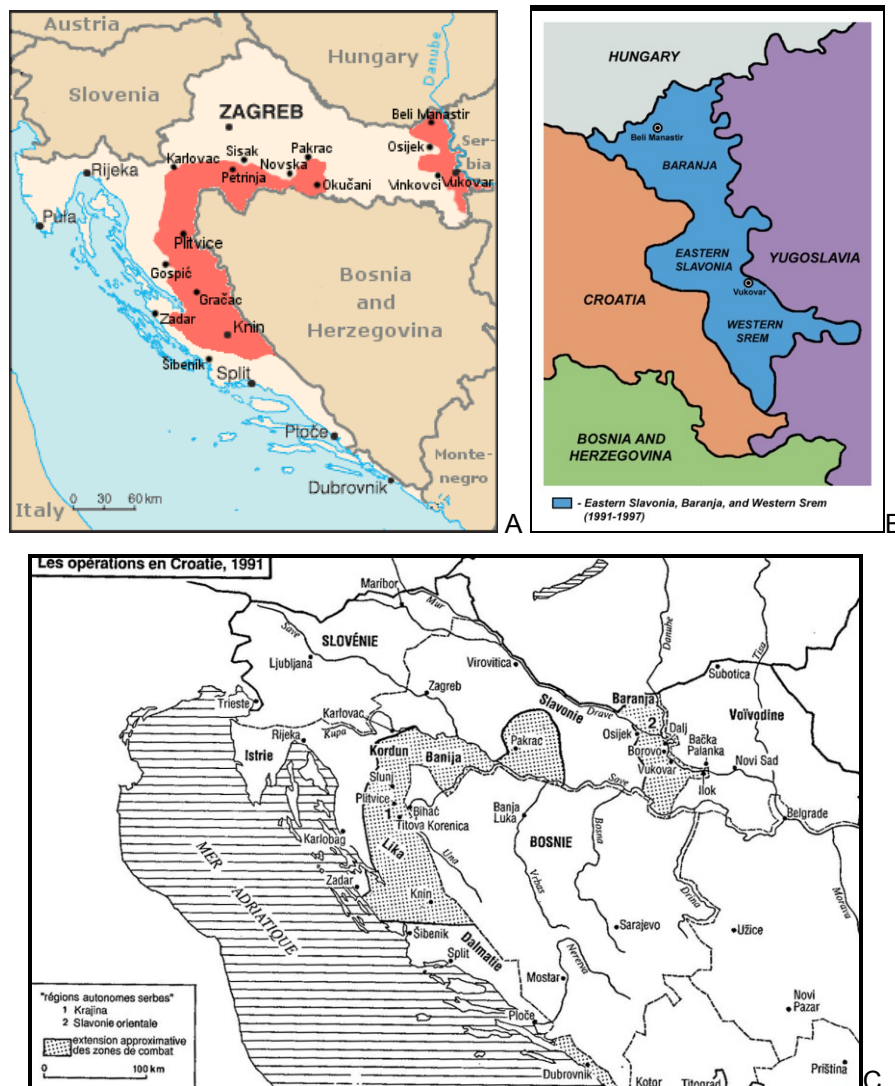


Figura 56 – As duas Regiões Autônomas Sérvias da Croácia – Krajina (1) e Eslavônia Oriental (2)
A e B (Wikipédia) e C (Garde; 2000: 315)

O Exército Jugoslavo sentira-se humilhado na Eslovênia e, “depois dessa derrota, o impasse instalou-se. Velico Kadijevic e Blagoje Adzic, os Generais-chefe do Exército Federal desqualificaram o novo governo nacionalista dos croatas, dizendo que eles eram fascistas. Assim, o Exército Federal ao longo dos conflitos na Croácia, tomava o partido dos sérvios, apesar de oficialmente ser uma força de interposição, e no decorrer da Batalha de Vucovar, o Exército Federal definitiva e abertamente tomou o partido dos sérvios” (Rados, 1999: 132)

Em meados de AGO91, “o mito da acção autónoma das milícias sérvias da Croácia foi abandonado. O Exército jugoslavo tomou em mãos a conquista do território. Vindo da Bósnia, uma importante coluna de carros invadiu a Eslavônia Ocidental” (Garde, 2000: 316).

Entretanto, “rapidamente após a guerra alastrar à Croácia, 7.000 oficiais do JNA e de nacionalidade croata mudaram de campo. Além disso, ambas Macedônia e BiH deixaram de enviar recrutas e reservistas, só tendo a Sérvia continuado a mobilizar para a BiH. O Exército dominado por sérvios, a ubíqua expressão propalada por todos os OCS do ocidente tornou-se gradualmente

verdade. Na primavera de 1992, cerca de 90% dos oficiais e soldados do JNA eram sérvios ou montenegrinos. Paradoxalmente, uma enorme proporção do crescente número de jovens sérvios que recusaram ser mobilizados, justificava tal atitude com o facto de considerarem o JNA não suficientemente sérvio – aos seus olhos ele ainda representava uma criação comunista, pois a palavra jugoslavo (do JNA) havia perdido todo o significado para eles” (Zametica, 1992: 43).

As Forças croatas eram substancialmente inferiores em número, poder de fogo e instrução, face ao JNA. Porém, a meio de Setembro o governo croata tomou pela primeira vez a iniciativa, pressionando em extremo os militares do Exército Federal. Para isso cercara os que haviam permanecido aquartelados na Croácia, imobilizando-os e tendo também mandado cortar-lhes a electricidade. Estes há muito estavam cercados pelas Forças croatas nos quartéis localizados na Croácia e aos mesmos destinados, levando alguns à rendição. Em consequência dessas rendições, a Croácia adquiriu algum armamento pesado, incluindo carros de combate. Nalguns locais e apesar das pressões, os militares federais não se renderam, como aconteceu por exemplo no principal quartel de Zagreb, ameaçando eternizar-se a situação. De acordo com o IIEE de Londres, *“contrariamente aos eslovenos que tinham em 1990 retido para si cerca de 40% do armamento existente no seu território, os croatas foram despojados pelo exército federal de todo o seu armamento. A Guarda Nacional de Tudjman era um exército em embrião, pobremente armada e treinada” (Zametica, 1992: 18)*

Concomitantemente foi desencadeada uma guerra psicológica satanizando o bloco sérvio, nos OCS croatas e europeus ocidentais, sobretudo alemães mas não só, que viria a ser determinante na decisão do conflito.

Por outro lado, *“na segunda metade de 1991, a imagem sérvia no exterior sofreu golpe após golpe. Isto em parte foi auto infligido. O Exército Federal, com o qual o regime de Milosevic se identificava, destruiu objectivos sem interesse militar, em Vukovar e Dubrovnik, tendo isso moldado consideravelmente a reacção dos OCS ocidentais. Tornou-se difícil no exterior fazer algo para além de aderir a uma foto simplista e a preto e branco da Sérvia bolchevista/nacionalista, agressora dos democratas indefesos Eslovenos e Croatas, e mais tarde, em 1992, Muçulmanos-bósnios. Mas se a guerra foi suja, foi-o de todos os lados. Tradicionalmente os Sérvios não prestavam muita atenção ao resto do mundo, como mostraram em 1903, 1914 e 1941. Politicamente contudo, esta insensibilidade conduziu a Comunidade Europeia a alinhar com a Croácia, conduzindo ao seu reconhecimento diplomático” (Zametica, 1992: 23).*

Entretanto, no fim de SET91, o Exército Federal anunciou que por cada objectivo militar que fosse atacado, retaliaria com um ataque a um objectivo económico croata, ao mesmo tempo que as acções de combate foram estendidas para Sul da Krajina, ao longo da Dalmácia.

Em 03OUT91 os quatro membros do bloco sérvio/montenegrino apossaram-se da Presidência Colegial, eliminando da mesma os restantes quatro membros, assumindo o Vice-Presidente a Presidência, o montenegrino Branco Kostic, sendo este muito próximo politicamente de Milosevic. Assumiram também parte das competências do Parlamento Federal e determinaram a mobilização. Desta forma, as aparências de unidade, que pudessem restar, foram arredadas e agravou-se a situação. Apesar das acusações de croatas e aliados, de “a aviação jugoslava

bombardear o palácio em Zabreb onde se encontra o chefe do estado jugoslavo” (Garde, 2000: 312), outros autores como Pierre Maurer rebatem tal acusação, afirmando ter-se tratado de “um golpe montado” (Ivic, 1992: 72/73). Igualmente poucas certezas existem quanto às acusações croatas de ataque e abate, por parte de um avião da Força Aérea Federal, de um helicóptero com observadores europeus, de que resultou a morte de quatro italianos e um francês, até porque o piloto daquele avião federal, bem como o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Federal eram curiosamente croatas. Dúvidas deixa também a acusação croata de bombardeamentos sérvios de hotéis em Dubrovnic, até porque omitem que as mesmas serviam então de casernas para forças militares croatas, como afirmam os sérvios. O tão propalado ataque sérvio com artilharia pesada, de que teria resultado a destruição do centro histórico de Dubrovnic, foi outra bandeira propagandística largamente agitada, mas que pode ser desmentida facilmente, até porque na primeira metade de 1996 localmente pudemos constatar a falsidade de tal notícia, face aos insignificantes vestígios de guerra visíveis. No entanto, agitou a opinião pública ocidental e ajudou a satanizar as tropas sérvias. Como testemunhou Pierre Maurer, *“os média afirmaram quotidianamente, durante um ano, que fora bombardeada com artilharia pesada, apoiando-se na força de imagens, nomeadamente de colunas de fumo negro elevando-se no céu azul do Adriático, ainda que numa cidade construída unicamente de pedra, onde as únicas matérias, susceptíveis de originar tal fumo, eram um montão de pneus ao qual haviam conscientemente ateadado fogo”* (Ivic, 1992: 72).

“O governo de Franjo Tudjman e o seu principal propagandista, Anton Vrdoljac, executaram a propaganda, que deu excelentes resultados (...) Desde o atentado preparado e efectuado pelo JNA contra a residência do presidente Franjo Tudjman, até à imagem de que os sérvios destruíam igrejas e hospitais. Tudo era simples: os croatas colocavam uma metralhadora numa torre de igreja, provocando os tiros dos sérvios, e, depois, a destruição da igreja era lergamente divulgada nos OCS como uma barbaridade sérvia (...) A opinião pública foi manipulada com tudo, desde a montagem de imagens na televisão ao número de mortos, que foi aumentado várias vezes, para não falar do de refugiados (...) Falava-se de mais de 500 mil refugiados, mas, quando a Comissão da Comunidade Europeia exigiu o número exacto para atribuir ajuda, os valores baixaram 10 vezes. Para todos estes efeitos o Governo da Croácia pagou, pura e simplesmente, a uma agência publicitária americana para promover o seu ponto de vista” (Rados, 1999: 133).

Para a melhor compreensão dos factos ocorridos nessa época, sublinha-se que *“dois acontecimentos marcaram a viragem na opinião pública internacional: o cerco da cidade de Dubrovnik e a batalha pela cidade de Vukovar. As muralhas de Dubrovnik foram proclamadas como património mundial pela UNESCO (...) O bombardeamento das muralhas do património mundial nunca ocorreu, mas o efeito propagandístico foi espectacular. Os confrontos pela cidade (de Vukovar) duraram três meses e esta acabou destruída pelo fogo da artilharia do Exército Federal, que combateu para a conquistar para os sérvios, apesar de as atrocidades terem sido cometidas pelas forças paramilitares locais e não pelos Exércitos”* (Rados, 1999: 134).

Nesta guerra fratricida, sem dúvida os sérvios cometeram actos bárbaros indesculpáveis, ainda que idênticos aos cometidos pelos seus inimigos croatas, albaneses e muçulmanos. Aquele

conjunto de acusações tem de ser visto como inserido numa campanha de propaganda orquestrada pelos croatas e aliados ocidentais, segundo o conceito de guerra total, travada também nos OCS nacionais e internacionais. Por sua vez, o bloco sérvio não mostrou estar apto a competir com a mesma desenvoltura, neste âmbito e no cenário político internacional, certamente por falta de apoios aliados e talvez de competências nesse tipo de guerra, como do conteúdo inserido nas páginas de referência, acima sublinhadas, se poderá deduzir.

Tendo os croatas, com apoio externo, adquirido material de guerra traficado no mercado internacional, a que juntaram algum armamento pesado e carros de combate apreendido ao Exército Federal, a que se somou a passagem de muitos oficiais croatas deste para as Forças croatas, alguns dos quais de alta patente, bem como com a mudança do Ministro da Defesa, a Croácia criou condições para melhor defender os seus interesses. Assim, em NOV/DEC91, apesar de a ONU em Setembro ter decretado um embargo de armas para a Jugoslávia, na tentativa de reduzir o nível de violência, a Croácia obteve alguns sucessos militares, começando por reconquistar uma parte da Eslavónia Ocidental.

Entre JUL/SET91 sucederam-se catorze cessar-fogos nos combates, em abono da verdade pouco respeitados e resultantes das inúmeras tentativas de mediação e das pressões da sociedade internacional, os quais esbarravam consecutivamente em duas posturas opostas. A Sérvia procurou sempre ganhar tempo, retardando o mais possível a efectiva aplicação das decisões internacionais, de forma a ir expandindo pela guerra o seu território, para o que procurou limitar ao mínimo a intervenção internacional através dos capacetes azuis, símbolo de mandato da ONU. Defendeu ainda que nos casos em que esta fosse inevitável, fossem essas tropas estrangeiras colocadas na linha de cessar-fogo, de forma a consagrar como definitiva essa linha, a qual materializaria as conquistas que havia realizado. Os croatas, pelo contrário, desejavam essa intervenção com urgência, bem como que as tropas internacionais estacionassem nas fronteiras internacionalmente reconhecidas, para garantia da integridade territorial da sua República.

Diversos planos de paz foram propostos e, face às dificuldades que as partes colocavam para a aceitação dos mesmos, a CE, na prossecução desse objectivo, exerceu pressão económica sobre os beligerantes e decretou sanções económicas efectivas a 09SET91. Porém, cedo se notou a falta de uma condição essencial, pois os europeus não foram mostrando unanimidade de pontos de vista. A Croácia ia sendo apoiada pela Alemanha e pela Itália. A Sérvia, sem ter o apoio expresso para as suas posições, porque dificilmente defensáveis, via como a França, Reino Unido e Espanha, ainda que de forma discreta, procuravam retardar o mais possível as decisões que a prejudicavam.

Passaram entretanto mais de seis meses, entre JUL91 e JAN92, em que a guerra assolou a Croácia e em que ambos os contendores ultrapassaram em violência o espectável para a situação vivida e em que as limpezas étnicas foram uma constante. Há relatos confirmados de que as atrocidades teriam sido cometidas sobretudo pelas milícias, que inclusivamente incorporavam voluntários estrangeiros, certamente porque mais sectárias e menos disciplinadas que as Forças Armadas.

No dia 07OUT91 expirou a moratória de três meses imposta pela CE às declarações de independência eslovena e croata. As duas Repúblicas continuavam então com intenção de não

prolongar a moratória, até porque nada de positivo para as mesmas surgira entretanto, apesar de novo e idêntico pedido dos seus interlocutores europeus.

Em 03JAN92 foi assinado o décimo quinto cessar-fogo e, ao contrário dos anteriores foi respeitado pelas partes. Do ponto de vista de Paul (Garde, 2000), a explicação para a paz ser então desejável, reside no facto de os sérvios serem os vencedores no campo de batalha, o que lhes permitira alargar ao máximo o território sob o seu controlo, o seu objectivo estratégico. A essa razão acresce o somatório do conseqüente estado de devastação da sua economia, com a interna e crescentemente impopular guerra que travavam e das sanções e isolamento internacional com que os ameaçavam. Ainda, as pressões políticas efectuadas por Milosevic sobre os dirigentes sérvios da Croácia e em favor da paz, trouxeram-lhe alguma simpatia nos países ocidentais. Por sua vez e para os croatas, a situação de perda de quase um terço do seu território para os sérvios e sem grandes forças militares para se oporem ao inimigo, contando sobretudo com discretos apoios internacionais, aceitou o cessar-fogo e a vinda de forças da ONU, como vantagem a explorar para um devir mais favorável.

A propósito da guerra na Croácia, deve ser sublinhado que “as atrocidades e os excessos não são exclusivos do campo sérvio (...) e estamos perante uma guerra horrível, onde o ódio é geral, as atrocidades são cometidas contra os civis, onde as destruições são sistemáticas” (Garde, 2000: 330).

As declarações de independência que a Eslovénia e a Croácia haviam proferido em JUN91, deveriam ter como consequência o reconhecimento internacional, mas a moratória de três meses imposta pela CE, transferira essa expectativa para Outubro. Nesta data a Alemanha, com o apoio da Dinamarca e da Bélgica colocaram o problema do reconhecimento na mesa comunitária, apoiando-o. Por sua vez a França e o Reino Unido continuaram a postergá-lo. Este problema esteve sempre presente nas negociações, nos últimos três meses de 1991, desejando os países europeus agir em bloco e de comum acordo. Os países hostis ao reconhecimento acordaram então utilizar a ameaça do reconhecimento, para a Sérvia fazer concessões. Assim, em 18DEC91 os doze membros da CE acordaram reconhecer, de forma diferida e a começar em 15JAN92 os países que haviam solicitado o mesmo (Eslovénia, Croácia, BiH e Macedónia), conforme as condições Badinter fossem sendo satisfeitas. Efectivamente, o reconhecimento das independências viria a ser feito de forma confusa, porque não coordenada. A Alemanha anunciou, de forma unilateral e imediatamente após o acordo dos doze membros da CE, que reconheceria a Croácia e a Eslovénia com efeito a partir de 15JAN92. Depois, cerca de quarenta países, não só da CE como a Rússia mas não os Estados Unidos, viriam a acompanhar a decisão alemã. Recorde-se que *“os alemães, então com a sua recente reunificação, pareceram assombrados que os sérvios também desejassem viver juntos num só estado. Claro que a comunidade internacional não pode nem dar carta-branca a cada movimento nacional que invoque a autodeterminação. Mas em circunstâncias onde o conflito já existe, como então na Jugoslávia, a comunidade internacional não pode respeitar o direito à autodeterminação a um só grupo. Fazê-lo seria politicamente contraproducente e flagrantemente injusto. Onde tal conflito exista, o melhor método de resolução é direccionar a questão da soberania para um plebiscito supervisionado pela*

comunidade internacional. *Este método funcionou perfeitamente bem após a I GG, quando tal acalmou meia dúzia de áreas de tensão na Europa*” (Zametica, 1992: 77).

Por sua vez a França, baseando-se nas conclusões da Comissão Badinter, que havia patrocinado com a finalidade de proteger as minorias existentes nesses novos Estados, decidiu apoiar as independências eslovena e da Macedónia, mas postergou a da Croácia que não cumpria as condições que essa Comissão levantara como decisivas.

A Grécia vetou o reconhecimento da Macedónia, apesar das conclusões favoráveis daquela Comissão, devido a defender o nome de Macedónia como exclusivamente seu mas, no fundo, por temer uma futura reivindicação de parte do seu território, por um Estado que surgisse com aquele nome e se assumisse como descendente e lhe disputasse a herança da Macedónia de Alexandre, o Grande.

Esta desunida postura ocidental, perante a situação então vivida, não ajudou a paz na Europa balcânica e apressou até o fim da Federação jugoslava, sobretudo a decisão unilateral alemã, porque tomada de acordo com os seus interesses individuais na região e não com os da Comunidade. Também neste episódio se prova que, no âmbito das relações internacionais, os Estados sobretudo hierarquizam e privilegiam os seus interesses, em cada momento em jogo, e não as amizades, mesmo as sacramentadas por acordos internacionais formais, como o que instituiu a CEE e que todos os membros desta haviam subscrito.

As diferentes posturas, perante a situação da ex-Jugoslávia de 1992, tomadas pelas diversas Potências, como que vieram dar suporte à visão dos patriotas sérvios do seu e do restante mundo de então, com que podiam ou não contar. Sobre esta visão, *“Tito no cumprimento das directivas do KOMINTERN, baseadas na convicção de que a Sérvia era a opressora dos povos da Jugoslávia, dividiu o povo sérvio para melhor o controlar, através do estabelecimento de fronteiras arbitrárias. Com tal decisão, privou-o dos frutos justos e esperados da sua vitória na guerra em 1918, abriu o Kosovo aos albaneses e, de forma artificial, favoreceu a tomada de consciência de uma nacionalidade muçulmana na Bósnia, bem como de uma nacionalidade macedónia. Para além deste inimigo interno, outros rodeiam a Sérvia dentro das fronteiras da Federação, como sejam os croatas e os eslovenos, os muçulmanos da BiH, os albaneses do Kosovo, os macedónios talvez também, sem dúvida os húngaros, para além dos autonomistas montenegrinos. No exterior dessas fronteiras e entre os vizinhos, a Albânia que pretende anexar o Kosovo, a Bulgária que pelo canto do olho mira a Macedónia (tendo feito constar à imprensa macedónia a existência de um plano de invasão pelas FA búlgaras, informação contudo desmentida por Sófia), a Hungria que meteria a mão na Voivodina, a Áustria que pretende retomar a Eslovénia e reconstituir o império dos Habsburgos, a Itália que ardentemente deseja a Dalmácia (o que é bem feito para os croatas) mas que poderia também estender o olho para o Montenegro. Um pouco mais longe, a Turquia, o velho opressor onde os muçulmanos de toda a espécie encontrarão sempre defensores. E, por detrás de todos estes pequenos Satanás, o grande Satanás a Alemanha. A Alemanha, o inimigo de sempre, o invasor de 1914, o responsável pelo massacre de 1941, o povo eternamente nazi. (...) Os inimigos da Sérvia não são somente as nações. São também as grandes forças internacionais. Já referimos o KOMINTERN. Há também o Vaticano. A velha Áustria-Hungria era católica. Os croatas e os*

slovenos são católicos. O poder ustacha reclamava-se católico, ele procurou converter pela força ao catolicismo os sérvios, e certos padres católicos desempenharam um papel não somente nas conversões forçadas mas também nos massacres. Os sérvios tinham numerosos factos históricos perfeitamente enraizados na sua mente e contra o catolicismo” (Garde, 2000: 349-352).

Em consequência da carga histórica relatada e que carregam, os sérvios não viram o ressurgimento dos uniatas na Ucrânia, após o esboroamento da URSS, como um facto natural na nova situação política, assim como as posições públicas de João Paulo II, que se insurgiu contra a violência surgida em 1991 na Croácia, foram tidas também como parte de um plano histórico do Vaticano, destinado a destruir a Rússia ortodoxa, logo sentidas como anti-Sérvia porque ortodoxa igualmente.

Depois, na procura de definição dos amigos com que a Sérvia contaria, os quais não seriam muitos entre os seus vizinhos, procurando interpretar o sempre actual e genérico sentimento dos sérvios, pode afirmar-se que *“a Grécia tem o mérito de desconfiar dos macedónios e dos albaneses, e a Roménia é estimável porque não gosta dos húngaros. Mais longe, a França, a Inglaterra e os EUA são agradáveis, mas sem ardor. A Rússia, amada por uns, porque há pouco comunista, por outros porque ortodoxa e por todos, porque eslava, está infelizmente enfraquecida (...) É fácil de ver que esta configuração fantástica de amigos e inimigos é uma reprodução quase exacta dos dois campos da I Guerra mundial. Os maus são os mesmos de então: Alemanha, Áustria, Hungria, Bulgária, Turquia. Os bons também: França, Inglaterra, EUA, Rússia, Roménia, Grécia. Só a Itália mudou de campo, mas ela já o havia feito em 1940”* (Garde, 2000: 351).

Devido aos cinco séculos de domínio dos otomanos, a poesia épica sérvia continua, como é tradição, a ser transmitida oralmente mais do que escrita, relevando a heróica luta contra o infiel, até porque essa luta secular continuava a ser travada no Kosovo, onde o inimigo permanece, como aliás na BiH, infelizmente sem o apoio da Europa cristã, a qual ia mostrando não saber apreciar o esforço sérvio historicamente nunca regateado e que era também do seu profundo interesse. Podemos imaginar, no meio de uma guerra psicológica, com actos de propaganda política diária nos OCS, um quadro mental sérvio anti-católico e anti-islão, de empenho numa guerra religiosa.

Recorde-se a opinião de um oficial bósnio-sérvio, de que fomos testemunha presencial, expressa em 07JAN96 no bairro de Vogosca, em Sarajevo, antes de com os seus subordinados e restantes sérvios ali moradores o evacuarem, nos termos do acordado em Dayton. Afirmou então aquele militar que a intervenção da OTAN, na BiH, era um forte investimento dos EUA, para a obtenção de uma melhor visão de si, no mundo árabe e que, com o seu apoio à intervenção, o Vaticano favorecia de novo os seus amigos croatas católicos. A intervenção iria servir para os americanos continuarem a poder contar com o alinhamento dos árabe-muçulmanos consigo. A simplicidade da afirmação traduzia então um sentimento partilhado pela maioria dos bósnios de etnia sérvia, com quem então interagimos. Esse mesmo sentimento, perante as circunstâncias então vividas, foi traduzido pela afirmação de que *“a Arábia Saudita e outros Estados árabes e muçulmanos tinham mostrado a sua simpatia para com a Bósnia, e clamavam já aos quatro ventos por uma punição militar aos sérvios. Ora, a América necessita de se redimir perante o mundo árabe pelos efeitos da crise do Golfo. O discurso inflamado de Geoge Bush vai operar o volte-face. Um violento*

murro na mesa que aponta o dedo aos sérvios. Adverte rivais e faz sinal aos amigos. Europa e América rivalizam no cerco a Belgrado. O embaixador americano, Warren Zimmermann, segue prontamente os seus colegas europeus e abandona a capital sérvia. Milosevic – um antigo favorito da embaixada americana em Belgrado – está agora na mira de Washington” (Pereira, 1995: 441).

A opinião pública sérvia, bombardeada em permanência pela propaganda política oficial do seu país, não era permeável à ideia da reconciliação europeia que conduzira alemães e franceses a voluntariamente se unirem na CE, até porque esta não agia a uma só voz, dando assim sinais contraditórios. Por tudo isto, porque reunificada⁸⁸ e economicamente possante, acreditavam que a Alemanha estaria a preparar-se para se desferrar das anteriores derrotas, contando para isso com o seu satélite, a Croácia. Os projectos de intervenção europeus na ex-Jugoslávia, não passariam, por isso, de uma terceira agressão alemã, após as de 1914 e 1941, contra a qual o povo sérvio se preparava para se defender. Daí a Sérvia se ter empenhado numa guerra que conduziu nos finais de 1991 a nova catástrofe económica, com retorno à velha hiper-inflação, ao desemprego e à penúria de toda a espécie. A acção da oposição política fez-se sentir também e os sérvios começaram a interrogar-se sobre o objectivo da guerra que haviam empreendido, descobrindo as suas fragilidades.

Milosevic compreendeu a situação e mudou de orientação política. Devido a isso aceitou o Plano de Paz Vance, esperando contudo que a vinda dos capacetes azuis permitisse conservar as posições que os sérvios na Croácia haviam conquistado. Com surpresa, Milosevic foi então confrontado com a recusa de dirigentes sérvios, em aceitarem o plano de paz que já havia acordado. De entre esses opositoristas internos destacou-se Babic e a quase totalidade dos dirigentes sérvios da Croácia, apoiados por outras forças nacionalistas da extrema-direita, na Sérvia. Todos estes ainda puderam contar com a desconfiança da Igreja Ortodoxa sérvia, a qual via no Plano Vance um obstáculo à autodeterminação de dois milhões de sérvios que viviam no exterior do seu país. Por outro lado, a oposição parlamentar sérvia composta pelos Partidos da Renovação (Drascovic) e o dos Democratas (Micunovic) já se havia demarcado do caminho escolhido por Milosevic, reivindicando uma Sérvia independente e sob este seu nome, com boas relações com os restantes povos. Opunham-se deste modo ao futuro da Sérvia escolhido por Milosevic, formar uma terceira Jugoslávia federal com as outras Repúblicas. Nesse sentido, Draskovic declarou numa entrevista a uma revista croata, em 18FEV92, que *“a Sérvia independente poderá reconhecer as outras Repúblicas Jugoslavas e, após acordo com elas sobre as fronteiras, viver em paz com elas (...) Por exemplo que a Krajina de Knin se possa juntar à Krajina da BiH ou que a Herzegovina Ocidental se reunisse à Croácia. Não havia nenhum motivo particular para a guerra na Eslavónia e na Baranja⁸⁹”* (Garde, 2000: 359), pois aí achava não dever haver mudanças. Para além da desconfiança da Igreja

⁸⁸ - A Alemanha foi reunificada em 03NOV90, na decorrência do esboroamento da URSS e da consequente queda do muro de Berlim.

⁸⁹ - A região da Baranja (Fig. 55) situa-se a Norte do Rio Drava e a Oeste do Danúbio, na confluência de ambos. Por sua vez, a região da Eslavónia oriental situa-se a Sul do Drava, partilhando ambas fronteiras com a Voivodina/Sérvia.

Ortodoxa e da oposição dos sérvios da Croácia, no interior da Sérvia havia assim duas origens de oposição bem diferenciadas, que se opunham a Milosevic, os ultranacionalistas e os liberais.

Em consonância com o caminho escolhido por Milosevic, em 15JAN92 o MDN sérvio concedeu uma entrevista ao jornal *Le Monde*, tendo admitido que a Croácia poderia ser reconhecida como Estado independente, desde que resolvesse de maneira satisfatória o problema existente com os sérvios que nela viviam. Esta mudança de orientação política poderá encontrar suporte no efeito das sanções internacionais e no seu tremendo impacto negativo na economia sérvia, assim como no numeroso reconhecimento internacional das independências da Eslovénia e sobretudo da Croácia⁹⁰, a que acrescia a pressão política da oposição interna sérvia.

Entre 1991 e o final de 1995, anos em que a guerra assolou a Croácia, houve nela uma diminuição de 12% para 5% de sérvios e, nas regiões reconquistadas pelos croatas, registaram-se duas limpezas étnicas, uma de croatas naquele primeiro ano indicado e outra de sérvios no último.

3.3.3.6 A guerra na Bósnia-Herzegovina

Na sequência do resultado do referendo sobre a independência, realizado a 29FEV92, a independência da BiH foi proclamada a 3MAR92, tendo a mesma sido reconhecida pelos países da CE em 6ABR92 e, no dia seguinte, os EUA agiram de idêntico modo e concomitantemente reconheceram a Croácia e a Eslovénia.

A guerra na BiH foi a consequência imediata da proclamação da independência, de acordo com os alertas que nesse sentido há muito vinham sendo feitos, por diversos responsáveis políticos sérvios da BiH e da Sérvia. Referiam os mesmos que se da Jugoslávia fosse separada a Bósnia, as regiões desta, povoadas por sérvios, se separariam da mesma.

Como previsível face aos avisos e ao cerco das forças militares sérvias montadas em torno da cidade capital da BiH, Sarajevo, no dia seguinte à independência as hostilidades foram iniciadas com uma ofensiva das forças sérvias, a partir das zonas que controlavam na Croácia, a NW e Leste da BiH. A missão dessas forças era idêntica à que lhes havia sido determinada anteriormente na Croácia e de que resultaram as chamadas RAS, isto é, alargar em todas as direcções e pela conquista as zonas habitadas por sérvios, bem como homogeneizá-las etnicamente. Esses objectivos foram perseguidos de ABR a OUT92, no Norte e Este da BiH, com tal dinâmica que no fim desse ano haviam conquistado cerca de dois terços da BiH, inclusive regiões onde eram minoritários. Destas destacamos, no corredor de Posavina a região da cidade de Brcko, pela importância estratégica que ainda hoje representa, de ligação entre as duas partes da actualmente designada República Srpska.

De assinalar que, apesar do longo e completo cerco de 43 meses, bem como dos intensos bombardeamentos de artilharia e disparos de tiros de precisão à distância (*snipers*), sobre alvos humanos a que foi sujeita, a cidade de Sarajevo não foi conquistada pelas forças sérvias.

Entretanto, no primeiro ano de guerra, a barbárie instalou-se nesta parte da Europa razoavelmente culta, tendo as limpezas étnicas sido um objectivo terrivelmente presente e constante.

⁹⁰ - A Croácia venceu ainda mais a determinação em ser independente, ao introduzir em JAN92 a sua unidade monetária, o Dinar croata, acabando assim com a sua dependência económica de Belgrado.



Figura 57 – Regiões da Croácia (Krajina e Eslavónia Oriental), de onde os sérvios desenvolveram operações militares ofensivas contra a BiH (Heller, 1997: 42)

As povoações de bósnios-croatas e de bósnios-muçulmanos foram destruídas, bem como arrasadas numerosas igrejas católicas e todas as mesquitas. As violações repetidas e os massacres foram uma constante, assim como o internamento em campos de concentração de croatas e muçulmanos da BiH. Centenas de milhares de refugiados afluíram então à Croácia e às zonas não dominadas pelos sérvios na BiH, como era objectivo destes.

As forças da Bósnia eram de início em quantidade e qualidade deficiente, comparativamente às sérvias, mas foram sendo melhor armadas, apoiadas e reforçadas em homens e material pela Croácia e, progressivamente, de outras proveniências do mundo muçulmano.

Quanto ao padrão de actuação do JNA na BiH, “*relembra de muitas formas o episódio croata: tentativas de genuína neutralidade no desenvolvimento da crise étnica, seguida de benevolente neutralidade para com os sérvios, seguida de guerra aberta contra os não-sérvios. Uma diferença é que após a retirada da Eslovénia e da Macedónia e, devido às condições impostas pela ONU na Croácia, a BiH se tornou a principal localização de homens e material do JNA. Além disso, pelo menos cerca de 40% da mais importante indústria de armamento da Jugoslávia estava localizada nesta República. Finalmente, talvez cerca de 80% dos recursos humanos do JNA na BiH era de proveniência local. Por outras palavras, existia imenso incentivo para estes soldados do JNA permanecerem não-activos na BiH, mesmo quando o reconhecimento internacional da BiH tecnicamente os transformou numa força militar estrangeira de ocupação. O JNA iniciou a retirada da BiH somente quando foi anunciada a reestruturação da velha Jugoslávia em 27ABR92, mas deixou para trás mais de 54.000 soldados e oficiais sérvios com residência na BiH, completamente armados e equipados*” (Zametica, 1992: 44).

Como acontece sempre, a liderança política da BiH influenciou quase decisivamente os acontecimentos, desta vez por omissão ou falta de previsão, pois o Presidente da República, “Izetbegovic, não imaginou que houvesse guerra e como tal não havia preparado o Exército. O Exército da BiH só seria formado e disciplinado pouco a pouco. Croatas e muçulmanos cometeram também e por vezes atrocidades...” (Garde, 2000: 421).

Noutros lugares também mas, particularmente em Sarajevo, foram voluntários que improvisaram e se empenharam na defesa da BiH contra os sérvios, o que justifica, em parte, o extremo nível da violência que também aqui foi desenvolvido.

Aproveitando os acontecimentos de 1992 e 1993 na BiH, Franjo Tudjman empenhou nela o seu Exército (HVO), constituindo-se este como a principal força de oposição aos sérvios, enquanto os bósnios-muçulmanos, porque impreparados para a resistência e como já assinalado, pareciam adormecidos.

Enquanto decorria a guerra na BiH, a Sérvia adaptou-se no âmbito institucional ao reconhecimento internacional daquela, bem como ao desaparecimento da RSFJ, criando a República Federal da Jugoslávia⁹¹ (RFJ), formada por si e englobando as suas Províncias Autónomas da Voivodina e Kosovo, bem como pelo Montenegro. Quanto à República Sérvia da BiH, composta pelas regiões da BiH controladas pelos sérvios, passou a designar-se por República Srpska (RS), sob a presidência de Radovan Karadzic. Através do uso da palavra Srpska na designação da República, que em servo-croata significa país de sérvios, foi feito um corte com a BiH e passaram a existir dois países para o povo sérvio, a RFJ e a RS. Oficialmente só esta segunda se batia com armas na BiH, em cuja guerra a RFJ supostamente era neutra. Na realidade, a RFJ sempre financiou e equipou as forças do Exército Federal, estacionadas no interior das fronteiras da BiH, tendo estas sempre actuado em reforço das forças independentistas sérvias da BiH.

Durante cerca de três anos e meio, a violência iria imperar na BiH, entremeada com tímidas tentativas dos governos ocidentais para conduzirem os contendores à negociação. Porém, como os governos ocidentais não pretendiam usar a força para a resolução do conflito, as limpezas étnicas continuaram. Em 28JUN92 o Presidente da França, François Mitterrand, tendo em vista o desenvolvimento de acções humanitárias, deslocou-se a Sarajevo. No dia seguinte, a ONU determinou a reabertura do aeroporto desta cidade e enviou sob a sua bandeira soldados para toda a BiH, como forma de fazer chegar a todo o lado a ajuda humanitária. Essa Força de Protecção da ONU (UNPROFOR) agia segundo o princípio de ser neutra entre os beligerantes, o que muito pouco ajudou a proteger as pessoas.

Diversas resoluções do Conselho de Segurança/ONU foram aprovadas, mas os resultados imediatos foram insignificantes. A determinação da interdição do espaço aéreo, na Bósnia, nem sempre foi respeitada. Também, da criação pela ONU do Tribunal Penal Internacional (TPI), para julgar os crimes de guerra, no imediato nada podia resultar, tendo só vários meses depois do fim das

⁹¹ - A RFJ foi composta pela Sérvia e Montenegro, entre 1992 e 04FEV03, após o que, por comum acordo, passou a designar-se por República da Sérvia e Montenegro. Em 03JUN06 as partes decidiram separar-se em duas Repúblicas autónomas, cada uma passando a designar-se pelo seu nome próprio.

defesa do federalismo. Para tal a República da BiH, internacionalmente reconhecida como tal, viria a ser composta por duas Entidades, a Federação croato-muçulmana e a República Serspka, cada uma com uma dominância étnica e larga autonomia.

Entre 1992 e 1993 três planos haviam sido apresentados às partes mas, somente através da coacção pelo uso do instrumento militar ocidental, empregue no verão de 1995, as partes em litígio acordaram nos poderes de cada Entidade, bem como nos seus limites.

Em relação ao Plano Cutileiro, datado em MAR92 e que ficaria conhecido, como os seguintes, pelo nome do seu autor e proponente em nome da CE, o mesmo previa três cantões, cada um para sua etnia e estes com competências alargadas. Foi aceite pelos três beligerantes na Conferência de Lisboa, mas falhou porque os sérvios desencadearam operações militares e Izetbegovic continuou, depois e intransigentemente, a defender a unidade da BiH.

Quanto ao segundo, o Plano Vance-Owen (Fig. 59) que foi apresentado em JAN93, previa o Estado da BiH dividido em dez províncias, três das quais dominadas por cada um dos três povos. A restante Província seria neutra, em termos de dominância oficial de qualquer um dos povos, e situar-se-ia à volta de Sarajevo. Ainda que sendo mais unitário que o primeiro, este Plano falhou porque os sérvios entretanto haviam conquistado imenso território e teriam de deixar grande parte do mesmo. As pressões internacionais foram muitas no sentido da sua aceitação e chegou mesmo a ser aprovado pelos croatas, depois pelos bósnios-muçulmanos, por Milosevic e por Karadzic, mas o parlamento da RS em 06MAI93 rejeitou-o, sendo igualmente rejeitado por referendo dos bósnios-sérvios, em 15MAI93.

O terceiro, o Plano Owen-Stoltenberg, mais favorável aos sérvios, foi apresentado e previa a divisão da BiH em três Repúblicas, passíveis de se autonomizarem posteriormente, o qual foi rejeitado pelos bósnios-muçulmanos.

Nesse tempo, na Croácia e na defesa da solução que preconizavam para a BiH, digladiavam-se o Presidente Tudjman, bem como os seus aliados, com as diversas oposições ao seu Governo, estas com o apoio da Igreja católica. Tudjman apoiava a partilha com a Sérvia da BiH, segundo o modelo adoptado em 1939, quando fora criada a Banovina da Croácia. As oposições ao Governo e a Igreja católica eram partidárias de um compromisso com os bósnios-muçulmanos.

Por outro lado e na procura dos interesses que defendiam, “em MAR91, Slobodan Milosevic e Franjo Tudjman reuniram-se (em segredo) para discutir a divisão da Jugoslávia e da Bósnia. A tese que lançaram foi que a Bósnia nunca tinha sido um Estado e, sendo assim, não existia uma nação bósnia. Como somente as Nações podem criar o Estado, os líderes do nacionalismo sérvio e croata pensaram que a comunidade internacional permitia a decisão de dividir a Bósnia entre estas duas grandes nações Jugoslavas” (Rados, 1999: 176). Com esta reunião dos líderes das duas Repúblicas, de novo ficou provado que, no âmbito internacional, não existem amigos ou inimigos permanentes e sim interesses convergentes ou não.

O plano Vance-Owen agitou a possibilidade de serem criados cantões croatas como era desejo destes e, desde 03JUL92 foi proclamada nas zonas croatas da BiH a República Croata da Herceg-Bosna, simétrica da República Srpska dos sérvios.

A guerra entre os ex-aliados foi sendo intensificada durante o inverno e depois na sequência de um feroz ataque à cidade de Mostar, pelo HVO em 09MAI93, tornou-se uma guerra total entre croatas e bósnios-muçulmanos. Resultou a partilha da cidade e o controlo total dos bairros a Oeste de Mostar pelo Exército croata, enquanto os bairros de Leste de Mostar ficaram controlados pelos bósnios-muçulmanos. Esta guerra que foi aumentando de intensidade e em sangue derramado, desenvolveu-se sobretudo no Sul da Herzegovina, tendo Mostar sofrido bombardeamentos croatas, durante cerca de um ano, bem como uma radical limpeza étnica nas zonas que os croata controlavam. Esta cidade sofreu ainda a destruição deliberada, pelos croatas, da belíssima ponte medieval sobre o rio Neretva, a qual servia de ligação entre o Oeste e o Leste da cidade e que só viria a ser reconstruída em 2010.



Figura 59 – Duas vistas da célebre Ponte medieval de Mostar, sobre o Rio Neretva (Serviços de Turismo da BiH) e (<http://www.ibge.gov.br/paisesat>)

Ambos os contendores foram cometendo massacres a partir daí, nas zonas que controlavam, como aconteceu mais para Norte “na Bósnia Central, (onde) a limpeza étnica e os massacres foram recíprocos (...) Finalmente, os bósnios-muçulmanos ficaram senhores da maior parte desta região, salvo alguns enclaves. As esperanças de Tudjman não foram realizadas, pelo menos neste ponto (Garde, 2000: 425).

A situação no Inverno de 1993/1994 parecia não ter solução viável, com massacres, limpezas étnicas, cerca de dois milhões de refugiados na opinião de alguns observadores, bombardeamentos sérvios a Sarajevo, de croatas a Mostar e tudo isso perante a passividade internacional. Acresce que no campo dos bósnios-muçulmanos surgiu um novo conflito, desencadeado por Fikret Abdic, um rico proprietário que em Velika Kladusa, no NW da BiH proclamou a República Autónoma da Bósnia Ocidental, empenhando-se na luta contra as Forças de Izetbegovic. Abdic “*foi apoiado militarmente pelos sérvio, economicamente pelos croatas e diplomaticamente pelo mediador internacional Owen, que pensava que Izetbegovic era o principal obstáculo à paz e que seria bom enfraquecê-lo. A traição de Fikret Abdic acabará por ser ultrapassada mas ela terá custado à Bósnia novos mortos e novas inimizades*” (Garde, 2000: 426).

A sociedade internacional não levantou novos objectivos políticos a atingir, após a rejeição dos três planos de paz, tendo-se entretanto demitido dois comandantes da UNPROFOR estacionada no Teatro de Operações, em protesto contra as regras de empenhamento que manietavam as suas forças, condenando-as a assistir impavidamente aos massacres.

Em MAR94 o general francês Philippe Morillon iniciou a missão de protecção, com a UNPROFOR que comandava, dos refugiados bósnios-muçulmanos em Srebrenica e, que viria depois a não ter sucesso. Este insucesso resultaria de o Batalhão holandês, com essa missão, ter ficado paralisado pelas rígidas regras de empenhamento que lhes haviam sido impostas, bem como por alguma falta de iniciativa no assumir de riscos, apesar da desproporção das forças e meios militares em presença lhes serem desfavoráveis. Essa desproporção não pôde ser ultrapassada pela impossibilidade em lhe ser proporcionado apoio aéreo pelas Forças Aéreas aliadas, face às condições meteorológicas adversas no momento. Dias depois, ao realizavam um raide sobre a BiH, aviões sérvios foram abatidos por outros dos EUA. Foram também bombardeadas as forças sérvias com o objectivo de alargarem o cerco e não atacarem o enclave bósnio-muçulmano de Gorazde. O conjunto destas “acções paliativas, ainda que úteis, não abriram nenhuma perspectiva. A situação parecia bloqueada” (Garde, 2000: 426).

Porém, apesar das tentativas de conciliação até então realizadas terem falhado, a Rússia empreendeu uma nova abordagem à mesma, no sentido de croatas e sérvios se entenderem, a que porém falharia. Depois os americanos, secundados por outros países como a Alemanha e a Turquia exerceram fortes pressões políticas que acabaram, em MAR94, por surtir efeito. Assim, tendo em vista uma fase de colaboração posterior ao fim dos combates, croatas e bósnios-muçulmanos subscreveram o Acordo de Washington, criando a Federação da BiH, uma das componentes da República do mesmo nome, composta pelos territórios povoados por croatas e bósnios-muçulmanos. Esses territórios seriam susceptíveis de, no futuro, se confederarem com a Croácia. Como as hostilidades em Mostar ainda eram recentes, ficou acordado ficar a cidade sob administração da UE.

Atendendo a que os esforços pela paz, empreendidos até então pelas ONU e UE não haviam sido coroados de êxito, as potências com mais recursos decidiram avançar de forma coordenada. Foi criado um Grupo de Contacto, com os representantes dos EUA, Rússia, Alemanha, França e RU, para prepararem um novo Plano de Paz. Estes cumpriram a missão e em 05JUL94 apresentaram o Plano do Grupo de Contacto (Fig. 59), o qual repetia dos anteriores a existência de uma BiH dividida em subconjuntos étnicos.

Contudo, depois do Acordo de Washington já foi só necessário conciliar as posições de duas Entidades, a Federação dos croatas e bósnios-muçulmanos, controlando 51% do território da República da BiH, e a RS com 49%. Como esperado, os Sérvios não aceitaram, face ao alargado território que após a conquista ocupavam na BiH. Mas a situação favorável, de que então desfrutavam, começou a alterar-se significativamente, após o Outono de 1994. Esse facto, negativo para os sérvios, ficou a dever-se ao “divórcio do par Milosevic – Karadzic e ao consequente embargo dos sérvios de Belgrado contra os da BiH, bem como ao fim das hostilidades entre muçulmanos e croatas” (Montbrial, 1996: 92). A razão para tal encontra-se também na decisão tomada pelos EUA, não só de forçar o fim das hostilidades entre croatas e bósnios-muçulmanos, mas igualmente apoiá-los de forma diplomática e logística, fornecendo-lhes equipamentos, treino e mostrando a importância da disciplina, de forma que os Exércitos de ambos adquirissem maior capacidade operacional. Izetbegovic, por seu lado, tratou de disciplinar os “bandos armados” de que dispunha, já que o número de efectivos de que poderia lançar mão e a motivação dos mesmos era mais do que

suficiente, relativamente aos militares da RS. Esta dispunha de mais e melhor armamento, mas escasseava nela o número de militares, porque a sua base populacional de recrutamento era mais reduzida. Deste modo o Exército da BiH começou a obter algumas vitórias no terreno, mas nunca conseguiu romper o cerco sérvio à capital Sarajevo.

Entretanto, durante o cerco sérvio à cidade, “em FEV94 quando uma granada de obus sérvio matou 68 pessoas num mercado de Sarajevo, um ultimato obrigou os Sérvios a retirar as suas armas pesadas das proximidades da cidade, que obteve assim um pouco de calma por alguns meses” (Garde, 2000:426).

Os croatas, graças ao apoio americano, começaram a progredir militarmente na Bósnia Ocidental e a provocar alguns revezes aos sérvios da Krajina, até que mais tarde, entre 04/07AGO95, conseguiram quase cercar estes por Este, ocupando a região sem quase enfrentarem resistência, deixando desse modo de existir a RASK. Os dirigentes desta haviam diligentemente evacuado os cerca de 150.000 sérvios ali existentes, face à derrota que anteviram.

Na Eslavónia Ocidental, nos dias 1 e 02MAI95, os croatas conquistaram aos sérvios da RASK as áreas que lhes haviam ocupado. Estes, em retirada da maior parte das áreas que haviam ocupado, face à pressão militar de croatas e ao Exército da BiH, atacaram os dois pontos fracos do dispositivo adverso, os enclaves que cercavam e os capacetes azuis da UNPROFOR.

Os bósnios-sérvios usaram então como escudos humanos os capacetes azuis que haviam aprisionado, procurando assim proteger, dos bombardeamentos aéreos, alguns locais que reputavam de grande importância estratégica. Também *“bombardearam as cidades de Sarajevo e Tuzla, apertando o cerco à bolsa de Bihac, e iniciando acções para liquidar Srebrenica, Zepa e Gorazde, enclaves existentes então na Bósnia Oriental. Srebrenica tombou a 11JUL95, sem resistência dos capacetes azuis ali colocados (para protecção da população) e sem intervenção aérea da ONU. Após a conquista da cidade, cerca de 10.000 bósnios-muçulmanos, isto é, toda a população masculina e adulta do enclave foi massacrada friamente”* (Garde, 2000: 429).

Este impressionante número, até hoje nunca confirmado mas indicado por alguns autores como de mortos bósnios-muçulmanos, foi sobretudo muito usado como meio de propaganda, havendo indícios de que é muito exagerado. Mas, qualquer que seja o número real de mortos nessa acção, reflecte o resultado dos combates e tem origem em ambas as facções, não traduzindo uma acção premeditada sérvia de genocídio, como aliás terá acontecido contra as populações sérvias da Krajina, em todo o verão de 1995. Se o objectivo fosse o genocídio, os sérvios, face às forças de que dispunham no terreno, teriam cercado completamente Srebrenica e não deixado escapar ninguém.

As forças da ONU, postadas a Norte da cidade mesmo depois do ataque sérvio, nunca foram molestadas, constituindo prova de que não existiu um cerco completo à cidade.

O objectivo sérvio em Srebrenica era a limpeza étnica e não o genocídio, contrariamente ao acontecido na Krajina, onde as forças croatas dizimaram aldeias de sérvios, apesar de não existirem acções militares. Esta foi a opinião de observadores militares das Nações Unidas, presentes na

época na região de Srebrenica, posteriormente relatados por um observador militar português⁹² no TO.

Havia já na época uma opinião consensual de que os enclaves estavam votados ao fracasso, tendo Madelyn Albright proposto inúmeras vezes a Alia Izetbegovic a troca de Srebrenica por Vogosca⁹³. Alexander Vershbow, assistente especial do Presidente Clinton, afirmou então que “a América deveria encorajar os bósnios a pensar em territórios com coerência territorial, mais compactos”, traduzindo assim a ideia de que a manutenção dos enclaves era para esquecer. Ainda que tardiamente, essa conclusão veio dar razão ao Plano Cutileiro, que havia proposto a solução mais correcta, talvez não aceite porque proposta cedo de mais, a quem ainda pensava em ganhar tudo que estava em jogo, sem valorizar devidamente o custo em vidas e a estabilidade que deveria ser sempre desejada. Aqueles posicionamentos conduzem à convicção de que Izetbegovic pretendeu retirar dividendos políticos dessa irreversível situação, face à fraqueza relativa sentida. Concorrem para esta opinião alguns factos que, aliás, poderão explicar a deficiente defesa preparada pelas Forças muçulmanas de Srebrenica, como o do seu carismático comandante Oric ter sido retido pelo Poder político em Sarajevo, sabendo-se que os seus substitutos tinham uma profunda incompatibilidade mútua e necessitavam do comando esclarecido daquele, o que gerou a inépcia total na defesa da cidade. Acresce que, apesar de o terreno na Bósnia Ocidental ser muito acidentado, com vales entre encostas densamente arborizadas e com ravinas profundas, o que favorecia inegavelmente o defensor e não permitiu aos sérvios atacantes o uso dos seus carros de combate, não foi essa favorável característica minimamente aproveitada. Curiosamente o II Corpo de Exército muçulmano nada fez para tentar libertar a pressão militar sobre o enclave, realizando para tal e como era seu hábito ataques de diversão, até porque se sabia que as forças oponentes sérvias, do *Drina Corps*, estavam exauridas e necessitavam de reforços de forças vindas de outras regiões sérvias.

Com o arrastar da guerra, as opiniões públicas ocidentais tinham resfriado o interesse pela mesma, o que terá conduzido a direcção política muçulmana ao planeamento de um facto relevante, para com o mesmo fixarem a atenção daquelas e de novo na região. Poderia esse mesmo facto pretendido, se produzido com o relevo adequado, conduzir ao levantamento do embargo de armamento de que as forças muçulmanas se ressentiam. Clinton apoiava o embargo mas exigira ao Senado e Congresso uma maioria de dois terços dos votos, para proceder ao levantamento do mesmo, como estes pretendiam.

Na equação em análise há que ser sublinhado, também, que o ataque a Srebrenica foi feito à revelia de Belgrado (Sérvia), pois foi completamente desnecessário e traduz uma profunda inabilidade política da liderança sérvia da RS.

⁹² - O então TCor Martins Branco, VCEM/UNPF concedeu uma entrevista a Sandra K. do jornal The Glas SRPSKE, publicada em 20JUL05, na página 5 do mesmo, sendo a argumentação então aduzida utilizada neste trabalho de análise da situação criada em Srebrenica. Sobre igual temática e de forma muito clara e abalizada, pode ler-se no Diário de Notícias de 03JUL93, na página 10 e do mesmo autor, o artigo de opinião “Bósnia: muçulmanos, media e cabalas em Sarajevo”.

⁹³ - Vogosca é um grande bairro na parte Norte de Sarajevo, então quase só habitado por sérvios e que, nos termos do acordado em Dayton, viria a ser desabitado por essa etnia e de forma dramática o terem abandonado, em pleno inverno, com temperaturas abaixo dos dez graus centígrados negativos e sem terem outras habitações para onde se dirigirem e abrigarem.

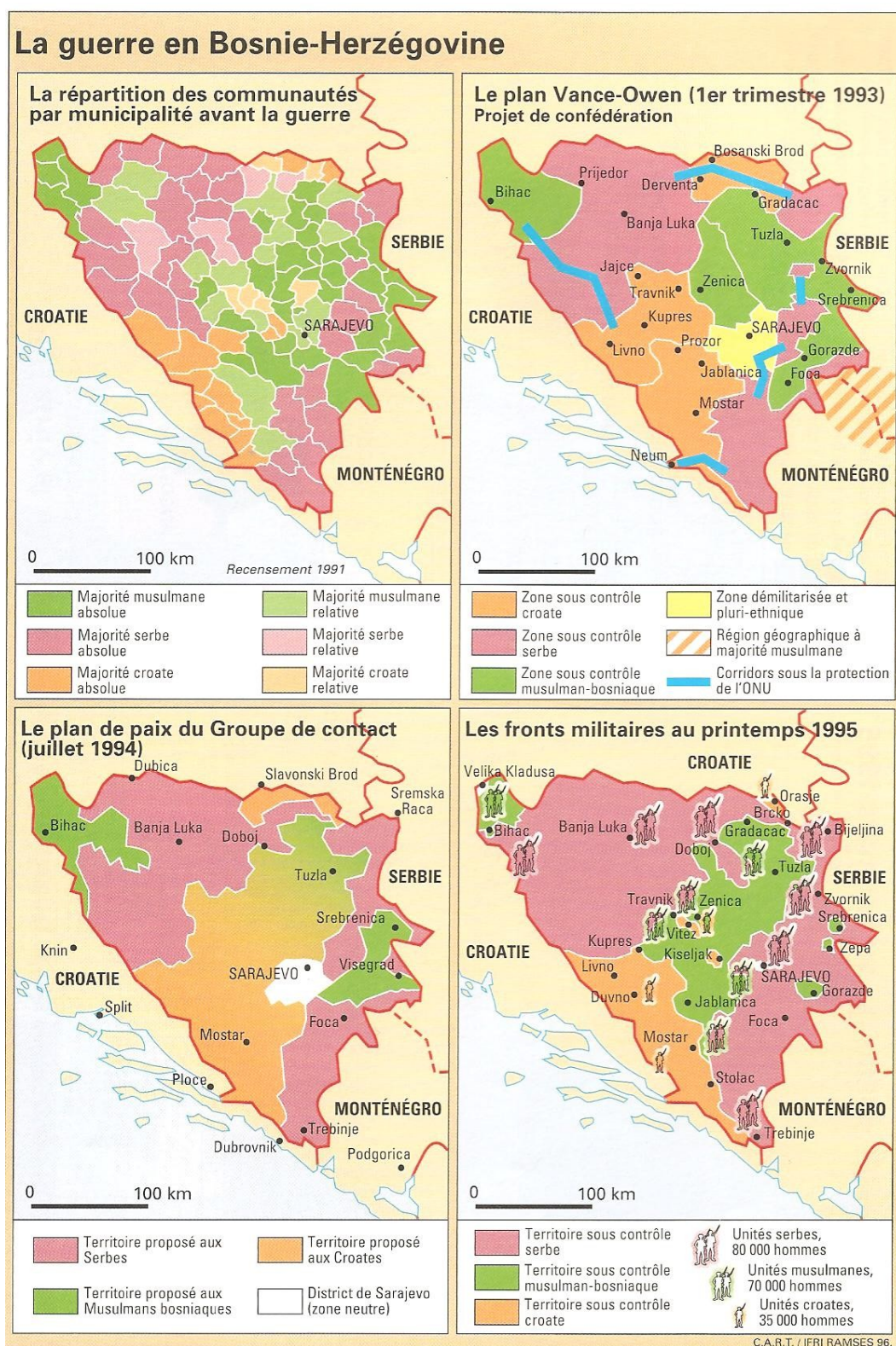


Figura 60 – A guerra na BiH e dois dos Planos de Paz (Montbrial, 1996: 395)

Por fim, os media ocidentais, sobretudo a CNN que invadiu diariamente as casas com imagens ditas de valas comuns, obtidas por satélites espões, e onde pretensamente estariam enterrados milhares de corpos. Corpos que até hoje e nessa quantidade ainda não foram

encontrados, mas que permitiram dessa forma exacerbar a situação, transformando-a num poderosíssimo símbolo mediático. É concebível ter o mesmo sido planeado ou, pelo menos, explorado pela liderança política bósnia-muçulmana de Izetbegovic, na continuação da sua campanha de satanização dos sérvios.

Carlos Santos Pereira registou a esse propósito que, mais tarde, revendo os anos que passou *“à cabeça da UNPROFOR, em Sarajevo, o Gen Michael Rose não se coibiu de manifestar o seu espanto perante a forma como uma parte considerável dos elementos da imprensa (internacional) se tornaram conscientemente parte da máquina de propaganda montada pelo governo bósnio”* (Branco, 2010: 534).

Recorde-se o referido, também pelo autor precedente que, *“na antiga Jugoslávia todos os lados exploraram os media para tentar influenciar em particular a opinião da elite americana. Entre outras manobras, todos, em particular os muçulmanos, dispararam contra as suas próprias posições para jogarem com o efeito CNN – situação várias vezes denunciada, em particular pelo Major-General Lewis McKenzie, responsável máximo da UNPROFOR em Sarajevo em 1992”* (Branco, 2010: 534).

É relevante assinalar que *“ no dia 28JUN95, as televisões passaram vezes sem conta imagens de feridos causados pela explosão de um rocket lançado contra o edifício da televisão de Sarajevo. Por mero acaso, o local do lançamento foi identificado por um observador militar das Nações Unidas (UNMO); cerca de 1800 metros além da linha de confrontação, na área controlada pelos muçulmanos. As autoridades muçulmanas inviabilizaram qualquer investigação no local (...) A posteriori, a versão do UNMO viria a ser corroborada por outras testemunhas. Para a opinião pública, foi mais uma selvajaria cometida pelos sérvios. A história foi mal contada e a verdade não chegou a ser divulgada”* (Branco, 1996: 10).

Em 28AGO95 e durante o cerco sérvio a Sarajevo, a Rua Marsala foi atingida por 5 granadas de morteiro 120 mm e, de novo, os sérvios foram acusados da autoria desse fogo, ainda que para alguns observadores injustamente. Quatro dessas granadas não originaram baixas, mas a quinta explodiu naquela rua, 300 m a Norte e 50 m a Oeste do Mercado de Markala, causando uma tragédia que se cifrou em 38 mortos e 88 feridos.

Pelo estudo das tabelas de tiro do sistema de armas em causa e face à altura (13 m) dos edifícios circundantes do local do impacto, ao ângulo de impacto (este situado a 3,2 m da parede a Sul) da granada no solo, bem como à largura dessa rua (8,5 m), é tecnicamente pouco provável que o disparo do morteiro tenha sido feito a partir das posições sérvias. Acresce a esses factos que os radares de vigilância da UNPROFOR, que estavam apontados às posições sérvias, nenhum disparo dessas localizações detectaram. Assim, para além de uma dúvida razoável que poderá subsistir, a localização do morteiro de onde foram disparadas as granadas situou-se em território controlado pelos sitiados bósnios-muçulmanos.

Aos factos relatados acresce que *“em Sarajevo, os muçulmanos violavam frequentemente os cessar-fogos. Bombardeavam as posições dos sérvios para estes retaliarem e, de seguida, os acusarem de atacar vítimas indefesas e inocentes, ficando com a fama de violadores da trégua. Normalmente, as armas eram instaladas perto de instalações das Nações Unidas, organizações*

internacionais, hospitais ou quaisquer outras instalações onde se pudesse obter um efeito mediático dos resultados da contra-bateria sérvia. Os sérvios caíram vezes sem conta na armadilha, respondendo quase sempre às provocações magistralmente montadas e exploradas pelos muçulmanos” (Branco, 1996: 10)

Porém, a excelente exploração do facto nos OCS internacionais, aliada ao longo cerco dos sérvios a Sarajevo e à vontade ocidental de terminar com a guerra, motivou um ultimato dirigido aos sérvios no sentido de retirarem as armas pesadas das cercanias da cidade e mobilizou a opinião pública mundial. Seguiu-se a intervenção de aviões da OTAN que iniciaram bombardeamentos aéreos sistemáticos ao território da RS, durante aproximadamente um mês. Daí resultou a destruição de diversos objectivos militares e centros de comunicações, reduzindo de forma drástica a capacidade ofensiva da RS. Isto contribuiu para que as Forças croatas e bósnias-muçulmanas tivessem passado a controlar diversas áreas na Bósnia Ocidental, tendo atingido a região vizinha da cidade principal da RS, Banja-Luka.

A linha da frente dos combates teve portanto avanços e recuos, de ambos os lados, tendo então e assim sido atingido e não ultrapassado, graças às pressões internacionais, o controlo de 51% e 49% do território da BiH, respectivamente pela Federação Croato-muçulmana e RS, conforma o Grupo de Contacto propusera e fora rejeitado pelos sérvios, como atrás sublinhado.

Tudo o citado, no respeitante ao cumprimento não eficaz da missão atribuída, de protecção das populações em risco, constituiu uma profunda humilhação para os capacetes azuis da UNPROFOR, ampliada pela divulgação televisiva de imagens de reféns daquela Força, que os sérvios haviam feito e que usavam como escudo humano contra os bombardeamentos aliados. Essas imagens tiveram um forte impacto, sobretudo mas não só em França, visto que fora o Estado que, para aquela Força, mais militares cedera. Foi organizada com rapidez uma Força de Reacção Rápida franco-britânica, apoiada por artilharia pesada e a actuar não integrada nas Forças da ONU, de forma a não estarem na dependência dos constrangimentos que esta impusera às suas forças. Em 24JUL95 esta Força instalou-se próximo de Sarajevo, respondendo ao fogo dos bósnios-sérvios e bombardeando as posições destes.

Em 12OUT95 foi estabelecido um cessar-fogo que não foi desrespeitado e os três principais dirigentes políticos envolvidos na guerra na BiH, Milosevic, Tudjman e Izetbegovic, foram convocados para uma conferência com o negociador americano Richard Holdbrooke e os seus colegas europeus ocidentais e russo do Grupo de Contacto, na Whright-Patterson Air Force Base, perto de Dayton, no Ohio/EUA.

Porque importante ao mostrar as relações de força existentes, releva-se que, nessa conferência, Milosevic participou mandatado com plenos poderes por Karadzic, o Presidente da RS. Desses trabalhos resultou um acordo geral de paz, assinado em 21Nov95 por aqueles três dirigentes políticos, e do qual resultou um plano de paz que, em 14DEZ95, acabaria por ser assinado pelos mesmos no Palácio do Eliseu, em Paris.

Nesse documento, de forma similar aos Planos de Paz anteriores, ficou basicamente expresso que o Estado chamado de BiH seria constituído por duas Entidades, a Federação Croato-muçulmana e a República Srpska, englobando respectivamente 51% e 49% do território daquela.



Figura 60 - Milosevic, Tudjman e Izetbegovic rubricam o Acordo Geral de Paz de Dayton (21NOV95/Dayton) e depois ratificam o Plano de Paz de Paris (14DEC95/Paris)
(<http://pierre.piccinin-publications>) e (<http://en.wikipedia.org/wiki/File:DaytonAgreement.jpg>)

A Linha de Separação entre Entidades (IEBL – Inter Entities Boundary Line) foi traçada sensivelmente pela linha da frente ocupada por cada um dos beligerantes quando do cessar-fogo, excepto em Sarajevo que foi ligada fisicamente à Federação, obrigando os sérvios a levantar o cerco à mesma nos seus arredores a Norte e Oeste, bem como devolver aos muçulmanos dois pequenos distritos rurais que estes haviam perdido há pouco.

A cidade de Brcko ficou sob o controlo internacional, pois é uma região estratégica para as duas Entidades em confronto, em termos de circulação, seja na sua componente de comunicações de relação, quer de comunicações de transporte, a qual outrora fora habitada por bósnios-muçulmanos e depois conquistada pelos sérvios na primavera de 1992. Ficou também estabelecida uma enorme autonomia para cada uma das Entidade, as quais conservariam sob o seu controlo individual os respectivos Exércitos e Polícias. As instituições comuns à República da Bósnia-Herzegovina (RBiH) ficariam com poderes limitados, estabelecendo-se contudo a unidade económica e a liberdade de circulação e retorno dos refugiados. Para garantir a aplicação do Acordo de Dayton foi criada uma Força Internacional de 60.000 militares sob comando OTAN, a Implementation Force (IFOR). Esta ficou estacionada por toda a República e foi-lhe atribuída a responsabilidade de implementar os aspectos militares do Acordo e, de entre estes, o controlo dos movimentos militares das armas pesadas dos beligerantes, para depósitos pré estabelecidos.

Foi ainda nomeado um Alto Representante da Comunidade Internacional na RBiH, com a mais elevada autoridade delegada.

Noutro documento prévio a Dayton, o Acordo de Erdut que foi assinado em 12NOV95, ficou estabelecido o retorno, progressivo e à posse da Croácia, da Eslavónia Oriental. Esta região, como consequência da guerra, era a última região croata ainda na posse dos sérvios, a qual lhes viria a ser entregue, pela administração interina da ONU, em 15JAN98.

Desses anos de guerra resultou uma BiH devastada e arruinada, produzindo só produtos agrícolas. A limpeza étnica foi radical nas zonas sérvias da Herzegovina, controlada agora pelos croatas, tendo sido de menor intensidade nas outras.

Nos meses posteriores ao Acordo de Dayton foi iniciado o seu cumprimento, sobretudo em FEV/MAR96, em que os sérvios abandonaram os bairros periféricos de Sarajevo onde haviam habitado até então, bem como de outras regiões da Federação, dirigindo-se para a RS. Por estradas cobertas de um espesso manto de neve, com temperaturas abaixo dos 10 graus célsius negativos, realizou-se assim um novo e dramático êxodo sérvio, este de cerca de 100.000 pessoas, deixando as suas casas e levando consigo tudo o que delas podiam transportar, incendiando o resto das mesmas e outros pertences por impossibilidade de os levar, mas principalmente sem saberem muito bem as condições nos locais para onde os seus dirigentes políticos lhes haviam indicado deverem dirigir-se.

Por seu lado, na Federação Croato-muçulmana as medidas conducentes à unidade marcavam passo e as Instituições mistas e previstas actuavam muito lentamente e com muitos incidentes. As Instituições comuns da República, ainda que existindo formalmente, só muito devagar começaram a funcionar.

Como resultado da insegurança então ainda sentida, as eleições organizadas como previsto em SET96 vieram confirmar o poder dos três Partidos nacionalistas, os quais pareciam, aos membros da própria comunidade, os únicos capazes de os defender eficazmente contra as comunidades vizinhas.

Só no ano seguinte e com a substituição do Alto Representante (20JUN97), o qual porque mais enérgico na acção e nas medidas que determinou, além do tempo entretanto passado e da decisão internacional de prolongar por 18 meses a estadia na BiH das Forças OTAN, começou a ser permitido, ainda que muito lentamente e com incidentes, tornar mais efectiva a circulação e o retorno dos refugiados.

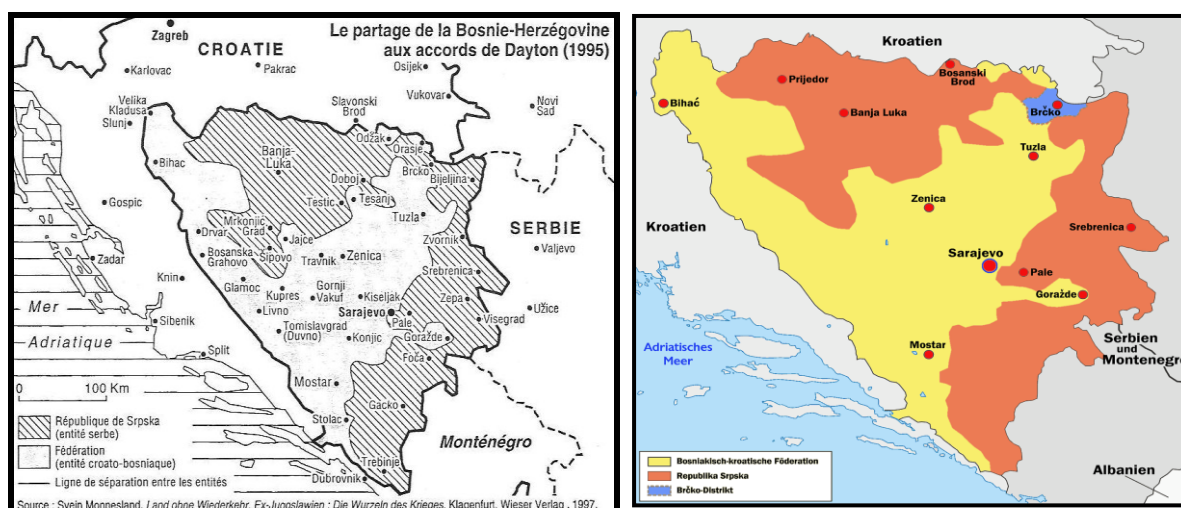


Figura 61 - Acordo de Dayton – Linha Limite Entre Entidades/IEBL da RBiH
(Garde, 2000: 431) e (http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Dayton)

Face ao evoluir da situação, agora tido como favorável, foi transformada em Stabilization Forces (SFOR) a anterior missão das Implementation Forces (IFOR) da OTAN, tendo estas com o seu trabalho evitado o mais que certo retorno à anterior situação de guerra entre as Entidades. Devido à arbitragem já prevista em Dayton, o estatuto da cidade de Brsko foi definido como misto, logo definitivamente independente das Entidades e sob controlo internacional, o que não agradou à

Entidade sérvia, pois esse corredor é único, logo fundamental na circulação entre as partes Oeste e Este da RS, dando contudo satisfação à antiga maioria bósnio-muçulmana nela residente.

Devido ao reconhecimento internacional da necessidade de manutenção da paz na região, face à instabilidade ainda vivida, foi o mandato da SFOR prolongado indefinidamente em 20FEV98.

3.3.3.7 A guerra no Kosovo

Durante o regime de Tito, considerações de ordem política haviam impedido referências, interpessoais públicas ou nos OCS, sobre a verdadeira limpeza étnica sofrida pelos sérvios no Kosovo, situação que feria indelevelmente o coração da nação sérvia, até porque estes, em termos afectivos e devido à sua história, consideravam o Kosovo o seu berço.

Entretanto, há muito que, *“segundo a Interpol, são as máfias albanesas do Kosovo que controlam o essencial do tráfico de heroína na Suíça, Áustria, Alemanha, Hungria, Rep. Checa, Noruega, Polónia e Bélgica (...) Em 1987, a Polícia jugoslava desmantelou em Pristina um laboratório de refinação de heroína ligado aos separatistas do Kosovo; dois anos depois foi decretado o estado de emergência no Kosovo que entretanto sofrera uma série de atentados terroristas contra as autoridades jugoslavas (...) Desde o início dos anos 80, a subida do separatismo no Kosovo corresponde à repressão do poder central contra as actividades mafiosas dos kosovares. As redes tecidas entre o próprio Kosovo e as diásporas albanesas na Suíça e na Alemanha mobilizaram-se efectivamente contra um poder que iniciara acções destinadas a terminar com o tráfico de droga a partir do território jugoslavo”* (Chauprade, 2007: 850/851).

Como já referido, a Sérvia de Milosevic reduziu em MAR89 a autonomia que pela Constituição de 1974 as suas Províncias Autónomas - o Kosovo e a Voivodina - detinham, tendo em vista alterar a relação de forças existente nos órgãos federais. Essa alteração era fundamental, sobretudo na Presidência Colegial, além de permitir afastar com maior eficácia o Kosovo de um movimento centrífugo pretendido pelos adeptos da ligação com a Albânia, existentes em ambos os lados da sua fronteira com esta. Os líderes políticos do Kosovo vinham encorajando a aproximação com a Albânia, a qual, na defesa dos seus interesses, forneceu àquela Província sérvia importante apoio logístico e de especialistas em diversas áreas, inclusive para o ensino da sua língua. Esse movimento, que visava a construção da nação albanesa no Kosovo, não pôde ser contrariado pelos sérvios durante a vida de Tito. Entretanto, face à crescente intensidade da pressão física, económica e política, no sentido de obrigar os sérvios do Kosovo a deixarem essa Província, milhares deles abandonaram-na, no que constitui uma verdadeira limpeza étnica.

Após a extinção da RSFJ em SET91 e mesmo antes da instauração da RFJ (efectiva entre 1992 e 2003), os albaneses/Kosovo, após referendo, proclamaram a sua independência e quase clandestinamente elegeram o seu Parlamento e o Presidente da República, Ibrahim Rugova, um adepto da não-violência.

Oficialmente, deste então, os albaneses sem violência opunham-se ao que chamavam a opressão sérvia no Kosovo, razão que justifica que dessa realidade poucos se tenham apercebido, até porque para a guerra, que se ia travando na Croácia e depois na BiH, convergiam todas as atenções.



Figura 62 – O Kosovo e a composição étnica recente da sua população
(<http://www.spiegel.de/international/europe/>) e (wikimedia.org)

Porém, graças ao apoio popular e principalmente aos recursos cedidos pela diáspora dos kosovares-albaneses, por estes foram sendo criadas escolas de língua albanesa e hospitais na Província, levantando paulatinamente as suas instituições.

Face a essa ausência de focagem na situação do Kosovo, em Dayton nada foi referido sobre essa Província, onde aparentemente nada decorria fora da normalidade.

Poderá afirmar-se que o Kosovo constituiu a razão profunda para o aparecimento e o crescentemente forte apoio da nação sérvia a Milosevic, como seu líder político, porque este se posicionou para dar a resposta tida como necessária pelos sérvios, face à gravosa situação que viviam os seus irmãos na Província em causa. Seguiram-se atitudes persecutórias sérvias para com os albaneses, desde a abolição do estatuto autónómico do Kosovo, demissões de albaneses dos empregos públicos, até ao banimento da língua albanesa da TV e do ensino.

O poder político da Sérvia, procurando inverter o grave problema demográfico existente no Kosovo, muito favorável aos albaneses, devido à sua relativa maior taxa de natalidade e aos reiterados êxodos de sérvios, incentivou a imigração sobretudo dos refugiados sérvios da Croácia e BiH. Verdadeiramente, o governo sérvio não foi muito feliz no resultado das políticas para esse fim implementadas, face à desinteressante imagem da Província do Kosovo que aos hipotéticos interessados sérvios se apresentava, marcada pela pobreza, pela sobrepopulação e pela agitação social existente.

Entretanto, em 1996 a França tomou a iniciativa de reconhecer a RFJ, abrindo a sua embaixada em Belgrado, no que foi seguida pela maioria dos países ocidentais, sem qualquer contrapartida, como poderia ter sido negociado.

A decisão citada não se baseou em fundamentos jurídicos, pois a ONU nessa altura não reconheceu a RFJ como sucessora da RSFJ, tendo-lhe recusado a ocupação do lugar desta na Assembleia-Geral, alegadamente porque a RFJ não se havia adequado aos critérios da Comissão Badinter, esta uma criação da França. Este facto, paradigma de ligeireza de decisão política ou de primazia da satisfação do interesse nacional francês, viria a configurar uma futura pesada herança.



Figura 63 – A implantação territorial da RFJ e da RSFJ (Wikimedia.org) e (Chauprade, 2007:121)

É sabido que a França é uma tradicional aliada dos sérvios, mas é igualmente um país integrante da UE. Efectivamente aquela decisão implicou o reconhecimento implícito da pertença do Kosovo à RFJ, sabotando na totalidade a base legal para a intervenção militar que a OTAN, em 1999, veio a realizar no Kosovo, ainda que em termos humanitários a mesma possa ser defensável.

A política de não-violência, definida pelo Presidente Rugova, começou a ser abandonada por alguns albaneses/Kosovo, porque não havia até então conduzido a resultados palpáveis e, em 1996 começaram a surgir acções de resistência armada, ou seja, actos de terrorismo reivindicados por um desconhecido Exército de Libertação do Kosovo (UCK).

Em 1997 o poder político na Albânia esboroou-se e a anarquia instalou-se, com pilhagens dos quartéis, surgindo a ocasião perfeita para o UCK se armar mais e melhor, com maior facilidade. A partir de então, as acções do UCK ampliaram-se e disseminaram-se por todo o Kosovo, começando a ouvir-se falar de zonas libertadas.

Na situação então vivida, o Exército e a Polícia sérvias endurecem a repressão, adoptando uma política dita de terra-queimada e de limpeza étnica, em todos os locais onde o UCK actuasse. Em resultado da destruição das aldeias albanesas, os aldeões que não foram mortos fugiram para as cidades, porque ainda não muito afectadas, bem como para o exterior da Província e, segundo alguns autores, resultaram cerca de 300.000 refugiados albaneses/Kosovo.

Face às lições aprendidas durante a guerra na BiH, os países ocidentais, contrariamente ao que nesta haviam feito, rapidamente definiram o nacionalismo sérvio e o regime de Milosevic como os inimigos a abater, bem como elegeram o uso só de instrumentos eficazes de intervenção, como a OTAN e não a ONU, já que esta havia falhado na BiH, activando ainda e de novo o Grupo de Contacto (GC).

Perante as pressões de Holdbrook, negociador do GC, Milosevic assinou em OUT98 um acordo, prometendo moderar a repressão e aceitando a presença no terreno de Observadores Internacionais. Estes, como resultado da sua actividade, relataram a manutenção dos anteriores níveis de repressão e em JAN99 assinalaram um massacre de algumas dezenas de albaneses, na aldeia de Racak.

Rugova bem como o UCK reclamavam a independência do Kosovo mas, os ocidentais, recusavam essa solução, porque prisioneiros do seu imprudente reconhecimento em 1996 da RFJ, o que então legitimou internacionalmente as fronteiras desta, as quais incluíam as Províncias da Voivodina e Kosovo. Face à situação de paralisia em que se haviam colocado, os países ocidentais defendiam uma maior autonomia para o Kosovo e, para garantia da mesma, o envio de uma força internacional sob a responsabilidade da OTAN.

No sentido de impor essa solução, em FEV99 sérvios e albaneses/Kosovo foram convocados a Rambouillet, devendo só daí saírem após a assinatura de tal acordo. Se os sérvios recusassem, seriam punidos com ataques aéreos até cederem e, se os albaneses recusassem, seriam deixadas as mãos livres aos sérvios para solucionarem o problema.

Milosevic sentiu poder sobreviver aos ataques aéreos e ainda que aceitando o princípio da autonomia, recusou a entrada de tropas estrangeiras no território sérvio, talvez pensando no exemplo de Sadam Hussein que sobrevivera à frente do seu regime no Iraque, após os ataques aliados na I Guerra do Golfo (JAN91). Certamente terá contado com a reacção negativa às intervenções militares, por parte das opiniões públicas ocidentais, bem como com o apoio da opinião pública sérvia que sempre vê no Kosovo o berço ancestral sérvio e, como tal, apoiar essa sua decisão.

Perante tal desafio, os aviões sob bandeira da OTAN, descolando de bases aéreas em Itália e de navios no Adriático, iniciaram em 24MAR99 bombardeamentos sistemáticos sobre toda a RFJ (Sérvia p.d., Montenegro, Voivodina e Kosovo), atingindo objectivos militares, económicos e mesmo tropas sérvias em operações no Kosovo. Essas acções aéreas duraram cerca de três meses e comprometeram a actividade económica sérvia, tornando difícil a vida às populações e paralisando a sua máquina militar.

Porém, a resistência sérvia foi muito significativa pelo tempo que aguentou mas, Milosevic procurou entretanto responder adequadamente, *“fazendo desaparecer o objecto em litígio, a população albanesa do Kosovo. Da limpeza étnica limitada passou à completa: se 300.000 albaneses tinham sido deslocados das suas casas antes de 24MAR, um milhão foi-o após aquela data, ou seja, mais de metade do total. Os métodos são os mesmos que na BiH, mas mais rapidamente e em maior escala: as pessoas foram expulsas das suas casas e estas destruídas. Houve execuções massivas (dezenas de valas comuns serão descobertas mais tarde), violações, pilhagens”* (Garde, 2000: 441).

Resultou ainda a chegada em massa à Albânia e Macedónia, além de outros países vizinhos, de refugiados albaneses/Kosovo, que foram internados em campos improvisados.

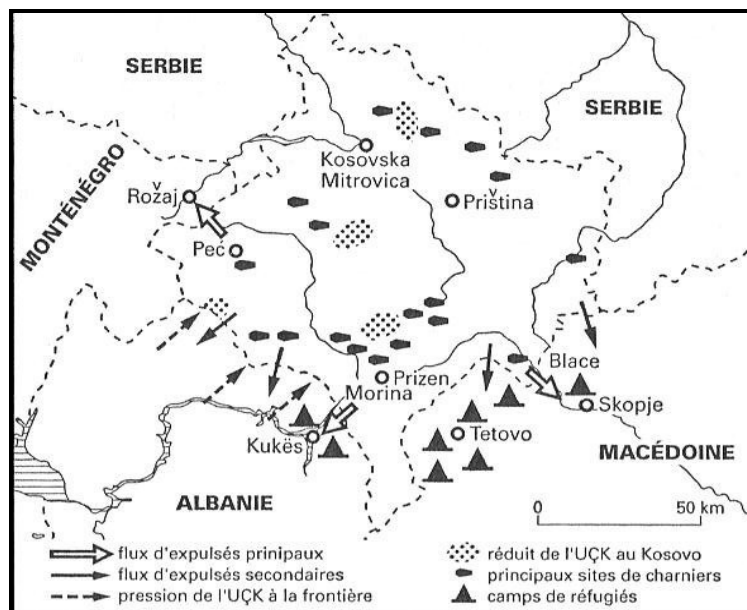


Figura 64 – A limpeza étnica na primavera de 1999, no Kosovo, e a implantação na Albânia e Macedónia dos campos de refugiados (Roux, 1999: 120)

Milosevic contou com o apoio russo, chinês, da opinião pública interna da Sérvia, face ao seu sentimento desta para com o Kosovo, bem como com a lassidão da opinião pública ocidental. Esperaria que após pressões internas ocidentais, a determinação atacante enfraqueceria e um qualquer acordo consigo seria estabelecido. Porém, o resultado dos bombardeamentos foi demasiado pesado, sobretudo para o seu Exército. Por outro lado, a opinião pública ocidental foi atingida pelas notícias dos OCS, que relatavam e mostravam os horrores que afirmavam terem sido cometidos pelas forças sérvias sobre os albaneses, e deu suporte ao poder político para a acção empreendida, contrariamente ao que o Presidente sérvio esperava. Também e talvez inesperadamente para este, a opinião pública sérvia, após o fervor patriótico inicial, começou a retirar-lhe o apoio e a hostilizá-lo. Quanto à diplomacia russa, ela não agiu como poderia ter feito e não afrontou directamente os poderes ocidentais.

Em consequência, no início de JUN99 Milosevic assinou finalmente um acordo, aceitando o essencial do que antes recusara em Rambouillet, tendo em 10JUN99 as tropas sérvias iniciado a retirada do Kosovo, concomitantemente com a entrada das tropas da OTAN nesse Teatro de Operações.

Não deve contudo ser esquecido que o Conselho de Segurança da ONU, desde 1995, aprovou diversas Resoluções tendo em vista pôr termo à instabilidade nos Balcãs e que, como sublinhou Fausto de (Quadros, 2008), pela Resolução nº 1244/1999 ficou expresso que o Kosovo, uma vez concluída a administração provisória pelas Nações Unidas, voltará a ser parte da Jugoslávia, embora dotado de substancial autonomia mas não de independência. Argumenta o mesmo autor que,

nesse contexto, a precedente designação Jugoslávia deve ser entendida como Sérvia, visto que entretanto esta foi considerada como sucessora daquela, pela ONU.

Para o Direito Internacional (DI) o respeito pela integridade territorial de um Estado constitui uma regra imperativa, com base na Carta da ONU e na Acta Final de Helsínquia. Contrariamente ao previsto para os povos colonizados, o DI não reconhece, às minorias de um qualquer Estado, o direito à autodeterminação e à independência, estando estas protegidas pelo art. 27º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da ONU, de 1966. Aqui é-lhes garantido o direito de usufruir da sua própria cultura, professar e praticar a sua própria religião e utilizar a sua própria língua, dentro do território do Estado Administrante, não lhes reconhecendo igualmente o direito à secessão.

O DI estabelece as balizas de actuação dos Estados, sobretudo dos pequenos Estados que, em termos de Força relativa, possuem-na em pequena escala, razão pela qual não se podem dar ao luxo de não esgrimir a Força do Direito Internacional, a sua única arma com peso no cenário político internacional. Por outro lado, no cenário político internacional o desrespeito dos normativos legais relevados, arrasta usualmente reflexos terríveis na estabilidade internacional. Assim, a estabilidade europeia será afectada, a começar nos reflexos da instabilidade na minoria sérvia do Kosovo, nas diversas nacionalidades da Espanha, Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Chipre, Bulgária, Hungria, Iraque e Turquia, entre outros. Porém, ao invés de balizarem a sua interacção no direito internacional, os Estados perfilham a política de meras conveniências ou interesses (*realpolitik*). Esta vai fazendo o seu caminho e 69 países já reconheceram a independência do Kosovo, entre os quais Portugal e mais 21 membros da UE, além dos EUA, não tendo sido essa a decisão de muitos outros Estados, nomeadamente a Rússia, China, Brasil, Espanha, Chipre, Grécia e Eslováquia.

Porque continua a considerar o Kosovo como uma das suas Províncias, a Sérvia apresentou as suas razões no Tribunal Internacional de Justiça⁹⁴ (TIJ), baseando-se no sistema jurídico internacional estabelecido para o Kosovo, pela Resolução 1244/99 do CS/ONU. Entretanto, idêntica possibilidade de exposição de razões foi dada pelo TIJ aos opositores dos sérvios, os kosovares-albaneses.

⁹⁴ - O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) foi criado na Haia (Holanda), com base no art. 92 da Carta da ONU, com a finalidade de julgar os diferendos entre Estados. Não deve ser confundido o TIJ com o Tribunal Penal Internacional (TPI), pois neste só são julgados indivíduos e não Estados.

Por se ter verificado que a jurisdição nacional ou era omissa ou fraca para agir, com base na Resolução XXVII / 1973 a ONU criou, em 1993 e com sede na Haia, um tribunal internacional temporário (TPI/Jugoslávia) para julgar crimes contra a humanidade, cometidos por indivíduos na ex-jugoslávia. No ano seguinte criou outro tribunal temporário na Tanzânia, com igual finalidade mas referente aos crimes cometidos no Ruanda. Em termos de defesa dos direitos humanos, o carácter temporário destes Tribunais não era satisfatório e, em Julho de 1998, os representantes de 120 países, reunidos numa Conferência em Roma, aprovaram o projecto de criação de um Tribunal Permanente para promover o direito internacional e, entre outros, julgar os indivíduos que cometessem crimes mais graves (genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão). De acordo com os Estatuto do TPI, só após este ter sido ratificado por 60 países, em 01JUL02 foi estabelecido o Tribunal Penal Internacional ou Corte Penal Internacional, igualmente na Haia, só podendo julgar crimes cometidos a partir dessa data e por maiores de 18 anos. Hoje esse Estatuto já foi ratificado por 108 países mas, devido ao facto de os EUA, a China e a Índia, entre outros, não o terem feito, retira-lhe alguma eficácia em termos de defesa dos direitos humanos.

Perante a realidade citada, a Assembleia-Geral das Nações Unidas solicitara um parecer não vinculativo ao TIJ das Nações Unidas, sediado na Haia, sobre a legalidade da declaração de independência do Kosovo. Surpreendentemente, em 22JUL10 o TIJ afirmou que aquela declaração não violara o direito internacional geral. Consequentemente, com base neste parecer que habilita juridicamente a Assembleia-Geral /ONU, aguarda-se a decisão final desta sobre o diferendo. Com base no citado parecer, desde já se pode antever um incremento de instabilidade em diversas regiões do mundo, mormente nos Balcãs, face à abertura que aquele arrastou para a questão da soberania nacional de alguns territórios.

3.3.3.8 O desmembramento da RSFJ e a postura subsequente de diferentes Estados

No início da década final do século passado, “os líderes europeus viram na desintegração da Jugoslávia uma oportunidade para a afirmação internacional e a conquista da autonomia geopolítica em relação aos EUA. Os resultados dessa experiência foram péssimos. O laboratório geopolítico europeu foi construído em cima dos cemitérios da Bósnia e de sérias divergências com a Administração Clinton. (...) No final da década, o belga Mark Iskens resumiu a situação dizendo que a Europa é um gigante económico, um anão político e, pior, um verme quando se trata de elaborar uma capacidade de defesa” (Monjardino, 2008: 39).

Por outro lado e segundo a opinião de diversos estudiosos da situação política jugoslava, na última década do séc. XX, em que o autor mais à frente citado se inclui, a sociedade internacional, sobretudo a CE⁹⁵, não poderia ficar indiferente ao conflito interno jugoslavo, devido principalmente às possíveis e perigosas implicações do mesmo, ainda que de imediato não se tenha apercebido da sua importância. Esta prende-se desde logo com a possibilidade de os combates alastrarem a alguns países vizinhos, assumindo uma dimensão regional alargada. A estes países não faltavam motivações, como a existência no interior das Repúblicas da Jugoslávia de minorias da sua

⁹⁵ -No final da II GG, como forma de esbater os nacionalismos e iniciar o caminho da integração europeia, foi definido o objectivo de controlar de forma centralizada as indústrias europeias do carvão e do aço, tendo para isso sido criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), pelo Tratado de Paris/1951 (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha Ocidental). Em 1957, esses países assinaram o Tratado de Roma, prorrogando a CECA e criando a Comunidade Económica Europeia (CEE), instituindo a união aduaneira e o EURATOM, este para a cooperação no domínio nuclear, no fundo uma união supranacional económica e política. Em 1967 foram fundidas essas três Instituições num conjunto designado Comunidades Europeias (CE), pelo Tratado de Bruxelas (08ABR65). Àqueles estados-membro foram-se juntando outros (em 1973 a Dinamarca, a Irlanda e o RU, em 1981 a Espanha e Portugal, em 1990 com a queda do muro de Berlim realizou-se a reunificação alemã).

As Instituições europeias continuaram a sua evolução e, actualmente, existe a designada União Europeia (UE), que foi criada pelo Tratado de Maastricht/07FEV92), entrando em vigor em 01NOV93, tendo no entanto só adquirido personalidade jurídica desde 01DEZ09, data do início da vigência do Tratado de Lisboa porque ratificado por todos os membros (o qual havia sido assinado em 13DEC07). Entretanto novos Estados aderiram (em 1995 a Áustria, Suécia e Finlândia, em 2004 Malta, Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria, em 01JAN07 a Roménia e a Bulgária e, em 2009, a Eslováquia). A UE é uma união supranacional económica e política a que o Tratado de Lisboa permitiu completar o processo de reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da União, iniciado com o Tratado de Amesterdão de 1997 e complementado pelo Tratado de Nice de 2001.

nacionalidade, cuja segurança e futuro constituíam motivo de preocupação, despertando-lhes velhos ou novos interesses e ambições de alargamento territorial. A situação interna de ausência ou fraqueza do Poder político constituído na Jugoslávia, porque pulverizado, poderia funcionar como catalisador, criando as condições tidas como favoráveis para a intervenção de um qualquer dos Estados vizinhos, com consequências imprevisíveis, e o nível de violência subiria assustadoramente

Igualmente, o surgir de um qualquer surto de violência, em larga escala e na Jugoslávia, levantaria a questão da validade das Organizações Internacionais já criadas, no que se refere à sua vontade de actuar na prevenção de crises. Isto era um assunto vital, não tanto para a Jugoslávia, onde as oportunidades de prevenção haviam já sido perdidas, mas porque essa situação fora vivida e estudada e, se os ensinamentos daí tirados não fossem depois aproveitados, seria trágico. Nada justificaria que ficassem somente como exemplo, de um modelo falhado, de mediação de conflito. Dessa crise deveriam ser extraídas as lições aprendidas e depois tomadas em devida consideração, garantindo o sucesso do caminho para a paz, em quaisquer outros locais onde pudessem vir a surgir crises. Isto seria sobretudo importante em qualquer ponto nos Balcãs e na Europa de Leste, em que os Estados aí situados viviam ainda em processo de adaptação político-social, face à recente alteração do modelo geopolítico em que se haviam inserido até há pouco.

Constituía também razão para a Europa dever dedicar atenção à crise jugoslava, o facto de, para resolver essa crise se ter enveredado pela guerra, o que enfatizava a necessidade de se possuírem Forças disponíveis para a mediação internacional. Em 1991, a Jugoslávia aceitou e rejeitou as iniciativas para a paz de diversas autoridades da sociedade internacional, o que nos conduziu a duvidar se existem mecanismos realmente efectivos para a gestão de conflitos⁹⁶.

Por outro lado, a secessão das Repúblicas da Jugoslávia foi acompanhada da procura do respectivo reconhecimento diplomático internacional, o que, face às disputas fronteiriças entre as mesmas, para alguns mas não todos os membros da sociedade internacional levantou a questão de tal reconhecimento fazer ou não sentido.

Tudo o referido conduz à vital *“questão de saber se o princípio da autodeterminação nacional poderá automaticamente conduzir ao levantamento do Estado-nação, ou saber se as aspirações nacionais podem ser satisfeitas de outras formas. Existe também o problema de como conciliar a procura da autodeterminação de cada pequena entidade com o princípio, consagrado na CSCE, da inviolabilidade das fronteiras*⁹⁷” (Zametica, 1992: 46/47).

⁹⁶ - Em NOV90, na cimeira de Paris da CSCE, fora criado o Centro de Prevenção de Conflitos, com sede em Viena, o qual foi decisivamente ultrapassado pela guerra na Jugoslávia, falhando o objectivo para que fora criado.

⁹⁷ - Na já referida CSCE, como forma de afastar o receio de diversos países europeus, de futuras reivindicações de novo traçado das fronteiras nacionais, ficou expresso na Acta de Helsínquia, entre outros, o princípio da inviolabilidade das fronteiras nacionais e o do respeito pela integridade territorial dos Estados signatários. Através do articulado desses princípios, foram reconhecidas as incorporações territoriais da URSS na Europa de Leste, depois da IIª GG, o que poderá ser tido como uma vitória diplomática dos soviéticos. Por outro lado, ao Ocidente foi de igual modo proporcionada a satisfação de um desejo, no que tange ao princípio do respeito pelos direitos humanos, a base que permitiu a instalação de uma ONG independente em Moscovo, destinada a vigiar o cumprimento dos Acordos de Helsínquia, dando ao mesmo tempo apoio informal aos grupos dissidentes internos na URSS. Amenizou também os receios polacos sobre futura reivindicação territorial alemã, cuja fronteira comum fora profundamente alterada no fim daquela guerra e à custa desta.

A instabilidade político-social constituiu a realidade posterior a 1989, nos países balcânicos, face à então recente alteração estratégica decorrente do fim da guerra-fria. Somando a essa situação o facto de a Jugoslávia se inserir numa região de sonhos nacionais não cumpridos, de divisões étnicas e religiosas, de separação de grupos étnicos por fronteiras, ainda que administrativas, e onde actuaram pela força imperialismos regionais diversos, era então acrescido o risco de intervenções na ordem interna, por parte de algum ou mais Estados vizinhos. Por isso, “ *alguns dos sete vizinhos da Jugoslávia olhavam a agonia desta com um prazer que não poderia ser escondido no discurso oficial de preocupação. Contudo, um factor mostrou ser decisivo, temporariamente pelo menos, modelando as atitudes dos vizinhos: nas circunstâncias da mudança do pós 1989, na Europa, a maior parte dos estados que bordejavam a Jugoslávia desejavam juntar-se à UE ou, no mínimo, ganhar suporte financeiro ou económico do Ocidente. Isto reduziu severamente o âmbito para qualquer intervenção que eles talvez tenham pensado*” (Zametica, 1992: 47).

Apesar da motivação referida, que refreou os desejos de intervenção directa na Jugoslávia por parte dos Estados vizinhos, pode afirmar-se terem existido acções nesse sentido, ainda que de forma não ostensiva. Mas, mais uma vez, a reorganização espacial balcânica estava em marcha no interior da RSFJ e, abertamente no exterior desta, logo que a ocasião fosse propícia.

A Hungria sempre olhou a Sérvia como o principal obstáculo à sua expansão territorial, não esquecendo a minoria de 340.000 húngaros na Voivodina, bem como de 30.000 seus compatriotas na Croácia. Não podendo concretamente afirmar-se ter sido para melhor se posicionar, perante o negro futuro que então se imaginava numa Jugoslávia dividida, em 1991 a Hungria esteve implicada na ilegal e em larga escala venda de armas à Croácia, enquanto as autoridades na capital Budapeste faziam declarações de que a Hungria desejava uma solução de paz para a crise jugoslava. Corroborava essa duplicidade a afirmação de que, “durante a crise jugoslava, a Hungria de forma consistente favoreceu e ajudou o esforço de secessão da Eslovénia e particularmente da Croácia” (Zametica, 1992: 50). Também em JUL91, num momento particularmente delicado na crise jugoslava, o PM Antall argumentou que os Tratados Internacionais definiram a fronteira Sul da Hungria com a Jugoslávia, mais do que com a Sérvia, e especificamente designou a Voivodina nesta ligação. Tal argumentação, aduzida naquele momento, provocou instabilidade porque implicitamente se ligava ao desejo de alteração de fronteiras.

Quanto ao relacionamento da Roménia com a Sérvia, com insignificantes minorias uma da outra em ambos os lados da fronteira, mantiveram-se naturalmente aliadas, tendo a primeira tomado uma atitude neutral durante a crise jugoslava, além de se ter recusado a levantar sanções económicas contra a segunda. Ambas mantinham alguma dificuldade de relacionamento com a Bulgária, bem como com a Hungria devido a ambos incluírem nos seus territórios largas minorias desta. Mais tarde, a Roménia com uma desesperada situação económica e porque desejava ardentemente ser parte da OTAN e da CE, seguiu o exemplo desta e reconheceu a independência da Eslovénia e da Croácia.

A Bulgária é o único povo eslavo do Sul que nunca se incluiu na Jugoslávia (o país dos jugoslavos do Sul), devido certamente ao agitado relacionamento com os sérvios. Nos tempos

modernos a rivalidade de ambos centra-se na Macedónia, já perdida pelos búlgaros em quatro ocasiões⁹⁸, mas continua a ser parte do sonho da Grande Bulgária. Ainda que os OCS búlgaros, durante a crise jugoslava, tenham feito uma enorme campanha anti-Sérvia e anti-JNA, incluindo a defesa e reivindicação de alguns distritos onde existe uma sua pequena minoria no Leste da Sérvia, devido ao desejo oficial de aprofundamento de relações com os EUA, OTAN e CE, o governo búlgaro afirmou não ter reivindicações territoriais em relação à Jugoslávia e que, estando empenhado na paz, não interviria nos assuntos internos desta. Porém, a Bulgária nunca será parte desinteressada na desintegração da Jugoslávia pois, apesar das declarações oficiais acima sublinhadas, continua a afirmar “constituir a Macedónia parte do espaço cultural búlgaro” (Zametica, 1992, 53).

A Grécia tem tradicionalmente uma política pró-sérvia, devido à solidariedade gerada pela sua opinião pública ortodoxa mas, porque membro das CE e da OTAN, comportou-se perante a crise jugoslava conforme tal. Mas, porque a Jugoslávia se interpunha entre o seu território e a União Europeia, tendo de transitar pelas estradas da mesma e para esta cerca de 40% das suas exportações, além de outras interferências negativas que a situação de instabilidade vivida em qualquer dos países vizinhos sempre nela provocaria, tinha muito interesse na estabilidade regional. Porém, em SET91 quando os macedónios por referendo escolheram a soberania e a independência da Macedónia, a Grécia apercebeu-se de que, face à posse de muito limitados recursos nesse novo Estado, resultaria um Estado fraco; devido a essa fraqueza, poderia enveredar por reivindicações territoriais de parte do território grego, invocando razões étnicas e históricas, o que constituiria um risco para si própria. Naturalmente que a Macedónia, porque fraca, não colocaria a Grécia em risco, mesmo vivendo no Norte desta uma minoria eslava que, nas declarações oficiais gregas se sente pertença do país, mas na visão grega a longo prazo, se por qualquer futura decisão aquela se viesse a juntar ou aliar à Bulgária e com a Turquia na retaguarda, a situação estratégica poderia ser diferente. De facto e em privado, os líderes de todos os partidos políticos macedónios vão declarando que a longo prazo esperam atingir o ideal da unificação. Nesse sentido, em JUN91 o líder do partido IMRO da Macedónia, Ljupce Georgievski, declarou que *“alguns 250.000 Macedónios vivem na Grécia e 51 % do território da Macedónia encontra-se lá... Uma Macedónia unida tem sido há muito o sonho dos Macedónios. Isso constituiu o objectivo da nossa luta na II GG. Nós queremos alcançar esta unidade de forma pacífica, através do processo de unificação da Europa, onde as fronteiras se tornam insignificantes”* (Zametica, 1992: 55). Por outro lado, a Bulgária com tais declarações despertou para o problema que se lhe poderia colocar também, até porque parte do seu território pertencera à Macedónia de Alexandre, o grande, resultando numa aproximação política com a Grécia, com quem viria a estabelecer um acordo de cooperação militar em NOV91. Entretanto, os dois PM grego e búlgaro, já em FEV91 haviam declarado não existirem nos seus países minorias étnicas. Porém, as duas visões sobre a Macedónia não eram coincidentes e, em SET91, a Bulgária

⁹⁸ - A primeira ocasião foi em 1878, quando a Macedónia foi atribuída à Bulgária pelo Tratado de S. Stefano, o qual seria rejeitado depois no Congresso de Berlim; a segunda em 1913, quando a Macedónia foi perdida para a Sérvia e Grécia na II guerra balcânica; a terceira vez em 1915/8, quando a Bulgária lutou aliada com os vencidos e, finalmente, na II GG quando, de novo, a Bulgária lutou (1941/45) ao lado dos vencidos desta guerra. Tito ainda alimentou a esperança de formar uma grande Federação Balcânica, a qual incluiria todos os eslavos do Sul, mas o divórcio soviético-jugoslavo, em 1948, frustrou tais planos.

retirou-se de uma Cimeira (Grécia, Bulgária, Sérvia e Roménia) promovida por Atenas, declarando não poder participar na mesma por incluir Milosevic. A imprensa helénica interpretou tal como a influência sobre a Bulgária dos interesses de novos e mais poderosos aliados na CE (Alemanha e Itália). Assim, a Grécia ficou isolada e rodeada de bárbaros por todo o lado, turcos, eslavos e albaneses. Só os sérvios eram bárbaros bons, até porque já haviam lutado com os gregos nas duas GB e na II GG. Ambos enfrentavam agora uma potencial ameaça, a Albânia. Os OCS sérvios e gregos levantaram então na opinião pública o espectro do apoio turco a vários grupos étnicos balcânicos e em direcção ao Islão. Nesse contexto, os sérvios falavam em fundamentalismo islâmico e os gregos em neo-otomanismo. *“Isto era a grande teoria da conspiração, mas ela continha alguns elementos plausíveis. Nos Balcãs existiu realmente um ininterrupto arco islâmico estendido desde a Bósnia Ocidental através do Sandzac, do NE do Montenegro, Kosovo, Albânia, Macedónia, Norte da Grécia e Sul da Bulgária, até à Turquia na Europa e Chipre; diversos ainda que não todos os grupos muçulmanos nesta região apareceram imbuídos da paixão islâmica; e os turcos foram aqui realmente activos vendo como podiam desempenhar um papel activo nos Balcãs, mas encontrando aceitação somente nos seus correligionários”* (Zametica, 1992: 56).

Assim, não admirou ninguém que, em 1991, a Grécia tenha dado forte apoio diplomático à Sérvia e que, em 1992, a Bulgária e a Turquia tenham sido os primeiros estados a reconhecer a Macedónia e a BiH, levando a Grécia a estreitar a proximidade à Sérvia e, devido a isso, a afastar-se um pouco dos seus parceiros das CE.

A Grécia principalmente porque se sentia geograficamente isolada na região, aliás como a Sérvia se sentia, insistiu em não aceitar o nome para a República da Macedónia, a qual, se independente e dependendo das suas opções políticas, poderia constituir mais um obstáculo no caminho terrestre para os seus aliados naturais.

Entre todos os Estados vizinhos da Jugoslávia, a Albânia era aquele a quem mais interessava o desmembramento daquela e que, sem dúvida, tinha como inimigo principal a Sérvia, já que esta em 1912 havia conquistado parte do seu território aos otomanos. Isto apesar de só no ano seguinte a Albânia ter sido erigida como Estado independente, com a finalidade de barrar aos sérvios o acesso ao Adriático, uma medida tida como de equilíbrio nos Balcãs.

Depois, graças à ajuda que Tito lhe prestara, a Albânia comportou-se como um satélite da Jugoslávia até que, em 1948, devido à divergência ideológica de Tito com Estaline e porque o Presidente albanês Enver Hoxa se manteve fiel à orientação deste, passaram a movimentar-se em campos opostos. Apesar das divergentes posturas ideológicas, persistiu sempre uma crescente e ultimamente efectiva liberdade de acção de Tirana no Kosovo, graças ao que se poderá chamar elasticidade do regime de Tito, tido pelos sérvios como bastante anti-sérvio, mas de que resultou uma forte influência nacionalista sobre os kosovares-albaneses. Por tal, a partir de 1980, essa influência constituía o maior obstáculo no relacionamento entre a Albânia e a Jugoslávia.

Com a subida de Milosevic ao poder na Sérvia e perante as alterações político-constitucionais pelo seu regime político introduzidas, a Albânia viu-se a confrontar directamente os interesses da Sérvia.

Com o esboroamento da URSS, a Albânia entrou numa fase de instabilidade, com a economia em colapso, enorme desemprego, diversas tentativas de êxodo em massa para o exterior, até que o regime político comunista foi reformado e mais tarde substituído, resultando maior abertura política e vindo mesmo a ser admitido na OSCE. Porém, não pode ser afirmado que houve uma estreita ligação entre o poder político de Tirana e os líderes dos kosovares-albaneses.

Mas, em OUT91 a Assembleia do Povo votou e a Albânia foi o primeiro Estado a reconhecer como soberana e independente a República do Kosovo. Depois, “ *num meeting com Ibrahim Rugova, o presidente da Aliança Democrática do Kosovo, o embaixador em Belgrado mencionou que metade da nação albanesa vivia na Jugoslávia.*

Os dois homens concordaram que era necessário aos dois estados albaneses uma ajuda mútua (...) A lógica fundamental de qualquer actividade albanesa tendo em vista a desintegração da Jugoslávia, seja qual for a motivação interna, aponta claramente para a unificação com o Kosovo, mas também para largas extensões da Macedónia, e talvez para partes do SE do Montenegro – todos territórios com população predominantemente ou esmagadoramente de etnia albanesa. O MNE albanês foi mais ou menos aberto em relação a essa questão: Nós não queremos alterar quaisquer fronteiras, muito menos pelo uso da força. Se as coisas se desenvolverem de forma natural, que é o mesmo que dizer quando as fronteiras deixarem de ser ruas fechadas e se tornem mais em meios de comunicação humana, então a homogeneização natural da nação albanesa terá tido lugar” (Zametica, 1992: 57).

Já com as hostilidades encerradas na Eslovénia, em 1992, o governo albanês acusou os sérvios de procurarem pretextos no Kosovo para uma escalada no genocídio dos albaneses. Porém nessa mesma época, na embaixada jugoslava em Tirana, os pedidos de visto para a entrada e permanência junto dos familiares residentes no Kosovo eram imensos, até porque o nível de vida aqui era bastante melhor do que na Albânia. Posteriormente, já depois de a ONU ter declarado que se o futuro do Kosovo for a independência, a anexação por outro Estado será impossível, foi feita uma sondagem pelo Programa para o Desenvolvimento da ONU (UNDP), publicado em MAR07, e só 2,5 % dos kosovares-albaneses se manifestaram adeptos de que a unificação com a Albânia seria a melhor solução, enquanto 96 % escolheram um Kosovo independente e com as actuais fronteiras, o que é manifestamente significativo.

A Itália, enquanto membro das CE, defendia genericamente a política desta para a Jugoslávia, a qual se resumia à defesa da inviolabilidade das fronteiras e que quaisquer alterações a serem implementadas pacificamente, só seriam realizáveis após acordo entre os próprios jugoslavos.

“Roma soube manter laços de amizade com a Jugoslávia, a Albânia, a Bulgária e a Roménia durante os anos do socialismo e é um farol político, económico e cultural para estes países. Mas esta imagem resulta também de uma discreta ofensiva diplomática, económica e cultural da península transalpina, que recupera uma visão da região balcânica anterior ao tratado de Versalhes, responsável pela nova divisão europeia após a I Guerra. A estratégia italiana para reconquistar as províncias adriáticas advoga a instituição de um Commonwealth balcânico que evite a explosão de um dos mais antigos barris de pólvora da Europa. O Executivo Federal de Belgrado é visto ainda em Roma como um parceiro digno de confiança. E os Italianos incluíram também a Jugoslávia na

Pentagonale celebrada com a Áustria, a Checoslováquia e a Hungria. A ideia corresponde a reconstruir o eixo da Mitteleuropa desfeito pelo Tratado de Versalhes, através da implantação de uma grande rede rodoviária e ferroviária através dos Balcãs, desde a Itália até à Hungria, e ambiciona conter o ímpeto do colosso alemão nesta área. A associação do Médio-baixo Adriático reúne, desde a primavera de 1990, as regiões litorais italianas (...) com a Eslovénia, a Croácia, O Montenegro e a Bósnia. Mas os financiamentos e as ajudas técnicas oficiais continuam a ser concedidos ao poder federal de Belgrado” (Pereira, 1995: 189).

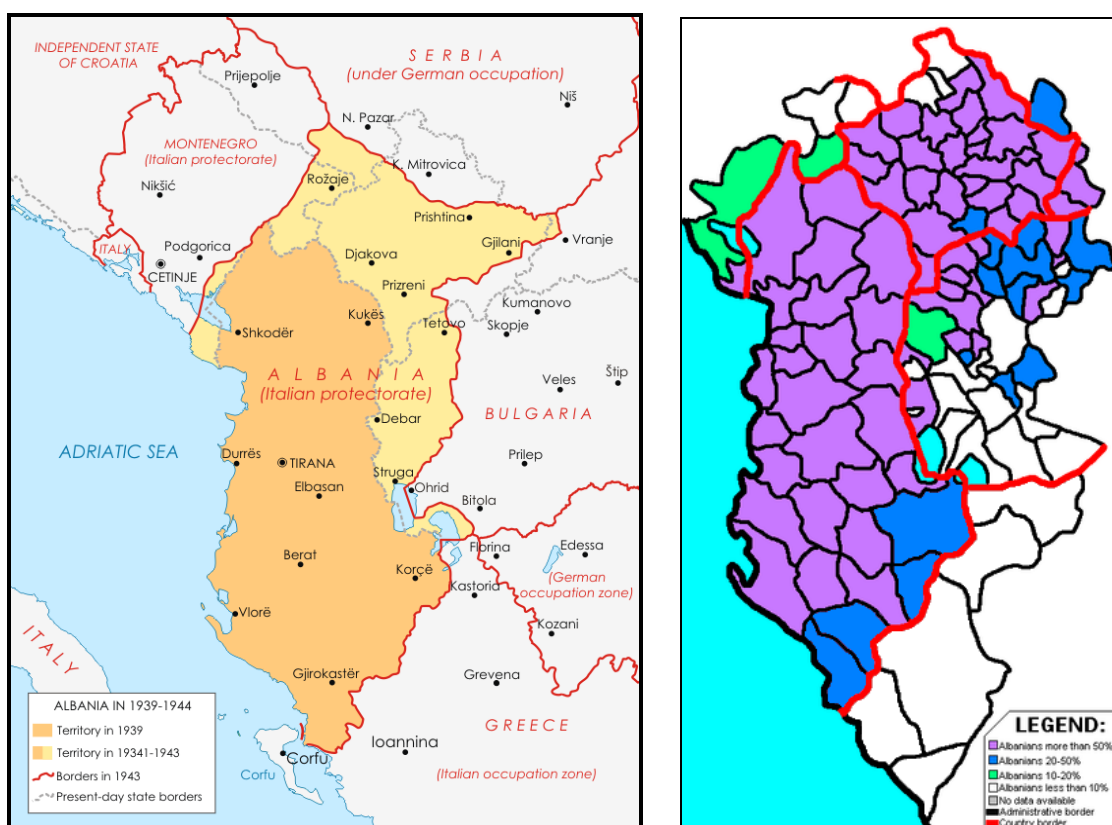


Figura 65 – A dinâmica da fronteira da soberania da Albânia e a presença de albaneses na região
(http://en.wikipedia.org/wiki/Greater_Albania)

Contudo, depois e de acordo com os restantes membros comunitários, em JAN92 reconheceu diplomaticamente os governos da Eslovénia e Croácia, os mesmos que na fase de formação da Jugoslávia haviam aumentado os seus territórios à custa do território italiano e haviam expulso da Ístria e Dalmácia, depois da guerra, a maioria dos italianos que nelas viviam. Oficialmente a Itália sempre respeitou os normativos legais que havia estabelecido com a Jugoslávia, delimitando as novas fronteiras mas, em MAI91, um Partido italiano levantou a questão de que os acordos de estabilização do traçado das novas fronteiras deixaram de ser válidos, face ao desaparecimento da Jugoslávia, a qual havia sido a contraparte, o que motivou receios por parte das autoridades dos dois novos Estados, hoje ultrapassados.

Relativamente à Áustria, ainda que um país neutral, tomou partido na crise jugoslava, revelando abertura e empenho no apoio à saída da Eslovénia e Croácia da RFSJ. Aqui estiveram presentes a história, a cultura e a religião comuns, logo o profundo conhecimento e ligação que

possui com estas duas Repúblicas. Era assim porque longamente haviam pertencido ao seu Império, tendo-se apercebido, desde muito cedo, que a vontade dos mesmos não passava mais pela vivência em comum e que a independência política era esmagadoramente desejada por esses povos. Por outro lado, não terá deixado de recordar o enorme esforço dispendido pela Sérvia para destruir esse seu Império, o que não facilitava a aproximação com os desejos de unidade desta. Assim, durante 1990 / 91 os OCS austríacos veementemente agitaram a opinião pública contra as posições sérvias, usando expressões como *“comunismo panzer e sérvios primitivos (...) Mas o fim da Guerra-fria e a reemergência do conceito de Mitteleuropa, teve um impacto significativo na Áustria: a sua neutralidade tornou-se datada e na oportunidade emergiu para jogar um papel regional (...) Houve mesmo conversações, dentro e fora da Áustria, sobre a restauração do Império Austro-húngaro. Como previsível, isso provocou hostilidade na imprensa sérvia e italiana. (...) Os pedidos parlamentares na Áustria para tornarem a Eslovénia a sua décima província representaram a mais extrema expressão desse pensamento”* (Zametica, 1992: 49).

Na Alemanha e como já referido, *“as fidelidades tradicionais da geopolítica alemã não deixaram igualmente de vir à superfície durante a tragédia balcânica dos anos noventa. Sem qualquer consulta aos seus aliados da NATO e parceiros da União Europeia, a Alemanha reconheceu imediatamente a secessão da República Federal da Jugoslávia da Eslovénia – que tivera a sua parte Norte anexada ao Reich durante a II GG – e da Croácia, tendo mesmo apoiado militarmente, embora de forma discreta, esta última, seu antigo aliado nos Balcãs durante a II GG e que se declarou independente e aliada do Eixo quando, em 1941, forças alemãs esmagaram a Jugoslávia. Igualmente durante a crise no Kosovo, a Alemanha tomou uma posição marcadamente anti-sérvia, retomando a sua oposição a um inimigo tradicional (...). As forças profundas permanecem, atestando uma enorme continuidade na política, que apenas os espíritos ingénuos, ou mal informados, se recusam a ver. Com efeito, os Estados Unidos da Europa propostos por Stresemann em 1918 parecem hoje estar no domínio do possível, na sequência lógica da Zolverein Bismarkiana de 1957 a que se chamou Comunidade Económica Europeia. Mesmo o velho sonho da Mitteleuropa vai paulatinamente, e por força da economia, tomando corpo. A Kleindedeutschland, mercê da concessão da nacionalidade alemã a dezenas de milhar de Polacos e Checos de ascendência alemã desde 1991 e também através dos chamados Agrupamentos Europeus de Cooperação Fronteiriça (que já permitiu a consolidação administrativa de regiões etnicamente homogéneas como a «grande Estrasburgo») vai encorpando, embora seja cedo para perceber se alguma vez se poderá tornar numa Grossdeutschland. Mas os sinais estão lá: catapultada para uma hegemonia europeia, a Alemanha volta a ter consciência da sua nacionalidade e a discutir temas tabus. Os alemães voltam a assumir publicamente o orgulho de ser alemão e assumir um mal disfarçado sentimento de superioridade perante os seus imigrantes (a chanceler Merkel declarou em 2010 a falência da assimilação multicultural) e perante os seus parceiros do Sul – olhados como mal comportados e anárquicos – e a quem os alemães, que enriqueceram em larga escala com a moeda única europeia, recusam a solidariedade”* (Nogueira, 2011: 343/4/5). Nesse sentido e da forma habitualmente esclarecida, Eduardo Lourenço em entrevista concedida a Luís (Osório, 2011) interrogava-se e respondendo à questão de quem poderia supor que a Alemanha voltaria a ser a maior potência económica, política e

cultural? Parecia que tinha saído da história, mas esta tem muita imaginação. Mas desenganam-se os que acreditam em grandes mudanças - os povos culturalmente são resistentes, debaixo dessas metamorfoses há uma constante procura dos seus modelos mais arcaicos.

Como corolário do poder e dos interesses alemães na região balcânica, estes tiveram um papel central no que se prende com as decisões e a acção da Europa comunitária. Assim, tendo ainda em vista a crise jugoslava, no processo político conduzido pela CE foi relevante a falta de consistência e unanimidade e, mais relevante ainda, foi a ideia de parcialidade que essas falhas transmitiram, sobretudo aos sérvios. Antes de a guerra ser desencadeada na Eslovénia, a política alemã, face à crise em apreço, estava sintonizada com os restantes membros comunitários. Todos defendiam que só uma solução pacífica, acordada no interior da Jugoslávia unida, seria aceitável, fosse qual fosse o futuro decidido. Após o início da guerra na Eslovénia, a Alemanha inesperadamente alterou a sua postura. Em “28JUN91 o chanceler Helmut Kohl declarou que era inaceitável que, neste dia e na Europa, pessoas estivessem a ser baleadas ou que de repente o direito à autodeterminação já não fosse tido em consideração (...) Em 5 de Julho, (o seu MNE) Gencher, somente com o apoio dos dinamarqueses, lamentou que a CE não tivesse ainda ameaçado com o reconhecimento diplomático da Eslovénia e Croácia, se o JNA de novo procedesse erradamente” (Zametica, 1992: 64). Claramente essa declaração esquecia que na Carta da ONU está definido o respeito pelo princípio de direitos iguais e autodeterminação dos povos, estabelecido com a finalidade de desenvolver relações amigáveis entre as nações. Assim, os secessionistas jugoslavos invocavam o seu direito à autodeterminação, para justificarem a declaração da independência, mas o mesmo direito tinham aqueles que não queriam constituir parte dessa independência, como era o caso dos sérvios da Croácia e da BiH. Em regiões com povos etnicamente misturados, não é adequado o uso do critério justificativo da autodeterminação generalizada, como ressalta de imediato, sob pena de ser ferida a imparcialidade e deixar uma herança de fronteiras em disputa, minorias insatisfeitas e instabilidade persistente a curto, médio e longo prazo. Por outro lado, é prática nas relações internacionais e no que se prende com o reconhecimento diplomático de um novo país, avaliar a situação de facto existente. O critério consagrado exige que a nova Entidade “deva ter e parecer continuar a ter claramente definido um território com uma população, um governo habilitado a exercer controlo efectivo desse território e ser independente nas relações externas” (Zametica, 1992: 689). A situação de facto existente era diversa pois, na época em que foram reconhecidas a Eslovénia e a Croácia, cerca de um terço desta estava controlada pelos sérvios, os quais estavam determinados a oporem-se à incorporação desse território numa Croácia independente.

As pressões sobre os aliados continuaram a ser realizadas para que essa ameaça fosse efectivada, não havendo evidências de que a Alemanha não fosse sincera, ao pretender dessa forma acabar com o tiroteio. Porém, os seus aliados da CE pensavam que se cumprissem o desejo alemão, o resultado seria de sentido oposto ao esperado. É admissível que devido à experiência então recente da reunificação, a importância que os alemães atribuíam à autodeterminação lhes fosse muito cara, apesar de ser difícil conciliar o seu apoio a Gorbatchov com a “desatenção” tida e o apoio que deveriam ter dado à autodeterminação dos países bálticos. Nessa equação deverá igualmente ser relevado o facto de governo alemão estar então a sofrer pressões do seu próprio parlamento,

bem como dos OCS. Estes dois estavam em sintonia com o lóbi católico alemão, nada fazendo para o contrariar e cavalgando mesmo a onda de revolta contra os sérvios comunistas e de simpatia para com as Repúblicas democráticas, próximas de si devido à tradição, cultura e destino, como o autor precedentemente citado refere de seguida.

A impaciência alemã com as cautelas e a inacção dos seus parceiros manifestou-se de novo, levando-a a romper com estes e avançando só para o reconhecimento unilateral, quebrando a unidade, quando eles postergaram de Dezembro para 15JAN92 o reconhecimento.

A Alemanha, ao deliberadamente esquecer dever coordenar esforços com os restantes membros da CE, assumiu uma nova postura política perante o conflito, bem como com o seu precoce reconhecimento da independência da Eslovénia e da Croácia, ao arrepio do anterior consenso para a acção da CE, provocou a abertura de uma brecha com a França, UK e Espanha. Para estes Estados, devido aos seus problemas internos, a decisão e as conseqüentes acções a tomar eram muito melindrosas, pelo que necessitavam de um consenso na CE, a que a Alemanha não atendeu. Por outro lado, induziu no pensamento das diversas Entidades jugoslavas que a CE não era neutra face ao conflito, sobretudo para com os sérvios, com as conseqüentes e negativas limitações à sua acção no conflito.

É útil não ser esquecido que então, *“de um ponto de vista estratégico, os separatistas do Kosovo (UCK) beneficiam de vários apoios: o da Albânia que abriga campos de treino, principalmente no maciço de Mirdita, ao Norte; bases de retaguarda estão também implantadas na Macedónia ocidental; o dos Serviços de Informações alemães - a B.N.D. – depois de 1986, a partir dos seus escritórios em Tirana e Roma e, através do Comando das Forças Especiais (Kommandos Spezialekräfte), treinando os Comandos kosovares e fornecendo-lhes armas e material de transmissões – a partir dos depósitos da ex-RDA (...) Do ponto de vista económico o separatismo é financiado pelos subsídios das máfias kosovares (...) A partir de 1998, o UCK anunciou que levará o combate à Macedónia e que, a partir de então, combateria oficialmente para a criação da Grande-Albânia, agrupando o Kosovo, o terço meridional do Montenegro e a metade ocidental da Macedónia. Um ano depois, o UCK conseguiu internacionalizar o conflito e provocar o isolamento internacional de Belgrado: foi a guerra iniciada em ABR99 pela OTAN”* (Chauprade, 2007: 851).

Em DEZ91 a CE deu passos no sentido do reconhecimento da Eslovénia e da Croácia, visto que, então, os seus membros realizaram ser esse facto inevitável. Seguramente que a maioria teria preferido que o reconhecimento deveria seguir e não preceder uma declaração política conjunta. Porém, a maioria seguiu a liderança alemã, não só por se tratar desse país e da necessidade de preservar a unidade da política externa da CE, mas também porque a guerra na Jugoslávia continuava e os OCS ocidentais realizaram então uma vigorosa campanha, mostrando o que parecia ser um contra-senso, o cerco e bombardeamento pelo JNA de Dubrovnic, património da humanidade. Se a Alemanha não tivesse então sido seguida pelos seus parceiros da CE, a difícil unidade comunitária que ainda e sempre estará em construção, talvez jamais fosse possível de atingir.

A OSCE, um sistema pan-europeu de segurança com origem na CSCE em 1975, apesar de ter um Centro de Prevenção de Conflitos em Viena, para além de apelos dos seus dirigentes no sentido de ser estabelecido um cessar-fogo na Jugoslávia, muito pouco poderia ter feito, face à

fraqueza dos seus instrumentos. Por isso, endossou à CE a responsabilidade de enviar para a Jugoslávia uma missão de monitorização. Depois, retrocedeu para segundo-plano, face à hiperactividade que entretanto a UE demonstrou em relação à Jugoslávia. Porém não deve ser esquecido que a UE, bem como as suas antecessoras, não é uma organização de segurança e por isso não possuía um instrumento militar e nem experiência para gerir situações de guerra civil. Por outro lado, na época mais aguda da crise jugoslava, a CE encontrava-se em profundo debate interno sobre o seu futuro político. Visando a definição deste, constituía então um dos pontos mais discutidos, a sua identidade de defesa comum, bem como a política externa comum. Devido a essa situação, não se encontrava nas melhores condições para desempenhar um papel mais eficiente na crise em apreço. No entanto, procurou gerir o conflito, propondo diversas vezes o estabelecimento do cessar-fogo e levou a efeito a Conferência de Paz para a Jugoslávia na Holanda – Haia, além de enviar uma missão de monitorização e outras iniciativas diplomáticas. Debateu-se sempre com o dilema de como encorajar as nascentes democracias sem encorajar o separatismo. Por tudo o referido, “no fim de JUN91, quando a guerra em larga escala estava na realidade em progresso, a CE ainda não tinha nenhum plano de acção” (Zametica, 92: 60). Pode-se porém afirmar que a CE falhou na prevenção do conflito, porque se atrasou na tomada de medidas, mas obteve sucesso na gestão da crise. Na génese de tal pode ser encontrado o facto de que *“em Pequim, Nova Deli, Moscovo e nos gabinetes entre a Casa Branca e o Capitólio em Washington, o número de interessados nos assuntos europeus não é muito grande (...) As novas administrações em Washington tendem a prestar pouca atenção aos países europeus e à União Europeia”* (Monjardino, 2008: 39). Certamente por isso, os EUA, até muito tarde, deixaram que a CE liderasse o processo em curso, tendo ainda em mente o recente fiasco que fora a sua intervenção no Líbano, além de há pouco ter terminado a sua intervenção no Iraque. Acresce ao referido sobre os EUA que, para não incrementar os problemas internos russos, a OTAN sensatamente agiu com a maior discrição na crise.

A Rússia debatia-se então com imensos problemas no seu seio, derivados da profunda alteração de orientação política e de geometria⁹⁹ que sofrera, as quais diminuíram o seu estatuto no cenário político internacional, não podendo empenhar-se decisivamente contra o Ocidente.

Como resultado final da guerra civil que assolou a RSFJ, verificou-se uma *“redefinição do peso geopolítico dos actores balcânicos. A sucessão de conflitos depois da independência da Eslovénia tem uma direcção bem pronunciada: o enfraquecimento progressivo da Sérvia. Belgrado, que era o centro coordenador de vastos recursos marítimos e mineiros com mais de vinte milhões de pessoas, tornou-se um estado encravado, com metade da sua população, e sem acesso ao mar excepto no Montenegro (até ao desmembramento da RFJ, em 2003). A luta pela Krajina e a derrota perante a Croácia conduziu a esta pesada sentença. A guerra pelo Kosovo teve como resultado a*

⁹⁹ - Por alteração da geometria da URSS, entende-se as independências dos Estados Bálticos em SET91, da Ucrânia em 01DEZ91, de sete outras Repúblicas entre OUT e DEZ91 e a dissolução da própria URSS, de forma arrastada no tempo - de 19AGO91 a 31DEZ91 -, acrescendo ainda a criação da Confederação chamada Comunidade de Estados Independentes (CEI). Esta, com excepção dos Estados Bálticos e do Turquemenistão, desde 26AGO05 engloba as restantes 11 das 15 Repúblicas da URSS. Em 17AGO09 e de forma oficial, a Geórgia anunciou deixar de pertencer à CEI.

perda do acesso fácil ao Sul. A Sérvia, em pouco tempo passou de um país com uma certa preponderância na região a um Estado com poucas hipóteses, como facilmente se pode constatar no quadro seguinte” (Bessa, 2001: 25/26). O autor desenvolve de seguida uma leitura dos dados do quadro referido (Fig. 67), os quais detalham parte de outros já apresentados (Fig. 52), sublinhando que a maior massa crítica, do ambiente geopolítico em apreço, se situa na periferia da península. Ao Norte, essa relativamente maior massa crítica situa-se na Roménia e, ao Sul, na Grécia, contrariamente à anterior situação em que a RSFJ constituía o maior poder espacial e económico. Não deixa contudo de referir os obstáculos existentes na Roménia para se tornar no Poder regional, sublinhando o desastre total que é o seu comportamento económico, bem como a dificuldade que nesta vem constituindo a recuperação da má gestão macroeconómica da família Ceausescu. Quanto à Grécia, releva que na época vinha sendo a potência económica regional e hoje confrontar-se com uma situação económico-financeira desesperada, mas quase sempre de costas voltadas para os problemas ao Norte, face à primazia que atribuía à sua rivalidade com os Turcos.

Assim, concluiu o mesmo autor, foi obrigatório desmembrar um grande Estado eslavo, contendo no seu seio imensas contradições e particularidades, mas que poderia ter-se tornado a grande potência regional, servindo de porta de entrada ao poder russo e não sujeito, de qualquer modo, aos poderes europeus ou ao poder americano. Complementarmente, tratou-se de criar um grande número de pequenos Estados frágeis, ferozmente nacionalistas, sem massa crítica e, portanto, manipuláveis pelos poderes de massa crítica muito superiores.

États 1999	Surface Km2	Pop. millions	PIB(\$USA) millions	PNB(\$USA) p.capital	Import. million \$	Export. million \$	IDH . PNUD
Yugos-3	102 173	10,5	15 910	1 510	7 667	5 030	s.d
Bulgarie	110 912	8,4	12 366	1 330	5 583	6 069	0,789
Albanie	28 748	3,5	2 192	670	835	304	0,656
Croacie	56 538	4,5	18 081	3 250	7 259	9 557	0,759
Bos.Hérz	51 130	3,8	167	1 500	912	52	s.d
Slovénie	20 251	1,9	18 549	8 200	10 552	10 340	0,887
Macedoine	25 713	2,2	1 195	860	1 420	1244	0,749
Roumanie	237 500	22,7	35 533	1 400	9 424	7 548	0,767
Grèce	131 957	10,5	90 550	8 210	30 900	20 280	0,924
Hongrie	93 030	10,2	43 712	4 120	16 245	15 276	0,856
Turquie	774 815	62,8	164 788	2 780	35 710	21 600	0,782
Yogos-2 1988	255 805	22,4	54 100	2 300			s.d.

Figura 66 – Tabela numérica comparada, tradutora do ambiente geopolítico balcânico
(Bessa, 2001: 26)

3.3.3.9 Síntese referente à Jugoslávia, na Idade Contemporânea (séc. XIX e XX d.C.)

Após completamente percorrido o roteiro proposto, impõe-se focar a atenção nos principais eventos já anteriormente sublinhados e referentes à idade contemporânea. Desde logo, crê-se ser possível afirmar que sérvios, croatas e eslovenos, apesar de perseguirem objectivos estratégicos não totalmente coincidentes, abraçaram em 1918 o projecto do RSCE, partilhando a esperança de um

futuro melhor. Porém e com o passar do tempo, o figurino político-constitucional do reino, porque altamente centralizador e contrário à vontade da maioria da população, alargou as fracturas há muito tempo existentes. As fracturas eram o resultado da longa interacção de quatro conjuntos humanos, bem separados por três razões, duas linguísticas e uma cultural-religiosa.

Mais tarde, durante a II GG, o regime de Pavelic alargou as citadas fracturas ainda mais, mas as mesmas viriam depois a ser em parte cerzidas, durante a vida e o regime político de Tito.

Contudo, na RSFJ a manutenção da união foi conseguida à custa de uma intermitente repressão, a qual, por outro lado, não só não permitiu a consolidação da convergência para a unidade daqueles povos, como criou condições para, posteriormente, serem alargadas algumas daquelas fracturas.

Apesar de tudo o referido e até à II GG, durante cerca de 14 séculos essas fracturas, só por si, nunca haviam conduzido à guerra directa entre os eslavos do Sul.

Porém, com a outorga na RSFJ da Constituição de 1974, redigida por Kardelj, foi transferida parte significativa do poder político para as Repúblicas e Províncias Autónomas, o que concomitantemente permitiu a mudança radical das lealdades políticas, de onde resultou a guerra civil e a pulverização da República Federal. Esta terrível realidade só começou a ser efectiva após 1980, face à ausência, a título definitivo, do único e indiscutível detentor do poder de arbitragem dos diferendos graves, a fatal alteração que a morte de Tito introduziu no sistema.

Assim, nas velhas fracturas culturais, que a geografia e a história foram incorporando no espaço dos eslavos do Sul, ao longo da sua permanência nos Balcãs, encontraram terreno fértil as raízes político-económicas do conflito, aí deliberadamente plantadas. Esse enraizamento só foi possível, porque aquelas fracturas haviam ficado libertas da anterior interdição do seu uso, devido à ausência definitiva do único árbitro com poder efectivo, para tal continuar a proibir.

“As raízes do conflito “étnico” na antiga Jugoslávia encontram-se na estrutura institucional dos sistemas económicos e políticos construídos após a II GG. Enquanto a estrutura institucional do pós guerra ofereceu numerosos incentivos para a identificação no interior de um estado Jugoslavo integrado, bem como incentivos para o desenvolvimento de lealdades políticas regionais - em oposição às étnicas -, também encorajou a rivalidade interétnica, através das instituições (étnicas) de representação e participação. Com o estado federal enfraquecido, essa estrutura institucional ofereceu aos activistas políticos incentivos cada vez maiores para “jogarem a cartada étnica” na sua luta pelo poder político” (Crawford, 1998: 198). Prossegue a autora afirmando que enquanto o estado federal permaneceu forte, as lealdades ideológicas e regionais competiram e venceram as lealdades étnicas, como fontes de identidade política. Nessa situação, as instituições federais podiam dirimir as disputas entre as elites regionais, bem como resolver de forma pacífica os conflitos, além de desencorajar e, quando necessário, reprimir as políticas étnicas nacionalistas, como vimos anteriormente. No desenvolvimento dessa actividade pelas instituições federais, a autora citada afirma que ironicamente, apesar de agir na tentativa de manter a autoridade e desviar as críticas que eram dirigidas quer à provação económica que se vivia, quer à discriminação política de que alguns diziam ser alvo, o governo federal descentralizou o seu controlo tanto sobre a economia como sobre o sistema político. Ainda que com essa intenção, cada passo dado, na direcção da descentralização,

representou um passo em direcção à fragmentação e à consequente erosão da autoridade federal. Nessa sequência, com o aprofundamento da descentralização, as elites locais adquiriram mais recursos para distribuírem em troca de apoios, vendo cada vez menos razões para manterem lealdade ao governo central.

“Após 1989 estas elites locais podiam ter-se mobilizado em redor de apelos ideológicos – como aconteceu na República Checa. Ou podiam ter-se orientado para a autonomia regional em vez de étnica, como os políticos vencedores fizeram na Macedónia (...) Porque é que as elites na Sérvia, Croácia, e Bósnia evitaram usar os apelos ideológicos e regionais e decidiram empenhar-se em disputas de simbolismo cultural que levantaram emoções étnicas e provocaram sentimentos de discriminação étnica e privilégios? Eu devo argumentar que essa decisão foi em larga medida estabelecida pelos incentivos institucionais criados pela Jugoslávia federal ao longo do período pós-GG (a estrutura institucional do sistema económico e político jugoslavo). Ao radicalizarem-se, estes incentivos institucionais desencorajavam a criação de coligações que assegurassem a moderação em assuntos geradores de discórdia” (Crawford, 1998: 198/9).

A autora aprofunda de seguida a sua explicação, referindo que esses incentivos vieram a ser reforçados com as novas regras institucionais de participação e representação, criadas para as eleições multipartidárias de 1990. As regras, então existentes, não só desencorajavam a criação de coligações de base ideológica, que se espaliassem com adeptos para além dos limites das fronteiras de cada República, devido à existência de problemas comuns nesses espaços mais alargados, como ainda encorajaram o exclusivismo das políticas de identidade cultural. Demonstrações de simbolismo étnico, apesar de muitas vezes artificialmente inventadas, tiveram de início sucesso e, por isso, atraíram a atenção para as divisões étnicas perpetuadas pelos incentivos institucionais do passado. Em particular actos de desobediência civil, bem como de violência, encorajaram ainda mais violência., ambos com o crescente apoio de políticos que agiram no âmbito étnico.

Por outro lado, integrados numa linha primordialista ou essencialista, diversos autores recorrentemente procuram explicar a origem dos conflitos na ex-Jugoslávia com irracionalidade e tendências psicológicas e sociais. Referem que os conflitos seriam naturais e inerentes ao sentimento de pertença a um grupo humano, acrescentando que aquelas tendências conduziram à rejeição dos outros grupos vivendo no mesmo espaço geográfico, tendo emergido naturalmente a tendência conflitual quando deixou de ser reprimida. Não se concorda totalmente com a afirmação de esses conflitos serem naturais e inerentes ao sentimento de pertença a um grupo humano. Refere-se que os mesmos só aconteceram quando os diversos interesses em presença se tornaram inconciliáveis, o que só aconteceu quando se verificou a ausência de mecanismos de arbitragem e regulação.

Algumas explicações primordialistas apontam, como origem do conflito, os ódios étnicos antigos e subjacentes ao fenómeno da conflitualidade, o que tornaria a violência inevitável. Porém, não parece possível conciliar a explicação da inevitabilidade conflitual, face às opostas tendências psicológicas e sociais, com a realidade que foi ter reinado a paz entre as etnias durante catorze séculos (do séc. VI ao XIX d.C.). Não nos parece possível, durante tão longo intervalo de tempo, terem existido poderes políticos que, em permanência, tivessem podido reprimir a citada tendência conflitual. Os defensores das teses primordialistas parecem esquecer ainda o significado do largo

sector da população jugoslava que suportava a multiétnicidade, como pode ser confirmado no quadro numérico das populações de cada nacionalidade (Fig. 51). Assim, *“as imagens, tanto sobre o conflito como sobre a realidade social na antiga Jugoslávia, transmitidas pela imprensa ocidental e por muita literatura pretensamente académica diferiam com frequência dos factos no terreno, os quais chocam definitivamente com visões de identidade étnica de orientação essencialista. Inúmeros factos, tais como as altas taxas de casamentos inter-étnicos, a elevada percentagem da resistência ao recrutamento militar, e as estatísticas existentes sobre os mais variados assuntos não comportam confortavelmente a noção de estas guerras resultarem de ódios étnicos antigos. Os Balcãs, e muito menos os territórios correspondentes àquilo que foi a Jugoslávia, nunca foram palco de guerras religiosas como aquelas que se verificaram na Europa durante o século XVI”* (Branco, 2006: 1196). Concorrem igualmente, para contraditar a argumentação primordialista, o facto de que *“Ante Markovic, o último PM da Jugoslávia, defensor da economia de mercado, reformador e croata, foi o mais popular político nas seis repúblicas (da RSFJ). E ao longo da guerra, os Sérvios que viviam na Sérvia, exibiram decrescente solidariedade étnica com os Sérvios da Krajina e Bósnia (...) Finalmente, em 1996, após anos de banhos de sangue na Bósnia, os Sérvios nesta residentes, em áreas anteriormente dominadas por Muçulmanos, em reuniões realizadas de forma pacífica com Muçulmanos, acordaram no retorno dos refugiados para as suas antigas casas, enquanto os dirigentes políticos regionais protestavam, organizando violentos ataques contra os refugiados regressados. Certamente a identidade étnica estava altamente politizada na Jugoslávia, mas a evidência sugere que estas identidades politizadas não eram fixas e eram realmente maleáveis”* (Crawford, 1998: 201).

Devido à argumentação aduzida, ainda que sejam difíceis de refutar as teorias primordialistas, deverá ser muito relativizada a sua importância explicativa do conflito jugoslavo.

Quanto às teorias que tentam explicar os fenómenos político-sociais subjacentes à conflitualidade balcânica e que, nomeadamente, conduziram à dissolução da Jugoslávia, privilegiando quer o papel das pressões internacionais, quer o das causas instrumentais, não as negando, atribui-se-lhes um carácter explicativo importante mas parcial, como se foi vendo ao longo do trabalho. Efectivamente, só quando as estruturas estatais na Jugoslávia entraram numa profunda crise, a qual afectou transversalmente toda a sociedade, é que as pressões internacionais e, sobretudo, os agentes políticos puderam agir com a liberdade necessária e com uma dinâmica eficiente, de forma a conduzirem à destruição da unidade do Estado jugoslavo.

Da revisitação histórico-social precedente, refira-se com resultados não totalmente esperados e após uma aproximação progressiva, opta-se claramente pela subscrição das teses explicativas do conflito, defendidas pelos autores ditos institucionalistas, colocando em foco a crise nas instituições do Estado. Porém, não negando a importância das restantes teses, que procuram explicar os fenómenos político sociais subjacentes à conflitualidade balcânica e que conduziram à dissolução da Jugoslávia (as essencialistas ou primordiais, as quais atribuem a principal relevância ao papel das pressões internacionais ou, ainda, as denominadas instrumentais, estas sublinhando a acção dos agentes políticos), atribui-se-lhes porém um carácter explicativo importante, mas só parcial. As teses institucionalistas evidenciam fortemente como a crise das estruturas do Estado jugoslavo possuiu um



carácter transversal, ao nível da sociedade jugoslava, tendo ficado claro como o seu impacto projectou reflexos, directos e facilmente observáveis, no âmbito das restantes teses, permitindo e ou induzindo nelas acções dinâmicas de destruição da unidade do Estado jugoslavo.

Capítulo 4 - Conclusões e Recomendações

Com uma história tumultuosa, os Balcãs foram sendo sujeitos a impulsos e influências culturais com origem nas civilizações helénica, judaica e latina. Posteriormente, no período das migrações bárbaras (com início no séc. V - Idade Média), diversos povos foram instalar-se na Península Balcânica, no século VI, juntando-se aos povos autóctones (ilírios, gregos e trácios), restando hoje desses invasores somente os sérvios, búlgaros, croatas e eslovenos. Nesse espaço ocupado pelos invasores, depois chamado dos eslavos do Sul, os eslovenos e os croatas fixaram-se mais a ocidente, os sérvios na região central e os búlgaros a leste.

Em função dos espaços geográficos onde se fixaram ao longo do tempo, os diversos povos constituintes dos eslavos do Sul encontraram-se perante adversidades e foram por estas estimulados diferentemente, consoante a sua interacção com os factores ambiente geográfico e humano que os rodearam. A reacção aos estímulos recebidos foi também diversa e resultou da natureza onde se instalaram não ser uniforme, além do factor imprevisível que é o momento psicológico social que cada um foi vivendo, o factor mais importante na equação homem-terra, de acordo com Vicens Vives.

Afastando justificações de cariz determinista (racial ou geográfico) porque falsas, cada grupo dos eslavos do Sul foi alvo de estímulos, internos e externos, que factores de ordem humana ou geográfica lhes foram colocando; em consequência, cada um desses grupos humanos reagiu aos diversos estímulos, de acordo com a capacidade dada pelo espírito social que cada grupo foi desenvolvendo, ao longo da sua história, e foram naturalmente criando culturas diversas, como fomos constatando ao longo do estudo.

Sobressaiu também, no território em apreço, uma discrepância entre os modos de vida dos habitantes da montanha e os da planície, sobretudo em tempos mais recuados. Os primeiros habituaram-se a uma dieta, a uma ocupação técnica e a costumes que chocaram então com os das planícies.

O papel histórico da montanha foi de obstáculo, logo de refúgio. Assim, a função geopolítica da montanha foi separar os grupos humanos, enquanto a função dos vales foi favorecer a união. Baseia-se tal observação no conhecimento empírico, de que não são as cordilheiras e os países montanhosos que determinam em absoluto o carácter conservador e independente das populações que nesses locais foram habitando, a não ser pela maior dificuldade que lhes criaram, em termos de circulação (comunicações de relação e de transporte), bem como de facilidade de defesa territorial. Por sua vez, os povos que vivem na planície sempre usufruíram das facilidades que esta lhes oferece quanto à defesa da sua ideologia, em situações de invasão e devido à sua maior plasticidade. Em ambos os casos, resultaram grupos humanos condicionados nas suas escolhas. Uns condicionados pelo parcelamento do relevo e o cantonalismo nalgumas situações resultante, o qual neles deixou impresso um maior ruralismo, ou seja, uma maior desconfiança perante o outro e as ideias alheias, uma maior resistência à mudança. Quanto aos habitantes do vale e à influência deste nos mesmos, verificou-se que o vale sendo rio, é movimento, é inquietude dinâmica, é desejo de conhecer o seu fim, facilitando a penetração, os avanços, o intercâmbio, na definição feliz do autor precedentemente referido. Em suma, o vale sempre desempenhou a sua função geopolítica de facilitador de circulação, isto é, de promotor de comunicação de relação e de transporte, logo da

troca, sobretudo de ideias que esbatem com maior facilidade a diferença, facilitando a união.

Como **conclusão geral do estudo**, sublinha-se que, do século VI até ao XVIII, a geografia e a história diferenciaram sobretudo o povo sérvio do croata, criando as condições para os problemas que, no futuro, se abateram sobre os eslavos do Sul. Numa lista pouco exaustiva, podem ser referidos os problemas relativos a fronteiras, distribuição de espaços, cantonalismo, expansões pelas bacias fluviais, diferente facilidade de circulação, invasões, lutas pela autonomia, diferenciações de carácter (uns tendencialmente mais próximos das civilizações ditas epirocracias e outros das talassocracias). Com os desenvolvimentos científico-tecnológicos, entretanto havidos, a intensidade dos referidos constrangimentos de circulação esbateu-se e, durante os séculos XIX e sobretudo no XX, foram a política e a economia que criaram novos conflitos e agravaram de forma descontrolada outros mais velhos, estes gerados pelas diferenças culturais e posição geográfica ocupada. A solução constitucional de descentralização das decisões políticas, posta em prática para resolver os problemas económicos e políticos, já no século XX, libertou os até então contidos e esbatidos egoísmos nacionalistas. Nas diversas Repúblicas e Províncias Autónomas o nacionalismo foi sendo acicatado por líderes políticos ambiciosos, mas também por líderes de outras Potências, de forma encoberta ou não, resultando ódios e ressentimentos que contribuíram decisivamente para agravar, para níveis fora de contenção, os conflitos políticos e económicos dos anos 90 do século passado, na ex-Jugoslávia.

Para se atingir a precedente conclusão geral e outras que serão apresentadas, revisitou-se a história balcânica, incidindo sobretudo na área da ex-jugoslávia, apresentando-se de seguida um resumo conclusivo sobre a mesma, sendo nele sublinhados os factos mais marcantes nesse percurso.

Já na nossa era, dois centros de natureza espiritual e cultural destacaram-se na região balcânica, Roma e Constantinopla, e a sua influência viria a perdurar até aos nossos dias. Dois eventos, surgidos na interacção entre esses Centros de Poder, foram determinantes no estabelecimento de linhas de fractura, com profundos reflexos no relacionamento entre estes e os espaços político-culturais que à volta dos mesmos gravitavam. Foram eles a divisão do Império Romano, em ocidental e oriental, em 395 d.C., e o cisma da Igreja Cristã, de 1054 até 1965. Ambas as linhas de fractura atravessaram o espaço balcânico, sendo ainda hoje bem reais os seus reflexos, sobretudo da segunda. Depois, com a incursão turca na Europa, em 1354, e quase cinco séculos de dominação otomana dos Balcãs, de entre muitas consequências sobressaíram:

- As enormes deslocações de populações, sobretudo sérvias, em fuga para NO, N e para a Dalmácia e, com o passar do tempo e no limite ocidental do avanço otomano, foi desenvolvida uma dinâmica de conversão ao catolicismo de algumas dessas populações, anteriormente de fé ortodoxa;

- A instituição no século XVI da fronteira militar (Krajina), de onde as populações croatas haviam fugido, sendo os novos agricultores/soldados, que a passaram a guarnecer, maioritariamente de etnia sérvia, fugidos do avanço turco e que se haviam acolhido à protecção dos austríacos. Enquanto nessa função, as populações sérvias ficaram na dependência directa do Imperador e não

das autoridades da Croácia onde viviam, continuando até hoje a distinguir-se da restante população deste Estado, pelo seu carácter guerreiro e gosto pelas ocupações militares ou policiais. A Krajina foi criada sob o domínio Habsburgo por motivos económicos e de segurança, confinando com as regiões fronteiriças do Império otomano, vindo a ser extinta em 1871 devido ao recuo deste;

- A islamização de grande parte dos albaneses e dos eslavos do Sul, em especial na Bósnia, no Sandzac e na Albânia;

- Os povos balcânicos sob domínio otomano passaram a estar excluídos da evolução social, económica, política e cultural europeia, relativamente mais rápida que a otomana;

- Com a dominação do espaço balcânico pelos turcos, austríacos, húngaros e venezianos, além da influência da própria morfologia geográfica, a evolução não se processou de forma a resultarem grandes Nações e Estados. A fragmentação política e étnica foi induzida pela geografia e pela história e ainda hoje prevalece, como em situações similares geralmente acontece, até porque o interesse dos dominadores externos a tal conduziu.

Desde 1804 e até à I GG, o Império Austro-húngaro elegeu a Sérvia como ameaça principal aos seus interesses balcânicos, devido a reconhecer-lhe capacidade e vontade de desempenhar em relação aos eslavos, inclusive os que viviam sob o seu domínio no Império, um papel aglutinador e semelhante ao do Piemonte no processo de unificação italiano. Aqui residiu a justificação para a reiterada hostilidade do Império Habsburgo para com a Sérvia. Em 1878, na sequência do Congresso de Berlim, a Sérvia e depois o Montenegro, seguidos pela Grécia e Roménia viram ser-lhes reconhecida a independência, enquanto o Império Habsburgo iniciou a ocupação da BiH, frustrando assim as expectativas sérvias de alargamento territorial nessa direcção, onde habitava uma maioria sérvia em ambiente multinacional.

Com a I GB, em 1912, travada pela Liga Balcânica (Sérvia, Montenegro, Bulgária e Grécia) contra os otomanos, resultou o fim do domínio do Império Otomano nos Balcãs e a sua concomitante retirada militar e política, desde então quase sem expressão territorial na Europa. Emergiu então a chamada Questão do Oriente, expressão tradutora da disputa, por parte de potências exteriores à região, para ocupar o lugar proeminente dos Turcos nos Balcãs. Este fenómeno, de interferências exteriores nos Balcãs, desenvolveu-se segundo dois eixos principais que se cruzam na península Balcânica, respectivamente no sentido NO-SE e NE-SO, além de um outro do Mediterrâneo para Leste.

Como consequência do resultado da I GG foi formado o RSCE, passando o mesmo a denominar-se por RJ após 1929, reunindo sob o mesmo poder político e pela primeira vez os eslavos do Sul, excepto os búlgaros. Em grande parte, esta excepção é consequência da II GB (1913), que os búlgaros moveram e perderam contra os seus ex-aliados da Liga Balcânica. O RSCE, depois denominado RJ, constituiu o Estado mais populoso dos Balcãs e, como seus potenciais adversários externos, principalmente devido a reivindicações territoriais e ideológicas, prefiguraram-se então a Itália, a Áustria, a Hungria, a Bulgária, a Albânia, o Vaticano e o COMINTERN. Esse Reino foi uma criação política de carácter multiétnico, que pareceu colher o apoio geral e justificar-se na época. Porém, a ideia da Jugoslávia, para além da justificação política, tem pouco conteúdo histórico ou cultural, tendo sido imposta pelas elites que a conceberam burocraticamente, mais do que

democraticamente. Como núcleo agregador para tal, foi escolhido o reino da Sérvia e Montenegro, o qual já vivia em total independência desde o Congresso de Berlim em 1878, assim presenteado porque aliado dos vencedores dessa GG.

A Eslovénia que até então não passara de uma simples província da Áustria, pois jamais havia tido força para formar um Estado independente, nem tinha tido qualquer conflito com os vizinhos croatas ou sérvios, juntou-se voluntariamente em 1918 aos parentes eslavos do Sul, no novo Estado. Uma outra das componentes do novo reino, a Croácia, enquanto pertencera aos Habsburgos estivera dividida em três partes separadas, a Croácia propriamente dita, a Eslavónia e a Dalmácia. Quanto às duas primeiras, até aí tinham permanecido directamente sob o domínio da coroa húngara e a terceira fora anexada pela Áustria, após a queda de Napoleão.

Quanto à Província húngara da Voivodina, os sérvios constituíam já nessa época a maioria da sua população (54%) e nela habitavam igualmente húngaros e croatas, além de outras etnias menos significativas em número.

Também a BiH, uma ex-possessão dos vencidos Habsburgos, foi adicionada ao novo reino, sendo então habitada por croatas, muçulmanos-eslavos e sérvios, estes últimos constituindo a maior etnia, mas vivendo todos disseminados pelo território.

Para além da situação particular dos sérvios que viviam na Croácia e na dependência do Império Habsburgo, visto terem emigrado da Sérvia natal porque invadida pelos otomanos, os sérvios e os croatas, ainda que sendo cristãos, viveram séculos divididos pela história e pelas religiões que professavam, respectivamente a ortodoxa e a católica, mas sem registo de um qualquer apelo geral e directo às armas de uns contra os outros. Apesar da relativa proximidade étnica e linguística, as expressões escritas de ambos eram e são diversas, pois os primeiros adoptaram o alfabeto cirílico e os segundos o latino. Contrariamente ao que seria de esperar, face à intolerância religiosa que durante séculos campeou na Europa, croatas e sérvios jamais haviam travado qualquer guerra entre si, acabando mesmo por voluntariamente integrarem o RSCE, tendo inclusive anteriormente combatido juntos o inimigo comum, primeiro os otomanos e depois os húngaros.

Constituiu um histórico objectivo, de sucessivos governos sérvios, a junção de todos os eslavos do Sul num único Estado multinacional, tendo sido atingido tal desiderato com a formação do RSCE. Analisada diacronicamente essa voluntária dinâmica, pode-se classifica-la como um imenso absurdo mas, se o fizermos de forma sincrónica, certamente se lhe reconhece idealismo e realismo político. Pode ser admitido que tal dinâmica fora pensada, por alguns, como o caminho para a construção da Grande-Sérvia, recente vencedora da I GG e credora de despojos. Porém, na época, alguns sérvios terão sido genuínos ao pensar que tinham libertado os irmãos croatas, muçulmanos-eslavos e eslovenos do domínio Habsburgo, Império esse que haviam ajudado a vencer.

Por sua vez, os croatas e os eslovenos, até então parte do Império vencido, mas com realismo político e optimismo, quiseram voluntariamente juntar-se aos vencedores, por receio dos vizinhos mais fortes mas, também, com a expectativa de se eximirem dessa forma ao habitual tributo pago pelos vencidos. De qualquer forma, na altura terá parecido uma forma de obterem um futuro melhor, porque ao lado dos vencedores e, para outros croatas, tratava-se simplesmente também de unir os eslavos do Sul.

Nessa equação não deverá ser esquecido que a Eslovénia tivera de lutar imenso, durante séculos, para manter a sua identidade nacional, contra a influência e pressões austríacas e italianas, até porque partilhava com ambos a mesma cultura católica do centro da Europa.

Outro factor a ter em conta, no que se relaciona com os croatas, era o orgulho que sentiam na sua identidade nacional, a qual muito esforço lhes havia custado para ser mantida no seio do Império Austro-húngaro, pois, apesar de formalmente não haver distinções de origem no interior do mesmo, a assimilação da cultura húngara era a chave para a progressão social, face ao nacionalismo magiar rompante, sobretudo nos finais do Império. Assim, justifica-se perfeitamente o consenso gerado entre as elites croatas e eslovenas da enorme esperança de um futuro melhor, partilhada por todas as etnias que se juntaram no novo reino.

Desde a chegada dos eslavos do Sul aos Balcãs (século VI d.C.), até à fundação do RSCE (em 1918 e como consequência da I GG) não foi encontrado registo de qualquer guerra entre sérvios e croatas, situação que só veio a ser alterada durante a II GG. Porém, são bem conhecidas as enormes fracturas étnicas, religiosas e culturais existentes entre estes povos, com consequências idiossincráticas de forte e progressiva diferenciação dos mesmos, as quais resultam da geografia e da história, logo de natureza geopolítica. Porém essas fracturas, só por si, não constituíram origem de qualquer confronto armado, alargado e directo, entre sérvios e croatas, no período alargado de tempo referido, o que constitui uma **primeira conclusão parcial**. Esse largo período de paz é ainda mais relevante, pois contrasta com as terríveis guerras religiosas que, entretanto, dilaceraram a restante Europa no século XVI. A evidência empírica representada por esse longo período de paz, cerca de catorze séculos, conduziu à primeira e importante conclusão parcial sublinhada.

O facto incontroverso da ausência de guerra, entre sérvios e croatas e até à I GG, conduz ao reconhecimento de que a chave para a compreensão da situação política que conduziu à situação fortemente conflitual de interesses, nos anos 80, e à guerra civil na Jugoslávia no início da década de 90 do século passado, deverá começar por ser procurada no período entre as duas GG.

Regressando à génese do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, na qual é possível identificar o cerne das razões do conflito, ou seja, as diferentes concepções do Estado Jugoslavo por parte das elites da Croácia e Sérvia. As divergências sobre a natureza do novo Estado foram porém rapidamente ultrapassadas, devido à dinâmica política gerada na sequência do fim da I GG, conduzindo todos a um equívoco. O fundamental erro cometido e que conduziria a uma permanente disputa entre sérvios e croatas, no período entre as duas GG, situa-se na Constituição de 1921, de matriz centralizadora do poder administrativo em Belgrado, de tipo unitário. Essa estrutura política teve origem na anterior experiência constitucional dos sérvios, admitindo-se não ter resultado de um qualquer plano de dominação sérvio, apesar de estes dominarem politicamente a vida do Reino. Resultaram atritos frequentes do Poder central com os croatas, que pretendiam uma solução política federativa, mais de acordo naturalmente com a sua anterior vivência num Estado multinacional. Por outro lado, a solução unitária originou nos croatas e também nos eslovenos o progressivo arrefecimento na enorme esperança que haviam colocado, em 1918, na sua voluntária junção num único Estado multiétnico, tido como meio para obterem um futuro melhor, com segurança, justiça,

progresso e bem-estar social. Assim e genericamente para os croatas, a sua união política voluntária com o reino Sérvio fora entendida, para além de um acordo mutuamente vantajoso, como tradutor de uma situação de igualdade legal entre ambas as etnias no novo Estado, como a própria designação de RSCE parecia indicar.

Por sua vez, para o Partido Radical sérvio, bem como para uma parte das elites sérvias, os novos territórios representavam uma conquista, seguida da sua anexação pela Sérvia, como reparação pelo imenso sacrifício suportado por esta durante a guerra, da qual saíra vencedora mas onde perdera cerca de 25 % da sua população e 40 % do seu Exército. No pensamento sérvio também esteve presente, certamente, o receio demográfico que esses novos territórios representavam e nos quais habitavam 65 % da população total do novo Estado, correndo o risco de serem por esta absorvidos. Acrescia nessa equação o factor de que os cidadãos não sérvios, além de relativamente mais numerosos, possuíam uma economia mais desenvolvida e haviam combatido ao lado do inimigo austro-húngaro, que eles sérvios haviam vencido. Para outros sectores sérvios era mais valorizado o facto, que há muito defendiam e perseguiam, de finalmente os eslavos do Sul estarem unidos num único Estado.

Nos novos territórios do RSCE a insatisfação difundiu-se rapidamente, face a um conjunto de leis impopulares impostas, quase de início, pela capital Belgrado. Numa lógica de acordo com a anterior história da Sérvia, foi introduzido o sufrágio universal para todos os eleitores masculinos, derivando daí uma perda de importância das elites políticas dos novos territórios. Estas haviam estado empenhadas na constituição do RSCE mas, a sua posição social de destaque havia sido obtida por processos eleitorais mais restritivos do que o recentemente imposto, o qual os prejudicava ao igualar todos no sufrágio. Acresce, como medida de insatisfação para as citadas elites, as quais haviam aderido à ideia da união dos eslavos do Sul, que tendo sido o Partido dos Camponeses Croatas o único do Império Habsburgo a levantar objecções àquela união, porque pretendiam a implementação do sistema federal e não de um Estado unitário, serem agora beneficiados ao poderem também os camponeses aceder ao sufrágio, porque este passara a ser universal.

Às reivindicações dos croatas juntaram-se rapidamente as do Partido Democrático da Sérvia, o qual pretendia igualmente uma revisão constitucional. Como factor potenciador da desunião, aliás como aconteceu então quase em toda a Europa, em que a democracia parlamentar falhou, em 1928 findou a esperança que a experiência parlamentar no novo Estado representava. Na origem de tal está o facto de Stjepan Radic, defensor intransigente do federalismo e líder do Partido dos Camponeses Croatas, ter sido assassinado na Assembleia Nacional, em Belgrado, por um deputado radical montenegrino.

Em 1929, com a morte violenta de Radic e face à extrema agitação política e social existente no reino, o autoritário rei Alexandre I dissolveu o Parlamento, suspendeu a Constituição e assumiu o poder legislativo, o que aprofundou a deterioração das relações croato-sérvias. Contudo, tendo por finalidade promover a unidade nacional, o Rei alterou significativamente a anterior designação para Reino da Jugoslávia (significando reino dos eslavos do Sul), assumindo o nacionalismo jugoslavo como forma de ultrapassar as diferenças das diversas nacionalidades do seu reino e promulgou uma

nova Constituição, na qual concedeu apreciável autonomia à Croácia. Por outro lado, as oposições passaram a ser tratadas brutalmente mas por igual. Em consequência, na Croácia passou a florescer o extremismo político e surgiu o movimento dos Ustacha (insurrectos), o qual passou a defender a independência completa da Croácia. Este movimento acabaria por estar ligado ao assassinato do rei Alexandre em Marselha, em 1934.

O relacionamento de sérvios e croatas foi-se deteriorando progressivamente, até que em 1939 um acordo estabeleceu uma considerável autonomia aos croatas. Porém, esse acordo que havia trazido a esperança e do qual se expectava uma sã vivência em comum, durou pouco tempo pois, logo em ABR41, a Jugoslávia foi invadida pela Alemanha nazi e seus aliados. Essa tragédia impediu a implementação completa da nova Constituição, bem como a verificação da sua validade como solução eficaz para ultrapassar as divergências.

É também relevante no contexto, o facto dos Partidos sérvios da Croácia, na defesa dos interesses da sua região, muitas vezes se terem coligado com o Partido dos Camponeses da Croácia, contrariamente à vontade de Belgrado. Isto revela, sobretudo, que seria um erro atribuir um carácter exclusivamente étnico às disputas entre sérvios e croatas, apesar de as diferenças políticas, económicas e ideológicas nacionais terem desempenhado um papel importante no confronto político. Podemos em consequência atribuir o ponto fraco do RSCE, depois denominado RJ até à II GG, às divergências sobre a natureza pretendida para o Estado, bem como ao facto de o Poder Central não ter dado a devida atenção e resposta adequada aos anseios de 65 % da população total, residente nos novos territórios do Reino.

As Federações multiétnicas, nascidas com o fim dos Impérios em 1918, herdaram numerosas diferenças de nível de desenvolvimento, entre as várias populações e regiões que as compunham. Com o passar do tempo, sem essas diferenças serem efectivamente esbatidas pelo poder político central, sobretudo com a percepção da ausência das melhorias ansiadas, pelas populações interessadas, foram essas diferenças surgindo mais nítidas e alimentando perigosas frustrações. Concomitantemente, nasceu e foi crescendo o sentimento de que essas disparidades regionais não passavam de deliberadas discriminações nacionais, muitas vezes agitadas e ampliadas como bandeiras étnicas pelas forças da fragmentação, quer porque cediam recursos próprios que possuíam, quer porque não recebiam da união os que desejavam. Assim, o reconhecimento do fracasso da solução federativa, no reino da Jugoslávia, facilitou durante a II GG o seu desmembramento e o levantamento do Estado Independente da Croácia, de matriz idêntica e sob o jugo da Alemanha nacional-socialista.

Uma **segunda conclusão parcial** há muito conhecida, mas que poderá também ser extraída do que precede, no que concerne à vivência em comum em Estados multiétnicos como a Jugoslávia, aponta para a vital atenção que o governo central do Estado deve dispensar às aspirações das suas diferentes nacionalidades. Para além dessa atenção, sobretudo deve garantir que cada uma das diversas etnias tenha a nítida percepção das apreciáveis vantagens individualmente auferidas pela vivência em comum, apesar da subordinação geral aos interesses do conjunto. Daqui deriva a maior ou menor estabilidade do Estado multiétnico, como foi visível na Jugoslávia no período entre as

duas GG. A mesma variou desde a adesão voluntária das três etnias ao novel RSCE, até à acção dos movimentos nacionalistas em regra centrífugos, destinados ao desmembramento do RJ, nova designação tomada pelo mesmo. Aqui se situa a primeira grande falha de cariz político na construção da Jugoslávia, visto que o modelo adoptado, de Estado centralizado, não satisfazia grande parte dos cidadãos, porque era inconciliável com o futuro que pretendiam promover e usufruir. Dessa forma, a subordinação das partes ao todo não foi rapidamente compensada por apreciáveis e visíveis vantagens, que as populações não puderam antever e menos ainda sentir, as quais são o cimento da união de esforços em ambiente multiétnico.

Durante a II GG as FA alemãs e italianas ocuparam a Jugoslávia, a Grécia e a Albânia, tendo o primeiro destes Estados sido desmembrado em duas zonas de ocupação, uma por cada daquelas Forças, e anexadas algumas áreas. Sob a presidência de Pavelic, foi criado o EIC, de matriz xenófoba e racista, sendo iniciada sobretudo pelos Ustacha, a sua milícia armada, uma prática de extermínio de sérvios, judeus e ciganos, com rigor superior ao alemão. Surgiram então diversos movimentos de resistência, de entre os quais sobressaiu o dos Partizans de Tito, liderado pelo partido Comunista da Jugoslávia. Em consequência da II GG e contando com o total apoio alemão, porque ideologicamente próximos, os croatas do Movimento Ustacha levantaram o que chamaram EIC, a que anexaram a BiH. Além de um Estado fantoche, porque na total dependência alemã, o suporte ao regime de Pavelic no poder, por parte do povo croata, foi sendo crescentemente menor. Por outro lado, este regime com a política de conversões forçadas dos sérvios ortodoxos da Croácia ao catolicismo, bem como dos massacres de cerca de 400.000 sérvios e judeus da Croácia, dando assim conteúdo à política racista e de limpeza étnica do Estado, criou as condições para uma guerra com a Sérvia. Naturalmente que as retaliações de rebeldes sérvios se verificaram de seguida, apesar de em muito menor escala.

O coronel Draza Mihailovic, que permaneceu na Sérvia sempre leal ao governo legítimo do Reino Jugoslavo no exílio, tinha convicções monárquicas e era profundamente anticomunista, tomou a dianteira na resistência armada ao invasor alemão. A acção das suas forças, os Tchethniks, caracterizou-se por ser esporádica quanto a ataques aos alemães, preservando assim e ao máximo as suas forças, lidando dessa forma com os mais ameaçadores inimigos internos.

Mihailovic, ainda que nominalmente o comandante dos Tchethniks, não os podia efectivamente controlar, porque constituídos por bandos de irregulares sérvios e não por um Exército armado, treinado e disciplinado, bem como porque muitos deles estavam empenhados em colaborar localmente com as autoridades, particularmente com os italianos. Os opositores aos Tchethniks, com quem travaram muitas batalhas e para além dos Ustacha, eram os do Partido Comunista Jugoslavo, os Partizans liderados por Tito.

Os Partizans de Tito, empenhados contra os alemães, receberam o apoio patriótico de muitos jugoslavos, inclusive de muitíssimos sérvios da Croácia que, para tal, preteriram Mihailovic, bem como o apoio crescente de muitos croatas que se opuseram ao Estado Ustacha. Devido a terem-se mantido, quase até ao fim da guerra, sem apresentarem grandes resultados operacionais na Sérvia, no final de 1943 os britânicos pragmaticamente decidiram deixar de apoiar as forças de Mihailovic, surpreendendo estes com essa decisão, e passaram a canalizar todo o apoio logístico para os

Partizans de Tito. Tal decisão deveu-se a terem reconhecido neste maior eficácia na guerra contra os alemães e seus aliados. Como referido, os Partizans, na guerra civil que desenvolveram na Jugoslávia durante a II GG, provocaram cerca de um milhão de mortos de compatriotas seus, alguns já mesmo depois da guerra mas, com algum apoio do exército soviético, conseguiram expulsar os alemães de Belgrado, nos finais de 1944. Tornaram-se assim nos vencedores do enorme drama que foi a invasão e ocupação alemã da Jugoslávia e, por essa via, legitimaram a posse da autoridade política e administrativa no Estado da Jugoslávia.

No pós II GG e com uma matriz federativa foi levantada a RSFJ, mas com a repressão, as purgas dos adversários e a corrupção, o regime titista foi-se desacreditando, pois ao reclamar-se de socialista, não foi mostrando capacidade para fazer desaparecer as desigualdades existentes no desenvolvimento entre as regiões que compunham a Federação.

Cumulativamente e por vezes, como noutros Estados Federais, os dirigentes locais do Partido, na procura de se consolidarem no poder, iam agitando a bandeira nacionalista, sempre bem aceite por quem se acha discriminado negativamente pelo poder central, abrindo fracturas na desejável e imprescindível solidariedade. Sobretudo as Repúblicas mais desenvolvidas, Eslovénia e Croácia, reagiam mal aos planos Federais, com que se procurava transferir recursos para as menos desenvolvidas, vendo que essa política atrasava o seu próprio progresso.

Porque muito importante para a compreensão dos fenómenos políticos da região em estudo, há que ter presente que as clivagens culturais intra-balcânicas e entre os povos desta Península e o Ocidente são mais vastos do que possamos imaginar. O quadro mental e a lógica de um qualquer ocidental são inaplicáveis de forma directa nos Balcãs, devido à diferente escala de valores e as referências culturais serem aqui quase completamente diversas. Na base desse facto situa-se a localização dos Balcãs numa encruzilhada de civilizações, religiões, línguas e culturas, sendo esse um factor determinante na análise para a desejada compreensão. Com facilidade se identificam traços característicos nas idiossincrasias balcânicas, como resultado do domínio local que diversos Impérios exerceram, uma herança de contradições dificilmente sanáveis, de ressentimentos profundos pelo mal sofrido ou pela incompreensão e, ainda, crises de afirmação. Localmente, a identidade étnica é um valor supremo e a importância da divergência religiosa não pode ser descurada para a compreensão de católicos, ortodoxos e muçulmanos. No quadro mental regional imperam as relações de prevalência, os jogos são de soma nula, o ganho de um lado significa unicamente o prejuízo do outro, logo o compromisso é tido como sintoma de fraqueza. Estas clivagens culturais, resultantes da geografia e da história, são portanto de natureza geopolítica e justificam a validade e importância da aplicação deste método, como instrumento de análise.

Durante a chamada guerra-fria, os Balcãs não fugiram à dialéctica EUA/URSS. Após o divórcio político entre Tito e Estaline e com a conseqüente expulsão da RSFJ do COMINFORM, em JUN48, esta liderou o caminho no abrir brechas no monolitismo soviético, sem contudo abandonar a sua orientação comunista, desempenhando um importante papel na estratégia ocidental. Para isso barrou o acesso do Pacto de Varsóvia ao Mar Adriático, além de controlar o acesso aos principais eixos de Leste, a partir da Hungria para SO e Sul e, da Bulgária, para Oeste. Beneficiou por

isso do apoio militar e económico ocidental, o que lhe garantiu a integridade territorial e forte apoio financeiro, que postergou as consequências económicas negativas do sistema político implantado.

Repetindo os erros do passado, também o regime político instituído por Tito não soube gerir da melhor forma a chamada questão nacional servo-croata, escolhendo eliminá-la através da repressão, proibindo até a sua simples discussão. Os sérvios, a maior etnia e que representava cerca de 40% dos cidadãos da RSFJ, foram deliberadamente divididos através do estabelecimento de fronteiras administrativas internas, de forma a ficarem enfraquecidos na Federação. Esta decisão de Tito, alinhada com uma velha denúncia do COMINTERN, traduzia o pensamento de que só poderia existir uma Jugoslávia forte se, ao mesmo tempo, existisse uma Sérvia fraca. Esse pensamento e decisão derivaram de que o anterior centralismo monárquico jugoslavo fora denunciado como a opressão exercida pela burguesia sérvia sobre todos os outros povos. Acresce que Tito organizou o poder político num Estado Federal, fortemente centralizado, sobretudo até promulgar uma nova Constituição em 1974, alterando esse figurino. Na Federação, as fronteiras internas entre as seis Repúblicas reflectiam genericamente as divisões étnicas e históricas existentes.

Ainda quanto à estrutura do Estado jugoslavo, desde muito cedo e de acordo com o modelo soviético, Tito e o Partido Comunista Jugoslavo tinham reconhecido sem margem para dúvidas as várias nacionalidades existentes, rejeitando o centralismo da Jugoslávia monárquica, porque tido como a expressão da opressão da burguesia sérvia sobre todos os outros povos jugoslavos. Assim, o Estado Jugoslavo era multinacional, reconhecendo oficialmente a distinção entre cidadania (jugoslava) e nacionalidade (sérvia, croata, húngara, albanesa, etc.). Para garantir direitos iguais a todas as nacionalidades e um território às principais destas, o Estado foi organizado da forma federal, compreendendo tantas Repúblicas como povos eslavos do Sul existiam no seu território (Eslovénia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Macedónia e Bósnia). A Bósnia foi então reconhecida como República, devido ao grande número de muçulmanos nela existentes, mas não como nacionalidade. Por outro lado, as duas principais minorias não eslavas foram incorporadas em duas Províncias Autónomas, o Kosovo (de maioria albanesa) e a Voivodina (com uma forte minoria húngara, para além de outras). Estas duas Províncias Autónomas ficavam porém na dependência da Sérvia.

Efectivamente, essas fronteiras internas não passavam de divisões administrativas, mas deixaram sementes de discórdia, até porque dividiam etnias por várias Repúblicas, resultando minorias significativas. Os Macedónios foram reconhecidos como uma nação separada, o que constituiu um forte golpe para os sérvios, que sempre os haviam considerado como sérvios do Sul; o reconhecimento do Montenegro como um Estado separado, constituiu outro duro golpe para os sérvios, porque estes sempre os haviam considerado também etnicamente sérvios da montanha. Um outro significativo abanão, na já fraca esperança sérvia, foi o traçado da fronteira da sua República com a BiH. Nesta viviam juntos sérvios e croatas, além de eslavos-muçulmanos de língua servo-croata. Recentes tradições dos islâmicos separavam estes dos vizinhos ortodoxos e católicos e, pela Constituição que viria a ser promulgada em 1974, seriam reconhecidos como nação islâmica, ainda que o Comité Central do PC da BiH já tivesse efectuado esse reconhecimento em 1969.

O reconhecimento oficial das nacionalidades, pelo regime de Tito, foi uma medida tomada no sentido de promover a igualdade ou o equilíbrio, pelo menos, através dos seus representantes até ao nível federal, na procura de esbater o peso desequilibrado das etnias, em termos populacionais.

A promessa de Tito, durante a guerra, de que a equidade entre as nações seria depois e por si respeitada, garantiu-lhe o apoio dos jugoslavos, de início. Porém, após a vitória, impôs uma rígida e centralizada burocracia na Federação, além de que o seu regime, porque ideologicamente marxista, logo não compatível com os vários nacionalismos existentes, banuiu estes porque tidos como forças reaccionárias. Deve ser reconhecido que Tito, baseado no slogan "fraternidade e unidade", procurou harmonizar a economia da Federação, através da distribuição do orçamento federal pelas Repúblicas, o que provocou o aparecimento e movimentações de oposição a tais desígnios, por parte dos líderes de algumas destas. Essas acções de oposição foram mormente desenvolvidas na Eslovénia e Croácia, porque industrialmente mais desenvolvidas, razão para o aparecimento de vozes demonstrando menor satisfação com o socialismo unitário jugoslavo, o qual diziam explorar economicamente as suas Repúblicas, favorecendo as mais pobres. Esses movimentos de oposição conduziram a crescentes pressões políticas que, em 1965, resultaram num processo de reformas económicas, que foram tidas como vitória dos liberais do regime, sobretudo croatas e eslovenos, contra os centralizadores e conservadores, maioritariamente sérvios e montenegrinos. De facto saiu vitoriosa a economia dos nacionalismos, contra aqueles que receavam que o processo de reformas comprometesse o monopólio comunista do poder. Apesar disso, especialmente a partir de 1966 a autonomia foi-se alargando, continuando porém a Croácia e a Eslovénia a não sentirem reais benefícios, face aos seus avultados contributos para o orçamento federal e o menor investimento dele recebido. Os croatas somavam a esse motivo de melindre, a repressão cultural sentida, em termos da proibição do uso livre da sua variante do servo-croata na literatura, bem como a injustiça da culpa que sentiam ser-lhes colectivamente atribuída pelas acções do regime de Pavelic; acrescia ainda ao melindre referido, a culpa colectiva que os sérvios lhes atribuíam, igualmente, pelos massacres cometidos pelo regime dos Ustasha. Todos esses factores combinados contribuíram para a criação e desenvolvimento do renascimento do nacionalismo croata no final dos anos 60, culminando em 1970/1 sob a liderança dos comunistas locais. Tito ainda que croata, em 1971/2 agiu de forma implacável contra o nacionalismo croata. Antecipando-se a possíveis acusações de parcialidade, como forma de refutação indirecta, Tito agiu concomitantemente contra os liberais e tecnocratas na liderança da Sérvia e Eslovénia, demitindo-os e, através destas medidas centralizadoras foi restaurada a disciplina partidária, centralizando-a na Federação. Mas, logo em 1974, Tito promulgou uma nova Constituição que descentralizou o poder político, na prática transformando a Federação em Confederação, constituindo uma perigosa incongruência o conjunto dessas opostas medidas políticas adoptadas. Assim, foi transferida uma enorme fatia do poder federal para as seis Repúblicas e para as duas Províncias Autónomas sérvias da Voivodina e Kosovo, com a particularidade de ter sido atribuído a estas duas a quase total autonomia da Sérvia. Igual descentralização foi determinada para as componentes do Partido, existentes nas oito Entidades, as seis Repúblicas e as duas Províncias Autónomas. Na falta do multipartidarismo foi estabelecida a descentralização da LCJ pelas oito entidades eivadas de nacionalismo, uma mistura subversiva para o Estado unitário. Permaneceu

centralizado ao nível federal só o que se relacionava com a defesa, negócios estrangeiros e certos aspectos da política económica.

Da forma descrita, por via constitucional a RSFJ foi transformada, passando a ter um cariz mais confederal que federal, recordando a velha matriz do Estado Feudal, em que as oito pequenas partes do todo competiam entre si de forma selvagem, apesar das suas fracas economias, e precipitando-se inexoravelmente no caos. Porém, as reformas não foram tão longe como os croatas haviam defendido e pretendiam. Assim, as forças do velho centralismo: o exército, os veteranos de guerra, a polícia federal e a burocracia bancária permaneceram intactos e continuaram a resistir à descentralização. Belgrado permaneceu o centro do poder político e económico.

Tito faleceu em 1980, desaparecendo assim o líder incontestado e capaz de arbitrar o desacordo cada vez mais profundo entre as oito Entidades, de forma a manter a necessária solidariedade ao nível federal. De acordo com o legalmente previsto, a rotação foi a regra seguida ao nível das lideranças na Presidência Colegial e no Partido. Como espectável, a LCJ continuou no poder, apesar de num novo contexto de poli centrismo, onde as discussões sobre os méritos do sistema ocidental multipartidário e a economia de mercado começaram a dominar as agendas políticas das Entidades. Refira-se que tal ia acontecendo num contexto de fraca produção, de imenso desemprego e de inflação que veio a atingir números impensáveis, com gigantescas manifestações de protesto dos trabalhadores e com uma crescente pobreza e alargada insatisfação. Nesse ambiente, os sucessivos governos federais pouco de útil puderam fazer, face aos nacionalismos reemergentes nas Repúblicas e Províncias. Logo em 1981 a etnia albanesa revoltou-se no Kosovo, servindo de catalisador específico para o nacionalismo sérvio. Como natural seria nessas circunstâncias, em 1987 emergiu um novo líder na Sérvia, Slobodan Milosevic, um produto do aparelho partidário da LCJ que se apresentou como um reformador antiburocrata, apesar de ao mesmo tempo continuar a defender as virtudes do socialismo e fortemente dinamizar o nacionalismo sérvio. Assim, defendendo as minorias sérvias e montenegrinas do Kosovo, conquistou de imediato o apoio dos sérvios, assim como popularidade e legitimidade para a liderança da etnia sérvia. Aliando a esses factos um férreo controlo dos OCS, dirigiu campanhas de massa destinadas a controlar as lideranças da Voivodina e do Montenegro, enquanto ia somando a oposição das outras Repúblicas, para quem representava o perigo do regresso ao indesejado passado comunista. Entretanto, somente as FA continuavam a defender a continuidade da Federação, procurando preencher o seu papel social, a sua razão de existência, e ninguém mais parecia capaz de modificar o rumo divergente dos acontecimentos internos. No mundo sérvio de então, o factor determinante foi a convicção forte e tranquila da grande massa dos eleitores, que Milosevic era o homem que satisfazia todas as suas aspirações nacionais, que era aquele que os defendia, que garantia a salvaguarda da honra nacional e dos seus territórios. Por isso e aos olhos dos sérvios, Milosevic encarnou a figura do líder político há muito desejado, inclusivamente alguns oponentes políticos internos de Milosevic deram-lhe crédito, porque ele restaurara o orgulho e a dignidade aos sérvios.

Com a alteração estratégica posterior a 1989, a posição geográfica da Jugoslávia perdera a importância tida para o Ocidente até então e as contradições, entre a Jugoslávia e o Ocidente, emergiram. O surgimento dos conflitos na Jugoslávia, erradamente pareceram atestar a veracidade

da propalada tese do choque de civilizações, como causa para os conflitos que começavam a emergir.

Pela nova Constituição croata de 1990, os sérvios da Croácia perderam o estatuto constitucional de que sempre haviam usufruído, avivando-lhes esse facto na memória o verdadeiro genocídio que haviam sofrido, entre 1941/5, às mãos dos croatas-ustacha, levando-os a organizar a resistência armada que conduziria à guerra-civil. Desse modo, no interior da Croácia passaram a existir duas Entidades distintas, a República da Croácia e a RSK, esta com capital em Knin e que gozou da protecção dos capacetes azuis da ONU até 1995, quando uma ofensiva croata, com o apoio explícito dos EUA e a passividade internacional, efectuou a limpeza étnica dos sérvios da Krajina.

Em ABR92 a guerra-civil irrompeu também na BiH, pretensamente devido à heterogeneidade da sua população, sendo a única das Repúblicas da Jugoslávia onde existiam populações em significativas percentagens relativas, bósnios-islâmicos (39,5 %), bósnios-ortodoxos (32 %) e bósnios-católicos (18,3 %), coexistindo três objectivos estratégicos inconciliáveis. Assim, os três principais protagonistas na cena bósnia agiam na persecução dos interesses nacionais do seu grupo étnico. Os Croatas olharam para Zagreb, os Sérvios para Belgrado e os Muçulmanos, se espiritualmente só para Meca, depois talvez para Ancara, Teerão e Tripoli. Nessa situação, as agendas políticas partidárias mal escondidas, direccionavam-se de forma não conciliável, porque divergentes. A do SDS (bósnios-sérvios) apontava para a união, primeiro com a RSK e depois com a RFJ; a do HDZ (bósnios-croatas) convergia para a unidade com a Croácia e a terceira, a do DAS (bósnios-muçulmanos) pretendia o reconhecimento internacional da BiH como uma República unitária. Este objectivo do DAS era a única forma de garantir a unidade da BiH, evitando o pior cenário para si, a sua partilha e integração na Croácia e Sérvia ou só numa Grande Sérvia, evitando que os muçulmanos perdessem o estatuto de maioria na República e passassem a constituir uma minoria no meio das nações croata e ou sérvia.

Um outro aspecto, interessante, prende-se com as tentativas de manipulação da designação bósnio, pretendo alguns usá-la como sinónimo de filiação étnica. A designação de bósnio remonta ao Império Austro-húngaro que assim designava todas as populações da BiH, com a finalidade de as amalgamar, eliminando as suas diferenciações étnicas e nacionais, afastando-as dessa forma da particularmente forte identidade nacional sérvia. Ainda que hoje a opinião pública esteja mais conhecedora da situação, os muçulmanos da BiH e do Sandzac usam essa palavra com a pretensão de terem o seu exclusivo, com o objectivo de assim ser atestada a origem territorial histórica de nação muçulmana, remetendo para minorias da BiH os sérvios e os croatas.

Ainda quanto à Constituição de 1974, que definira a RSFJ como Federal, na prática transformou a Jugoslávia numa Confederação. Para tal fragmentou o poder político, transferindo-o massivamente do nível federal para as seis Repúblicas e para as duas Províncias Autónomas sérvias, Voivodina e Kosovo. O resultado dessa decisão mostrou, à evidência, como é difícil estabelecer o limite para o alargamento das autonomias, sem ferir a unidade do Estado. Também ao nível partidário a fragmentação foi levada a efeito, como que feudalizando a Jugoslávia numa descoordenada colecção de oito pequenos Estados, com pequenas economias concorrentes entre si.

Teoricamente pretendeu-se descentralizar em substituição do pluralismo político, mas foi criado, na realidade, o caos. Ao nível federal restaram as áreas da defesa, negócios estrangeiros e algumas questões relativas à economia. A Federação continuou a existir mas somente em nome, visto que, de facto, foi transformada num misto de federação e confederação, com oito unidades. Como causa principal para a desagregação aponta-se, no meio de uma imensa heterogeneidade étnica, cultural e económica, a estrutura política em vigor. A Eslovénia e a Croácia, porque economicamente mais desenvolvidas, não desejaram continuar solidárias com os restantes Repúblicas, consideradas, contrariamente aos seus modelos mais ocidentais, de inspiração bizantina. Assim, sem uma estrutura política central adequada, os egoísmos nacionais emergiram. Para o objectivo de separação pretendido, beneficiaram do apoio amplo da Alemanha, EUA, Hungria e Vaticano, além de outros países europeus, em linha com os interesses dos mesmos.

Na Jugoslávia de então, os problemas internos eram imensos e não terão deixado desviar a atenção interna dos mesmos para a queda do muro de Berlim e para o esboroamento da URSS. Estes vinham mobilizando a atenção do mundo que, por sua vez, vivia alheado da Jugoslávia e dos seus problemas, até que, em 1990/1, o iminente afundamento da Jugoslávia no próprio sangue derramado em imensas atrocidades que, de forma cruzada, foram sendo cometidos, a colocou com prioridade nos OCS de todo o mundo. Esse facto ficou a dever-se aos problemas de segurança que a situação jugoslava levantou, até pelo perigo de extravasar as suas fronteiras, contaminando a Europa a que pertence e podendo interromper o mais longo período de paz que nela se vive, desde o fim da II GG.

Na época em apreço, com o auspicioso processo de reestruturação pós-comunista da Jugoslávia, surgiram as primeiras eleições multipartidárias, porém surgiu também a guerra civil. A Jugoslávia desapareceu em 1991, no mesmo ano em que seriam consumadas as secessões da Eslovénia e Croácia, nesta de forma mais violenta do que naquela, mas ambas ao arrepio do quadro constitucional então em vigor no País.

Logo após as eleições na Eslovénia e Croácia, em 25JUN90, Milosevic avisou que qualquer tentativa de transformar a Jugoslávia em Confederação tornaria as fronteiras do país uma questão política em aberto, pois as então fronteiras administrativas estavam ligadas só ao sistema federal jugoslavo e não eram fronteiras de Estado. Inicialmente, a Sérvia defendeu a continuação da Jugoslávia, como um simples Estado Federal mas, com o aumento das tendências separatistas, foi enfatizando que eram as Nações, não as Repúblicas, que eram soberanas e que a Jugoslávia não fora criada como uma associação de Repúblicas mas de Nações. Também sublinhou que a Confederação não era um Estado, mas uma aliança de Estados e que a Nação sérvia desejava viver num único Estado. O direito de secessão estava implicitamente consagrado. Face ao desenvolvimento do processo de desagregação, então em curso, a Sérvia levantou o objectivo da autodeterminação da Nação, exactamente o mesmo objectivo implementado pela Eslovénia e Croácia, e a possibilidade de alterações de fronteira.

O JNA constituía então o último argumento que, devido ao papel social que lhe estava destinado, se poderia ter oposto à desintegração da Jugoslávia. Mas, com a morte de Tito em 1980, o líder incontestado, e sem a sua substituição por alguém carismático e sim por uma rotativa e

paralisada Presidência Colegial, situação essa conjugada com a ameaçadora introdução do pluralismo político e do crescente e mútuo afastamento das componentes da Federação, após 1991 começou a agir autonomamente. Porém, na situação de orfandade descrita e com a concomitante redução da influência do Partido, bem como o consequente afastamento mútuo das Repúblicas, configurou-se a rotura da Federação. Nessa circunstância, o JNA não se adaptou à mudança e não teve capacidade para a influenciar, pelo que radica nessa complexa equação a sua tendência para então se rever em Milosevic, quer ideologicamente, quer no objectivo deste de lutar pela continuação da RSFJ. Por isso, o JNA de início procurou preservar a Jugoslávia no seu todo, depois na versão mais reduzida (RFJ), tendo porém rejeitado o nacionalismo sérvio, mas assumindo ser aliado natural de Milosevic, face aos interesses comuns, porque ambos forjados no sistema comunista.

Durante a ocupação otomana dos Balcãs, a ausência de direitos por parte dos cristãos foi uma constante mas, no Kosovo agravou-se após 1878, quando o Império otomano perdeu a Bósnia e a Bulgária e os seus domínios na Europa se reduziram a uma estreita faixa de terra que compreendia a Albânia, o Sandzac e o Kosovo, onde a anarquia reinava. De igual modo, na Macedónia foram épocas de massacres de cristãos pelos albaneses. Até então, as vítimas haviam sido sobretudo sérvios, mas depois de 1912 e da reconquista do Kosovo pela Sérvia, as execuções foram recíprocas, conforme o grau de domínio exercido. Foram exercidas contra os albaneses durante as guerras balcânicas, contra os sérvios em retirada durante a I GG. Durante a monarquia jugoslava os albaneses foram alvo de sangrentas repressões, para além de lhes não serem reconhecidos direitos. Nessa época foram ainda instalados novos colonos sérvios nas terras do Kosovo.

Durante a II GG, no Kosovo e sob ocupação italiana, foram de novo massacrados desde alguns milhares até dezenas de milhar de sérvios, segundo os autores.

Por sua vez, os Partizans de Tito, em 1944/5, voltaram a ter na sua mira os albaneses, cometendo alguns massacres. Depois, ainda sob o regime de Tito, a autonomia do Kosovo foi reconhecida mas, até este líder ter demitido, em 1966, o seu Vice-Presidente e braço direito, o sérvio Rankovic, todas as formas de pressão foram usadas contra os albaneses do Kosovo, diminuindo as mesmas de seguida. Por sua vez os sérvios, a partir daí, afirmam terem aumentado as suas razões de queixa, sobretudo nos anos 80, originando o aumento da sua emigração do Kosovo devido às pressões se terem tornado intoleráveis, com profanações de cemitérios, agressões, violações e assassinatos, além do espectacular acto de vandalismo que foi o incêndio da sede do Patriarcado de Pec, em 1981. Começou então a ser sublinhado na Sérvia que estava em marcha o genocídio do seu povo no Kosovo. Apesar de os números de vítimas não apontarem claramente para tal, os sérvios foram realmente objecto de grande violência, a qual lhes deu uma forte sensação de insegurança. Essa é a única explicação para a percentagem de sérvios ser oito vezes maior, quando comparada com a de albaneses que também emigravam, face à pobreza do território do Kosovo. Mais do que emigração, pode-se com segurança afirmar, quanto aos sérvios, que é mais correcto falar-se em fuga à violência, sobretudo no campo, onde a muito maior percentagem de natalidade dos albaneses foi acentuando o seu menor peso relativo e a sujeição às regras que lhes foram sendo impostas, inclusive de forma violenta.

Por outro lado a repressão, sobre os albaneses separatistas, era exercida impiedosamente, tendo os levantamentos populares de 1981 originando massivas prisões e cerca de um milhar de mortos.

A diferença na violência, que ambos os lados em conflito praticaram, situa-se desde logo no autor da mesma. Assim, após 1945 a violência praticada com intermitência pelo lado sérvio tem origem no Estado e nas Instituições Polícia e Exército, enquanto a albanesa é mais difusa, individual e é perene, principalmente após 1986.

Ressalta da história balcânica descrita, sobretudo que a Sérvia desde sempre se constituiu como um estado nacional unitário, homogéneo, em termos étnicos e religiosos, e só a partir de 1912 começou a não expulsar dos territórios libertados os muçulmanos que neles encontrava, como fizera até então, fossem turcos, albaneses ou mesmo eslavos convertidos. Igualmente ressalta que a Sérvia possui um acentuado padrão ortodoxo, com uma sólida tradição militar e com uma profunda desconfiança nas Nações vizinhas, face ao sentimento, dominante no seu povo, de cerco por inimigos, sejam os turcos, os austríacos, ou os búlgaros. Igualmente, não se deve esquecer que a Sérvia é um país relativamente pobre e agrícola, com uma fortíssima tradição popular, ainda hoje oralmente transmitida através de cantares tradicionais, a qual releva a heroicidade dos seus ancestrais, acentuando a honrosa luta do fraco sérvio ao forte inimigo. Nota-se hoje que a fraternidade com os sérvios descendentes dos que estiveram sob dominação dos austríacos, sobretudo com os da Bósnia, perante as vicissitudes entretanto decorridas, enfraqueceu imenso.

Poderemos então parafrasear alguém que, como síntese das suas viagens pela região, afirmou que nos Balcãs interagem entidades etnolinguísticas que se definem por oposição (em conflito, separação, desconfiança, distância) ao "outro", mesmo em aliança, seja o "outro" de fora ou o "outro" de dentro. É um tipo de coesão circunstancial e oportunista que morre com o conflito, enquadrando a prazo outros conflitos, em ciclos de calma e crise, numa ilha com paradigmas medievais.

Crê-se que o processo de desintegração efectiva da Jugoslávia começou com a decisão de Tito de outorgar uma nova Constituição em 1974, sob a influência dos líderes políticos eslovenos, croatas e albaneses do Kosovo. Essa decisão foi tomada como forma de ultrapassar a agitação social de carácter nacionalista, então existente, resultando finalmente por abrir caminho ao fim da Federação. A evolução subsequente ficou a dever-se, em boa parte, ao facto de em 1980 Tito ter falecido, o que privou a Jugoslávia do único homem capaz de intervir, sem contestação, para resolver situações de interesses não acomodáveis e refrear as exigências mais impulsivas, quando os mecanismos de regulação dos conflitos na RSFJ falhavam. A profunda crise económica que avassalou a Jugoslávia nos anos seguintes foi outro factor potenciador da evolução para a desintegração do Estado. Depois, o esboroamento da URSS, que começou em 1985, foi a oportunidade final para a realização dos objectivos estratégicos dificilmente conciliáveis dos actores jugoslavos, resultando na desintegração da Federação.

Na procura das linhas de força mais importantes e das suas interacções, foi realizada uma revisitação à história da Jugoslávia, desde a chegada dos chamados eslavos do Sul aos Balcãs até à actualidade, a fim de clarificar as raízes profundas para a reiterada conflitualidade existente na

Jugoslávia, deduzir as consequências políticas dessa situação e perspectivar o futuro na região, se medidas mais adequadas não forem tomadas pela sociedade internacional. Nessa história ressalta o facto de ela se encontrar manchada de sangue e da existência de diversos e bem vinculados anseios não atingidos, com sonhos nacionais não cumpridos, profundas divisões étnicas, culturais e religiosas, que o movimentado do terreno originou e incrementou, sobretudo em épocas mais afastadas, ao dificultar a comunicação de relação e de transporte; ainda ressalta a existência de fronteiras arbitrariamente traçadas e separadoras de etnias, bem como sonhos de pequenos imperialismos visando deliberadamente reescrever a história.

Na teia dos complexos fenómenos que emergiram nos Balcãs e que foi objecto da análise precedente, constitui convicção profunda que a chave fundamental para a sua compreensão assenta na tese da crise das Instituições no Estado jugoslavo. Essa crise adquiriu, desde início, uma dinâmica transversal nessa sociedade, com reflexos directos nos âmbitos das outras três teses explicativas (as denominadas primordiais, as designadas por pressões internacionais e as que subscrevem as causas instrumentais), tidas só como auxiliares, visto levantarem contributos importantes mas só sectoriais, contudo complementando-se umas às outras.

O violento conflito da Jugoslávia, longe de ter sido um extremar de antigos ódios de natureza étnica, cuja existência não se nega, mas, graças à extrema debilidade provocada nas estruturas políticas existentes, estas então sem mecanismos eficientes na oposição à desintegração, foi o produto da vontade de diversos sectores da elite política do país. Os membros desta utilizaram com eficácia o poder que a nova estrutura política lhes permitiu usar, cada um com o apoio explícito ou não de potências exteriores. Dessa forma puderam alargar as fracturas que sempre haviam existido, relativas à diversidade étnica e cultural, tornando-as assim terreno fértil, porque fora de controlo, para nelas germinarem os seus apelos aos interesses nacionalistas e contraditórios em jogo, deliberadamente provocando assim o choque.

Como em situações similares acontece, identifica-se na liberdade de acção permitida às diversas elites nacionais, então empenhadas na prossecução de objectivos políticos inconciliáveis, o perigo que representou para a unidade da RFSJ, a não definição inicial de limites na descentralização política, esta reiteradamente reclamada pelas elites das Repúblicas e Províncias Autónomas e alargada sucessivamente.

Faltou, nesse contexto, a imposição de regras federais claras, que não permitissem a ultrapassagem do limite desejável de descentralização política, sem as quais se caminhou inexoravelmente para a destruição do próprio Estado Central e para a atomização da Federação.

Na base da acção dessas elites, encontrou-se a forte motivação representada pela ameaça sentida ao seu estatuto, face às alterações de natureza política, social e económica que na Jugoslávia se perfilavam no horizonte próximo, através da reestruturação radical do seu sistema político e económico. Como forma de neutralizar a oposição reformadora, iniciada no interior do próprio Partido Comunista e que depois o extravasou, desviaram o centro da disputa política das questões relacionadas com as reformas, para as da defesa dos interesses nacionais. Dessa forma reposicionaram-se até ideologicamente, a fim de manterem o controlo das estruturas de poder existentes, bem como para converterem em benefício próprio a propriedade estatal em privada, a

base do poder no novo sistema de economia liberal em construção. A natureza do sistema político jugoslavo, bem como o tipo de alternativas apresentadas pelos reformistas, eram aspectos que se conjugavam para espoletar uma forte oposição a qualquer tentativa de alteração radical. Desde logo, a descentralização do poder nas Repúblicas conferiu uma enorme influência às respectivas elites, numa situação de mudança desfavorável para as mesmas, pois seriam as primeiras pessoas a sofrer com as reformas económicas previstas. Assim, com a transformação do poder político central, de uma base Federal para base Confederal, colocou na mão das elites das Repúblicas o poder de decisão, transformando a necessidade de obtenção dos consensos necessários à tomada de decisões de interesse comum às Repúblicas, numa tarefa praticamente impossível. Um factor não despreciando nessa complexa equação, foi a natureza do poder nas diversas Repúblicas ser nacional, em situações de conflito entre elas mesmas, o que facilitou a argumentação nacionalista ou étnica. Finalmente, o estatuto de que o JNA gozava, sobretudo no âmbito político, e o seu papel social de garante da ordem e unidade internas e do sistema socialista, colocou-o sem dúvida na posição de alinhado completamente com as forças que se opunham à mudança, isto é a Milosevic.

Nesta fase conclusiva do trabalho, na medida do possível controlados que foram os dados relatados e obtida a resposta à questão central de início definida, surgiram algumas "lições aprendidas" com o presente estudo. Estas não serão certamente um conjunto de princípios a aplicar em idênticas circunstâncias, mas sim experiências práticas cujo conhecimento poderá ser útil na prevenção e ou gestão de outros conflitos étnicos. A razão para tal situa-se no facto, indesmentível, da racionalidade nas relações internacionais ser ultrapassada pela política de poder, evidenciando a *realpolitik*, onde na maioria das vezes surgem soluções inesperadas no meio da desordem, negociações difíceis, soluções casuísticas e compromissos. Porém, a sociedade internacional tem limites na sua acção, em situações como a estudada. Se agir com o objectivo do verdadeiro bem comum, como comunidade e não sociedade internacional, poderá actuar usando as diversas opções de *soft power* ou, no caso de essas alternativas falharem, usar *hard power*, havendo, no entanto, sempre o risco de serem ineficazes os instrumentos usados.

Acredita-se que o estudo das lições aprendidas com a conflitualidade surgida no espaço da Jugoslávia, bem como a implementação das medidas que a sociedade internacional deve acautelar, tendo em vista a prevenção e ou gestão de situações de conflito étnico, são mais importantes do que as causas hierarquizadas da conflitualidade revisitada. Fundamenta tal afirmação a necessidade de prevenir ou gerir situações de extrema violência como as referidas, tendo em vista a preservação da paz e da estabilidade internacionais, base fundamental para o progresso e bem-estar sociais.

Desde logo **ressaltou a lição** de que para as minorias sem o estatuto de nação (stateless nations) mas integradas num Estado, o Estado soberano continua a ser visto como a varinha mágica que permite resolver as suas reais ou imaginárias queixas, bem como constituir o veículo para as suas ambições. Por isso, desejavelmente, a sua Nação deverá oficialmente ser reconhecida como tal pelo Estado, como forma de poderem ter liberdade de escolha, e ela ter possibilidade de defesa livre dos interesses nacionais, o que traduz o conceito de nacionalismo. Curiosamente e para muitos, este conceito representa nos nossos dias um anacronismo, esquecendo que a UE com a integração dos

diversos Estados aderentes, persegue também os diversos interesses nacionais em jogo, só que de uma forma harmonizada.

Uma **outra lição** relaciona-se com o princípio da autodeterminação das nações, o qual não deve ser aplicado selectivamente pela sociedade internacional. Este erro foi cometido ao ser reconhecida a Croácia pela UE, assumindo concomitantemente que os sérvios da Croácia eram só uma minoria e não uma nação, apesar do ponto central, do conflito croato-sérvio na Croácia, ser a insistência da comunidade sérvia em manter o seu anterior estatuto de Nação. Ao serem reconhecidos ambos os direitos, ao menos implicitamente, a soberania à Croácia e o direito à autodeterminação aos croatas, foi negado idêntico reconhecimento aos sérvios, os quais haviam previamente avisado resistir a tal, porque consideravam essa solução inaceitável. Não podendo ser, por sistema, reconhecido o direito a cada grupo que invoque para si o princípio da autodeterminação, mormente vivendo-se uma situação de guerra como foi então o caso, muito menos se deverá reconhecer tal direito a uma só das partes interessadas. Assim, é prudente serem criadas condições para ser usado o método do plebiscito sobre a soberania, sempre sob a supervisão das instâncias internacionais.

Outra lição aprendida que também ressaltou com o estudo do conflito jugoslavo, está relacionada com a questão das minorias e com a sua eventual autodeterminação. Quando se deverá considerar uma minoria como uma Nação e quando é que uma Nação não é considerada como tal? É do senso comum que às minorias, porque constituídas por pessoas, têm de lhes ser respeitados os seus direitos humanos, mas também reconhecidos os referentes à condição de minoria, bem como a todas as Nações o direito à autodeterminação. Apesar da enorme importância de que a questão se reveste, ela encerra uma imensa complexidade, face à dificuldade na determinação da linha separadora entre direitos e autodeterminação, como atrás realçado no caso da Croácia e no Kosovo, situações que foram acompanhadas do inicial ensurdecido silêncio não só da UE. É vital para que a sociedade internacional possa agir correctamente, em situações de conflito étnico, que esteja definido sem ambiguidades o que é uma Nação e quando é que uma minoria constitui uma Nação. Porém, ainda que essas definições já existam no Direito Internacional Público, face à *realpolitik* que os Estados sempre praticam, na defesa dos seus interesses, esta conduz a interpretações da letra daquelas definições conforme as conveniências políticas de cada momento.

Outra importante lição que do conflito jugoslavo se releva, prende-se com a articulação dos princípios internacionalmente aceites da inviolabilidade das fronteiras e o do direito à autodeterminação. Um dos dois tem de se subordinar ao outro, pois a tensão entre ambos é constante. Constitui forte convicção que, como o traçado das fronteiras é algo de dinâmico e não permanente como já vimos, deverá ser dada prioridade à autodeterminação, visando o futuro de uma qualquer Nação e de forma a poder vir a levantar o Estado, até porque a sua repressão só poderá ser temporariamente levada a efeito. De novo o método do plebiscito, para a determinação dos limites das fronteiras entre as Nações, deverá ser adoptado, sempre sob forte controlo internacional.

Ainda como lição aprendida, deve ser sublinhado que a comunidade internacional deverá ter respostas preparadas, de forma a antecipar-se ao deflagrar de violência étnica. Os sinais premonitórios na Jugoslávia foram muitos, mas não era conhecida uma política discernível na



sociedade internacional para essas situações, o que levou à chegada das Forças da ONU tardiamente (1992), com um mandato pouco flexível, logo com regras de empenhamento muito restritivas para as forças militares. Por outro lado, a OSCE não demonstrou ser eficiente para a gestão de conflitos, ainda que já em NOV90 tivesse criado um departamento com essa finalidade, o Centro de Prevenção de Conflitos.

Por último, entre outros pretendentes balcânicos à integração na UE contam-se os croatas, os quais estão a trabalhar para obterem esse sucesso previsivelmente em 2013, visto terem entretanto concluído as necessárias negociações em 2011. **Crê-se firmemente ser recomendável**, porque do interesse da própria União Europeia, que a integração da Croácia seja concomitante, ou pelo menos pouco diferida no tempo, da integração da Sérvia, incluindo as suas duas Províncias Autónomas (Voivodina e Kosovo). Dessa realidade resultaria uma âncora fortalecida de ligação da Sérvia ao Ocidente, a qual, entre outras vantagens lhe traria o acesso directo e legal ao mar, retirando-lhe o terrível constrangimento psicológico de cerco. Esta possibilidade que esbateria a animosidade latente, seria uma consequência das quatro liberdades usufruídas pelos membros da UE (circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços). De alguma forma seria também, ao menos psicologicamente, uma forma de atenuar o forte sentimento sérvio da perda do Kosovo com o apoio ocidental, pela integração concomitante de ambos no mesmo espaço político. A não acontecer a integração, da forma referida, resultará previsivelmente um maior afastamento da Sérvia em relação ao ocidente europeu e o fortalecimento das suas ligações no mundo eslavo, potenciado pelo ressentimento sérvio resultante, o qual iria de encontro ao interesse russo.



Bibliografia

- Livros

- ALAIN**, Gresh et al. 2003. "Atlas da globalização. Le Monde Diplomatique". Lisboa: Campo da Comunicação S.A.
- ALMEIDA**, Políbio Valente de. 1990. "Do Poder do Pequeno Estado. Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências". Lisboa : ISCSP.
. 1994. "Ensaios de Geopolítica". Lisboa : ISCSP.
- ANDRIC**, Ivo. 1962. "A Ponte Sobre o Drina". Coimbra: Publicações Europa-América
- ARON**, Raymon. 1962. "Paz e Guerra Entre as Nações". Brasília: Editora Univ. de Brasília.
- BEAFRE**, André. 1967. "Batir l'Avenir", Paris: Calmann-Lévy
- BECIROVIC**, Komnen et al. 2000. "Les Balkans, La Guerre du Kosovo, Comment en Sortir". Lausanne/Suisse : Editions L'Age d'Homme.
- BENOIST** , Alain. 1980. "O que é a Geopolítica". Braga: Livraria Editora Pax, Edições do Templo.
- BESSA**, António Marques. 1999. "Introdução a Uma Teoria do Conflito". Lisboa: Fundação Luso-africana para a Cultura.
. 2001. "O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos". Lisboa: ISCSP.
, **DIAS**, Carlos Manuel Mendes. 2007. "O Salto do Tigre – Geopolítica Aplicada". Lisboa: Prefácio.
- "BOSNIA Country Handbook – Peace Implementation Force"**. 1995. United States of America: Department of Defence.
- BRANCO**, Carlos Martins, et al. 2010. "Portugal e as Operações de Paz". Lisboa: Prefácio Editora
- BRIGHT**, Michael. 2006. "1001 Natural Wonders You Must See Before You Died". 2nd Edition, London: Cassel Illustrated.
- CAETANO**, Marcelo. 1972. "Manual de Ciência Política e Direito Constitucional". Tomo 1, 6^a Edição; Coimbra: Livraria Almedina.
- CANOTILHO**, J. J. Gomes. 1999. "Direito Constitucional e Teoria da Constituição". 3^a Edição. Coimbra : Almedina.



- CASTRO**, Therezinha de. 1971. "Estudo de Géó-história". Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de imprensa.
- . 1981. "Nossa América. Geopolítica comparada. Rio de Janeiro : BIBLIEX.
- . 1999. "Geopolítica. Princípios, Meios e Fins". Rio de Janeiro: BIBLIEX.
- CÉLÉRIER**, Pierre. 1969. "Géopolitique et Géostratégie". 3me Edition Refondue. Paris : Presses Universitaires de France.
- CHARNAY** Jean-Paul. 1992. "Stratégie Générative. De l'Anthropologie à la Géopolitique". Vendôme : Presses Universitaires de France.
- CHALIAND**, Gérard, **RAGEAU**, Jean-Pierre. 1998. "Atlas du Millénaire. La Mort des Empires 1900-2015". Paris: Hachette.
- CHAUPRADE**, Aymeric. 2007. "Géopolitique. Constantes et Changements dans l'Histoire". 3me Edition revue et augmentée. Paris: Ellipses.
- CHEVALIER**, Jean-Jacques, **GUCHET**, Yves. 2004. « As Grandes Obras Políticas. De Maquiavel à Actualidade". Mem Martins: Publicações Europa-América.
- CLINE**, Ray S. 1980. "World Power Trends and US Foreign Policy for the 1980's". Washington: Georgetown University.
- COHEN**, Samuel Bernard. 1980. "Geografia Y Política en un Mundo Dividido". Madrid: Ejercito.
- COSTA**, Agostinho Dias da. 2002. "Os Sérvios e a Estabilidade nos Balcãs". Tese de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Lusíada.
- COSTA**, Fernando Solano. 1968. "A Significação Actual da Geopolítica". Tradução do texto da Conferência proferida em 25 de Março de 1965 no XIV Curso de Cultura Militar na Universidade de Saragoça – Cátedra Palafox, Publicada em Geopolítica Tropical, Lisboa: AA/ISCSPU.
- COUTO**, Cor Abel Cabral. 1988. "Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso". Lisboa: IAEM.
- CRAWFORD**, Beverly. **LIPSCHUTZ**, Ronnie D. 1998. "Explaining Cultural Conflict in ex-Yugoslavia: Institutional Weakness, Economic Crisis, and Identity Politics in The Myth of Ethnic Conflict: Politics, Economics, and *Cultural Violence*". California: University of California Press.
- DAVIES**, Norman. 2006. "A Europa em Guerra". Lisboa : Edições 70.
- DEFARGES**, Philippe Moreau. 1994. " Introduction à la Géopolitique". Paris: Seuil.
- DIXON**, Norman. 1994. "On the Psychology of Military Incompetence". New Zealand, Ed. Pimlico.
- DRAGNICH**, Alex N. 1992. "Sérvios e Croatas". Venda-Nova: Bertrand Editor.



- DUROSELLE**, Jean-Baptiste, **RENOUVIN**, Pierre.1970. " Introduction a l'Histoire des Relations Internationales". Paris : L. Armand Colin.
- DUVERGER**, Maurice. 1968. "Sociologie Politique". Paris: Puf.
- ESG**. 2001. “Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra”. I e II volumes, Rio de Janeiro: ESG.
- EKMAN**, Paul. 1997. “States of Mind : American and Post-Soviet Perspectives on Contemporary Issues of Psychology Oxford ”, Oxford University Press
- FOUCHER**, Michel. 1988. “Fronts et Frontières- Un Tour du Monde Géopolitique”. Paris: Fayard.
- FREUND**, Julien. 1983."Sociologie du Conflit". Paris: Puf.
- GALBRAITH**, John Kenneth. 2007,“A Anatomia do Poder “, Lisboa : Edições 70.
- GALLOIS**, Pierre M. .1990. "Géopolitique. Les Voies de la Puissance". Paris : Plon.
- GARDE**, Paul. 2000. “ Vie et Mort de la Yougoslavie”. Nouvelle édition. Paris : Fayard.
- GERALDES**, João Carlos de Azevedo de Araújo. 1982a. “Origens e Evolução do Pensamento Geopolítico. Síntese Histórica”. ME 4210. Lisboa: IAEM.
- GIL**, A.C.1999. "Métodos e Técnicas de Pesquisa Social", 5ª Edição, S.Paulo: Atlas.
- GUERREIRO**, Cátia, et al. 2002. “Reflexões Sobre o Direito do Homem, o Património Comum da Humanidade”, Estratégia – vol XIII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Amadora: ACMA.
- HAUSHOFER**, Karl.1986. "De la Géopolitique". Paris : Fayard.
- HELLER**, Yves. 1997."Des brasiers mal éteints. Un reporter dans les guerres yougoslaves 1991-1995". Paris: Le Monde Editions.
- HUDSON**, Prof. Ray. 2005. “Geographica – Atlas Ilustrado do Mundo”. Lisboa: Dinalivro.
- HUNTINGTON**, Samuel P.1999.”O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial”, Lisboa: Gradiva Publicações.
- "INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA e GEOESTRATÉGIA “**. 1987/8. SU-4210. Lisboa : IAEM
- ISCIA**. 2007. “Geopolítica: Um Olhar Diferente”. Revista nº 1 – Centro Português de Geopolítica, Estarreja : Rebelo-Artes Gráficas Lda.
- IVIC**, Pavle et al. 1992. "De l'imprecision a la falsification. Analyses de Vie et mort da la Yougoslavie de Paul Garde", Paris: L'Age d'Homme.
- JEAN**, Carlo. 1995. “Geopolítica”. Roma -Bari: Editori Laterza.
. 1996. “L’Uso della Forza. Sevoui la Pace Comprendi la Guerra”. Roma: Gius. Laterza & Figli.



- “KOSOVO International Security Force Handbook”**. 1999. United States of America: Department of Defence.
- LARA**, António C. de A. de Sousa. 1987. “A Subversão do Estado”, Lisboa: ISCSP.
. 1990, “Elementos de Ciência Política”, 2ª Edição, Lisboa: Universidade Lusíada.
- LACOSTE**, Yves. 1995. “Dictionnaire de Géopolitique”. Paris : Flammarion.
. 2006. “A Geopolítica do Mediterrâneo”. Lisboa: Edições 70.
- MALCOLM**, Noel. 1994. “Bosnia a Short History”. London: Papermac.
- MARTINS**, Raul François. 2006a. “Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia”, volume 1, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
. 2006b. “Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia”, volume 2, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- MATIAS**. Rui M. Xavier F. 2007. “Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica”. Lisboa: IESM.
- MATOS**, Carlos de Meira. 1977. “A Geopolítica e as Projecções de Poder”. Rio de Janeiro: BIBLIEX.
. 1990. “Geopolítica e Teoria das Fronteiras”, Rio de Janeiro: BIBLIEX.
- MERLE**, Marcel. 1988. “Sociologie des Relations Internationales”. 4 ème edition, Paris : Dallaz.
- MONIKA**, Unger. **WIENECKE-JANZ**, Detlef. 2006. “Geografia do Mundo – Europa. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores.
- MONTBRIAL**, Thierry de, et al. 1996. “Synthèse annuelle de l’actualité mondiale”. Rapport Annuel Mondial sur les Système Économique et les Stratégies-RAMSES 1996, Paris : IFRI/Dunod.
. 2001. “Les Grandes Tendances du Monde”. Rapport Annuel Mondial sur les Système Économique et les Stratégies-RAMSES 2001, Paris : IFRI/Dunod
- MOREIRA**, Adriano. 1979. “Ciência Política”, Lisboa: Livraria Bertrand.
. 1999. “Teoria das Relações Internacionais”, 3ª Edição. Coimbra, Almedina.
. 2008. “A Espuma do Tempo. Memórias do tempo de Vésperas”. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA**, Carlos Diogo. 2007. “Teorias e Práticas de Investigação”. Lisboa: ISCSP.



- MORGENTHAU**, Hans J. 1985. “Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace”. 6th Edition. United States of America: McGraw-Hill.
- NIKSIC**, Stevan. **RODRIGUES**, Pedro Caldeira. 1996. “O Vírus Balcânico. O Caso da Jugoslávia”. Lisboa: Assírio e Alvim.
- NOGUEIRA**, José Manuej Freire. 2011. “O Método Géopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo”. Lisboa: IESM.
- NYE Jr**, Joseph S. 2002. “Compreender os Conflitos Internacionais. Uma introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva.
- OHMAE**, Keniche.1996. “De l’État-Nation aux États-Régions ». Paris : Dunod
- PEREIRA**, Carlos Santos. 1995. "Da Jugoslávia à Jugoslávia. Os Balcãs e a Nova Ordem Europeia". 2ª Edição. Lisboa: Edições Cotovia.
- PINTO**, Jaime Nogueira.1999. "Causas e Conflitos no Século XX". Lisboa: Fundação Luso-africana para a Cultura.
- POPPER**, Karl. 1992. “ O Universo Aberto”. Lisboa : Publicações D. Quixote.
- QUIVY**, Raymond, **CAMPENHOUDT**, Luc Van. 1998.“Manual de Investigação em Ciências Sociais”. 2ª Edição, Lisboa: Gradiva
- RADOS**, Milan. 1999. “Quem Matou a Jugoslávia”. Porto : Campo das Letras Editores.
- RAFFESTIN**, Claude. 1980. “Pour une Géographie du Pouvoir”. Paris : Librairies Techniques.
- RAMONET**, Ignacio. 1999. "Geopolítica do Caos". 3ª Edição, Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- REICH**, Wilhelm. 1998. “La Psychologie de Masse du Fascisme”. Paris : Petite Biblioth. Payot.
- RÉMOND**, René. 1994. “Introdução à História do Nosso Tempo”. Lisboa : Gradiva.
- ROUX**, Michel. 1999. " Le Kosovo. Dix clés pour comprendre". Paris: La Découverte.
- RUSSEL**, Bertrand. 1993. “O Poder, Uma nova análise social”. 2ª Edição, Lisboa: Editorial Fragmentos.
- SACCHETTI**, António Emílio Ferraz.2002, “A Conjuntura Internacional e os Novos Conflitos”, Estratégia, volume XIII, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- SANTOS**, J. Loureiro dos.1983. “Incursões no Domínio da Estratégia”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



- TOFFLER**, Alvin and Heidi. 1991, “Os Novos Poderes”, Lisboa: Livros do Brasil.
- TOMÉ**, Luís L. 2004. “Novo Recorte Geopolítico Mundial”. Lisboa: EDIUAL.
- TOSTA**, Octávio. 1984. “Teorias Geopolíticas”. Rio de Janeiro: BIBLIEX.
- VICKERS**, Miranda. 1998. “Between Serb and Albanian. A History of Kosovo”. London: Hurst Company.
- VIDAL-NAGUET, Pierre. BERTIN, Jacques.** 2008. “Atlas Histórico”. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- VIGEVANI, Tulio, LIMA, Thiago, OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de.** 2008. “Dados”, vol 51 – nº 1, Rio de Janeiro, Csielo-Brasil.
- VIVES**, Jaime Vicens. 1956. “Tratado General de Geopolítica”. 2ª Edición. Universidade de Barcelona: Centro de Estudios Históricos Internacionales.
- ZORGBIBE**, Charles. 1986. “Géopolitique Contemporaine. Les Zones d’Affrontement”. Paris: Presses Universitaires de France.

- Revistas e artigos

- BESSA**, António Marques Gomes. 2001, “La Crise des Balkans. Une Perspective Géopolitique”, Conferência proferida na Universidade de Aix-en-Provence
- BORGES**, Anibal, **DINIS**, José, **Morgado**, Henrique. 2007/8. “Implicações de um Kosovo Independente”, Lisboa: IESM.
- BRANCO**, Carlos Martins. 1996. “Bósnia – crimes de guerra e os perigos da somalização”, Lisboa, Diário de Notícias 10ABR96, página 12.
- . 1996a. “Bósnia: muçulmanos, media e cabalas em Sarajevo”. Lisboa: Diário de Notícias 03JUL96, página 10.
 - . 2006. “Etnicidade e Violência Étnica. As diferentes Abordagens Teóricas e a sua Utilidade na Gestão de Conflitos”. Revista Militar nº 2458, pág. 1171: Lisboa.
- CIVIJC**, Jovan. 1918. “La Penisola Balcanica. Geografia Umana”. Tradução para italiano e para o Laboratório de Geografia de Maria Cian, em 2002/3. Paris: Sorbonne.
- CUTILEIRO**, José. 2008a. “Janez Drnovsek”. Lisboa: Jornal Expresso, 01Mar08, página 39.
- . 2008. “Dinko Sakic”. Lisboa: Jornal Expresso, 26JUL08, página 39.
 - . 2009. “Cabul: Bilhete de Ida e Volta”. O Mundo dos Outros, Lisboa: Jornal Expresso, 19SET09, página 40.
- GEOPOLITIQUE**. 1994. “Le Monde Orthodoxe, Pouvoir et Nation”. Nº 47 – Outono. Paris: Institut International de Géopolitique.
- GERALDES**, João Carlos de Azevedo de Araújo. (1987 ?) “O Factor Físico e a Defesa da península Ibérica. Perspectiva Geoestratégica”. Lisboa: IAEM.
- . 1982b. “A Circulação – Factor de Análise Política e Estratégica”. Revista Nação e Defesa, nº 22, Lisboa: CEGRAF/Ex.
 - . 1983. “O Pensamento Geopolítico e Geoestratégico. Uma Perspectiva da sua Evolução”. Revista Nação e Defesa. Lisboa: CEGRAF/Ex.
 - . 1984. “A Interpretação Geoestratégica do Espaço e o Sentido Funcional de Segurança”. Revista Nação e Defesa, nº32, Lisboa: CEGRAF/Ex.
- HARTSHORNE**, Richard. 1960. “Political Geography in the Modern World”. Revista Journal of Conflits, IV, nº I, Março de 1960.
- JERÓNIMO**, Nelson. 2000. “A Segurança nos Balcãs. Que solução?”. TILD/CEM 98/2000. Lisboa: IAEM.



- LEANDRO**, José Eduardo Garcia. 1992a. "A Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras e os Sistemas de Forças", Boletim do IAEM, Lisboa: IAEM.
- . 1992b. "As Novas Fronteiras e o Caso Português I e II", Lisboa, Diário de Notícias, Opinião 7, 30 de Julho e 4 de Agosto de 1982.
- MARTINS**, Raul François. . 1996a. "Geopolítica e Geoestratégia – O que são e para que servem". Revista Nação e Defesa, nº 78, Abr./Jun., Lisboa: IDN, p. 21-78.
- . 1996b. "Acerca de uma Perspectiva Geopolítica do Sistema Mundial". Revista Militar nº 11/12 – Nov./Dez, Lisboa: Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes, p. 1145-1224.
- . 1996c. "Jugoslávia: As Raízes dos Conflitos". Lisboa: Departamento de Relações Internacionais/Universidade Lusíada.
- MOLNAR**, Miklos. 1995. "Vers une Guerre de Civilisations? Revue Militaire Suisse. Lausanne : Association de la Revue Militaire Suisse. p. 6-10.
- MONJARDINO**, Miguel. 2008. "A Ascensão de Mercúrio", Lisboa : Jornal Expresso, 23FEV08, página39.
- NETO**, João Pereira. 1968/9."A Evolução e Tendências Recentes das Hipóteses Geopolíticas". Revista da Associação do ISCSPU, Lisboa: ISCSPU.
- "NOÇÕES BÁSICAS de GEOPOLITICA"**. 1989. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea / Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
- OSÓRIO**, Luís. 2011. "O dono da chave do cofre onde a Troika não entra". Lisboa: Jornal O Sol, 05JUL11.
- PARADELO**, António Alberto Crispim.2003. "Uma Nova Abordagem Metodológica da Polemologia e sua Aplicação ao caso dos Balcãs". TILD/CEM 2002/2004. Lisboa: IAEM.
- QUADROS**, Fausto de. 2008."Portugal não pode reconhecer o Kosovo". Lisboa: Jornal Sol, 19ABR08, página 22.
- SPROUT**, Harold and Margaret.1957. "Geography and International Politics in Revolutionary Change". Journal of Conflict Resolution, IV, n. 1.
- . 1965. "The Ecological Perspective on Human Affairs with Special reference to International Politics". 1st Edition, NJ: Princeton University Press.
- . 1968. "An Ecological Paradigm for the Study of International Politics", Monography number 30, NY: Princeton Centre for International Studies.
- TOMASEVIC**, Madge Phillips. 1990. "Yugoslavia". Belgrade: Jugoslovenska Revija and Mostar: PRVA Knjizevna Komuna.



ZAMETICA, John. 1992. “The Yugoslav Conflict”. Adelphi Paper 270/92/Summer, London: IISS-Brasseys.

ZULETA Y ALEJANDRO, José Manuel. 2001. “Sarajevo 2000. Lecciones Aprendidas”. Revista Ejército de Tierra Español. Madrid: Ministério de Defensa, p.18-25.



- Webgrafia (links utilizados, datas e assuntos):

- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bk.html> – 15MAI08 -Bósnia-Herzegovina.
- <https://www.cia.gov/publications/the-world-factbook/geos/rb.html> - 13MAI08 - Servia
- http://www.1911encyclopedia.org/Balkan_Peninsula - 20MAI08
- <http://reservaer.com.br/estrategicos/situacao-kosovo.html> - 20MAI08 – Apreciação sobre a Situação no Kosovo
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Balkans> – 27JUN08
- http://en.wikipedia.org/wiki/Herman_Beukema – 25SET08
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Cisma_do_Oriente – 16OU08
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Bulgaria> – 16OUT08
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_bizantino – 06OUT08
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_romano – 16OUT08
- <http://www.bookrags.com/wiky/battleofkosovo> – 21OUT08
- http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/fm_yugoslavia-rel96.jpg - 04DEC08
- <http://www.cia.gov/library/publications/the-world-ctbook/geos/si.html#Geo> – 05JAN09 – Eslovénia
- <http://www.indexmundi.com/pt/croacia/> -05JAN09 – Croácia
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cro%C3%A1cia> – 05JAN09 – Croácia
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_S%C3%A9rvia_de_Krajina – 5JAN09 – República Sérvia da Krajina
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Montenegro> - 05JAN09 – República do Montenegro
- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mk.html> – 05JAN09 – República da Macedónia
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Voivodina> - 05JAN09 – Voivodina
- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html> – 05JAN09 – Kosovo
- <http://www.monografias.com/trabajos6/reli/reli.shtml?relacionados#euro> – 0FEV09 – As Relações Internacionais – 1870 / 1914
- http://es.wikipedia.org/wiki/Yugoslavia_durante_la_Segunda_Guerra_Mundial – 12ABR09 – A Jugoslávia durante a IIª GG.
- <http://es.wikipedia.org/wiki/Usta%C5%A1e> – 15ABR09 – Os Ustacha
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partisan> - 15ABR09 – Os Partizans
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Chetniks> - 15ABR09 – Os Tchetsniks
- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000100006&lng=en&nrm=iso. ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52582008000100006. – 02JUN09 – Conflito étnico, direitos humanos e intervenção internacional
- <http://es.wikipedia.org/wiki/Vojvodina>). – 03SET09 – Província Autónoma da Voivodina
- <http://www.europa-mapas.com/balcas.htm> - 05SET09 – M. Pindo e Sar Planina
- <http://static.publico.clix.pt/homepage/infografia/internacional/balcas/> – 05SET09 – Mapas



- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira Guerra Balc%C3%A2nica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Guerra_Balc%C3%A2nica) – 05SET09 – 1ª Guerra Balcânica
- <http://www2.units.it/~storia/labgeo/balkan.rtf> - 06SET09 – A Península Balcânica – Geografia Humana
- <http://www.macedoniaontheweb.com/forum/interesting-macedonian-books-sources/10490-jovan-cvijic-fabricator-macedonian-slavs.html#post121867> – 07SET09 – Posição búlgara face à Macedónia. Argumentação contrária à do Prof. Jovan Cvilic
- [http://en.wikipedia.org/wiki/Jovan Cvijic](http://en.wikipedia.org/wiki/Jovan_Cvijic) – 07SET09 – Biografia de Professor sérvio Jovan Cvijic, Presidente da Sociedade de Geografia Jugoslava e Reitor da Umiv Belgrado
- <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,319712,00.html?maca=bra-abril-all-1642-rdf> – 21SET09 – 1992 - Conclusão do canal Meno-Danúbio por Carsten Heinisch.
- <http://es.wikipedia.org/wiki/Danubio> -21SET09 – Geografia e História do Danúbio
- [http://www.infopedia.pt/\\$movimento-dos-paises-nao-alinhados](http://www.infopedia.pt/$movimento-dos-paises-nao-alinhados) – 23SET09 - Movimento dos não Alinhados
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento N%C3%A3o-Alinhado](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_N%C3%A3o-Alinhado) – 23SET09 – Movimento dos não Alinhados.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia de Bandung](http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandung) – 23SET09 – Conferência de Bandung, realizada entre 18/24ABR55.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-eslavismo> - 03NOV09 - Pan-eslavismo - Nikolai Danilevski
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cores pan-eslavas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cores_pan-eslavas) - 03NOV09 – Pan-eslavismo na cor/bandeiras
- H:\Balcãs\Subdivisões da Iugoslávia - Wikipédia, a enciclopédia livre.htm
- H:\Balcãs\Sérvios - Wikipédia, a enciclopédia livre.htm
- <http://www.bing.com/search?q=Rep%C3%BAblica+S%C3%A9rvia+da+Krajina&src=IE-SearchBox&Form=IE8SRC> – 12JAN10 – República Sérvia de Krajina
- <http://www.carlisle.army.mil/ssi/> - 11DEC09 – War in the Balkans - Strategic Studies Institute
- [http://en.wikipedia.org/wiki/Ante Markovi%C4%87](http://en.wikipedia.org/wiki/Ante_Markovi%C4%87) – 11JAN10 – Ante Markovic
- <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3209225.stm> - 12JAN10 - Declarações de Markovic no TPIJ
- <http://news.bbc.co.uk/hi/english/static/map/yugoslavia/> - 12JAN10 – História da Jugoslávia
- http://combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=34 – 12JAN10 – Uma cronologia da Jugoslávia
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carso> - 18JAN10 - Planalto Cársico na Eslovénia.
- <http://www.euratlas.com/Atlasphys/hydrography.htm> - 18JAN10 - Geografia balcânica.
- http://en.wikipedia.org/wiki/Camp_Bondsteel - 15MAR10-Campo Militar Bondsteel/Kosovo
- <http://www.uaff.info/bondsteel.htm> - 15MAR10 – campo Militar US Bondsteel/Kosovo.
- <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=7941>–15MAR10-Bondsteel/Kosovo
- <http://srpska-mreza.com/Kosovo/occupation/Bondsteel.html>- 15MAR10 -Bondsteel/Kosovo.
- http://www.osce.org/documents/mcs/1975/08/4044_en.pdf - 08ABR10 – Acta Final dos Acordos de Helsínquia.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos de Hels%C3%ADnquia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Hels%C3%ADnquia) – 07ABR10 – Acordos de Helsínquia.
- http://www.osce.org/documents/html/pdftohtml/4044_pt.pdf.html - 07ABR10 – Texto Integral da Acta Final de Helsínquia.



- <http://srpska-mreza.com/MAPS/Ethnic-groups/map-Shoup.html>- 15MAR10 - Mapa Censo 1953 Jugoslavia.
- <http://www.globalsecurity.org/military/facility/eucom.htm> - 15MAR10 – Bases EUA na Europa.
- <http://www.elmundo.es/elmundo/2006/05/22/internacional/1148265955.html> - 03MAI10 – A cronologia da desintegração da Jugoslávia.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_B%C3%B3snia – 03MAI10 – A guerra na BiH
- http://translate.google.com/translate?hl=en&sl=pt&u=http://www.fortunecity.com/campus/finals/910/crono.html&ei=YVTfS5SyAoaMOOm1KQH&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=2&ved=0CA8Q7gEwAQ&prev=/search%3Fq%3Dfoto%2Bde%2Bassinatura%2Bdo%2Bacordo%2Bde%2BDayton%26hl%3Den%26sa%3DX%26rlz%3D117SKPB_pt-PT – 03MAI10 – Assinatura do acordo de Dayton / Paris
- http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Balkans - 08JUN10 – História dos Balcãs
- http://en.wikipedia.org/wiki/Greater_Albania - 08JUN10 – história da Albânia
- <http://www.osce.org/about/19298.html> - 14JUN10 – O Centro de Prevenção de Conflitos/OSCE
- http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm - 14JUN10 – Textos dos Tratados Europeus
- http://pierre.piccinin-publications.overblog.com/pages/Resume_des_conferences_Yougoslavie_EXTENSION_ULB-1887075.html – 16JUN10 – Acordo de Dayton/Paris
- http://en.wikipedia.org/wiki/United_Nations_Protection_Force - UNPROFOR - 11JUL10
- <http://afp.google.com/article/ALeqM5ijxewqo4S7ZCtksZwbwN8wmktX0QUL10>
- http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/_aUxs5aYqeD4/R8AUgbK3pOI/AAAAAAACZs/idcvSo9o_UY/s400/Mapa%252Bdo%252BKosovo.jpg&imgrefurl=http://alhosvedrosaopoder.blogspot.com/2008/02/opinio-de-carlos-vardasca-sobre-o.html&h=400&w=366&sz=40&tbnid=rclkJinc-6danM:&tbnh=124&tbnw=113&prev=/images%3Fq%3Dmapa%2Bdo%2BKosovo&zoom=1&hl=en&usq=__JcjdbejZR5pkvky97uyFudb_Zg=&sa=X&ei=I6RyTlarLc2l4AaYm_XeCA&ved=0CDYQ9QEwBw – 23AGO10 – Kosovo
- http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Mediterr%C3%A1neo_Oriental_1450_d.C.svg -26AGO10 - Império Otomano.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:OttomanEmpireIn1683.png> – 26AGO10
- <http://www.state.gov/p/eur/ci/ri/index.htm> - Sérvia e províncias Autónomas – 22OUT10.
- <http://en.wikipedia.org/wiki/File:DaytonAgreement.jpg> - 22OUT10
- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Post_dayton_on_croats.GIF- Atlas 10JAN10
- <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434J0eQU4wx7Ro77GX9.pdf> - 21JAN11 - Nações e Nacionalismo.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Montenegro> - 16MAR11- Montenegro
- <http://www.ibge.gov.br/paisesat> - 08MAI11- Mostar